



Acreditación Institucional
ALTA CALIDAD • MULTICAMPUS
Res. MEN No. 17220 del 24 de octubre de 2018 • Baras



Asociación Latinoamericana de
Investigadores de la Comunicación.
Associação LatinoAmericana de
Investigadores da Comunicação.



ALAIC 2020

Medellín-virtual • 9 - 13 de noviembre

DESAFÍOS Y PARADOJAS

DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA: **las ciudadanías y el poder**

GI 1. COMUNICACIÓN, GÉNERO Y DIVERSIDAD SEXUAL

ISSN 2179-7617

MEMORIAS (V.2/12/21)

GI 1. Comunicación, género y diversidad sexual

Coordinación de GI

Patricia Vega Jiménez (Costa Rica) patriciavj26@gmail.com

Eva Rodríguez Agüero (Argentina) evarodriguezaguero@gmail.com

Yanet Martínez (Costa Rica) yanet.martinez_y@ucr.ac.cr

Luisa Ochoa Chaves (Costa Rica) luisa.ochoa@ucr.ac.cr

Carolina Justo Von Lurzer (Argentina) justocarolina@gmail.com

Profesora anfotrina UPB: Jazmín Santa Álvarez

Comité Directivo ALAIC 2018-2020

Presidencia: Gustavo Cimadevilla (Argentina)

Vicepresidencia: Gabriel Kaplún (Uruguay)

Dirección Científica: Tanius Karam Cárdenas (México)

Dirección Administrativa: Daniela Inés Monje (Argentina)

Dirección de Comunicaciones: Sandra Osses Rivera (Colombia)

ISSN: 2179-7617

Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – ALAIC

Facultad de Comunicación Social – Periodismo, Universidad Pontificia Bolivariana - UPB

2020

Nota: La publicación de las ponencias se hace con autorización de las y los autores de acuerdo con las condiciones publicadas en la convocatoria para la recepción de ponencias del XV Congreso ALAIC 2020. El contenido de los textos es responsabilidad única de quienes firman como autores.

Tabla de contenido

A jornada da heroína no cinema: um estudo do filme Moana, um mar de aventuras. Jaqueline Florentino da Silva, Victor Braggio-----	6
Tejiendo incidencias digitales: redes de aprendizaje en el movimiento de Tecnopolítica. Claudia Ivette Pedraza Bucio, César Augusto Rodríguez Cano. -----	21
Una campaña y un repertorio digital dentro de la ola feminista global: #MeToo en México. Guionar Rovira Sancho -----	37
FEMINISMOS Y CULTURA VISUAL: Derivas y tensiones en las transformaciones de las representaciones visuales y las performáticas feministas. Mariángeles Camusso, Florencia Rovetto-----	51
Corpo e sexualidade nas HQs produzidas por mulheres: resistências possíveis. Ana Paula Oliveira Barros.-----	68
Recuerdos LGBT en Revista: Estrategias de comunicación para superar las fobias a la diversidad sexual. Tony Willian Boita, Rosana Maria Ribeiro Borges -----	83
Dilemas da retratação da violência contra as mulheres em telenovelas brasileiras. Lorena Rúbia Pereira Caminha -----	95
#EstamosVivas: corpo travesti em performances no videoclipe Oração de Linn da Quebrada. Juliana Freire Gutmann , Edinaldo Araujo Mota Junior -----	108
Similaridades e Diferenças na Promoção da Igualdade de Gênero: um estudo da campanha. Carolina Kauer, Denise Avancini Alves, Cristiane Mafacioli Carvalho.-----	122

Homens trans e paternidade: uma análise comparativa de enquadramento em 1994 e 2018 Hombres trans y paternidad: frame analysis en 1994 y 2018.	Bernardo Mota Lopes -----	139
Proceso de conectividad en Facebook en torno a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT. Estudio de caso: Organización Colombia Diversa, 2016-2018.	Sara López Carmona. -----	154
Os enunciados como sinal de resistência dos movimentos das mulheres. Yvets Morales Medina-----		184
Ciberfeminismos 3.0 en México. Graciela Natansohn -----		195
Análisis de la felicidad por género en los estudiantes de la Universidad Nacional del Altiplano. María del Rosario Vera del Carpio, Yudi Janeh Yucra Mamani, Katia Natalia Barrientos Paredes-----		208
La Perspectiva de Género en Comunicación y Relaciones Públicas en Brasil. Sandra Milena Ortega Restrepo.-----		223
Representações do empoderamento feminino na mídia: um estudo de caso das revistas. Claudia e Marie Claire. Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigue, Danyelle Alves da Paixã. ---	235	
A construção de narrativas jornalísticas sobre violência de gênero a partir de músicas brasileiras: uma análise do Projeto Celina. Luíza Buzzacaro Barcello, Maria Clara de Aquino Bittencourt.-----		246
Actitudes hacia la comunidad LGBT: Un espacio de actuación para la comunicación. Catalina González-Cabrera, Belén Navarrete Zuñiga -----		262

A banalidade da cobertura sobre os feminicídios ocorridos no DF: análise do Jornal Correio
Braziliense.

Liliane Machado, Tatiana Amorim. ----- 272

Narrativas de mujeres migrantes: Discusiones conceptuales desde la investigación feminista.

Luisa Eugenia Ochoa Chaves ----- 281

Patrones discriminatorios hacia las víctimas de feminicidio en México en medios de comunicación
y deficiencias en la procuración de justicia.

María Esther Chamosa Sandoval, Alejandro Herrera González ----- 292

Mujeres-niñas-adolescentes en los diarios sanjuaninos: la reproducción mediática de la
desigualdad.

Gabriela N. Lucero, Graciela Marcet, Bianca Piacentini Naranjo ----- 306

El final de la infancia.

José Antonio Patiño Bunt ----- 321

Queertopia: a heterotopia do corpo queer.

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira, Suely Henrique de Aquino Gomes, Deyvisson Pereira da Costa
----- 327

A "Dama de ferro": reflexões sobre gênero e identidade a partir do documentário Mulheres na
luta.

Tarcyanie Cajueiro Santos ----- 333

Mujeres superando la brecha digital de género en Costa Rica. Accesos, apropiaciones y
transformación de la vida cotidiana en diálogo con las tecnologías.

Yanet Martínez Toledo, Amanda Murillo González. ----- 350

La película costarricense "El despertar de las hormigas": cuando las violencias y esperanzas invisibles se revelan y rebelan en pantalla.

Rebeca Arguedas Ramírez.-----358

Narrativas audiovisuales de resistencia de mujeres del Caribe de Costa Rica.

Mónica Quirós Villalobos.-----368

Experiencia pedagógica desde la mediación cultural para prevenir el acoso sexual callejero hacia las mujeres en la ciudad de Barranquilla, Colombia.

Luis Altamar Muñoz.-----378

Representando la violencia de género, telenovela contemporánea en el Perú.

Giuliana Cassano Iturri.-----383

A Caixa do Homem: a violência masculina como um dever?

Katia Bizan.-----397

Identidade cultural da mulher negra: representações visuais de cabelos em embalagens da marca "Seda".

Maria Ogécia Drigo, Graziella Malago.-----410

A jornada da heroína no cinema: um estudo do filme Moana, um mar de aventuras

El viaje de la heroína en el cine: un estudio de la película Moana, un mar de aventuras

Jaqueline Florentino da Silva¹

Victor Braggion²

Resumen: O artigo investiga nuances de transformações na representação da mulher no filme Moana, um mar de aventuras (2016), por meio de análise de conteúdo e comparativa com dois exemplos de filmes representativos, observando como concretizam a jornada da heroína.

Palavras Clave: Mulher, Cinema, Compreensão como método.

Abstract: The article investigates nuances of transformations in the representation of women in the movie Moana, A Sea of Adventures (2016), through content analysis and comparison with two examples of representative films, observing how the heroine's journey materializes.

Keywords: Woman, Movie Theater, Understanding as a Method.

Esse artigo busca compreender as modificações na representação da mulher no cinema, essencialmente nas produções de Hollywood. A escolha por concentrar a pesquisa no estúdio americano se deve à

representatividade mundial dos filmes por ele produzidos. Como objeto de pesquisa elegemos o filme Moana, um Mar de Aventuras (2017).

¹Jaqueline Florentino da Silva. Integrante do grupo de pesquisa Da compreensão como método, bacharel em Comunicação social (Jornalismo), pela Universidade Metodista de São Paulo (Umeshp), Brasil, jfsjornalismo@gmail.com.

²Victor Braggion. Estudante de tecnólogo em Marketing pela Universidade Metodista de São Paulo (Umeshp), bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (Umeshp), Brasil, victor.braggion@gmail.com.

O presente projeto é fruto do trabalho de conclusão de curso (TCC) em jornalismo³, realizado por um dos autores, em que desenvolve o estudo comparativo da jornada da heroína em três filmes de diferentes períodos.

Apesar das características da indústria hollywoodiana - quanto ao formato de produção, exibição e divulgação - se distinguir de outras produções, não significa para esse estudo, a única forma de realizar cinema.

A indústria cinematográfica, ao longo de sua história, instituiu diversas representações compostas por símbolos e funções associadas a determinados gêneros. A partir disso, estabeleceram-se estruturas de significado reconhecidas pelos espectadores. Verifica-se que essas imagens construídas pelo cinema são reflexos do momento histórico, político ou cultural de uma sociedade. Dessa forma, consideramos rica a análise fílmica, com o olhar atento para o protagonismo da mulher.

O filme de animação Moana, um mar de aventuras, produzido em 2016 e lançado no Brasil em 2017, se consolida como um marco para a produtora Disney, em que se estabelece uma divisão entre os contos de

fadas de princesas clássicas e das narrativas contemporâneas, a exemplo da heroína Moana.

O artigo inclui uma aproximação do tipo hermenêutico à temática em estudo, com a análise e a interpretação do papel de heroína, contextualizados no momento histórico de sua produção, ainda que de forma breve. Além disso, o aspecto compreensivo deste trabalho, no que se refere a uma teoria da compreensão como método, aparece particularmente forte na consideração da arte, especificamente o cinema, como um lugar de produção de conhecimento não-científico, sobre a cultura e a vida social. Dessa forma, caminhamos na linha dos estudos do grupo de pesquisa "Da compreensão como método", de que os autores fazem parte.

Objetivos

O estudo se desdobra para a análise da construção da heroína e dedica-se a observar nuances da transformação de linguagem na narrativa e posicionamento da mulher para o centro da história. A pesquisa faz-se necessária para evidenciar as características que compõe a personagem Moana, traduzindo

³ Trabalho intitulado como "A representação da mulher na indústria hollywoodiana: um estudo do filme Moana, um mar de Aventuras", apresentado por Jaqueline Florentino da Silva, no ano de 2019, sob orientação do Professor Dr. Dimas A. Künsch, pela Universidade Metodista de São Paulo tendo sido aprovado pela banca com louvor.

em si elementos clássicos e símbolos da mulher contemporânea. Na narrativa, essas representações se concretizam, como veremos, a partir do cumprimento da jornada do herói, ao que se refere especificamente, do ciclo monomito de Joseph Campbell (1949) conhecido pelas etapas “separação-iniciação-retorno”.

Além disso, Moana articula elementos do processo de individuação descrito por Carl Gustav Jung (1964) e introduz aspectos inerentes ao gênero feminino, com uma aproximação pertinente à mulher contemporânea, em uma jornada propriamente da heroína, como Maureen Murdock sistematiza em dez passos. Em razão de não termos uma tradução da obra da autora, *The Heroine's Journey* (1990) para o português, buscamos nos apoiar em artigos acadêmicos, como de ROSA; FERREIRA; NESTERIUK (2018), que articulam com as ideias centrais do livro.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

A partir de uma breve contextualização histórica dos períodos que marcaram a história do cinema hollywoodiano torna-se possível evidenciar representações distintas da mulher. De acordo com Kaplan (1995),

referindo-se ao estudo da história do cinema clássico hollywoodiano, convencionou-se tratar o período entre 1930 a 1960. Os princípios fundamentais do cinema dessa época eram a presença de estrelas, produtores e diretores, elementos pelos quais estavam diretamente relacionados com a venda dos filmes, segundo a autora.

Como caracteriza Laura Mulvey (1975), nesse período, os conceitos reservados à mulher estavam apoiados na condição de elemento portador de sentido, isto é, ela é um significante. E, por consequência, não é um produtor de sentido. Dessa forma, a crítica de cinema se propõe a debater sobre os mecanismos de dominação dessa ordem que se manifesta na experiência do cinema.

Na divisão dos papéis típica à sociedade patriarcal, a mulher é o elemento passivo e o homem o elemento ativo na economia do olhar – o prazer voyeurista tem como objeto privilegiado a figura feminina. Ao mesmo tempo, a mulher é a figura portadora da “ferida sangrenta” e a sua imagem repõe sempre a ameaça de castração. (MULVEY, 2018, p. [119]).

O ciclo de filmes produzidos durante os anos 1950 passou a integrar uma nova linguagem, isso porque começaram a desmoronar os antigos códigos de conduta como o olhar masculino/objeto feminino, de acordo com Cardoso e Freitas Junior (2011). Essa mudança ocorreu devido a fatores como a sexualidade explícita, o surgimento da revista Playboy⁴, a intensificação do interesse sexual e o aumento vertiginoso da circulação de best-sellers sobre sexo, segundo Turner (1993). Nesse contexto, a sexualidade feminina "respingava por todo lado sem ser, entretanto, reconhecida: os mecanismos que nas décadas anteriores funcionavam para controlar a sexualidade feminina, [...] reconheciam implicitamente a sua força e o perigo", como observa Kaplan (1995, p. 19-20). Se, nos anos 1950, o cinema passou por um período de transição, que enunciava novos códigos, a década seguinte experimentaria mudanças ainda mais complexas.

Até meados da década de 1960⁵, a representação feminina estava predominantemente atrelada à dominação do

olhar masculino sobre a mulher, como em *A dama das camélias* (1936), uma produção que caracterizou o cinema primitivo/clássico. Entretanto, existiram outros gêneros que marcaram esse período, como filmes policiais, western, filmes de aventuras e filmes de mulheres, segundo Kaplan (1995). Os movimentos dos anos 1960 foram capazes de criar transformações culturais e, por sua vez, abrandar os códigos de conduta que permeavam a liberação da sexualidade feminina.

Ainda segundo Kaplan (1995), a partir desse período a excessiva exibição da sexualidade da mulher passou a se tornar uma ameaça aos adeptos do patriarcado. Os mecanismos (quer dizer vitimização, fetichização, assassinato em nome da virtude) que nas décadas passadas funcionavam para ocultar os medos patriarcais, não funcionam mais nessa era pós-60: a mulher sexual não pode mais ser taxada de "má", uma vez que adquiriu o direito de ser "boa" e sexual. (KAPLAN, 1995, p. 23).

⁴Revista erótica mais famosa do mundo foi fundada em 1953 pelo empresário norte-americano Hugh Hefner. De acordo com Neto, Avancini e Sérgio (2010, p.[4]), o objetivo era "levar ao público masculino os ensaios fotográficos das mulheres que estavam naquele momento sendo objeto de admiração desse público". Além disso, a revista figurava com sucesso nas vendas, estampando na capa símbolos sexuais como Marilyn Monroe, exemplo da primeira edição do folhetim.

⁵As primeiras duas décadas do cinema (1895-1915), foram marcadas por diversas tentativas e transformações. Tomas A. Edison foi um dos pioneiros na exibição de filmes com uso de mecanismo intermitente, o quinetoscópio, em 1893. Dois anos após, os irmãos Louis e Auguste Lumière realizariam a demonstração de seu cinematógrafo, de acordo com Mascarelo (2006). Ainda segundo o autor, nesse contexto, os aparelhos de projeção eram exibidos em demonstrações no círculo de cientistas ou misturados a outras formas de diversão popular, como circo e parques de diversão.

Nesse sentido, o cinema contemporâneo consolida um passo à frente do cinema noir "na representação explícita da sexualidade feminina", observa Kaplan (1995, p. 23). As causas que levaram a esse avanço são conhecidas. Com os movimentos dos anos 1960, houve o encorajamento das mulheres a tomarem posse da própria sexualidade, homo ou heterossexual, sempre de acordo com Kaplan (1995). É importante ressaltar que dois ciclos de filmes dominaram o cinema desde 1960:

[...] o primeiro excluía a mulher (eram os filmes que só retratavam os homens e seu espírito de camaradagem), num esforço para evitar totalmente o problema da diferença sexual; enquanto o segundo, que apareceu quando o problema da diferença sexual não podia mais ser evitado, mostrava mulheres sendo estupradas e submetidas à violência. (KAPLAN, 1995, p. 110).

Nota-se que os progressos conquistados pelas mulheres quanto à liberação sexual passaram a ser retratados no cinema. Entretanto, não de forma a integrar a mulher como sujeito. As produções de filmes pós-1975 marcaram o período pós-clássico ou high concept, que traça o rompimento com a velha Hollywood e com o cinema

hollywoodiano clássico. De acordo com Mascarello:

Tal ruptura, por sua vez, teria como motivação uma pressão inédita, tanto quantitativa como qualitativamente, do econômico sobre o estético – isto é, as modificações de estilo, narrativa e tratamento temático para atender às demandas das novas estratégias de marketing e venda ao longo da cadeia midiática, agora integrada horizontalmente. (MASCARELLO, 2006, p. 337).

A cadeia midiática passa a atuar como um importante instrumento de divulgação das películas e de veiculação das representações. Dessa forma, a comunicação desse período, caracterizada como horizontal, expressa uma facilitação entre a indústria e os veículos e, por consequência, amplia a visibilidade das produções cinematográficas.

As produções pós-1975 ficaram conhecidas pelo distanciamento narrativo dos filmes feitos até 1960, e, além disso, assumiram uma posição de "carro-chefe absoluto de uma indústria fortemente integrada, daí em diante, à cadeia da produção e do consumo midiáticos (cinema, TV, vídeo, jogos eletrônicos, parques temáticos, brinquedos etc.)", de acordo com Mascarello (2006, p. 336).

A partir disso, as produções cinematográficas assumem uma nova configuração, enquanto se aproximam do caráter de cinema como entretenimento e viés mercadológico, e se distanciam do propósito pensado por seus inventores. Como enuncia Christian Metz (1980, p.113), “é sabido [...] que o cinema tenha se tornado antes de mais nada uma máquina de contar estórias, eis o que não tinha sido realmente previsto”.

A indústria cinematográfica que conhecemos hoje recorreu a diversas reorganizações de linguagem, exibição e produção. Ao longo da história, diversos estudiosos se empenharam a decodificar o cinema sob alguns aspectos. Elizabeth Ann Kaplan é um dos exemplos, que figura entre as pioneiras da crítica feminista nos anos 1970. Autora do livro *A mulher e o cinema: os dois lados da câmera*, como anunciado, Kaplan se apoia na teoria psicanalítica para melhor compreensão da dinâmica de representações da mulher no cinema hollywoodiano.

[...] Os modelos psíquicos criados pelas estruturas capitalistas sociais e interpessoais (principalmente aquelas formas do final do século XIX que perduraram até o nosso século), exigiram a imediata criação de uma máquina (o cinema) que liberasse seu inconsciente e uma

ferramenta analítica (a psicanálise) que compreendesse e ajustasse os distúrbios causados por essas estruturas restritivas. (KAPLAN, 1995, p. 44).

Para Kaplan, a representação deriva da natureza “construída” da imagem, que os artifícios das produções de Hollywood se empenham para esconder. “O realismo (uma aparente imitação do universo social em que vivemos), que é o estilo hollywoodiano dominante, esconde o fato de que o filme é construído, perpetuando a ilusão de que o que a plateia vê é o natural”, argumenta a autora (1995, p. 31).

Enfoque y/o metodología de abordaje

O estudo fundamenta-se na análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, e estabelece como categoria de investigação a jornada da heroína.

A jornada do herói proposta por Joseph Campbell e adaptada por Christopher Vogler está presente em muitas das narrativas do cinema. Além disso, o ciclo da jornada do herói descrita pelos dois autores não distingue o protagonista quanto ao gênero. Nesse aspecto, é possível questionar se essa

estrutura acaba por trazer apenas uma versão feminina dos heróis. Isto é, nessas narrativas a mulher assume as características pertinentes à figura do herói e, deixa de lado as questões próprias ao seu íntimo de ser em função de atender à expectativa da sociedade. Para melhor compreensão dos arquétipos e provações inerentes à figura feminina, retomamos a ideia de uma jornada específica da heroína. Essa diferenciação faz-se necessária também por considerar as desigualdades de imposições culturais que se aplicam aos dois gêneros.

Autora do livro *As deusas e a mulher: nova psicologia das mulheres* lançado em 1984 (1990), Jean Shinoda Bolen traz a partir da psicologia junguiana a compreensão do encontro da mulher com as deusas interiores. Nesse contexto, Bolen (1984) busca assimilar as sete deusas gregas – Ártemis, Atenas, Héstia, Hera, Deméter, Perséfone e Afrodite – para compreender a essência da mulher e o processo de individuação, descrito por Carl Jung. Para observar as características predominantes em uma heroína e os conceitos pertinentes a essa denominação, Bolen acrescenta:

O valor real de alguma coisa é representado por aquilo que na vida sacrificamos para tê-la. E o caminho não

tomado. Assumir a responsabilidade de fazer a escolha é crucial e nem sempre é fácil. O que define a heroína é que ela faz isso. A não-heroína, ao contrário, concorda com a escolha do outro. (BOLEN, 1990, p.[1]).

A autora retoma o poder da escolha como fator essencial para a mulher ser a heroína da própria jornada. Nesse sentido, ela reflete sobre a autonomia do indivíduo, concepção que perpassa por algumas problemáticas, a depender de marcadores geográficos, sociais e temporais. Um desses entraves é a desigualdade entre os gêneros. Em resposta a essa conjuntura de diferenciações que excluíam a mulher de variados contextos, e à limitada autonomia concedida a mulher, é que surgiram os movimentos de emancipação feminina no cenário global contemporâneo.

A partir da compreensão que cada mulher assume as características de uma ou várias deusas gregas e que existem dimensões míticas em cada uma delas, Bolen (1990) acrescenta a necessidade de descobrir o próprio mito e construir a própria história, privilegiando a escolha interior.

Tornar-se heroína é uma nova possibilidade iluminadora para as mulheres que foram governadas interiormente pelos arquétipos das deusas vulneráveis. Fazer

valer seus direitos é tarefa heroica para as mulheres que foram tão submissas quanto Perséfone; ou que colocaram o marido em primeiro plano, como o faria Hera; ou que deram atenção às necessidades alheias, como Deméter. Agir assim também vai contra o modo como foram criadas. (BOLEN, 1990, p. [1]).

Bolen reconhece o poder dos estereótipos culturais e os efeitos que causam sobre cada mulher. Observando essa dinâmica, a autora chama a atenção para outra força: a que atua no íntimo de cada mulher. Apesar de algumas pessoas não tomarem consciência ainda do poderoso atributo inerente à própria existência, essas forças influenciam no que elas fazem e na maneira como se sentem. "Esses poderosos padrões internos – ou arquétipos – são responsáveis pelas principais diferenças entre as mulheres", acrescenta Bolen (1990, p. [1]). A tomada de consciência proporciona a escolha adequada para dar sentido e rumo à vida, de acordo com a autora.

A heroína apta a fazer escolhas deve repetir a primeira tarefa de Psique de "separar as sementes" toda vez que estiver numa encruzilhada, e decidir o que fazer no momento. Deve deter-se para selecionar suas prioridades e causas, e as potencialidades na situação. Precisa ver quais são as escolhas, qual poderia ser o

custo emocional que as decisões acarretariam e o que importa mais intuitivamente a ela. Com base em quem ela é e no que sabe, deve tomar uma decisão sobre qual caminho seguir. (BOLEN, 1990, p.[1]).

A jornada da heroína está centrada no processo de encontro e harmonia que a mulher percorre em busca do sentido da vida. Dessa forma, ela manifesta a sua natureza de ser e está apta a caminhar com integridade, consciente da sua própria força. Além de Bolen, a psicoterapeuta Maureen Murdock também se empenhou a descrever a jornada da heroína.

Murdock lançou o livro *The Heroine's Journey* em 1990, dedicado a responder ao livro de Joseph Campbell sobre a jornada do herói. A autora da obra aborda a jornada psicoespiritual específica das mulheres contemporâneas, tendo sido traduzida para os idiomas francês, espanhol, alemão, holandês, servo-croata, italiano e farsi. Em razão de não termos uma tradução da obra para o português, buscamos nos apoiar em artigos acadêmicos que articulam com as ideias centrais do seu livro.

Maureen detalha e sistematiza a jornada cíclica da heroína em dez passos: (1) iniciada pela separação do feminino, (2) seguida da

identificação com o masculino, (3) surge a estrada de provações, (4) a falsa ilusão de sucesso, logo depois, (5) o despertar do sentimento de aridez espiritual: a morte, (6) a iniciação e descida à Deusa, (7) a urgente reconexão com o feminino, (8) cruzando o conflito entre mãe e filha, (9) curando o masculino ferido e, por fim, (10) a integração do masculino com o feminino.

Rosa, Ferreira e Nesteriuk (2018) observam que para Murdock (1990) a estrutura apresentada por Campbell poderia ser satisfatória para grande parte dos enredos, entretanto em se tratando de narrativas com heroínas, não seria de fato efetiva para refletir a mulher atual. Para tanto, na obra *The Heroine's Journey* é descrito os estágios da jornada considerando dessa vez as particularidade que concernem à mulher.

Resultados, reflexiones y conclusiones

O longa-metragem Moana, um mar de aventuras produzido pela Walt Disney Pictures em 2016, e com lançamento para o público brasileiro em 5 de janeiro de 2017,

alcançou a bilheteria de 5 milhões de entradas⁶. Dirigido por John Musker e Ron Clements, a dupla também foi responsável por *A Pequena Sereia* (1989), *Alladin* (1993) e *A Princesa e o Sapo* (2009).

A heroína Moana revela em si a retomada do monomito de Campbell. Nesse aspecto, a jornada da garota é construída nos eixos nítidos de separação-iniciação-retorno, proposto pelo autor, reforçados pelos elementos do processo de individuação de Jung.

A partir daí, Moana, uma adolescente de 16 anos, já enuncia traços de luz e sombra no seu modo íntimo de ser, evidenciados no caminho de provas. Observamos que o enredo reflete no exterior a condição interior do ser humano, como, por exemplo, os conflitos internos entre pessoas (luz versus sombra).

A narrativa revela a necessidade de representar o dualismo do indivíduo, concepção inerente ao ser. Nesse sentido, esboça uma aproximação com a jornada da heroína proposta por Maureen Murdock⁷, com nuances da representação dos problemas da mulher contemporânea, ferramenta capaz de construir empatia com o espectador da atualidade. Justamente pela qualidade dual

⁶ Informações de ficha técnica extraídos de: <https://www.cineclick.com.br/moana> e <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-225958/> acessado em 12.set.2020.

⁷ Todas referências a autora, conferir em ROSA; FERREIRA; NESTERIUK (2018)

assumindo a força e a fraqueza, Moana pode ser entendida como a heroína compreensiva, com base no artigo "O mito tradicional do herói e a integração de luzes e sombras no herói compreensivo", de Gonçalves Teixeira (2018). Nesse

aspecto, a heroína compreensiva abarca as forças do consciente e do inconsciente pessoal e coletivo, de forma a integrar as características da luz e da sombra. Moana torna-se apta a reconfigurar o olhar do público sobre si, ao passo que se aproxima da condição real do indivíduo.

Como resultado dessa compreensão a heroína Moana se apresenta como uma personagem complexa que une as bases da construção de um herói tradicional – tão comumente estampado em filmes – entretanto, essa estrutura não satisfaz o anseio de representar a mulher contemporânea e os embates vividos por ela. Para tanto, o subterfúgio necessário para atender a esse novo cenário encontra amparo no processo de individuação proposto por Jung.

Nele, é possível compreender a necessidade que o indivíduo tem em descobrir qual a sua missão nesse mundo. Além disso, a reflexão sobre o arquétipo da *persona* proposta por Jung, em Os arquétipos e o

inconsciente coletivo (2002) é de grande relevância para a compreensão dos conflitos internos que Moana percorre, quando inicia a jornada para a autodescoberta.

A narrativa esboça ainda uma aproximação com a jornada da heroína de Maureen Murdock descrita em dez fases. A primeira etapa, que estabelece a separação do feminino pode ser compreendida no filme, no momento em que Moana se distancia das figuras femininas ao seu redor e inicia a busca pelo semideus da água e do ar, Maui. Simbolicamente, esse percurso pode representar o rompimento com a imagem da mulher subserviente – a exemplo da mãe de Moana –, e que desempenha funções limitadas a tecer, costurar e cuidar dos filhos. E anuncia o início da trilha em busca dos atributos valorizados no homem da sua tribo, como a força, a coragem, a inteligência e a astúcia para navegar pelos mares.

Moana mostra a identificação com o masculino, segunda etapa da jornada da heroína. As forças e fraquezas de Moana são evidenciadas durante a estrada de provações (terceira fase). Vale ressaltar, que a jovem embarca no primeiro estágio da missão de navegar por águas desconhecidas apenas acompanhada do galo hei-hei e com o auxílio mágico do oceano. Além disso, Moana

reafirma para si, durante toda a viagem, como um diálogo interno dirigido a Maui: "Eu sou Moana de Motonui, vai entrar no meu barco, cruzar o oceano e restaurar o coração de Te Fiti". Podemos traduzir a frase como uma busca por ancorar a sua missão de vida sem perder as suas origens, mas ao mesmo tempo denota um esforço para expressar 'quem ela é, de onde veio e para onde vai', reforçando a questão central do filme.

Nesse aspecto, percebemos como o processo de individuação descrito por Jung permeia a construção dessa heroína e revela como Moana se transforma durante a missão e, finalmente encontra resposta à pergunta: "Quem sou eu?". O quarto estágio da jornada da heroína de Murdock, implica na falsa ilusão de sucesso. Podemos traduzir esse intento para a cena em que Moana tem o primeiro encontro com o semideus Maui.

Isso porque, contrário ao que ela pensava, o semideus rejeita ajudá-la na missão de restaurar o coração de Te Fiti e se mostra medroso, aspecto oposto ao esperado de um herói. Além disso, ele rouba o barco de Moana e a aprisiona numa caverna, para fugir sozinho. Essas características frustram a impressão que a garota alimentava do semideus. A decepção de Moana se revela como a falsa ilusão de sucesso, pois

imaginava que, assim que encontrasse Maui, teria a missão bem-sucedida.

Já a quinta fase da jornada enuncia o despertar do sentimento de aridez: a morte. Moana cumpre esse estágio logo quando Maui desiste de ajudá-la pela segunda vez, transformando-se em um gavião e voando para longe dos olhos de Moana. Nessa cena, a heroína se sente muito sozinha, triste e pensa em desistir. A garota chega a devolver a pedra de pounamu – coração de Te Fiti – ao oceano, clamando para as águas cristalinas elegerem outra pessoa para completar essa tarefa. Afastando-se o momento de desolação, ela supera as próprias sombras com o auxílio do Daimon personificado pelo espírito da avó, e desperta para a sexta fase da jornada da heroína: a iniciação e descida à Deusa. Essa fase, observamos na cena da retomada da sua força e no esforço para cumprir o seu chamado.

A partir daí, Moana enfrenta o monstro de fogo Teka para superar a barreira que a impedia de chegar a Te Fiti, a deusa da criação que estava adormecida. Nesse embate, Moana comprehende que a fúria de Teka constituía a incompreensão da sua real missão. Isso porque a jovem consegue se aproximar do monstro de lava e restituir a pedra ao seu devido lugar, ou seja, recolocar o

coração de Te Fiti. Logo o monstro se transforma numa deusa linda, florida e repleta de verde, retomando o encontro com a própria essência de ser e para desempenhar a sua real missão: o poder de criar a vida. O encontro de Moana com a Deusa revela sincronicidade com o fato de que a garota também pode despertar para o seu genuíno propósito de vida. Essa compreensão evidencia a descoberta da autonomia, elemento crucial para tomar posse da sua feminilidade.

Moana estabelece uma ponte de compreensão para com o monstro, não se acanhando frente à magnitude daquela figura, mas se apegando ao próprio instinto. Dessa forma, a heroína desenha os próprios traços da sua jornada, reescrevendo os aspectos da mulher: como um ser conciliador, flexível e guerreira. Esse movimento de olhar para si mesma enuncia a sétima fase da jornada da heroína: a urgente reconexão com o feminino. O encontro com a Deusa proporciona a descoberta do feminino e de como Moana deveria fazer para se aproximar dela. Nesse percurso, a autoconfiança é recuperada e propicia a abertura para restabelecer o conflito entre mãe e filha.

A partir disso, Moana cumpre a oitava fase da jornada da heroína, restaurando a relação

com as figuras femininas ao seu redor, o que observamos no reencontro com a família e sua tribo. A nona etapa da jornada manifesta a cura do masculino ferido, que pode ser percebido quando a jovem se desprende das convenções que limitavam seu próprio ser. Verificamos esse processo na missão bem sucedida e no consequente regresso à sua ilha como heroína; o desfecho é importante para reforçar a capacidade de Moana e ainda romper as barreiras geográficas impostas por seu pai, desde criança.

O movimento de descobertas, provações e vivência com o ciclo da natureza feminina é coroado com a integração do masculino com o feminino. Moana expressa essa décima etapa da jornada na cena em que, como num ritual da tribo, ela coloca uma concha para representar a tomada da liderança da comunidade por uma mulher, em cima de pedras empilhadas que remetem aos chefes ancestrais.

Referencias

- Bardin, L. (1997). Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4295794/mod_resource/content/1/BARDIN%20%20

L.%20%281977%29.%20An%C3%A1lise%
 20de%20conte%C3%BAdo.%20Lisboa_%20e
 di
 %C3%A7%C3%B5es%2C%2070%2C%202
 25..pdf

Beauvoir, S. (1967). O Segundo Sexo II: a experiência vivida. 2 ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Disponível em <http://www.foiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>

Boalen, J. S. (1990). As deusas e a mulher: nova psicologia das mulheres. Tradução: Maria Lydia Remédio. São Paulo: Paulus. Disponível em https://www.academia.edu/37403020/AS_DEUSAS_E_A_MULHER_nova_psicologia_das_mulheres

Campbell, J. (1949). O herói de mil faces. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. 10 ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento. Disponível em <https://projetoiphronesis.files.wordpress.com/2009/08/joseph-campbell-o-heroi-de-mil-facesrev.pdf?>

Cardoso, T. C.; Freitas Junior, E. F. de. (2011). Cinema Hollywoodiano: a imagem da mulher sob o olhar da lente masculina. *Congresso Internacional de História da UFG*, 2, 2011, 1-13. Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/2011/anais2011/link%2079.pdf>

Foucault, M. (1996). A ordem do discurso. 3 ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf

Gonçalves Teixeira, R. (2019). O mito tradicional do herói e a integração de luzes e sombras no herói compreensivo. *Folios, Revista De La Facultad De Comunicaciones*, (40), 153-165. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/folios/article/view/338484>

Jung, G. C.; FRANZ, M. – L. Von. (1964). O homem e seus símbolos. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. Disponível em: [//conexoesclinicas.com.br/wpcontent/upload](http://conexoesclinicas.com.br/wpcontent/upload)

s/2015/04/jung-c-o-homem-e-seus-simbolos.pdf.

Jung, C. G. (2002). Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 2 ed. Tradução: Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes. Disponível em <http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/05/jung-c-os-arquetipos-e-o-inconsciente-coletivo.pdf>

Kaplan, E. A. (1995). A mulher e o cinema: os dois lados da câmera. Tradução: Helen Marcia Potter Pessoa. Rio de Janeiro: Artemídia Rocco.

Lasseter, J. (Produtor). & Musker, J., Clements, R. (Diretores). (2017). Moana: um mar de aventuras. [Online] Estados Unidos da América: Walt Disney Animation Studios.

Mascarello, F. (2006). História do cinema mundial. Campinas, SP: Papirus. Disponível em https://www.academia.edu/36311582/Fernando_Mascarello_Historia_Do_Cinema_Mundial

Metz, C. (1980). O Significante imaginário: psicanálise e cinema. Tradução: Antônio Durão. Lisboa: Livros Horizontes.

Mulvey, L. Prazer visual e Cinema Nativo. In: XAVIER, I. (Org). (2018). A experiência do cinema: Antologia. São Paulo: Paz e Terra. Epub. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=qNxRDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=a+mulher+e+o+cinema&ots=iYJ5jiP2b5&sig=ccnFabWdagAxZBI3jTrL5htaSZM#v=onepage&q=a%20mulher%20e%20o%20cinema&f=false>.

Neto, I. V.; Avancini, P.; Sergio, G.. (2010). Playboy: Mais Conteúdo. *Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 1-7. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/expocom/EX23-0877-1.pdf>

Rosa, K. S. & Ferreira, N. B. & Nesteriuk, S. (2018). A jornada da heroína: outra abordagem da representação feminina nos games. *Proceedings of sbgames*, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, 17, 1 – 4. Disponível em https://www.academia.edu/37693819/A_jornada_da_hero%C3%ADna_outra_abordagem_d

a representa%C3%A7%C3%A3o feminina nos
games

Turner, G. (1997). *Cinema como prática social*. Tradução: Mauro Silva. São Paulo: Summus, Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=llcvJgLPFYwC&pg=PA34&lpg=PA34&dq=o+cinema+feito+pela+america+de+robert+sklar&sourc=bl&ots=vsrtPj3ZjO&sig=ACfU3UOLj_iMyBRKtPNTq8ljxlyZ9j5CXA&hl=ptBR&sa=X&ved=d=2ahUKEwj2loGr58jkAhUJILkGHcghAbsQ6AEwDXoECAkQAQ#v=onepage&q=o%20cinema%20feito%20pela%20america%20de%20robter%20sklar&f=false

d=2ahUKEwj2loGr58jkAhUJILkGHcghAbsQ6AEwDXoECAkQAQ#v=onepage&q=o%20cinema%20feito%20pela%20america%20de%20robter%20sklar&f=false

Vogler, C. (1998). A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores. Tradução: Ana Maria Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Disponível em <https://notamanuscrita.files.wordpress.com/2016/02/visto-vogler-jornada-do-escritor.pdf>

Tejiendo incidencias digitales: redes de aprendizaje en el movimiento de Tecnopolítica Feminista en México

Tecendo incidentes digitais: redes de aprendizagem no movimento Tecnopolítica Feminista no México

Learning networks in the Feminist Tecnopolitics movement in Mexico

Claudia Ivette Pedraza Bucio⁸

César Augusto Rodríguez Cano⁹

Resumen: El marco analítico retoma los conceptos de apropiación digital y aprendizaje en red desde una perspectiva tecnopolítica, destacando la reticularidad de los procesos y las prácticas sociales. A partir de la revisión de los carteles de difusión de actividades de los colectivos durante más de dos años, el enfoque de análisis interseca las relaciones entre las temáticas y modalidades registradas, desde las tradiciones del Análisis de Redes Sociales y la construcción de redes semánticas. Los hallazgos revelan un ecosistema con talleres, conversatorios y otros eventos clave en una red que configura procesos de reflexión, apropiación e incidencia tecnológica, a través de usos que reconocen la agencia de las mujeres, socializaciones que surgen de actividades dialógicas, y significaciones orientadas a fomentar la participación en las TIC.

Palabras Clave: Apropiación Tecnológica, Tecnopolítica, Ciberfeminismo

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the complexity of learning networks that emerge during the process of technological appropriation promoted by feminist collectives in Mexico. The analytical approach considers the concepts of digital appropriation and networked learning from a

⁸Claudia Ivette Pedraza Bucio, Doctora en Ciencias Políticas y Sociales, México, claudia.pedraza@lasalle.mx.

⁹César Augusto Rodríguez Cano, Doctor en Ciencias Políticas y Sociales, México, cesararcano@gmail.com.

techno-political perspective, as a networked processes and social practices. For this reason the body of research, namely the posters of events disseminated and occurred during more than two years, was registered as a relational database of topics and modalities finally analyzed in a hybrid construction composed by a Social Network Analysis (SNA) and a semantic networks outlook. Successfully, the major findings took shape as a rich ecosystem between reflection, appropriation and incidence with discussions, workshops, and other key modalities. Additionally, a network of centralities was revealed as a configuration of uses that acknowledge women's agency, socializations that arise from dialogic activities, and significances oriented towards active participation in social practices enabled by ICT.

Key words: Technological appropriation, technopolitics, cyberfeminism

1. Introducción

Durante décadas, la relación de las mujeres y las tecnologías ha sido problematizada desde posturas que coinciden en señalar la exclusión femenina de los saberes, las prácticas y los significados de lo tecnológico (Haraway, 1995; Plant, 1998; Hawthorne & Klein, 1999; Braidotti, 2002; Castaño, 2005; Zafra, 2005; Wajcman, 2006 Hargittai, 2007). No obstante, el surgimiento de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) posibilitó usos y re-significaciones para la población femenina, con un potencial subversivo que ha transformado su usual exclusión. Pero este potencial subversivo no está al alcance de todas debido a las diferencias estructurales

que condicionan el acceso, uso y apropiación de las tecnologías.

La evidencia más notoria de dichas condicionantes es la brecha digital de género, entendida como las diferencias de participación de mujeres y hombres en las TIC (Pagola, 2010). Los factores que determinan la brecha digital de género están ligados a otras diferencias estructurales como las desigualdades económicas, el acceso a la educación tanto básica como especializada en tecnologías, y las prácticas emergentes de violencia digital, las cuales configuran el acercamiento de la población femenina a estas tecnologías (ONU, 2015; UNESCO, 2019).

Ante las diferencias estructurales que limitan la participación femenina en los entornos digitales y en los procesos que a través de ellos se generan, han surgido una cantidad notable de esfuerzos formales e informales para fomentar el acercamiento de las mujeres a las tecnologías. De manera particular, en este texto interesa analizar la propuesta de las redes de tecnopolítica feminista en la Ciudad de México, que en los últimos años han cobrado notoriedad como parte del movimiento ciberfeminista en la región. La hipótesis es que estas organizaciones configuran redes de aprendizaje que promueven la apropiación tecnológica de las mujeres a partir de modalidades y temáticas cuya intención es transformar su exclusión para convertirlas en participantes activas de los entornos digitales.

2. Planteamiento teórico

A nivel internacional, fomentar el acceso, uso y apropiación tecnológica de las mujeres se establece como una tarea necesaria que en gran parte se ha impulsado desde la perspectiva de la alfabetización digital (en entornos educativos formales), la cual se enfoca en el desarrollo de habilidades, capacidades y conocimientos necesarios para

utilizar las TIC tales como: el manejo del hardware y software; las habilidades de búsqueda, clasificación, evaluación y presentación de la información; y el uso de aplicaciones específicas para el entorno laboral (Castaño, 2016). Pero en estos ejercicios alfabetizadores, la reflexión sobre los procesos de aprendizaje mediados por el género en torno a las tecnologías digitales y las relaciones de poder implícitas en los mismos permanece ausente.

Diferentes autoras han señalado que el aprendizaje en, por y para las tecnologías está mediado por el género, lo que se traduce en una construcción sociocultural de la tecnología digital como un ámbito propio de la masculinidad y en una socialización digital diferenciada (De Sanmamed, Flecha & Elboj, 2002; Vergés, Hache & Cruells, 2011; Natansohn, 2013; Rebollo-Catalán, Pérez y Vico-Bosch, 2015; Becerril Martínez, 2018 a). En los entornos educativos formales, de acuerdo con la UNESCO (2019), los estereotipos de género que caracterizan a las mujeres como incompetentes, torpes y poco interesadas en las tecnologías provocan que no se fomente su participación en la producción y manejo de las mismas. Además, sus prácticas digitales se clasifican como

'básicas' y 'poco productivas' (en oposición a las prácticas especializadas y eficaces atribuidas a los varones) lo cual las excluye de participar en los procesos de innovación, ya que sus hábitos, necesidades y dinámicas no son tomadas en cuenta. Esto explica que a lo largo de la educación formal las niñas y jóvenes no cuenten con las mismas oportunidades para desarrollar habilidades y destrezas tecnológicas, perdiendo interés por este ámbito. Lo anterior repercute en su elección de profesión, en sus oportunidades de ingresar a espacios laborales dependientes de las tecnologías, y en las posibilidades de aprovechar los beneficios de las tecnologías digitales en su vida. Para remediar esta socialización diferenciada en los entornos cercanos, de acuerdo con los trabajos mencionados, las mujeres generan otras trayectorias de aprendizaje que se caracterizan por ser autodidactas, intuitivas y basadas en el ensayo-error. Es decir, generan modos propios para incorporarse al uso de las TIC.

Al reconocer que el género estructura los procesos de aprendizaje, la intención de fomentar los conocimientos, habilidades y capacidades tecnológicas de las mujeres es insuficiente porque ataca el resultado de

dichos procesos (las diferencias de uso) pero no el factor que constituye las diferencias; lo que se requiere es una re-significación de lo tecnológico. Por esta razón, más que hablar de alfabetización digital, se considera que el concepto central en los procesos de aprendizaje de las mujeres en, con y para las TIC es la apropiación tecnológica. Ésta se define como la manera en que las personas incorporan la tecnología a sus quehaceres cotidianos, tanto en su dimensión práctica como en su dimensión simbólica (Becerril, 2018 b, p.75). "Estas dos dimensiones que conforman las apropiaciones tecnológicas se entrelazan, por lo que cuando hablamos de uso tecnológico, estamos también aludiendo a la carga significativa que éste conlleva" (p.76). En este sentido, el concepto de apropiación tecnológica apunta a la construcción de relaciones con las tecnologías distintas a las impuestas por el orden dominante a partir de los significados que se habilitan, reconociendo la agencia de quienes integran las comunidades usuarias.

Siguiendo esta idea, si la relación de las mujeres con las TIC se ha significado desde la exclusión, los procesos de apropiación son clave para generar significaciones alternas desde otros marcos de sentido.

Concretamente, hablar de la apropiación tecnológica desde la perspectiva de género implica colocar la experiencia de las personas (en este caso, de las mujeres como sujetos de género) en el centro de los procesos de aprendizaje, considerando el conjunto de prácticas, conocimientos, motivaciones, representaciones y significados presentes en su relación con determinadas tecnologías (Becerril, 2018 a).

Pensar en procesos de apropiación tecnológica con perspectiva de género en entornos educativos formales resulta complicado porque estos espacios reproducen los estereotipos, las prácticas y los modelos de aprendizaje que mantienen la jerarquía de lo masculino asociada a las tecnologías digitales. Por eso, una alternativa a dichos espacios son las organizaciones emergentes que fomentan procesos de apropiación tecnológica de las mujeres desde perspectivas que rescaten el potencial subversivo de las mismas. En este trabajo, se considera que estas organizaciones configuran redes de tecnopolítica feminista, las cuales colocan la estructura y la dinámica de red como eje de los procesos sociales. Sierra y Gravante hablan de tecnopolítica como una mediación

transformadora y descentralizada originada por las tecnologías digitales, basada en la democracia del código y la creación colectiva (2017, p.7). Lo que distingue a esta mediación es el aspecto de la reticularidad, es decir, la estructura y la dinámica en red como resultado de enlaces cruzados en todos los niveles, donde las actividades difieren entre nodos y agentes de la red, pero se desarrollan conjuntamente a partir de objetivos compartidos.

A partir de las ideas de autoras como Monserrat Boix (2015), Sonia Reverter (2013) y Guiomar Rovira (2018), aquí se define a la tecnopolítica feminista como una propuesta para generar conexiones entre mujeres, tecnologías y otros agentes que transformen las relaciones de poder implícitas en el orden de género. En este sentido, se considera que en las redes de tecnopolítica feminista también subyace una propuesta de aprendizaje en red (networked learning), que se define como una práctica social que a través del uso de las tecnologías de la información promueve las conexiones entre personas, una comunidad y sus recursos de aprendizaje, permitiendo el logro de objetivos cognitivos individuales y colectivos (Goodyear, Banks y McConell, 2004). Al respecto, Chris

Jones señala que el aprendizaje en red implica el desarrollo de prácticas en línea y fuera de línea; no es un proceso sólo referenciado a las tecnologías digitales, sino también a los procesos habilitados por dichas tecnologías (Jones, 2008, p. 622).

Bajo esta caracterización, se ha identificado el trabajo de diversas organizaciones que promueven la apropiación tecnológica de las mujeres desde espacios no formales, sin formatos curriculares, y sin enfocarse en la generación de habilidades tecnológicas para el manejo de programas o dispositivos. De manera particular, en México se detecta el surgimiento de una red conformada por colectivos feministas y otras organizaciones que han acompañado las diferentes movilizaciones por los derechos de las mujeres durante los últimos años. En primera instancia, estos colectivos pretendían dotar a las mujeres de herramientas para la denuncia de la violencia de género, pero se fueron conectando en una red que ha propiciado la apropiación tecnológica a través de procesos que superan tal uso.

3. Marco metodológico

El corpus de esta investigación fue recopilado en un inicio en forma de base de

datos para representar las redes heterogéneas de actores y actantes que conforman la escena tecnopolítica feminista en México, bajo la perspectiva de la Teoría del Actor-Red, (Autores, 2019). Para crear la base, se compilaron los carteles de difusión de actividades que a través de la red de Facebook realizaban los colectivos más destacados del país: Ciberseguras, Luchadoras y Laboratorio de Interconectividades (Internet Governance Forum, 2017). Ciberseguras es una iniciativa surgida originalmente en México, actualmente con la participación de colectivos de Brasil, Bolivia y Guatemala, que comparten recomendaciones y recursos de seguridad digital a través de talleres y materiales en la web; Luchadoras se dedica a la producción de información con perspectiva de género (a través de su sitio web) así como a la realización de talleres sobre TICs y Género; y el Laboratorio de Interconectividades, es una propuesta hackfeminista que trabaja en conjunto con MedialLabMx y Comando Colibrí la propuesta de la autodefensa digital feminista. De la revisión de carteles de estas tres colectivas, centrada en la identificación de posibles nodos, surgieron otras organizaciones feministas enfocadas en el mismo rubro: Corazón de Robota, Epic Queen,

Hacks de Vida, por mencionar algunas. Asimismo, se encontró una presencia importante de otras organizaciones que sin ser feministas participan con la red tecnopolítica: Data Cívica, Derechos Digitales, La Sandia Digital, Article19, Wikimedia y Social TIC.

En total se capturaron 82 eventos realizados en el periodo del 24 de abril de 2016 al 25 de noviembre de 2018⁵. A partir de este corpus, se registró la información de 8 categorías: colectivos, expositores, temáticas, sedes, ubicaciones, modalidades y respaldos (es decir, organizaciones que apoyaban los eventos). En este trabajo, se exponen las relaciones significativas de dos de las categorías registradas: temáticas (es decir, el asunto central del evento) y modalidades (es decir, el formato del evento), con el objetivo de explorar los procesos de aprendizaje en red para promover la apropiación tecnológica que se han tejido desde la tecnopolítica feminista en el escenario mexicano.

Con este fin, se diseñó un abordaje metodológico híbrido consistente en la visualización de las interacciones desde el punto de vista del Análisis de Redes Sociales, aunado a la construcción de variables desde

la tradición del análisis de redes semánticas (Kim, 2013; Eddington, 2018). Como sabemos, el Análisis de Redes Sociales persigue un enfoque estructural de las relaciones en un conjunto de nodos o actores y vínculos o interacciones (Wasserman & Faust, 1994); en el caso que se expone en este artículo en relación con la centralidad de grado que indica que a mayor tamaño del nodo en la red mayor número de relaciones. A su vez, el análisis de redes semánticas consiste en la aplicación de técnicas analíticas de asociaciones de pares basadas en significado compartido, comúnmente estudiadas en la relación entre palabras, el análisis de contenido o el hallazgo de percepciones sobreuestas en un texto (Doerfel, 1998), en este caso a partir de la creación de categorías de sentido desde la confluencia de ámbitos y finalidades tanto en las temáticas como en las modalidades.

4. Resultados e interpretación

Los resultados que se presentan a continuación se dividen en dos. Primero en la categorización de sentido a partir de las redes de relaciones entre modalidades, que nos ayudó a crear las dimensiones *Reflexión*, *Apropiación* e *Incidencia* como ejes de comprensión de la acción conectiva detrás de la movilización tecnopolítica feminista

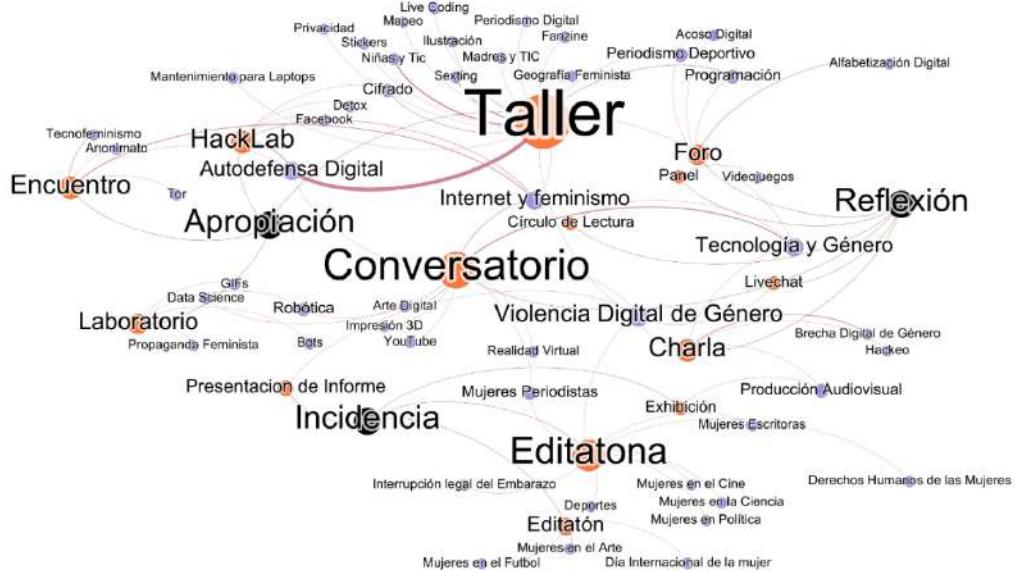


Imagen 1. Redes semánticas de Modalidades (Reflexión, Apropiación e Incidencia)

(ver Imagen 1, elaboración propia, en donde las temáticas se presentan en color violeta, las modalidades en anaranjado y las dimensiones de sentido en color negro). Estas dimensiones emergen de la pregunta: ¿qué tipo de proceso se intenta generar a través del formato del evento?

Segundo, los hallazgos semánticos en relación con las temáticas, que se

aglomeraron alrededor de las siguientes variables, también extraídas por el significado compartido: 1) *Reflexión crítica sobre violencia digital*, 2) *Creación de contenidos*, 3) *Lenguaje computacional*, 4) *Perspectiva de género*, 5) *Prácticas de autodefensa* y 6) *Formatos de intervención* (Ver Tabla 1). Estas variables surgen de la pregunta: ¿cuáles son los temas generales en torno a los cuales se organizan estos eventos?

Dimensión de sentido (Modalidades)	Modalidades	Variables de Sentido (Temáticas)
	Conversatorio	

Reflexión	Charla Foro Panel Círculo de lectura <i>Livechat</i>	Reflexión Crítica sobre Violencia Digital
Apropiación	Taller Encuentro Hacklab Laboratorio	Creación de Contenidos Lenguaje Computacional Perspectiva de Género Prácticas de Autodefensa
Incidencia	Editatona Editatón Presentación de Informe Exhibición	Formatos de Intervención

Tabla 1. Dimensiones y Variables semánticas. Fuente: elaboración propia.

Respecto a las dimensiones en el plano de las modalidades, los resultados rebasaron el supuesto inicial que era encontrar prácticas de apropiación. En su lugar se obtuvo esta misma dimensión, pero en medio de otras dos que le acompañan muy de cerca: reflexión - que implica el análisis de las relaciones con tecnología sin poner en práctica los aprendizajes- e incidencia -que implica el uso específico de las tecnologías para influir o modificar situaciones concretas. Esto es importante porque supone un esquema de análisis no sobre una sino sobre tres dimensiones de las redes de aprendizaje

informal analizadas, como se explica a continuación.

En primer lugar, aparece la dimensión semántica denominada *reflexión*, basada en las modalidades: *Conversatorio, Charla, Foro, Panel, Círculo de lectura* y/o *Livechat*¹⁰. Estas modalidades promueven la socialización y la significación desde una perspectiva dialógica, sin pasar por el uso. El eje de estas modalidades es la conversación, con el intercambio de experiencias, saberes, dudas, opiniones y propuestas desde la horizontalidad (esto es, aunque suponen la

¹⁰Charlas a través de plataformas digitales, a diferencia de las otras modalidades, que son presenciales

participación de especialistas en los temas, se busca no resaltar la categoría de expertas en el reconocimiento de que todas las aportaciones son valiosas). La conversación, como eje de la socialización de significados que fomentan la reflexión, no busca generar consensos sino ampliar los marcos desde los cuales se producen colectivamente otras significaciones de las tecnologías en la vida de las mujeres.

Estas modalidades sirven para la variable de sentido denominada *reflexión crítica sobre violencia digital*, en particular con las temáticas *violencia digital de género y tecnología y género*. Esto, sin duda, nos indica una preocupación por identificar, compartir experiencias y generar redes en torno a una problemática vital para la población femenil. No obstante, a la par surge la variable temática *perspectiva de género*, con temas relativos a las diferencias en el uso de los dispositivos, las prácticas y los hábitos digitales; e incluso posturas teóricas y políticas específicas, como el feminismo y el tecnofeminismo, que en sí mismas constituyen marcos de interpretación para la relación de las mujeres y las tecnologías. Por todo esto, aunque en la dimensión *reflexión* no existan actividades que promuevan el uso, sí

abona a los procesos de apropiación al redesignificar prácticas, plataformas, dispositivos y experiencias a través de ejercicios dialógicos.

Enseguida se encuentra la dimensión *apropiación* acompañada de las modalidades: *Taller, Hacklab, Encuentro y Laboratorio*. Estas modalidades están orientadas a promover el uso (aprendizajes de programas, dispositivos o plataformas), enlazadas a un nivel de subjetivación colectiva (donde los aprendizajes se generan en acompañamiento). En las modalidades de apropiación se reconoce la agencia de las mujeres, ya que están centradas en el hacer, experimentar o fabricar. Una primera relación significativa surge de la modalidad *taller* (como espacio colectivo, creativo y, horizontal) y la variable temática *creación de contenidos*. Esta relación indica una propuesta de aprendizaje encaminada a la generación de productos comunicativos: fanzines, gifs, ilustraciones, mapas, videos, etc. En este sentido, subyace otro propósito: convertir a las mujeres en emisoras, con mensajes propios, producidos con las tecnologías digitales.

Otro nodo destacado es *prácticas de autodefensa*, como una variable de sentido temático que emerge ligada a la variable *reflexión crítica sobre violencia digital* (el tema central de la dimensión reflexión). Aquí se interpreta que generar conocimientos en torno a los temas de seguridad digital, cifrado, anonimato o privacidad contribuye a prevenir, disminuir o bloquear las prácticas de violencia digital que enfrentan las mujeres. Dichos conocimientos incluyen estrategias para el uso de plataformas de uso cotidiano (como *Facebook*), programas de navegación segura (como *Tor*) o herramientas para grupos específicos (madres, periodistas, activistas).

Dos temas merecen mención especial: *autodefensa digital* como una propuesta feminista que busca transitar del concepto de riesgo al concepto de prevención de las violencias; y *sexting seguro*, que además de conocimientos sobre seguridad digital supone un proceso de apropiación del cuerpo, la sexualidad y el derecho al goce. Así, en este nodo se promueven usos, socializaciones y significaciones que reivindican el derecho a participar en las TIC: frente a las violencias que buscan excluirlas de los entornos digitales, las mujeres transforman su posición

de víctimas para mantenerse como participantes activas.

La variable temática *prácticas de autodefensa* aparece vinculada a la modalidad de *HackLab* o laboratorio *hacker* feminista, lo que implica procesos de apropiación con características específicas: a) el uso de *software libre*, de códigos y licencias abiertas procedentes del paradigma de la cultura libre de internet, que pugna por la autonomía tecnológica fuera de las lógicas de las empresas dominantes; b) la socialización desde la ética *hacker*, que coloca el gozo en el centro del uso de las tecnologías; y c) la recuperación del significado de *hackear* como usar las tecnologías en modos transgresores, creativos, con propósitos distintos para los que fueron diseñadas. Encontrar una propuesta que les permita a las mujeres la autonomía, el gozo y la transgresión habla de una apropiación opuesta a los usuales procesos de socialización de las tecnologías.

En este sentido, una última relación significativa es la de los *HackLabs* con la categoría temática *lenguaje computacional*, que incluye temas que se consideran de alta especialización como programación, robótica, bots o *livecoding*. Estos temas conllevan el

desafío de manejar el *lenguaje* de los dispositivos tecnológicos, de *ordenar* las actividades que éstos realizan, y en cierta medida, de *dominar* las tecnologías. Así, las temáticas y modalidades de la red de *apropiación* se ligan con las posibilidades de participar de otra manera en los entornos digitales, en rubros como el arte, el periodismo e incluso el activismo.

Desde esta posibilidad, aparece la dimensión *incidencia* centrada en las modalidades de intervención: *Editatona*, *Editatón¹¹*, *Presentación de Informe* y *Exhibición*, con actividades con resultados significativos no solo para las mujeres que participan en su proceso de producción sino para personas en general dentro y fuera de los entornos digitales: exhibición de producciones audiovisuales que son difundidas ampliamente, informes sobre problemáticas específicas, o la creación de contenidos para la web. En este sentido, la *Editatona*, que se realiza con el propósito de aumentar las entradas sobre mujeres en Wikipedia, se consideran la modalidad más completa dentro de la red de aprendizaje: implica una reflexión sobre la desigualdad de género en

contenidos en los sitios web; genera procesos de apropiación tecnológica para el uso de una plataforma de creación de contenidos, con el aprendizaje de reglas de edición y de escritura enciclopédica; e incide directamente en Internet, al aumentar la cantidad y calidad de referencias informativas con perspectiva de género en la enciclopedia más consultada del mundo.

5. Reflexión final

Aunque el objetivo inicial era analizar la apropiación en la red de colectivos feministas, la aparición de las otras dos dimensiones (reflexión e incidencia) a partir de la conexión de modalidades revela relaciones significativas que contribuyen a los procesos de apropiación tecnológica en México. Como se intuye, estas tres dimensiones se complementan e incluso hay eventos en los cuales es imposible distinguir cuál aparece con mayor énfasis debido a que más que opciones a elegir se trata de ecosistemas de aprendizaje interconectados que se acompañan con el paso de las espacio-temporalidades. En todo caso, el resultado muestra que el nivel de apropiación es llevado

¹¹ Un Editatón es un maratón de edición de artículos de Wikipedia realizado en espacios determinados, donde cualquier persona puede participar. La diferencia con la Editatona radica en que en esta última: a) solo participan mujeres; b) solo se editan temas relacionados con las mujeres.

más allá cuando existen prácticas de incidencia o enunciación política más elaborados. Asimismo, no por ello menos importante, la reflexión se convierte en una variable de entrada a las prácticas de apropiación.

En conclusión, el análisis de las redes de aprendizaje que se conforman durante el trabajo de los colectivos de tecnopolítica feminista en México revela una propuesta que busca transformar la relación de las mujeres con las Tecnologías de la Información y la Comunicación a través de su uso, socialización y significación. En específico, con la aparición de un ecosistema de interrelaciones de reflexión, apropiación e incidencia entre temáticas y modalidades que posibilita otras formas de participación política entendidas como nuevos marcos de sentido con perspectiva de género.

6. Referencias

- Becerril, W. (2018 a). Mujeres que codean: la apropiación tecnológica de estudiantes egresadas de Laboratoria en México. *Controversias y concurrencias latinoamericanas Vol. 10 N°16*, 67-75.
- Becerril, W. (2018 b). Indagar las apropiaciones tecnológicas desde una perspectiva de género feminista. En S. Lago (coord.), *Acerca de la apropiación de tecnologías: teoría, estudios y debates* (págs. 65-84). Buenos Aires: Del Gato Gris.
- Boix, M. (2015). Desde el Ciberfeminismo hacia la Tecnopolítica feminista. *Revista Pillku, 18*. Disponible en <https://pillku.org/article/desde-el-ciberfeminismo-hacia-la-tecnopolitica-fem/>
- Braidotti, R. (2002). Un ciberfeminismo diferente. *Debats, 76*, 100-117.
- Castaño, C. (2005). *Las mujeres y las tecnologías de la información. Internet y la trama de nuestra vida*. Madrid: Instituto Andaluz de la Mujer.
- Castaño, C. (2016). La brecha de género en la 4^a revolución industrial. *Gaceta sindical: reflexión y debate, (27)*, 97-106.
- Castaño, C. ; Caprile, M. (2010). Marco conceptual sobre género y tecnología. En C. Castaño, & M. Castells (Ed.). *Género y TIC. Presencia, posición y políticas* (pp. 21-81). Barcelona, España: UOC Ediciones.
- De Sanmamed, A., Flecha, F. & Elboj, C. (2002). Mujeres, aprendizaje dialógico y transformación social. *Contextos educativos: Revista de educación, 5*, 159-172.

Doerfel, M. L. (1998). What constitutes semantic network analysis? A comparison of research and methodologies. *Connections*, 21(2), 16-26.

Eddington, S. M. (2018). The Communicative Constitution of Hate Organizations Online: A Semantic Network Analysis of "Make America Great Again". *Social Media+ Society*, 4(3), 2056305118790763.

Goodyear, P., Banks, S. H. & McConell, D. (2004). *Advances in Research on Networked Learning*. Londres: Kluwer Academic Publishers.

Gross, B. (2011). *Evolución y retos de la Educación virtual*. Barcelona: UOC.

Haraway, D. (1995). *Ciencia, Cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra.

Hargittai, E. (2007). Whose Space? Differences Among Users and Non-Users of Social Network Sites. Journal of Computer-Mediated. *Digital Media and Masculinity Communication*, 13(1), 276-297.

Hawthorne, S., & Klein, R. (1999). *Cyberfeminism*. Melbourne: Spinifex Press.

Internet global forum

INEGI- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2015). *Encuesta Nacional sobre sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

Internet Governance Forum (2017). Latin America in a Glimpse: Gender, Feminism and Internet in Latin America. Suiza: Derechos Digitales/APC.

Jones, C. (2008). Networked Learning-a social practice perspective. In *Proceedings of the 6th International Conference on Networked Learning* (pp. 616-623). Lancaster: Lancaster university.

Kim, L. (2013). Denotation and connotation in public representation: semantic network analysis of Hwang supporters' internet dialogues. *Public understanding of science*, 22(3), 335-350.

Maffía, D. (2017). Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 12-(28), 63-98.

Natansohn, G. (2014). Por una agenda feminista para Internet y las comunicaciones digitales. *III Congreso Género y Sociedad, Voces, cuerpos y derechos en disputa*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

Natasohn, G. (2013). *Internet en código femenino. Teorías y prácticas.* Buenos Aires: La Crujía.

Núñez, S. (2011). Activismo y colectivos en red: praxis feminista y violencia de género. *Asparkía. Investigación feminista*, 85-98.

ONU. (2015). *Informe final del Grupo de Trabajo sobre Género de la Comisión de Banda Ancha.* Nueva York: Comisión de las Naciones Unidas para la Banda Ancha-UIT-UNESCO.

ONU-Mujeres (2018) Comunicado del Día Internacional de la Erradicación de la Violencia contra la Mujer. Ciudad de México: ONU Mujeres.

Ortner, S. (1984). Theory in Anthropology since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History* 26(1), 126-165.

Pagola, L. (2010). Sensibilización tecnológica, mujeres construyendo la sociedad del conocimiento. En S. Chaher, & S. Santori, *Las palabras tienen sexo II. Herramientas para un periodismo de género* (pp. 73-91). Buenos Aires:Artemisa Comunicaciones.

Pedraza C. & Rodríguez C (2019). Resistencias sumergidas. Cartografía de la

Tecnopolítica Feminista en México.
(Manuscrito sometido para publicación)

Plant, S. (1998). *Ceros + Unos. Mujeres digitales y la Nueva Tecnocultura.* Barcelona: Destino.

Rebollo-Catalán, Á., Pérez, R., & Vico-Bosch, A. (2015). El aprendizaje de las mujeres de las redes sociales y su incidencia en la competencia digital. *Prisma Social: revista de investigación social*, 15, 122-146.

Reverter, S. (2013). Ciberfeminismo: de virtual a político. *Teknokultura*, 451-461.

Reverter, S. (2001). Reflexiones en torno al Ciberfeminismo. *Asparkía: investigació feminista*, (12), 35-51.

Rovira, G. (2018). El devenir feminista de la acción colectiva: las redes digitales y la política de prefiguración de las multitudes conectadas. *Teknokultura*, 15 (2), 223-240.

Sierra, F. & Gravante, T. (2017). *Networks, movements and technopolitics in Latin America. Critical analysis and current challenges.* Palgrave-IAMCR.

UIT. (2017). *Mesuring the Information Society Report.* Ginebra: Unión Internacional de Telecomunicaciones.

UNESCO. (2019). *Descifrar el código: la educación de las niñas y las mujeres en ciencias, tecnología, ingeniería y matemáticas (STEM)*. Paris: UNESCO.

Vergés, N., Hache, A., & Cruells, E. (2011). Indagando en la relevancia de Internet en el acceso, uso y deseos de las TIC por parte de las mujeres. *Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la*

Sociedad de la Información, 12,(2), 105-121.

Wajcman, J. (2006). *El Tecnofeminismo*. Valencia: Cátedra.

Wasserman, S. & Faust, K. (1994). *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

Zafra, R. (2005). *Netianas. N(h)acer mujer en Internet*. Madrid: Lengua de Trapo.

Una campaña y un repertorio digital dentro de la ola feminista global: #MeToo en México

A campaign and a digital repertoire within the global feminist wave: the Mexican #MeToo

Guiomar Rovira Sancho ¹²

Resumen: Como parte del repertorio de protesta de las multitudes conectadas feministas, la campaña transnacional del #MeToo se extendió como meme por todo el mundo. En esta ponencia se explora su crecimiento como constelación performativa en México entre marzo y abril de 2019. El #MeToo mexicano fue breve e intenso, se especializó por profesiones y generó una comunidad afectiva alrededor del #YoTeCreo. El sostenimiento del hashtag implicó un gran esfuerzo por parte de las jóvenes activistas que lo impulsaron y que recibieron una andanada de críticas y ciberviolencia en su contra. Sin embargo, el #MeToo como acción directa digital, marcó un antes y después en México, al distribuir el miedo a ser denunciados entre los hombres. La teoría de la acción colectiva contenciosa permite analizar el despliegue de este repertorio de ciberacción, tomando como eje las voces y testimonios de sus protagonistas, así como la polémica que se generó.

Palabras Clave: #MeToo, multitudes conectadas feministas, acción directa digital.

Abstract: As part of the repertoire of protest from feminist connected crowds, the transnational #MeToo campaign spread as a meme around the world. This presentation explores its growth as a performative constellation in Mexico between March and April 2019. The Mexican #MeToo was brief and intense, specialized by professions and generated an affective community around the #YoTeCreo. Sustaining the hashtag involved a great effort on the part of the young activists who promoted it and who received a barrage of criticism and cyber violence against them. However,

¹² Dra Guiomar Rovira Sancho, profesora investigadora de la Universidad Autónoma Metropolitana, México.
Ondina_peraire@yahoo.com

#MeToo as a direct digital action, marked a before and after in Mexico, by distributing the fear of being denounced among men. The theory of contentious collective action allows us to analyze the deployment of this repertoire of cyber action, taking as its axis the voices and testimonies of its protagonists, as well as the controversy that was generated.

Key words: #MeToo, feminist connected crowds, digital direct action

#MeToo: un repertorio de protesta de las multitudes feministas

La acción colectiva contenciosa se ha visto transformada por Internet y las redes digitales. Las multitudes conectadas son un tipo de actor político emergente sobre todo entre 2011 y 2015 en el mundo que se caracterizan porque la comunicación digital les es constitutiva: pueden cooperar sin la copresencia, lo que les otorga una maleabilidad inesperada para la acción y a la vez una imposibilidad de cierre. Como luchas autoconvocadas, las multitudes se abren a la intervención de cualquiera y generan constelaciones performativas (Fuentes, 2015; Rovira, 2019). No hay un comando o comisión que dirija, la multitud conectada se orienta o desorienta sola.

La actual ola feminista global es consecuencia de la gravedad de las dinámicas sistémica de la expulsión de la vida (Sassen, 2015) pero también de este modo de hacer, decir y conectar en red, cercana a lo amateur

y no a lo experto/profesional/ militante. La red, cuya esencia es la apertura y autonomía de los nodos, abre el código de las luchas, hackea y desestabiliza la cultura organizativa de los movimiento sociales, sus tendencias más programáticas o centralistas. Así, la red pluraliza, desborda, distribuye las voces, y en ese sentido, feminiza la acción colectiva. Es en ese sentido que Baer (2016) dice que las redes están "re-haciendo" el feminismo, llevándolo más allá de sus propias teorías, grupos y organizaciones.

En 2015, la movilización de #NiUnaMenos contra el feminicidio en Argentina marcó el parteaguas de la ola de multitudes feministas en América Latina. En México, el 24 de abril de 2016 estalló la Primavera Violeta y las mujeres tomaron las calles desde Ecatepec hasta la capital. En Chile, en mayo de 2018, las protestas contra el acoso sexual en las universidades derivaron en irrusiones multitudinarias que duraron semana.

Las multitudes conectadas de mujeres en el mundo no han parado de crecer. El

repertorio de acción colectiva contenciosa (Tilly, 1978; Tarrow, 2004) de esta ola ha sido muy variado, con la aparición de formas modulares, replicadas y remixteadas, y también con el ensayo de sincronicidades globales y de acción onlife: simultáneamente en redes digitales y calles. Desde 2017, se repite el llamado a Huelga internacional de Mujeres para el 8 de marzo. Las performances y coreografías se extienden, como en el caso de "El violador eres tú" de las chilenas LasTesis en 2019. Los encuentros, los "tendederos" o murales de denuncias, los videoposts sobre el acoso callejero, la intervención gráfica y artística, el posporno, el rap feminista, el bordado como acto político, los lemas traducidos, los cánticos contagiados en múltiples países, los símbolos como los pañuelos verdes por el aborto...

Dentro de este sinnúmero de formas de lucha, ha habido prácticas vernáculas de las redes digitales, es decir, específicamente online: campañas globales de "acción conectiva". Bennett y Segerberg (2013) hablan de que "la acción conectiva" ocurre cuando los marcos de acción personales o las "ideas fácilmente personalizables" se enlazan vía redes digitales.

El concepto de repertorio de la contienda proporciona un marco para examinar el

desarrollo de tácticas en los movimientos sociales (Rolfe, 2005:66). La tecnopolítica para la emancipación recurre a hashtags para potenciar llamados a la acción y difundir información, pero un hashtag pueden convertirse en sí mismo en un asentamiento virtual (Jones, 1997): un "lugar" on line donde se construye una serie códigos culturales, a veces efímeros a veces más duraderos, donde la gente se instala y genera procesos que inciden luego en el espacio de la vida off line. El #MeToo salta a distintos contextos, se itera, muta y permite establecer una conversación sin límite, simultáneamente arraigándose y a la vez desterritorializándose.

La calidad de meme del hashtag aceita su potencia. #MeToo deviene unidad icónica que señala y representa la alarmante extensión de la violencia de género. Un fenómeno propio de la comunicación digital es el borramiento de diferencias entre lenguaje e imagen. La imagen funciona a veces como unidad lingüística (véase el caso de los emoticones), se vuelve un ítem conversacional. Y a la vez el texto deviene meme con su iconización. Piñeiro y Martínez (2016) hacen esta reflexión para analizar el hashtag #ViajoSola como meme extendido en Twitter tras el asesinato de dos chicas en Ecuador y que la prensa lo

atribuyera a que "viajaban solas". También Samantha Thrift (2014) caracteriza la campaña de #YesAllWomen como "feminist meme event" adaptando la categoría de "feminist media event" a Twitter. El caso del #MeToo es sin duda un acontecimiento memético feminista: no se trata de una convocatoria a algo externo a la red, sino que se convierte en sí mismo en punto de anclaje, lugar y posibilidad de intervención política. La lógica narrativa del hashtag, su habilidad para producir y conectar historias individuales, aceita su crecimiento, su impacto, mutación y diversificación.

El #MeToo como ciber-acción directa

La acción directa es el Do It Yourself (DIY) de la política contenciosa, muy en sintonía con el espíritu hacker propio de las redes: hacer lo que se puede con lo que se tiene, sin recurrir al lugar autorizado para ello. Rebón explica que a "través de la acción directa los actores sociales procuran lograr sus objetivos desbordando, prescindiendo o vulnerando los canales institucionales del orden social para el procesamiento de sus demandas" (2012: 2).

Como repertorio, el #MeToo es acción directa: no apela al estado ni a los tribunales. No busca generar reuniones de mujeres para

curar heridas a puerta cerrada, sino que arroja el daño al espacio público ampliado de lo digital viralizado. Los hombres expuestos como agresores son heridos con una marca: un antes y después de ser denunciados, como en el antes y después de toda violación (aunque no son comparables).

Se convierte entonces en un repertorio de acción directa online que se vuelve global, como "the result of 'extending the philosophy of activism and direct action into the "virtual" world of electronic information exchange and Communications'" (Electrohippies, 1999). Critical Art Ensemble ya anunció: "The locus of power is becoming virtual, and to remain relevant the site of protest must accommodate this".

#MeToo exhibe la ineficacia (social, cultural, legal) del acceso a la justicia para las mujeres agredidas sexualmente

El MeToo, como *escrache* digital (Ruiz Navarro, 2019) fue acusado de ser una cacería de brujas. Sin embargo, invierte los términos: cualquier hombre puede aparecer denunciado. Ni la iglesia ni el estado pueden detener la visibilidad en red que ejercen hordas de mujeres. En este sentido, el MeToo es un "hack", un fallo en el sistema, un cambio

de modo. La grieta, el exploit (Galloway y Tacker, 2007) es posible en un aparato técnico capturado por algoritmos, negocios y vocación de control.

Hashtag #feminismo

Sin duda, las redes han transformado las formas de defensa y acción dentro de los movimientos emancipatorios. Contar online y conectar las historias personales distingue "hashtag feminismo" de otras formas de política feminista (Clark, 2016).

Las plataformas de redes digitales dan lugar a "prácticas vernáculas" (Mendes, Ringrose y Keller, 2019) que extienden las posibilidades de sus protocolos técnicos más allá de las opciones preestablecidas. Twitter limita sus mensajes a 280 caracteres y a la vez "permite a los usuarios agrupar mensajes por tema, articulando ciertas palabras o frases precedidas por el signo numeral o hashtag (#), como "etiqueta" (Van Dijck, 2016:120). Esto hace posible generar tendencias (trending topics). Por su naturaleza conversacional y como sistema de distribución de titulares de noticias, es una herramienta periodística y de información que ofrece conectividad, inmediatez y alcance global.

Aunque Twitter es la plataforma donde creció el #MeToo, el activismo feminista digital es multicaso y multiplataforma. Las campañas de hashtags funcionan dentro de una compleja expansión de las multitudes de mujeres como tal, en redes diversas, medios, acciones y discursos contra la violencia sexual, el patriarcado y otras formas de opresión.

Aunque es relativamente fácil implicarse en el feminismo digital, no todas las mujeres tienen acceso a la red. A la vez, hay barreras emocionales, mentales y prácticas que crean una diferencia en las experiencias, que dan mayor fuerza o legitiman unas voces sobre otras. En México, fueron jóvenes urbanas con actividades vinculadas a la comunicación, el arte, la política o la academia las echaron a andar el #MeToo, que fue recibido por una comunidad más amplia que dijo #YoTeCreo.

Acercamiento metodológico

Esta investigación cualitativa analiza a partir de etnografía digital y testimonios el devenir de este repertorio de acción directa digital en México en su momento más álgido, entre marzo y abril de 2019, a partir de la voz de sus activistas. La mayor parte de los testimonios corresponden de la *Asamblea #MeToo*, realizada en la Casa Galván de la

Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) de la Ciudad de México el 13 de septiembre de 2019. (Se las identifica sólo como activistas de la Asamblea de la UAM (AUAM)).

Cómo empezó todo: #MeToo en el mundo

Alyssa Milano escribió en Twitter el 15 de octubre de 2017 como parte de la campaña contra el productor de Hollywood Harvey Weinstein: "If you've been sexually harassed or assaulted write 'me too' as a reply to this tweet."¹³ En sus primeros 45 días, el #MeToo se extendió a 85 países, fue usado más de 85 millones de veces (Sayej, 2017).

En México, ya había circulado en las redes el tema del acoso y la violencia sexual. En #RopaSucia (en 2015) se recopilaron frases misóginas de los grandes escritores y editores mexicanos; posteriormente de #MiPrimerAcoso (en 2016) salió a la luz que las primeras agresiones sexuales a las mujeres ocurren en la infancia. Otro hashtag de gran impacto fue #SiMeMatan (en 2017), donde se parodió la revictimización de las mujeres asesinadas en las coberturas mediáticas. A fines de 2017 inició el #MeToo, en México pero se movió poco. Fue la periodista Carmen Aristegui quien entrevistó actrices y mujeres del mundo de la cultura y

el deporte que denunciaron haber sufrido agresiones sexuales a lo largo de sus carreras (Ávila, 2019).

No fue hasta marzo de 2019 que el #MeToo se convierte en una fuerza disruptiva. La periodista Ana G. González publicó en Twitter que el escritor Herson Barona golpeó, manipuló, embarazó y amenazó a más de diez mujeres. Se canceló la presentación de su último libro en la Ciudad de México. Al día siguiente, 23 de marzo, apareció en Twitter @MeTooEscritores: "Si te da miedo denunciar, manda un mensaje y publicamos el nombre del agresor #MeTooEscritoresMexicanos #NoEstásSola #SeVaACaer". En menos de 48 horas, 134 escritores fueron mencionados, ocho de ellos por más de cinco mujeres.

En dos días, #MeTooPeriodistasMexicanos recibió 120 denuncias.

Como constelación performativa anclada en Twitter, el caso mexicano saltó a los grandes medios internacionales: "Antes lo reportaron Al Jazeera, The New York Times, The Washington Post y The Guardian que los medios mexicanos" (en Díaz Barriga, 2019).

¹³ La primera en usar el Me Too en 2006 fue Tarana Burke, trabajadora social afroamericana, para solidarizarse con una joven víctima de violación.

El tsunami de testimonios con nombres y apellidos de presuntos agresores se diversificó por gremios y localidades, en más de 40 cuentas abiertas de forma independiente y espontánea por grupos de mujeres.

El 11 de abril de 2019 se hizo el *Foro #MeTooMx* en la CDMX.

#MeTooAgencias había recibido más de 600 demandas. #MeTooEscritores apareció con 194 denuncias y 147 personas señaladas, 20 de ellas nombradas más de una vez. L #MeToo Artes y Creativos ya estaban desactivadas para entonces, pero entre ambas sumaban 249 denuncias contra 172 personas. #MeTooPeriodistasMexicanos recibió 329 denuncias: 197, 12 de ellos en más de tres ocasiones. En #MeTooCineMexicano se recibieron 129 señalamientos.

El #MeTooAcademia se diversificó por centro educativo y a los tres meses contaba con más de 350 de denuncias.

Mover el #MeToo: el esfuerzo y la dedicación de las activistas

La gestión de la campaña en Twitter supuso una gran inversión de tiempo, dedicación emocional, además de una enorme exposición a recibir ciberviolencia. Los tuits del #MeToo no eran respuestas frívolas, sino

testimonios producidos con cuidado, reflexionados después de noches de insomnio. Implicaron encuentros, asambleas y talleres:

Muchas de las morras que denunciaron y que son periodistas se dieron cuenta de que incluso ellas no saben contar esa historia. Entonces se hicieron talleres, lo impartió N. que nos está acompañando hoy. Nos preguntamos cómo nos empezamos a formar para no continuar con esa narrativa. (AUAM)

Como multitud conectada, que no parte de un plan o de una organización previa, el #MeToo fue imprevisible y proliferante. Una activista explica: "Uno de los problemas que nos cayó encima es que los procesos de denuncia eran muy diferentes unos de otros. Entonces era difícil plantear medidas comunes" (AUAM). Al mismo tiempo se intentaba tejer protocolos para tener cierta coherencia y sobre todo control de daños

La experiencia fue difícil:

Los primeros días estábamos completamente en shock, y creo que hablo por todas, leímos un montón de compañeras, incluso también teníamos varios amigos que estaban saliendo con sus nombres, y fue de verdad un momento súper complicado... (AUAM)

El #MeToo pasa a impactar otros espacios organizativos. Se generaron una serie de prácticas y procedimientos que extendieron como caja de herramientas a quienes iniciaron nuevos hashtags.

Además parecía importante organizar capacitaciones porque había muchas dudas sobre cómo denunciar, y también fue interesante notar que muchas no conocían sus derechos laborales. Entonces empezamos a movernos justo con el tema de las violencias digitales, y empezamos a organizar talleres sobre seguridad digital, derechos laborales, organizamos también sesiones de contención con alguna psicóloga... (AUAM)

La campaña supuso un desgaste para las implicadas, que:

Un mes y medio después, de 120 compañeras, llegábamos 7 a las reuniones. Y yo creo que eso tiene que ver mucho con la violencia que vivieron las chavas. Pues muchas nos decían, "no, yo ya no quiero ir", "que no quiero que sepan que fui yo la que denunció", o que "si denuncio en mi trabajo me van a correr". También hubo muchas que en sus espacios de trabajo, en algunas redacciones, a pesar de no haber protocolo, iniciaron como "pseudo procesos" de investigación internos, en lo que apelaban, era "sentarlos en frente y que lo arreglaron

entre ellos". Entonces también fue todo muy desagradable.(AUAM)

La identidad confidencial de las denunciantes

Las cuentas del MeToo ocultaron la identidad de las denunciantes. Las activistas apelaron a la Ley General de *Acceso de las mujeres a una vida libre de violencia*, que plantea la confidencialidad de quien denuncia.

La asamblea MJM aseguró que el #MeToo nunca quiso ser un tribunal:

no es un mecanismo de denuncias que pretenda el escarnio público, es una *herramienta política*. Lo que ha ocurrido en la sombra (toda violencia machista es la sombra de un poder que opera camuflado) es lo que debe ser nombrado, sacado a la luz.

Sobre los nombres de los agresores, no había duda:

Se publican para que esto no le pase a ninguna otra y para mostrar que hay muchas que aún no han podido hablar. Lo hacemos conscientes del privilegio y también de la responsabilidad de ser visibles (MJM, 2019).

Revelar la identidad del agresor rompe con lo que Alcoff (2019) denomina la tendencia de

la estructura confesional. Explora el potencial transgresor del discurso de las agraviadas, que es el de desenmascarar a quienes permanecen ocultos, nombrarlos en un espacio *no adecuado*, pero que *se hace oír* gracias al efecto enjambre de la red.

Es así que el #MeToo transgrede los lugares autorizados (ministerios públicos, juzgados, psicólogos o confesionarios) para hablar de violencia sexual y afirma que solamente las víctimas tienen material de primera mano y experiencia corporizada para decir lo que es una agresión.

La activista Mayeli Sánchez escribió:

#MeToo no es en sí un movimiento homogéneo y coordinado por una sola instancia, no es una organización estructurada, no es un medio de periodismo, y no, no se estructura como un proceso investigativo, pero sobre todo no es un tribunal. Es un ya basta que nace de siglos de silencio, de nudos en la garganta, heridas en el cuerpo y mucha muerte. Es un *mecanismo de amplificación* de nuestra voz después de muchas experiencias, diversas y singulares aunque con origen común, de injusticia tras sufrir violencias múltiples y no encontrar maneras útiles de enfrentarlas (2019).

MJM dijo que el #MeToo es parte de

una lucha más amplia emprendida desde hace décadas por mujeres que nos han enseñado algo fundamental: la violencia contra nosotras no es un hecho aislado sino sistemático que se reproduce a causa de la impunidad. Hoy hemos roto ese pacto de silencio: escribimos estas palabras y actuamos colectivamente porque vivimos en un país en el que nueve mujeres al día son asesinadas... (2019).

Contar y contarnos: la comunidad afectiva del #YoTeCreo

El #MeToo rompió de forma abrupta con esa capacidad de *desestimar preventivamente* las voces de las víctimas de violencia sexual (Alcoff, 2019:56) y creó una comunidad de escucha con el hashtag #YoTeCreo:

Cuando una morra iba a publicar una denuncia, nos organizábamos para que saliera una respuesta masiva de otras 70, 80 morras diciendo #YoSíTeCreo. Parecía super importante que ellas también tuvieron un respaldo público de otras mujeres. (AUAM)

Los asentamientos virtuales alrededor de un hashtag, como espacios donde “contar y contarnos”, acaban con el silenciamiento moral, habilitan un *contar tanto* en el sentido de ser *tomada en cuenta* como de poder

contar la propia historia. Lucila Sandoval, denunciante en el #MeToo, explica:

Nunca en la historia de nuestro país ha habido un momento en el que una pueda voltearse con una mujer que redacta temblorosa su denuncia y decirle "No te preocunes, te van a creer." Aunque desde muchos espacios llevemos años cantando la consigna "Hermana yo te creo" sabemos que esa no es la respuesta común, que la denuncia pública o confidencial va en paralelo al proceso de revictimización e incluso amenazas. (2019)

El #MeToo se vuelve una comunidad afectiva que abraza y escucha. Colectiviza el dolor. Lo que se confiesa en terapia, el #MeToo lo saca a la luz pública de la red. Participar en este *feminismo* de hastag ha forjado adictas al activismo más que a la terapia.

El quiebre del #MeToo mexicano

El 1 de abril de 2019, Armando Vega Gil, bajista de la mítica banda de rock Botellita de Jerez, se suicidó tras ser acusado en @MeTooMúsicamx. En su carta póstuma en Twitter, sostuvo: "Mi vida está detenida, no hay salida. Sé que en redes no tengo manera de abogar por mí". Pedía disculpas a las mujeres que hizo sentir incómodas con sus

"modos machistas", y reconocía que "esta batalla es complicada, pues los hombres, los machos, somos criaturas de nuestros tiempos". Su tuit recibió 27.1 menciones, 11.2 m retuits y 3.3 m comentarios.

Una respuesta argüía: "Las redes sociales se volvieron en la Santa Inquisición, juzgan, destruyen y no le dan derecho a los acusados a defenderse porque si se defiende es culpable y si no se defiende es culpable". Otro mostraba su enojo: "Solo un grupo de fanáticas histéricas llamándolo violador antes de un juicio y aprovechándose de que era una figura pública para usarlo de peón en su lucha contra el supuesto patriarcado."

Antes de cerrar, @MeTooMusicaMx calificó el acto de Vega Gil de "chantaje mediático": "no hay denuncias falsas, hay cobardes intentando huir de la verdad".

Se acusó a las jóvenes del #MeToo de inmadurez, de falta de agencia, de puritanas, de victimizarse y enfrentar a los sexos, sin investigar ni respetar la presunción de inocencia. La periodista Blanche Petrich señaló el riesgo de "soltar en las benditas (o malditas) redes sociales todos estos demonios bajo el supuesto de "tirar" el machismo y el abuso contra las mujeres" y reclamaba filtros y procesos de verificación: "Hubo denuncias con sabor a mentira, a

exageración, a morbo, a revancha. A ratos #MeToo parecía un tribunal sumario, histérico, acrítico."

El 2 de abril apareció la cuenta MeTooHombres bajo @MeTooMenPower. En 24 horas contaba con 9 mil seguidores. Emitió un llamando a atacar a la activista Dana Corres: "Este es el twitter de la "mujer" que denunció a Armando Vega Gil sin pruebas y desde el más cobarde anonimato. Curiosamente nos bloqueó sin siquiera cruzar palabra. Ya saben qué hacer." Otro tuit era una amenaza de muerte: "Rirom ecerem alle" (leído al revés: ella merece morir).¹⁴

El poder performativo de un hashtag

El #MeToo como ciber acción directa desencadenó una serie de repercusiones inmediatas. Quien salió nombrado sufrió el estigma de su exhibición pública. Era miedo viralizado: "Sí, les dimos miedo, bastante miedo. Por el prestigio. Y sí, supe de señores con mucha ansiedad revisando el Twitter a ver si su nombre salía" (AUAM).

Si algo logró el #MeToo fue que los hombres de estos sectores se pusieron a

revisar sus trayectorias. El #MeToo distribuyó sus efectos a gran escala por su mismo desborde, al nombrar una condición estructural de la que nadie escapa. "Se me ocurrió que entonces nuestra consigna de "El miedo va a cambiar de bando", quizás, se estaba materializando". (Lucila Sandoval, 2019)

El #MeToo sirvió de lista negra: "Y yo nunca había pensado en eso como la lista negra de hombres, pero sí, me parece importante, que de ahí saquemos nombres para decir con quien no queremos estar". (AUAM)

También ocurrió que muchos hombres, quizás los más intocables, no salieron.

Por otra parte, Catalina Ruiz Navarro (2019) escribía: "¿Los denunciamos a todos? ¿Es lo mismo un golpeador, que un violador, que un acosador, que un machito silvestre? ¿Los metemos a la cárcel a todos? ¿O les provocamos miedo al repudio social? ¿O buscamos que quieran cambiar estas conductas patriarcales?"

El rebote y las consecuencias para las denunciantes

Alcoff (2019) señala que son tres las formas de desactivar los discursos contra el

¹⁴ Quien ha documentado estas agresiones multiplicadas en redes contra activistas feministas es Greta Rico en su tesis de Maestría en Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma Metropolitana.

orden patriarcal, y eso ocurrió con el #MeToo: 1. Silenciar a las mujeres . 2. Descalificar su discurso tildándolo de pertenecer al dominio de la locura. 3. Recuperar su potencial disruptivo para subsumirlo en los marcos hegemónicos.

Las activistas le llamaron "el rebote": "Para el desplazamiento del lugar de la víctima, un primer paso es romper el silencio, nombrar las violencias, pero después de eso, si no puedes sostener ese proceso, el rebote te regresa otra vez al lugar de la víctima". (AUAM)

El #MeToo causó estragos y repartió dolor por todos bandos: "La espontaneidad del movimiento es algo muy fuerte y muy hermoso pero siento que nos hemos dejado llevar por ella y nos faltan, por ejemplo, estrategias de acompañamiento. Porque la denuncia es una herida que luego tiene que sanar." (AUAM)

Otro de los aprendizajes fue que lo digital no puede estar desligado de una capacidad de acompañamiento.

La lluvia de insultos o "shitstorm" (tormenta de ataques violentos y degradantes) adquirió una agresividad nunca vista: un solo tuit mandado 400 veces contra una denunciante, troleo y amenazas directas generalizadas. Mientras el #YoTeCree

fomentó la confianza, el ciberacoso funcionó para silenciar: un #YoTeCallo. Se desató la cibermisoginia ampliada: legiones de troles en defensa de la masculinidad, explica Pedraza (2019).

Limitaciones y devenires

Los límites de este repertorio de acción directa digital estuvieron marcados por su misma esencia de red, como iniciativa abierta a cualquiera:

...las denuncias falsas son un problema, porque es una estrategia política que sí nos desestabiliza. Aunque sea el 1%, jaunque sea una! ...En ese sentido, el #MeToo tuvo un solo frente y ese frente era muy débil: la red sociodigital. (AUAM)

La oportunidad de ser enjambre, tuvo una contrapartida: no tener un control central. Tras el suicidio del músico, las activistas vieron cómo perdían espacio: "Tenemos que ser más mediáticas. Y eso incluye que también generemos otros liderazgos".

La estela del #MeToo siguió generando efectos en los espacios educativos mexicanos, donde las más jóvenes empezaron a denunciar a profesores y a exigir respuesta. En agosto de 2019, una multitud feminista irrumpía en las calles de la ciudad tras tres

casos de violación a manos de policías, destrozando mobiliario urbano y lanzando diamantina rosa, con un *black bloc* que causó estupor en su acción directa y un hashtag que resumió lo ocurrido en menos de 12 horas: #FuimosTodas.

Referencias

- Alcoff, L. M. (2019). *Violación y resistencia. Cómo comprender las complejidades de la violación sexual*. Buenos Aires: Prometeo.
- Baer, H. (2016). Redoing feminism: Digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist Media Studies*, 16(1), 17–34. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1093070>
- Bennett, L., Segerberg, A. (2012). The logic of connective action. En *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Critical Art Ensemble (1996) *Electronic Civil Disobedience and Other Unpopular Ideas*. New York: Autonomedia
- Díaz Barriga, I. (7/04/2019) "Las consecuencias del movimiento #MeTooMx en la vida real, a dos semanas de su estallido virtual", Univisión. <http://uni.vi/UF2w101xTuv>
- Electrohippies (1999). "Virtual sit-in' to coincide with WTO conference", en Duncombe, S. (Ed.) *Cultural Resistance Reader*. London: Verso.
- Galloway, A.; Thacker E. (2007). *The exploit. A theory of networks* (Electronic Mediations 21). University of Minnesota Press.
- Jones, Q. (1997). "Virtual-communities, virtual settlements and cyber-archaeology: A theoretical outline". *Journal of Computer-mediated Communication*, Volume 3, Issue 3, 1 December 1997.
- Mendes, K.; Ringrose, J.; Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 236–246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>
- Mujeres Juntas Marabunta (MJM) (27/3/2019). Mujeres juntas, marabunta. En *Vía Libre, Tercera Vía* <http://terceravia.mx/2019/03/mujeres-juntas-marabunta/>
- Pedraza, C. (2019). Cibermisoginia en las redes sociodigitales: claves para el análisis desde la masculinidad. *Cuestiones de Género: De La Igualdad y La Diferencia*, (14), 51–66.
- Petrich, B. (2/04/2019). 'MeToo' mexicano, hoguera fuera de control". *La Jornada* <https://www.jornada.com.mx/ultimas/politica/2019/04/02/metoo-mexicano-hoguera-fuera-de-control-7200.html>

Piñeiro Otero, T., & Martínez Rolán, X. (2016). Los memes en el activismo feminista en la Red . # ViajoSola como ejemplo de movilización transnacional. *Cuadernos.info*, (39), 17–37.
<https://doi.org/10.7764/cdi.39.1040>

Rolfe, B. (2005). Building an Electronic Repertoire of contention. *Social Movement Studies*. Vol. 4. 1, 65-74.

Rovira, G. (2017). *Activismo en red y multitudes conectadas*. Barcelona: Icaria.

Rovira, G. (2018) "El devenir feminista de la acción colectiva: las redes digitales y la política de prefiguración de las multitudes conectadas" en *Teknokultura* Vol. 15, Nº 2. Pp. 223-240.

Rovira, G. (2019) "Constelaciones performativas y multitudes urbanas: el activismo en red, la sensibilidad feminista y la contrainsurgencia", en *Desacatos. Revista de Ciencias Sociales*, 61. 40–55.

Ruiz Navarro, C. (27/03/2019). ¿Qué hacemos con las olas de denuncias por violencia machista? En *Nomada*, Guatemala
<https://nomada.gt/nosotras/volcanica/que-hacemos-con-las-olas-denuncias-por-violencia-machista/>

Sayej, N. (1/12/2017). Interview: Alyssa Milano on the #MeToo movement: 'We're not going to stand for it any more'. En *The Guardian*
<https://www.theguardian.com/culture/2017/dec/01/alyssa-milano-mee-too-sexual-harassment-abuse>

Tarrow, S. (2004). *El poder en movimiento*. Madrid: Alianza.

Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Collective Action*, New York: McGraw-Hill.

Toret, J. (2013). *Tecnopolítica. La potencia de las multitudes conectadas*.IN3, Barcelona: UOC.

Van Dijk, J. (2016). *La cultura de la conectividad*. Barcelona: Paidós.

FEMINISMOS Y CULTURA VISUAL: Derivas y tensiones en las transformaciones de las representaciones visuales y las performáticas feministas

FEMINISMOS E CULTURA VISUAL: Derivações e tensões nas transformações das representações visuais e as feministas performáticas

FEMINISMS AND VISUAL CULTURE: Drifts and strains in the transformations of feminist visual representations and performatives.

Mariángelos Camusso¹⁵

Florencia Rovetto¹⁶

Resumen: En esta ponencia volvemos a introducirnos en las reflexiones elaboradas en una línea de investigación que desarrollamos desde hace casi una década, orientada a describir y comprender los modos en que el movimiento de mujeres, feministas y de la disidencia sexual en la región intervienen en la construcción del imaginario social a través de la disputa simbólica por las representaciones iconográficas del género y las sexualidades.

Nos centraremos aquí en el análisis de las transformaciones estético-políticas registradas en la producción de etnografías feministas circulantes en las redes infocomunicacionales (Facebook, Instagram, Twitter), partiendo de considerar que las mismas constituyen una forma privilegiada para mostrar y observar los cambios operados en los "modos de hacer y de decir" de los movimientos de mujeres feministas y LGBTIQ+ organizados en nuestras sociedades contemporáneas.

Palabras Clave: Feminismo, representación, cultura visual

¹⁵ Docente e Investigadora - Universidad Nacional de Rosario (UNR) y Universidad Abierta Interamericana (UAI), Argentina.
mariangeles.camusso@gmail.com.

¹⁶ Dra. Florencia Laura Rovetto. Docente e Investigadora Universidad Nacional de Rosario (UNR) y CONICET. Doctora en Periodismo y Ciencias de la Comunicación, Argentina. florencia.rovetto@gmail.com.

Abstract: In this presentation, we return to the reflections elaborated in a line of research that we have been developing for almost a decade, aimed at describing and understanding the ways in which the movement of women, feminists and sexual dissidence in the region intervene in the construction of the social imaginary through the symbolic dispute over the iconographic representations of gender and sexualities.

We will focus here on the analysis of the aesthetic-political transformations registered in the production of circulating feminist ethnographies in the infocommunication networks (Facebook, Instagram, Twitter), starting from considering that they constitute a privileged way to show and observe the changes that have occurred in the "ways of doing and saying" of feminist and LGBTIQ + women's movements organized in our contemporary societies.

Key words: Feminism, Representation, Visual Culture

En esta ponencia queremos dar cuenta de los avances en las líneas de investigación que venimos trabajando en los últimos años y que pretenden comprender los modos en que el movimiento de mujeres y feministas de la región disputa las representaciones de género hegemónicas.

Entendemos que en el despliegue de estas representaciones se pueden observar cambios en las narrativas visuales emergentes que dan cuenta de nuevos modos de disputa de sentidos políticos e ideológicos acordes con las estrategias de masificación

de los colectivos de mujeres en el actual estadío de luchas feministas.

Objetivos

Relevar diferentes manifestaciones visuales contemporáneas de organizaciones y/o activismos feministas circulantes en redes infocomunicacionales .

Reconstruir los principales repertorios iconográficos alternativos que irrumpen el mapa de las mediatizaciones actuales durante el período analizado

Analizar las transformaciones estético-políticas registradas en la producción de iconografías feministas circulantes en las redes infocomunicacionales (Facebook, Instagram, Twitter).

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

En esta línea de investigación hemos observado que a partir de la primera marcha Ni Una Menos en Argentina (3 de junio de 2015) se produjo un aluvión de imágenes que circuló por las redes sociales en tanto representaciones de género vinculadas centralmente -aunque no solo- a la lucha contra las violencias machistas. En ese proceso observamos la persistencia de ciertas modalidades estereotipadas de construcción iconográfica que refuerzan sentidos hegemónicos sobre las mujeres y feminidades, a través de recursos estéticos tradicionales como: flores acuareladas, colores pastel y fondos planos; vientres embarazados, labios carnosos, ojos grandes, cabellos largos; retratos infantilizados; proliferación de corazones u otros íconos relacionados a la maternidad y la afectividad. Estas figuraciones son categorías cargadas de prejuicios, que al repetirse de manera constante se naturalizan. "La fuerza del

estereotipo se mide en relación directa con el grado en que éste es percibido como representación válida de la realidad. A partir de ahí se difunde efectivamente y se autorreproduce" (Gamarnik, 2009, s/p).

Sin embargo, en los años posteriores y, especialmente, en el bienio 2018-2019 hemos detectado alteraciones significativas en esta tendencia hegemónica, con la irrupción de repertorios iconográficos discordantes -en términos productivos y de circulación- que ponen en escena formas de "desobediencia estética" (Bachelard, 1964) y nuevas prácticas políticas, cada vez más masivas, apoyadas en novedosos repertorios activistas, jóvenes generaciones militantes y el uso de las tecnologías infocomunicacionales (Laudano, 2016; Natansohn y Rovetto, 2019).

Tales repertorios no son uniformes ni homogéneos, pero pueden ser interpretados como modalidades estético-políticas y performáticas que irrumpen el mapa de las mediatizaciones actuales, corriendo los límites de lo visible e instalando discursos contra-hegemónicos en y más allá de las redes. Estas producciones vienen configurando una nueva forma de subjetividad política que posee la capacidad de participar e interceder en los debates y luchas de poder entre los sujetos y las instituciones políticas y

sociales de nuestro país. Tal como plantea Nelly Richard (2008), a partir de estos repertorios iconográficos podemos leer lo “femenino” o lo “feminista” como una estrategia de enunciación, crítica cultural y vector de acción política. Como una fuerza estética que altera las codificaciones sociales preexistentes e interviene la organización simbólica dominante.

El relevamiento sistemático que hemos realizado de estas imágenes circulantes año tras año en la misma fecha (3 de junio) relacionadas con cada nueva marcha y protesta masiva contra las violencias sexistas, nos han permitido observar que estas representaciones iconográficas contribuyen a desnaturalizar cierto “sentido común visual hegémónico” (Caggiano, 2012) asentado en fuertes mitos e imaginarios anquilosados que parecen resquebrajarse. La centralidad de los partidos como protagonistas de los debates políticos, la hegemonía de la heterosexualidad como régimen normativo y el *androcentrismo* como mecanismo de universalización del punto de vista masculino (Moreno Sardà, 1986) son alguno de los imaginarios resentidos e impugnados en las imágenes relevadas.

Enfoque y/o metodología de abordaje

Nuestras líneas de investigación se construyen con un abordaje multi-metodológico acudiendo a técnicas de relevamiento y análisis de paquetes textuales –entendiendo a éstos como cualquier materialidad significante- provenientes de la sociosemiótica, el análisis del discurso y las teorías de la imagen. Teniendo en cuenta que en toda investigación, resulta fundamental trazar un recorrido coherente entre supuestos epistemológicos, teóricos y metodológicos realizamos estas investigaciones desde la perspectiva del conocimiento situado (Haraway, 1995), a la vez que entendiendo la perspectiva feminista como crítica cultural (Richard, 2008).

Resultados, reflexiones y conclusiones

Un lustro que nos dió lustre

Cinco años después de la primer marcha Ni Una Menos, podemos aventurar que la eclosión de la cuarta ola feminista ha impactado en los modos hegemónicos de representación de las mujeres, los cuerpos y las sexualidades.

Si en nuestras primeras investigaciones advertimos que ciertas recurrencias iconográficas nos permitían observar cómo la cultura visual de una época impregna los discursos, aún aquellos que se constitúan como críticos, conformando un régimen de visibilidad (Foucault, 1992) que corre los límites de lo visible, de lo mostrable, de lo que no puede ser visto, la observación retrospectiva de un conjunto de corpus reunidos y sistematizados en estos años da cuenta de un proceso de transformaciones que así como impacta sobre nuestras vidas, las instituciones y los vínculos, también opera sobre el imaginario social de una época. Al referirnos a las imágenes emergentes en una época, nos adentramos al terreno de lo que Martín Jay define como régimen escópico, es decir el modo de ver de una sociedad, ligado a sus prácticas, valores y otros aspectos culturales, históricos y epistémicos. "La particular mirada que cada época histórica construye consagra un régimen escópico, o sea, un particular comportamiento de la percepción visual" (2007: 222).

Como hemos señalado, desde la primera marcha, la circulación y viralización de imágenes a través de las redes sociales -ya consolidadas como espacio de sociabilidad y de discusión política- constituyó uno de los

pilares del activismo, que posibilitó convocar a las diferentes movilizaciones y a participar de esas prácticas de indignación colectiva.

Si año tras año fueron perceptibles los saltos cualitativos relacionados con aspectos temáticos y estilísticos de las imágenes puestas a circular, no es menos notable la creciente articulación de las convocatorias que dan cuenta de la importancia estratégica de las imágenes para la construcción de un nuevo "sentido común visual".

Así es que el conjunto de imágenes recolectadas en el marco de la primera y segunda convocatoria Ni Una Menos da cuenta, por sus propias características formales, de lo espontáneo de la convocatoria: no hay una "consigna" explícita, artistas profesionales y amateurs proponen imágenes con improntas muy personales, pero que en su conjunto representan a mujeres victimizadas, aniñadas, solitarias, frente a una masculinidad metamorfoseada en animales, en lobos feroces, en monstruosidades excepcionales. No parece casualidad que las dos imágenes que más se viralizan muestren niñas ¡con los ojos cerrados!

En esa representación aniñada y asexuada, con cierta pátina nostálgica por un tiempo pasado, de seguridad perdida y despejado de conflictos, se cuela también cierta moralidad

que jerarquiza las figuras victimizadas por sobre otras formas de representación. Esto puede interpretarse en un contexto global que, tal como advierte Catalina Trebisacce - citando a Gatti (2017)-, escenifica la centralidad de la violencia y la dicotomía víctima-victimario como elementos de legitimación feminista (Paz Frontera, 2020).

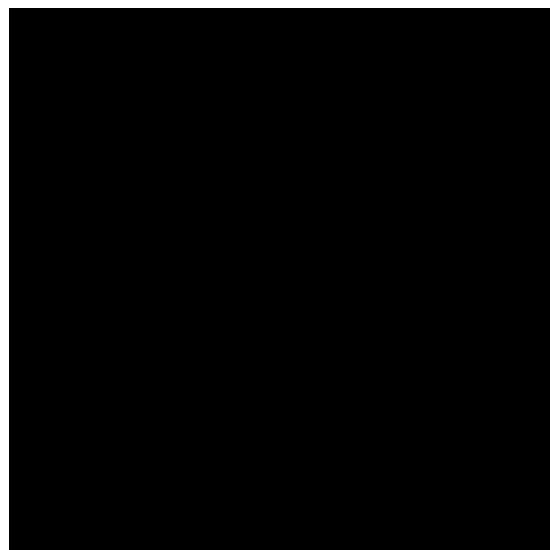
Sin embargo, a pesar de que la centralidad de la violencia ha supuesto, en parte, una "trampa" para los procesos de subjetivación emancipatorios, tras las sucesivas convocatorias de Ni Una Menos y de otros acontecimientos masivos convocados por el movimiento feminista y de la disidencia sexual -como los paros internacionales propuestos para cada 8 de marzo desde 2017- se

evidencia una reconfiguración progresiva de las prácticas y discursos activistas.

Estos cambios son perceptibles en el plano de las imágenes, donde asistimos a ciertas metamorfosis: de las niñas dolientes a mujeres en lucha, de la víctima solitaria al colectivo de mujeres y disidencias organizado. Pero, también se registra un desplazamiento conceptual desde la identificación con "lo femenino" al (auto)reconocimiento de los feminismos en los productos de la cultura contemporánea (Camusso y Rovetto, 2016). Tal como señala Trebisacce (en Paz Frontera, 2020) cuando plantea que la palabra feminista pasó en menos de 2 años de ser un término deslegitimante a una perspectiva legitimante.



Figuras 1 y 2





Figuras 3 y 4

Por otra parte, comienzan a aparecer en escena cuerpos diversos (con marcas e intervenciones en la piel) pero también diversos en sus expresiones de género, diversos en racialidades, diversos en tamaños, diversos en edades -aunque predominantemente joven-, diversos en la negociación entre lo que exhiben y lo que ocultan.

Además, en estas sucesivas manifestaciones se consolida el uso performático de la dimensión visual de las redes: las intervenciones se planifican cuidadosamente, los diseños se debaten y la adhesión, la réplica, la participación individual se constituye como un pronunciamiento político al tiempo que propuestas de acción. La utilización de las imágenes se convierte en

una práctica pedagógica, con la intención de visibilizar esferas de la vida atravesadas por la cultura patriarcal y de ampliar el horizonte de las transformaciones por venir: no sólo por la importancia de erradicar las violencias sexistas sino para proyectar mundos más igualitarios y vivibles.

2018. El año que vivimos en la calle

En esta genealogía de la metamorfosis iconográfica hay un año bisagra. Desde febrero de 2018, se instala una discursividad feminista que crece en potencia incisiva y masividad cuando comienza la discusión parlamentaria en torno al proyecto de Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo, presentado por la Campaña Nacional por el

Aborto Legal Seguro y Gratuito¹⁷, y se logra una sanción positiva en la Cámara de Diputados (14 de junio de 2018) y que tuvo en las redes sociales "una fértil herramienta de activación política ciudadana" (Acosta, 2018).

En este marco retomamos las preguntas por las posibilidades y los límites de los movimientos feministas y de la diversidad para generar discursos contrahegemónicos, nuevas formas de acción y nuevas performance estético-activistas a través del gigantesco lienzo de las redes sociales y por su incidencia en otros escenarios de disputa política.

En ese período realizamos una recolección de imágenes con el fin de configurar un archivo¹⁸ amplio donde registrar todo lo que

nos llegaba, circulaba de forma insistente porque era enviado de unas a otras y formaba parte de nuestros timelines¹⁹. Lo hicimos además al calor de una actividad militante incesante, en medio de asambleas, pañuelazos²⁰, participación en paneles, jornadas de discusión, y también mientras generamos nuestras propias imágenes. En algún momento, habiendo reunido una cantidad suficiente de piezas -con el tradicional, artesanal y poco riguroso método de "guardar como" en nuestros discos rígidos- pudimos realizar una primera clasificación de los materiales recolectados.

Es así que diferenciamos -y en este momento vamos a describir- en principio cuatro grandes grupos de imágenes: un grupo

¹⁷ La Campaña Nacional por el Derecho al Aborto legal, Seguro y Gratuito es una amplia y diversa alianza federal, que articula y recupera parte de la historia de las luchas desarrolladas en nuestro país en pos del derecho al aborto legal, seguro y gratuito. Impulsada desde grupos feministas y del movimiento de mujeres, como así también desde mujeres pertenecientes a movimientos políticos y sociales, cuenta en la actualidad con la adhesión de 305 grupos, organizaciones y personalidades vinculadas a organismos de derechos humanos, de ámbitos académicos y científicos, trabajadores de salud, sindicatos y diversos movimientos sociales y culturales, entre ellos redes campesinas y de educación, organizaciones de desocupadas/os, de fábricas recuperadas, grupos estudiantiles, artistas, periodistas, etc otros.

¹⁸ Entendemos nuestro trabajo de recolección en el sentido que da Foster al "impulso archivístico": un impulso por relacionar, antes que por totalizar, intentando en este proceso "hacer físicamente visible alguna información histórica, frecuentemente perdida o desplazada" (Foster, 2001)

¹⁹ Cuando hablamos de unas y otras nos referimos a nuestras propias experiencias personales y colectivas en la conformación de redes de contactos afectivos, militantes y activistas. Estas redes configuran nuestros círculos de relaciones vinculadas con las problemáticas de género y sexualidades, y suelen estar conformadas por distintas generaciones, clases y procedencias. En concreto, en nuestro país, desde 2015, unas y otras fueron encontrándose en espacios de interacción asamblearia, principalmente en los grandes centros urbanos. Allí confluyeron mujeres, pero también personas de los colectivos LGBTIQ+ provenientes de organizaciones civiles, políticas, sindicales, centros de estudios e investigación sobre género provenientes del ámbito académico/universitario, entre otros (Freire, et al., 2018).

²⁰ El término pañuelazo remite a las movilizaciones a la favor de la legalización del aborto en Argentina. En la actualidad, a lo largo de América Latina y el Caribe, cientos de miles de activistas portan pañuelos verdes para mostrar su apoyo a la salud y los derechos sexuales y reproductivos, dando lugar a lo que ha sido denominado como "La Marea Verde" o "la Ola Verde". El pañuelo se ha convertido en el símbolo de los derechos de las mujeres, la resistencia y la equidad. La inspiración surgió por los pañuelos blancos que identifican la lucha de Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo, quienes los usaban para llamar la atención sobre los secuestros y asesinatos de sus familiares durante la dictadura. El verde se asocia comúnmente con la salud y con un movimiento histórico para legalizar los derechos de aborto en Argentina, el pañuelo verde simboliza la esperanza, el desafío y la lucha por el cambio.

de fotografías tomadas en marchas y otras acciones públicas; otro grupo de fotografías subidas por usuarias de la red retratando pequeñas escenas de sus vidas cotidianas donde aparece algún registro que evidencia su posicionamiento político en la discusión (uñas pintadas de verde, stickers en los termos, pañuelos atados a mochilas); un grupo de ilustraciones de diferentes estilos; y un grupo de imágenes que denominamos la serie de los fotomontajes. Más allá de las particularidades de cada uno de estos conjuntos, la dinámica de los acontecimientos da cuenta de la consolidación de las plataformas infocomunicacionales como espacio de construcción de discursividad política, con un flujo constante y deslizamientos dialécticos entre lo que ocurre en la pantalla y lo que sucede fuera de ella.

Grupo 1: Un tipo particular de registro fotográfico documental. Los resultados de nuestras indagaciones han dado cuenta del pasaje que se produce en el tipo de iconografías circulantes en redes desde la primera convocatoria Ni Una Menos (2015). Hemos constatado que la supremacía de las ilustraciones que circularon en redes durante

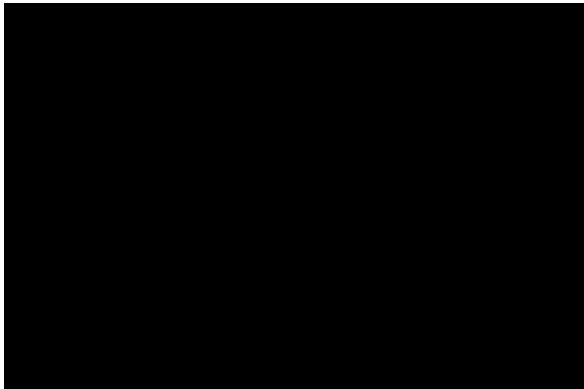
la primera marcha Ni Una Menos, dio paso a las fotografías que inundaron las redes en las sucesivas convocatorias (Camusso y Rovetto, 2017).

Al modo de la fotografía documental que asume la imposibilidad de objetivar la mirada, las imágenes circulantes denotan las implicancias sociales y subjetivas de quienes las producen. Como una marca expresiva, la mirada particular de quien produce la imagen fotográfica de los acontecimientos es la que otorga a cada "documento" una identidad propia (Ledo Andion, 1995).

Asimismo, hay al menos tres aspectos particulares que nos interesa señalar sobre los registros fotográficos del 2018 en comparación con las colecciones relevadas en años precedentes. Por un lado, interesa destacar el carácter colectivo de las producciones fotográficas que se difundieron a través de las redes: M.A.F.I.A., Colectivo Subversivo, Marea Verde, Sin Cerco²¹, son solo algunos de estos ejemplos, que parecen dar cuenta de lo inabordable del fenómeno con una sola cámara donde quienes las producen protagonizan las imágenes.

Por otro lado, nos encontramos con un acumulado fotográfico que amplía el campo

²¹ Los colectivos de fotógrafos mencionados proponen la firma colectiva y el trabajo colaborativo, y conciben la labor fotográfica "como un espacio de exploración artística que busca interpelar al espectador desde una doble perspectiva: informativa y estética". Más información en: www.somosmafia.com.ar; www.sincerco.com.ar.



Figuras 5 y 6

de lo registrable y, en consecuencia, lo cognoscible, haciendo irrumpir ante el ojo de la cámara de una multiplicidad de sujetos diferentes, irreductibles a una generalización. Este proceso hace evidente lo que De Lauretis (1992) señaló como "la falta de coincidencia entre la mujer y las mujeres".

Finalmente, cabe señalar que el lugar desde donde se producen las fotografías también ha cambiado: ya no son mujeres o

Grupo 2: Lo performático cotidiano. En este punto interesa abordar el carácter performativo y la politicidad que producen y muestran las imágenes, reafirmando el reconocido sintagma "lo personal es político" (en las redes). Las redes sociales en general e Instagram en particular, hicieron de la

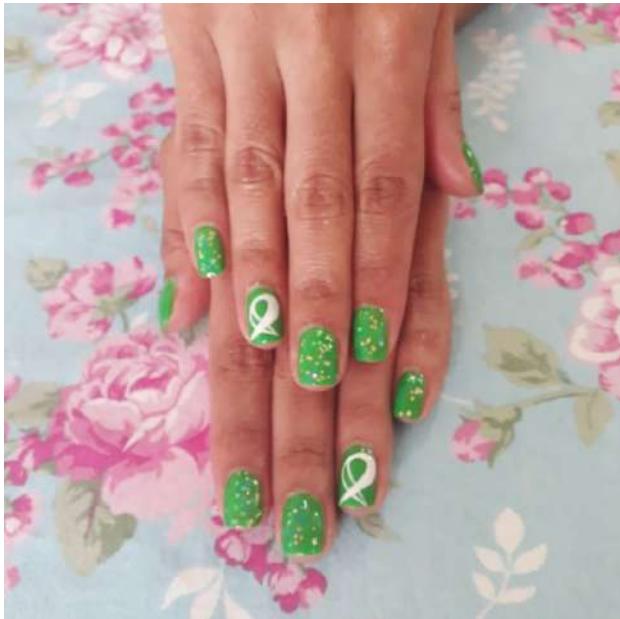
identidades diversas retratadas por una mirada ajena y distante, que "captura" cuerpos, sino una mirada activista, una auténtica observación participante con un registro de planos cortos que captan gestualidades, pliegues, texturas, sudores, vello. En definitiva, cuerpos vivos, vitales y vibrantes.

fotografía amateur la materia prima de su discursividad: *estar* en la red es producir y compartir fotografías. Pero además, los temas, los tonos, los tratamientos estilísticos no solo "retratan" aspectos del mundo, sino que construyen la identidad de quien las realiza y las pone en circulación. Así, toda foto

en la red es, en parte, un autorretrato. Durante el año 2018, esto se tradujo en el registro minucioso por parte de las usuarias de redes de acciones cotidianas, pequeñas, pero significativas que documentaran su posición frente a la discusión que atravesaba la sociedad. Atar el pañuelo verde a la muñeca, cambiarlo de bolso o mochila, accesorios verde -aros, ropa, maquillaje-, participar del acontecimiento, capturar el momento y fotografiarlo para compartir la experiencia se convirtió en una práctica performática cotidiana que hizo dialogar a calle con la

pantalla en un continuum de referencias mutuas.

Definimos estos gestos, así como otros propios de la socialidad en redes -cambiar el estado en las redes, diseñar o seleccionar un avatar-, como performáticos en la medida en que a través de ellos se construye identidad, se generan pertenencias y se comunica (Szumurk y McKee, 2009). Y, son los espacios donde de diversas maneras se asumen los riesgos y la potencialidad de *poner el cuerpo* (Tarducci, 2017).



Figuras 7 y 8

Grupo 3: La venganza de las viñetistas. Además de fotografías, durante 2018 se exacerbó una tendencia que se venía gestando antes aún del primer Ni Una Menos: la eclosión de una masa significativa de artistas visuales, art-activistas, ilustradoras, historietistas, que encontraron en las redes no solo la posibilidad de publicar una producción que no encontraba lugar en la industria editorial, sino también que habilitó espacios de conexión, encuentro, conocimiento grupal que permitió visibilizar su histórica ausencia en los medios tradicionales y desarrollar reivindicaciones y propuestas de incidencia conjunta (Acevedo, 2018).

Lo cierto es que durante el tiempo que duró el debate del proyecto de Ley de Interrupción Legal del Embarazo en el parlamento argentino, se expusieron argumentos que encajaban productivamente con el repertorio de temáticas que esta generación de artistas delineaba en sus historietas: la sexualidad de las mujeres y de otras identidades

feminizadas, la crítica descarnada hacia los estereotipos, el cuestionamiento del orden social patriarcal, la visibilización de un universo alejado de la feminidad hegemónica. En esta disputa de sentidos, la ilustración se constituye en una herramienta que propone lenguajes accesibles, se distribuye masivamente y aprovecha sus condiciones de creatividad para llevar el mensaje lo más lejos posible (Sgarella, 2018) Lo cierto es que una característica estructural del lenguaje de la historieta -la dilución de la violencia- permitió a las autoras expresar posiciones políticas tajantes pero amigables, así como desmontar a través del humor los contra-argumentos conservadores²² y participar activamente poniendo a disposición en las redes imágenes realizadas en tres colores: blanco, negro y verde, fácilmente replicables por sus características técnicas pero también por la universalidad identitaria que permite la síntesis gráfica (McCloud, 1992).

²² Como ejemplo de esta operatoria podemos mencionar el Proyecto de la ilustradora feminista RoFerrer que construye un personaje a partir de una frase twiteada por la filósofa Diana Maffía en referencia a la utilización que hacen los sectores conservadores de la imagen de un feto gigante en sus campañas antiabortistas. RoFerrer crea una saga unificada a partir del Hashtag #FetoWiFi



Figuras 9 y 10

Grupo 4: Los fotomontajes. Por último, pero no menos importante, señalamos la existencia de un corpus que explora y explota las posibilidades de las herramientas digitales para construir un mensaje tan convocante como perturbador. Los fotomontajes son simples: personajes históricos -principal pero no únicamente mujeres-, personajes de la industria cultural, personajes de ficción a quienes les es colocado el pañuelo verde. En este corpus, que denominamos "la saga de las heroínas" se produce una apropiación de la historia, pero también una lectura de la ficción en clave política. Cada generación reescribe sus heroínas, y en esa operación conecta con otras y construye genealogías.

El carácter intencional de estas intervenciones fotográficas es notable y queda acentuado por la intensidad del verde sobre fotografías en blanco y negro. Estas "obras", producto de una masificada experticia en intervención fotográfica, impactan en las retinas de sus perceptores jugando con la incomodidad que genera la persistencia de la impronta indicial pese al reconocimiento, también masivo, de las posibilidades de manipulación.

La habilidad "*photoshopera*" y del uso de las nuevas tecnologías desarrollada por quienes las producen, juega con la ilusión de realidad: los pañuelos verdes no están ubicados al azar, no son parches desprolijos



Figuras 11 y 12

sobre las fotografías; por el contrario, requirieron un ojo entrenado para encontrar el pliegue que se ajustara a ese cuello, el doblez que cayera sobre ese pecho con naturalidad. Pero este ejercicio de delicadeza digital no pareciera destinado a la falsificación de la historia -aunque comparta ese deleite con lo primoroso del detalle-, sino a una voluntad de inscribir lo efímero del presente en una genealogía donde se entrecruza lo personal, lo generacional, lo colectivo. Así, el conjunto de estas imágenes materializa que la memoria y esperanzas colectivas se completan y alimentan unas a otras y que en

esta dinámica configura nuevos imaginarios colectivos (Baczko, 2005).

Conclusiones preliminares

Hasta aqui hemos intentado sistematizar algunas regularidades registradas en la producción iconográfica feminista en los últimos años, centrándonos especialmente, en las elaboradas durante el debate por el Proyecto de Ley de Interrupción Legal del embarazo, en Argentina que se inicia en abril de 2018 y concluye con el voto negativo del Senado en agosto del mismo año.

Hemos observado que en el transcurso de los 5 años de Ni Una Menos, convergen losivismos feministas y de la diversidad sexual, las históricas luchas de los movimientos sociales en el país y las prácticas cotidianas de las nuevas generaciones desplegadas en cada una de las movilizaciones. Este componente *nativo digital* ha hecho del lenguaje visual y las redes infocomunicacionales un elemento central de su práctica política.

Ciertamente, en el período analizado se fueron reconfigurando y masificando las prácticas y los discursos activistas que otorgan un rol fundamental a las imágenes, exponiendo sus deslizamientos y disruptores frente al régimen de visibilidad hegemónico y dominante.

Asimismo, estas nuevas modalidades de militancia visual han excedido los límites del activismo focalizado en los colectivos "sensibles" a las problemáticas de género y sexualidades, comenzando a teñir todos los discursos sociales: el de los medios masivos, el educativo, el sindical y el de los organismos estatales, así como también, el discurso publicitario y del mercado, ampliando el campo visual y permitiendo la emergencia de

otro tipo de imágenes, protagonizadas por otros sujetos, con otros estilos y otros puntos de vista.

Por otra parte advertimos también que estas transformaciones han educado la mirada de las audiencias, que, inseparables ya de sus "gafas violetas", señalan con énfasis tanto la persistencia de modelos representacionales anquilosados y estereotipados como el uso demagógico que los discursos comerciales hacen de estas temáticas y estas estéticas²³.

Hasta aquí hemos podido presentar nuevas lecturas de un corpus de iconográfico dinámico y en permanente construcción. Esperamos darle continuidad al análisis de estas representaciones porque año tras año logran renovar en el debate público las complejas tramas de las desigualdades sexogenéricas en el sistema patriarcal, ampliando la capacidad de incidencia política y masificando la identificación con las demandas y reivindicaciones de los feminismos que están dispuestos a transformarlo todo.

Asumimos, también, este desafío transformador como parte de nuestra práctica docente y académica, en tanto

²³ El activismo feminista también se ocupa de señalar el uso del "purple washing" o "pink washing", como se conoce a los mecanismos que utilizan muchas marcas para "lavar su imagen" apelando a conceptos feministas mientras sostienen en sus espacios de producción prácticas machistas, patriarcales y violatorias de los derechos humanos.

producción crítica feminista. Desde esta experiencia particular y situada seguiremos documentando y analizando los imaginarios sociales circulantes y las disputas políticas de sentido que están corporizando las luchas más significativas y potentes de nuestro tiempo.

Bibliografía

Acevedo, M. (2018). Pasado y presente de las creadoras de historietas. En Boca de Sapo. Disponible en: <http://www.bocadesapo.com.ar/biblioteca/periodicos/n26/05MarielaAcevedo.pdf>

Bachelard, G. (2016). *The Poetics of Space*. New York: Orion

Baczko, B. (2005). "Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas". Buenos Aires: Nueva Visión.

Caggiano, S. (2012). *El sentido común visual. Disputas en torno a género, "raza" y clase en imágenes de circulación pública*. Buenos Aires: Miño y Dávila.

Camusso, M. y Rovetto, F. (2017) Naturaleza y artificio: Iconografías de mujeres políticas en la bisagra de un "cambio de ciclo". En Camusso, M. y Busso, M. (ed.). *Mediatizaciones en tensión: el atravesamiento de lo público*. Rosario, UNR Editora, pp. 86-106.

De Lauretis, T. (1992). *Alicia ya no: feminismo, semiótica, cine*. Valencia: Universitat de València.

Foster, H. (2001). *El retorno de lo real. La vanguardia a finales del siglo*. Madrid: Akal.

Foucault, M. (1982). *Las palabras y las cosas: una arqueología de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Freire, V. (2018). *La cuarta Ola Feminista*. Buenos Aires: MalaJunta / La Oleada.

Gamarnik, C. (2009). Estereotipos sociales y medios de comunicación: un círculo vicioso. *Revista Questión*, Vol. 1, no. 23. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Disponible en:

<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/33079>

Gatti, G. y Casado-Neira, D. (2017). *Un mundo de víctimas*. Buenos Aires: Anthropos.

Haraway, D. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvenCIÓN de la naturaleza*. Valencia: Universitat de València.

Jay, M. (2003). *Campos de fuerza. Entre la historia intelectual y la crítica cultural*. Buenos Aires: Paidós.

Paz Frontera, A. (2020). Catalina Trebisacce: "El feminismo es el lado B del Estado". En LatFem. Disponible en: <https://latfem.org/catalina-trebisacce-el-feminismo-es-el-lado-b-del-estado/>.

Laudano, C. (2016). Feministas en la red. Reflexiones en torno a las potencialidades y restricciones de la participación en el ciberespacio. En Rovetto, F. y Fabbri, L. (ed.) *Sin feminismos no hay democracia*. Rosario, Último recurso, pp. 31-54.

ledo Andión, M. (1995). *Documentalismo Fotográfico*. Barcelona: Cátedra.

McCloud, S. (1994). *Cómo se hace un comic. El arte invisible*. Barcelona: Ediciones B.

Natansohn, G. y Rovetto, F. (comp.) (2019). *Internet e feminismos : olhares sobre violências sexistas desde a América Latina*. Salvador: EDUFBA.

Richard, N. (2008). *Feminismo, género y diferencia (s)*. Santiago de Chile: Palinodia.

Rovetto, F. y Camusso, M. (2014). Representaciones iconográficas feministas, de mujeres y de género en las redes sociales. En Rovetto, F. y Reviglio, C. (ed.). Estado actual de las investigaciones sobre mediatizaciones. Rosario: UNR Editora, pp. 77-94.

Rovetto, F. y Camusso, M. (2015). "#Ni una (imagen) menos. Imágenes, apropiaciones y

circulación en las redes sociales". En Cingolani, G. y Ssnaider, B. (ed.) *Nuevas mediatizaciones y nuevos públicos: cambios en las prácticas sociales a partir de las transformaciones del arte y los medios en la red*, Rosario. UNR Editora, pp. 159-177.

Sgarella, S. (2018). Línea Peluda: dibujantas unidas por el aborto legal, seguro y gratuito. Disponible en: <https://latinta.com.ar/2018/05/linea-peluda-dibujantas-unidas-aborto-legal-seguro-gratuito/>

Szumurk M. y McKee R. (2009). "Performance" en *Diccionarios de estudios culturales latinoamericanos*. México: Siglo XXI.

Tarducci, M. (2017). "Poner el cuerpo" en las calles: los enfrentamientos de las activistas feministas y los grupos anti-derechos. En *Cadernos Pagu*, (50). Campinas. Disponible en: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200313&script=sci_arttext&tlng=es

Corpo e sexualidade nas HQs produzidas por mulheres: resistências possíveis

Cuerpo y sexualidad en los cómics producidos por mujeres: posibles resistencias

Body and sexuality in comic books made by women: viable resistance

Ana Paula Oliveira Barros²⁴

Resumen: O presente trabalho visou refletir sobre como as mulheres produtoras de HQs independentes constroem as suas personagens a partir das diferentes formas de combate aos discursos hegemônicos.

Palavras Clave: HQs, Corpo feminino, Sexualidade.

Abstract: The present work aimed to reflect on how women producers of independent comic books build their characters based on the different ways of combating hegemonic discourses.

Key words: Comics, Feminine body, sexuality.

Introdução

As histórias em quadrinhos fazem parte de um contexto histórico e social específico e são produzidas por sujeitos históricos situados. Isso possibilita sua colaboração com os valores que permeiam determinada sociedade. Assim, devemos sempre fazer uma

leitura crítica das HQs, analisando-as enquanto linguagem e levando sempre em consideração os discursos, sejam eles hegemônicos ou não, ali inerentes. Sendo a HQ um lugar de comunicação, ela torna-se uma rica referência de construção da imagem da mulher²⁵, que, muitas vezes, acaba

²⁴Ana Paula Oliveira Barros. Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, Brasil, anapaulaobarros@yahoo.com.br.

²⁵ É importante deixar claro que o termo “mulher” será usado nesse trabalho com o intuito de abranger todas as pessoas que vivem seu gênero como feminino e não necessariamente aquelas possuidoras dos cromossomos XX. Assim, serão consideradas

reificando o corpo e a sexualidade feminina com o intuito de satisfazer o gênero masculino. É importante também lembrar que as personagens femininas de quadrinhos foram durante muito tempo idealizadas por homens e para homens, de acordo com os seus discursos acerca do que é ser mulher, construindo seus corpos de acordo com expectativas masculinas.

Desta forma, o presente trabalho visou refletir sobre como as produtoras de HQs independentes, que abordam o tema do corpo e da sexualidade em suas obras, constroem as suas personagens adotando diferentes estratégias de combate aos discursos hegemônicos. Assim, por meio das análises das HQs produzidas por mulheres, foi possível averiguar se estas obras se constituem em lugares onde há disputas discursivas acerca do corpo e da sexualidade feminina.

Com o intuito de cumprir com o propósito de responder minha pergunta de trabalho: *os discursos presentes nas obras de quadrinistas mulheres subvertem os discursos patriarcais e hegemônicos acerca da sexualidade e do corpo da mulher?*, foi tomada como análise HQs de quadrinistas que produzem de forma independente e que utilizam as plataformas

digitais para distribuição de seus trabalhos. A escolha por determinadas obras específicas se deu por serem os nomes que mais aparecem quando se busca sobre mulheres que produzem HQs com conteúdo que envolve corpo, sexo e sexualidade.

A questão do corpo nas relações de gênero

Sobre o estudo do corpo nas culturas, alguns autores são de extrema importância, entre eles Le Breton (2007) que trata a corporeidade humana como um fenômeno social e cultural. Ao tratar sobre as lógicas sociais e culturais do corpo, Le Breton (2007) cita o trabalho de Marcel Mauss "As técnicas do corpo" lançado em 1934. Nesta obra, Mauss aponta que o corpo é o mais natural instrumento do homem, pois ao ser modelado de acordo com os hábitos culturais, ele produz eficácia práticas. Ao tratar das técnicas da reprodução e sexualidade, o autor afirma que não há nada mais técnico do que as posições sexuais. Há diversas técnicas dos atos sexuais que são consideradas normais ou anormais, pois dependem da aceitação de determinada sociedade.

mulheres as transsexuais, as travestis, as homossexuais, as heterossexuais e etc. Esta escolha se deu por se acreditar que é limitador e produtor de novas invisibilidades equacionar apenas mulheres XX como o feminino.

Outro campo de estudo sobre o corpo se refere à diferença entre os sexos. Por meio da obra de Margaret Mead, "Sex and temperament in three primitives societies", é possível perceber o quanto o estatuto dos sexos e suas qualidades atribuídas são relativos culturalmente. A autora investiga três sociedades da Nova Guiné e percebe algumas características distintas da nossa sociedade, entre elas estão o fato de que mesmo com papéis diferentes, o homem e a mulher não possuem diferença de temperamento. Outro ponto é que a mulher é o parceiro dominante e o homem, dos dois, é o menos capaz e o mais emotivo. As características físicas e morais e as qualidades atribuídas ao sexo, dependem das escolhas culturais e sociais e não de um dado natural que estabeleceria o homem e a mulher a um destino biológico.

Para Le Breton (2007) seria preciso avançar os estudos com contemporâneos para verificar as incidências do movimento feminista sobre as atitudes e os discursos atuais. O autor faz referência ao trabalho de Goffman que procura compreender as diferenças sexuais na publicidade, um território no qual se verifica uma exacerbação dos esteriótipos ligados à feminilidade. O mesmo pode ser observado nas imagens

presentes na mídia, de modo geral, já que ela é majoritariamente produzida por homens; nela, portanto, a ideologia patriarcal é construída por meio de um discurso do corpo feminino de acordo com suas necessidades e desejos.

Desta forma, visto que a corporeidade é matéria de símbolo e objeto de uma construção cultural e social, ela não deve ser considerada uma fatalidade que o sujeito deve assumir a qualquer custo. Sobre a diferença entre os sexos, Le Breton (2007) destaca que:

O feminismo através da atividade militante tornou possível a reflexão sobre certas desigualdades sociais e sobre os estereótipos de discursos e atitudes, sobre as práticas sociais que fazem da mulher, como evidencia por outro lado Goffman, um ser freqüentemente em exposição diante do homem e a ele subordinado. Nos anos 1970, o debate sobre a sexualidade, a contracepção, o aborto, etc., revelou os embates políticos dos quais o corpo da mulher podia ser objeto. E paralelamente, o do homem. (p. 68)

Podemos dizer que o pensamento feminista, como expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimento teórico e prático, não constitui um todo unificado. Porém, de acordo com Piscitelli (2001), apesar das diferenças das distintas

correntes feministas, as abordagens desenvolvidas após o final da década de 1960 compartilham ideias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos, e essa subordinação feminina é algo que varia de acordo com a época histórica e o lugar do mundo em que ela seja estudada. Ao invés de aceitar a subordinação feminina como algo natural, o pensamento feminista sustenta que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente.

A introdução da categoria *gênero* serviu para aprofundar e expandir as teorias críticas feministas, assim como privilegiou “o exame dos processos de construção destas relações e das formas como o poder se articula em momentos datados social e historicamente, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como ‘natural’.” (HOLLANDA, 1994, p. 14).

Sobre a questão de gênero, um ponto de vista interessante é o de Berenice Bento (2017). Para a autora, discutir gênero é percorrer por um conjunto de teorias, concepções e explicações sobre o que é ser masculino e feminino. Sua filiação teórica é vinculada aos estudos *queer*, que afirma que o

gênero, a masculinidade e a feminilidade não têm ligação com a estrutura biológica. Isto é, não tem a ver com a presença ou ausência de determinadas genitálias, determinadas características sexuais secundárias. Portanto, gênero está relacionado à performance, à prática e ao reconhecimento social. Para que uma pessoa seja reconhecida socialmente como uma mulher, é preciso desempenhar um conjunto de práticas, de performances, que possibilitem esse reconhecimento.

Por meio de Pombo (2017), é possível perceber que na nossa cultura atual há uma insuficiência do modelo binário e hierárquico de diferença sexual. Este não é mais capaz de acolher as novas formas de subjetividades e identidades contemporâneas. Isto se dá devido aos novos arranjos da sexualidade e da família. Ao levar em consideração o pensamento de Foucault acerca da historicidade da subjetividade e dos discursos, a autora aponta que o modelo do binarismo sexual acaba sendo um entre muitos outros possíveis para o entendimento das formas de subjetivação atuais, que podem ser consideradas complexas e diversas. Fica claro, então, a necessidade de novas teorias, ideias e reflexões.

Em seu artigo, Pombo (2017) trata de diferentes saberes subversivos, onde novas

narrativas se propõem a lutar contra os efeitos de poder e de produção de subjetividade de discursos que, “ao se pretenderem os únicos possíveis para dar conta da singularidade da cultura contemporânea, legitimam atitudes excludentes e discriminatórias” (p. 390). Entre os autores trazidos por Pombo (2017) estão Judith Butler e Paul Preciado. Por meio de ambos, percebemos o empenho em desconstruir o modelo, opressor e ultrapassado, do binarismo sexual e de gênero. Pombo (2017) esclarece que os dois autores trazidos, acabam produzindo o que Foucault chama em “Microfísica do poder” de uma nova política de verdade, isto é, novos saberes que se opõem e lutam contra a coerção de um discurso teórico unitário.

As plataformas digitais como possibilidades de resistências

As ciências sociais, a partir de suas raízes e investigações, se concentraram no social, na vida cultural e simbólica das sociedades e suas dimensões. Atualmente, as tecnologias digitais fazem parte da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que abrem novos espaços sociais, novas formas de produção, de controle social e de relacionamento, gerando

continuidades e descontinuidades nas nossas maneiras de estar no mundo (ARDÈVOL; LANZENI, 2014).

Parte das análises antropológicas sobre os meios de comunicação tratam das complexas relações de poder codificadas em tais meios. Estes estudos tem sido, com frequência, o fruto de recentes discussões sobre os conceitos de resistência e dominação, e tem demonstrado como são permeáveis os limites entre ambos os conceitos. Alguns estudos recentes demonstram que os meios de comunicação contemporâneos acabam servindo de porta-vozes a grupos e indivíduos que anteriormente tinham escasso acesso a eles, e que eram contemplados com poucas imagens de si mesmos nesses meios (DICKEY, 1997).

De acordo com Beleli e Pelúcio (2018), provavelmente, o maior ganho social propiciado pela sociedade em rede seja a ampliação de ideias que questionam e desafiam certos discursos cristalizados sobre diferenças sociais e culturais fortemente marcadas por gênero, sexualidade, raça, classe etc. Inclusive, muitos estudos tem se voltado para a análise das possíveis transformações sociais que implica a criação digital, como o sentimento de empoderamento das mulheres ao poder

exercer a liberdade de expressão nos meios digitais (ARDÈVOL; LANZANI, 2014).

Em seu estudo sobre as transformações da sexualidade na modernidade, Michel Foucault (1986), aponta a intervenção institucional e política no controle social do corpo e da sexualidade, enfatizando o julgamento social sobre a própria subjetividade. O advento das comunicações digitais trouxe diversos questionamentos a esse controle. Em poucas décadas, a comunicação proporcionada pela conexão em rede passou a fazer parte das práticas cotidianas de um número sempre maior de pessoas, de modo que a esfera pública e privada já não podem mais ser pensadas sem essas ações. A disseminação das relações mediadas no mundo digital, acabou criando uma nova realidade social e subjetiva, desfazendo fronteiras entre público e privado, pessoal e político. Outro ponto, é que a assim como o corpo, a subjetividade vai sendo constituída nessa interface entre corpo/tecnologia, expandindo a visibilidade de que antes poderia ser chamado de intimidade (BELELI; PELÚCIO, 2018).

Assim, segundo Cunha (2017), hoje em dia há uma reconfiguração dos sentidos do político e da nossa experiência subjetiva da política, ou seja, do modo como vivenciamos e atribuímos sentido ao que diz respeito a vida

em sociedade. Um dos elementos decisivos dessa reconfiguração seria a subversão das fronteiras entre o público e o privado. A partir da eleição das redes sociais como campo privilegiado da experiência política, fica claro que tal agir na intimidade produz efeitos de fato na vida social e também se inscreve na forma dominante de compreender e fazer política na atualidade. Para o autor, tal valorização da intimidade pode ser vista enquanto resistência às formas de subjetividades hegemônicas da contemporaneidade e seus dispositivos de normalização a partir da afirmação de que o íntimo é político.

Desta forma, avaliar a produção acerca da sexualidade e do corpo da mulher, através das HQs produzidas por mulheres, é importante para percebermos esses discursos enquanto produtores de conhecimentos nessas relações de poder. No sentido de que Foucault (1986; 1993) alerta para a ideia de que poder também gera produção. A utilização por parte dessas produtoras das mídias digitais ocupa espaço privilegiado para alcançar o objetivo de resistir aos discursos hegemônicos patriarcais, destacando o uso das tecnologias de comunicação para o engendramento e o avanço das perspectivas e lutas políticas. De acordo com Butler (2018), quando corpos se

unem em espaços públicos, eles exercem o direito de instaurar os corpos no campo político e possibilitam a criação de condições para ação em conjunto e no coletivo. Sendo importante citar que os fóruns internéticos, blogs, comunidades online também são espaços públicos, já que são acessíveis a maioria.

Ter seu trabalho sendo divulgado em amplo acesso nas redes, possibilita essas mulheres de propagar discursos que estabelecem novas formas de subjetivação e questionam sobre as matrizes assimétricas que fazem parte do repertório cultural das sociedades ocidentais contemporâneas no que se refere às culturas naturalizadas sobre sexualidades.

Produtoras de HQs e as resistências ao discurso patriarcal

Levando em consideração o pensamento de Foucault (1996) de que a construção dos sujeitos se dá por meio dos discursos que carregam efeitos específicos de poder, pode-se dizer que a sociedade produz discursos visuais do feminino, seja através de qualquer meio de comunicação, que são reflexo e resultado de uma ideia socialmente enraizada relativa à feminilidade, e essas imagens

difundidas de forma massiva, produzem e estabelecem modos de pensar o feminino nas sociedades ocidentais. Na verdade, essas imagens influenciam tanto a auto-concepção feminina, quanto o modo como a sociedade aprende a pensar o que é ser mulher. As imagens são, então, um campo importante quando se trata de questionar relações de poder e de combater mecanismos de perpetuação da dominação masculina.

Sendo a HQ um lugar privilegiado de comunicação visual, ela torna-se uma rica referência de construção da imagem da mulher, que muitas vezes acaba reificando o corpo e a sexualidade feminina com o intuito de satisfazer o gênero masculino. Quando se trata dos discursos presentes nas HQs com temática sexual é possível perceber que, em sua maioria, elas constroem e mostram aquilo que se espera em relação à excitação, à sensualidade e à beleza dos corpos femininos, criando uma iconografia estereotipada em relação ao universo sexual das mulheres. Sendo importante notar que a beleza presente nas imagens é moldada por padrões e critérios bem definidos, no que diz respeito à idade, ao peso, à etnia e à classe. Esses discursos masculinos, baseados numa sociedade patriarcal, constituem e inundam a sociedade com imagens heteronormativas e

coloca o corpo da mulher numa situação de objeto de desejo a ser observado e contemplado (BARROS, 2017). Desta forma, seria importante que as mulheres lutassem por emancipação para conseguirem se apropriar do poder de formação da sexualidade feminina, desestabilizando os discursos referentes às performances sociais das mulheres.

Boff (2014) frisa que, no mercado de HQs, poucas quadrinistas conseguem destacar-se em termos nacionais e internacionais e com isso suas criações não chegam ao conhecimento popular de forma expressiva. Muitas quadrinistas não têm suas obras disseminadas, o que esclarece a dificuldade delas em chegar ao mainstream das HQs, sendo que grande parte das produções femininas pouco são favorecidas nas escolhas editoriais massivas. Outro ponto é que, as vezes, seus trabalhos também não chegam aos meios alternativos das pequenas editoras, ficando restritos a blogs ou sites particulares.

Apesar do campo das HQs ainda ser predominantemente masculino desde a produção até o consumo, a participação feminina em suas produções, consumo, desenho e roteiro remonta à origem dos mesmos. Cunha (2016) cita o exemplo da tirinha "The old subscrever calls" produzida

por uma mulher, Rose O'Neill, em 1896. A autora esclarece que as primeiras produções de tirinhas produzidas por quadrinistas mulheres seguiam, em sua maioria, os padrões de obras consideradas femininas. Essas produções pareciam trabalhos de mulher para agradar o público feminino de acordo com o imaginário da época, sem se libertar dos estereótipos normatizadores. Esse parecia ser o caminho possível num ambiente povoado por homens, onde as publicações estavam atreladas às demandas do editor, um sujeito masculino. O conteúdo dessas HQs era recheado de romances, moda, belas mulheres e crianças simpáticas.

Todavia, após a década de 1960, com a colaboração do movimento feminista e da contracultura, os quadrinhos *undergrounds* foram os responsáveis por ampliar a participação das mulheres de maneira consistente no campo das HQs nos Estados Unidos. Na verdade, o underground acabou sendo um lugar privilegiado para a produção feminina, principalmente porque era um ambiente alheio ao mercado em massa de produção e consumo, onde as mulheres não precisariam se submeter ao pensamento hegemônico masculino (BOFF, 2014).

De acordo com Dantas (2006), é comum nos quadrinhos alternativos aparecerem

casais compatíveis corporalmente falando. E há também bastante a presença de tipos diversificados tanto para homens quanto para mulheres, em termos de altura, peso e cor de pele. Isto é possível devido ao lugar de fala dessas autoras que estão inseridas no underground. As HQs independentes, por romperem com o cânone, é um campo que torna possível as tentativas de dissociação dos velhos estereótipos entre feminilidade e masculinidade. A partir disso encontramos com frequência nessas HQs dilemas referentes ao corpo que lidam com a contradição feminilidade-virilidade.

Boff (2014) aponta que é comum encontrarmos muitas HQs produzidas por mulheres, principalmente após a década de 1960, que tratam sobre o campo psicológico e também da autobiografia das autoras. A libertação conquistada pelas mulheres e a ampliação dos movimentos feministas aumentaram as possibilidades criativas das mulheres. O teor presente nessas obras é, geralmente, de desabafo da condição feminina, especialmente sexual, cuja repressão já não atuava sem resistências significativas. Desta forma, os fatores que estimularam as mulheres a se apropriarem de seus discursos, também ajudaram a ampliar as possibilidades de expressão de grupos de

mulheres diferentes entre si em relação a suas sexualidades ou etnias. Essa abertura permitiu tanto a entrada de mulheres negras na indústria dos quadrinhos, que utilizariam suas obras para discursar sobre questões raciais, quanto o surgimento de mulheres que discutiriam temáticas como o lesbianismo e as relações homoafetivas nas HQs.

No caso do Brasil, Boff (2014) esclarece que quando as mulheres começaram a entrar na produção de quadrinhos em outros países, aqui as quadrinistas ainda tinham um papel bastante inexpressivo. Contudo, esse quadro vem mudando com o crescente aumento da produção no ambiente online e a organização de grupos de mulheres que desejam discutir o feminino e os quadrinhos, como exemplo o site *Lady's Comics*, o grupo *Invernae o Projeto XXX*. Essa movimentação tem colaborado para a visibilidade de muitas produtoras de HQs brasileiras.

Segundo Boff (2014) as melhores condições econômicas para as mulheres, as agitações sociais feministas e o declínio da taxa de natalidade em função da contracepção, foram os responsáveis por potencializarem a mudança dos valores sexuais femininos. Estas transformações tornaram possível para as mulheres desassociar, de maneira efetiva, o sexo da

reprodução, o que possibilitou a ampliação das possibilidades de discursos acerca do sexo para as mulheres. Desta forma, por mais que a autonomia sexual da mulher seja um processo lento e que, de tempos em tempos, encontra resistência, as temáticas acerca do sexo encontraram terreno privilegiado nas HQs, apesar do número de mulheres quadrinistas que tratam dessa temática de forma explícita seja bem pequeno comparado com a quantidade de homens.

Atualmente, as quadrinistas norte-americanas que produzem quadrinhos que tratam sobre corpo e sexualidade publicam de forma independente por meio virtual. A série de antologias da quadrinista Spike Trotman intitulada "Smut Peddler", traz histórias eróticas de diversas quadrinistas. Entre elas estão a própria Spike, Jess Fink, E. K. Weaver, Amanda Lafrenais, Niki Smith, Megan Rose Gedris, entre outras. Muitos dos trabalhos presentes na HQ são produzidos de modo distante do olhar masculino e é possível encontrar a presença de diferentes tipos de corpos e sexualidades (COSTA; RABAY, 2016). Outro exemplo de produção independente americana que trata desse tipo de HQs é o site *Filthy Figments*, onde é possível encontrar diversos quadrinhos eróticos feitos por mulheres ou não-binários

quadrinistas. O portal surgiu em 2010 e seu objetivo é dar visibilidade a uma grande variedade de formas de apreciar e criar conteúdo pornográfico nas HQs.

Com relação ao Brasil, pode-se dizer que não há um número considerável de mulheres quadrinistas produzindo HQs sobre corpo e sexualidade, e quando surge alguma ela não tem seu trabalho publicado por grande editora e acaba produzindo de forma alternativa, seja por meios eletrônicos ou fanzines. Atualmente, entre as quadrinistas que tratam de sexo em algumas de suas obras estão, Gabriela Masson e Aline Lemos. Certamente, entre estas citadas, a mais conhecida é Gabriela Masson, quadrinista brasiliense que usa o pseudônimo LoveLove6. Na sua fanzine autobiográfica intitulada "A Ética do Tesão na Pós-Modernidade" e produzida de forma artesanal em 2013, é possível se deparar com um tipo de diário sexual, com relatos íntimos de confissões e reflexões sobre liberdade sexual, amor romântico, amor livre e monogamia. De acordo com a própria Masson (2016), essa produção é feminista e tem como intuito desafiar discursos heteronormativos e questionar o patriarcado.

Já sua série de HQs "Garota Siririca", também produzida de forma independente e disponibilizada por meio da mídia digital,

conta a história de uma garota viciada em masturbação, suas aventuras eróticas e seu relacionamento com as amigas, através de uma narrativa bem-humorada. Para Masson (2016), o principal objetivo desse trabalho é estimular a discussão entre mulheres e sociedade a respeito da masturbação e da sexualidade feminina, por meio de uma abordagem didática. A autora ainda destaca que tinha como intuito explorar o tema da sexualidade por meio de uma perspectiva feminista, retirando dos corpos femininos padrões socialmente construídos que geram repressão sexual. Desta forma, essa HQ pode ser compreendida “como uma produção de pornografia feminista, ou de pós-pornô, no sentido de representar visual e explicitamente relações sexuais e genitais, mas cuja atmosfera é talvez satírica, seguramente crítica, em vez de erótica.” (p. 60).

É notório que a pornografia feminista se faz presente na HQ “Garota Siririca” por meio de um discurso sobre o corpo e a sexualidade diferente daquele retratado pela indústria pornográfica heteronormativa. As diversas personagens que aparecem na HQ possuem características físicas, personalidades e orientações性uals que constróem identidades distoantes do padrão pornográfico machista. Assim, uma estratégia

utilizada pela quadrinista para não retratar suas personagens nuas ou se masturbando de forma extremamente sexualizada, é evitando posar as personagens de modo que aparentem estar flertando com o leitor, em função de um olhar externo à realidade fictícia vivida por elas. Isto se torna possível porque elas aparecem inseridas em contextos íntimos, dentro de seus quartos, onde não se preocupariam em ser observadas, e a quadrinista procura sempre desenhar as personagens à vontade e sempre enfatizando seu protagonismo e prazer no ato sexual ou na relação com seus próprios corpos.

A outra quadrinista brasileira citada não trabalha necessariamente apenas com o tema sexual em suas HQs, tratando também de temáticas diversas acerca do empoderamento feminino, e assim como Gabriela Masson, produz suas HQs de forma independente por meio de plataformas digitais. Aline Lemos nasceu em Belo Horizonte e produz seus quadrinhos desde 2013. Hoje em dia ela é colaboradora do portal *Lady's Comics* e participa dos coletivos de artistas “Zinas” e “100 Têtes” (VIANA, 2016). Sua HQ que mais chega próxima do gênero erótico é Melindrosa. Nela, por meio de um traço simples, mas bastante vivo e colorido, encontramos personagens com diferentes

tipos de corpos e diferentes identidades de gênero, e é possível perceber o destaque dado pela quadrinista ao prazer e ao consentimento feminino, por meio de relações não necessariamente heteronormativas. Sendo importante citar que a narrativa presente em Melindrosa apresenta uma abordagem, por vezes, cômica.

De modo geral, pode-se dizer que parte das mulheres que tratam da temática do sexo, do corpo e da sexualidade em suas HQs o fazem de forma independente, por meio de mídias digitais, atrelada ao humor, com o intuito de desconstruir certas verdades patriarcas acerca da sexualidade e do corpo da mulher. Essas mulheres possuem um discurso basicamente humorístico ou grotesco para tratar da temática, utilizando traços simples ou distorcidos, como se essa fosse a forma mais viável de desconstruir o discurso hegemônico patriarcal.

Considerações finais

Ao longo do trabalho foi possível perceber que o discurso patriarcal é permeado pelo modelo binário de gênero e constrói os corpos femininos pautados pelas idealizações do gênero feminino. Essas idealizações de gênero acabam operando opções, ações e desejos, assim como práticas

que revelam o caráter ficcional de um corpo feminino original visto como natural. Contudo, é preciso perceber que as pessoas não nascem e vivem com um único corpo, pois ao longo da vida os corpos mudam em diferentes proporções. Os corpos são refeitos, retocados, manipulados, seja com intuito de se adequar às normas ou subvertê-las.

Também foi possível constatar que, hoje em dia, há uma reconfiguração dos sentidos do político e da nossa experiência subjetiva da política, e que um dos elementos decisivos dessa reconfiguração seria a subversão das fronteiras entre o público e o privado. A partir da eleição das redes sociais como campo privilegiado da experiência política, fica claro que tal agir na intimidade produz efeitos de fato na vida social. Ter seu trabalho sendo divulgado em amplo acesso nas redes, possibilita as mulheres de propagar discursos que estabelecem novas formas de subjetivação e questionam sobre o repertório cultural das sociedades ocidentais contemporâneas no que se refere às culturas naturalizadas sobre sexualidades.

Podemos dizer, então, que a presença de mulheres na produção de HQs, por meio da divulgação em plataformas digitais, significa uma revolução e uma transformação social no que diz respeito ao combate ao machismo

presente na sociedade, pois possibilita a existência de falas femininas e de reivindicações de suas vontades. Todavia, de modo geral, podemos concluir que parte das mulheres que tratam da temática do sexo em suas HQs o fazem de forma independente, atrelada ao humor, com o intuito de desconstruir certas verdades patriarcais acerca da sexualidade e do corpo feminino. Essas mulheres possuem um discurso basicamente humorístico ou grotesco para tratar da temática, utilizando traços simples ou distorcidos, como forma mais viável de desconstruir o discurso hegemônico patriarcal.

Referências

- ARDÈVOL, E., LANZENI, D. (2014). *Visualidades y materialidades de lo digital: caminos desde la antropología*. REVISTA ANTHROPOLOGICA/AÑO XXXII, N.º 33, pp. 11-38.
- BARROS, A. P. O. (2017). *Homens e Mulheres produtores de HQ: discursos sobre o corpo e a sexualidade da mulher na Indústria Cultural*. Dissertação (Programa de pós graduação em Antropologia), Universidade Federal de Sergipe.
- BELELI, I., PELÚCIO, L. (2018). *Aperte play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais*. In: DURÃO, S., FRANÇA, I. L. (orgs.). *Pensar com método*. Rio de Janeiro: Editora Papéis Selvagens.
- BENTO, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: Edufba.
- BOFF, E. de Oliveira. (2014). *De Maria a Madalena: representações femininas nas histórias em quadrinhos*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BUTLER, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- . (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- COSTA, L. P. da; RABAY, G. (2016). *Patriarcado e Sexualidade: uma análise sobre a mulher presente nos webcomics "Garota*

Siririca". XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades, Campina Grande.

CUNHA, E. L. (2017). *O Político e o íntimo* por Eduardo Leal Cunha; Psicanalistas pela democracia, 21/02/2017. Disponível em: <<http://psicanalisedemocracia.com.br/2017/03/o-politico-e-o-intimo-por-eduardo-leal-cunha/>>. Acesso em: Novembro de 2018.

CUNHA, J. dos S. (2016). *A representação feminina em Mulher Pantera e Mulher Maravilha*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão.

DANTAS, D. F. (2006). *Sexo, Mentiras e HQ: representação e auto-representação das mulheres nos quadrinhos*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DICKEY, S. (1997). *La antropología y sus contribuciones al estudio de los medios de comunicación*. Revista Internacional de Ciências Sociais, UNESCO, n. 153, p. 1-23, 1997. Disponível em: <www.unesco.org/issj/rics153/dickeyspa.htm>. Acesso em: janeiro de 2018.

FOUCAULT, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

—————. (1986). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.

—————. (1983). *História da Sexualidade – A vontade de Saber*, vol. I. São Paulo: Graal.

HAMLIN, C., PETERS, G. (2018). *Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres*. Lua Nova, São Paulo.

HOLLANDA, H. B. de. (1994). Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

LE BRETON, D. (2007). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes.

MASSON, G. T. (2016). *Projeto Pedagógico de formação da sexualidade da mulher e a Garota Siririca*. TCC (Graduação em Artes Visuais) – Instituto de Artes da Universidade de Brasília, Brasília.

MAUSS, M. (2003). As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, pp. 367-397.

MEAD, M. (1935). *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*. Disponível em: <<https://personalwebs.coloradocollege.edu/~mduncombe/WS%20110/Mead,%20Sex%20and%20Temperament.pdf>>. Acesso em: agosto de 2017.

PISCITELLI, A. (2001). *Re-criando a (categoria) mulher?* Campinas.

POMBO, M. (2017). *Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero*.

apostas feministas e queer. REVISTA PERIÓDICA, v. 1, p. 388-404.

PRECIADO, P. B. (2014). *Manifesto Contrassetual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições.

—————. (2011). *Multidões queer: notas para uma política dos anormais*. Estudos Feministas 19.

VIANA, G. (2016). *As quadrinistas do Social Comics*. Ladyscomics. Disponível em: <<http://ladyscomics.com.br/as-quadrinistas-do-social-comics>>. Acesso em: abril de 2017.

Recuerdos LGBT en Revista: Estrategias de comunicación para superar las fobias a la diversidad sexual

Memórias LGBT em Revista: Estratégias de comunicação para a superação de fobias à diversidade sexual

LGBT Memories in Magazine: Communication Strategies for Overcoming Sexual Diversity Phobias

Tony Willian Boita²⁶

Rosana Maria Ribeiro Borges²⁷

Resumen: Esta investigación presenta estrategias comunicacionales interesadas en superar las fobias a la diversidad sexual a partir del Proyecto Memoria LGBT en el Museu de Favela celebrado en Rio de Janeiro en 2015.

Palabras-Chave: Comunicación, museo, diversidad sexual

Abstract: This research presents communication strategies interested in overcoming the phobias of sexual diversity from the LGBT Memory Project at the Museu de Favela held in Rio de Janeiro in 2015.

Key words: Communication, Museum, Sexual Diversity

²⁶ Tony Willian Boita (Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em Comunicação, Brasil, e-mail tonyboita@hotmail.com);

²⁷ Rosana Maria Ribeiro Borges (Universidade Federal de Goiás (UFG), Pós-Doutora em Comunicação e Cultura, Brasil, e-mail: rosanaborges.ufg@gmail.com).

Considerações iniciais

Do alto do terraço do Museu de Favela (MUF), percebe-se que a paisagem na favela é feita de memórias. Da escravização dos países africanos ao tempo da colônia e império, passando pelas intervenções políticas, econômicas e sociais do norte ao longo do século XX e alcançando o cenário conservador no qual o Brasil atualmente mergulha, ali se encontra parte dos resultados de mais um Estado racista e homofóbico no mundo. Minoria entre a minoria, a comunidade de LGBT²⁸ do morro é composta por pessoas majoritariamente negras, economicamente pobres, teimosas em existir e se reconstruir a cada geração, assegurando sua resistência em laços solidários alimentados por uma memória subterrânea (Pollack, 1989).

Por meio do presente artigo, pretende-se refletir sobre as estratégias comunicacionais visando a superação das fobias a diversidade de gênero e sexual a partir das ações realizadas pela *Revista Memória LGBT* em parceria com o Museu de Favela na cidade do Rio de Janeiro em 2015. Para tal, neste trabalho, entende-se a memória como um

direito que, quando aliado à comunicação, possui suas potencialidades ampliadas, possibilitando o acesso a dignidade humana.

O Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (PPG) foi criado em 2008 visando preservar as memórias das diversas comunidades que ocuparam aqueles territórios. Portanto, surgiu em um momento de transformação nas políticas culturais brasileiras e com o Programa Pontos de Memória, que tinha como princípio a promoção e o registro de memórias, histórias e saberes que não eram representados nos museus. Essa favela, encravada em um maciço rochoso entre as praias mais caras do Brasil²⁹, tem entre seus aparelhos culturais o MUF, destacável museu comunitário do Brasil interessado na salvaguarda da memória local (Silva, Pinto & Loureiro, 2012).

Já a *Revista Memória LGBT*³⁰ foi lançada em novembro de 2013 como uma ferramenta para visibilizar o invisível nos museus – as memórias de pessoas LGBT. Desde então, este magazine acumulou doze publicações e diversas experiências virtuais e presenciais.

²⁸ Para este artigo, convencionou-se o termo LGBT para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais respeitando a política pública brasileira (BOITA, 2014). Ressalta-se que isso não exclui as demais siglas ou outras orientações sexuais e identidades de gênero.

²⁹ No caso, as praias de Ipanema e Copacabana, zona Sul do Rio de Janeiro.

³⁰ Disponível em www.memoriaslgbt.com.

Uma das ações mais expressivas da Revista foi protagonizada em 2015 quando, a convite do MUF, estruturou-se um projeto intitulado "Memórias LGBT no Museu de Favela - MUF" com o objetivo de desenvolver ações de registro, preservação e difusão das memórias da comunidade LGBT moradora das favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, bem como, cartografar as memórias que ali viviam e que não estavam presentes na instituição. Essa iniciativa desenvolveu ações de difusão das memórias LGBT nessas comunidades em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. Como resultados, realizou-se a publicação de três edições da *Revista Memória LGBT* que tiveram, respectivamente, as seguintes temáticas: Ser Lésbica na Favela, Ser Gay na Favela e Ser Trans na Favela. Além das revistas, também foram efetivadas exposições colaborativas, rodas de conversa, inventário dos espaços LGBT e um seminário.

Como dito, foi justamente para expor e analisar as ações desenvolvidas no projeto "Memórias LGBT no MUF" que o presente artigo foi elaborado, sendo que o principal holofote está mirado no direito à memória de pessoas LGBT moradoras de favelas. Especificamente, buscou-se apresentar e debater as estratégias comunicacionais para

visibilizar e registrar em formato de revista as ações desenvolvidas pelo supracitado projeto. Cada passo, fala, olhar e diálogo foi registrado e descrito em páginas coloridas de um periódico, na esperança de garantir o direito à memória, à história e à cultura destes corpos LGBT que habitam as comunidades Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Cabe ressaltar que, durante a realização do projeto "Memórias LGBT no MUF", os objetivos específicos foram desenvolvidos em diálogo com o público focal. Ao todo, foram dez premissas, mas, no presente estudo, foram focalizadas apenas sete, quais sejam: 1) as três edições impressas e virtuais da Revista Memória LGBT produzidas pelos participantes do projeto; 2) as capacitações e formações através de rodas de conversa e debates entre os participantes do projeto e membros externos; 3) as difusões em mídias comunitárias de todas as etapas do projeto nas próprias comunidades; 4) o inventário da memória LGBT da favela; 5) as exposições experimentais; 6) o Seminário, Museus, Memória e Museologia LGBT, realizado na comunidade do PPG; 7) a geração de renda para membros LGBT residentes no PPG.

Pelo caráter etnográfico do estudo, a abordagem utilizada foi a qualitativa, numa compreensão de que esta seria a forma mais

sensível de agrupar, sistematizar e expor memórias. Godoy (1995, p. 62) pontua que a abordagem qualitativa de pesquisa "[...] valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada", sendo que "[...] um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte", como foi o caso do projeto "Memórias LGBT no MUF". Portanto, tanto o contato com as comunidades quanto a observação e o diálogo com os moradores LGBT foram constantes metodológicas na construção da pesquisa. Tal contato, que escuta e se abre ao campo do sensível, também foram elementos essenciais para o andamento da proposta, que, metodologicamente, dialogou com vários campos do conhecimento a fim de potencializar as ações.

Porém, o principal método empregado foi mesmo a observação etnográfica, que potencializou o entendimento das teias de significados (Geertz, 1989) observadas nas favelas a partir da descrição densa. Para Clifford Geertz (1989, p. 20), o objetivo da descrição densa, "[...] é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na

construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas.". Contudo, este emaranhado de significados tornou-se importante para a compreensão e desenvolvimento das ações. Foi esta densidade que possibilitou entender as múltiplas dinâmicas e os papéis sociais das pessoas que participavam do projeto. Deste modo, com o entendimento das complexidades, é que se evidenciou os mecanismos operantes da vida coletiva dos LGBT residentes no PPG.

O movimento expositivo do presente artigo navega pela homofobia no Brasil, perpassa pelos museus e pelos processos comunicacionais para depois apresentar os dados da pesquisa, seguidos das considerações finais.

A homofobia no Brasil: dados de violentas memórias

O Brasil é um dos países mais violentos em relação às pessoas LGBT no Mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2013, 40% das mortes do mundo a LGBT ocorreram no Brasil. Segundo a Associação de Travestis e Transexuais, em 2019 foram mortas 121 pessoas T (travestis e transexuais) e no primeiro semestre de 2020, 89 travestis e

transexuais foram assinadas. Segundo o dossiê de lesbocídios, em 2017 registrou-se um crescimento de 80% do número de mortes de lésbicas, comparada ao ano anterior (2016). De acordo com o Transgender Europa, de 2011 a 2018, ocorreram mais de 2700 assassinatos a pessoas LGBT no Brasil, cerca de uma morte a cada 28 horas. Isso parece ser impactante, mas pouco reverbera neste país. Prova disso é a ausência de dados governamentais, o que acaba movendo os movimentos sociais a se organizarem para reunir e visibilizar tais estatísticas.

Por outro lado, há resistência e muita luta de uma comunidade esquecida pelo Estado brasileiro. Inicialmente visando a criminalização da homofobia, o Rio de Janeiro e o Distrito Federal foram as primeiras regiões do Brasil a criar medidas protetivas a LGBT. Mas em 2017, o Distrito Federal, capital do país, revogou a legislação distrital que protegia a comunidade LGBT. Entre 2000 e 2020 já são mais de doze estados que criminalizam as práticas de fobias a diversidade sexual. Outro marco importante foi a união homoafetiva, sendo o estado do Rio Grande do Sul o primeiro a permitir tal prática, no ano de 2004.

Para além das legislações estaduais, o Supremo Tribunal Federal (STF) legislou

devido à ineficácia do Estado brasileiro. Em 2011, reconheceu em todo o território nacional a união homoafetiva. Posteriormente, em 2018, o STF regulou o uso do nome social e recentemente, em 2019, criminalizou a homofobia. Porém, tais decisões podem ser revistas pelo Congresso Nacional que, atualmente, possui uma bancada cristã de parlamentares que anseia a revogação de tais direitos, em consonância com o ideário conservador apregoado pelo atual presidente do país.

Tais dados apontam que, de fato, o Brasil possui uma face violenta contra a população LGBT, mesmo tendo uma legislação avançada, se comparada a outros países latino-americanos. No entanto, sem punições severas, as práticas culturais e religiosas ainda matam estes corpos. Segundo estatísticas, o perfil das vítimas LGBT no país são de pessoas, em sua maioria negras e de até 29 anos (Boita, 2014), o que indica uma estratégia de eliminação da juventude LGBT, principalmente a negra. Se antes a AIDS ceifou vidas, hoje, no Brasil, é a homofobia que faz esse papel, donde se erige a necessidade da existência de projetos afirmativos, como é o caso do "Memórias LGBT no MUF".

Os museus e a memória LGBT

No Brasil, os museus são definidos a partir da lei 11.904/2009. Segundo a legislação, estes espaços devem estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, possuindo uma função estratégica na garantia do direito às memórias e histórias de todas as pessoas.

Ao contrário do pensamento que corre no senso comum, os museus não são depósitos de objetos inertes, pois são espaços políticos resilientes, de resistências e de memórias. Quando os museus se silenciam frente à homofobia, apoiam tal prática e concordam com a opressão. Ao invisibilizar, negam a comunidade LGBT o direito às suas memórias e apoiam, mesmo que indiretamente, as fobias à diversidade de gênero e sexual, tal como ocorre hoje no Brasil.

É importante destacar que, contrariando a norma museal, há algumas dezenas de museus convencionais brasileiros interessados em refletir e revisar discursos. Soma-se a isso, museus e iniciativas comunitárias em memória para a comunidade LGBT, espalhados nos grandes centros urbanos, tais como o Museu da Diversidade Sexual (SP), o Instituto de Cultura e Arte

LGBT+ (DF), o Ponto de Memória Aquenda as Indacas (ES), Ponto de Memória LGBT (AL), Acervo Bajubá (SP), a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, a Revista Memória LGBT entre outras. Estas iniciativas surgiram visando identificar, preservar os registros e difundi-las para a sociedade brasileira através de pesquisas, debates, exposições, atividades culturais e educativas. Contudo, em um cenário tão violento, também existem ações que estão interessadas no enfrentamento usando a memória como escudo, empoderando-se do conceito de museu e o transformam em um espaço democrático.

Os museus e os processos de significação

É impossível debater a memória LGBT brasileira sem refletir sobre as memórias de João W. Nery, registrados no livro *Viagem Solitária* (Nery, 2011). Nessa obra, o autor, que é o primeiro homem trans a realizar uma cirurgia de redesignação sexual no Brasil em 1977, narra 20 anos de memórias anteriores à cirurgia ser legalizada no país. Essas memórias e a sua coragem foram importantes para o desenvolvimento do projeto "Memória LGBT no MUF", no qual atuou como consultor. João Nery é um dos exemplos de pessoas que não estão presentes nos museus e na

memória nacional, e é um dos milhares de exemplos existentes.

De fato, as principais narrativas sobre os museus relacionam-se à discursos que visam manter um passado geralmente vinculado ao poder, com tradição e conservadorismo. Como exemplo dessa memória coletiva, pode-se citar a manutenção da heteronormatividade compulsória (Rich, 2010) e o protagonismo hegemônico do homem branco (Flores, 2017). Ao lado dessas representações hegemônicas que ocupam a maioria dos museus, monumentos e do patrimônio cultural oficialmente registrado, notam-se as memórias ausentes, silenciadas, entre as quais estão "[...] os criminosos, as prostitutas, os 'associais', os vagabundos, os ciganos e os homossexuais" (Pollack, 1989, p.10. Grifos do autor). Isso porque a memória é seletiva, e essa seleção, na maioria das vezes, é excludente, principalmente porque objetiva assegurar aquilo que os grupos dominantes consideram como bons costumes, afinal, tal como pontua, as memórias estão em constante construção e conflito. A negligência destas memórias colaborou e colabora na perseguição e discriminação desses grupos que "[...] vivem um paradoxo entre o querer lembrar e o querer esquecer" (Borges; Serres, 2014, p.124).

No presente estudo, o museu convencional é entendido como um bem patrimonial distante das pessoas que está "[...] longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado" (Fonseca, 2003, p.56). Contudo, comprehende-se também que os museus são "[...] antropofágicas, ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade" (Wichers, 2014, p.17). Portanto, a perspectiva que se apresenta está em diálogo com os museus comunitários, caracterizados por Camarena e Morales (2009, p. 4) como uma instituição que "[...] nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória".

De fato, os museus ocidentais iluministas ainda estão presos ao objeto, ao artefato. Dificilmente conseguem dialogar com as comunidades social e economicamente excluídas. De todo modo, os museus comunitários tentam preencher essa lacuna, aliando elementos como as culturas, histórias e memórias de uma comunidade. Deste modo, fortalecem uma multiplicidade de identidades em um território, motivando-as à luta por

direitos e recriando espaços comunicacionais reforçadores de existências.

Quando se fala em processos comunicacionais, aponta-se a comunicação como um processo de produção social de sentidos, ou seja, como algo vivo, que pulsa e significa a vida. Borges (2013) explica que, nessa perspectiva, muito próxima dos chamados Estudos Latino-americanos, por ser envolta em ideologias, a comunicação está relacionada à cultura e às expressões culturais, num complexo processo de significação que, mais do que estruturas e aparatos, envolve sujeitos que "[...] pensam, elaboram, significam e ressignificam os conteúdos comunicacionais de acordo com os elementos mediadores que dispõem" (Borges, 2013, p. 91). Ainda segundo a autora, a comunicação não implica apenas em reprodução de conteúdos e significados, mas, sobretudo, em produção de significações e ações, mesmo que a grande maioria dos veículos comunicacionais e jornalísticos esteja vinculada à lógicas hegemônicas, pois os processos de significação também estão em constantes disputas.

Assim, quando aliada à memória e aos museus, a comunicação não só contribui para a difusão de estratégias e ações, como

também para o alargamento dos elementos mediadores e do que é lido, significado e registrado para que, no museu em perspectiva ampliada, possa ser ressignificado em conteúdos socialmente referenciados e comunitariamente produzidos.

"Memória LGBT no MUF"

Compreende-se que os resultados esperados do projeto "Memória LGBT no MUF" foram alcançados. Conforme exposto na introdução, durante seis meses, realizou-se diversas ações visando garantir o direito à memória das pessoas LGBT moradoras das favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, sendo que sete delas serão abordadas a seguir.

A primeira ação refere-se às três edições impressas e virtuais das memórias de pessoas LGBT que fazem parte do acervo da *Revista Memória LGBT*, cuja produção ocorreu de forma colaborativa, com protagonismo dos três indivíduos perfilados, cabendo à coordenação do projeto um apoio técnico, de revisão e capacitação/formação. De acordo com o exposto, as edições produzidas foram, "Ser Lésbica na Favela", "Ser Gay na Favela" e "Ser Trans na Favela":



Imagen 1: Edições da Revista Memória LGBT. Fonte: www.memoriaslgbt.com.

A capacitação foi ministrada por diversos consultores do projeto, como o já citado João W. Nery. As atividades foram realizadas por meio de rodas de conversa e debates entre os participantes e os membros externos. Dentre os temas abordados, visibilizou-se a emergência da população LGBT moradora da favela, que deveria contemplar; a) histórico do movimento social LGBT; b) segurança; c) HIV/Aids; d) cidadania; e) educação; F) sonhos. Para além das rodas de conversa, realizou-se oficinas de escrita e de entrevista.

As mídias comunitárias, foram essenciais para o desenvolvimento de todas as etapas da iniciativa. De fato, foi necessário o apoio das mídias comunitárias já estabelecidas nas

comunidades, para encontrarmos a juventude LGBT, sem medo de registrar e difundir suas memórias. Para tal, buscou-se parcerias com o PPG Informativo³¹ das redes sociais das associações dos moradores e da rádio do MUF, bem como, cartazes e panfletagem em pontos estratégicos.

A partir das etapas anteriores, produziu-se o inventário da memória LGBT da Favela. Com isso, foi possível identificar os espaços de sociabilidade e violência a diversidade sexual e identidade de gênero nas comunidades, possibilitando a elaboração de uma cartografia. Com os dados em mãos, foi proposto ao MUF ações de impacto frente aos espaços violentos nas favelas.

³¹ Mídia eletrônica de divulgação dos serviços e demandas das comunidades.

As exposições experimentais foram realizadas em diversos pontos de violência mapeados na cartografia. Essas exposições, produzidas de forma simples e com baixo custo, tiveram grande impacto, pois foram primordiais para a visibilização da comunidade LGBT no território. Ao todo, foram três atividades avaliadas pelos participantes como bem sucedidas.

O Seminário, Museus, Memória e Museologia LGBT, foi realizado na comunidade do PPG onde os mobilizadores do projeto puderam ensinar e refletir junto com os participantes acerca das estratégias de enfrentamento a homofobia. Além disso, lideranças políticas das comunidades e profissionais de museus também estiveram presentes. Ao final, buscou-se discutir em conjunto soluções para a garantia de direitos e a dignidade humana a população LGBT. Ressalta-se, que na ocasião, foi realizada campanha de vacinação, distribuição de preservativos e uma feira de livros.

A geração de renda deu-se a partir da contratação de sete pessoas LGBT que atuaram como mobilizadores do projeto. De forma estratégica, essas pessoas foram responsáveis por articular juntamente com as mídias comunitárias os diálogos e as atividades com a comunidade LGBT.

Os resultados colaboram com a visibilidade da comunidade LGBT nas comunidades. No entanto, isso não extinguiu o preconceito ou a violência, mas contribuiu para a formação de uma rede de pessoas LGBT que, de forma solidária, propõe alternativas frente às fobias da sociedade.

Considerações finais

O Projeto “Memória LGBT no MUF”, foi realizado em parceria com a *RMLGBT* e o MUF e potencializou as memórias da comunidade LGBT moradora das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. Ao potencializar tais memórias, foi possível, em parceria com o MUF, garantir o direito à memória e perpetuá-lo, uma vez que os resultados do projeto foram incluídos no acervo museológico do museu. Em conjunto, os objetivos apresentados tiveram grande impacto na comunidade, atingindo um número significativo de pessoas LGBT. De fato, o projeto não solucionou as demandas estruturais, mas potencializou o diálogo e as redes afetivas.

Vale lembrar que o Brasil é um país fóbico a diversidade sexual e, durante as ações, isso foi uma constante. No entanto, com o andamento das ações, ficou perceptível que a memória aliada às mídias comunitárias

podem ser eficazes na superação da homofobia.

Ressalta-se que mesmo com o silenciamento da maioria dos museus frente à população LGBT, há ações significativas. No Brasil, já existem 36 instituições museais preocupadas em abordar a temática LGBT, de um total de 3 mil museus (Boita, 2018). Mesmo pequeno, é um número significativo.

Por fim, por meio deste artigo, buscou-se refletir sobre as estratégias comunicacionais adotadas pelo projeto "Memória LGBT no MUF" a fim de superar fobias à diversidade sexual. Para tal, valorou-se o direto à memória como estratégias de superação às fobias sociais que pesam sobre a população de lésbicas, bissexuais, gays e pessoas trans (LGBT) residentes na favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (PPG), no Rio de Janeiro, em especial a partir da primeira ação em um museu comunitário do Brasil a abordar as intersecções de orientação sexual, identidade de gênero, raça, memória e direitos humanos.

Referências

Boita, T. W.(2014). Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista. HTTPS://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf

Boita, T. W.(2018). Cartografia etnográfica de memórias desobedientes. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9364>

Borges, R. M. R. (2013). Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3697>

Borges, V.& Serres, J.(2014). Narrativas sobre o velho leprosário: As entrevistas realizadas com pacientes/moradores do Hospital Colônia de Itapuã (Viamão/RS). En História Oral (pp. 119-134). Letra e Voz.

Camarena, C., & Morales, T.(2009). Manual para la creación y desarrollo de museos comunitarios. Artes Gráficas Sagitário. <https://mediacionartistica.files.wordpress.com/2014/02/manual-para-la-creacion-y-desarrollo-de-museos-comunitarios.pdf>

Flores, J.(2017). Mulheres Negras e Museus de Salvador. Salvador.

Fonsceca, M. C. L.(2003). Para além da "pedra e cal": por uma concepção ampla de patrimônio. En Regina Abreu & Mário Chagas (Eds.), Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos (pp. 56-76). DP&A.

Geertz, C.(2008). A Interpretação das Culturas. LTC.

Godoy, A. S.(1995). Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. Revista de Administração de Empresas, 35(2), 57-63.
<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>

Nery, J. W. (2011). Viagem Solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois. Leya.

Pollack, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, 2(3), 3-15.

http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades, 4(05). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>

Silva, C. E. G., Pinto, R. C.S.& Loureiro, K. A. S. (2012). Circuito das Casas-Tela. Museu de Favela.

Wichers, A. M. W. (2014). Dois enquadramentos, um mesmo problema: Os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. Revista de Arqueologia.
<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/download/>

Dilemas da retratação da violência contra as mulheres em telenovelas brasileiras

Dilemas de la representación de la violencia contra las mujeres en telenovelas brasileñas

Dilemmas of the representation of violence against women in Brazilian telenovelas

Lorena Rúbia Pereira Caminhas³²

Palavras-chave: Telenovela; Gênero; Violência.

Keywords: Telenovela; Gender; Violence.

Este trabalho analisa criticamente as narrativas de telenovelas brasileiras que buscaram retratar e debater o fenômeno da violência contra mulheres. A discussão proposta se insere no contexto de ampliação das histórias ficcionais que trouxeram as violações motivadas por gênero como mote de seus enredos, utilizando-se da estratégia do *merchandising social* para promoverem

mensagens educativas e pedagógicas sobre o tema (Lopes, 2009). O principal marco dessas produções é a novela *Mulheres Apaixonadas*³³ da Rede Globo, televisionada em 2003. Nela, vemos a situação de violência doméstica sofrida por Raquel (Helena Ranaldi), que constantemente apanha de seu marido Marcos (Dan Stulbach). Na esteira, dentre os anos de 2000 a 2019, outras 12³⁴ tramas

³² Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Ciência e Tecnologia (GEICT/UNICAMP). Brasil.
lorenarubia.pereira@gmail.com

³³ Trata-se da primeira novela a introduzir, por via do *merchandising social*, o debate sobre violência doméstica. Outras telenovelas, como *Roque Santeiro* (1985) e o *Rei do Gado* (1996), já haviam trazido cenas de agressão às mulheres, mas sem promover mensagens educativas e pedagógicas sobre a questão.

³⁴ Todas foram exibidas em horário nobre (entre 20h e 21h), faixa da programação ficcional tradicionalmente dedicada a discutir problemas nacionais contemporâneos (Lopes, 2009). As novelas são: Vidas Opostas (2006) e Vidas em Jogo (2011) da Rede Record e

retrataram as agressões de maridos contra suas esposas, selecionando núcleos dramáticos específicos para demonstrar o cotidiano de violações experimentado por essas personagens.

A crescente representação da violência contra as mulheres em telenovelas acompanha tanto a ampliação das denúncias dessas ocorrências no Brasil, quanto o desenvolvimento de políticas de enfrentamento do problema. Desde a década de 1980, em que o movimento feminista nacional inseriu na esfera pública o lema "quem ama não mata" (Blay, 2003), essa questão passou a figurar em minisséries da Rede Globo, principalmente *Quem Ama não Mata* (1982) e *Delegacia de Mulheres* (1990). A inserção desse debate se aprofunda durante a elaboração e sanção das duas principais leis brasileiras para combater as violações motivadas por gênero, que são a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) de 2006 e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104) de 2015. Esse campo sociojurídico, para além de instrumentalizar mecanismos punitivos, edifica um domínio simbólico que reinterpreta a posição dessas ocorrências no espaço sociocultural (Segato, 2003), permitindo que elas saiam da alcada do

"crime de honra" e passem a figurar como problema público envolto nos direitos humanos das mulheres.

A despeito da ampliação dos mecanismos de enfrentamento das agressões contra as mulheres e sua crescente problematização sociocultural também endossada pelas telenovelas, é essencial considerarmos o ainda atual diagnóstico de Saffioti (1994), que afirma a violência como elemento basilar das relações de gênero no Brasil. Essa realidade se expressa em pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2014, que revelou uma ampla relativização do sofrimento de mulheres: 82% dos entrevistados afirmaram que os litígios domésticos devem ser resolvidos apenas entre o casal, concordando com a frase "em briga de marido e mulher não se mete a colher". O relatório do Human Rights Watch de 2019 também substancia esse diagnóstico, afirmando que o Brasil vivencia uma epidemia de violência doméstica (a cada dois minutos uma mulher é vítima desse crime) e feminicídios (por dia, três mulheres são assassinadas por motivos ligados ao gênero).

Diante dessa conjuntura ambígua e intrincada, não parece estranho que também as telenovelas apresentem suas próprias contradições e dissidências em suas tentativas de representarem a violência contra as mulheres. Das 13 novelas que abordaram o tema na chave do *merchandising social*, oito (61,5%)³⁵ apresentam um conjunto de personagens femininas sendo constantemente agredidas e humilhadas por seus cônjuges ou familiares, sem enquadrar essas imagens na leitura de violações causadas por gênero. Isso ocorre primordialmente nas tramas das vilãs, mulheres para quem os castigos físicos, psicológicos e morais são uma premissa no enredo (Caminhas, 2018). Neste artigo, pretendo retomar essa dissidência das cenas de injúrias, questionando os mecanismos narrativos que permitem que a violência seja retratada como uma ocorrência contingente, interpretada ora como forma de sofrimento, ora como castigo moralizante.

Estratégias analíticas

A fim de responder as questões do estudo, selecionei duas telenovelas exibidas

entre 2011 e 2012 que trouxeram, no mesmo enredo, o debate da agressão às mulheres na chave do *merchandising social* e a retratação das vilãs sendo agredidas por homens de sua convivência íntima. São elas *Fina Estampa* da Globo e *Vidas em Jogo* da Record. Adoto esse recorte por considerar essencial efetuar uma análise cruzada de produções ficcionais de duas emissoras distintas que foram televisionadas no mesmo período, evidenciando seus mecanismos narrativos convergentes e divergentes na retratação da violência motivada por gênero.

A ancoragem metodológica é a análise da narrativa³⁶, que se atenta para a organização de dispositivos discursivos para construir uma história. De modo geral, as histórias são fundamentadas por personagens e situações cotidianas e dramáticas, assentando um mundo proposto e projetado (Ricoeur, 2012) que carrega as moralidades incrustadas nas tramas, permitindo discernir os papéis e posições dos sujeitos e também as causas e consequências dos acontecimentos. Pelas lentes da narrativa, objetiva-se compreender a articulação de diversas formas de expressão

³⁵ São elas: *Mulheres Apaixonadas*, *Vidas Opostas*, *Fina Estampa*, *Vidas em Jogo*, *Amor à Vida*, *A Regra do Jogo*, *O Outro Lado do Paraíso* e *O Segundo Sol*.

³⁶ Reconheço que nessa metodologia o polo da recepção é fundamental para definir os sentidos de determinada trama e que seu estudo demonstraria como a retratação da violência às mulheres em novelas foi interpretada socialmente.

(lingüísticas e imagéticas) que substanciam um texto cultural, refletindo sobre como ele traduz e representa uma determinada realidade social (Squire, 2014). Para apreender esses elementos nas telenovelas, acompanho a construção das cenas de violência contra as mulheres enfocando na construção dos personagens masculinos e femininos (seu papel no enredo, sua personalidade e índole, sua relação com a comunidade), na formação das relações afetivas (a convivência diária e a vida privada e pública), e nas conjunturas das agressões (quais são as modalidades de injúrias apresentadas, quando elas ocorrem, com que finalidade e intensidade).

Melodrama e construção de problemas públicos em telenovelas

A principal problemática que está em jogo na discussão sobre a retratação da violência contra as mulheres em novelas diz respeito à conjugação do melodrama com a apresentação de assuntos sociopolíticos brasileiros. Como demonstram Lopes (2010) e Hamburger (2005), desde a virada dos anos 1970 para 1980, a linguagem melodramática que embasa as histórias novelescas passou a incorporar elementos do jornalismo e documentário para introduzir em seus

enredos os problemas públicos nacionais. Para Lopes (2010), as telenovelas buscaram assumir a função de serem “retratos da nação”, estando atentas aos costumes e acontecimentos contemporâneos, que passaram a figurar em suas tramas. A síntese desse processo são as “novelas de intervenção” (Hamburger, 2005) consolidadas em 1990, que mencionavam eventos de grande repercussão e questões socioculturais pungentes em suas intrigas, apresentando-se como importantes espaços de representação e debate da realidade.

A intervenção pretendida pelas telenovelas se consolida com a adoção da estratégia do *merchandising social*, inicialmente empregada pela Rede Globo com a finalidade de ampliar sua imagem de responsabilidade social (Almeida, 2017), mas que paulatinamente se tornou um “recurso comunicativo” (Lopes, 2009) que fornece uma série de convenções narrativas para inserir temas contemporâneos na ficção televisiva. A prerrogativa desse mecanismo é introduzir mensagens educativas e pedagógicas sobre questões sociopolíticas nas histórias ficcionais, apresentando aos telespectadores suas nuances e possíveis formas de resolução (Schiavo, 2006). Em geral, os dramas do *merchandising social* são retratados em

núcleos específicos das novelas, selecionando personagens, interações e situações que vão demonstrar a dinâmica do problema e os processos para sua mitigação.

A configuração narrativa das telenovelas mantém, portanto, o melodrama como alicerce principal, que passa a ter seus limites expandidos para inserir discussões atuais (Hamburger, 2005). Isso tem consequências diretas sobre como os problemas públicos são tratados na ficção, enquadrados em histórias voltadas aos domínios íntimo/privado e às relações familiares/afetivas. Primeiramente, é preciso compreender que o melodrama é uma matriz cultural (Martín-Barbero & Muñoz, 1992) por meio da qual experiências, acontecimentos e identidades são retratadas, dialogando com o contexto sociocultural. Ele apresenta e formaliza um conjunto de imaginários e moralidades que participam da interpretação do mundo da vida, assumindo um caráter pedagógico que frequentemente discerne o certo do errado (Xavier, 2000).

Em segundo lugar, é essencial entender que o melodrama é uma forma narrativa, baseada, segundo Xavier (2000), em convenções estruturais e temáticas, tratando normalmente de dramas de família e romances, apresentados em meio à dicotomia

do bem *versus* o mal. São, em sua maioria, tramas sentimentais (Almeida, 2003), construídas a partir de referências culturais concretas, edificando uma metáfora do cotidiano e do ordinário. É formatado por tipificações e esquematizações, que aparecem tanto na condução dos acontecimentos quanto na delimitação das ações e personalidades dos personagens.

Nas novelas, o melodrama se expressa na centralização do mundo doméstico e do tempo familiar, que mediam o universo social e coletivo das tramas (Lopes, 2009). As relações afetivas e emocionais, os laços de parentesco e suas dinâmicas, e os valores da família são os elementos essenciais dos enredos, servindo de base para interpretar as situações e os personagens. Ademais, o que move as intrigas da ficção melodramática televisiva é o conflito do bem contra o mal, encenado por protagonistas típicos e durante ocorrências convencionais que ilustram os valores incrustados no drama. Para Gomes (2007), o universo das telenovelas assim constituído atribui uma centralidade às mulheres, que assumem a função de coordenar espaços públicos e privados, de delinear o encadeamento da história e de projetar o conjunto de moralidades e convenções. Heroínas e

malfeitoras possuem papéis definidos, sendo que as primeiras devem reestabelecer a ordem social subvertida pelas segundas. As mulheres incorporam e encenam determinados padrões de conduta e caráter, demonstrando os modos corretos e incorretos de se comportar (Almeida, 2017), e seus destinos na tessitura novelística importam porque demonstram as consequências (positivas ou negativas) de suas ações e personalidades.

É no interior do contexto narrativo supramencionado que a discussão das agressões contra as mulheres ocorre nas novelas, enquadradas em meio aos dramas da intimidade, assumindo caráter público somente nas ocasiões em que são interpretadas como excessos. Como bem pontua Hamburger (2005), nas telenovelas os conteúdos privados são frequentemente tornados públicos e os públicos transformados em privados, criando uma concatenação orgânica dessas duas esferas. Isso acontece, segundo Xavier (2000), porque o melodrama é um espaço de "representações negociadas", pautadas por uma atenuação do tom político dos debates, que são transportados para o âmbito relacional, formatando uma mensagem ao mesmo tempo pedagógica, moralizante e

emocional. Nas telenovelas, as oposições e tensões binárias que marcam os dramas centrais circunscrevem igualmente os problemas socioculturais tematizados, encenados por personagens arquetípicos. O tom emotivo também é predominante nos núcleos de *merchandising social* (Almeida, 2017), delimitando a atuação dos personagens, que vão incorporar as atitudes corretas e incorretas definindo a mensagem educativa da telenovela e seu contraponto.

Reconhecer a estrutura narrativa das novelas é fundamental para refletir sobre como elas apresentam as agressões às mulheres, um fenômeno social que sempre tensionou as fronteiras do público e do privado, do íntimo e do político (Bandeira, 2014), questionando em que medida esses crimes são motivados pelas idiossincrasias dos envolvidos e das circunstâncias, ou por uma estrutura sociocultural hegemônica (Blay, 2003). A tendência de essas produções ficcionais justaporem esses âmbitos sociais e encenarem dramas tipificados permite uma politização parcial das injúrias motivadas por gênero, relativizando algumas formas de sofrimento das mulheres. E essa é uma discussão indispensável, principalmente se considerarmos com Hamburger (2005) que as telenovelas são atores essências da esfera

pública brasileira, responsáveis por edificar imaginários e significados das experiências nacionais.

Regimes representativos da violência contra as mulheres

Entre os anos de 2011 e 2012 a Rede Globo e a Rede Record apresentaram, no horário nobre da televisão brasileira, o drama de duas personagens femininas que sofriam violência doméstica, casadas com homens de temperamento explosivo e comportamento agressivo: em *Fina Estampa*, acompanhamos o martírio de Celeste (Dira Paes), esposa do motorista Baltazar (Alexandre Nero) e, em *Vidas em Jogo*,³⁷ vemos o calvário de Zizi³⁸ (Lucinha Lins), cônjuge do mecânico desempregado Adalberto (Luiz Guilherme). Suas histórias são bastante similares: ambas são das classes populares das novelas, muito bem relacionadas com a vizinha e bem quistas pela comunidade; elas são donas de casa dedicadas, preocupadas com a família; trabalham com cozinheiras (Celeste abre um pequeno restaurante e Zizi faz doces em casa para vender) para complementarem as

rendas dos esposos. As duas têm filhas, que são moças esforçadas e bem relacionadas, mas que são duramente julgadas pelos pais por terem o sonho de serem dançarinas: Solange (Carol Macedo), filha de Celeste, quer dançar funk, enquanto Rita (Julianne Trevisol), filha de Zizi, quer ser bailarina de samba rock. Tanto Celeste quanto Zizi precisam negociar constantemente com Baltazar e Adalberto a relação com suas meninas, que sempre são vistas pelos pais como obscenas e vulgares, representando um comportamento oposto da "garota de família". As duas mulheres vivem em um ambiente de tensão, construído pelo temperamento abusivo e incontido de seus parceiros: Baltazar, apesar de ser um homem "trabalhador" e amigável, é impetuoso e atroz no lar, principalmente quando consome bebidas alcóolicas; Adalberto também é alcóolatra, além de conservador e rancoroso, sempre ostentando mau humor e irritação.

Em *Fina Estampa*, Celeste vivencia um cotidiano angustiante de opressão e controle sobre si e sobre as ações de Solange. O início da novela busca retratar o clima de tensão e

³⁷ É preciso pontuar que a estratégia da Record de inserir questões públicas nas novelas é bastante diferente da Globo, confinando esses problemas às relações interpessoais e atenuando uma proposta pedagógica. Ainda assim, trata-se de uma tentativa de adotar o mesmo sistema do *merchandising social*, mas adaptado às configurações discursivas mais comuns na Record, que tendem a centralizar o melodrama.

³⁸ Zizi é retratada como uma ex-prostituta que se regenerou e decidiu dedicar a vida à família. Isso a torna diferente de Celeste, que sempre foi uma mulher exemplar.

ameaça nesse núcleo, revelando o medo das personagens femininas. A violência começa a aparecer por meio dos primeiros tapas e safanões, que acontecem quando Baltazar chega em casa alcoolizado. As agressões vão, paulatinamente, tornando-se mais graves, chegando ao ápice após Baltazar descobrir que Celeste encobertou Solange para que ela desfilasse na Fio Carioca, escola de samba da trama. Nesse contexto, Baltazar tenta bater na filha, mas a esposa intervém e acaba apanhando. Após esse episódio, Baltazar passa a espancar constantemente Celeste, até o ponto de deixá-la com hematomas e sangrando. Em algumas ocasiões, ele mantém a mulher em casa trancada, às vezes confinado no quarto do casal. Encaminhando para o final do enredo, Baltazar extrapola seus limites e estrangula Celeste, tentando matá-la. Solange chama a polícia e o homem acaba preso sob a Lei Maria da Penha. Ainda assim, Celeste e Baltazar reatam o casamento, tentando reestabelecer seus laços familiares. No fim da telenovela, Baltazar muda completamente o comportamento: abandona as bebidas alcóolicas e se submete aos desejos de Celeste.

Em *Vidas em Jogo*, a violência de Adalberto começa devido ao seu desemprego e às constantes discussões que tem com Zizi.

As ameaças culminam em agressões físicas, inicialmente em tapas na face e empurrões. As agressões vão se tornando mais severas quando Adalberto decide expulsar Rita de casa, após ela ter ido trabalhar de dançarina em uma churrascaria. Nessa ocasião, o alcoolismo e conservadorismo do homem se misturam para construir a cena em que ele espanca pela primeira vez Zizi. O sofrimento da mulher é visível em sua depressão constante (ela inclusive tenta se matar) e nos vários hematomas que ficam em seu corpo. Adalberto também tenta matar Zizi, fustigando-a tão severamente que ela precisa ser internada no hospital. A relação dos dois é sempre pendular, fragilizando-se nos momentos de injúrias e se restituindo após a recuperação de Zizi. Diferentemente de Celeste, Zizi termina o casamento com Adalberto no fim da novela, mas continua como sua amiga. Aqui o homem também muda o comportamento e torna-se uma pessoa amável.

As histórias de Zizi e Celeste são baseadas em um ciclo de violência doméstica, tomado pelas novelas como um elemento típico das relações violentas: ele começa pelas ameaças e pela tensão no relacionamento; desenvolve-se por meio de tapas e socos que não causam danos visíveis

até culminar em agressões severas e tentativas de assassinato; termina com a recuperação da vítima e regeneração do agressor. Nesse caso, a personalidade e índole dos envolvidos importam: os homens são violentos por natureza, impetuosos e instáveis devido aos vícios; as mulheres são dóceis e amáveis, excelentes esposas e mães. Aqui, a dicotomia entre algoz e sofredora fica clara, distinguindo os polos do relacionamento. A injustiça desses dramas se expressa exatamente na tipicidade das situações das injúrias e na uniformização dos caráteres dos personagens. As causas da violência são mostradas como injustificadas e suas consequências como danosas e prejudiciais, revelando a injustiça da situação. Vale salientar que, para o mundo proposto pelas histórias, essas circunstâncias de sofrimento atuam rompendo a dinâmica moral das tramas, uma vez que elas são retratadas como uma ameaça à vida familiar e aos laços do casamento.

Os dramas das vilãs, por sua vez, destoam do regime narrativo do *merchandising social*. Ainda que ambos os núcleos sigam a mesma lógica de tipificação e uniformização, eles se diferenciam em termos dos personagens que apresentam e suas relações, e como as situações de violência são

concatenadas e encenadas. As malfitadoras têm caráter corrompido, representando a imoralidade, inescrupulosidade e indecência nas tramas. Elas não possuem laços de afeto ou amizade, colocando seus interesses sempre na frente do bem-estar dos outros. Essas mulheres são responsáveis por corromper e destruir o mundo da intriga, sendo os exemplos negativos de comportamento. Os homens que se envolvem com elas ou são imorais, ou são pessoas do bem que por infortúnio cruzaram seus caminhos. As violações que sofrem sempre se relacionam às suas tramoias, reajustando as regras e valores da comunidade que elas deterioraram.

Em *Fina Estampa*, a vilã é Zuleika (Juliana Knust), uma mulher ambiciosa e ardilosa, que se envolve com o malandro Rafael (Marco Pigossi). No início da novela, o casal é responsável por fraudes na *Fashion Motos*, concessionária em que trabalham, criando um relacionamento que envolve sexo e falcatrudas. Eles desenvolvem um esquema de roubo de motos e revenda de peças usadas, juntando uma boa quantidade de dinheiro e buscando uma vida luxuosa. Essa parceria se desfaz quando Rafael se apaixona por outra personagem, uma moça comportada e honesta, que o impele a mudar de caráter e

comportamento. Zuleika, insatisfeita com a ruptura, começa a perseguir o rapaz e a ameaçá-lo, criando uma série de ocasiões para sabotá-lo. Ela se torna rancorosa e fica cada vez mais inescrupulosa e vulgar, oferecendo dinheiro e sexo para que Rafael permaneça com ela. Cansado da perseguição de Zuleika, Rafael estapeia a mulher no meio da rua, jogando-a na calçada. Ele acaba sendo preso (e rapidamente liberado), mas a cena revela a injustiça dessa situação: ainda que Zuleika tenha se machucado, a violência fazia parte de uma de suas armações para prejudicar o rapaz. Rafael estaria tentando se proteger da malfeitora e, em um suto de raiva, agiu agressivamente.

Em *Vidas em Jogo* a grande vilã é Rita, filha de Zizi e Adalberto. Sua história é bastante diferente da de Zuleika, principalmente porque somente no final da trama descobrimos que foi ela quem armou as principais tramoias. Rita sofre violência de vários homens na trama: de seu pai, de Cléber (capanga da novela) e do motorista de Patrícia (Thaís Fersoza), que parecia inicialmente ser a malfeitora. As agressões são bastante pontuais, consistindo em tapas na face e socos que não causam marcas e ameaças de espancamento e de morte. A princípio, essas injúrias apareciam como um verdadeiro

sofrimento da personagem, que estaria apanhando e sendo humilhada injustamente, assumindo o papel da heroína do enredo. Entretanto, a situação muda quando começa a ser revelada sua face perversa e egoísta, apresentando-a como a principal mandante do sequestro da novela. Nesse momento, as violações aparecem, nos discursos dos outros personagens, como castigos merecidos que foram aplicados antes que a vilania de Rita fosse descoberta. A violência só passa a ser interpretada como uma forma de reparação no fim da história, através das falas e conversas na novela, que demonstram que as ocasiões em que Rita foi agredida e violentada funcionaram como formas de revide e desforra das pessoas do bem.

Apesar das diferenças nas tramas de Zuleika e Rita, a violência sofrida pelas duas é enquadrada de forma similar nas novelas, tomadas como castigos ou represálias merecidas e necessárias. As agressões contra elas são pontuais, perpetradas nos momentos em que as vilãs ultrapassam os limites nas falcatrusas e seu verdadeiro caráter é escancarado. As situações de violação das malfeitoras também são baseadas na tipicidade, que aponta para uma concatenação de suas causas e consequências: elas apanham porque provocaram a reação

violente de outrem. Tal como nos dramas da violência doméstica, a dicotomia entre vítima e algoz aparece, mas deslocada: nesse caso, são as mulheres as causadoras de sofrimento e os homens padecem de suas ações vis. Ainda nos casos em que os personagens masculinos são tomados como vilões, como no caso de Rita, eles só batem nas vilãs por reconhecerem terem sido enganados ou ludibriados por elas. Nas novelas, essas injúrias têm a função de reestabelecer ou reorganizar o mundo proposto, uma vez que elas recompõem a vitória dos bons e a derrota dos maus.

Comparando a representação da violência às mulheres nos dois núcleos, notamos que essas ocorrências são inseridas em um mesmo esquema narrativo, pautado pelas histórias pessoais e familiares, em cujo seio cada personagem vai assumir uma função e um caráter bem definido e suas relações vão determinar quais experiências são justas ou injustificadas. Em ambos os núcleos as mulheres e os homens assumem personalidade definida, possuem comportamento padrão, têm relações afetivo/amorosas e participam de acontecimentos tipificados com causas e consequências definidas. A diferença é que em uma das histórias estamos diante do

mundo do bem, enquanto na outra defrontamos o mal. Em um dos dramas, a moralidade da intriga é corroída e estilhaçada, enquanto no outro ela é restaurada e revitalizada. Em suma, a construção narrativa das telenovelas, que se ampara em um mesmo esquema expressivo, produz uma dissidência nas imagens da violência de gênero ao organizar seu conjunto de valores morais de modo a diferenciar quais são as mulheres que podem ou mesmo merecem apanhar e em quais ocasiões a agressividade de homens pode ser verter em agressão – dialogando diretamente com as lógicas que sempre estiveram presentes no Brasil para relativizar o sofrimento de mulheres (Blay, 2003).

Considerações

Este artigo buscou evidenciar, por um lado, a dissidência na representação da violência contra mulheres em telenovelas brasileiras, responsável por substanciar uma distinção entre quais mulheres podem ou mesmo precisam apanhar e quais necessitam ter sua vida e integridade protegidas. Por outro lado, ele tentou pontuar que essa dissidência existe porque as produções ficcionais televisivas se constroem em meios aos contextos socioculturais, compartilhando

com elas suas moralidades e normatividades. Tal como na realidade brasileira, em que agressões motivadas por gênero são interpretadas como circunstanciais e contingentes, assumindo status cambiante de justiça ou injustiça (Segato, 2003), as novelas também são marcadas por essa instabilidade do discurso social, retratando diferencialmente esse problema público. Nestas páginas objetivei apontar para um campo contencioso sempre em transformação, em que ficção e realidade são elementos centrais e mutuamente informados, sendo ambos responsáveis por produzir um imaginário sobre as injúrias que atingem as mulheres. Reafirmo, por fim, a necessidade de investigações cada vez mais abrangentes e amplas sobre como cotidiano e ficcionalidade têm construído o fenômeno sociopolítico aqui pautado, erguendo uma esfera pública de discussão e um conjunto de sentidos compartilhados.

Referências

- Almeida, Heloisa. (2003). *Muitas coisas mais: telenovela, consumo e gênero*. EDUSC.
- _____. (2017). Educação do corpo: o seriado *Mulher* e a promoção de mensagens médico-educativas. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 315-335.
- Bandeira, Lourdes. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 2(29), 449-469.
- Blay, Eva. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17(49), 87-98.
- Caminhas, L. (2018). Face e contraface da violência de gênero: diálogos entre telenovela e contexto nacional. *Revista Mana*, 24(3), 33-62.
- Gomes, Márcia. (2007). Os personagens das telenovelas: trajetórias típicas e projetos de identidade social. *Comunicação Midiática*, (7), 29-48.
- Hamburger, Esther. (2005). *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Jorge Zahar.
- Lopes, Maria. (2009). Telenovela como recurso comunicativo. *Matrizes*, 1(3), 21-47.
- _____. (2010). Ficção televisiva e identidade cultural da nação. *Alceu*, 10(20), 5-15.
- Martín-Barbero, Jesús & Sonia Muñoz. (1992). *Televisión y melodrama. Géneros y lecturas de la telenovela em Colombia*. Tercer Mundo Editores.
- Saffioti, Heleith. (1994). A violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, (2), 443-461.
- Schiavo, Marcio. (2006). Dez anos de merchandising social. *XXIX congreso*

Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/120978737171710494144163695234717744651.pdf>

Segato, Rita. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia*. Universidad Nacional de Quilmes.

Squire, Corinne. (2014). What is narrative?

Civitas, 14(2), 272-284.

Ricoeur, Paul. (2012). Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kittreron*, (125), 299-310.

Xavier, Ismail. (2000). Melodrama, ou a sedução da moral negociada. *Novos Estudos CEBRAP*, 57, 81-90.

#EstamosVivas: corpo travesti em performances no videoclipe Oração de Linn da Quebrada

#WeAreAlive: transvestite body in performances in the music video Oração by Linn da Quebrada

Juliana Freire Gutmann³⁹

Edinaldo Araujo Mota Junior⁴⁰

Resumo: O artigo mobiliza fluxos midiáticos-culturais em torno do videoclipe Oração, de Linn da Quebrada, e da hashtag #EstamosVivas, relacionada ao clipe, de modo a compreender escrituras do corpo travesti e suas alianças identitárias. Com base num protocolo analítico que articula as noções de performance e o mapa das mutações, de Martín-Barbero, o estudo indica como usos da hashtag associada ao audiovisual exibem modos de operar micropolíticas dessas identidades no contexto digital.

Palavras-chave: performance; identidades; audiovisual; hashtag; Linn da Quebrada

Abstract: The article mobilizes media-cultural flows around the clip Oração, by Linn da Quebrada, and the tag #EstamosVivas, related to the video, in order to understand scriptures of the transvestite body and its identity alliances, operating micropolitics of these identities in the digital context.

Keywords: performance; identities; audiovisual; hashtag; Linn da Quebrada

³⁹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea, Brasil, jugutmann@gmail.com

⁴⁰ Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), Brasil, eamotajr@gmail.com.

Introdução

"Artista multimídia e bixa travesty" é como se autodefine a cantora, compositora e ativista transgênero Linn da Quebrada, personalidade em ascensão na música popular brasileira, cujo reconhecimento extrapola o universo da chamada cultura LGBTQIA+. Suas experimentações em torno do pop, funk e rap são marcadas por articulações do discurso político sobre o corpo da mulher trans e travesti no Brasil, envolvendo toda carga cultural e histórica que essa identificação carrega em termos de invisibilidade e violências, com questões étnico-raciais e sociais.

No YouTube, Instagram e Twitter, "Oração" circula sob a tag #EstamosVivas, que sintetiza o manifesto à preservação e celebração da vida das mulheres trans, travestis e transexuais. Este artigo objetiva analisar como performances em torno do videoclipe "Oração"⁴¹, de Linn da Quebrada, nos fazem ver redes de escrituras do corpo travesti e suas alianças identitárias, o que implica um entendimento do videoclipe como forma audiovisual enredada, nas ambiências digitais, por fluxos midiáticos culturais que envolvem

comentários, compartilhamentos, memes, parodias etc.

Tomando o videoclipe como objeto analítico de partida, buscamos mobilizar fluxos acionados em torno deste vídeo e os processos de tensão das identidades de gênero que se dão na e pela performance em redes sociais digitais. O material analisado é composto pelo videoclipe "Oração" e tweets, postagens no Instagram, comentários no canal do YouTube de Linn da Quebrada, todos compilados a partir das tag #EstamosVivas.

Linn da Quebrada: "que brada, que berra, que borra"⁴²

O single "Oração" foi anunciado como um projeto de Linn da Quebrada em parceria com o Twitter Brasil e a plataforma ONErpm. A data de lançamento, marcada para 2 de novembro, Dia de Finados em muitos países com presença de religiões judaico-cristãs, foi escolhida para exaltar a sobrevivência de travestis e mulheres trans num país cujos índices de violência contra pessoas transgêneras são os maiores do mundo.

Durante a entrevista de lançamento do clipe na sede do Twitter Brasil, em São Paulo,

⁴¹ Videoclipe disponível em <<http://bit.ly/Linn-Oracao>>. Acesso em 27 ago. 2020.

⁴² Frase presente no texto que reflete sua trajetória de vida em postagem no seu perfil do Instagram. Disponível em <<http://bit.ly/Linn-Instagram/>>.

com presença do público e transmitido ao vivo na plataforma, Linn relatou alguns problemas enfrentados no dia da filmagem. O proprietário do espaço alugado, na região da Brasilândia, em São Paulo, não autorizou a entrada da equipe e do elenco, composto por 12 travestis e mulheres trans, mesmo tendo toda documentação exigida para uso. Na ocasião, Linn comentou: "apesar dos esforços de tornar aquele lugar um espaço seguro, para que pudéssemos viver um ritual de cura e celebração entre nós, [...] houve ali uma disputa de território, de um espaço que é público" (BUENO, 2019).

Linn faz intenso uso da forma audiovisual em suas contas em redes sociais digitais, onde são difundidos clipes, entrevistas, depoimentos, *making off*, cenas documentais de seu cotidiano, transmissões de shows e festivais, além de produções dos próprios fãs (cards, peças gráficas, performances artísticas, registros de shows etc.). Essas expressões espalham a presença da artista em fluxos de informações e imagens a partir da lógica do compartilhamento, extrapolando os contornos de uma suposta produção cultural de nicho direcionada a um grupo específico da cultura LGBTQIA+

Performance, identidades e mutações culturais

A noção de performance é abordada por este estudo a partir de Richard Schechner (2006), um dos autores mais reconhecidos no campo dos *performances studies* justamente pela importância do seu entendimento da performance enquanto "comportamentos restaurados". Estes são ações físicas, verbais ou virtuais duplamente experienciadas, pois exigem repetição e restauração (SCHECHNER, 2006, p. 28). Assim, é pelo sentido de reiteração que as performances constituem identidades, adornam corpos através de ações variadas nas artes e no cotidiano.

Por essa acepção, Diana Taylor (2013), pesquisadora mexicana radicada nos EUA, encontra na performance uma possibilidade de (re) mapear a memória cultural das Américas, para além do legado eurocêntrico. Taylor reconhece a performance, nos termos de uma episteme e uma práxis, como uma "lente metodológica", um modo de conhecer, tornar visíveis atores sociais, roteiros e relações de poder que, ao mesmo tempo, ligam e fragmentam as Américas (TAYLOR, 2013, p.379). Por isso é cara à autora o sentido de transculturalidade. Numa remissão ao antropólogo cubano Fernando Ortiz, entende a

transculturação como um processo de deslocamentos da “aquisição” de referências globais. “Consiste na aquisição de novo material cultural de uma cultura estrangeira, a perda ou o deslocamento de si próprio e a criação de novos fenômenos culturais” (TAYLOR, 2013, p. 157).

Conforme a autora, performances são atos de transferências vitais, que configuram conhecimento, memória e identidade através dos comportamentos restaurados. Não se tratam de comportamentos miméticos, mas de incorporação, processo que se torna mais complexo no contexto digital. “As tecnologias digitais nos convidarão, mais e mais, a reformular nossa compreensão de questões como ‘presença’, lugar (agora o “site” on-line, não localizável), efêmero e incorporação” (TAYLOR, 2013, p. 29). Nesses termos, redes sociais digitais são tomadas aqui não como “suportes”, mas como ambientes cujas condições materiais constituem uma determinada cultura e nos fazem ver continuidades e descontinuidades de relações midiáticas, culturais, identitárias e políticas.

A identificação analítica dos comportamentos (restaurados), que podemos chamar de convenções, acena para a possibilidade de compreender mudanças. “As performances, então, se revelam como uma

espécie de forma-força (e não meramente a representação de uma ação) que indicam tanto as matrizes convencionais da ação quanto seus desvios disruptivos em determinados acontecimentos” (CARDOSO FILHO; GUTMANN, 2019, p.109).

Em termos metodológicos, a análise das performances travestis em torno de “Oração” se pauta no modo como Jesús Martín-Barbero, pensador espanhol radicado na Colômbia, aborda transformações na cultura e na comunicação através do Mapa das Mutações Culturais (MARTÍN-BARBERO, 2009a). Em reflexões mais recentes (MARTIN-BARBERO, 2009a; 2009b), quando sugere um novo deslocamento, desta vez para pensar mediações comunicativas da cultura, ele se questiona sobre como desvendar a atual complexidade social e perceptiva que reveste as tecnologias comunicacionais, seus modos transversais e intrincadas formas de mediação.

Numa remissão ao que chama de entorno tecnocomunicativo (MARTIN-BARBERO, 2009a) para designar o contexto das relações comunicacionais/ culturais/ sociais atuais, argumenta que não lidamos mais com veículos de comunicação e meios, mas com fluxos de imagens e informações que nos fazem ver desestabilizações no tempos e

espaços e migrações/deslocamentos culturais. Sob esse pressuposto, formula um primeiro esboço do Mapa das Mutações Culturais (Figura 1)



Figura 1 - Mapa das mutações culturais (MARTÍN-BARBERO, 2009a, p.11)

As mediações são aqui compreendidas como transformações de tempos e espaços analisadas por dois movimentos centrais: as migrações populacionais e os fluxos de imagens. Como nos mostra Gomes et. al (2017), as migrações se referem aos deslocamentos que também se dão no contato com as redes sociais digitais, com os avatares, os perfis etc., e que se articulam aos fluxos (de imagens, informação, identidades). Fluxos são compreendidos pelo sentido de mobilidade, transição, articulação de linguagem, geografias, matrizes. Articulando

esses eixos estão as mediações/mutações de tecnicidade, identidade, cognitividade e ritualidade.

O sentido de tecnicidade, em Martín-Barbero, é central para nossa abordagem. Por essa noção, o autor nos aponta um modo para compreender a tecnologia como mediação cultural, reorganizadora perceptiva da experiência social, pela qual seria possível analisar historicamente transformações na comunicação. Não se trata de aparato técnico, mas de uma recuperação da ideia de *techné*, termo grego que remete ao “saber fazer” a partir de formas materiais, destreza que se atualiza com base nas novas formas de expressão. “A tecnicidade está no mesmo nível de identidade, coletividade – e é muito importante a fonética” (MARTÍN-BARBERO, 2009a). Por isso o autor “liga” tecnicidade ao que está se movendo em direção às identidades, outra mediação que nos é cara neste trabalho.

Martín-Barbero (2011; 2004) afirma que a identidade é uma importante dimensão histórica do laço social, mas reconhece que os movimentos econômicos e sociais impulsionados pela globalização tem modificado o sentido da vida cotidiana a partir do local e do território, especialmente através de dinâmicas contraditórias de

migrações/mutações. Ele acredita que, através da identidade, os jovens estão comunicando-se por rituais que se dão nas corporalidades, "milhões de jovens ao redor do mundo se juntam sem falar, somente para compartilhar a música, para estar juntos através dela e da empatia corporal que ela gera" (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 14).

Corpos em associação com imagens, *likes* e *deslikes*, sons, comentários, compartilhamentos etc. atuam como operadores perceptivos (tecnicidades) constituidores e constituídos por expectativas de uso e trajetórias de leitura, que são, nos termos do autor, as ritualidades. Espaços geográficos e simbólicos são forjados nesses modos de conexão coletiva das comunidades virtuais – nos perfis, nos *feeds*, nos canais etc. (ANTUNES; GUTMANN; MAIA, 2017). Já a cognitividade é a mutação que, ao relacionar migrações e espaços, enfatiza os modos de produção de sentidos, vistos enquanto relações hipertextuais. Ritualidade e cognitividade são atuantes nos processos de interação entre os variados corpos e incorporações, operação pressuposta para nossa concepção da noção de performance.

Clipe-manifesto: o espraiamento de corporalidades travestis nas ambiências digitais

Nossa abordagem sobre "Oração" posiciona o videoclipe enquanto expressão audiovisual aberta e ampliada, parte de uma rede complexa de audiovisualidades, enredada por comentários, tweets, postagens no Instagram, entrevistas em canais do YouTube etc. Esse entendimento corrobora com o que tem sido chamado de "videoclipe pós MTV" (KORSGAARD, 2017; PEREIRA DE SÁ, 2016), que entende o videoclipe como uma expressão tecida por uma rede heterogênea de produções que circulam no YouTube, se espraiam por variadas plataformas, (PEREIRA DE SÁ, 2016) e nos deixem ver modulações afetivas (JANOTTI JR, ALCANTARA, 2018). Tonalidades, sonoridades, ritmos, corpos, texturas, cenários, personagens e encenações configuram mediações que indicam escritas de si, modos de habitar e desabituar o mundo no contexto da música pop (JANOTTI JR, ALCANTARA, 2018, p.25).

Na cena inicial do clipe, Linn aparece num terreno cercada de galhos e árvores, enquanto exibe e acaricia um facão olhando para câmera. A vegetação vai sendo cortada por ela e os ruídos da lâmina se misturam aos sons dos pássaros no ambiente. As imagens da

faca que corta a vegetação e o ruído de cada golpe, seguidos das cenas de ocupação do que “restou” de uma igreja abandonada, produzem sentido de possibilidade de existência, “solução” dos problemas sobre os quais se refere a canção. A letra sugere, como novas soluções, “viver nelas, através delas”.

Elas são ali personificadas pelo coletivo de mulheres que cantam em coro e se juntam a Linn. No prédio em ruínas da antiga igreja, o corpo de Linn crucificado no lugar onde eram as janelas, sem qualquer adereço religioso, anuncia a entrada do coro. Lentamente, esses outros corpos, com trajes brancos e descalços, sobem a escadaria da igreja (o plano detalhe evidencia os pés, subindo em fila as escadas) até chegar em um salão com grandes janelas de vidro e paredes repletas de desenhos de graffiti. As mulheres cantam, circulam pelo espaço entre trocas de olhares, sorrisos, toques e abraços.

Em “Oração”, ao amplificar uma expressão de si com a presença de outros corpos trans, Linn materializa, na ideia do projeto #EstamosVivas, a intenção de uma ação política em plataformas digitais, buscando mobilizar uma gama de sujeitas em torno das questões trazidas em seus trabalhos. Tomamos a hashtag aqui pelo sentido de tecnicidade, ou seja, não como uma

“ferramenta” usada para organizar e identificar os conteúdos de um tema, mas como forma expressiva, modo de uso que diz sobre engajamentos afetivos, identidades e coletividades, por isso compreendida sob a chave da mediação/ mutação cultural (MARTÍN-BARBERO, 2008; 2009a). Reverberações do clipe, espalhadas pelas redes sociais, apontam para novos modos de leitura e de conhecimento, para além da forma escrita. São saberes dispostos enquanto formas áudio-verbo-visuais complexas, mediação que Martín-Barbero denomina de cognitividade.

No evento de lançamento do clipe, transmitido ao vivo pelo Twitter, Linn afirmou que a tag #EstamosVivas surge para combater as construções de narrativas marcadas pela dor, como mecanismo de reinvenção de um imaginário social sobre as travestis. Na Figura 2, um fã posta a foto da coletiva de lançamento com uma declaração que associa o dia de finados à “celebração da vida de pessoas trans”. Em sua declaração usa a letra “x” para identificar “convidadxs” e o adjetivo “bafo”, expressões associadas a práticas valorativas das comunidades LGBTQIA+.



Figura 2 – Postagem no Twitter com uso da hashtag #EstamosVivas⁴³

A escolha da tag é similar a outras mobilizações políticas realizadas no Twitter, muitas delas associadas aos movimentos feministas e às dissidências sexuais (COLLING, 2016) e étnico-raciais, tais como #MeToo, #GirlsLikeUs, #TransEqualityNow e #BlackLivesMatters, em níveis mundiais; e outras locais, como #MeuAmigoSecreto, #VisibilidadeTrans, #EuNãoSouDespesa e #VidasNegrasImportam. Nesse sentido, #EstamosVivas funciona aqui enquanto operador perceptivo, lugar catalisador de

conversações e partilhas de experiências em torno das transgêneridades no Brasil.

No Instagram, observamos, com maior ênfase, modos de associação das hashtags com processos de construções subjetivas de fãs a partir de *selfies*, que evidenciam incorporações visuais, na forma de autorretrato, do sentido de “estar viva”⁴⁴. Ao associarem seus rostos às materialidades da plataforma, como filtros, *selfie* e *stories*, incorporam o sentido de #EstamosVivas através de imagens de si que tensionam o binarismo de gênero. “A pureza no olhar de quem luta todos os dias para estar viva”, afirma uma seguidora de Linn, ao postar uma selfie de um rosto negro com cabelos dourados, usando um filtro para realçar olhos verdes claros e o contorno dos cílios.

No Twitter, as escritas de si ressignificam imagens do clipe e acentuam a lógica dos memes como formas de dar visibilidade às questões de gênero. Na Figura 3, o seguidor constrói um meme a partir de imagens do clipe, quando pergunta, em tom de humor, “O céu é assim quando a gente chega”, reforçando o sentido da tag #EstamosVivas como um “lugar” desejado, imaginado, um “futuro possível”.

⁴³ Publicação disponível em <<http://bit.ly/Tweet-1>>. Acesso 27 ago. 2020.

⁴⁴ Dois exemplos de publicações no Instagram com uso da tag podem ser vistos nos links disponíveis em <<http://bit.ly/Tag-Instagram-1>> e em <<http://bit.ly/Tag-Instagram-2>>. Acesso 27 ago. 2020.



Figura 3 – Construção de meme no Twitter com imagens de Oração⁴⁵

Como estratégia de divulgação de “Oração” no Instagram, dois audiovisuais foram disponibilizados na seção IGTV do perfil de Linn da Quebrada⁴⁶. Neles, mulheres que aparecem no clipe dão depoimentos sobre “Oração”. Lançadas poucos dias antes do videoclipe, as postagens trazem as marcações dos perfis das artistas citadas, dentre elas Castiel Vitorino, travesti, psicóloga e pesquisadora (Figura 4). O conteúdo dos vídeos dá voz a outros modos de viver a relação com o divino fora dos padrões judaico-cristãos, mobilizando desarticulações étnico-raciais, de classe e de gênero. Vínculos com religiões de matriz afro-brasileira, que

aparecem na fala, incorporam especificidades da cosmovisão afro-brasileira, acionando o projeto colonial marcado pela evangelização, Castiel Vitorino propõe pensar as encruzilhadas e os espaços da rua como lugares de negociação em dimensões espaço-temporais.

Dialogam com Linn da Quebrada outras mulheres trans e travestidas conhecidas por seus trabalhos musicais, tais como Liniker Barros, Ventura Profana, Alice Guel, Verónica Vallentino. Por uma perspectiva de valorização do pop, o videoclipe também explicita o fenômeno dos *feats*, que permitem olharmos para dinâmicas de rede de sociabilidades e a formação de espaços de interação em processos transculturais que ocorrem como engajamentos identitários (PEREIRA DE SÁ, 2019). Essa coletividade se constrói, em “Oração”, entre o espaço da igreja em ruínas, da natureza e dos corpos em sentidos de “liberdade”, “coletividade”, “solução” e “cura”. Esses elementos são configurados, no clipe, pela presença dos corpos trans que se movimentam, se acolhem e ressignificam o sagrado naquele espaço.

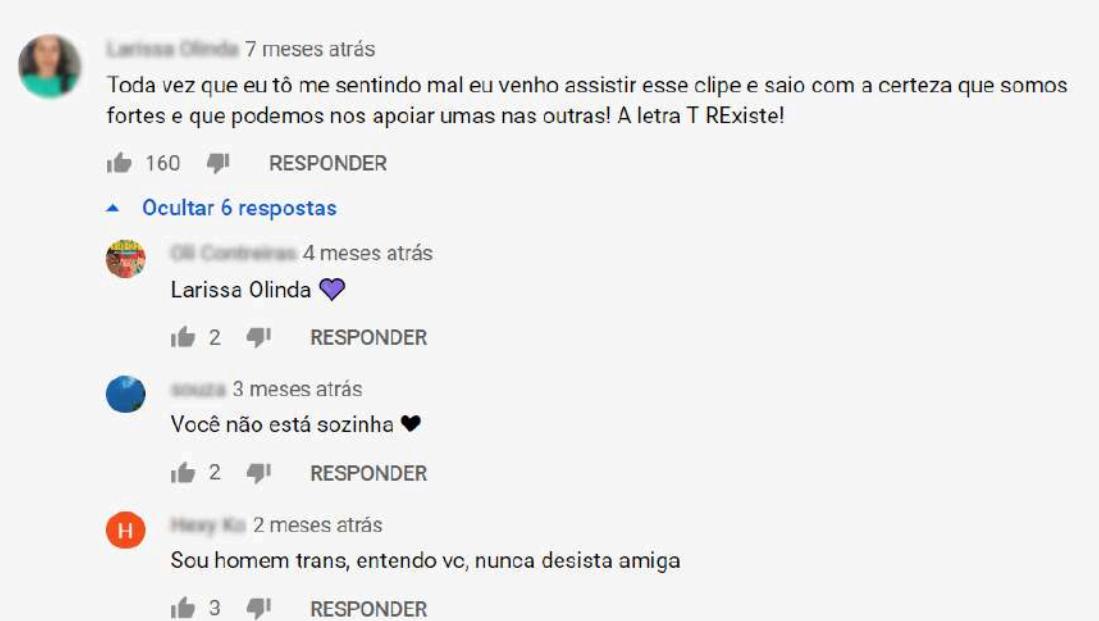
Ganha relevo aqui a ritualidade, mediação que conecta as instâncias de produção e

⁴⁵ Publicação disponível em <<http://bit.ly/Tweet-2>>. Acesso em 27 ago. 2020.

⁴⁶ Os dois vídeos disponíveis na seção IGTV estão disponíveis no link <<http://bit.ly/Linn-IGTV-1>> e no link <<http://bit.ly/Linn-IGTV-2>>. Acesso em 27 ago. 2020.

consumo, pelo sentido de comunhão, coletividade, adesão social que extrapola o tempo-espacô do vídeo, articulando rede de engajamentos identitários em variadas plataformas. No mapa das mutações, as ritualidades relacionam os fluxos de imagens aos espaços, nos auxiliando na percepção de como o consumo audiovisual configura espacialidades partilhadas. Comentários do YouTube⁴⁷, como exemplificado pela Figura 5, evidenciam espaço de acolhimento, quando

constroem um sentido terapêutico para o clipe. O comentário “toda vez que eu tô me sentindo mal eu venho assistir a esse clipe e saio com a certeza de que somos fortes” é seguido de: “você não está sozinha”; “entendo você, nunca desista amiga”. A Figura 6 também ilustra esse gesto, quando uma seguidora expõe sua expulsão de casa e a possibilidade de “viver na rua” e é acolhida pela rede de seguidoras da cantora, que fazem referência às casas de acolhimento.



Larissa Olinda 7 meses atrás
 Toda vez que eu tô me sentindo mal eu venho assistir esse clipe e saio com a certeza que somos fortes e que podemos nos apoiar umas nas outras! A letra T REExiste!

160 RESPONDER

▲ Ocultar 6 respostas

Gil Contreiras 4 meses atrás
 Larissa Olinda ❤️

2 RESPONDER

minuta 3 meses atrás
 Você não está sozinha ❤️

2 RESPONDER

Herry Kiz 2 meses atrás
 Sou homem trans, entendo vc, nunca desista amiga

3 RESPONDER

Figura 4 – Sentido terapêutico nos comentários no YouTube

⁴⁷ Os comentários analisados estão disponíveis na página do videoclipe, no canal de Linn da Quebrada no YouTube, conforme figuras 6 e 7.

Manuella Silva 9 meses atrás
Eu fui expulsa de casa, tenho 6 dias pra arranjar um lugar e vou viver na rua , obg Linn por me ajudar esse tempo todo sendo forte, te amo de todo meu fundo do meu coração, estou em lágrimas com essa música ❤️❤️❤️

249 RESPONDER

Ocultar 12 respostas

Manuella Silva 9 meses atrás
Manuella, de onde você é? não tem a possibilidade de pedir ajuda em alguma casa de acolhimento LGBT na sua cidade? :/

Manuella Silva 9 meses atrás
Manuella Silva procura acolhimento lgbt como a Casa1 usa o Twitter ou alguma rede social pra chamar atenção dessas casas de acolhimento eles podem te ajudar !!

2 RESPONDER

Figura 5 – Mobilização e acolhimento a partir do consumo do clipe

A referência, em “Oração”, a um ritual de cura propõe pensarmos a rua como lugar da construção de experiências de memória. No vídeo, isso aparece numa cena emblemática, quando as mulheres saem na rua e passam

por uma viatura de polícia. Elas seguem em frente, seus olhares e gestos corporais expressam um sentido de firmeza. A rua é, assim, tomada (e disputada) como espaço legítimo de ocupação.



Figura 6 – Cena do clipe Oração com presença da polícia

Durante a entrevista de lançamento do clipe, Linn assume que “Oração” é um feitiço⁴⁸, uma espécie de encantamento. Num exercício de pensamento decolonial, Simas e Rufino (2020) entendem o encantamento como “a experiência de atravessar o tempo e se transmutar em diferentes expressões para desenhar nas margens do Novo Mundo uma política de vida firmada em princípios cósmicos e cosmopolitas” (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 5). Nesse esforço decolonial, as ruas e encruzilhadas, espaços de “blasfêmias”, monstras e monstros, são tomadas como “tempos/espacos praticados como [...] contragolpe aos regimes de desencantamento do mundo” (RUFINO, 2019, p. 113), lugar importante para desestabilizações das normas morais dos corpos.

Referências

- Antunes, E., Gutmann, J. F., & Maia, J. P. (2018). No tempo do Zoio: matrizes midiáticas, temporalidades e YouTube. *Revista Contracampo*, 37(3), 106–125. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v37i3.26999>
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA.
- Butler, J. (2008). *Cuerpos que importan* (2nd ed.). Paidós.
- Butler, J. (2016). Corpos que ainda importam. In L. Colling (Ed.), *Dissidências sexuais e de gênero* (pp. 19–42). SciELO - EDUFBA.
- Bueno, R. (2019). *Linn da Quebrada estreia novo single-clipe “Oração.”* Acesso Cultural. <https://acessocultural.com.br/2019/11/linn-da-quebrada-estreia-novo-single-clipe-oracao/>
- Cardoso Filho, J. C., & Gutmann, J. F. (2019). Performances como expressões da experiência estética: modos de apreensão e mecanismos operativos. *Intexto*, 47, 104–120. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201947.104-120>
- Colling, L. (2016). *Dissidências Sexuais e de Gênero*. Edufba.
- Guimarães, R. S., & Braga, C. (2019). Ruídos anti-hegemônicos na música brasileira contemporânea: dissidências sexuais e de gênero. In L. Colling (Ed.), *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero* (pp. 309–337). Edufba.
- Gomes, I. M. M., Ferreira T. E., Araújo, C. G., & Mota Junior, E. A. (2017). Temporalidades

⁴⁸ Depoimento disponível em <<http://bit.ly/2Linn-OneRPM>>. Acesso em 27 ago. 2020

múltiplas: análise cultural dos videoclipes e da performance de Figueroas a partir dos mapas das mediações e das mutações culturais. *Revista Contracampo*, 36(3), 134–153.

<https://doi.org/10.22409/contracampo.v36i3.1066>

Gutmann, J. F., Mota Junior, E., & Silva, F. M. . d. a. (2019). Gênero midiático, performance e corpos em trânsito: uma análise sobre dissidências da conversação televisiva em canais no YouTube. *Galáxia (São Paulo)*, spe1, 74–86.
<https://doi.org/10.1590/1982-25542019441752>

Janotti Jr, J., & Alcantara, J. A. (2018). *O Videoclipe na Era Pós-Televisiva. Questões de Gênero e Categorias Musicais nas Obras de Daniel Peixoto e Johnny Hooker*. Appris.

Korsgaard, M. B. (2017). *Music Video After MTV: audiovisual studies, new media, and popular music* (1st ed.). Routledge.

Martín-Barbero, J. (2004). Crisis identitarias y transformaciones de la subjetividad. In M. C. LAVERDE, G. DAZA, & M. ZULETA (Eds.), *Debates sobre el sujeto: perspectivas contemporáneas* (pp. 60–82). Siglo del Hombre Editores.

Martín-Barbero, J. (2008). *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia* (Economia ed.). Editora UFRJ.

Martín-Barbero, J. (2009a). Uma aventura epistemológica. *Matrizes*, 2(2), 143–162.
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p143-162>

Martín-Barbero, J. (2009). *As formas mestiças da mídia. Entrevista à Mariluce Moura*. Revista Fapesp.
<https://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia>

Martín-Barbero, J. (2011). La pertenencia en el horizonte de las nuevas tecnologías y de la sociedad de la comunicación. In M. HOPENHAYN & A. SOJO (Eds.), *Sentido de pertenencia en sociedades fragmentadas: América Latina en una perspectiva global* (pp. 105–128). SIGLO XXI.

Pereira de Sá, S. (2016). Somos Todos Fãs e Haters? Cultura Pop, Afetos e Performance de Gosto nos Sites de Redes Sociais. *Revista Eco-Pós*, 19(3), 50–67.
<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v19i3.5421>

Pereira de Sá, S. (2019). *Os feats de videoclipes como estratégia de consolidação da rede de música pop periférica*. XXVIII Encontro da Compós, Porto Alegre, RS.

Rufino, L. (2020). *Pedagogia das Encruzilhadas*. Mórula Editorial.

- Schechner, R. (2006). *Performance Studies: An Introduction*. Routledge.
- Simas, L. A., & Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Mórula Editorial.
- Taylor, D. (2013). *O Arquivo e o Repertório*. Editora UFMG.

Similaridades e Diferenças na Promoção da Igualdade de Gênero: um estudo da campanha HeForShe na América Latina.

Similarities and Differences in the Promotion of Gender Equality: a study on the HeForShe campaign in Latin America

Carolina Kauer ⁴⁹

Denise Avancini Alves ⁵⁰

Cristiane Mafacioli Carvalho ⁵¹

Resumo: O estudo tem como tema central a promoção da igualdade de gênero. Parte do objetivo de reconhecer as formas de apropriação da campanha HeForShe na América Latina, mais especificamente no Brasil, Colômbia, Equador, México e Caribe, buscando apontar similaridades e diferenças nos discursos, apresentar a temporalidade e observar relações destes dados com os contextos locais. A metodologia elencada foi da Análise Crítica do Discurso - ACD (Fairclough, 2001), partindo da tridimensionalidade do texto, prática discursiva e prática social. Dentre os principais resultados estão a percepção de características em comum entre as diferentes apropriações da campanha, tais como a busca pela corresponsabilidade masculina, a ênfase à busca de adesões ao movimento e a temática da violência baseada em gênero. Entretanto, também foi possível notar desdobramentos singulares, justificados pelas condições específicas de cada país.

Palavras Chave: Comunicação, Igualdade de gênero, HeForShe América Latina.

⁴⁹Pesquisadora independente. Bacharela em Relações Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Brasil. E-mail: carolinakauer@hotmail.com.

⁵⁰Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutora em Comunicação pelo PPGCOM/UFRGS. Brasil. E-mail: deniseavancinalves@yahoo.com.br.

⁵¹Professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutora em Comunicação pelo PPGCOM/Unisinos. Brasil. E-mail: cristiane.carvalho@pucrs.br.

Abstract: The study has as its main theme the promotion of gender equality. It parts from the objective to recognize the forms of appropriation of the HeForShe campaign in Latin America, more specifically in Brazil, Colombia, Ecuador, Mexico and the Caribbean, seeking to point out similarities and differences in the discourses, to present its temporality and to observe relations of these data with the local contexts. The methodology chosen was Critical Discourse Analysis - CDA (Fairclough, 2001), parting from the three-dimensionality of the text, discursive practice and social practice. Among the main results is the perception of characteristics in common between the different appropriations of the campaign, such as the search for male co-responsibility, the emphasis on the search for adhesions to the movement and the theme of gender-based violence. However, it was also possible to notice unique developments, justified by the specific conditions of each country.

Keywords: Communication, Gender equality, HeForShe Latin America

Introdução

A promoção da igualdade de gênero, prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi definida como um dos objetivos internacionais do milênio para o ano de 2015 e, então, como um dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) para 2030. Tendo estes sido elaborados pelos 193 Estados-membros em conjunto com a sociedade civil global, entende-se a inclusão deste aspecto como uma evidência da sua importância para a diminuição da diferenças sociais, políticas e econômicas gritantes que desaceleram o desenvolvimento igualitário das nações.

Como a organização criada para promover a paz e servir de porta-voz para o compromisso das nações-membros, vê-se a importância de analisar as ações da própria ONU para promover os ODS e, no caso da Igualdade de Gênero, as iniciativas da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). O olhar do presente estudo está calcado no 5º objetivo da ODS, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Dentre as campanhas da ONU, destaca-se a HeForShe, uma das primeiras e mais conhecidas campanhas globais da ONU

Mulheres, criada em 2014 como um "um convite para que homens e pessoas de todos os gêneros se demonstrem solidários às mulheres para, assim, formar uma frente ambiciosa, visível e unida em direção à igualdade de gênero". Além do site global (que não possui adaptações regionais além da tradução), entende-se o site da ONU Mulheres como principal fonte oficial das informações acerca da campanha, e os sites regionais para as ações localizadas e com desdobramentos de narrativas mais aderentes à cultura regionalizada e ao enfrentamento dos problemas mais evidentes em cada país. No caso da América Latina, estão disponíveis, além do site do escritório regional, os sites dos escritórios nacionais do Brasil, Colômbia, Equador e México, além de uma oficina multinacional no Caribe.

Diante da oportunidade de analisar uma ação de mobilização social de caráter global, o tema se cristaliza, tendo como escopo principal, a promoção da igualdade de gênero. O presente estudo tem como objetivo reconhecer as formas de apropriação da campanha HeForShe no Brasil, Colômbia, Equador, México e Caribe, e pretende-se mapear as similaridades e diferenças nos discursos da campanha nos países e buscar

observar relações destes dados com os contextos locais.

Mobilização Social e Igualdade de Gênero na América Latina

O percurso de pesquisa tem como base a leitura da mobilização social, com suporte de Toro e Werneck (2004) que defendem que uma mudança social se estabelece "[...] quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos" (Toro & Werneck, 2004, p. 13). No entanto, a decisão de fazer parte de um processo de mobilização depende do sentimento de responsabilidade e de capacidade de provocar e construir mudanças.

Gerar este sentimento — *mobilizar* — é, portanto, "[...] convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados" (2004, p. 13) e exige a existência de um já mencionado objetivo em comum, um *horizonte ético* que concede sentido (Toro & Werneck, 2004). Henriques, Braga, Couto e Silva & Mafra (2004) concordam com isto ao trazer o conceito de corresponsabilidade como nível ideal de

vinculação dos públicos em projetos deste tipo, destacando o papel da comunicação estrategicamente planejada na estrutura de um projeto mobilizador.

Um tema que atua como horizonte ético de cada vez mais projetos de mobilização na última década é o da igualdade de gênero. Embasado na luta contra o tratamento mundialmente generalizado desigual e inferior de indivíduos do sexo feminino, o ativismo das mulheres conquistou e trabalha em conquistar em diversos países os direitos humanos das mulheres, desde o voto feminino até a proteção contra a violência de gênero. Na América Latina já há muito se entende a importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável, mas, apesar dos avanços, a região continua sendo uma das mais desiguais do mundo e, em decorrência de um conservadorismo político emergente nos últimos três anos, as conquistas nesta área enfrentam inclusive perigos de retrocessos (CEPAL, 2019).

Como mostra Marta Lamas (2007), um olhar para a América Latina resulta em perspectivas encorajadoras, mas ao mesmo tempo deprimentes; apesar dos avanços, por exemplo, no acesso à educação - que em alguns países mostra até mesmo uma

inversão com maiores níveis de mulheres ingressas em níveis de ensino cada vez mais altos -, persiste a desigualdade de renda entre os gêneros, de maneira ainda mais agravada para mulheres negras e indígenas (Figura 1 - Anexo).

A isso se soma à persistente divisão sexual do trabalho, que sustenta a relação do âmbito produtivo e reprodutivo (Lamas, 2007). Além do trabalho doméstico não remunerado, o trabalho de cuidado humano do mesmo tipo constitui um dos grandes fatores que diferencia homens e mulheres (Figura 2 - Anexo). "Apesar da diversidade cultural e das diferenças de classe social, na América Latina, o trabalho não remunerado de cuidado humano é considerado o destino 'natural' das mulheres."⁵² (Lamas, 2007, p. 136). Esta situação já se mostra ainda mais intensificada na crise da COVID-19, e certamente trará consequências graves para as mulheres da região.

Para Lamas, dos problemas que enfrentam as mulheres latino-americanas, o que tem mais poder de trazer dor e injustiça é certamente o da maternidade forçada, que está diretamente ligado à pobreza e à exclusão feminina. A autora sinaliza a necessidade da educação sexual para jovens

⁵² Tradução do original em espanhol feita pelas autoras.

mulheres, com informações sobre contraconcepcionais e a opção do aborto seguro e legal, este último marcado pela injustiça social, já que “(...) as mulheres com recursos abortam sem perigo nos consultórios particulares de seus ginecologistas, enquanto as demais arriscam sua saúde e vida.” (Lamas, 2007, p. 138). O fator que mais influencia a resistência à instalação dessa política pública na América Latina, no entanto, não demonstra enfraquecimento nos últimos anos: a influência religiosa sobre os políticos e legisladores. De fato, esta mostra uma intensificação, promovendo que direitos já haviam sido conquistados em relação ao aborto - como em casos de violação sexual - sejam revogados em diversos países da região.

Lamas chama atenção para a estreita relação entre a resistência dos governos a descriminar o aborto com a baixa incidência feminina na política. As cotas, presentes em muitos países da América Latina, têm imensa contribuição no aumento desta representação política das mulheres, mas “não são suficientes para garantir a plena participação das mulheres na tomada de decisões em todos os níveis da vida política e social” (Lamas, 2007, p. 143). Há também a inegável

importância da mobilização social do ativismo feminista.

Ao falar de projetos de mobilização que busquem a garantia dos direitos humanos das mulheres, precisa-se abordar como as estruturas que contribuem para suas violações se relacionam. Kimberlé Crenshaw (2002) fala sobre como, apesar da sujeição de todas as mulheres à discriminação só por serem do gênero feminino, outros fatores como classe, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p. 173). Essa interseccionalidade é por muitas vezes invisibilizada, mas precisa ser trazida à tona no combate à desigualdade de gênero, já que seu caráter estrutural faz com que políticas ou decisões gerem fardos desproporcionais para certos tipos de pessoa, mesmo que não intencionalmente.

Crenshaw ressalta o avanço do debate de gênero em relação ao de raça, além da impossibilidade de tratar raça como um marcador constante em todo mundo, já que muitas sociedades não tiveram um processo claro como o Apartheid (Crenshaw, 2002). Além disso, a história colonial - característica fundadora da América Latina - está no cerne

das relações de poder raciais e de gênero até hoje existentes. Ademais, como aponta Carneiro (2011), a identidade nacional de miscigenação racial (especialmente a brasileira) vem da violação de mulheres negras e indígenas por parte dos senhores brancos.

Diversas são as evidências de que as discriminações se interseccionam, fazendo com que mulheres negras e indígenas estejam na base da pirâmide econômica e social da América Latina. Estas reflexões teóricas serão consideradas na análise da apropriação da campanha HeForShe, a seguir.

Proposta Metodológica

Em termos de metodologia elencada para uma investigação com olhar para a mudança social optou-se pela Análise Crítica do Discurso - ACD (Fairclough, 2001), partindo da tridimensionalidade do texto, prática discursiva e prática social (Figura 3 - Anexo). A ACD estuda as interações sociais a partir da análise de textos, e oferece como ênfase a mudança social a partir da mudança discursiva, no ponto em que uma implica a outra mutuamente.

Assim, a ACD auxilia na análise de campanhas de conscientização, como a HeForShe da ONU Mulheres, ampliando seu

olhar para além do texto, mas também do discurso e do contexto, promovendo reflexões sobre a realidade social produzida. Fairclough (2001) reforça, indicando que “o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (p.91).

Orientados por essa abordagem, a metodologia proposta para este estudo considera quatro etapas de análise, com vistas a dar conta de seus objetivos: (1) identificar como a campanha e seus resultados são apresentados no site da ONU Mulheres de cada país analisado; (2) apresentar a temporalidade da campanha HeForShe nos países analisados; (3) buscar observar relações destes dados com os contextos locais; e (4) mapear, com base nestas informações, as similaridades e diferenças nos discursos da campanha nos países.

Inicialmente observamos a capa do site da ONU Mulheres de cada país. Ali, buscamos localizar a campanha, suas possíveis repercussões/resultados e também observações/temas gerais. A seguir, apresentamos a síntese dos principais resultados das três primeiras etapas, país a país, indicando o contexto global quando

necessário. Ao final, nas considerações finais, buscamos consolidar a etapa quatro, apontando as similaridades e diferenças identificadas nos discursos analisados.

Observação e Análise dos Dados

A campanha HeForShe é lançada em 20 de setembro de 2014, com foco na abordagem de inclusão dos homens no debate, buscando seu engajamento para novas relações de gênero. Nos países da América Latina e Caribe, o lançamento acontece no ano seguinte, em 2015, com desdobramentos e adaptações conforme a lacuna mais latente em cada país e seus contextos sociais, políticos e econômicos.

Na capa do site ONU Mulheres Brasil [<http://www.onumulheres.org.br/>], a campanha aparece em destaque como uma aba [ElesPorElas] na barra das informações principais, que está no topo da página. Ao clicar, somos direcionados à página da campanha no país. Os conteúdos desta página envolvem: explicação do movimento, seus objetivos, meta de assinatura, peças publicitárias com depoimentos de celebridades, fotos de celebridade com a #ElesPorElas.

Outras informações sobre a campanha são encontradas ao fazer busca pela expressão

"ElesPorElas". São links para notícias sobre a campanha ou atividades do movimento, ou conteúdos complementares.

No Brasil, a campanha #ElesPorElas tem seu lançamento potencializado no dia 24 de junho de 2015, quando há uma apropriação midiática de um canal de televisão por assinatura - GNT, que projeta a campanha para uma determinada classe populacional tendo como meta atingir 100 mil assinaturas de adesão. Artistas se somam à campanha, emprestando sua visibilidade como incentivo à adesão e apoio do público.

Em 5 de fevereiro de 2018 a ONU lança a campanha #CarnavalElesporElas, que tem como enfoque o respeito à mulher, principalmente durante o período do Carnaval, considerado um patrimônio cultural do Brasil, mas também marcado pela cultura do assédio sexual. Nos dias de feriado do Carnaval de 2017, a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) registrou mais de dois mil atendimentos a mulheres vítimas de diversos tipos de agressão. Porém, essa campanha não está publicada no site.

Em 2020, no dia 23 de abril, a campanha se desdobra em trazer o contexto da atual pandemia, e realiza uma campanha digital (#ElesPorElasEmCasa ou #HeForSheAtHome) que busca relatos de

homens que promovam a igualdade de gênero dentro de casa. O enfoque principal está na redução das desigualdades de gênero e a sobrecarga das mulheres.

Pode-se perceber que a temporalidade e o desdobramento da campanha no Brasil tem como ênfase o respeito à mulher, tendo como pilar os dados de violência doméstica e o combate ao abuso e ao assédio. Além disso, segundo Kauer (2018), os depoimentos das celebridades acionam a interdiscursividade (Fairclough, 2001) com temas interseccionais ao de gênero, especialmente o de raça.

Já na capa do site ONU Mujeres Colombia [<http://colombia.unwomen.org/>], não há informações ou links para a campanha. Notícias sobre a campanha são encontradas ao pesquisar pela expressão "ÉlPorElla" e "HeforShe" no campo de busca do site, que citam a campanha e as atividades do movimento. Os dados mais atualizados são de 2017, que tratam especialmente sobre os apoiadores que passaram a aderir ao movimento. Mesmo assim, são poucas notícias locais sobre a campanha e seus resultados. Outros temas relevantes na capa do site da ONU Mujeres Colômbia foram: COVID-19 (e suas consequências para as mulheres); Lideranças e defensoras dos Direitos Humanos; Enfrentamento da Cultura

da Violação; Trabalho Doméstico (valor e assistência social).

Na Colômbia, o lançamento da campanha #HeForShe ou #ÉlPorElla ocorre dia 25 de maio de 2015, também por ser o Dia Nacional pela Dignidade das Vítimas de Violência Sexual. Há uma apropriação da campanha de forma regionalizada, onde as prefeituras se somam ao movimento. Um exemplo é a aliança da ONU Mulheres com a Secretaria da Mulher de Cauca, com o foco de sensibilizar os homens a comprometerem-se com a defesa dos direitos das mulheres e mobilizarem-se contra a violência de gênero, com a inclusão de depoimentos de autoridades e personalidades locais. Sequencialmente, dia 15 de outubro de 2015, a ONU Mujeres lança o disco #HeForShe (ÉlPorElla), com a participação de artistas que se unem para levar a mensagem da igualdade de gênero.

Na capa do site ONU Mujeres Ecuador [<http://ecuador.unwomen.org/>], ao clicar sobre o banner com a identidade visual da campanha (logo abaixo da janela principal de notícias), somos direcionados a um link que reúne informações sobre a campanha no país. Os dados referentes ao movimento dizem respeito aos seus objetivos e seu histórico em nível mundial. No Equador, o evento de lançamento ocorre dia 29 janeiro de 2015,

com o apoio da Assembleia Nacional e do Grupo Parlamentar pelos Direitos da Mulher. Não há informações sobre outras ações específicas ou desdobramento da campanha no país. O conteúdo sobre a campanha está escrito em espanhol, mas o vídeo que apresenta a história do movimento está em inglês, sem tradução ou legendas, que parece não ser atualizado desde 2016.

Outras informações sobre a campanha são encontradas ao pesquisar pela expressão "HeforShe" no campo de busca do site. São links para notícias que citam a campanha em algum momento, mas em sua maioria não desdobram as ações da campanha e suas repercussões. A maior parte das notícias é de 2015 e 2016 e citam a campanha, sem que ela seja o foco central da informação.

Na capa do site ONU Mujeres México [<https://mexico.unwomen.org/>], pode-se acessar a Campanha *HeForShe* (sem tradução para o espanhol) clicando sobre o banner com a identidade visual da campanha, ao final da página. Este leva ao um artigo que reúne informações sobre os desenvolvimentos da campanha no país. Outras informações também são encontradas ao pesquisar pela expressão "HeforShe" no campo de busca do site. Em sua maioria, são links para notícias que tratam sobre as novas

adesões que o movimento está tendo no México. No link específico para a campanha no México, os dados sobre o movimento são referentes à data de 16 de maio de 2018, e dizem respeito aos objetivos do movimento e seu histórico em nível mundial. No entanto, diferente dos demais países observados até agora, aqui sobressaem as informações locais da campanha. Os dados mais atualizados são de 2019, e relatam ainda sobre a adesão de organizações ao movimento.

No México, o lançamento da campanha #HeForShe ou #HeForSheMX se dá em 5 de março de 2015 com uma coletiva de imprensa e a data tem como marco o dia internacional da mulher ONU Mujeres México. A hashtag foi *Trending Topic* no Twitter em nível nacional.

Sequencialmente, em 20 de outubro de 2017, 9 partidos políticos se integram à campanha HeForShe para priorizar a igualdade de gênero no processo eleitoral de 2017 a 2018. Tal ação gera resultado efetivo, quando dia 6 de junho de 2019 o país aprova a reforma constitucional sobre a paridade de gênero, tornando o México o 1º país da América Latina e Caribe a garantir que a metade dos cargos dos 3 níveis de governo e poderes da União e órgãos autônomos sejam ocupados por mulheres. Há, portanto, uma prática de mudança social efetiva, trazendo

orientações políticas relevantes na ótica de Fairclough (2001). O México ocupa o 5º lugar no Ranking Mundial de Mulheres no Parlamento, com 48.2% na câmara dos deputados e 49.2% no Senado.

Em 16 de abril de 2020, há o lançamento da hashtag #HeForSheDesdeCasa, com a oferta de um guia para auxiliar a criar espaços colaborativos no cotidiano durante a quarentena trazida pelo COVID-19.

Por fim, na capa do site UN Women Caribbean

[<https://caribbean.unwomen.org/en>] acessa-se a campanha HeForShe clicando sobre o banner com a identidade visual da campanha, que aparece ao final da página. Este leva ao link da campanha global.

Informações/notícias sobre a campanha são encontradas ao pesquisar pela expressão "HeforShe" no campo de busca do site. São links para notícias, na maior parte, relacionada aos desdobramentos e repercussões da campanha nos países caribenhos. São poucas notícias reportadas, mas em sua maioria estão relacionadas aos anos de 2015 e 2016. A notícia mais recente é de 2018, e relata sobre um programa em Trinidad e Tobago chamado "Vamos falar de homem para homem", em que discussões são realizadas por homens e meninos em

barbearias comunitárias, por meio de dramatização e discussão facilitadas para explorar os danos da violência de gênero e sobre como prevenir esses atos violentos, incluindo sensibilização sobre a Campanha HeForShe. Na Região do Caribe, o lançamento ocorre em Barbados no 10 de março de 2015, na Câmara Municipal, em celebração ao Dia Internacional da Mulher que apresentou a temática "Empoderando as Mulheres, Empoderando a Humanidade: Imagine!".

Como dado contextual global, cabe destacar o índice de adesão dos países analisados. No site mundial [<http://heforshe.org/>], é possível acompanhar de forma dinâmica a adesão à campanha em cada país, sendo que a organização classifica o nível de compromisso com a igualdade de gênero em Alto, Médio ou Baixo. De forma global, até a pesquisa realizada dia 5 de setembro, o site indica que mais de 2,2 milhões de pessoas se comprometeram com o movimento, além de ter gerado mais de 1,3 bilhões de conversas nas redes sociais, 1,7 milhões de compromissos HeForShe e mais de 1,1 mil eventos comunitários HeForShe (Figura 4 - Anexo). Neste mapa, ao analisar os países aqui selecionados, percebe-se uma adesão considerada Alta pelo movimento (Figura 5 - Anexo), embora alguns países

pertencentes ao grupo caribenho apresentem índices considerados Baixos pela ONU.

Na ótica de Fairclough (2001), é possível observar que há uma prática de mudança social estabelecida em nível mundial, com o envolvimento das pessoas, tanto no âmbito das assinaturas, como também na participação em eventos e via redes sociais do movimento. O site da campanha, por sua vez, apresenta uma prática discursiva trazendo a força dos números como elemento de referência, além de gerar uma lógica de monitoramento contínuo da campanha que ainda se apresenta ativa.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivos analisar a apropriação, repercussões e resultados da campanha HeForShe na América Latina com vistas a organizar um possível mapeamento de similaridades e diferenças entre os países analisados, dimensão que buscamos explorar a seguir.

É possível notar que a campanha, desde o seu lançamento global ao final de 2014, obteve atenção e desdobramentos na América Latina, especialmente a partir de 2015. Na maior parte dos países, manteve destaque ao aspecto essencial da necessidade do entendimento por parte dos

homens e meninos sobre seu papel fundamental na equidade de gêneros, buscando gerar um sentimento de corresponsabilidade. Também observamos como similaridade nos países observados, a ênfase à busca de adesões ao movimento, como garantia do reconhecimento da causa fundante do HeForShe. Ainda, há um especial desdobramento da campanha para a temática da violência baseada em gênero, em uma visível relação cultural e histórica colonialista de violência em relação à mulher na América Latina.

Outra similaridade está na adaptação da campanha em derivações do uso da hashtag em alguns países, conforme determinados contextos e eventos de cada região. Sob a ótica da prática discursiva (Fairclough, 2001), há uma coerência nessa adequação de consumo da campanha, que visa gerar uma mudança social efetiva com a produção de sentido regional, como #CarnavalElesPorElas (Brasil) ou a situação da pandemia global (#HeForSheDesdeCasa ou #ElesPorElasEmCasa ou #HeForSheAtHome).

Como diferenças, é possível salientar que, no Brasil, há um foco associado às celebridades brasileiras, que chancelam a campanha e promovem sua visibilidade, mas,

por outro lado, emprestam um olhar que pode parecer mais associado à ficção. Em termos de prática discursiva (Fairclough, 2001), a campanha #HeForShe, no Brasil, tem seu versionamento amplo ao português e ao plural, com o uso da hashtag #ElesPorElas. Na Colômbia a adesão à campanha não parece ser um movimento nacional tão ampliado, mas de iniciativas significativas regionalmente, observando as características de cada local e adaptando o discurso localmente. Em relação ao Equador, não observamos situações em destaque sobre o HeForShe que pudesse compor diferenciais em relação às demais campanhas. Já o México é um país que se destaca na apropriação do movimento #HeForShe, principalmente com o enfoque da projeção da mulher na política do país, ampliando seu espaço de presença e representação. Outro enfoque é o de valorizar as masculinidades positivas e como ambientes colaborativos e saudáveis com perspectiva da igualdade de gênero são criados diariamente, principalmente considerando a pandemia. E, no Caribe, se observa a atuação localizada em cada ilha, com a adequação das ações de promoção de igualdade de gênero realizada de múltiplas formas.

Certamente as diferentes formas de apropriação refletem as especificidades de cada país. Mas, como foi possível concluir com essa pesquisa, ainda são muitas as características em relação ao desafio da desigualdade de gênero que unem os países da América Latina e devem ser levadas em consideração numa campanha de mobilização social.

Referências

Alves, D. (2015). *Interesse Público e o Poder da Telenovela: Merchandising Social e Repercussão do Tráfico de Pessoas em Salve Jorge*. Tese, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos Feministas [online]*. Vol.10, n.1, pp.171-188. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2002000100011&lng=es&nrm=iso&tln_g=pt. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

Carneiro, S. (2011). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina

a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 22 de nov. de 2019

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2019). *La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes* (LC/CRM.14/3), Santiago, Chile.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Henriques, M. S., Braga, C. S., Couto e Silva, D. B. & Mafra, R. L. M. (2004). Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: Funções e características. In: M. S. HENRIQUES (org. (Ed.), *Comunicação e estratégias de mobilização social* (pp. 17–32). Belo Horizonte: Autêntica.

Henriques, M. S. (Ed.). (2004). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica.

Henriques, M. S., Braga, C. S. & Mafra, R. L. M. (2004) O planejamento da comunicação para mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: M. S. HENRIQUES (Ed.), *Comunicação e estratégias de mobilização social* (pp. 33–58). Belo Horizonte: Autêntica.

Kauer, C. (2018). *Mobilização social e comunicação para igualdade de gênero: um estudo da campanha da ONU Mulheres, a ElesPorElas*. Monografia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

Kauer, C. (2019, julho). Communication Strategies for the Promotion of Gender Equality: A Study on the HeForShe Campaign in Brazil and in Spain. Trabalho apresentado na *International Association for Media and Communication Research 2019 Conference*, Madrid, Espanha.

Lamas, M. (2007) Género, desarrollo y feminismo en América Latina. *Pensamiento iberoamericano*, Nº. 0, (Ejemplar dedicado a: La nueva agenda de desarrollo de América Latina), págs. 133-152. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2872536>. Acesso em 22 nov. de 2019.

Nações Unidas. (s.d.). *HeForShe*. Disponível em: <http://heforshe.org/>. Acesso em 10 de set. de 2020.

Nações Unidas. (s.d.). *ONU Mujeres Colombia*. Disponível em: <http://colombia.unwomen.org/>. Acesso em 10 de set. de 2020.

Nações Unidas. (s.d.). *ONU Mujeres Ecuador*. Disponível em:

<http://ecuador.unwomen.org/>. Acesso em 10 de set. de 2020.

Nações Unidas. (s.d.). *ONU Mujeres Mexico*. Disponível em: <https://mexico.unwomen.org/>. Acesso em 10 de set. de 2020.

Nações Unidas. (s.d.). *ONU Mulheres Brasil*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em 10 de set. de 2020.

Nações Unidas. (s.d.). *UN Women Caribbean*. Disponível em:

<https://caribbean.unwomen.org/en>. Acesso em 10 de set. de 2020.

Toro, J. B. & Werneck, N. M. D. (2004).

Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica.

ANEXOS

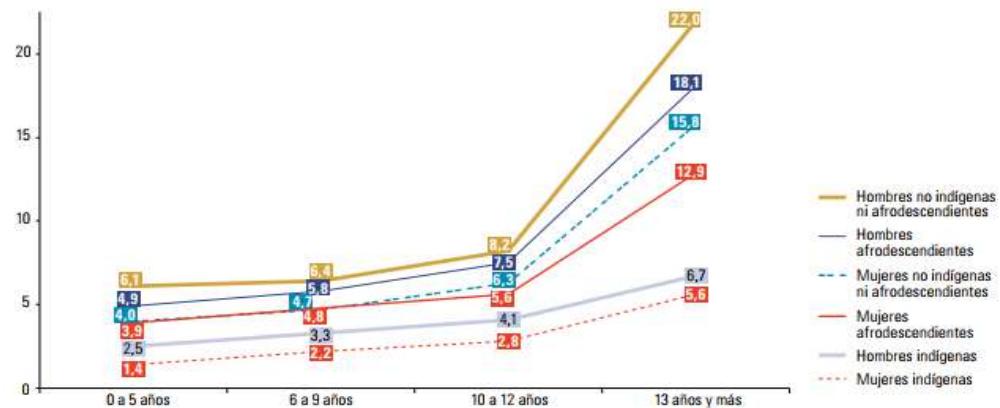


Figura 1 - América Latina (média ponderada entre Brasil, Equador, Peru e Uruguai), rendimento por hora da população ocupada de 15 anos ou mais por anos de escolaridade, sexo e condição étnico-racial, por volta de 2017 (em dólares internacionais). Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de Banco de dados de Pesquisa Domiciliares (BADEHOG) (CEPAL, 2019, p. 43)

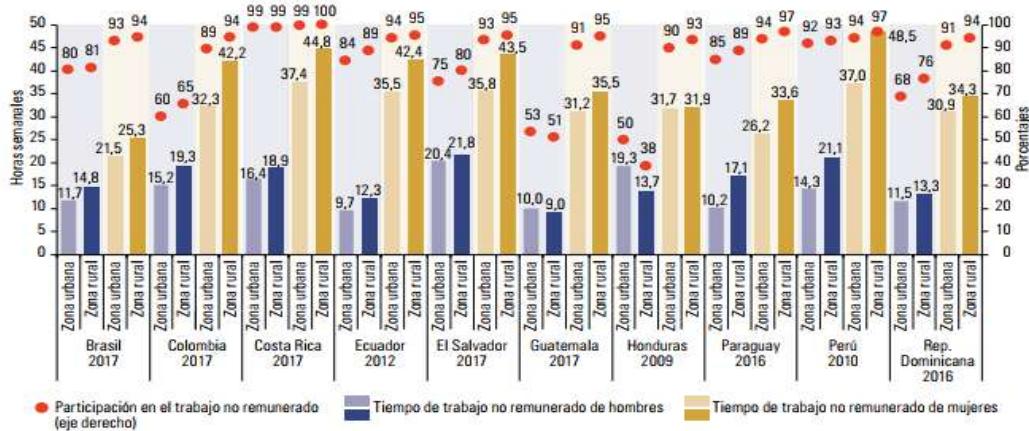


Figura 2 - América Latina (10 países); tempo dedicado e taxa de participação no trabalho não remunerado segundo sexo e zona geográfica (em horas semanais e porcentagens). Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de Banco de dados de Pesquisa Domiciliares (BADEHOG) (CEPAL, 2019, p. 42)

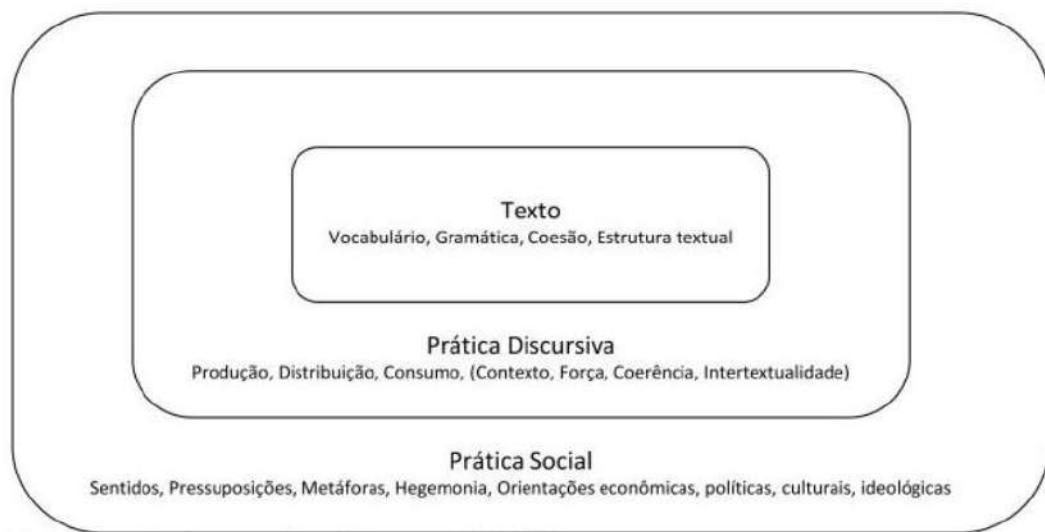


Figura 3 - Concepção tridimensional do discurso. Fonte: elaborado por Alves, 2015. Adaptado de Fairclough (2001).

COMPROMETA-SE COM A IGUALDADE DE GÊNERO

Milhões de pessoas como você já se comprometeram com o movimento HeForShe no mundo todo

2,209,225

COMPROMISSOS COM A IGUALDADE DE GÊNERO E CONTAGEM

1.3B de conversas nas redes sociais	1.7M de compromissos HeForShe	1.1K eventos comunitários HeForShe
---	---	--

Figura 4 - Status global de assinaturas em adesão à campanha. Fonte: site HeForShe.org, em 14.09.2020

PAÍS	ADESÕES (Nº ABSOLUTOS)	NÍVEL DE COMPROMISSO
BRASIL	71.038	ALTA
COLÔMBIA	14.723	ALTA
EQUADOR	42.890	ALTA
MÉXICO	137.782	ALTA
CARIBE	1742	
ANGUILLA	125	ALTA
ANTIGUA AND BARBUDA	48	ALTA
ARUBA	47	ALTA
THE BAHAMAS	97	ALTA
BARBADOS	110	ALTA
BELIZE	71	ALTA
BERMUDA	279	ALTA
BRITISH VIRGIN ISLAND	28	ALTA
CAYMAN ISLANDS	76	ALTA
CURAÇAO	18	BAIXO
DOMINICA	44	ALTA
GRENADA	27	ALTA
GUYANA	91	BAIXO
JAMAICA	342	BAIXO
MONTSERRAT	7	ALTA
SAIN T LUCIA	20	BAIXO
ST KITTS AND NEVIS	27	ALTA
ST VINCENT AND GRENADINES	14	BAIXO
SAINT MARTIN (FRENCH PART)	10	ALTA
SINT MAARTEN (DUTCH PART)	9	ALTA
SURINAME	121	ALTA
TRINIDAD AND TOBAGO	724	ALTA
TURKS AND CAICOS ISLANDS	7	ALTA

Figura 5: Adesão e nível de compromisso. Fonte: elaborado pelas autoras (dados do site HeForShe.org acessados no dia 10.09.2020)

Homens trans e paternidade: uma análise comparativa de enquadramento em 1994 e 2018 Hombres trans y paternidad: frame analysis en 1994 y 2018

Transmen and parenthood: a comparative frame analysis in 1994 and 2018

Bernardo Mota Lopes ⁵³

Resumen: A análise dos enquadramentos em matérias sobre homens trans e sua relação com a paternidade, em textos de 1994 e 2018, para discutir os enquadramentos para o tema, considerando as rupturas e permanências, semelhanças e diferenças estudadas. Além disso, uma importante articulação é feita em relação às fontes e vozes dos textos, compreendendo de que forma elas operam na contribuição da invisibilidade transmasculina na representação na mídia e na sociedade, de modo geral. Muitas coisas se alteraram nesses vinte e quatro anos de intervalo entre os textos, no entanto, as práticas de secundarizar ou de refutar as vozes transmasculinas ainda permanecem.

Palavras Clave: Homens trans, paternidade, enquadramento.

Abstract: The frame analysis in articles about trans men and their relationship with fatherhood, in texts from 1994 and 2018, to discuss the frameworks for the theme, considering the ruptures and permanences, similarities and differences studied. Besides, an important articulation is made about the sources and voices of the texts, understanding how they operate in the contribution of transmasculine invisibility in the representation in the media and society, in general. Many things have changed in these twenty-four years between the texts, however, the practices of putting trans men in second or refuting transmasculine voices remain.

Key words: Transmen, fatherhood, Frame Analysis.

⁵³ Bernardo Mota Lopes. Pesquisador, mestrando em Comunicação (UnB), Brasil, obernardomota@gmail.com.

Introdução

Nos anos que antecederam 2019, os temas relacionados ao debate sobre gênero estiveram em um processo de ascensão e de maior destaque na mídia brasileira. As discussões sobre direito das mulheres e a representação de grupos que habitualmente não ocupavam lugares centrais na mídia, junto ao rompimento de alguns estereótipos de gênero e outros tantos temas foram objetos de questionamentos frente às grandes mídias. No bojo desses debates, visibilizou-se a possibilidade de vivenciar o gênero de forma distinta da que é usual (*cisgênero*) e, desse modo, abriu-se mais espaço para a representação da perspectiva transgênero.

Personagens que representavam pessoas trans e travestis protagonizaram as novelas nos horários de maior audiência no Brasil, na emissora de televisão Globo. Foi o caso do personagem homem trans Ivan (A Força do Querer, 2017), de Marcos Paulo (O Sétimo Guardião, 2018), da Britney (A Dona do Pedaço, 2019). Diversos estudos mostram a importância das novelas brasileiras em pautar o tema de conversar cotidianas, provocar a agenda pública e influenciar decisões políticas. De acordo com Czizewski (2010) "há pelo menos quatro décadas que os falares e vestires da telenovela projetam-se do

televisor para as ruas. É o reflexo da força do agendamento desse produto cultural sobre o tecido social".

Similarmente, no âmbito da disputa por cidadania, os anos que precederam 2019 foram importantes para a conquista de alguns direitos básicos reivindicados historicamente pelos movimentos organizados de travestis e pessoas trans no Brasil. Em 2016 foi publicado o Decreto Federal n.º 8.727, que possibilita a utilização do nome social; em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu unanimemente pelo direito de pessoas trans e travestis alterarem o registro civil sem necessitar recorrer à instância judicial nem utilizar laudos médicos para comprovar sua transexualidade; e, por fim, em 2019 o Ministério da Saúde brasileiro autorizou a cirurgia de redesignação sexual para homens trans.

No entanto, a conquista de direitos civis e a maior representação social desses grupos foi acompanhada por um concomitante crescimento de setores opositores a essa agenda nomeada por conservadores como "ideologia de gênero" que, para eles, representaria a destruição da família tradicional, baseado em crenças cristãs e tensionando a laicidade estatal. Essa disputa pela narrativa dos debates sobre gênero é

bem exemplificada com a campanha do candidato eleito a presidência da República em 2018 e seu primeiro discurso oficial proferido. Nele, Jair Bolsonaro reafirmou seu empenho em "valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero" (BOLSONARO, 2019).

Outro exemplo que ilustra a tensão sobre o tema, ocorre com a proposição do Projeto de Lei 346/2019 que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, cuja ementa estabelece "o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado".

Em um rápido resgate histórico, nos anos 90, a conjunta social para a população LGBT de maneira geral era bastante distinta da atual, sobretudo no campo dos direitos, pois os números nacionais de violência contra pessoas LGBT ainda permanecem bastante elevados. De acordo com o pesquisador Trevisan (2018) "Na década de 1990, começou a preponderar a ideia da visibilidade, ou seja, a vantagem política de se mostrar socialmente assumido" (TREVISAN, 2018, p. 35).

Esse movimento é bem exemplificado com as mudanças da sigla, que à época era GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), em uma

referência a um período que o "S" significava várias das identidades que socialmente estavam mais marginalizadas, consequentemente menos visíveis. Os movimentos sociais também começavam a ter maior expressão. As paradas do orgulho de São Paulo, grande símbolo da comunidade, em 1995 levaram cerca de 500 pessoas às ruas, hoje estima-se um público de 3 milhões de pessoas na avenida paulista (PINHONI, 2019). Os números ilustram as proporções das mudanças ocorridas nesse intervalo de 25 anos.

A partir do cenário brevemente apresentado de tensões e disputas sobre temas que envolvem gênero no Brasil, este artigo discute os enquadramentos adotados pela Folha de São Paulo, em 1994 e 2018, especificamente sobre o tema *homens trans e paternidade*. Desse modo, o artigo a analisa e compara as principais semelhanças e diferenças nos enquadramentos, na presença ou não de estereótipos e na linguagem utilizada sobre a identidade transmasculina e suas interrelações presentes. Este estudo insere-se, ademais, na discussão mais ampla sobre os enquadramentos jornalísticos com uma perspectiva crítica sobre gênero e relações sociais.

A primeira parte trará o aporte teórico-metodológico a ser utilizado ao longo do texto, articulando algumas das principais autoras para esta abordagem e seus pontos de encontro e de divergência com relação aos conceitos de gênero; além da explicação metodológica que guiou os estudos empregados. Após isso, é apresentada uma análise e discussão dos resultados, confrontando os aspectos dos enquadramentos realizados em 1984 e em 2018 pela Folha de São Paulo.

Discussão teórico-metodológica

Os estudos de gênero são marcados por uma pluralidade de teorias e de perspectivas que ora são complementares, ora distanciam-se profundamente entre si. Para esse artigo, deve-se considerar a adoção da perspectiva em concordância com Scott (1995) que entende as relações de gênero como parte de uma construção social e diverge de pressupostos biológicos para criação das diferenças entre os gêneros, possibilitando uma análise crítica capaz de compreender a formação de estereótipos e outras atribuições que trabalham para naturalizar as desigualdades entre os gêneros.

Nesse sentido, outra autora importante para a discussão sobre a natureza social do

gênero é Butler (2003) à medida que apresenta um caminho para entender as identidades de gênero não-normativas e, consequentemente, a discriminação que experimentam por fugir à heteronorma. Em seu livro Problemas de Gênero, Butler questiona também a estrutura discursiva esencialista

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. (BUTLER, 2003)

Junto a esta abordagem, com a finalidade de se aproximar de um aporte teórico para uma prática de análise que permita a observar as diferentes formas de poder e de opressão, é preciso recorrer a teoria interseccional de Kimberlé Crenshaw. A autora, ao criticar a abordagem “superinclusiva” dentro dos grupos, denuncia que aspectos estruturantes na análise dos problemas, tais como raça e condição social, são escamoteados de

reflexões. O problema, porém, é que grande parte das vezes estes marcadores "esquecidos" são relevantes ou até mesmo estruturantes no processo de violência ou de exclusão (CRENSHAW, 2002, p.174).

A partir das contribuições de Crenshaw algumas perguntas surgem para qualificar a análise desta pesquisa. Por que majoritariamente as matérias encontradas sobre de homens trans e paternidade refletem histórias de homens trans brancos? Onde estão as histórias de homens trans negros que também são pais em um país de maioria étnica de negros e pardos? Questionamentos como estes são importantes para análises de enquadramento, partindo da importância de se entender de que maneira a identidade dos homens trans é representada na mídia.

Mais especificamente sobre os estudos das transmasculinidades, uma autora importante no Brasil para os estudos do tema é Simone Ávila, e ela nos ajuda a entender e a localizar a relevância dessa pesquisa. De acordo com Ávila & Grossi (2010):

Entendemos transexualidade masculina a escolha de sujeitos designados biologicamente como mulheres, mas que buscam se identificar, através da nominação, vestimenta e transformações corporais, como pertencentes ao gênero masculino. Partimos

da constatação de que são praticamente inexistentes, no Brasil, estudos sobre transmasculinidade e que os transexuais masculinos parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas, como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina. (ÁVILA, 2010)

Ávila traz contribuições fundamentais, como a sua forma de conceituação ampla, que busca uma categoria mínima comum, isto é, procura dar maior amplitude ao conceito da "transexualidade masculina", escolhendo como critério para compor a categoria somente a necessidade de serem sujeitos indicados como mulheres ao nascimento e que buscam ser reconhecidos como homens socialmente. Essa forma abrangente de definição da identidade representa um salto pela ruptura com o discurso patologizante para as identidades trans. Outrossim, é indispensável a problematização da secundariedade que os estudos sobre

transmasculinidades têm em relação aos estudos sobre transfeminilidades e travestilidades no Brasil.

Antes de prosseguir, por entender que o debate sobre as transmaculinidades ainda é pouco difundido no contexto acadêmico brasileiro, alguns conceitos são importantes para a compreensão do trabalho. O primeiro é “homem trans”, que pode ser entendido, em linhas gerais, enquanto o indivíduo que foi indicado, no ato do nascimento, como correspondente ao sexo feminino, porém que, em sua autopercepção e construção identitária, reconhece-se como homem. A segunda é “transmasculino” ou “transmasculinidade”, uma categoria de maior abrangência composta por indivíduos que foram indicados ao nascimento como correspondentes ao sexo feminino, no entanto que localizam seu gênero dentro do campo das masculinidades, podendo ser: transmasculinos, homens trans. (MARTINELLI & MOTA, 2017). Por fim, outro conceito importante para adensamento do debate é o de cisgênero

Cisgênero é uma palavra cunhada na década de 1990 e difundida no ciberativismo, ativismo realizado pela internet, principalmente por pessoas trans e não bináries. Designa pessoas que se identificam

única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. (BONASSI, 2017)

Por muito tempo, e ainda no senso comum, pessoas transgênero eram retratadas como antônimos da normalidade. Logo, não havendo uma nomeação para quem não é transgênero, só restaria o paradigma da normalidade. Nesse sentido, é imprescindível a adoção do termo “cisgênero”, uma vez que este reflete a cisgeneridade como das possibilidades de gênero, saindo dos antônimos pessoa transgênero/pessoa normal, para pessoa transgênero / pessoa cisgênero.

Um importante conceito aplicado na pesquisa é o de agendamento que, de acordo com Azevedo (2004), nas “democracias, a relação entre os meios de comunicação de massa e a opinião pública [...] é crucial para se entender como se definem as agendas temáticas e as questões públicas relevantes” (AZEVEDO, 2004). Para testar o agendamento do tema das transmasculinidades, de forma geral, realizamos uma busca pelo termo “homem trans” na ferramenta do jornal digital brasileiro *O Globo*. Nele foram encontrados quarenta e sete textos noticiosos e de opinião. Sem definir previamente um recorte temporal para a busca, é relevante observar que a

ferramenta localizou a primeira aparição de uma menção ao termo no jornal apenas em abril de 2017 e que, também, o volume de matérias cresceu progressivamente ao longo dos dois anos subsequentes. No processo de classificação dos dados, observou-se o registro de seis textos em 2017 (13%), dezesseis em 2018 (34%), e vinte e cinco até o fim de outubro de 2019 (53%).

O baixo volume de registros encontrados levanta o questionamento sobre o agendamento jornalístico sobre a identidade de homem trans. Se por um lado há um crescimento observado pela aparição e pelo agendamento dessa identidade no jornal, por outro há um silenciamento com relação à cobertura da identidade, em comparação com outras identidades da sigla LGBT.

Essa informação é sustentada a partir da busca, com os mesmos parâmetros de pesquisa, para outras identidades dentro da comunidade LGBT, a fim de uma brevíssima comparação acerca da quantidade de aparições. Obtivemos como resultado, respectivamente: para "Lésbica" e "Gay", o número máximo de resultados permitidos na ferramenta, isto é, 400 textos; para "Bissexual" 326 textos; para "Travesti" 338 textos; para "Mulher Trans" 146 textos; e, por

fim e novamente, para "Homem Trans" 47 textos.

Dado o exposto, analisando as matérias encontradas, foram recorrentes os temas: políticos – marcados pelas disputas por projetos de lei, entendimentos sobre direitos entre movimento social e poder executivo e/ou legislativo; cultural – fortemente presente com as representações de personagens trans em novelas, peças teatrais e cinema, e sobre a discussão do transfake – termo utilizado pelo movimento trans para questionar atores e atrizes cisgênero que interpretam pessoas trans em representações audiovisuais; e, por último, a discussão sobre transgêneros no esporte.

No entanto, o tema da paternidade foi elegido por ser, através dele, possível investigar continuidades e rupturas, estereótipos, abordagens empregadas, a linguagem, entre outros fatores que possibilitam uma exploração ampla da temática. Logo, após a definição do tema, ocorreu uma alteração na rota da pesquisa. Decidiu-se que seria relevante procurar um jornal que possibilitasse uma comparação mais alargada em relação ao tempo, dessa forma, foi eleita o jornal brasileiro Folha de São Paulo, pois, nele foram encontrados apenas dois resultados, no entanto, com

recortes temporais bastante significativos, sendo um em 2018 e outro em 1994.

Portanto, o artigo lança mão recurso metodológico do enfoque de enquadramento para compreender a maneira como ocorrem os enquadramentos em relação ao tema homens trans e paternidade na Folha de São Paulo, em 1994 e 2018.

Nessa perspectiva, Martino (2017) alega que por volta de 1970 foi proposto o modelo de Framing Theory que assentia que a mídia interferia no modo em que as pessoas entendiam o mundo. De acordo com o autor a

"Framing Theory [...] integra o macrônível da mídia com o micronível da vida cotidiana". Assim, esse aporte metodológico possibilita a busca pelos sentidos que são criados para o tema, partindo da forma com que eles são estruturados, procurando compreender os sentidos que são viabilizados para quem os lê.

Goffman, em seu *livro Frame analysis: An essay on the Organization of Experience*, foi um dos primeiros autores a utilizar o enquadramento de maneira prática para responder aos questionamentos do que estava acontecendo nas interações cotidianas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.189). Outra ideia bastante importante para os estudos de enquadramento é o *Footing*, que consiste em uma [...] expressão usada por Goffman para nomear o posicionamento

dos sujeitos em determinada situação. Uma transformação nessa postura implicará alterações no modo como a situação em questão é definida. Assim, os footings e os enquadramentos são dinâmicos e discursivos e devem ser apreendidos e compreendidos a partir da situação em que a interlocução entre os sujeitos ocorre. (Ibidem, p. 190).

Porto (2004, p. 89), faz sugestões para o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas sobre enquadramento no Brasil. Ele propõe três passos metodológicos, em que dois serão adotados como base para a construção analítica deste trabalho. O primeiro passo diz respeito à escolha do nível da análise que, neste trabalho, será o do enquadramento noticioso (definido pelo jornalista, ressaltando suas escolhas, o ângulo da notícia, a ênfase, aquilo que é julgado relevante e merece ser noticiado) em detrimento do enquadramento interpretativo. O segundo passo refere-se à identificação das contradições e seus enquadramentos.

Por fim, assim como Goffman, Porto também considera que em um texto pode existir mais de um enquadramento e, para tal, propõe a seguinte classificação:

Assim, segmentos "restritos" são aqueles que incluem um único enquadramento interpretativo sobre um evento ou tema

político, enquanto que segmentos “plurais” incluem mais de um enquadramento. Os segmentos “plurais”, por sua vez, podem ser subdivididos em “plurais-fechados”, onde um dos enquadramentos é privilegiado ou enfatizado, e “plurais-abertos”, onde nenhum enquadramento é apresentado como mais válido ou verdadeiro. (PORTO, 2004, p.98).

Análise e discussão dos resultados

1 Folha de São Paulo, 1994.

Escolhe-se iniciar a análise pelo registo mais antigo alcançado por esta pesquisa sobre o tema da paternidade e homens trans no Brasil. A entrevista é de 20 de março de 1994, no caderno cotidiano da Folha de São Paulo. “Transexual feminino” foi a denominação escolhida para se referenciar ao entrevistado, era João Nery - hoje considerado como pioneiro na luta por direitos para população trans – e o título ““Eu sempre quis ser pai”, diz transexual” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994), em que o transexual que *revela sua condição*, seu estilo de vida e suas aspirações pela paternidade.

De início é possível extrair a percepção de como o entrevistado é retrato, alinhado à patologia e a termos utilizados na medicina para dirigir-se a ele. “Transexual feminino”,

por exemplo, como o saber médico até início do século XXI se dirigia a pessoas transmasculinas é a primeira demarcação desta posição, seguida do emprego dos termos “condição” e “revelação”, ambos reforçando o lugar de não-natural que a identidade trans é colocada na matéria em questão.

Após isso, é possível perceber a tônica do texto dada pela mistura de muitas perguntas sobre práticas性uais e uma indagação sobre as reações que as pessoas tinham ao saber que se tratava de um “transexual feminino”. Ademais, há no texto uma ligação da identidade de gênero com a homossexualidade, em que o entrevistado é perguntado sua atração sexual por homens e suas experiências com mulheres. Existe novamente a associação da identidade à patologia, que se visualiza no emprego de palavras como quando o entrevistado é interrogado: “seu filho sabe da sua condição?”; pelo tom do mistério em relação à reação das pessoas frente à descoberta da transexualidade de João, nas perguntas “Como as mulheres reagem quando sabem da sua transexualidade? ”; e “Você não tem medo da reação [do seu filho ao saber sobre a transexualidade]?” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994).

O lide da entrevista é construído como o entrevistado que não quis revelar sua “verdadeira identidade”, deixando subentendido que haveria uma verdade por trás daquela anunciada. Nele também há a descrição das roupas e das características físicas do entrevistado: João “usava camisa social, calça jeans e tênis”, estava “ficando careca por causa dos hormônios” e que possuía “barba e braço peludo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994), já antecipando o ar de exotificação daquela entrevista-experiência que demandava uma descrição nesse molde.

O entrevistador aparenta estar muito à vontade na condução, faz perguntas que podem ser facilmente consideradas, no mínimo, inadequadas como: “você usa camisinha?”, que fora perguntada após “Por que você se casou no papel?”, e segue para “Você concorda com a teoria da inveja do pênis?”, numa cadênciça que e termina o texto questionando: “Então você nunca deixou de ser mulher?” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994). Sendo assim, o enquadramento da entrevista corrobora com a ideia de que João, na verdade, não teria “deixado de ser mulher”. A pesar do entrevistado responder e construir sua narrativa sobre o tema, seu ponto de vista não é definidor daquilo que é enfatizado no texto. O sentido da entrevista altera-se

sempre com a intervenção do entrevistador, desse modo, por mais que haja uma pequena disputa pela construção do enquadramento da entrevista, ele é definido majoritariamente pelas intervenções do entrevistador que quebram a construção do entrevistado mudando bruscamente o sentido do texto ou fazendo suposições que contribuem veeementemente com a alteração do sentido daquilo que acabara de ser dito.

2 Folha de São Paulo, 2018.

Vinte e quatro anos depois, em alusão ao dia dos pais, a matéria “Pai de homem transexual, Marcelo Tas fala sobre aceitação, aprendizado e preconceito” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018) é publicada na São Paulo, revista digital vinculada à Folha de São Paulo. O enquadramento da matéria, difere da apresentada anteriormente, construído como o de um pai cisgênero que estabelece boa relação com o filho transexual.

O lide da entrevista, novamente de maneira diferente do descrito no primeiro texto, ressalta aspectos mais alinhados com a norma que sujeitos dentro da dimensão da heteronormatividade costumam receber. Fala-se sobre idade, local de moradia e profissão. Nota-se desde já uma profunda distinção entre a forma de apresentação dos

entrevistados, o cisgênero recebe um título, um endereço, uma idade, o transgênero é descrito pela roupa que veste e a quantidade de pêlos sobre o corpo.

No texto, Marcelo inicia contando que desde cedo seu filho transexual Luc já se identificava como o gênero masculino “ele se fantasiava de soldado e não gostava de vestidos, por exemplo”, um ponto em comum com a narrativa de João, no entanto, é relevante destacar que há menção na mudança da linguagem, agora trata-se como “gênero”, não mais como “sexo”, e a referência à mesma identidade está nomeada por homem trans/transexual não mais como transexual feminino, que tinha origem no saber médico ao passo que nesta utilizam-se categoriais propostas pela ciencias sociais.

À frente, Marcelo conta que precisou estudar para entender que identidade era diferente de sexualidade, esse é outro indicativo de ruptura que o enquadramento aborda, projetando-se ao leitor de forma mais elucidativa sobre o tema do que taxativa, talvez numa tentativa de buscar maior empatia do que estranhamento ao tema, no sentido de identificar a diversidade de gênero como um dos aspectos existentes na sociedade, não como se na primeira

apresentada que ressalta uma exotificação da identidade.

Há na matéria bastante espaço para que Marcelo fale sobre respeito, que apoiou seu filho a mudar de nome e contar para família. Apesar de haver um pano de fundo sobre os “desafios” trazidos pela transexualidade e de não ser uma tarefa “fácil” para a família, ele relembra que muitos transexuais são assassinados, portanto, que a discriminação não deveria ocorrer. Marcelo também traz a fala da irmã (cisgênero) de Luc, em que ela relata como Luc deveria ser tratado, “em vez de falar ela, nós vamos falar ele” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). No entanto, Luc, homem trans, não fala diretamente no texto, é uma fonte não enunciada, a pesar da razão de haver a matéria ser sua existência, algo que poderia ser contraditório, no entanto, logo que é identificado o apagamento social destinado à identidade, percebe-se que isso pode ocorrer. Ou seja, o homem trans é tratado como tema, não como fonte. Além disso, quando é fonte, como no caso da primeira análise, é constantemente questionado e refutado.

Por último, uma importante diferença da matéria em questão com a anterior ocorre com a maneira que a questão da identidade trans é tradada. Ela distancia-se da noção de

patologia encontrada na primeira análise e coloca-se a partir de um viés de "aceitação" (palavra utilizada no título da matéria) uma vez que a narrativa está centrada em como a família recebe bem o homem trans, apesar dos preconceitos e situações difíceis que precisam enfrentar por tomarem essa decisão. "Não foi fácil na família, mas teve uma coisa muito amorosa, que despertou uma transformação em todo mundo" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Conclusão

"Então você nunca deixou de ser mulher?" (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994). Esse fechamento utilizado no primeiro texto é simbólico e retoma a ideia de que a "mídia influí diretamente no modo de interpretação das pessoas construindo a mensagem, de modo a deixar margem para uma única maneira de interpretá-la" (MARTINO, 2017). Por isso destaca-se a relevância de pesquisa como essa, que empreende o esforço de questionar, analisar, desmontar e remontar os textos a procura de seus significados e símbolos.

Em uma análise geral, os enquadramentos presentes em ambos os textos questionam a validade deles como fontes, seja de forma direta, quando o entrevistador questiona as

respostas que o entrevistado dá, ou quando o tema da matéria nem sequer está presente como voz ativa no texto, apenas é mencionado por terceiros que se relacionam com ele. No entanto, certamente os vinte e quatro anos que separam as produções estão inscritos em um período de efervescência dos debates sobre gênero em que muitos termos e expressões utilizados para fazer referência a pessoas LGBT foram questionados por movimentos organizados e indivíduos e que resultaram em uma mudança que pode ser mais claramente observada na diferença do enquadramento do texto de 2018.

Os enquadramentos percebidos nos textos analisados neste artigo colocam as pessoas cisgênero majoritariamente como centrais para a definição dos enquadramentos das matérias - isto é, as pessoas cisgênero ganham relevância nos textos e suas falas ilustram lugares de destaque nas matérias analisadas sobre paternidade e homens trans. Ainda que estas mesmas pessoas cisgênero não estivessem em primeiro plano, suas construções narrativas sobre a relação com a pessoa transgênero ocupavam espaços centrais na definição do enquadramento.

Martino afirma que o repórter cumpre um papel de estruturar o texto e escolher como ele deve ser abordado

Ao receber a informação, o repórter as estrutura de acordo com os padrões de atividade jornalística - manchete, linha fina, olho e retranca. O Leitor, ao receber a notícia, recebe a soma informação + ângulo escolhido pelo repórter, pelo editor e por quem mais interferiu no texto. Informação e interpretação ao mesmo tempo (MARTINO, 2017).

A partir disso, ter reiteradamente pessoas cisgênero com maior espaço para suas falas em relação às pessoas transgênero, mesmo sendo essas essenciais para a existência do tema, não garante que o tema dos homens trans e paternidade seja protagonizado por eles. Biroli (2011) argumenta que a percepção que os jornalistas "têm do que é notícia, de quais atores merecem ser ouvidos na cobertura noticiosa, e a que atividades e competências esses atores estão associados" similarmente está relacionada a seu pertencimento social, desse modo, implicaria no momento de tomar as escolhas dos enquadramentos adotados.

Portanto, pode-se considerar que apesar dos profundos avanços percebidos por meio da mudança de enquadramento e de todo o contexto social em que este artigo faz menção, é possível perceber que se perpetua a prática de pessoas cisgênero enquanto preponderantes para a definição dos

enquadramentos. A partir do momento em que há, na forma de retratar a relação dos homens trans com a paternidade, a prevalência de enquadramentos que focam na perspectiva do outro, sendo este outo a pessoa cisgênero que aparece no texto. Portanto, acontece uma secundarização da fala ou da importância da fala de pessoa trans no texto, logo, limita a possibilidade de homens trans disputarem os enquadramentos sobre o tema, e a construção do imaginário coletivo sobre essa identidade.

De forma dialética, as rupturas apresentadas no texto de 2018 revelam uma mudança simbólica nas ênfases adotadas para os enquadramentos das identidades de homem trans relacionada à paternidade, porém, não deixa de mostrar seu local em definir de que maneira a história será contata. Nesse enquadramento, percebe-se que os homens transgênero ainda possuem pouca agência para definir ou, ao menos, disputar um local de fala na definição da forma em que são representados, dificultado o processo de eliminação do estigma que, para Goffman (1978) é um processo construído socialmente pela desvalorização do indivíduo, em que ele passa a possuir uma "identidade deteriorada".

Dessa forma, apesar das diversas mudanças observadas nos enquadramentos

para o tema nesse intervalo de 24 anos e do aprofundamento significativo no debate sobre gênero na mídia brasileira, os enquadramentos utilizados para os textos analisados, por um lado apresentaram uma ruptura com o enquadramento do transexual e sua forma de vestir, transar, ter sonhos (como o da paternidade), em 1994, para um enquadramento que, apesar de ainda não colocar a pessoas trans como um possível agente do seu enquadramento, já possibilita a existência de modos de contar temas relacionados à perspectiva transgênero com menos estigma e menos patologizante. Essa ruptura abre espaço para se pensar e ler a diversidade de gênero um pouco além dos estereótipos, mais distante da experiência do estranhamento, portanto, mais próximo da naturalização e do cotidiano, que de fato o é.

Referências

- ÁVILA, S., & GROSSI, M. P. (2010). *Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina*. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.
- AZEVEDO, F. A. (2004). *Agendamento da Política*. In A. A. C. Rubim (org.), Comunicação e política: conceitos e abordagens, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora da Unesp.
- BARDIN, L. (2004). *Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro*. 3 ed. Lisboa: Edições 70.
- BIROLI, F. (2011). *Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98.
- BOLSONARO, J. M. (2019). *Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse*. Folha de S.Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>.
- BONASSI, B. C. (2017). *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.
- BUTLER, J. P. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CRENSHAW, K. (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos*

ao gênero. In: Estudos Feministas pp. 171-188.

CZIZEWSKI, C. C. (2010). *Falando sobre a telenovela: agendamento temático a partir da narrativa de ficção.* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Caxias do Sul: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

FOLHA DE S.PAULO. (1994). *'Eu sempre quis ser pai', diz transexual.* Daniel Castro, enviado especial ao Rio.

FOLHA DE S.PAULO. (2018). *Pai de homem transexual, Marcelo Tas fala sobre aceitação, aprendizado e preconceito.* Laura Lewer.

GOFFMAN, E. (1978). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINO, L. M. S. (2017). *Teoria da comunicação: ideais, conceitos e métodos* - Petrópolis, RJ: Vozes.

MENDONÇA, R., & SIMÕES, P. (2012). *ENQUADRAMENTO - Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.* RBCS Vol. 27 n° 79 junho de 2012.

MARTINELLI, F., & MOTA, B. (2017).

Cisplay: estratégia de empregabilidade para homens trans e pessoas transmasculinas no distrito federal. In: Anais III Desafazendo gênero – Campina Grande –PB.

NERY, J. W. (2011). *Viagem Solitária – memórias de um transexual trinta anos depois.* São Paulo: Editora Leya, 2011.

PINHONI, M. (2019). G1 SP, Parada LGBT reuniu 3 milhões na Paulista, segundo organização; veja o que deu certo e o que deu errado.

PORTO, M. (2004). *"Enquadramentos da mídia e política"*, in A. A. C. Rubim (org.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora da Unesp.

SCOTT, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.* Recife: SOS-Corpo.

TREVISAN, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.* Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 4ª ed.

Proceso de conectividad en facebook en torno a la promoción y defensa de los ddhh de las personas lgbt. Estudio de caso: Organización Colombia Diversa, 2016-2018

Process of connectivity on facebook around the promotion and defense of the human rights of lgbt people. Case study: Organization Colombia Diversa, 2016-2018

Sara López Carmona

Resumen: El objeto de esta investigación parte del interés por comprender el proceso de conectividad que se teje en Facebook, no en sentido general o total, sino específico en cuanto a los post que se refieren a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT. Para ello, fue necesario elegir un estudio de caso concreto, la experiencia que cumplió con los requisitos de la búsqueda es sin duda la fan page de Colombia Diversa, una organización no gubernamental líder en Colombia con su trabajo a favor del bienestar y reconocimiento legal y social de personas LGBT, la cual publica y difunde contenido en esta línea; además, que cuenta con gran credibilidad a nivel nacional y un engagement representativo.

Para lograr este análisis, se plantearon tres objetivos específicos a cumplir, desde los cuales se partía de indagaciones micro, para posteriormente comprender el nivel macro del fenómeno estudiado. En primer lugar, se identificó el proceso de construcción del contenido de la página de Facebook de la organización Colombia Diversa; en segundo lugar, se establecieron las tendencias en el contenido que desarrolla la organización Colombia Diversa en Facebook, en torno a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT; y en tercer y último lugar, se especificaron las dinámicas de conectividad entre los distintos actores que confluyen en la página de Facebook de la organización Colombia Diversa.

Es este un tema de interés no solo académico, sino también social y político, pues las personas LGBT continúan siendo víctimas de discriminación y desigualdad en la mayoría de países de América Latina.

Palabras Clave: Proceso de conectividad en Facebook; promoción y defensa de DDHH; personas LGBT.

El objeto es algo que se enfoca y se propone a partir de las orientaciones teóricas y metodológicas que se poseen; según Orozco y González (2011) el objeto no es, no puede ser, la realidad; es, en todo caso, un aspecto y a la vez una representación, más o menos

fidedigna, de esa realidad construida desde la subjetividad del investigador(a) a partir de las relaciones que observa entre los elementos. Ahora bien, el objeto de estudio de la presente investigación, se constituye de la siguiente forma:

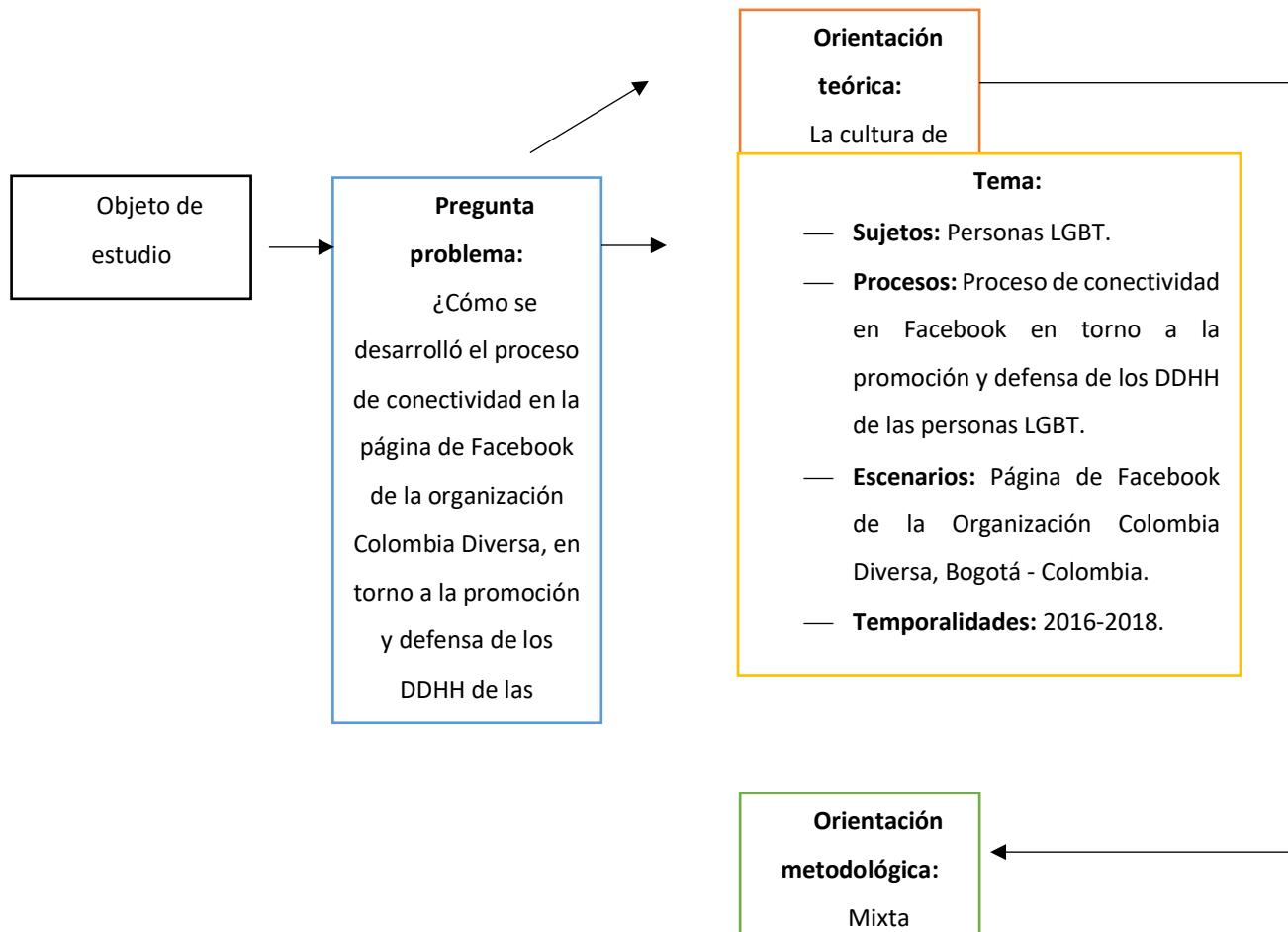


Ilustración 1- Objeto de estudio. Elaboración propia a partir de Orozco y González (2011).

Objetivos

General

Analizar el proceso de conectividad en la página de Facebook de la organización Colombia Diversa, en torno a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT, durante los años 2016-2018.

Específicos

Identificar el proceso de construcción del contenido de la página de Facebook de la organización Colombia Diversa.

Establecer las tendencias en el contenido que desarrolla la organización Colombia Diversa en Facebook, en torno a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT.

Especificar las dinámicas de conectividad entre los distintos actores que confluyen en la página de Facebook de la organización Colombia Diversa.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

Para empezar, se hace prudente aclarar que el referente teórico está compuesto de propuestas explicativas, y que, como tal, es fáilible encontrar límites de validez, por ende, no se pretende dar comprensión a la totalidad del fenómeno solo a través de la teoría, sino

en algún punto aportar, retroalimentar o deconstruir la misma en algunos aspectos, a través de la evidencia empírica, pues esto hace parte de la evolución de los sistemas de conocimiento y de la acción de la propia actividad científica. Como lo plantea Orozco (2011) "las teorías se componen de proposiciones que, en conjunto, exponen argumentativamente algún fenómeno. Las proposiciones, a su vez, son enunciados posibles, es decir, lógicos, y se construyen a partir de conceptos o unidades descriptivas mínimas sobre las cualidades de la realidad" (p.26).

Se toma como teoría principal "La Cultura de Conectividad. Una historia crítica de las redes sociales" de José Van Dijck (2013), autora e investigadora de los nuevos medios y profesora de estudios de medios comparativos de la Universidad de Ámsterdam donde también fue decana. Para iniciar, se hace pertinente tener la definición de los *Social Media* o Medios Sociales, los cuales en términos generales son "un grupo de aplicaciones de Internet construidas sobre los cimientos ideológicos de la web 2.0 para permitir la creación e intercambio de contenido generado por los usuarios" (Kaplan & Haenlein, 2010, p. 60), conforman un nuevo estrato de organización de la vida cotidiana en

Internet. Los medios sociales están integrados por un conjunto de plataformas, que permean la interacción humana en varios niveles: individual, grupal y comunitario, mostrando de esta forma perspectivas *online* y *offline*, que empiezan a entrelazarse. Para el presente estudio, se tiene una interconexión entre los niveles, ya que a nivel individual la organización Colombia Diversa genera y construye su contenido, pero al ser compartido en una plataforma como Facebook dichos mensajes empiezan a generar interacción a nivel grupal y comunitario.

3.1. Utilidad explicativa de la cultura de la conectividad

Para comprender la utilidad explicativa de esta teoría con el presente estudio, y su aporte a la resolución de la pregunta ¿cómo se desarrolló el proceso de conectividad en la página de Facebook de la organización Colombia Diversa en torno a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT, durante los años 2016-2018?, se parte de que ayuda a entender la expansión histórica de los medios sociales, las disputas que surgen de este proceso y los cambios normativos que de ellas se

desprenden, aunque este resultado sea transitorio.

Es una teoría que aborda diversos aspectos de esta cultura en específico; tales como, (a) las consecuencias de tecnologías de codificación que sobrepasan la arquitectura digital de las plataformas, (b) la socialidad se vuelve tecnológica, no solo se habita el espacio *online*, sino que también cambian las conexiones, creaciones e interacciones humanas, (c) los botones que imponen las nociones de "compartir" y "seguir" como valores sociales tiene efectos sobre las prácticas culturales y las disputas legales que exceden el ámbito de las propias plataformas.

Por otra parte, la cultura de la conectividad inevitablemente está ligada a principios económicos neoliberales, por los mismos intereses de las plataformas y por la necesidad de expansión constante. Por último, Van Dijck (2013) dice que, la cultura de la conectividad evolucionó como parte de una transformación histórica mayor, caracterizada por el replanteo de los límites entre los dominios público, privado y corporativo (p.43).

3.2 Plataformas como microsistemas

Para entender esta propuesta, se debe partir de un contexto mayor, el cual está

conformado por plataformas interconectadas, estas plataformas se consideran microsistemas, conformando así un 'ecosistema de medios conectivos', el cual posee en su interior normas sociales y culturales. Cada uno de estos microsistemas es sensible a los cambios que ocurren en otras

partes del ecosistema: "si Facebook cambia la disposición de su interface, Google reacciona desplegando su artillería de plataformas; si la participación del público en Wikipedia declina, los remedios algorítmicos de Google pueden venirle de maravillas" (Van Dijck, 2013, p. 44).

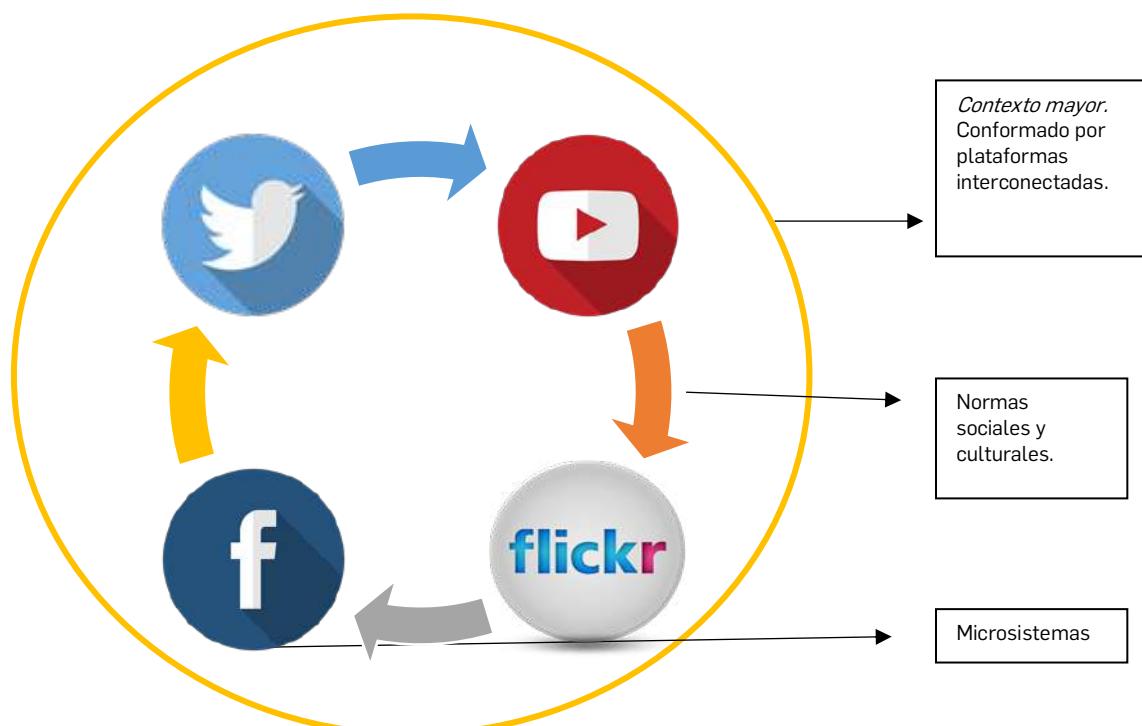


Ilustración 2.- Ecosistema de medios conectivos. Elaboración propia a partir de Van Dijck (2013).

El abordaje conectivo que propone Van Dijck (2013) está vinculado al análisis de cinco plataformas específicas al ecosistema mayor y la cultura en que se desarrollaron, pero por cuestiones de alcance de la investigación, solo se toma Facebook, como ya se había aclarado. Facebook es una de las redes sociales más importantes del mundo y por medio de lo aquí propuesto, se pretende dilucidar la construcción de socialidad en esta plataforma en torno a los DDHH de las personas LGBT. Sin embargo, cabe aclarar que una de las falencias de la presente teoría es solo centrarse en los propietarios de la plataforma (Facebook) y en sus usuarios(as) (Organización Colombia Diversa y seguidores), pero poca cabida existe al análisis del contenido que se crea, las disputas y debates que se generan frente a ciertos temas, y las tendencias que se marcan con el *engagement*.

3.3 Combinando dos abordajes: la teoría del actor red y la economía política

Dos perspectivas que inspiran el libro de Van Dijk (2013), la teoría del actor red y la economía política, ofrecen valiosas ideas acerca de la transformación de la tecnología y la sociedad, y su combinación da por resultado

el diseño de un modelo heurístico. Este comprende dos configuraciones:

Desmontar los microsistemas: Desarmar cada plataforma en sus componentes constitutivos, permite trabajar al mismo tiempo dos perspectivas distintas respecto de estas formaciones: aquella que las considera constructos tecnoculturales y otra que las entiende en tanto estructuras socioeconómicas organizadas. Pero desmontar las plataformas no es suficiente. Hace falta *reconstruir el ecosistema* de plataformas interoperantes, con el propósito de reconocer las normas y mecanismos que fomentan la construcción de la socialidad y la creatividad. (Van Dijck, 2013, p. 49)

Otro aspecto importante para este abordaje conectivo, es tener presente la matriz cultural, ya que cada cambio en una plataforma envía pequeñas ondas a todo el ecosistema de actores de incumbencia y a los nuevos medios. No es para nada habitual que se tome en cuenta la teoría del actor-red y la economía política como compañeros armónicos, debido a que funcionan en distintos niveles: la primera se concentra en la evolución conjunta de redes de personas y tecnologías, mientras que la segunda pone el acento sobre la infraestructura económica y

el régimen político y legal como condiciones para la evolución de la red.

La teoría del actor-red

La teoría del actor red, parafraseando a Van Dijck (2013, pp.9-50) sostiene que es posible considerar a las plataformas como ensambles socio-técnicos e infraestructuras performativas. Aunque, esta teoría no examina lo 'social' como tal, sino que intenta establecer las relaciones entre las tecnologías y las personas y explicar de qué manera estas relaciones son materiales y semióticas; reconoce la presencia de actores humanos y no humanos, sumándole características como la contingencia y la flexibilidad interpretativa. Las plataformas, según este enfoque, no pueden considerarse artefactos, sino un conjunto de relaciones que deben ser sostenidas por su performance constante; distintos tipos de actores les atribuyen sentidos a estas plataformas.

Esta teoría resulta una fuente de inspiración muy útil a la hora de analizar la socialidad en esta etapa formativa de la evolución de los medios de conectividad; sin embargo, resulta limitada en términos de su alcance analítico, presta escasa atención al contenido o a la forma cultural como fuerzas significativas en la construcción de tecnología y usuarios(as); esta teoría es incapaz de dar

cuenta de las estructuras de poder pre-existentes, en términos de la matriz legal y económica de la que emergen estas tecnologías.

Economía política

Quienes ponen la mira en las (infra) estructuras organizacionales: consideran las plataformas y redes digitales como manifestaciones de relaciones de poder entre productores institucionales y consumidores individuales. A partir de la economía, el derecho y las ciencias políticas, el sociólogo Manuel Castells (1996, 1997, 1999) teoriza acerca del contexto político económico que permitió el crecimiento de las redes de información hasta convertirse en poderosos actores industriales. Castells (2009) sostiene que la web 2.0 es resultado del choque entre usuarios(as) interesados(as) en afirmar su libertad comunicacional y creativa, y propietarios(as), que intentan adaptar el flamante poder tecnológico de los primeros a sus propios intereses.

Entre los distintos actores institucionales se cuentan los gobiernos y las corporaciones involucradas en determinadas estrategias económicas (adquisiciones, fusiones) o procesos legales (demandas, regulaciones), pero también los grupos de base que emplean los medios sociales como

un medio de contrapoder (Van Dijck, 2013, p. 51). En este estudio de caso, la organización Colombia Diversa, podría entenderse como un medio de contrapoder, ya que visibiliza en su contenido *online* las diferentes injusticias, demandas, inequidades y violación a los DDHH de las personas LGBT, los cuales deberían ser garantizados por el Estado.

Aun así, a pesar de que este autor de cuenta de las estructuras de poder preexistentes, su abordaje no tiene la capacidad que manifiesta la teoría del actor-red a la hora de exponer de qué manera el poder se ejecuta desde los sistemas tecnológicos y computacionales. La teoría del actor-red ofrece las herramientas analíticas necesarias para entender tanto la propia tecnología como su integración con la interacción humana, la economía política de Castells aborda de manera directa el nivel institución de las relaciones de poder.

3.3.1 Las plataformas como constructos tecnoculturales

Tecnología.

Siguiendo a Van Dijck (2013, p.54), las plataformas son proveedores de software (en algunos casos), hardware y servicios que ayudan a codificar actividades sociales en una arquitectura computacional; procesan

(meta)datos mediante algoritmos y protocolos, para luego presentar su lógica interpretada en forma de interfaces amigables con el usuario, las cuales ofrecen configuraciones por *default* que reflejan las elecciones estratégicas de los propietarios de la plataforma.

En este sentido, el reto es hacer visible y comprender la capa oculta, aquella que cuantifica y mide cada vez más la vida social y cotidiana. En este caso, Facebook tiene como objetivo que el usuario comparta información con la mayor cantidad de personas posible, por ello, posee listas, grupos y *fan pages*. Para entenderlo de una mejor manera, es la plataforma quien impone su lógica de funcionamiento y ésta esta mediada por las diferentes prácticas sociales. En el caso de la organización Colombia Diversa, opta por utilizar una *fan page*, la cual cuenta con más de 40.000 seguidores que consumen su contenido.

Usuarios y hábito.

La agencia del usuario en el contexto de los medios sociales es un concepto complejo y multifacético, en primer lugar, debido a que abarca tanto la actividad humana consciente como el 'inconsciente tecnológico'. Por otra parte, los usuarios son receptores y consumidores, productores y partícipes de la

cultura; se los puede considerar amateurs y ciudadanos, pero también profesionales y trabajadores (Van Dijck, 2013, p. 60). Colombia Diversa como usuario, por su parte se centra en la producción de contenido, específicamente en torno a temas de búsqueda de igualdad y no discriminación; la ONG en el ámbito *online* es referente y líder en el tema de DDHH LGBT, por ende, sus debates aportan a distintas comunidades y a nuevas perspectivas en dicha problemática.

Contenido.

Se puede afirmar, que este es uno de los aspectos más importantes para el presente análisis, y aunque en ocasiones suela pasarse por alto como un elemento constitutivo de los medios sociales, es uno de los factores relevantes, debido a que allí confabulan tanto la tecnología como la capacidad de acción del usuario. El intercambio de contenido alienta la conexión entre personas y también ayuda a muchos(as) a encontrar un escenario (global) para exponerse públicamente.

Más que ningún otro, el contenido cultural –ya sea texto, música o videos– produce opiniones acerca de aquello que a las personas les gusta o disgusta, lo que desean o desprecian, lo que les interesa y lo que no. "Y si bien los gustos y los deseos en común

pueden desplegarse para afianzar vínculos y descubrir afinidades de grupo, también brindan valiosa información acerca de tendencias sociales y preferencias de consumo" (Van Dijck, 2013, p. 63).

Para terminar, las plataformas como constructos tecnoculturales, se ha detallado: la tecnología, la capacidad de acción del usuario y el contenido, sin duda, son elementos sinérgicos que aportan a la creación de la socialidad *online*. De esto se desprende que estos actores tecnoculturales difícilmente puedan separarse de la estructura socioeconómica a través de la cual opera una plataforma; por ende, se procede a exponer los tres elementos que constituyen esta capa: propiedad, gobierno y modelos de negocios.

3.3.2 Las plataformas como estructuras socioeconómicas

Propiedad

Aunque muchas de las plataformas que hoy conocemos en los medios sociales, fueron aventuras comerciales, estas han venido experimentando cambios al pasar del tiempo, algunas son organizaciones sin fines de lucro, otras de propiedad colectiva y otras en empresas comerciales; "el modelo de propiedad de una plataforma es un elemento

constitutivo de su funcionamiento como un sistema de producción" (Van Dijck, 2013, p. 65), como es el caso de Facebook inició como una pequeña *start-ups*, hasta convertirse en una gran compañía.

Una base de usuarios extensa, activa y demográficamente interesante suele ser el activo máspreciado de una plataforma. Por otra parte, la propiedad también determina los algoritmos y hoy Facebook, Google, Amazon y Twitter poseen fórmulas que determinan cada vez más que nos gusta, qué queremos, qué sabemos y qué encontramos, tejiéndose de esta manera relaciones de poder inequitativas.

Gobierno

Para analizar la estructura de gobierno de un sitio de medios sociales, es preciso entender de qué manera, a través de qué mecanismos, se gestiona la comunicación y el tráfico de datos.

En los comienzos de la web 2.0, los usuarios solían vigilar sus propios sitios, confiando para ello en pequeños conjuntos de reglas. Una vez adquiridas por las corporaciones, la gran mayoría de las plataformas implementó poco a poco formas de gobiernos profesionales y (semi)automatizadas. (Van Dijck, 2013, p. 67).

Un acuerdo de licencia o un manifiesto de condiciones de servicio es una relación contractual que los usuarios suscriben cada vez que ingresan en una plataforma, y estos contratos imponen restricciones y obligaciones. Parafraseando a Van Dijck (2013), se pueden rozar con el mundo real, específicamente con las normas sociales, en cuanto a derechos de propiedad, la identificación, la privacidad y las sanciones por conducta incorrecta que se inscriben como leyes. Cabe aclarar que, los acuerdos de licencia y las condiciones de servicio no son acuerdos mutuos, existen ciertos comportamientos 'adecuados' que están predeterminados por las plataformas, tales como la prohibición de difundir contenido sexual explícito o racista y la posibilidad de negar en forma unilateral el servicio a aquellos usuarios que se aparten de determinadas normas. El aporte de este estudio es analizar si en este aspecto también puede ser contenido que incite al odio y/o discriminación frente a personas LGBT.

Modelos de negocio

Según Van Dijck (2013, p.70) "lo dicho respecto del gobierno también se aplica a los modelos de negocios: estos ofician de mediadores en la producción de cultura y vida cotidiana". En los últimos años, la industria

cultural ha pasado de productos a servicios, desarrollándose de este modo nuevas formas de monetizar la creatividad y la socialidad *online*. Con la llegada de Internet, y en particular de las plataformas web 2.0, la lógica industrial de los bienes culturales reproducidos en masa se vio trastornada de forma dramática; los productos se volvieron virtuales y las descargas eran difíciles de vender, en la medida en que no se ajustaban a la definición convencional de un "producto".

Es de este modo que surge el verdadero negocio, el cual no solo se centra en la venta de productos virtuales sino también surgen las suscripciones, modelos de publicidad y una explotación de los datos y metadatos; estos son diversos modelos que acontecen en el ecosistema y que va cambiando dependiendo de cuanta intrusión en su espacio social *online* resulta aceptable para el usuario.

Para concluir, el modelo de análisis de las plataformas entendidas como microsistemas propuesto por Van Dijck (2013), tal como se ha presentado, distingue dos niveles y seis elementos constitutivos. Sin embargo, su poder explicativo no reside en cada uno de estos elementos, sino en las conexiones que es capaz de producir entre ellos, es decir, se produce una relación

sinérgica. La interdependencia de estos elementos y niveles se advierte, por ejemplo, en el modo en que los algoritmos inscriben la interacción del usuario, las condiciones de servicio calibran el contenido y los modelos de negocios determinan la arquitectura de la interface.

El modelo propuesto en palabras de Van Dijck (2013, p.76), es un "abordaje analítico pragmático, un modelo que es capaz de ofrecer a los economistas, abogados, políticos y científicos de la información una perspectiva que permite ver los presupuestos culturales y las normas cambiantes en que muchos de estos debates se fundan". Se pondrá entonces a prueba el modelo, desmontando las múltiples dimensiones, focalizándonos en la plataforma de Facebook.

Ahora bien, en este punto se hace necesario aclarar que, este modelo posee en su interior dos niveles: el tecnocultural y el socioeconómico, y como se vio anteriormente cada nivel presta atención a tres elementos o actores constitutivos; el tecnocultural por su parte considera a la tecnología, los usuarios y el contenido; y el socioeconómico demanda un escrutinio de sus régimen de propiedad, su gobierno y sus modelos de negocios. Pero en el presente estudio solo se hace énfasis en el nivel tecnocultural, debido a que es desde allí

donde es posible dar respuesta a la pregunta inicial de investigación, cumplimiento a los objetivos planteados, y abordar el contenido referente a DDHH LGBT; pero se propone para futuros estudios profundizar en el ámbito socioeconómico de dicha plataforma, pero en esta ocasión desviaría el foco inicial.

Enfoque y/o metodología de abordaje

La investigación se orientó desde el paradigma interpretativo comprensivo, dado que postula la existencia de múltiples realidades construidas por los actores en relación con la realidad social en la cual viven (Galeano Marín, 2004), considerando la complejidad de sus ámbitos. A su vez, es guiada por el método mixto, donde su objetivo no es reemplazar lo cualitativo o lo cuantitativo, sino utilizar las fortalezas de ambos tipos de indagación, combinándolos y tratando de minimizar sus debilidades (Sampieri, 2018).

De acuerdo con lo anterior, se planteó una investigación aplicada por su interés en relacionar conocimientos conceptuales y empíricos; asimismo, el nivel de la investigación por un lado fue exploratorio, ya que su objetivo fue examinar un tema poco estudiado, y se busca empezar a aumentar el

grado de familiaridad con el mismo, determinando tendencias e identificando relaciones potenciales entre variables; y por otro lado descriptivo, porque se partió de una circunstancia temporal y especial determinada.

Se orientó como modalidad investigativa el estudio de caso, dado que "le permite al investigador(a) comprender con una mayor claridad el significado de una experiencia o de una condición particular, e implica el examen intenso y profundo de diversos aspectos de un mismo fenómeno" (Galeano Marín, 2004). Las técnicas usadas para cada fase del proceso fueron las entrevistas semiestructuradas, el análisis de contenido y la observación no participante; combinándose de este modo tanto lo cualitativo como lo cuantitativo, extrayendo datos de la experiencia textuales, contextuales, cuantificables y etnográficos.

Así pues, esta investigación planteó las dinámicas de conectividad que se tejen entre los distintos actores que confluyen en la página de Facebook, y estableció cuantitativamente las tendencias en el contenido que desarrolla la organización en torno a los DDHH de las personas LGBT; enriqueciendo los hallazgos investigativos con análisis micro, macro, explícito e implícito.

Resultados, reflexiones y conclusiones



Ilustración 3- Unidad de análisis. Elaboración propia.

Para iniciar, es importante aclarar que se tiene como unidad de análisis principal los *post* publicados entre los años 2016 al 2018; asumiendo como foco de indagación el proceso de conectividad, dicho proceso conectivo desde la teoría ayudó a su comprensión Van Dijck (2013), y desde la

praxis, se opta por desglosarlo a través de los objetivos específicos planteados, viéndolos como un antes (*pre*), un durante y después (*pos*) del mismo, así:

5.1 Identificación del proceso de construcción del contenido de la página de

Facebook de la organización Colombia Diversa.

La construcción del contenido en la organización Colombia Diversa depende directamente del Área de Comunicaciones; lo aquí descrito y documentado no existía previamente en la organización, por lo cual es uno de los principales aportes de esta investigación, con la intención de sistematizar sus procesos y continuar retroalimentándolos y actualizándolos. Este proceso creativo y de construcción de los mensajes se identificó por medio de entrevistas semiestructuradas aplicadas al equipo de profesionales, y aunque allí se tejió la conversación y el diálogo por medio de preguntas abiertas, para efectos de una mayor comprensión, análisis y orden de la información, se inicia aclarando la conformación del equipo y el objetivo del área, posteriormente, se procede con las etapas identificadas.

Equipo del Área de Comunicaciones:

El equipo que conforma el Área de Comunicaciones de la organización Colombia Diversa, está compuesto por dos profesionales (coordinadora y *community manager*) y un(a) pasante/practicante; el equipo se vino conformando desde el año 2016, ya que anteriormente, solo se contaba con un(a) profesional encargado(a) de dicha

labor; por esta razón, es que se elige el periodo de estudio, debido a que a partir de este año se consolidaron estrategias comunicativas en el ámbito digital. Los profesionales tienen un perfil de comunicadores sociales y periodistas, con experiencia laboral previa en medios de comunicación como televisión, prensa escrita, periodismo investigativo y producción audiovisual.

En la organización están enfocados(as) por una parte a la coordinación del área, y por otra, a la creación de contenido *online* y producción audiovisual; también se encargan de la respuesta constante en los diferentes canales comunicativos de la organización, resolución de inquietudes o bien canalización con otras áreas de experticia o encargados(as), cuando no corresponde a ellos(as) algún tipo de labor.

Objetivo:

El Área de Comunicaciones se marca como objetivo promover y defender los derechos humanos y legales de las personas LGBT en Colombia, trabajando en la transformación positiva de las percepciones de las personas LGBT por medio de sus canales de comunicación permanente, y promocionando la organización y su impacto político tanto a nivel nacional como internacional.

En cuanto a las redes sociales – Facebook – centro del estudio, en palabras del equipo de profesionales, su objetivo es “traducir lo denso, en cosas que a la gente le den empatía, o sea, siempre tratamos de

generar empatía con lo que Colombia Diversa hace” (CM, 2018). A continuación, se desglosan las etapas identificadas para generar el proceso de construcción del contenido, el cual es cíclico y sinérgico.

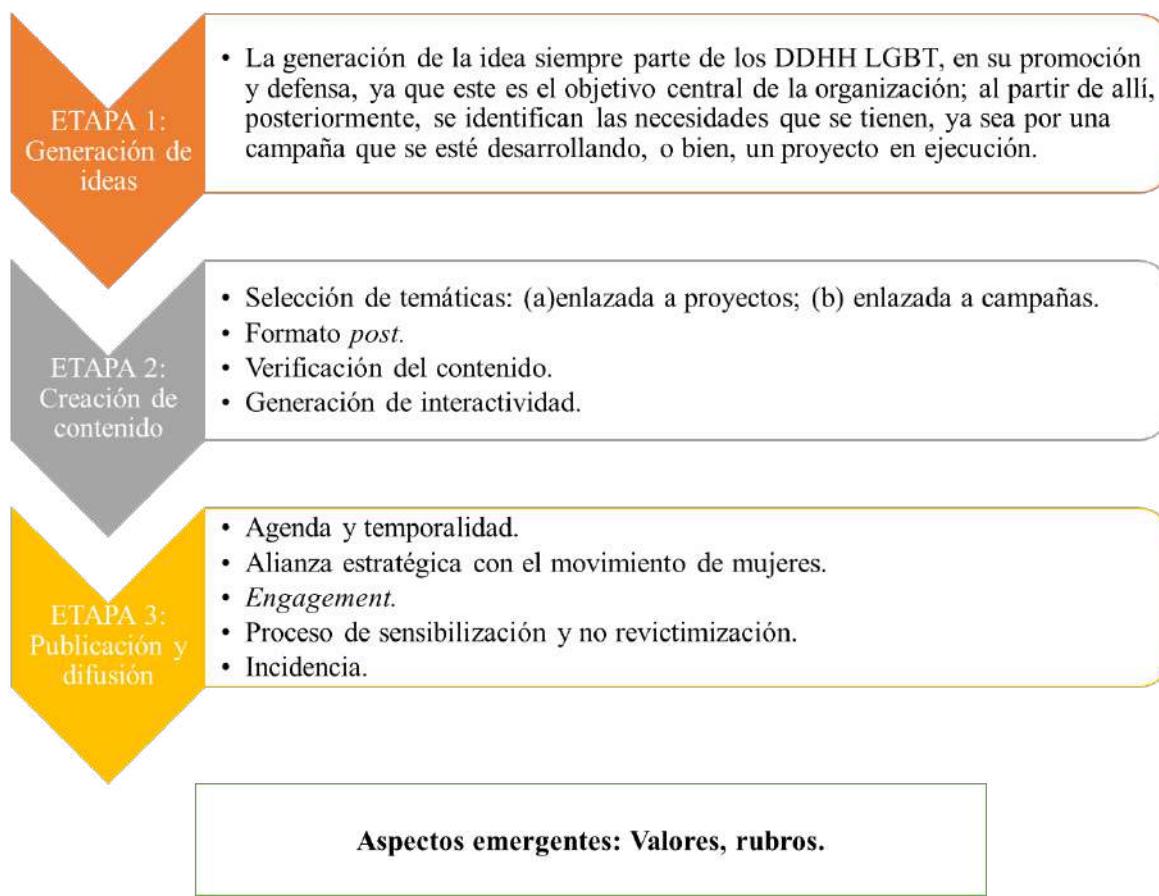


Ilustración 4- Etapas del proceso de construcción del contenido en la ONG. Elaboración propia.

5.2 Establecimiento de las tendencias en el contenido que desarrolla la organización Colombia Diversa en Facebook, en torno a la promoción y defensa de los DDHH de las personas LGBT.

Ahora bien, teniendo como premisa las etapas en las que se ejerce la construcción del contenido en la organización Colombia Diversa; como un segundo paso, es importante conocer que sucede después de ello, ya que por medio de los DDHH LGBT esbozados en el espacio *online* se genera conexión entre actores, se exponen temas de manera pública y el texto, las imágenes o videos, manifiestan una lucha social aún vigente, produciendo opiniones al respecto, ya sea desde la búsqueda de equidad e igualdad o por el contrario desde la violencia y la discriminación.

Se analizan las variables: tipo de contenido; representación principal en las imágenes de los *post*; población a la que se hace referencia en los *post*; derecho humano al que se hace referencia; abordaje con respecto al derecho humano (positivo, negativo o neutro).

Adicionalmente, se tiene una división especial con respecto al *engagement* que se genera dentro de los *post*, allí las variables son: reacciones generadas (me gusta, me

encanta, me divierte, me asombra, me entristece, me enoja); número de veces compartido el *post*; número de comentarios directos realizados por los(as) usuarios(as); número de comentarios respondidos por la organización a los(as) usuarios(as) – generación de conversación-. Esta división es abordada en el siguiente numeral, debido a que estas no son acciones controladas por la ONG sino por los(as) usuarios(as), por ello requirieron de un análisis diferencial.

Cabe aclarar que, por cuestiones de espacio y caracteres de la presente ponencia se limita la presentación de resultados de manera completa y sus graficas; a continuación, se esbozan los principales hallazgos:

En cuanto a las tendencias encontradas por medio del análisis de contenido, se tiene que: los DDHH a los que mayor referencia hace la ONG en su página de Facebook son: no discriminación, identidad de género y *post* que refieren DDHH LGBT en general. En esta línea, los *post* que en sus mensajes abordan la promoción y defensa de los mismos (positivo) contrarrestando los *post* que refieren a mensajes desde la discriminación y violencia (negativo); se tiene entonces, que el abordaje es más desde la promoción de los DDHH LGBT con un 62.3%, encontrando así

correspondencia directa de la organización con su razón de ser; desde lo negativo con el 35.2% se refiere específicamente a encabezados y noticias que narran los constantes casos de violencia y discriminación que se vivencian en el país hacia las personas LGBT.

Cuando se combinan las dos variables anteriores, se tienen los siguientes resultados, en cuanto al derecho humano que se trata en mayor medida desde la promoción y defensa del mismo, es el de la identidad de género; y a su extremo opuesto se tiene que aquel que se aborda más desde la violación, es la no discriminación e igualdad. Aquí hay un hallazgo importante, y es lo conexo al derecho humano a la vida, el cual no tiene ninguna referencia positiva y sí 15 referencias negativas o bien desde su violación, mostrando la realidad compleja que evidencia Colombia con su panorama de homicidios hacia personas LGBT.

Otra de las tendencias analizadas es el tipo de contenido (formatos) que utilizó la organización Colombia Diversa en su página de Facebook durante el periodo de tiempo analizado, el hallazgo principal induce a la predominancia de la utilización del *link*, es decir enlaces o vínculos que llevan a otros lugares en la web, donde se acude a co-

creadores de contenido ya sean alternos o bien con las alianzas.

Por otro lado, se muestran las representaciones principales de la imagen en los *post*, específicamente de las personas LGBT, esta variable se diferencia de la población a la que se hace referencia; debido a que, durante la observación no participante efectuada, se verificó que en ocasiones la población a la que se refería en el encabezado del mensaje no correspondía con la imagen expuesta, los hallazgos más relevantes que se otorgan aquí, es que, en cuanto a valores regulares, se mantiene la representación masculina o bien cuando el sexo biológico de nacimiento es hombre, ejemplo de ello: Gay, Hombre, Mujer Trans; en menor frecuencia en cuanto valores regulares, se tiene la representación femenina o bien cuando el sexo biológico de nacimiento es mujer: Lesbiana, Hombre trans, y conjunto de mujeres LBT (Lesbianas, bisexuales y trans).

Entre los hallazgos sobresalientes se tienen los datos del derecho humano a la identidad de género, donde sí se verifica su foco hacia las personas trans, siendo esta población la que mayor sufre discriminación en cuanto al acceso a sus derechos por prejuicios al respecto. Otro de los resultados que resaltan, es lo que se refiere a la unión

civil entre parejas del mismo sexo, donde se tienen mensajes dirigidos a todas las personas LGBT en promedio, pero sí resaltan los *post* dirigidos a lesbianas y gais, dejando por fuera a personas trans y bisexuales, en los mensajes emitidos durante el periodo estudiado.

Dos de los DDHH identificados y que tienen tendencia a referirse mayormente a la población LGBT en general y a los gais, es el derecho humano al amor y el derecho humano a la vida. El primero de ellos, por medio de la observación se verificó más utilización de imágenes de hombres gais, de visibilización de sus historias e inclusive siendo parte de campañas publicitarias; a diferencia de las personas LBT (Lesbianas, bisexuales y trans); y el derecho humano a la vida se refiere a la violación del mismo, donde los gais siguen siendo blanco de homicidios en el país.

5.3 Especificación de las dinámicas de conectividad entre los distintos actores que confluyen en la página de Facebook de la organización Colombia Diversa.

A continuación, se esbozan las gráficas del *engagement*, el cual se ubica en

este aparte pues son acciones en el espacio *online* controladas por los(as) usuarios(as) no por la ONG, buscando así una comprensión más amplia de socialidad entre actores en esta plataforma. Como una de las categorías principales de la investigación son los DDHH LGBT se parte de la misma, relacionándola con las reacciones (*like, love, haha, wow, sad, angry*) proporcionadas en la actualidad por el algoritmo de Facebook, así:

Esta gráfica lo que nos expone, es que, según la muestra representativa seleccionada, los DDHH que más generaron reacciones en su página de Facebook durante el año 2016 y hasta el año 2018, fueron: en primer lugar, derecho humano a la no discriminación e igualdad, y segundo lugar, derecho humano a la identidad de género; en un grupo intermedio se encuentran DDHH como: la manifestación pacífica, amor, educación, unión civil entre parejas del mismo sexo y el libre desarrollo de la personalidad. Los DDHH que menos reacciones generaron entre los(as) usuarios(as) fueron la libertad sexual, la sana convivencia escolar y en último lugar la licencia de maternidad.

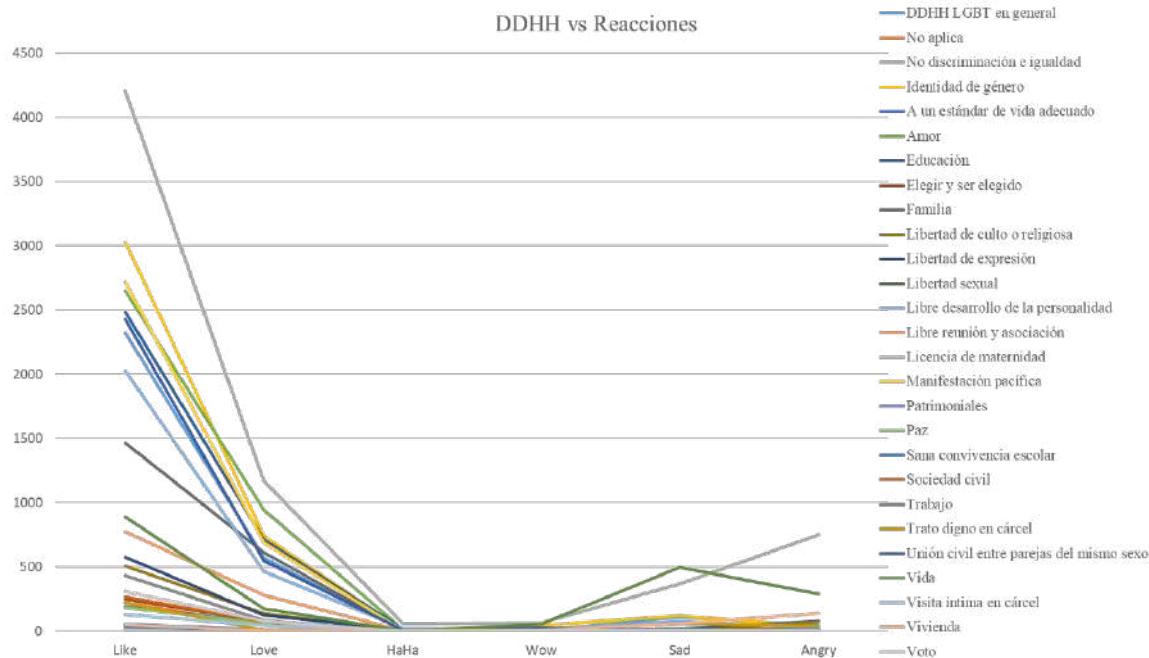


Ilustración 5- DDHH vs. Reacciones. Elaboración propia.

En cuanto a las reacciones se tiene una predominancia del *like*, en menor medida el *haha* (me divierte) y *wow* (me sorprende); esto tiene una explicación desde el cálculo algorítmico, siendo Facebook una plataforma que busca que la mayoría de su contenido sea aceptado, para posteriormente lucrarse con dichas estadísticas y acudir a la venta de publicidad, uno de sus principales métodos de financiamiento. El botón 'me gusta' no requiere necesariamente un acercamiento cualitativo, cuando la cuantificación *online* acumula aceptación de manera indiscriminada. Como lo explica Van Dijck

(2013) "la elección del botón "me gusta" delata una predilección ideológica: favorece evaluaciones instantáneas, viscerales, emocionales y positivas. De esta forma, la popularidad convertida en un concepto codificado se vuelve no solo cuantificable, sino también manipulable: fomentar los índices de popularidad es parte fundamental del mecanismo que conllevan botones de este tipo" (p.32).

En la segunda gráfica correlacionando los DDHH con el número de veces compartido, se tiene en los primeros lugares: la no discriminación e igualdad, el amor, la unión

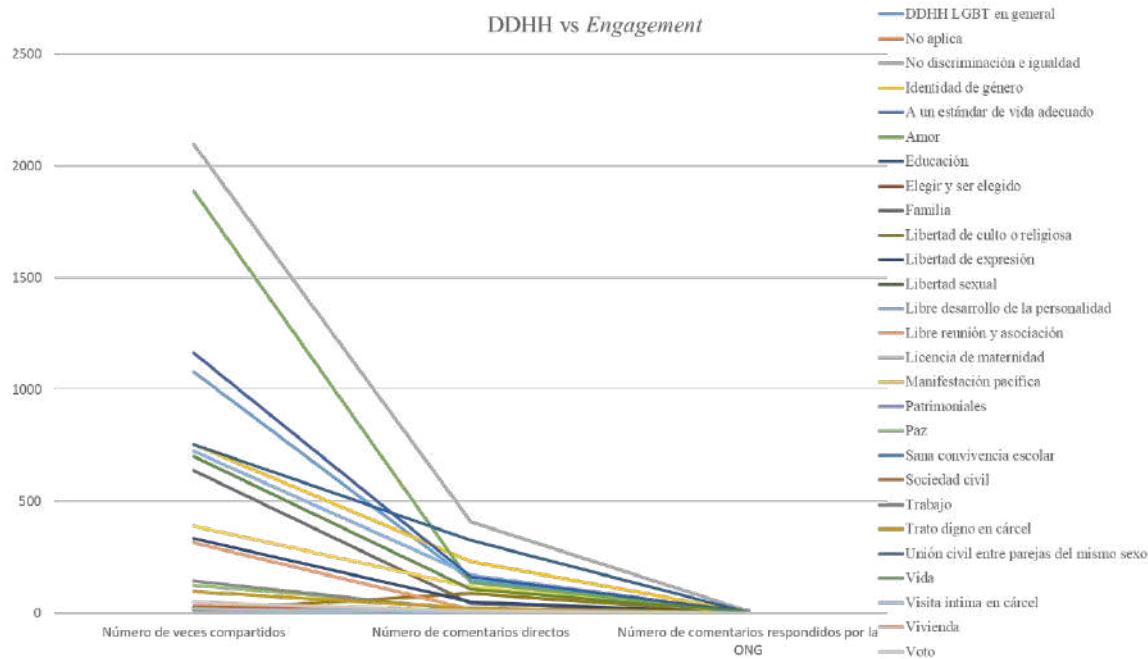


Ilustración 6- DDHH vs. Engagement. Elaboración propia.

civil entre parejas del mismo sexo y los *post* que abordan los DDHH LGBT en general; en el otro extremo de los datos, aquellos menos compartidos por los(as) usuarios(as) fueron: visita íntima en cárcel, libertad sexual, libertad de culto o religiosa y licencia de maternidad. Compartir es una acción que amplía la audiencia inicial en Facebook, por ello es una acción que sube los indicadores de alcance, incrementando así el volumen de tráfico en las interacciones; por ende, es un botón que la plataforma promueve y que inclusive a la ONG beneficia para llegarle a

otro tipo de públicos que aún no ha descubierto su página.

Con respecto al número de comentarios directos realizados por los(as) usuarios(as), es decir, aquellos DDHH que más generaban opinión y debate fueron: la no discriminación e igualdad, educación, identidad de género, libre desarrollo de la personalidad, unión civil entre parejas del mismo sexo, amor, manifestación pacífica, vida y DDHH en general; y los menos comentados fueron: derecho humano a un estándar de vida adecuado, visita íntima en cárcel, patrimoniales, sana convivencia escolar y licencia de maternidad. Es

importante aclarar, que de cada derecho humano no se publica con la misma permanencia y periodicidad, lo cual evidentemente influye en las estadísticas presentadas, convirtiéndose en un reto tanto para la ONG como para los(as) usuarios(as) trascender el discurso a otros DDHH.

Finalmente, en cuanto a los comentarios respondidos de manera directa por la ONG a los(as) usuarios(as) con la intención de generar conversación, se tiene como resultado poca interacción. En primer lugar, los *post* que refieren a DDHH LGBT en general cuentan con 13 comentarios respondidos; en segundo lugar, la no discriminación e igualdad con 8 comentarios; y en tercer y cuarto lugar la unión civil entre parejas del mismo sexo y la vida con 5 comentarios respondidos cada uno. Este hallazgo puede ser justificado desde las múltiples tareas del Área de Comunicaciones, generando falta de tiempo para dicha labor; sin embargo, esta es una de las acciones que más origina *engagement*, construyendo comunidad, lealtad y fidelidad por parte de los(as) usuarios(as) para con la ONG; además de estar forjando debate e información importante para acceder a ciertos DDHH ya reconocidos en el país.

Conclusiones

Para dar el cierre adecuado a este texto, se procede con las conclusiones que deja el estudio, verificando la validez del argumento inicial, la resolución de las indagaciones y cumplimiento de los objetivos planteados. En este apartado, se sintetiza la interpretación final de los datos e información recolectada, uniendo el análisis que se expuso por separado de manera coherente y conjunta, cobrando de este modo un nuevo sentido. Estas son:

Desde el estudio de caso:

El estudio de caso elegido –Organización Colombia Diversa-, ayuda a comprender como el contenido que genera una entidad de este tipo, ayuda a la descentralización de la comunicación tradicional en cuanto a estas temáticas, al ser fuente confiable y creíble de información al respecto de DDHH LBGT; igualmente, muestra como a través de una plataforma como Facebook, se genera conversación y se promueve un diálogo bidireccional desde la organización con los diferentes actores usuarios/*fans* de su página.

Aunque no fue el foco de interés en esta investigación, se puede deducir que, desde el Área de Comunicaciones, aportan de manera significativa por medio de sus plataformas *online* al cumplimiento de uno de los objetivos

estratégicos de la organización, y es a la reducción de la desinformación, confusión y estereotipos sobre las personas LGBT en la sociedad colombiana.

Desde el fundamento teórico:

Lo que refiere al fundamento teórico que aborda la cultura de la conectividad desde Van Dijck (2013), ayuda a poner en discusión diversos asuntos como: las consecuencias de la codificación y los algoritmos en la vida cotidiana, en este caso la influencia que tiene en la visibilización de una lucha social y política como la LGBT; por otra parte, cómo se combinan y cohabitán las conexiones automáticas con las interacciones humanas, y cómo los botones dispuestos al interior de las plataformas comienzan a imponer valores sociales que influyen en las prácticas culturales.

La cultura de la conectividad como lente de observación del fenómeno, permite el entendimiento de los medios conectivos como parte de un ecosistema tecnocultural, en el cual habitan sinergias, tensiones, contradicciones, participación y modelos de negocio, aporta a tener una mirada holística sobre la plataforma analizada –Facebook. Resaltando que falta un mayor reconocimiento al papel que desempeñan los actores en los procesos de participación,

construcción, producción y reproducción del contenido.

Desde el referente metodológico:

A nivel metodológico realizar investigaciones de este calibre tiene implicaciones y riesgos que otros estudios de corte mixto no están obligados a asumir, pues sumergirse en plataformas *online*, en la actualidad no es sinónimo de tener teorías o metodologías estables, fijas y/o validadas científicamente. Se trata de un proceso de construcción por parte del investigador(a), según las búsquedas específicas que tenga y las herramientas que ofrezca el área de estudio en la que se basa. Por ejemplo, Facebook continúa siendo una plataforma que no brinda datos confiables con sus informes de análisis y bases de datos; por ello, se recurre a un trabajo netamente manual, retrasando el proceso investigativo en otros asuntos, siendo éste uno de los mayores obstáculos encontrados.

Desde los principales hallazgos:

Con lo que respecta a los hallazgos, en síntesis, la organización tiene como oportunidades de mejora: construir una estrategia de comunicación digital de largo alcance, la cual cuente con un proceso de diseño, planeación, ejecución y evaluación constantes, teniendo siempre como foco los

objetivos estratégicos de la misma. Por otra parte, establecer mayor conectividad con los(as) usuarios(as)/*fans* de su página de Facebook, con la intención de crear una comunidad leal y de debate constante.

El algoritmo de Facebook, crea un efecto "burbuja" por *default*, la organización podría evitar caer en el mismo, al visibilizar su contenido referente a DDHH LGBT en espacios *online* donde comúnmente no participan, ampliando el panorama tanto propio como de la demás audiencia.

A nivel general:

En los comentarios la mayor parte de detractores(as) del contenido de la página son personas con ideología religiosa radical y conservadora, se debe tratar de tejer debate con ellos y ampliar el círculo de lucha en la socialidad *online*, tomarlo como un espacio de protesta política a través del discurso y el contenido.

Es importante empezar a preguntarnos acerca del papel que juegan las redes sociales en la comunicación, aportando al debate de problemáticas sociales como la lucha LGBT. En sí los medios sociales o *social media* abren la esfera política a puertas ambivalentes de esperanza y temores, que se entrecruzan de forma paralela constantemente. Internet, impulsa la visibilidad de problemáticas como

la discriminación e inequidad existen hacia las personas LGBT, genera conexiones entre usuarios(as) de la página que comparten historias de vida o bien difieren en sus perspectivas y se da intercambio de conocimiento.

Las prácticas que se evidencian en una plataforma como Facebook, responden indudablemente a la articulación de políticas neoliberales, donde se tiene control del espacio y del tiempo en cuanto a lo que allí se publica; haciendo que el contenido no sea neutral en cuestiones sociales y más aún si expresan algún tipo de lucha, desigualdad o discriminación.

Internet es una herramienta que puede ser poderosa para la movilización social y el desarrollo de América Latina, siempre y cuando se brinde de manera equitativa y transparente a la ciudadanía. Ejemplo, algoritmos no excluyentes, imágenes que validen y valoren cualquier tipo de expresión de género, acceso, libertad de expresión y gratuidad.

Las plataformas deben procurar por el debate ético en su interior, donde se prioricen valores como el respeto, la transparencia, la búsqueda de igualdad y no discriminación; donde se promuevan los derechos humanos,

la libertad de expresión y acceso a la información.

Futuras investigaciones y/o propuestas alrededor de esta temática podrían ser: consolidar un sistema de información unificado que contemple y dé cuenta de la situación de derechos humanos de personas LGBT a nivel nacional; estrategias para la superación de la impunidad en casos de violación a los DDHH de la comunidad LGBT; políticas públicas de Estado e incluir en los planes de desarrollo alternativas de solución al tema abordado.

Desde un campo más específico de la comunicación, se pueden hacer estudios semióticos sobre el discurso de odio generado en redes sociales hacia las personas LGBT y sus implicaciones; estrategias comunicativas *online* que otorguen lineamientos orientadores para una mayor inclusión y no discriminación; principales disputas y debates que se generan en el espacio *online* alrededor de los DDHH LGBT, caracterización de usuarios(as) de la plataforma de Facebook según orientación sexual o identidad de género; formas de comunicación *online* por parte de organizaciones de la sociedad civil que defienden y promueven los DDHH LGBT. En fin, el universo de conocimiento es infinito, y las preguntas deben ser permanentes.

Referencias

- Alfaro, R. M. (2006). *Otra brújula. Innovaciones en comunicación y desarrollo*. Lima: Calandria.
- Alston, P. (2010). Principios de Yogyakarta. Principios sobre la aplicación de la legislación internacional de derechos humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género: Bilbao: Aldarte.
- Álvarez-Gayou, J. L. (2003). *Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología* (Vol. 2). México D.F.: Paidós.
- Arredondo Espinosa, A. (2016). Cubrimiento informativo sobre la toma del Palacio de Justicia de Colombia. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- Baptiste, I. (2001). *Qualitative Data Analysis: Common Phases, Strategic Differences* (Vol. 2).
- Bardin, L. (2002). *Análisis de contenido*. Madrid: Ediciones Akal.
- Bourdieu, P. (1990). *Sociología y cultura*. México D.F.: Grijalbo.
- Bourdieu, P. (2012). *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto* (M. d. C. R. d. Elvira, Trans.). Madrid: Taurus.
- Briones, G. (2003). *Métodos y técnicas de investigación para las ciencias sociales*. Trillas.

- Cadavid, A., & Martínez, Ó. M. (2009). Evaluación cualitativa de radio audiencias por la paz en el Magdalena Medio colombiano. *Signo y pensamiento*, 28(54), 276-299.
- Carrillo, M. R. (2012). El impacto de Internet y las redes sociales en el derecho a la libertad de expresión. *Frónesis*, 19(3).
- Castells, M. (1996). *The information age: economy, society and culture. Vol. 3, End of millennium*. Blackwell.
- Castells, M. (1997). La era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. 2 El poder de la identidad. 441 2 1 CIC-UCAB/0392 20040218 GR.
- Castells, M. (1999). *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, M. (2001). *La galaxia internet*. Barcelona: Plaza & Janés Editores.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, M., & Chemla, P. (2011). *La galaxia Internet*.
- Castells, M., Fernandez-Ardevol, M., Linchuan Qiu, J., & Sey, A. (2007). *Mobile communication and society: a global perspective: a project of the Annenberg Research Network on international communication*. Madrid: Ariel-Fundación Telefónica.
- Celorio, M. (2017). Violencia biopolítica contra poblaciones de la diversidad sexual: homofobia, derechos humanos y ciudadanía precaria. *El Cotidiano*(202), 17-29.
- CIDH. (2014). Una mirada a la violencia contra personas LGBTI en América: un registro que documenta actos de violencia entre el 1 de enero de 2013 y el 31 de marzo de 2014. Washington: OEA. Más derechos para más gente. Recuperado de <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/Comunicados/2014/153A.asp>
- CM. (2018) *Manejo de redes/Interviewer: S. Carmona*. Sin publicar.
- CMS. (2018) *Entrevista a Community Managers/Interviewer: S. Carmona*. Sin publicar.
- Asociación para el Progreso de las Comunicaciones (2006). Carta de APC sobre derechos en internet. Washington: APC Internet Rights Charter. Recuperado de <https://www.apc.org/node/5795#6>.
- Corredor, C. P. G., & Rincón, J. C. V. (2014). *Movimientos sociales e internet*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Cytryblum, A. (2007). *Las ONG son noticia. Estrategias para optimizar las relaciones entre organizaciones sociales y medios de comunicación*. Buenos Aires: Periodismo Social and Fundación Telefónica.

Del-Gizzo, F., & Rozengardt, A. (2005). La sociedad civil y la sociedad de la información: lo local como eje de convergencia. In S. Finquelievich (Ed.), *Desarrollo local en la sociedad de la información. Municipios e Internet* (pp. 73-95). Buenos Aires: La Crujía Ediciones.

Delli, M. (2004). Mediating democratic engagement: The impact of communications on citizens' involvement in political and civic life. *Handbook of political communication research*, 357-394.

Diversa, C. (2010). *Situación de derechos humanos de la población LGBT. Informe Alterno presentado al Comité de Derechos Humanos de Naciones Unidas*. Retrieved from Bogotá:

Drucker, P. F. (1993). The rise of the knowledge society. *The Wilson Quarterly*, 17(2), 52-72.

Dueñas, D., Pontón, P., Belzunegui, Á., & Pastor, I. (2016). Expresiones discriminatorias, jóvenes y redes sociales: la influencia del género. *Comunicar*, 24(46), 67-76.

Echeverría, J. (1999). *Los señores del aire: Telépolis y el tercer entorno*. Destino Barcelona.

Flórez, J. F. (2010). *Lecturas emergentes: decolonialidad y subjetividad en las teorías de*

movimientos sociales. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

Franco Garcés, A. F. (2011). *Una indagación acerca de la reivindicación y reconocimiento de derechos humanos desde la diversidad sexual de la población LGBT, Medellín y su incursión como movimiento social en la administración del alcalde Sergio Fajardo Valderrama (2004, 2007)*. Antioquia: Universidad de Antioquia.

Fuchs, C. (2012). Some reflections on Manuel Castells' book networks of outrage and hope. Social movements in the internet age. *tripleC*(2), 775-797.

Galarza, A. C. (2014). *Ciberespacio amenazado: necesidad de leyes de protección a la privacidad*. Universidad de la Salle, De la Salle Ediciones.

Galeano Marín, M. E. (2004). Estrategias de investigación social cualitativa: el giro en la mirada. *Medellín: La Carreta*.

Gitelman, L. (2008). *Always already new: Media, history and the data of culture*. Mit Press.

Guerrero, O. E., & Sutachan, H. A. (2012). En Colombia se puede ser...: indagaciones sobre la producción de lo LGBT desde la academia. *Nómadas*(37), 219-229.

Gumucio Dagron, A. (2001). *Haciendo olas: historias de comunicación participativa para el*

cambio social. Nueva York: The Rockefeller Foundation.

Harvey, D. (1998). *La condición de la posmodernidad* (Vol. 228): Buenos Aires: Amorrortu.

Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2003). *Metodología de la investigación*. La Habana: Editorial Félix Varela.

Jenkins, H. (2006). *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. MIT Press.

Kaplan, A. M., & Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. *Business horizons*, 53(1), 59-68.

Kittler, F. A. (1999). *Gramophone, film, typewriter*. Stanford University Press.

Krippendorff, K. (1990). *Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica*. Barcelona: Paidós.

Lagarde, M. (1997). Identidad de género y derechos humanos la construcción de las humanas. *GÉNERO, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS*, 127.

Lago, S., & Marotias, A. (2006). Los movimientos sociales en la era de internet. *Razón y Palabra*, 11(54).

Lévy, P. (2001). Cyberspace. Electronic Mediation Series. Vol. 4: University of Minnesota Press.

Lyon, D. (2001). *Surveillance society: Monitoring everyday life*. Philadelphia: McGraw-Hill Education (UK).

Manovich, L. (2009). The practice of everyday (media) life: From mass consumption to mass cultural production? *Critical Inquiry*, 35(2), 319-331.

Marín Villa, C. (2012). *Análisis de los actores y su participación en la construcción del problema LGBT en la agenda pública del municipio de Medellín de 2004 a 2010 desde el enfoque de redes*. Retrieved from Antioquia:

Martin, J., Losantos, M. R. R., & Ollero, J. (1980). *La sociedad interconectada*. Madrid: Tecnos.

Martín Nieto, R. (2007). La comunicación web de las ONGD. *Signo y pensamiento*, XXXVI(51), 130-136.

Marvin, C. (1988). *When Old Technologies Were New: Thinking about Communication in the Late Nineteenth Century*. Nueva York: Oxford University Press.

McLuhan, M. (1996). *Para comprender los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós Ibérica.

Mejía Turizo, J., & Almanza Iglesia, M. (2010). Comunidad Lgbt: Historia y reconocimientos jurídicos. *Revista Justicia*, 15(17).

Melucci, A. (1994a). Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales. *Zona abierta*(69), 153-180.

Melucci, A. (1994b). *¿Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?* Paper presented at the Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad.

Meneses, M. E., & Pérez Salazar, G. (2016). Cómo y qué se estudia sobre Internet y la Sociedad de la Información en México. Una mirada desde la AMIC. *Comunicación y sociedad*(26), 43-70.

Mercier, P. A. (1980). *La sociedad digital.* Barcelona: Ariel.

Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1984). Qualitative data analysis: A sourcebook of new methods *Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods.* Sage publications.

Montoya-Londoño, C. (2013). Organizaciones de la sociedad civil y sus producciones en radio e Internet: fortaleciendo agendas para la democracia y los derechos humanos en Colombia. *Palabra clave*, 16(2), 282-312.

Montoya Londoño, C., & Serrano, P. (2010). *Alianzas entre medios de comunicación y organizaciones de la sociedad civil: balances y propuestas para fortalecer la democracia y*

los derechos humanos en América Latina/Catalina Montoya Londoño. Bogotá: Editorial Javeriana.

MPP. (2005). *Manual de capacitación para el manejo de la información periodística y acceso a los medios de comunicación.* Retrieved from Bogotá:

Negroponte, N. (2000). *El mundo digital.* Barcelona: Ediciones B.

Núñez Noriega, G. (2001). La diversidad sexual y amorosa. *Material inédito reproducido en el curso "Teoría queer". CIESAS-Golfo, Jalapa, 1.*

Offe, C. (1992). *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales.* Madrid: Sistema Madrid.

ONU. (1948). *Declaración Universal de los Derechos Humanos* Retrieved from

ONU. (1976). *Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos.* Retrieved from

ONU. (1980). *Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer* Retrieved from

Orozco, G., & González, R. (2011). Una coartada metodológica. *Tintable.*

Piscitelli, A. (2002). *Ciberculturas 2.0: en la era de las máquinas inteligentes.* buenos Aires: Paidós.

Rey, G. (2006). Senderos, matices y bifurcaciones. *Medios de comunicación y*

sociedad civil. Un diálogo necesario. *Medios de comunicación y sociedad civil, un diálogo necesario.*

Rey, G., Betancourt, J., De Paoli, M., & Alonso, F. (2008). *La otra cara de la libertad. La responsabilidad social empresarial en medios de comunicación de América Latina.* Bogotá: Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano (FNPI).

Rincón, O., Saffon, M. P., Cadavid, A., Villegas, A., Ramirez, N., Martínez, M., . . . Gonzalez, A. (2007). *Ya no es posible el silencio. Textos, experiencias y procesos de comunicación ciudadana.* Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina de la Friedrich Ebert Stiftung.

Rodríguez, C. (2008). *Lo que le vamos quitando a la guerra: medios ciudadanos en contextos de conflicto armado en Colombia.* Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina-Friedrich Ebert Stiftung.

Rojas, A. D. R. (2016). *Glosario de la diversidad sexual, de género y Características sexuales.* Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación.

Romero de Luis, E. (2012). Precisiones conceptuales en torno a cuestiones relacionadas con sexo y género. In E. Vargas Trujillo (Ed.), *Evaluación del grado de*

sensibilidad frente al enfoque de derechos humanos y la perspectiva de género (pp. 100-102). Madrid: Red Universitaria de investigación sobre cooperación para el desarrollo Madrid.

Ros-Martín, M. (2009). Evolución de los servicios de redes sociales en internet. *El profesional de la información, 18*(5), 552-557.

Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (1995). *Qualitative interviewing: The art of hearing data.* London: Sage.

Sampieri, R. H. (2018). *Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta.* México D.F.: McGraw Hill México.

Sánchez Olvera, A. R. (2009). Cuerpo y sexualidad, un derecho: avatares para su construcción en la diversidad sexual. *Sociológica (Méjico), 24*(69), 101-122.

Santos, B. d. S. (2001). Los nuevos movimientos sociales. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*(5), 177-188.

Schaefer, M. T. (2011). *Bastard Culture! How User Participation Transforms Cultural Production.* Ámsterdam: Ámsterdam University Press.

SInViolencia. (2019). *El prejuicio no conoce fronteras. Homicidios de lesbianas, gay, bisexuales, trans en países de América Latina*

y el Caribe. 2014 – 2019. Retrieved from Bogotá:

Tamayo, C. A., Delgado, J. D., & Penagos, J. E. (2007). *Hacer real lo virtual: discursos del desarrollo, tecnologías e historia del Internet en Colombia.* Bogotá: Centro de Investigacion y Educacion Popular Cinep.

Tapscott, D. (1996). *The digital economy: Promise and peril in the age of networked intelligence* (Vol. 1): McGraw-Hill New York.

Terceiro, J. B. (1996). Sociedad digital. *Del homo sapiens al homo digitalis.*

Thompson, J. B., & Caviedes, F. (2002). *Ideología y cultura modernateoría crítica social en la era de la comunicación de masas.* Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana.

Toffler, A. (1986). *La tercera ola.* Barcelona: Orbis.

Touraine, A. (2000). La lucha social hoy es por los derechos culturales. *En.Red.ando.*

Van Dijck, J. (2013). *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales.* Barcelona: Siglo XXI Editores.

Velázquez, T. (2011). *Técnicas cuantitativas: el análisis de contenido. La investigación en comunicación. Métodos y técnicas en la era digital.* Barcelona: Gedisa.

Wallerstein, I. (2004). *El Foro Social Mundial en la encrucijada.* ALAI.

We Are Social, Hootsuite y Similar Web (2019).

Wiston, B. (1998). *Media Technology and Society: A History. From the Telegraph to the Internet.* Nueva York: Routledge.

Zielinski, S. (1999). *Audiovisions: cinema and television as entr'actes in history.* Ámsterdam: Amsterdam University Press.

Os enunciados como signo de resistência dos movimentos das mulheres

Los enunciados como signo de resistencia de los movimientos de mujeres

The statements as a sign of resistance of women's movements

Yvets Morales Medina⁵⁴

Resumo: O artigo recolhe uma seleção de enunciados políticos dos movimentos de mulheres no Brasil e na Argentina (2018-2019), identificados em mostra cartográfica para perceber e observar os modos que os enunciados vão afetar o pensamento e as dinâmicas sociais. Na dimensão metodológica é através da percepção e da observação atenta que procuraremos as rupturas e regularidades. Eis que, em chave metodológica, se priorizará a percepção empírica do objeto\problema de investigação, em diálogo com a construção do signo. A partir de processos de percepção visual, auditiva, emocional e corporal nas ruas, nas casas, nos espaços públicos, nas redes sociais foi possível olhar as resistências e reivindicações com que as mulheres estão interpelando os mecanismos de opressão do sistema patriarcal, capitalístico.

Palavras Chave: comunicação, signo, mulheres

Abstract: The article collects a cartographic sample of political statements of women's movements in Brazil and Argentina (2018-2019) to sense and observe the ways that affect thinking and social dynamics. In the methodological dimension, it is through perception and direct observation that ruptures and regularities are sought in the statements.

Key words: communication, sign, women

⁵⁴ Yvets Morales Medina, PPGCOM Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. Doutoranda. Brasil. E-mail: yvetsmorales@gmail.com.

No ano de 2016, nas redes sociais, um grupo no Facebook foi criado através da hashtag #MIPRIMERACOSO, hashtag que “bombou” nas redes para visibilizar abusos sexuais, estupros, tentativas de estupros e demais violências que as mulheres haviam vivenciado, e que por medo, preconceito, apagamento, vergonha, sentimento de culpa, nunca falaram e jamais denunciaram. Agressões que ficaram guardadas em cada canto do corpo, e como imagens inesquecíveis da memória. Segundo uma reportagem da BBC, a frase em espanhol foi criada por uma mulher colombiana Ruiz-Navarro e que ela, por sua vez, se apropriou do signo, a partir da frase #PrimeiroAssedio, lançada no Brasil⁵⁵ em 2016.

Essa lembrança tecno-comunicacional-social foi uma das experiências que acordaram a memória para pensar a criatividade que existe no pensamento individual e coletivo de um povo. A capacidade que tem para construir semioses a partir de frases curtas, que quando entram no fluxo da conversa cotidianas se espalham em forma de frases feitas, e viram as mediadoras entre a intuição e a cognição, entre a dúvida e a crença. Nos países hispano falantes os refrões

existem na possibilidade de se atualizar no imaginário social, para dar resposta a temas que podem ser difíceis de abordar no nível emocional da relação entre as pessoas e a compreensão dos fenômenos que operam no mundo. Opera como uma crença, uma forma sofisticada de representar a realidade e acreditar que o refrão pode mediar entre seu pensamento e a realidade.

É assim que os refrões podem abordar desde os temas mais complexos como a vida e a morte, como também temas mais cotidianos que ajudam a tomar decisões, dar conselhos, demonstrar afetos, representações que fazem que o objeto imediato designativo dirija a retina mental do intérprete para o objeto dinâmico (Santaella, 2007), para procurar o sentido na experiência colateral do intérprete. É assim que os enunciados que viram signos e que têm a capacidade de preservar velhas associações de palavras, tem como objetivo determinar a obediência das leis, o que permitiria que um “signo dê surgimento ao outro signo e, especialmente, um pensamento provoca outro” (Peirce, s\l, p. 95).

Numa relação quase arbitrária entre o refrão e os enunciados políticos dos

⁵⁵Matéria publicada na BBC Mundo em 25 de abril de 2016: Disponível em:
https://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160425_mexico_hashtag_mi_primer_acoso_violencia_mujeres_jp. Acesso em 20 setembro 2020.

movimentos de mulheres, vamos nos focar numa mostra cartográfica de enunciados políticos, feitos por mulheres, que circularam nos anos de 2018 e 2019, para perceber e observar os modos que esses enunciados vão afetar o pensamento e as dinâmicas sociais.

A percepção e a observação atenta

A partir de processos de percepção visual, auditiva, emocional e corporal nas ruas, nas casas, nos espaços públicos, nas redes sociais, nos grupos de WhatsApp, nos anos de 2018 e 2019, foi possível viver as resistências e reivindicações que as mulheres do mundo e do Brasil como parte deste, demandavam ao sistema patriarcal, capitalístico⁵⁶.

Demandas que desde uma perspectiva feminista da terceira onda, interpelam o poder e fazem uma autocrítica ao interior dos feminismos para questionar o feminismo hegemônico que representava as mulheres brancas, classe média-alta, mulheres do sucesso capitalista. E recuperar a mulher diversa, reconhecer as lutas que fazem no cotidiano por alimentação, por direito a território, pela autonomia do corpo, pelo ecossistema, pela vida. Em um mundo cada

vez mais convulsionado, de crises do capitalismo, da sobrevivência de um sistema econômico neoliberal nefasto que se polariza cada vez mais, os movimentos das mulheres cobram cada vez mais sentido. Ainda fragmentados, o olhar do feminismo político se faz emergente na ecologia do pensamento de resistências, porque visibiliza as violências que habitamos cada dia e porque propõe a possibilidade de se repensar, de se reaprender, da utopia de uma mudança no sistema, o que constitui um grande desafio do direito a existir.

Nesse ambiente convulso as mulheres se organizam de diferentes jeitos, com parcerias estratégicas, com sindicatos, grupos indígenas, negros, religiosos, movimentos pela moradia, território, para denunciar, demandar e interpelar ao sistema patriarcal que opera nas violências. Uma das qualidades que permitem a existência do sistema patriarcal é o regime de violências instaurado tanto no espaço público como privado, que bate nos corpos e nas subjetividades das pessoas. As mulheres como sujeitas subalternas são as mais atingidas, o que responde a lógicas binárias que polarizam as

⁵⁶Referirmos ao que Guattari chama de "produção de subjetividade capitalística" para entender que a opressão do sistema capitalista não afeta só ao plano da economia política, ela atinge também, a economia subjetiva. A ordem das subjetividades abrange as relações humanas, o modo de representação do mundo nas subjetividades, na produção normatizada, centralizada da subjetividade, o valor de equivalência do tempo respeito à produção. Portanto, "Os afrontamentos sociais não são mais apenas de ordem econômica. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência" (Guattari, Rolnik, 1996, p. 45).

relações sociais para manter a hegemonia do poder. Mas elas reagem sim, ao regime instaurado, porque não concordam com ele, porque é doente, porque decidiram dizer "Basta Já". A presença dos movimentos das mulheres nessa disputa de poder é criativo, ressignifica os processos de vidas, lembra da memória, das sabedorias ancestrais, se reencontra com os sentimentos, com a solidariedade, com a comunidade, com a diversão, com a esperança; desse jeito o signo se altera, e a consciência expectante muda para a ação consciente, experiencial e coletiva.

Durante a observação dos fenômenos que acontecem na sociedade, encontramos que as mulheres que se organizam em processos de resistência e recorrem à arte, à educação, à comunicação, à literatura, à produção agrícola para gerar signos políticos que expressem suas demandas. Assim como criam enunciados ricos em significação, enunciados capazes de sintetizar sentimentos, emoções, desejos, denúncias. Textos que se embaralham com ilustrações, instalações, livros, cartazes, músicas, sons, tatuagens, quer dizer que o signo se espalha em

múltiplos objetos dinâmicos e se reproduz em espaços os mais diversos, desde o corpo, até a parede de um parque. Aqui colocamos só um exemplo dessa produção de frases curtas, que são nosso objeto de pesquisa: *Ni una menos, Aborto sí, Campaña nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito, Pibas feministas* (Argentina). *Ninguém solta a mão de ninguém, Ele não, Mulheres pela democracia, Território: meu corpo, meu espírito, Meu corpo minhas regras. Lute como uma garota, Ne santas ne putas, MULHERES, Respeita as minas, A marcha das vadias* (Brasil)⁵⁷.

A existência se concretiza na análise

Como temos falado, os enunciados ou frases são ricas no interpretante, e se representam em múltiplos objetos, em termos lógicos elas partem de ideias para construir pensamentos. Segundo Peirce "a primeira lição que temos o direito de exigir da lógica é a de como tornar claras nossas ideias [...]. Conhecer o que pensamos, dominar nossas próprias tensões daria sólido alicerce a um pensamento poderoso e ponderado" (s/d, p. 52). O feito de trabalhar esses enunciados curtos, concretos se potencializa

⁵⁷ Como se pode ver até aqui todas representam uma ideologia anti-patriarcal. Não posso assegurar que o mesmo aconteça com mulheres de outras ideologias, mas, por enquanto, minha pesquisa está centrada na interpelação ao sistema anti-patriarcal colonial, portanto, a procura tem esse foco. A procura entre Argentina e Brasil é apenas uma decisão de recorte do objeto/problema, seguindo o critério de visibilidade midiática e social dos movimentos de mulheres.

em termos de qualidade, e ainda mais de clareza, o mesmo Peirce afirma que vale mais poucas ideias claras que muitas confusas. A capacidade de existir que tem esses signos, determina, por sua vez, a condição de se conectar com outras hierarquias da linguagem, da estrutura social. É assim que podemos experienciar que se espalham pelas ruas, nas paredes, camisetas, cartazes, *posts* digitais, quer dizer que ocupam tempo e espaço.

O que acontece, então, com os enunciados curtos? Eles viram símbolos de anseios e necessidades, conseguem chegar às sínteses do desejo. Esses enunciados operam na imaginação, nas ideias, na emocionalidade, na imagem da solidariedade, na mão apertada e no abraço estendido. Sentir que a solidão não é o inimigo, que a Outra é a parceira, que o grito não some nas redes sociais, que ele se alarga até a rua. É um sentir sofisticado que junta o desejo, a paixão e a ação. Esses enunciados existem não só a partir do que está circulando nos cartazes, nas canções, nas mensagens das redes sociais. A potência do signo está no palpite, na articulação do signo com a própria experiência do intérprete, dando passo ao *continuum* da construção da semiose.

Assim nas ruas do Brasil, milhões de mulheres saíram para dizer “ELE NÃO”, esse grito de rechaço que era dirigido para rejeitar uma pessoa, não ficou aí. Esse grito de rejeição se multiplicou para representar outros objetos, que se relacionam através de ideia de violências, estupros, fome, desemprego. Observamos assim “ELE NÃO” como uma convenção social. A cadeia indefinida do símbolo que remete a outros símbolos motiva a pensar “ELE NÃO” em termos de macro e micropolíticas. Em termos macro, o signo adota a imagem de uma personagem como objeto dinâmico, para representar as violações do sistema global patriarcal, denunciar as violações do poder hegemônico que por sua vez está representado no Estado-nacional. Assim como resistir aos processos de enquadramento, controle e regulação dos corpos e das subjetividades. Enquanto na cotidianidade da micropolítica, o signo remete a denunciar e resistir às violências que se dão no espaço público e privado e que atingem a todas as pessoas, especialmente as mulheres. Então se representa, também, no “Basta Já” de agressões intrafamiliares, de feminicídios, de estupros, de desemprego, de insegurança na rua e nas casas. Assim os objetos aqui representados existem pelo signo

e suas interações para se constituir em mediadores entre as coisas e o pensamento.

Aliás, quando “ELE NÃO” existe no imaginário social, ele é capaz de se desdobrar em outros “existentes” e gerar outros “existentes”, assim “ELE NÃO” gera uma relação de semelhança com ELE NUNCA, com “Basta Já” e amplia a capacidade de significação, assim como também se regenera em outras linguagens como a música, o desenho, o vídeo, a poesia. A adaptação da música da canção *Bela Ciao*, por exemplo, foi potente, se juntaram vários símbolos para construir um sistema de signos que deu retorno a uma necessidade de ter um hino que representasse o movimento e que pudesse ser interpretada por todas que quisessem. Olhamos, então, que os signos estabelecem relações em diferentes níveis de representação, significação e com múltiplas linguagens. A canção *Bela Ciao* é uma canção popular, símbolo da resistência italiana ao fascismo de Mussolini e durante a Segunda Guerra Mundial. Essa canção também circula nas telas do Brasil, pela série espanhola “Casa de Papel” veiculada pela Netflix, argumento que procura representar a resistência ao sistema de acumulação de

capital, atacando o coração do capital que é o Banco do Estado Espanhol. Num jornal online do Brasil, publicado em 24 setembro de 2018, se pode ler: “[...] nas redes surge uma canção que promete ser o símbolo dos protestos do dia 29 de setembro, quando milhares de mulheres irão às ruas do Brasil e em mais 15 países, dizendo: #EleNão #EleNunca” (Editorial Ezquerda Online, 29\09\2018)⁵⁸. Mas não é a primeira vez que os movimentos e grupos de resistência ao sistema se apropriam da música e do espírito da “Bella Ciao” para cantar suas lutas. Ela já foi usada por grupos italianos na década de 70, pela resistência chilena à ditadura de Pinochet, por músicos populares, entre outros.

Na sequência a letra da canção no Brasil

2018:

Uma manhã, eu acordei
 E ecoava: ele não, ele não, não, não
 Uma manhã, eu acordei
 E lutei contra um opressor
 Somos mulheres, a resistência
 De um Brasil sem fascismo e sem horror
 Vamos à luta, pra derrotar
 O ódio e pregar o amor (2x)

“A letra é criação da Simone Soares e Flavia Simão. Em ritmo de *Bella Ciao*, canção

⁵⁸ Informação disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/24/elenao-aprenda-a-letra-da-musica-dos-atos-da-primavera-feminista/> Acesso em 20 setembro 2020.

símbolo da resistência italiana ao fascismo" (*Idem*).

O sistema simbólico do "ELE NÃO" ocupou espaços não só nas redes sociais, mas também nas ruas, nas casas, nas performances, nas praças, virou símbolo, hino da resistência das mulheres que rechaçam o que reconhecem como violento, agressivo, misógino.

Em outros casos o signo abre brechas no devir global, e se internacionaliza. A "*campaña nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito*" nasce na Argentina nos primeiros anos da década de 2000 com os movimentos que defendem o direito ao aborto. Os lenços verdes tornam-se o símbolo⁵⁹ de um movimento continental pela legalização do direito ao aborto. A luta não é pelo aborto em si mesmo, a luta é pelo direito a decidir, pelo direito das mulheres que ficam grávidas em condições não favoráveis para ter um filho. Não se defende o aborto, se defende o direito que as mulheres têm sobre seus corpos e suas vidas, para poder decidir. Quando se comprehende que a luta é pelo aborto, o intérprete é manipulado e mal compreendido, às vezes por falta de informação, outras vezes por oposição. Uma luta que causa muita

polêmica e fragmenta a sociedade civil. Os argumentos de quem está contra o direito ao aborto amparam-se e fortalecem-se na crença do pensamento religioso. A investida econômica, política, social e simbólica contra a lei do aborto legal foi tão forte que não conseguiram aprovar a lei na Argentina. O caminho de negociações no nível político e social foi intenso e a disputa simbólica se deu na rua, se constituindo numa referência de luta pelos direitos.

O movimento conseguiu legitimar seu discurso nas ruas com elementos simbólicos de identificação que a "*campaña nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito*" levou aos espaços públicos e privados. A construção da campanha que está representada no lenço verde tornou tão potente o signo como gesto político, que os grupos de oposição à legalização do aborto, viram-se na emergência de replicar o símbolo, trocando o lenço verde pela cor celeste. Ainda que as disputas de poder político e econômico não permitiram aprovar a lei, nas ruas os lenços verdes do "Aborto Sí" alcançaram legitimidade, levantaram a discussão sobre uma realidade que se pratica a cada dia, e que coloca em risco a vida de muitas mulheres

⁵⁹ Nesse caso, enquanto mais se mergulhava no movimento, ficava mais certo que o símbolo não foi o enunciado, foram os lenços verdes, e por essa razão se continuou com a reflexão do lenço verde.

que não têm condições de sustentar uma maternidade, e\ou que não têm condições econômicas de garantir um aborto seguro.

Esse símbolo representou a defesa pelo direito da mulher de decidir sobre seu corpo, para denunciar as violências que sofrem pela falta de políticas públicas em caso de abortos, a falta de políticas de saúde para proteger as vidas das mulheres e dos filhos, a falta de segurança para as mulheres especialmente, novas, adolescentes e jovens que são estupradas e ficam grávidas, a marginalidade econômica. Então o lenço verde é um símbolo de engajamento, onde a experiência colateral opera no auto-reconhecimento de quem está na luta, ou de quem quer se juntar por uma decisão própria. O símbolo existe no tempo, se replica, além disso, é um mediador do interesse, da dúvida, da reflexão, o símbolo abre as possibilidades de gerar pensamento.

Como Peirce (1995) afirma:

Os símbolos crescem. Retiram seu ser do desenvolvimento de outros signos, especialmente dos ícones, ou de signos misturados que compartilham da natureza dos ícones e símbolos. Só pensamos com signos. Estes signos mentais são de natureza mista: denominam-se conceitos suas partes-símbolo. Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamentos que envolvem conceitos.

Assim é apenas a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir. (p.73)

Voltando novamente para o Brasil nos encontramos com a força do enunciado "*ninguém solta a mão de ninguém*" que é por demais complexo e significativo, se constitui na resposta a uma sensação de perigo, de insegurança, de ataque violento à subjetividade, aos corpos. O enunciado restabelece o desejo de comunidade, de coletivo, de reconhecimento da mão da Outra\Outro. O signo atual nasce de um processo de recuperação da memória. Conta a história que era o grito de pavor dos estudantes da USP quando foram desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil.

Na atualidade, o enunciado *ninguém solta a mão de ninguém* viralizou no ano de 2018, através do perfil nas redes sociais da artista e tatuadora mineira, Thereza Nardelli. Ela além de recuperar e socializar o enunciado, elaborou uma ilustração que atualizou o desejo por uma vida sem violências, em contraponto a todos os sentimentos ruins que estavam atingindo a humanidade das pessoas no Brasil.



Fotografia 1⁶⁰

O enunciado evoca a necessidade de proteção, o sentimento de medo, incerteza, insegurança que se espalhou pelo Brasil com maior intensidade durante e depois das eleições de outubro de 2018. O signo é legitimado e (re) apropriado pelas organizações de mulheres, para encontrar nele uma espécie de *mantra*, para representar o que numa palavra seria a "sororidade". Mas isso seria um reducionismo do símbolo, porque a partir deste, as mulheres produzem uma diáspora de reflexões e representações,

que abre o debate sobre a necessidade de aprender a pegar a mão da Outra, e aí se potencializa como símbolo, para emergir em outros símbolos, que representam a emergência de encontrar parcerias, de construir processos coletivos, de gerar redes de apoio, para ficar no cotidiano, como uma regularidade em constante revisão ao interior dos coletivos e das mulheres.

Adquire um caráter midiático que é cristalizado em produtos de uso cotidiano como camisetas, mochilas, sacolas etc., uma infinidade de objetos pessoais e *souvenires*, assim como desenhos para tatuagens no corpo. E até num projeto editorial que se denomina "Ninguém Solta a Mão de Ningüém: Manifesto Afetivo de Resistência e pelas Liberdades", que reúne contribuições de 24 autores⁶¹, tornando-se objeto imediato de futuros símbolos que com certeza serão parte da composição da cadeia simbólica. Também fizeram música, gritos, hinos e cartazes para as manifestações na rua. Mas, sobretudo, é um símbolo que está presente no grito de solidariedade em reuniões, marchas e encontros de mulheres, que se não terminam por aprender a segurar a mão da outra, têm a

⁶⁰ Capa do livro tomada da página web do projeto editorial "Ninguém Solta a Mão de Ningüém: Manifesto Afetivo de Resistência e pelas Liberdades". Disponível em: <https://ninguemsolta.com.br/>. Acesso em 20 setembro 2020.

⁶¹ Informação obtida do site: <https://ninguemsolta.com.br/> Acesso em 20 setembro 2020.

certeza que enquanto sujeitam a mão da outra, vão estar protegidas.

Ideias para continuar...

A lógica como princípio condutor do pensamento, em Peirce, atravessou a reflexão aqui articulada, ou idilicamente articulada, para potenciar o valor que têm as ideias na configuração do pensamento. Motivo pelo qual se estabeleceu a relação entre os refrões como produções mínimas de pensamento popular, com os enunciados curtos de caráter político dos movimentos de mulheres. No caminho foi possível deparar nas linhas de ruptura. Se poderia dizer que o refrão pertence ao sistema de relações de pensamentos baseados na crença. Portanto, os enunciados políticos aqui citados, tentam fugir da crença para operar como dinamizadores do pensamento e do sentimento. Na sequência uma citação necessária pelo fato de que o autor privilegia a crença e a dúvida na observação da ação do pensamento.

[A crença] é dotada de três propriedades: Primeiro, é algo de que estamos cientes; segundo aplaca a irritação da dúvida; e terceiro, envolve o surgimento, em nossa natureza, de uma regra de ação, ou digamos com brevidade, o surgimento de um hábito. Na medida em que aplaca a irritação da dúvida,

que é o motivo de pensar, o pensamento diminui sua tensão e, ao atingir a crença repousa por um momento. (Peirce, s/d, p. 56)

Nessa linha de reflexão, as ideias e pensamentos que viram símbolos dos movimentos das mulheres que resistem a um sistema patriarcal, instaurado nas violências, não poderiam ser inseridos no sistema das crenças. Já que são pensamentos que convidam à ação, a disputar espaços, a compartilhar sonhos, a plantar ideias, a reagir, a defender seus corpos e a descolonizar seus desejos. Indícios de desejos que se espalham entre a idealização, frustração e ação.

Enquanto realizava o processo de percepção, observação e reflexão junto à leitura dos textos, vieram à tona dois temas que não foram problematizados nem aprofundados, de modo igual a muitos outros, são eles o processo histórico e a memória. No valor da cadeia de signos, o processo histórico e a memória, que estariam presentes na chamada experiência colateral, foram uma constante na configuração dos símbolos políticos dos movimentos das mulheres. Recuperam o sentido histórico e a memória das lutas contadas e gestadas desde outros lugares que não são os hegemônicos.

A tentativa de encontrar as minúcias do signo se constituiu em um pretexto para entrar numa lógica de construção de pensamento, de angústias e de confusões, assim como de produção de ideias e de dúvidas, algumas estão aqui concretadas e outras ficaram na imensidão do universo, para serem engolidas em outros pensamentos.

Referencias

- GUATTARY, F.; ROLNIK, S. (1996). *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Petrópolis: VOZES.
- SANTAELLA, L. (2007). *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Thomsom Learnig.
- _____. (1992). *A Assinatura das Coisas. Peirce e a Literatura*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- PEIRCE, Ch. (1995). *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- _____. (1993). *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Editora Pensamento.

Ciberfeminismos 3.0 en México

Ciberfeminismos 3.0 no México

Cyberfeminisms 3.0 in Mexico

Graciela Natansohn⁶²

Resumen: Presento aquí algunos resultados preliminares de la investigación posdoctoral (UNAM, 2019-2020) sobre proyectos ciberfeministas en México, al los que llamamos de ciberfeminismos 3.0, tarea que hemos iniciado en Brasil en forma comparativa. Éstos se impulsan bajo las banderas de la soberanía y autonomía tecnológica, la subversión del capitalismo de datos y del extractivismo de datos y reivindican internet como bien común. Se trata de proyectos locales, autogestionados, independientes, cooperativos y gerenciados con perspectivas feministas. Qué temas son prioritarios en sus agendas de acción? Cuáles son los límites y las posibilidades de agenciamiento que tienen los feminismos que habitan internet? Analizamos su accionar y su potencia heurística y política frente a las tendencias del poder global en internet.

Palabras Clave: ciberfeminismo, México, género.

Abstract: I present here some results of the postdoctoral research on cyberfeminist projects in Mexico, which we call cyberfeminism 3.0. These are driven under the banners of sovereignty and technological autonomy, the subversion of data capitalism and data extractivism and claim internet as a common good.

Key words: cyberfeminism, México, gender.

⁶² Graciela Natansohn, Profa. de la Faculdade de Comunicação da UFBA y del Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (UFBA), Dra. en Comunicação. Brasil. graciela@ufba.br

Presentación

Expongo aquí algunas reflexiones preliminares realizadas en el marco de la investigación posdoctoral sobre los ciberfeminismos mexicanos (UNAM, 2019-2020⁶³), como forma de resistencia feminista en el marco del vigilantismo, violencia y mercantilización de la vida acentuados por los modelos globales de gestión de internet. Qué tipo de organización tienen estos feminismos? Qué temas han sido prioritarios en sus agendas de acción? Cuáles son los límites y las posibilidades de agenciamiento que pueden ser llevadas a cabo por los feminismos que habitan internet? Se puede resistir con las mismas armas que oprimen? Como proceder si, como afirmó Audre Lorde (1979), las herramientas del amo no desmantelarán nunca la casa del amo?

Marco teórico-metodológico

Estas preguntas que realizamos antes son las guías de acción de una investigación sobre los arreglos contrahegemónicos que surgen entre la técnica y la política, desde las teorías feministas en tecnología (Wajcman 2006; Haraway, 2004), la Epistemología del

Sur (Souza Santos, 2010) y los estudios descoloniales (Lugones, 2008, Grosfoguel y Castro Gomez, 2007). Se trata de una investigación exploratoria en la medida en que estamos abordando un fenómeno reciente que, visto desde la sociología de las ausencias y emergencias, como una estrategia de las epistemologías del sur (Souza Santos, 2010), indaga saberes, prácticas y agentes que, a pesar de aparecer como fragmentados, dispersos e incipientes, constituyen pistas, tendencias latentes que pueden dar lugar a nuevas alternativas posibles en el horizonte de transformar el mundo. Pretendemos contribuir a la imaginación sociológica propiciada por Santos, para "conocer mejor las condiciones de posibilidad de la esperanza" y por otro, "definir principios de acción que promuevan la realización de esas condiciones" (Souza Santos, 2010, p.26). Esta sociología "reveia uma multiplicidade e diversidade de experiências emancipatórias em diferentes domínios: experiências de conhecimento; experiências de desenvolvimento, trabalho e produção; experiências de reconhecimento; experiências de democracia; experiências de comunicação e informação" (Carvalho, 2009, online). Para

⁶³ Agradezco especialmente a la colectiva Insubordinadas-La Chinampa (y a todas las interlocutoras!) por el afecto, la amistad y la colaboración con esta investigación, durante mi breve estadía en México. Sin ellas todo habría sido mucho más difícil.

tal, realizamos observaciones en campo e 10 entrevistas en profundidad a integrantes de colectivas ciberfeministas de México (enfocamos en CDMX y Puebla, por motivos de conveniencia): En CDMX, Insubordinadas-La Chinampa HackLab, Luchadoras, VitaActiva, SocialTIC, Laboratorio de Interconectividades, Ciberseguras, PiranhaLab, Colectiva Acción Directa Autogestiva/ADA, de Puebla y otras jóvenes mujeres artistas digitales feministas, académicas e activistas mexicanas, sobre las que mantenemos anonimato por razones de seguridad personal. Sin dudas, el ciberfeminismo está en un momento de transfiguración cuyas temáticas, objetivos y formas de lucha se diferencian no sólo del primer ciberfeminismo (De Miguel, Boix, 2013) sino también de la llamada "primavera feminista" en las plataformas corporativas (Reis, Natansohn, 2017), fenómeno emergente en 2015. Sin ser homogéneos, estas agentes-nodos se caracterizan por su actitud rebelde y contrahegemónica: se identifican en alguna medida con el feminismo comunitario latinoamericano y anarquista, discuten el capitalismo digital, la concentración monopólica y la vigilancia masiva, trabajan en la seguridad digital de las mujeres (cuidados digitales [Natansohn, 2019]) y lo hacen a través de proyectos

locales, autogestionados, independientes, y en algunos casos, cooperativos. A continuación exponemos algunos de los temas emergentes que pueden colaborar en la caracterización de este escenario. En esta primera etapa de análisis de resultados, nos aproximamos a las narrativas de las interlocutoras, en un intento de establecer un relato polifónico y situado. Los temas abordados aquí son: los orígenes del movimiento, las definiciones sobre lo que sea el ciberfeminismo, el involucramiento con las tecnologías y la politicidad de las prácticas tecnofeministas en el seno de la cultura hacker. Todas las entrevistadas fueron contactadas mediante el aplicativo Signal; algunas, por Telegram y muchas, mediante email en el servidor autónomo Riseup, lo que fue facilitado por mi participación personal en la lista [ciberfeministaslatam], en el servidor Riseup. A excepción de una persona, todas se recusaron a usar la aplicación Whatsapp para mantener contacto. Sus declaraciones son citadas bajo el nombre de la colectiva.

Ciberfeminismo: una noción importada?

Hay un relato que podemos llamar de hegemónico sobre el ciberfeminismo, historizado y transmitido en mucha bibliografía, que localiza el origen del término en el norte global. Menos se ha reflexionado

sobre cómo ha llegado a América Latina, en qué condiciones y que transformaciones sufre en este lado del mundo, un territorio cuyas brechas digitales son gigantes y no sólo son de género sino de raza y clase. La influencia y co-participación de entidades europeas en la realización de los primeros ensayos colectivos en México es innegable y se prolonga hasta hoy. De hecho, muchas de las entrevistadas reconocen que iniciaron su camino en el ciberfeminismo a partir de su participación en eventos internacionales desarrollados en Europa y América del Norte, tal como el *Backbone* de 2014 (Calafou, Cataluña), el Primer Encuentro Transhackerfeminista, también en Calafou, en 2014; el *Internet Freedom Festival* de València, España, de 2015, y la organización *Tactical Tech*, de Berlin, además de tener como referencias los escritos de Montserrat Boix, Margarita Padilla, Alex Haché y otras pocas referentes españolas. Hay un reconocimiento, por parte de las entrevistadas más experientes, de los antecedentes españoles pero también de los brasileros, como la colectiva *Birosca*, del *Centro de Mídia Independiente/CMI-Indymedia* de Brasil, que surgió en 2006. Otro marco de referencia ha sido el uso de internet por el movimiento zapatista y las iniciativas de internet no comercial como La Neta SC,

organización que proveía de servicios tecnológicos a organizaciones con perfil social en México, a mediados de los años 90 (Weiss,2002) muchos de cuyos miembro han formado, posteriormente, la agrupación Primero de Mayo/Enlace popular, que "se compromete a la construcción de movimientos sociales mediante el impulso del uso estratégico y el control colectivo de la tecnología para las luchas locales, la transformación global, y la emancipación sin fronteras" (<https://mayfirst.coop/es/>). La Neta ha sido una de las primeras agrupaciones que ha tenido un compromiso con las organizaciones de mujeres (Rodríguez, 2017), con apoyo del Programa de Derechos de las Mujeres de la Asociación para el Progreso de las Comunicaciones (APC), entidad transnacional que agrupa organizaciones de África, América Latina y Asia y ha sido protagonista principal en el apoyo financiero y logístico para muchas iniciativas cibermilitantes.

Sin embargo, puede situarse el año 2013 como el marco de referencia temporal a partir del cual comienza el reconocimiento de que no están solas y de que hay una red incipiente en formación.

Yo fui al Backbone en Calafou, estar allí me resultó muy liberador por el hecho de

podernos sentir no necesariamente en este asunto binario de ser hombre o ser mujer, como sentir una liberación en el cuerpo que no había experimentado (...) Aparece este evento del Primer Encuentro de Tranhackfeminismo en Calafou - yo había ido meses antes a Calafou - y comencé a investigar y pensé que eso era lo que yo quería, ahí es donde me identifico, no me identifico desde el ciberfeminismo, me identifico más desde este lado porque tiene un papel muy transformador desde la infraestructura, desde el código, por eso me resulta mucho más interesante que la capa de comunicación. (...) Es que en esta capa del ciberfeminismo, donde más usamos internet, todavía no tenemos esta conexión con la infraestructura, no hay esta discusión (...). De pronto, el movimiento de las infraestructuras sí lo empieza a cuestionar, así como el movimiento que va por entender el código. Pero cuando comienzan a preguntar el internet en código femenino, entonces, debemos preguntarnos ¿cómo es este código? ¿el código es masculino? y te vas dando cuenta que no solo es masculino, sino también que está lleno de monopolios, creo que ahí empieza a rascar más adentro.(ADA)

Por el 2013 o 2014 empezó un boom muy visual del feminismo y la tecnología, acuerpamos términos como ciberfeminismo - vimos que venía como una avalancha-. Cuando comenzamos el laboratorio yo conocía dos proyectos, las compas de Calafou y las compas de Identidades

Disidentas - muy críticas con el tema colonial interseccional - aunque algunas eran europeas, no todas; hay muchas latinas en medio de esa conformación que generó el [primer] encuentro tranhackfeminista, hay muchas latinas viviendo allá, chilenas, varias. (Lab Interconectividades)

en el 2013..., no me acuerdo el año exactamente, o 2015, que veo el Instituto de Género y Tecnología de *Tactical Tech* y quiero ir; entonces pido apoyo a mi organización y voy. Claro que a mí me causa mucho interés porque yo ya empezaba a crear algunos contenidos desde SocialTIC en temas de seguridad digital, no solo de infoactivismo. (SocialTic)

Es que yo pienso que, en realidad, serían como tres generaciones – si acaso - y las generaciones no son tan grandes, la generación grande sería E. [de APC], como una segunda generación sería E. [VitaActiva], A. [ADA], tal vez J. [Sursiendo, Chiapas] ¿Quién más? L. [Luchadoras]. Es que todas como que existen, pero hasta cierto punto, con niveles de invisibilización... (...) Sin ser una red como tal. (Insubordinadas-La Chinampa)

Observamos un debate en torno de palabras tales como ciberfeminismo, hackfeminismo, tranhackfeminismo, hackerismo. Ciberfeminismo es considerado como más focado en los aspectos

comunicaciones y de intercambio vía plataformas, mientras que el hackfeminismo trabaja sobre códigos e infraestructuras físicas. En algunas hay una mirada crítica sobre los diversos feminismos que atraviesan los cuerpos de las mujeres – algunos, más racializados, más liberales, más anarquistas; otros, menos, así como un cuestionamiento a la cultura hacker dominante y masculinista.

De repente vienen el transhackfeminismo, yo solo pensé: hack me resuena, porque claro, implica entender las tecnologías sociales y contar estas cosas que hacen falta, trabajar más, modificar o reprogramar por completo para que nos incluyan a nosotras y así poder ser más libres y vivir más seguras, eso definitivamente es hackear, entonces, hackear desde el feminismo me hace toda la lógica (Ciberseguras).

... me reconozco en una trayectoria de feminismos buscando ¿qué hacer? Por eso el ciberfeminismo me resultó... no me siento parte de, pero me reconozco en un linaje de. Entonces me cuestiono ¿qué somos?, ¿qué somos estas mujeres que estamos trabajando con la tecnología? Si no cabemos del todo ahí - porque por mucho tiempo lo ví más en un sentido de uso que de construcción - empezamos en cómo la palabra no correspondía del todo. Entonces, seguir explorando ¿qué éramos? para mí fue muy relevante conocer qué era el

transhackfeminismo y me fue muy relevante porque, primero, teníamos esta reflexión de que lo hacker iba más allá de ser hábil con la computadora; existía ahí una posición política con el mundo, de cómo transformarlo y de intentar transformarlo a partir de querer conocerlo, interpretarlo, entenderlo y por otro lado, lo trans... lo trans me encanta, la posibilidad de transitar, transgredir, transformar, transportar, todo. (ADA)

A mí me encantan las palabras para jugar con ellas porque pueden ser muy inspiradoras. Para mí, hablar de hackfeminismo en este momento dá para mucho; habrá quienes digan: para nosotras es ciberfeminismo, otras que digan que es transhackfeminismo o algunas otras que digan es feminismo y tecnologías, o género y tecnología. Yo creo que está bien y no vale la pena pelear por homogeneización de nada ni cuestionar quién empezó y quién terminó, ni quién dijo qué y quién se apropió; solo creo necesario entender el hacking como una manera muy profunda - desde los feminismos - de generar otra manera de ver la realidad, de imaginarla, de construirla y meterle las manos. Es indispensable vulnerar esos sistemas que nos tienen hechas mierda y poder hacerlo de otra forma creativa que contagia. Me parece tremendo. (Lab. Interconectividades)

Nadie se refiere a las categorías en sí mismas de ciberfeminismo, hackfeminismo, porque creo es parte de algo que no ha salido

de nosotras mismas en su generalidad, sino de algunas interpretaciones o de algunos diálogos o de algunas ideas, pero ¿quiénes son ellas? Yo lo tomaba a broma, cuando nos vimos con las chicas de Tormenta, porque si hay un encuentro ciberfeminista, vamos, si es tecnofeminista, vamos, si es ciberfeminista, vamos, pero somos las mismas ¿quiénes somos? (VitaActiva)

Creo que hay un grupo de ciberfeministas y hackfeministas muy fuerte, cada vez más organizado, más interrelacionado entre sí y, paralelamente, hay mujeres feministas jóvenes usando las redes sociales de forma muy potente y que no necesariamente tienen una crítica o un discurso hackfeminista. (...) Nuestra conciencia ciberfeminista no empezó en ese momento, nosotras éramos activistas feministas que usábamos internet, pero no teníamos un análisis crítico de internet como un espacio. Cuando empezamos a ver que atacaban a compañeras a través de internet empezamos a decir ¡ah! internet es un espacio atravesado por las mismas relaciones de poder que hay en las calles! Comenzamos a pensar este espacio de acción. ¿Qué es la internet para nosotras? ¿Un espacio por el cual tenemos que luchar, para que sea un espacio libre de violencia? Y eso nos pasó en 2016. (Luchadoras)

Para entender que era un bit, un hardware, empecé de cero, a partir de ahí comencé a cuestionarme muchas cosas, del porque me daba miedo la tecnología, porque

me daba miedo hablar de tecnología, porque no me sentía capaz de escribir de tecnología, fue cuando me comenzaron a brincar muchas cosas... cuando lo sentí más cercano, saber que puedes entenderlo, que puedes escribir, entender que no solo los hombres hablan sobre tecnología.
(Insubordinadas-La Chinampa)

El ciberfeminismo no se ha limitado a dar visibilidad y voz a las brechas, violencias y a las situaciones de injusticia de género. Si internet ha colaborado con procesos de empoderamiento colectivo también ha generado controversias y ambigüedades en el juego feminista de narrar, multiplicar las voces, denunciar, reconocerse, enredarse y apropiarse de las redes. Estas controversias giran alrededor del uso del software libre, el uso de los servicios de las corporaciones tales como Facebook o Google, las estrategias institucionales contra las violencias, entre otras.

Internet, la casa donde queremos habitar, o no

Notamos formas de saberes y prácticas en relación a la tecnología, que se distancian de las subjetividades colonizadoras. Una de ellas es el tipo de comprensión acerca de Internet y de las tecnologías, en general. La distancia entre el

sujeto y el objeto de conocimiento es colocada en duda o ignorada, habiendo fuerte implicación emocional con la tecnología, actitud cognitiva que posibilita la empatía, como si el involucrarse fuese una condición para el acto de conocer, lo que Fox Keller [1991] llama de objetividad dinámica, que hace uso de la experiencia subjetiva para construir conocimiento. La no-distancia emocional y la implicación no impiden la producción de saber, al contrario, se ríen de la modestia científica (Haraway, 2004) que evita "las incómodas preguntas por sus intereses y posicionamientos" (Vargas-Monroy, 2010,p. 81).

¿Qué somos? Entonces recupero a mi colectiva, qué queremos hacer desde la ternura radical en el aquí y ahora con otras y otros, por un mundo mejor. Suena raro?
 (ADA)

Cuando pienso en infraestructura feminista pienso en lo principal, que son las redes de personas, redes de mujeres, principalmente - no por ello de la misma identidad -. (...) Para mí, hablar de tecnología es hablar de cuerpo, siempre. El cuerpo como nuestra primera tecnología, como nuestro primer territorio; también lo siento como nuestra primera infraestructura (...) Nos preguntamos: ¿Qué es internet? ¿Es igual de real físico/químico? ¿Es en dónde no hay dicotomías? Yo no lo vivo como si fueran

dicotomías, para nada, ni lo defiendo, ni lo pienso, ni lo escribo como si fuera algo que no es este mundo mismo. (...)

Dijimos: si queremos habitar internet - desde el laboratorio empujamos muchísimo, cuando éramos dos, la idea de no ser usuarias, no queremos más usuarias, no queremos relaciones que no sean de tú a tú - cuestionamos: ¿qué implica ser habitantes? Es importantísimo entender que, para habitar, hay también que habitar cuerpos porque si no, de qué manera vamos a habitar otro espacio que no sentimos nuestro, en donde no está tu cuerpo?. (Lab Interconectividades)

No es que nosotras tengamos que modificar nuestra información, sino cómo nosotras sometemos las tecnologías a nuestras experiencias. [Es como decir] no, tecnología, tú no vas a modificar mi existencia, porque tú eres para mí, yo no soy para ti, es retomarlas desde otro lugar y saber que somos nosotras las que domesticamos la tecnología y no son las tecnologías las que domestican nuestras existencias (Ciberseguras).

Esta cuestión me gusta abordarla desde el baile, el cuerpo, el goce, la apropiación del deseo, todo eso vinculado a un lenguaje de programación; al final, también es como hackear e intentar darle la vuelta a esto que te decía. ¿Quién está escribiendo el software? ¿Qué pasa cuando chicas feministas están escribiendo en lenguajes de programación? (PiranhaLab)

Máquinas y cultura libre, sus límites

Se observan, por otro lado, puntos temáticos muy fuertes donde confluyen asuntos como la autodefensa digital y las violencias de género, que han generado intensa producción de debates y materiales. El primero, el de la autodefensa a través de los cuidados digitales, unifica a prácticamente todas los nodos en una práctica y un debate común, que venimos observando y analizando desde 2017 (Natansohn, 2019). Hablamos de nodos feministas como lo define Rovira Sancho (2016), pues se trata de colectivas, de individuos, de grupos organizados en forma cooperativa, en fin, de una diversidad organizativa no centralizada y autogestiva. El segundo tema, la violencia, ha adquirido durante el período de nuestra investigación (2019) un énfasis agudo, que llega a su pico máximo con el debate legislativo sobre la violencia digital de género y la aprobación reciente (el 4 de diciembre) de una ley - la Ley Olimpia - en la Ciudad de México y antes, en otros estados de la federación, cuyas imprecisiones, ambigüedades y/o problemas en su formulación han generado controversias. Lo que ha sido primordial en el enfoque feminista sobre los procesos sociotécnicos en las comunicaciones digitales ha sido – y sigue siéndolo, 50 años después de

la invención de internet – la denuncia y el enfrentamiento a la violencia de género. Estas ciberviolencias – como son llamadas – hoy se coadyuvan con las formas contemporáneas de gobernabilidad algorítmica en una sociedad datificada y controlada, pues la vigilancia vía algoritmos, la invasión a la privacidad, el monitoreo y otras formas de control digital afectan a la ciudadanía en general pero mucho más, a las mujeres organizadas alrededor de la reivindicación de derechos.

Observamos que muchas discusiones emergen como reacciones a los procesos de control, vigilancia y mercantilización de internet y en menos casos, a los problemas de sustentabilidad. No en vano, en sintonía con esto, el inventor de la web, Berners-Lee, hoy propone un contrato para impedir que la web se convierta en una distopía dominada por la desinformación y el abuso. Internet ha sido arrebatada por el amo, el oligopolio GAFAM (llamado de ALAI, en estas latitudes), por eso las feministas proclaman “Ni Dios, Ni amo, Ni Facebook”.

si el software libre lo creemos como transformador y liberador del ser humano no necesitamos que tenga estas cuatro condiciones, necesitamos que la gente tenga las condiciones para poder hacer, en efecto,

uso de este derecho, ¿de qué te sirve que el software libre tenga estas cuatro libertades? Si las personas no tienen acceso a la tecnología, si las personas no tienen acceso al conocimiento, no es nada, es una falacia. Me gusta mucho la frase de Rosa Luxemburgo: la libertad no es nada cuando se convierte en un privilegio; el software libre es un privilegio occidental blanco, entonces, ahí hay una limitación que tendríamos que vencer, tendríamos que dar una lucha y ahí es una lucha epistémica. (...) Yo no creo que internet sea salvable como internet, creo que se ha pervertido mucho, que el poder de las empresas, el poco poder de los gobiernos y tan mal usado... es mucho. (...) Necesitamos físicamente otras tecnologías, porque tienen que venir de una mejor relación con el planeta, otros procesos de producción, porque no pueden venir de la explotación. Aquí me ha tocado coincidir con las compañeras maquiladoras de Guadalajara y las de Tijuana; las compañeras, a la hora de soldar no tienen ni un cubreboca para no oler estos gases tóxicos. Una forma de internet totalmente distinta, que pasa por una relación con el planeta y un proceso de creación totalmente distinto, con un código que se ha creado desde la diversidad, desde las múltiples lenguas, culturas y colores. (ADA)

Cuando empezó la oleada grande de visibilizar lo que le estaba pasando a internet, cuando comenzó a juntarse el movimiento de la cultura libre, del software libre con el hacktivista, con el de las

tecnologías libres, más el de la defensa de los derechos humanos; cuando convergieron todos esos y, además el feminista... Pasó en México que ya no se pudo pensar internet como: ok, vamos a ocupar ese espacio. Muchas de las mujeres que venían haciendo Tecnologías de la Información y Comunicación o medios estaban metidas en derechos humanos y comenzaron a mirar internet como otra posibilidad. La tecnopolítica en ese momento estaba diciendo: Sí, ¿cómo hacemos para que las acciones colectivas sean de multitudes? Ahí tienes todas las Primaveras en todos lados, eso dió para discutir mucho y preguntar: ¿qué es internet?, ¿qué está haciendo para nosotras y para nosotros? Por toda la amenaza de la regulación en telecomunicaciones se le nombró de otra manera. Pasamos a ocupar estos espacios, a poner contenidos, a producir para nosotras desde nuestras narrativas - eso fue importantísimo desde una mirada feminista -. Esa fue una dimensión: la que siempre pensábamos, la de ocupar espacios, pensamos en ponerle vínculo al cuerpo y al territorio, internet también es nuestro, ahí están todas esas maneras, con todos esos nombres, con todos esos proyectos maravillosos, pensamos en okupar -con k- pero el punto era: ¿cómo es internet?, ¿cuál es la dimensión política de internet?, ¿qué era lo que realmente queremos amplificar?, ¿el tanto amplificarlo nos va a poner en triple riesgo, en un país que tiene una guerra desde hace muchos años? (...) Hackear al patriarcado, en realidad, en el fondo,

estábamos diciendo: el sistema es vulnerable, a ese sistema hay que buscar la manera de transgredirlo pero, a la vez, ponerle nuestros términos y condiciones.
(Lab Interconectividades)

Las que más han enfatizado cómo las cuestiones de clase las limitan han sido las de la colectiva Insubordinadas-La Chinampa, cuyo espacio físico está localizado en la periferia de la CDMX, donde habita una de las integrantes. "Nosotras siempre debemos movernos al centro y no hay actividades del centro hacia las periferias", reclaman. "Fue en ese momento cuando comenzamos a tener más claro que significaba ser una mujer de la periferia", donde sienten que las atraviesan cuestiones de vulnerabilidad con más intensidad.

Concluyendo

Podemos afirmar, a partir de esta breve presentación, que las diferencias entre el ciberfeminismo de finales de los 90 e inicio del siglo 21, y el que llamamos de 3.0 o tercera generación, se basan en que el primero enfoca su activismo en las redes sociales como espacios de disputa de narrativas, de apropiación discursiva y para la articulación militante, mientras que el ciberfeminismo 3.0 o hackfeminismo, si bien

no es homogéneo, tiende a caracterizar las redes sociales corporativas como espacios colonizados y colonizantes, asumiendo posiciones más radicales a respecto de las formas de resistencia tecnológica. Éstas oscilan entre promover formas de desconexión y rechazar plataformas de redes para resistir a la gobernanza algorítmica hasta realizar advocacy para promover políticas de transparencia sobre las decisiones algorítmicas de los gobiernos y corporaciones privadas. Mientras el movimiento feminista emplea las lógicas algorítmicas de las redes sociales para obtener visibilidad para sus causas políticas, las ciberfeministas 3.0 eligen actuar en el anonimato, creando espacios seguros y proyectos tecnológicos autónomos. Las formas de resistencia al extractivismo de datos y a la vigilancia digital realizada por las ciberfeministas de tercera generación son variadas, múltiples y no siempre sus tácticas son excluyentes con las utilizadas por la militancia feminista en red, aunque, vale destacar, sus posiciones críticas hacia la economía política de internet se encarna de forma explícita en los usos que hacen de las tecnologías, y más aún, en su recusa a usar algunas.

Referencias

Arriaga Weiss, David A. (2002) *Internet al servicio de la sociedad civil (estudio de caso LaNeta SC)* Tesina. Licenciatura em Sociología. UNAM. Recuperado de <http://132.248.9.195/ppt2002/0031815/0031815.pdf>

Backbone 409: Autonomous infrastructures for a free internet. Recuperado de <https://transhackfeminist.noblogs.org/post/2014/06/14/backbone-409-autonomous-infrastructures-for-a-free-internet/>

Carvalho, Alba (2009). Pensamento de Boaventura de Sousa Santos em foco: a reinvenção da emancipação em tempos contemporâneos. Site de Boaventura de Sousa Santos. Recuperado de: encurtador.com.br/ltHR2

Contrato para la Web. Un plan de acción global para que nuestro mundo en línea sea seguro y empoderador para todos y todas <https://contractfortheweb.org/es/>

De Miguel, A., Boix, M. (2013) en Natansohn, Graciela [Coord.] *Internet en código femenino, teorías y prácticas*. Buenos Aires, La Crujía. Recuperado de <http://gigaufba.net/internet-em-codigo-femenino/>

Fox Keller, Evelyn (1991). Reflexiones sobre género y ciencia. Valencia, Edicions Alfons el Magnànim.

Grosfoguel, R., Castro Gomez, S. (2007) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Ed. Recuperado de: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>

Haraway, Donna (2004). *Testigo_Modosto@Segundo_Milenio. HombreHembra_Conoce_ Oncoratón: Feminismo e Tecnociencia*. Barcelona, UOC.

Lorde, Audre (1979). *La hermana, la extranjera*. Recuperado de: <http://glefas.org/la-hermana-la-extranjera/>

Lugones, María (2008) Colonialidad y género. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf>

Natansohn, Graciela (2019). Cuidados digitais em perspectiva ciberfeminista. Caldas, S., Prata, N. [Org]. Desigualdades, géneros e comunicação. São Paulo, Intercom, pp. 51-67. Recuperado de: http://portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/ebook_desigualdades_251019.pdf

Reis, Josemira; Natansohn, Graciela (2017). Com quantas hashtags se constrói um movimento? *Tríade - Revista de Comunicação, Cultura e Mídia*, 5, 10, pp.113- 130. Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096>

Rovira Sancho, Guiomar (2016). *Activismo en red y multitudes conectadas. Comunicación y acción en la era de internet.* México, Icaria Editorial/UAM.

Rodriguez, Candy (2017). Erika Smith: Una lucha por una internet libre de violencias. 10 dic. Recuperado de <https://luchadoras.mx/erika-smith/>

Souza Santos, Boaventura de (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder.* Montevideo, Trilce.

Vargas-Monroy, L. (2010). De testigos modestos y puntos cero de observación: las incómodas intersecciones entre ciencia y colonialidad. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.12: 73-94, enero-junio. Recuperado de http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n12/n1_2a05.pdf

Wajcman, Judith (2006). *El tecnofeminismo.* Madrid, Cátedra.

Análisis de la felicidad por género en los estudiantes de la Universidad Nacional del Altiplano. María del Rosario Vera del Carpio, Yudi Janeh Yucra Mamani, Katia Natalia Barrientos Paredes

Análisis de la felicidad por género en los estudiantes de la Universidad Nacional del Altiplano

Análise da felicidade por gênero nos alunos da Universidad Nacional del Altiplano

Analysis of happiness by gender in the students of The National University of Altiplano.

María del Rosario Vera del Carpio⁶⁴

Yudi Janeh Yucra Mamani⁶⁵

Katia Natalia Barrientos Paredes⁶⁶

Resumen: La búsqueda universal del ser humano es la felicidad, permitiendo transferir en el individuo la capacidad para trazar un plan de vida deseable, considerando la dimensión género. Se plantea como objetivo analizar la felicidad por género de los estudiantes de la Universidad Nacional del Altiplano de Puno (Perú), para ello se recurre a la metodología cualitativa - cuantitativa, se aplica una entrevista estructurada abierta para establecer categorías de felicidad, se aplicaron 300 entrevistas de la cual resulta un instrumento cuantitativo teniendo como muestra a 2779 estudiantes. Los resultados evidencian que los estudiantes necesitan de su familia para ser felices, así como el apoyo material y emocional de los mismos, las afirmaciones de bienestar subjetivo por género manifiestan estados de felicidad ligados a familia, amigos, a la pareja y al respeto de su libre orientación sexual, no existiendo una brecha significativa de felicidad entre varón y mujer.

Palabras clave: Felicidad, Género, Universitarias, LGTBIQ+

⁶⁴ María del Rosario Vera del Carpio. Universidad Nacional del Altiplano, Instituto de Investigación Social Empresarial IDISEM-, Doctora en Administración, Perú, e-mail rosverca@gmail.com, mariaveranap.edu.pe

⁶⁵ Yudi Janeh Yucra Mamani. Universidad Nacional del Altiplano, Instituto de Investigación Social Empresarial IDISEM-, Doctora en Ciencias Sociales, Perú, e-mail yudiyucra@unap.edu.pe, yujayuma@hotmail.com

⁶⁶ Katia Natalia Barrientos Paredes. Universidad Nacional del Altiplano, Instituto de Investigación Social Empresarial IDISEM-, Doctora en Ciencia Tecnología y Medio Ambiente, Perú, e-mail kbarrientos@unap.edu.pe, katibana@hotmail.com,

Abstract: The study, analysis of the happiness by gender of the students of the National University of the Altiplano (Peru), whose methodology is mixed; With 300 interviews and 2779 surveys, the results are the need for family, friends and respect for free sexual orientation, with minimal gender significance.

Key words: Happiness, Gender, University, LGTBIQ+

Políticas de comunicación y género

La Universidad Nacional del Altiplano, alberga 18984 estudiantes de pre grado matriculados en el segundo semestre académico 2019, de los cuales alrededor del 43.5% son mujeres, con edades entre 15 a 28 años y pertenecen a las 35 escuelas profesionales inmersas en 17 facultades.

El observatorio de tutoría de la UNA de Puno, indica que el 20% de estudiantes demuestran altos niveles de tristeza, angustia, frustración, decepción, estrés por preocupación de índole académica, problemas familiares o personales, un 55% actitudes suicidas. Sienten una carga emocional, que es inmanejable para ellos, pérdida del sentido de vida, sensación de fatalidad, inutilidad, y 3% refieren su preocupación por el consumo de alcohol y

sustancias tóxicas, (UNA-Puno Vicerrectorado, 2017), todos estos, son síntomas claros de un estado depresivo que si bien es parte del desarrollo evolutivo de la juventud, requieren una caracterización correcta en nuestro ámbito y el diseño de estrategias de afrontamiento integral de los mismos (Quintero, García, Jiménez, & Ortiz, 2004).

Objetivos

Analizar la felicidad por género de los estudiantes de la Universidad Nacional del Altiplano de Puno.

Generar categorías de felicidad para los estudiantes de Universidad Nacional del Altiplano de Puno.

Identificar las afirmaciones de bienestar subjetivo por género que manifiesten estadíos

de felicidad durante su estudios en la Universidad Nacional del Altiplano de Puno.

Caracterización del estudio o discusión teórica

3.1 La felicidad

Dentro de la literatura de la felicidad, se considera a la obra de Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, quien defiende la tesis sobre la felicidad, según la cual la felicidad esencial es la del Acto Puro, en su eterna actividad de conocerse a sí mismo (Aristóteles). Según la teoría respecto a la felicidad, hay una variedad de términos que no se refieren a lo mismo, pero que se usan de manera indistinta. Estos son: *felicidad, satisfacción con la vida y bienestar subjetivo*. En primer lugar, la satisfacción con la vida presupone un juicio consciente que hace la persona sobre su vida o sobre una dimensión de la misma, como el trabajo, las relaciones con los amigos o con la familia. El bienestar subjetivo es un estado personal que integra ambas dimensiones, la emocional y la conscientemente valorativa; es el resultado de cómo las personas perciben y valoran el mundo en el que viven (Ferreri-Carbonell, 2002).

El bienestar subjetivo se basa en un enfoque descriptivo antes que prescriptivo del bienestar. Por ello, el bienestar subjetivo permite el estudio científico del bienestar y todo lo que con ello viene aunado, como el planteamiento de hipótesis y su corroboración o rechazo, la revisión y mejora de planteamientos teóricos, la identificación de los factores explicativos relevantes para el bienestar, y el avance del conocimiento sobre la experiencia de bienestar, la cual es parte constitutiva de la vivencia humana. El bienestar subjetivo permite, por lo tanto, estudiar el bienestar de los seres humanos tal y como éstos son, y no como algunos expertos los imaginan o como a éstos les gustarían que fueran. De esta forma, a partir del bienestar subjetivo se puede conceptualizar un progreso que no es ajeno a los seres humanos, pues será un progreso vinculado a su experiencia de vida (Rojas, 2010). Como dice (Ahn & Juan, 2012), "el bienestar subjetivo de los individuos varía a lo largo del ciclo vital, pues las circunstancias, las aspiraciones, las preferencias, el sistema de valores y las necesidades específicas de cada fase vital son distintas".

De esta manera, parece que la relación entre la edad y el bienestar subjetivo tiene forma de U.

Esto quiere decir que los jóvenes y los mayores tienen las valoraciones más elevadas de bienestar subjetivo o felicidad y las valoraciones más bajas de bienestar subjetivo se encuentran en las etapas medias del ciclo de la vida, entre treinta y cuarenta años; etapas que se relacionan con la tenencia de responsabilidades familiares y laborales en mayor medida (Ahn y Mochón, 2010).

3.2 La juventud y la felicidad

Las teorías actuales han avanzado en la explicación de la motivación intrínseca y extrínseca a efecto de que los individuos logren sus metas y disfruten en obtenerlas (véase Herrera & Matos (2009); Gargurevich, Leyten, & Corveleyn (2009). La introducción de indicadores específicos de juventud facilita una correcta visibilización de las realidades juveniles y un mejor sustento para el desarrollo de políticas públicas pertinentes y equitativas. En este sentido, el aporte de los programas y políticas debe ser evaluado fortaleciendo los enfoques que reconocen al sujeto joven como un actor estratégico, buscan la equidad generacional de género y etnia para el ejercicio de los derechos,

reconocen las importantes relaciones de las juventudes con la democracia y el sistema político, desarrollan la orientación a la inclusión, los canales para la propuesta de iniciativas, el fortalecimiento de las modalidades de institucionalización y la legitimación de la participación con sus formas de conectividad.

3.3. Las mujeres y el bienestar Subjetivo

Los estudios indican que las mujeres suelen informar mayor afectividad negativa y mayor intensidad afectiva en general que los hombres por lo que posiblemente vivencian al mismo tiempo y con mayor intensidad emociones positivas y negativas generándose un equilibrio que provoca niveles de bienestar subjetivo similar a los hombres (Páez et al., 2001 en Barrientos 2005). Javaloy (2007) indica que la evidencia empírica muestra que los hombres reportan un mayor bienestar subjetivo que las mujeres aunque la diferencia, que es pequeña, suele desaparecer cuando se controlan otras variables demográficas.(Zubieta, Muratori, & Fernandez, 2012). Para Barrientos (2005) es importante destacar que el rol tradicional adjudicado al género femenino incluye generalmente tareas de cuidado de otros, lo

que puede estimular mayor responsabilidad emocional en las mujeres que en los hombres y por ende, a que estén más dispuestas a experimentar y a expresar sus emociones.(Zubieta et al., 2012)

Se encontraron diferencias de género en el patrón de relación del optimismo y la autoestima con algunos indicadores de bienestar. El optimismo y la autoestima fueron mejores predictores del bienestar psicológico que del subjetivo para hombres y mujeres. Estos resultados pueden ser interpretados en función de los estereotipos de género que atribuyen al hombre un papel de competencia, confianza e independencia (Hegelson, 2002) que podría estar más ligado al concepto de autoestima; y a las mujeres un papel más emocional centrado en la crianza y el cuidado (Matud, Rodríguez, Marrero y Carballeira, 2002), lo que las ha hecho más sensibles a las amenazas externas. De modo que el bienestar de las mujeres supondría no sólo fomentar su competencia sino que además implicaría contrarrestar esa previsión de amenazas para que desarrolleen un punto de vista más positivo. (Moreno & Marrero, 2015)

Un Budista Zen, Alan Watts expreso: "No debemos tratar de explicarnos la vida, debemos vivirla sin buscar un sentido a la danza, que el placer de bailar, pensando que todo fluye y que nosotros no somos permanentes". Los temas de estudios de género incluyen también, en parte, aquello relacionado a la población LGTBQ+. A continuación, comentamos brevemente la relación del bienestar subjetivo de esta población en específico en algunas investigaciones. Respecto a las posibles diferencias que podrían haber en el reporte de nivel de felicidad entre personas heterosexuales y homosexuales o bisexuales, las investigaciones no encuentran una diferencia significativa basada en la orientación sexual, habiendo más similitudes que diferencias (Fingerhut, 2018; Thomeer & Reczek, 2016).

Asimismo, se mostró que había una fuerte relación entre bajas experiencias vividas de discriminación y buenos reportes de bienestar subjetivo (Suppes, Napier, & van der Toorn, 2019), denotando claramente que la discriminación a la población LGB puede tener efectos directos en los reportes de felicidad de estas personas.

3.4. Bienestar Subjetivo y LGTBIO+

Enfoque y/o metodología de abordaje

La metodología aplicada es mixta (Hernández y otros, 2020) cuali-cuantitativa, el estudio a los estudiantes universitarios de la Universidad Nacional del Altiplano de Puno-Perú, que tiene una población estudiantil de 18 984 matriculados en el año académico 2019. La primera fase cualitativa se recurre a la técnica de la *entrevista estructurada abierta* para recoger información y *generar categorías* la base de trabajo es el aporte de la tesis doctoral de J. Yamamoto quien afirma que recoger información de este forma, incluye habilidades interpersonales de comprender a los otros y de ser comprendido por los otros (Suda & Pérez, 2015), el muestreo es intencional, se entrevistan a 300 estudiantes de las 17 facultades que incluye a 35 Escuelas profesionales, al sistematizar la información se obtiene categorías.

La fase cuantitativa se aplica el cuestionario de modo virtual, tomando en cuenta que el instrumento está 2 meses (junio, julio 2020) abierto en línea (internet). La aplicación fue realizada deliberadamente a estudiantes por Escuela profesional (35) teniendo como muestra un total de 2779 estudiantes encuestados, siendo 1569 varones (56.5%) y 1210 mujeres (43.5%).

Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Algunos alcances cualitativos:

En relación al bienestar subjetivo y género se presentan seguidamente los resultados cualitativos referente a la pregunta 3 de la *entrevista estructurada abierta* la cual consiguió realizar categorizaciones relacionadas a los estudiantes y su convivencia en la UNA-Puno.

Pregunta	Categorías	Respuesta
¿Qué se necesita para ser feliz como estudiante de	Comunicación	Buena relación con los compañeros y ser assertivo. Profesores más amigables, que motiven y con buen trato. Socializar, acudir, apoyar al compañero. Docentes comprensivos, que no humillen

la UNA – Puno?	Académica	Docentes especializados, con experiencia y capacitados. Implementar bibliotecas virtuales y especializadas. Aprobar todos los cursos y rendir académicamente.
	Necesidades y servicios	Espacios para estudiar, lugares libres para relajarse. Actividades culturales, museo, centros de estudio, clubes, cine. Que la universidad aumente lugares de esparcimiento para el deporte, baile, música y wifi.
	Economía	Tener recursos económicos para estudiar bien. Tener estabilidad económica y comodidades como persona
	Amigos	Teniendo siempre confianza de mis amigos Comprendiendo a los amigos, apoyar y animar a que estudien. Tener soporte emocional de mis amigos, que sean buenos confidentes.
	Familia	Vivir con mi familia, me gustaría que estén en Puno Que mi familia esté estable en salud, esto influye en mi estado emocional y cotidiano Tener apoyo de padres, comprensión, cariño, amor, apoyo económico No decepcionar a mis padres

Tabla 1: Necesidades de los estudiantes para ser felices en la Universidad Nacional del Altiplano-Puno. Elaboración propia

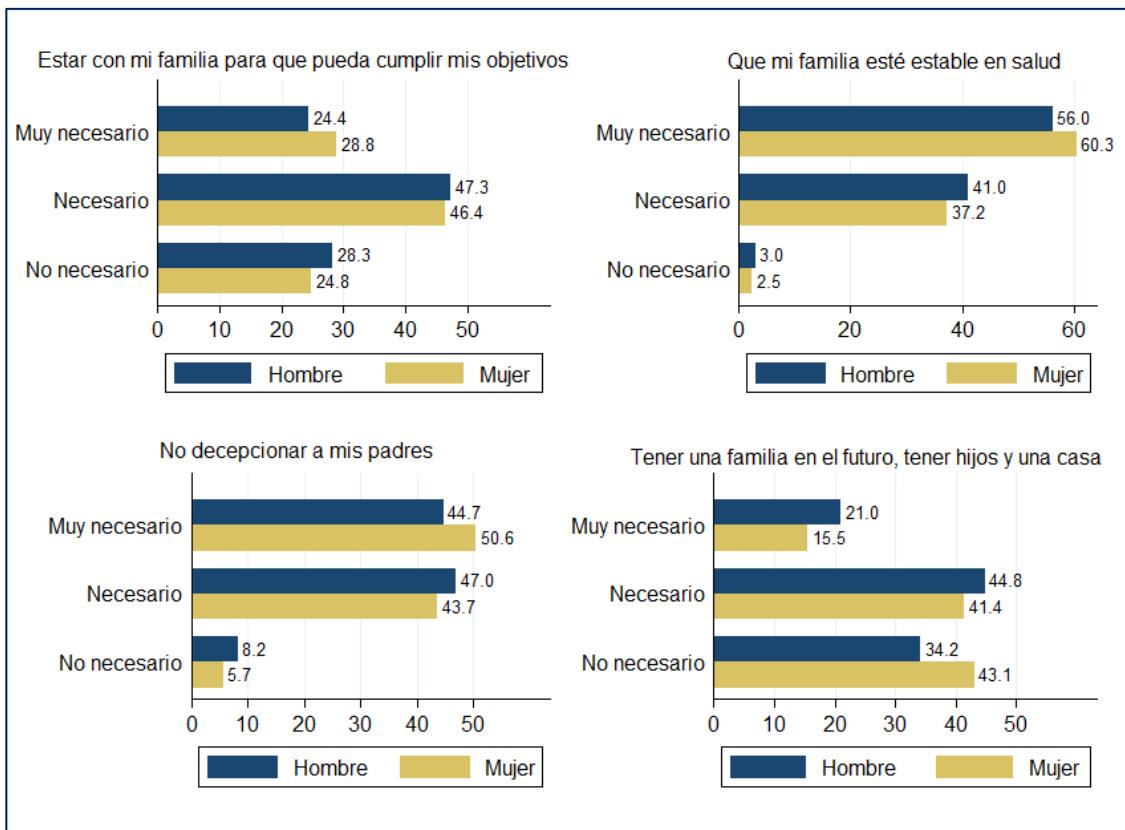


Gráfico 1: Distribución del bienestar subjetivo de los estudiantes de la UNA de Puno reportado en las variables (categorías) respecto a la familia, diferenciado por género (en porcentajes). Elaboración propia

Considerando que el 70% de los estudiantes universitarios proceden de otras provincias de Puno y regiones del país, (matriculas- Oficina de Planificación de la UNA-2019) en relación a *Estar con mi familia para que pueda cumplir mis objetivos*, las estudiantes mujeres consideran que es muy necesario (28.8%) vivir con la familia y el

grafico también refleja en casi igual proporción para hombres (47.3%) y mujeres (46.4%) que es necesario, lo cual deja entrever que el desarraigo en la adolescencia genera infelicidad.

Otro factor importante es *Que mi familia esté estable en salud* esta categoría recogida en el proceso cualitativos comunicaba que la

tranquilidad y la felicidad de los estudiantes se veía reflejada en la salud de terceros en este caso sus familiares directos, cabe destacar, fue recogida en 2019 antes dela pandemia, lo que refleja que la salud es un indicador de preocupación y también demuestra sentimientos de arraigo y amor a la familia.

Esta información, ahora cuantitativa muestra que las mujeres consideran *muy necesario* (60.3%) y los hombre consideran *necesario* 41%).

La afirmación *No decepcionar a mis padres* y su vínculo con el estudiar en la universidad, nuevamente las mujeres (50.6%) se exigen a sí mismas y consideran que serían felices en satisfacer a sus papas siendo exitosas en el estudio

Puno es una región bastante machista con crianza tradicional y las mujeres siempre reflejan un perfil más hogareño. Pero cuando

se les pregunta ¿Qué necesita para ser feliz? Sorprendentemente el género femenino responde que no es tan importante *Tener una familia, hijos y un hogar*, 15.5% en muy necesario cifra por debajo de los hombre 21%)y necesario 41.4% cifra igualmente por debajo de los hombres 44.8%). Se puede deducir que si las mujeres en etapa estudiantil quedan embarazadas o forman una familia su vida profesional es probable que se le podría truncar. También existe un empoderamiento por la planificación familiar y por retardar la maternidad o podría sumarse a la opción de que no necesariamente tener pareja es un estado de felicidad o bienestar subjetivo. Esta información es muy prometedora pues el género femenino actual pasa por un redescubrimiento y brinda en el futuro un cambio en la región y en los espacios técnicos profesionales.

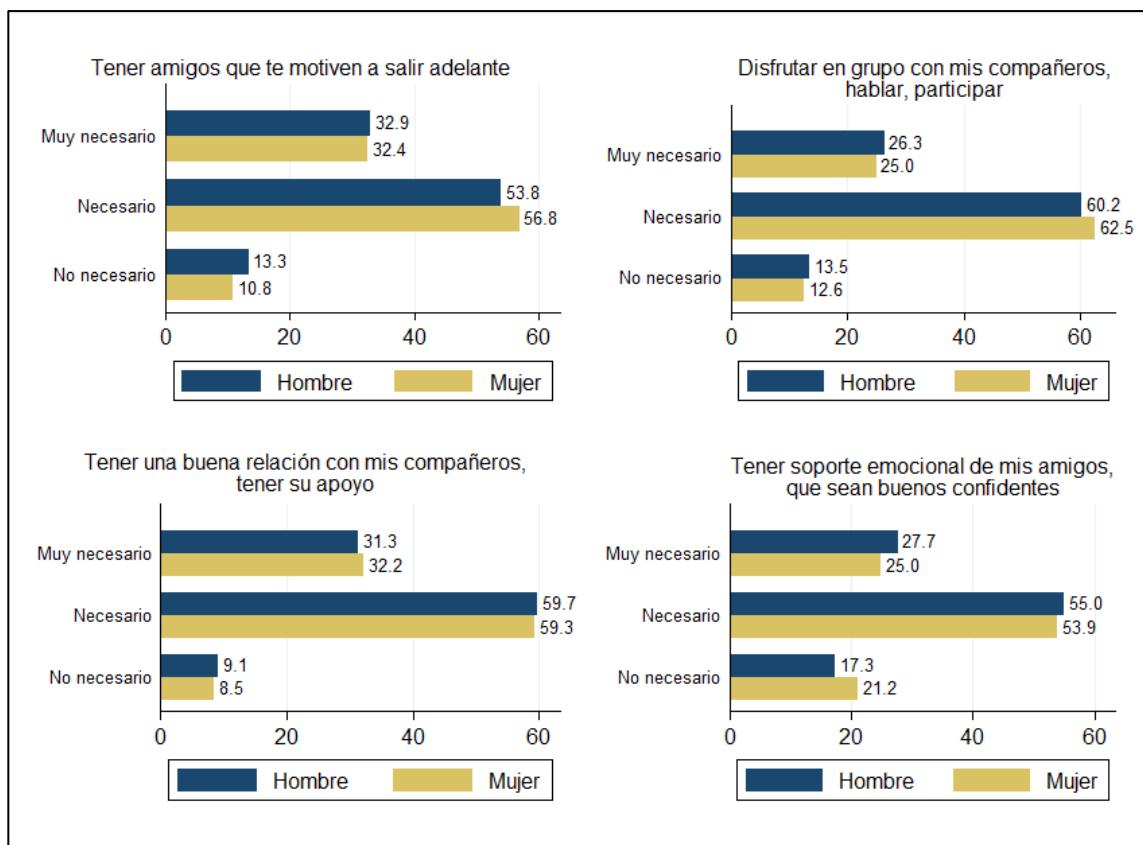


Gráfico 2: Distribución del bienestar subjetivo de los estudiantes de la UNA-Puno reportado en las variables (categorías) respecto a los amigos, compañeros de la universidad, diferenciado por género (en porcentajes). Elaboración propia

El gráfico de Tener amigos que te motiven a salir adelante, los estudiantes universitarios de la UNA, consideran que es *muy necesario* (32%), reafirma lo que sostiene (Moreno:2015) referente a la relevancia del optimismo y la autoestima en el bienestar de hombres y mujeres, apoyando en mayor medida la similitud entre ambos géneros que las diferencias por el hecho que ser joven es estar

rodeado de amigos; pero sobre todo de aquellos que orienten a "salir adelante".

La afirmación *Disfrutar en grupo con mis compañeros, hablar, participar*, el considerar la suma de muy necesario (25%), necesario (62.5%) las mujeres. Los resultados reflejan esta situación es eminentemente comunicacional las relaciones sociales y en grupo, corresponde a uno de los niveles de la comunicación social y según el proceso el

diálogo, la participación generan feed back, lo cual coadyuva a la socialización y crecimiento personal de los jóvenes. Datos similares son reflejados frente a la afirmación Tener una buena relación con los amigos, tener su apoyo, entendiendo como apoyo en el mundo andino como sostener algo alguien el apoyo es muy necesario, dado que es una práctica andina

llamada como *Apjata* (reciprocidad), para los estudiantes universitarios consideran que es muy necesario para las mujeres (32,2%) y *necesario* (59.3%). Los amigos son relaciones muy sólidas en las personas, trascienden y son selectivas, tanto para los hombres (55%) y las mujeres (53.9%) son *Necesarios*.

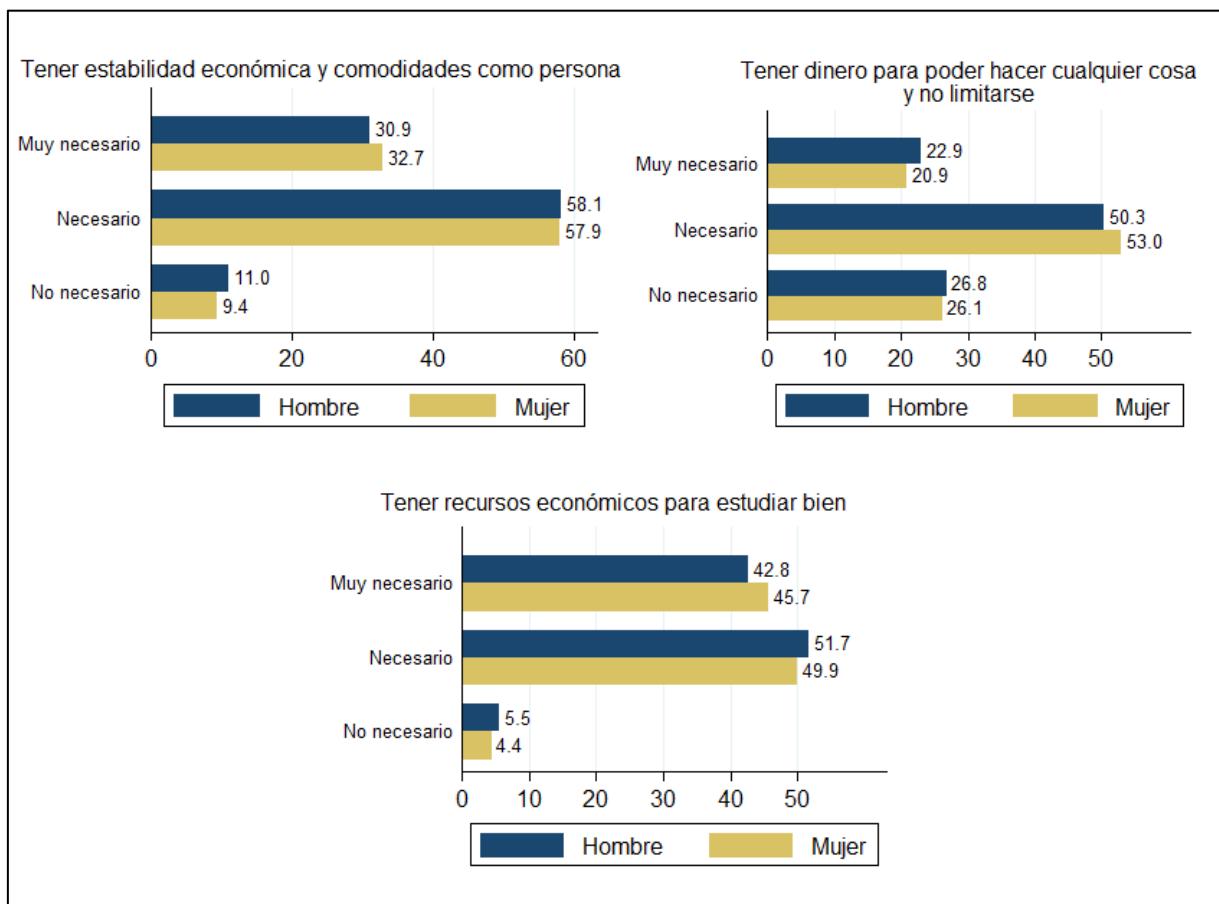


Gráfico 3: Distribución del bienestar subjetivo de los estudiantes de la UNA-Puno reportado en las variables (categorías) respecto a la percepción económica, diferenciado por género (en porcentajes). Elaboración propia

El *Tener estabilidad económica y comodidades*, los varones consideran Necesario (58.1%) y las mujeres (59.9%), en la investigación cualitativa sorprendió escuchar y transcribir sobre las menos que mínimas condiciones económicas que tenían los estudiantes universitarios (jóvenes que tenían una habitación compartida entre tres con 1 baño compartido para todos los que vivían en la casa y solo contar con luz determinadas horas, sin equipos de cómputo la gran mayoría realiza sus trabajos en su celular, ante estas mínimas condiciones llamemos "sobrevivencia estudiantil" los indicadores de

Muy necesario Mujeres (32.7%) muestran una realidad dura por querer lo básico para estudiar. Además, la mayoría de los estudiantes trabajan sábado y domingo con el fin de ganarse la semana de sobrevivencia.

Referente a *Tener recursos para estudiar bien*, existe situaciones que interfieren para no poder dedicarse por completo al estudio "estudiar bien" puede significar que lo pueden hacer mejor, pero como no tienen dinero y hacen lo que pueden. Sumando Muy necesario y Necesario los varones (90%) y mujeres (90.6%)

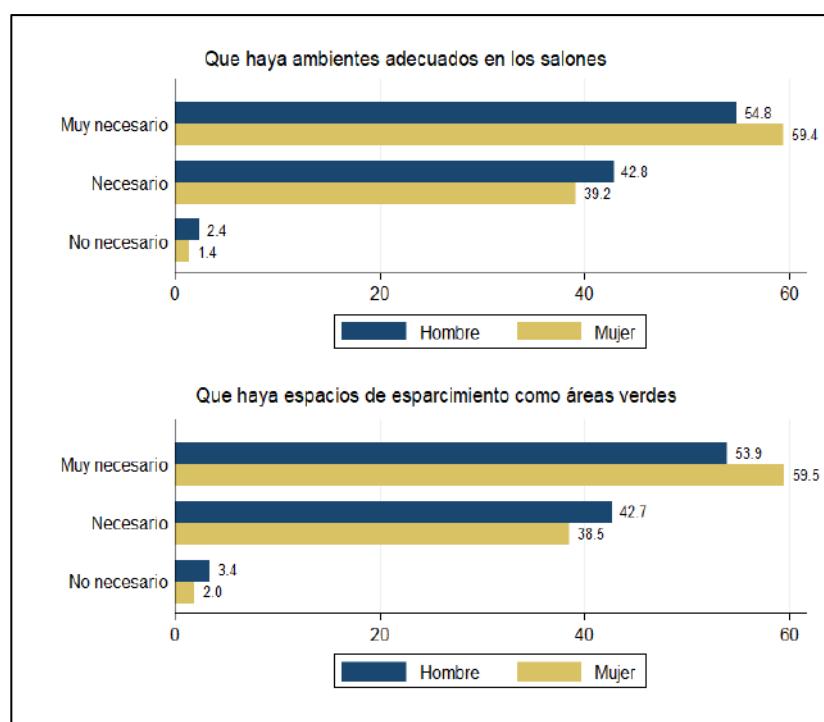


Gráfico 4: Distribución del bienestar subjetivo de los estudiantes de la UNA-Puno reportado en las variables (categorías) respecto a los ambientes adecuados y espacios de esparcimiento, diferenciado por género (en porcentajes). Elaboración propia

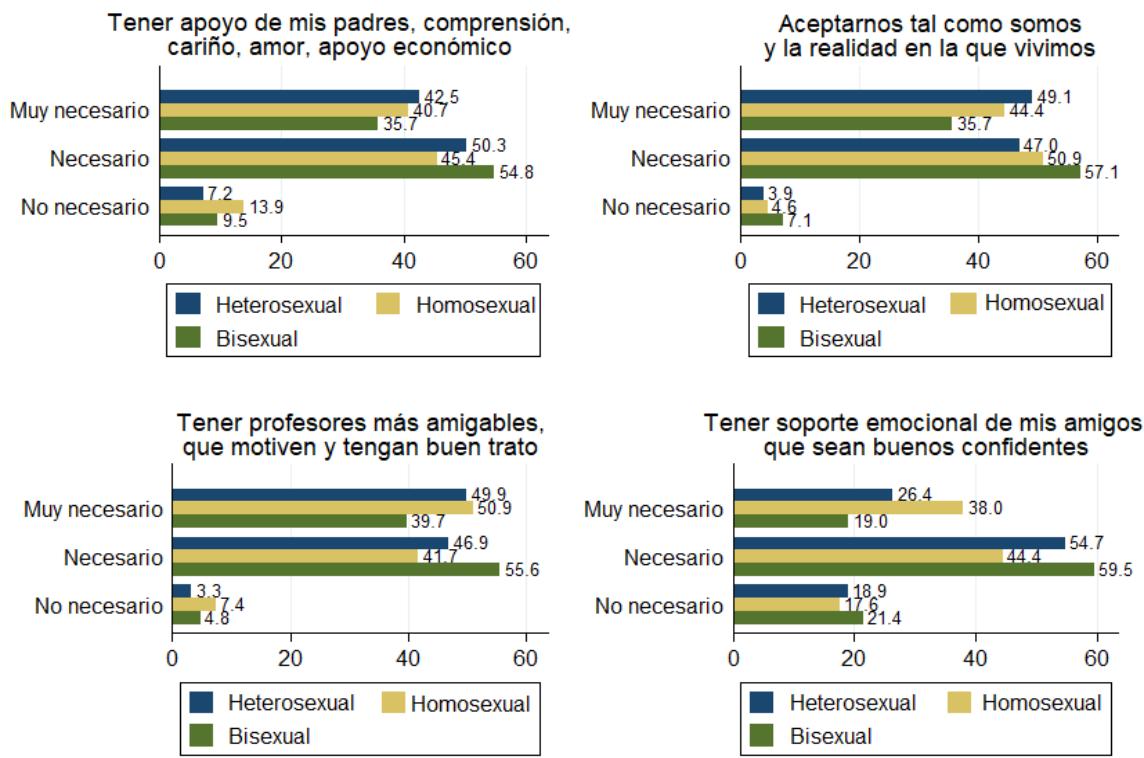


Gráfico 5: Distribución del bienestar subjetivo de los estudiantes de la UNA-Puno reportado en las variables (categorías) inclusión y LGTBIQ+(en porcentajes)

En relación *Qué haya ambientes adecuados en los salones*, el nivel de exigencia, la UNA no contempla adecuar los ambientes según las necesidades profesionales, por ello los estudiantes sobre todo las mujeres como Muy necesario (59.4%) y Necesario (39.2%). Los hombres sumando Muy necesario y Necesario (97.6%). Estos resultados son alentadores, por un lado, los estándares de calidad educativa tanto en la enseñanza como en ambientes adecuados ha aumentado en los estudiantes.

Sobre *Que haya espacios de esparcimiento*, las mujeres nuevamente en Muy necesario (59.5%) y Necesario (38.5%) asumen una exigencia extrema. Este resultado pareciera de demasiada exigencia, sin embargo, en la intervención cualitativa los alumnos contaban que por lo general permanecía todo el día en la Universidad, esto debido a que sentían solos en sus habitaciones y que tenían menos comodidad, como luz agua. Otras opiniones recogidas sobre todo por las alumnas es que la ciudad universitaria estaba diseñada solo

para deportes masculinos, canchas de futbol, y fulbito, pero no había espacios para ellas.

Conclusiones

La felicidad de los estudiantes de la Universidad Nacional del Altiplano está en relación a la cercanía de sus familiares, docentes competentes, espacios amigables para el estudio, compañeros y amigos que los impulsen a superarse.

Las categorías que se generaron producto de la investigación cualitativa fueron diversas, destacando: familia, amigos, lo académico, lo económico, la comunicación.

Las afirmaciones de bienestar subjetivo por género manifiestan estadíos de felicidad ligados familia, amigos, a la pareja y al respeto de su libre orientación sexual, no existiendo una brecha significativa de felicidad entre varón y mujer.

Referencias

Ahn, N., Morcillo, F. M., & de Juan, R. (2012). La felicidad de los jóvenes. *Papers*, 97(2), 407–430. Biblioteca temática. (n.d.).

Pascucci, M. (2015). Los jóvenes universitarios y el ocio. *European Scientific Journal*, 11(10), 116–127.

Rojas, M. (2011). Más allá del ingreso: progreso y bienestar subjetivo. La medición del progreso y del bienestar.

Barrientos, J. (2005). Calidad de vida. Bienestar subjetivo, una mirada psicosocial. Santiago: Editorial Universidad Diego Portales.

Ferrer-i-Carbonell, A. (2002). Subjective Questions to Measure Welfare and Well-Being: A survey. Tinbergen Institute Discussion Paper TI 2002-020/3.

Fingerhut, A. W. (2018). Sexual orientation and well-being. In J. E. Maddux (Ed.), *Frontiers of social psychology. Subjective well-being and life satisfaction* (pp. 409–431). Nueva York: Routledge/Taylor & Francis Group.

Javaloy, F. (2007). Bienestar y felicidad de la juventud española. Madrid: INJUVE.

Moreno, Y., & Marrero, R. J. (2015). Optimismo y autoestima como predictores de bienestar personal: diferencias de género. *Revista Mexicana de Psicología*, 32(1), 27–36.

Sumner, L. W. (1995). The Subjectivity of Welfare. *Ethics*, 105(4), 764–790.

Sumner, L. W. (1996). *Welfare, happiness and ethics*. Oxford University Press.

Suppes, A., Napier, J., & van der Toorn, J. (2019). The Palliative Effects of System Justification on the Health and Happiness of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender

Individuals. Personality and Social Psychology Bulletin, 45(3), 372–388.

Suda, J. Y., & Pérez, C. C. (2015). PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ ESCUELA DE POSGRADO Tesis para optar el grado de doctor en psicología, 1–71.

Ureña-Bonilla, P., & Barrantes-Brais, K. (2015). Bienestar psicológico y bienestar subjetivo en estudiantes universitarios costarricenses. Revista Intercontinental de Psicología Y Educación, 17(1), 101–123.

Veenhoven, R. (1991). Is happiness relative? Social Indicators Research, 24, 1–34.

Vélezquez, C., Montgomery, W., Montero, V., Pomalaya, R., Dioses, A., Velásquez, N., ...

Reynoso, D. (2008). Bienestar psicológico, asertividad y rendimiento académico en estudiantes universitarios sanmarquinos. Revista de Investigación En Psicología UNMSM, 11(2), 139–152.

Zubieta, E., & Delfino, G. (2010). Satisfacción con la vida, bienestar psicológico y bienestar social en estudiantes universitarios de Buenos Aires. Anuario de Investigaciones, 17, 277–283.

La Perspectiva de Género en Comunicación y Relaciones Públicas en Brasil

The Gender Perspective In Communication And Public Relations In Brazil

Sandra Milena Ortega Restrepo⁶⁷

Resumen: A continuación, en este artículo se presenta un estudio bibliométrico como avance de la tesis de maestría, con el objetivo identificar los estudios científicos que abordan la temática de mujer y género en el área de la Comunicación y las Relaciones Públicas en Brasil. Para ello fueron seleccionadas dos revistas de producción científica brasileñas (Intercom y Organicom), y se revisó el período de 2015 a 2019. Asimismo, se revisaron los trabajos presentados en el principal congreso de Comunicación y Relaciones Públicas de Brasil (Abrapcorp) en el período de 2007 a 2019. Los resultados de esta revisión indican que a la fecha aún existe poca producción científica sobre género en esta área de conocimiento.

Palabras Clave: género, relaciones públicas, comunicación organizacional.

Abstract: This article presents a bibliometric study as an advance of the master's thesis, with the objective of identifying scientific studies that address the issue of women and gender in the field of study of Communication and Public Relations in Brazil. For this purpose, the Brazilian scientific production journals in the Intercom and Organicom areas were selected. The review was done between 2015 - 2019. The papers presented at the main Congress of Communication and Public

⁶⁷ Sandra Milena Ortega Restrepo. Estudiante de Maestría, Especialización en Marketing, Brasil, smorestrepo@usp.br

Relations of Brazil (Abrapcorp) in the period 2007 - 2019 were also reviewed. The results of this review indicate that to date there is still little scientific production on gender in this area of knowledge.

Key words: gender, public relations, organizational communication

Introducción

Los estudios sobre género, como categoría analítica derivada de los estudios feministas, han sido preocupación de los investigadores en diferentes campos del conocimiento. En el contexto Brasileño, estos estudios adquirieron importancia desde la década de 1980, particularmente en el campo de la Sociología, Antropología e Historia (Heilborn, 1999) y en el campo de la Comunicación su desenvolvimiento ha sido en los últimos 20 años (Escosteguy, 2008).

Es así como para conocer mejor el estado de la producción científica sobre género en el área de la comunicación y las relaciones públicas, realizamos una revisión bibliográfica en la cual seleccionamos los artículos de la revista Intercom⁶⁸ de publicación cuatrimestral editada por la Sociedad

Brasilera de Estudios Interdisciplinarios de Comunicación y de la revista Organicom⁶⁹ de la Escuela de Comunicación y Artes de la Universidad de São Paulo de publicación semestral, en el período de 2015 a 2019. También en los trabajos presentados en el Congreso Nacional de la Asociación Brasileña de Investigadores en Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas (Abrapcorp)⁷⁰, en el periodo 2007 a 2019.

Este tipo de investigación se enmarca en los denominados "estados del arte", que identifican tendencias en un determinado campo del conocimiento a partir del mapeo y discusión de la producción académica en diferentes campos (Ferreira, 2002). Las publicaciones científicas representan la consolidación y proliferación de investigaciones realizadas en cada campo de estudio, sin embargo, en la comunicación no

⁶⁸ Revista Brasileira de Ciências da Comunicação <https://www.portalintercom.org.br/>

⁶⁹ Revista da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo <https://www.revistas.usp.br/organicom>

⁷⁰ Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas <http://portal.abrapcorp.org.br/anais/>

es posible trazar un estado del arte de la investigación de género, debido a la dispersión que marca la investigación brasileña y la falta de revisiones bibliográficas específicas (Escosteguy, 2008).

Antes de entrar en el análisis propiamente dicho, queremos destacar algunos aspectos de los estudios feministas en las relaciones públicas, principalmente en los Estados Unidos, que tiene su trayectoria ligada al desarrollo de la corriente feministas de los años sesenta y sesenta y posteriormente sobre los estudios desenvolvidos en Europa.

Estudios de género en Relaciones Públicas

La mujer en las relaciones públicas es un tema que ha llamado la atención en los Estados Unidos desde la década de 1980, cuando asociaciones profesionales como la Asociación Internacional de Comunicación Empresarial (IABC)⁷¹ y la Sociedad de Relaciones Públicas de América (PRSA)⁷², patrocinaron estudios para analizar los posibles efectos del género en la profesión de relaciones públicas.

La IABC fue responsable de lo que se considera el trabajo fundacional sobre

estudios de género en el campo de las relaciones públicas conocido como *The Velvet Ghetto* (1986). El estudio tuvo como objetivo describir el impacto del aumento del número de mujeres en el campo de las relaciones públicas, y para mitigar los efectos como el desprestigio de la profesión y la caída en los salarios. Entre las conclusiones, los autores sugirieron que todos los profesionales tanto hombres como mujeres, trabajarán juntos para mejorar el estado de la profesión en su conjunto y aumentar la conciencia entre los estudiantes universitarios sobre la existencia del problema de género. Esta última sugerencia parece haber sido la más profética porque después de la publicación de *The Velvet Ghetto*, el género se convirtió en un tema en la investigación de relaciones públicas.

Posteriormente la PRSA y su comité de trabajo, vida y género apoyaron la investigación *Women in Public Relations* (Grunig, L, Toth & Children Hon, 2001), sobre el género en las relaciones públicas. Como mencionaron las investigadoras, la asociación conocía la existencia de la discriminación sexual y la investigación no fue realizada para exponer el alcance de esta discriminación -

⁷¹ International Association of Business Communicators <https://www.iabc.com/>

⁷² The Public Relations Society of America <https://www.prsa.org/>

"por el contrario, su objetivo era explicar por qué mujeres y hombres experimentan su trabajo en las relaciones públicas de una manera tan diferente "(GRUNIG, L. *et al.* 2001, p. 13, traducción propia).

Algunos de los hallazgos del estudio *Women in Public Relations*, fueron las estrategias implementadas por las mujeres para ingresar al sistema: muchas de las entrevistadas dijeron que las mujeres debían aprender a utilizar el sistema en su beneficio, en lugar de combatirlo. "lo que implica tomar una decisión: adaptarse al sistema y trabajar el doble que los colegas o negarse y renunciar a las recompensas" (GRUNIG, L. *et al.* 2001, pág. 322, traducción propia). También entre las conclusiones, las autoras propusieron varios cambios para mejorar las condiciones de las mujeres: en la sociedad aumentar la conciencia sobre el sexismo, elegir mujeres para altos cargos en el gobierno, promover legislación que apoye a las madres trabajadoras, combatir el acoso sexual y romper los estereotipos de género; en las empresas desarrollar planes de carrera alternativos y hacer más equitativos los criterios de reclutamiento, contratación, retención y promoción; y en la profesión abordar la marginalidad de la profesión e

incorporar las perspectivas de las mujeres en el plan de estudios. (GRUNIG, L. *et al.* 2001).

En complemento, la investigación sobre las mujeres en el campo de las relaciones públicas, aunque se originó en los Estados Unidos, también se ha llevado a cabo en otros países, como el Reino Unido. La Asociación Europea de Educación e Investigación en Relaciones Públicas (EUPRERA), realizó en el año 2019 el estudio denominado: Informe Euprera Vol.1, nº1, Mujeres en las Relaciones Públicas - Una Revisión de Literatura (1982 - 2019). La metodología implementada para este estudio fue el análisis de la literatura de las revistas de relaciones públicas y revistas del área de comunicación corporativa, utilizando la palabras clave "relaciones públicas femeninas". Las revistas se identificaron utilizando la lista proporcionada por el *British Chartered Institute of Public Relations* (CIPR): *Public Relations Review*, *Public Relations Inquiry*, *Journal of Public Relations Research*, *Corporate Communications: An International Journal*, *Journal of Communication Management*, *Corporate Reputation Review* e *Journal of Brand Management*, *Public Relations Inquiry Journal*, *Asia Pacific Public Relations Journal* e *Prism* (Topic, M & Diers Lawson, A. 2019, p. 12).

El número total de artículos analizados fue de 223 en el período elegido de 1982 a 2019. Según los autores del estudio de EUPRERA, el análisis y las conclusiones sobre la posición de la mujer en las relaciones públicas "se centran predominantemente en trabajos publicados en Occidente y en lengua inglesa, debido a la escasez de artículos publicados en portugués, español, francés, croata, serbio, esloveno, holandés y georgiano" (Topic, M & Diers Lawson, A. 2019, p.12, traducción nuestra). Los trabajos analizados fueron clasificados en tres temas generales (Topic, M & Diers Lawson, A. 2019, p. 32, traducción nuestra):

a) Perspectivas feministas liberales, en las cuales los académicos analizaron temas como el techo de cristal y la brecha salarial, la discriminación en el trabajo, la falta de oportunidades de orientación, etc.) y el poder que las mujeres simplemente no tienen debido a su bajo estatus en las organizaciones.

b) Perspectivas feministas radicales, en las cuales los académicos comenzaron a analizar la diversidad en las relaciones públicas, la falta de oportunidades para las mujeres, y algunas obras ofrecen críticas al feminismo

liberal, que no ha resuelto los problemas de las mujeres.

c) Estudios que analizaron la posición de las mujeres en el escenario organizacional con un vínculo claro con las perspectivas feministas liberales, ya que esta línea de investigación se ocupa principalmente del desarrollo de las mujeres en sus carreras profesionales.

Para los autores, aunque existen algunas diferencias en la estructura de las investigaciones, las preocupaciones sobre la condición de la mujer fueron las mismas a lo largo de los años, es decir, por ejemplo se analizó el tema de la diferencia salarial y el techo de cristal⁷³ como parte de los estudios sobre discriminación en el trabajo en la década de 1980, posteriormente como parte de la Teoría Organizacional de las relaciones públicas en la década de 1990 y en el 2000 fue nuevamente abordado, porque "aunque la posición de la mujer ha mejorado significativamente, aún muchas mujeres no pueden progresar en sus carreras" (Topic, M & Diers Lawson, A. 2019, p. 33, traducción nuestra). Otro hallazgo del estudio es que las revistas y trabajos publicados en el área, "todavía se enfocan predominantemente en

⁷³ Término utilizado para hacer referencia a la dificultad que enfrentan las mujeres para ascender a cargos de gestión (MORRISON; RANDALL; WHITE, 1987) y (POWELL; BUTTERFIELD, 1994)

comunicación de crisis y riesgos, medios digitales, práctica de relaciones públicas, comunicación estratégica y gestión estratégica y relaciones con los medios, dejando así la exploración de la mujer en la profesión como tema marginal" (Topic, M & Diers Lawson, A. 2019, p. 15, traducción nuestra).

Estudios de género en Relaciones Públicas en Brasil

Para comprender cómo el campo de relaciones públicas está problematizando la temática de género, revisamos los artículos de las revistas de producción científica brasileñas Intercom y Organicom en el período 2015 - 2019 y los trabajos presentados en el principal congreso Abrapcorp en el periodo

2007 - 2019. Como criterio de búsqueda seleccionamos los trabajos que contenían las palabras "mujer" y "género", en el título y/o resumen y/o palabras claves.

En las revistas encontramos 12 artículos con las palabras (mujer y género), pero cabe destacar que 8 trabajos no tenían relación con comunicación y relaciones públicas, por el contrario tenían foco en los medios de comunicación masiva y la comunicación pública, con temáticas como: mediatización en la web; manifestaciones en Twitter sobre violación sexual; uso de Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) por parte de mujeres agricultoras; comunicación pública digital para mujeres en Brasil; migraciones transnacionales y género; entorno virtual de Internet y representación de mujeres científicas en la televisión (Figura 1).

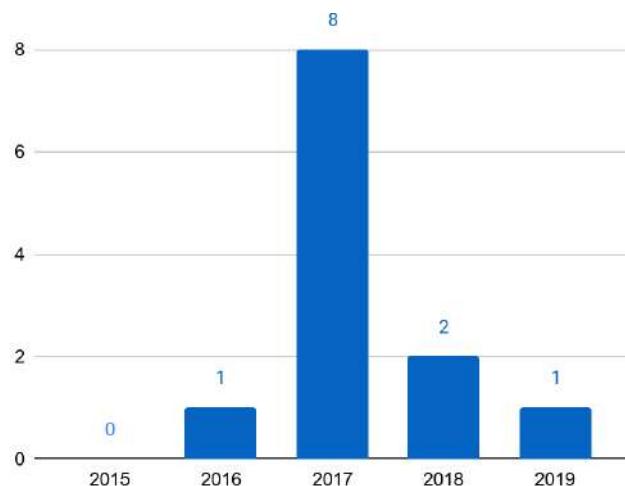


Figura 1: Total de trabajos encontrados en las revistas

También revisamos 3 artículos que contenían la palabra género, pero estos no trataban exclusivamente del género femenino, sino también sobre la multiplicidad de identidades de género: *A contação de histórias de vida pelas organizações: a presença da diversidade nas narrativas institucionais* de Jeane Moreira e Ivone de Lourdes Oliveira (2018), que analiza cómo las organizaciones cuentan historias de vida que abordan temas de género, raza y diversidad LGB +; *Sexualidade e reconhecimento como apostas para a transformação da segurança em El Salvador* de Erika Julieta Rojas Ospina y Josefina Echavarría Alvarez (2018), que relata el caso de violencia contra las mujeres trans en San Luis Talpa; *Ética, política e religião nas conversações on-line sobre laicidade e diversidade em demandas morais por justiça* de Bruno Menezes Andrade Guimarães y Angela Cristina Salgueiro Marques (2017), que trata sobre las interacciones de las personas en Facebook a partir de una noticia sobre los reclamos de personas LGBTQ.

Como resultado en las revistas sólo se obtuvo 1 artículo con la intersección mujer, género y organizaciones: *Ulaje do rosto: embates discursivos e reconhecimento da liderança feminina na Petrobras* de Angela Cristina Salgueiro Marqués y Frederico da Cruz Vieira de Souza (2016), de la Universidad Federal de Minas Gerais, que aborda el tema de la mujer en el ámbito organizacional, donde los autores analizaron los discursos organizacionales de la empresa Petrobras, durante la presidencia de Graça Foster, para identificar los estereotipos habitualmente utilizados sobre las mujeres.

Cuando revisamos los trabajos presentados en los trece años del congreso Abrapcorp, encontramos que solamente 11 contenían las palabras mujer y género, sin embargo uno de ellos empleó la palabra género bajo el significado de programación televisiva: *Programação e audiência de uma emissora legislativa: o caso da TV Câmara* de Antonio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes y Cláudia Regina Fonseca Lemos (2010) (Figura 2).

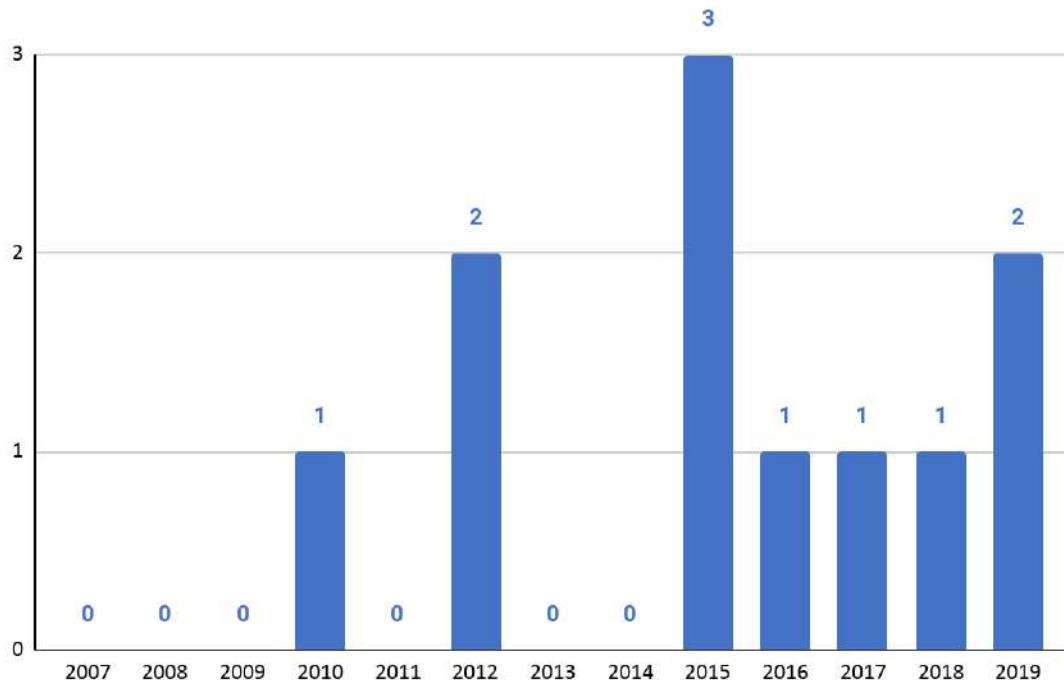


Figura 2: Total de trabajos encontrados en los anais del congreso

De los 10 trabajos seleccionados, 2 tratan la temática del género femenino pero en contextos diferentes: “*Falta tempo*”: *Confiança nos espaços institucionais e processos de organização social no Vale do Rio Pardo/RS*, de Carlise Schneider Rudnicki y Verenice Zanchi (2015) y *Keep playing #likeagirl: fluxos mercadológicos, institucionais e políticos no discurso da igualdade de gênero através do esporte*, de

Vanessa Cardoso Brandão y Fábia Pereira Lima (2017).

También la palabra género es utilizada en 4 trabajos para hacer referencia a la multiplicidad de identidades de género LGTB, a saber: *Os conflitos entre as organizações e o público LGBT: perspectivas de atuação do relacionamento público* de Felipe Franklin Anacleto da Costa y Júlio Afonso Sá de Pinho Neto (2015); *Dos invisíveis às mediações: o (novo) lugar dos sujeitos LGTBs nas práticas*

organizacionais, de Karen Greço Soares y Regiane Regina Ribeiro (2016); *Diversidade nas organizações: das lutas sociais às políticas de gestão*, de Ricardo Gonçalves de Sales (2018); *O discurso da diversidade em campanhas do dia dos namorados no brasil*, de Fiorenza Zandonade Carnielli, Denise Avancini Alves, Shayane Machado dos Santos y Fernanda Andricópolo Noschang (2018).

Luego al revisar la intersección mujer, género y organizaciones, encontramos solamente 4 trabajos relacionados con comunicación y relaciones públicas: *Gênero e relações públicas: a inserção feminina nas agências de relações públicas e comunicação no Brasil e nos Estados Unidos*, de Tiago Mainieri (2012); *Ultraje do rosto: Embates discursivos e reconhecimento da liderança feminina no atual contexto organizacional da Petrobras*, de Frederico Vieira (2015); *Entre o silêncio velado e o discurso formal: uma proposta de estudo sobre a participação da mulher na aviação brasileira*, de Simone Cristina Dantas Miranda (2019); y *O relacionamento com públicos como*

estratégia de comunicação: um referencial teórico e metodológico do estudo com pequenas empreendedoras brasileiras, de Juliana Aparecida Galdino Gomes Wruck (2019).

Al totalizar la producción científica de las revistas y el congreso⁷⁴, sólo 4 investigaciones cumplen con la intersección mujer, género y organizaciones, considerando que el trabajo *Ultraje do rosto: Embates discursivos e reconhecimento da liderança feminina no atual contexto organizacional da Petrobras*, fue presentado en el congreso Abrapcorp del año 2015 y también publicado en la revista Organicom V.13 N.24 del año 2016 bajo la autoría de Ángela Cristina Salgueiro Marqués y Frederico da Cruz Vieira de Souza. También destacamos que sólo el trabajo *Gênero e relações públicas: a inserção feminina nas agências de relações públicas e comunicação no Brasil e nos Estados Unidos*, de Tiago Mainieri (2012), problematiza directamente la cuestión de la mujer profesional de relaciones públicas. (Figura 3).

⁷⁴ Sabemos que algunos trabajos pueden no haber sido incluidos porque no tenían las palabras mujer y género entre los principales elementos disponibles para la búsqueda. Destacamos la importancia de elaborar resúmenes y títulos que cubran todos los aspectos considerados fundamentales en la indexación.

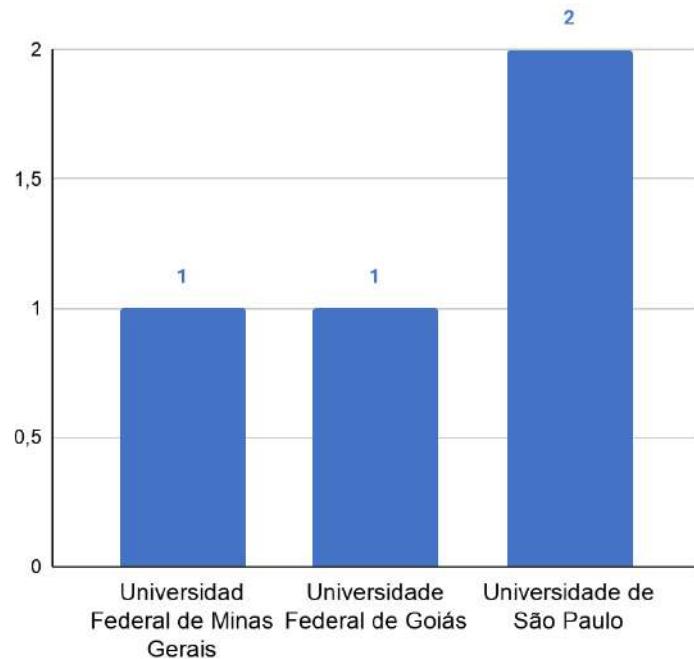


Figura 3: Total de trabajos que tratan sobre mujer y género

Cuando realizamos la lectura y análisis de los cuatro trabajos, encontramos que en ellos no son referenciadas autoras feministas para tratar las discusiones sobre género como por ejemplo Judith Butler, Simone de Beauvoir o Joan Scott y tampoco autoras feministas brasileñas como Sueli Carneiro o Lélia Gonzalez. Por el contrario, se aborda la temática de manera más amplia, lo que dificulta reconocer sobre cuál perspectiva feminista está siendo analizada la cuestión de las mujeres. También son utilizados términos como diversidad de género, igualdad de

género, estereotipos de género o relaciones de trabajo y género, sin una conceptualización teórica. Además en algunos casos el término género aparece como equivalente a sexo femenino y masculino o para hacer referencia a la inserción de hombres y mujeres en el mercado de trabajo.

Consideraciones finales

A pesar del área de relaciones públicas estar institucionalizada en Brasil desde hace más de 40 años, los resultados de la revisión

bibliográfica indican que aún no existe un programa de referencia o línea de investigación que aborde exclusivamente la temática de mujer y género⁷⁵. Sin embargo, en las cuatro publicaciones seleccionadas, encontramos un gran aporte para futuras investigaciones.

Como agenda de investigación, los autores sugieren analizar temáticas como: la diferencia salariales entre hombres y mujeres en las agencias de relaciones públicas, la ausencia de mujeres en cargos de gestión en las agencias o departamentos de comunicación, los efectos de la diversidad dentro de los equipos de comunicación, los estereotipos de género existentes en los discursos organizacionales, el impacto de las características machistas de la cultura brasileña sobre la cultura organizacional, el protagonismo del relacionista público como activistas y agente de mudanzas, la violencia de género en las organizaciones y el silencio femenino.

Por la relevancia de estas temáticas en la actualidad, donde existe una mayor exigencia para las organizaciones por parte de la sociedad de un actuar ético, consideramos pertinente ahondar en esfuerzos a nivel

nacional, para impulsar las discusiones sobre la desigualdad de género en las organizaciones y la condición de las mujeres profesionales de relaciones públicas, a través de conexiones entre las diferentes universidades para crear una red de investigadores interesados en la temática, que nos permita impulsar los estudios de mujer y género.

Al estar de cara a una profesión tan joven, que presenta problemas conceptuales especialmente en América Latina, se entiende que la actuación de la esfera académica es necesaria para la sustentación del ejercicio profesional. Tal y como lo expresó Linda Childers Hon "Un giro hacia lo femenino en las relaciones públicas también puede afectar profundamente las prácticas de comunicación de las organizaciones y las implicaciones de las relaciones públicas para la sociedad" (Hon, 1995, p.30, traducción propia).

Referencias

- Cline, C. G., Masel-Walters, L., Toth, E. L., Turk, J. V., Smith, H. T & Johnson, N. (1986). The Velvet Ghetto: The impact of the increasing percentage of women in public relations and

⁷⁵ Destacamos aquí el tema de nuestra área, ya que existen otros programas, de otras áreas que pueden contar con líneas de investigación sobre mujeres y relaciones de género.

organizational communication. San Francisco: IABC Research Foundation.

Escosteguy, A. C. org. (2008). Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa. EDIPUCRS: Porto Alegre.

Ferreira, N. S. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". Revista Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79.

Grunig, L. A, Toth, E. L. & HON, L. C. (2001). Women in Public Relations: How Gender Influences Practice. New York: Guilford Press.

Heilborn, M. L. (1999). Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183-221.

Hon, L. C. (1995). Toward a Feminist Theory of Public Relations. *Journal Of Public Relations Research*, 7(1), 27-88. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Topic, M; Diers Lawson, A. (2019). Euprera Vol. 1 No. 1 - Women in Public Relations: A Literature Review (1982-2019). Project Report. Creative Media and Communications Research Ltd & EUPRERA, Leeds/Brussels.

Representações do empoderamento feminino na mídia: um estudo de caso das revistas Claudia e Marie Claire

Representaciones del empoderamiento femenino en los medios: Un estudio de caso de las revistas Claudia y Marie Claire.

Representations of female empowerment in the media: a case study of the Claudia and Marie Claire magazines

Danyelle Alves da Paixão⁷⁶

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues⁷⁷

Palavras-chave: movimentos sociais, revistas femininas, consumo, feminismo.

Keywords: social movements, women's magazines, consumption, feminism.

Introdução

Marcado por uma série de manifestações em prol dos direitos humanos e civis das mulheres, o ano de 2015 tem sido postulado por muitos pesquisadores e integrantes de movimentos sociais como a “primavera feminista brasileira”. As reivindicações ganharam força diante dos constantes

ataques aos direitos das mulheres e outras minorias sociais, muitos deles encabeçados por movimentos políticos de direita compostos por setores empresariais e religiosos com grande influência no congresso nacional.

A conjuntura que se desenhava entre os anos mais turbulentos da década de 2010 era de grande preocupação para setores da

⁷⁶ Danyelle Alves da Paixão. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil, danyellealves_p@hotmail.com.

⁷⁷ Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil, egbrodrigues@gmail.com.

esquerda e da sociedade civil como um todo, que viam ameaçados direitos fundamentais à sobrevivência e ao exercício da cidadania, conquistados ao longo de anos pelos movimentos sociais populares. Nesse período, eclodiram diversas manifestações em todo o país, organizadas em grande medida com o recurso às ferramentas digitais, cujas redes sociais tiverem papel imprescindível. A organização online de eventos, a divulgação de materiais educativos em diferentes formatos e a viralização de *hashtags* como #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉqueSãoElas contribuíram para dar visibilidade a assuntos urgentes de interesse público. No tocante aos movimentos feministas, temas como igualdade de gênero, direitos civis, violência doméstica, sexual e de gênero, assédio e aborto, principalmente, ganharam espaço em vários meios de comunicação.

Nosso interesse por “revistas femininas”, como são tradicionalmente conhecidos os títulos cujo conteúdo é voltado fundamentalmente para as mulheres, surge com o destaque concedido pela publicidade e pelos veículos da mídia tradicional às pautas feministas. No período localizado na década de 2010, especialmente no avançar dos anos com a ascensão política e partidária de

movimentos de extrema-direita no Brasil, é possível perceber de forma mais evidente as contradições políticas e ideológicas na construção do discurso midiático dessas revistas sobre os direitos das mulheres.

Tomando o problema conceitual do empoderamento feminino promovido pelas revistas analisadas, Cláudia e Marie Claire, esse artigo discute os modos como a razão econômica neoliberal incide sobre as formas de ação de um tipo específico de Sujeito de gênero promovidos pelos meios de comunicação. Fruto de um trabalho de conclusão de curso, esse estudo tem como objetivo identificar e analisar as representações do empoderamento feminino que essas revistas apresentam em seu conteúdo. Para tanto, nos ancoramos principalmente na análise de conteúdo de Bardin (1977), identificando e categorizando uma série de elementos que compõe os modelos de emancipação econômica e sucesso apresentados por cada revista, comparando-os. O *corpus* é composto de 12 edições das revistas Cláudia e Marie Claire no período de janeiro a dezembro de 2018.

As representações do empoderamento feminino nas revistas Cláudia e Marie Claire

A discussão sobre as representações da realidade construídas pela mídia não é de modo algum uma novidade, mas tende a assumir outros contornos em cenários de profunda crise política. Isso porque uma representação diz respeito à redutibilidade daquilo é irredutível, isto é, os sentidos que podem ser atribuídos a uma dada realidade ou objeto. A mídia, assim como a publicidade são experientes nesse processo de pedagogização do olhar para a interpretação da realidade, estimulando a incorporação de valores que precisam ser continuamente reiterados para o projeto de sociedade que defendem.

É nesse sentido que os meios de comunicação têm uma capacidade extraordinária de criarem representações de mundo. O problema da representação em nossa sociedade, como sugere Spivak (2010), é que ela é produzida dentro de uma visão ocidental de alteridade. Assim, mesmo que o subalterno busque representar a si mesmo, ele é sempre interpelado por uma linguagem e um sistema de pensamento que limita as condições de possibilidade de sua ação, em virtude dos "modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (SPIVAK, 2010, p. 14). E dentro de um

esquema de mercado, a representação se torna ainda mais problemática na medida em que a linguagem é operada em termos de direcionamento para o público-alvo.

Buscando se adequar à agenda pública cada vez mais interessada em temáticas como aborto, maternidade, sexualidade e liberdade financeira das mulheres, diversos veículos de comunicação voltados para o público feminino têm mudado substancialmente sua linha editorial nos últimos anos. Esse é o contexto em que revistas como Cláudia e Marie Claire assumem outra postura em relação à abordagem dos assuntos cotidianos.

Fundada em 1961 pela Editora Abril, a revista Cláudia é famosa por abordar questões de ordem familiar e doméstica em seu conteúdo. Com um número de circulação estimado em 177 mil exemplares de revistas impressas e digitais, seu público é composto majoritariamente por mulheres (81%) e pessoas de 35 a 54 anos (48,8%). De acordo com a revista, a maior parte de seu público está concentrada nas regiões Sudeste (56,4%) e Sul (19,6%) do país, sendo 74% de seus novos assinantes pessoas da elite brasileira, donos de negócio e experientes urbanos de

vida confortável⁷⁸. Seu posicionamento atual está materializado na hastag #EuTenhoDireito, lema que vai definir suas leitoras como mulheres que tem mais estudos, menos filhos e mais renda⁷⁹.

A revista Marie Claire segue uma linha editorial bastante próxima à Cláudia, com a diferença de refinar mais seu conteúdo a uma linguagem cosmopolita e direcionada ao mundo fashion. Com o lema "Chique é ser inteligente", a revista se apresenta como um veículo sempre à frente de seu tempo, oferecendo desde o início novidades com um "jornalismo sério e provocativo". Criada em 1937 na França, ela chega ao Brasil em 1991 pelas mãos da Editora Globo, apresentando hoje um total de 60% de leitoras exclusivas de

sua revista cuja maioria é composta por mulheres (82%), pertença às classes A e B e seja predominantemente jovem, com incidência de 22% na faixa etária de 25 a 34 anos e 22% entre aqueles de 35 a 44 anos.

Com esse perfil editorial e de consumo, as revistas Claudia e Marie Claire se mostram como modelos ideais para uma investigação que busque analisar como se constroem as representações de empoderamento feminino na mídia especializada. Seriam elas ferramentas importantes para transformação social das mulheres ou sua função seria parte de um projeto contrarrevolucionário de manutenção do poder por parte da elite econômica? Essas são questões que buscamos desenvolver ao longo do texto.



Figura 1 - Revista Cláudia. Edições de janeiro a dezembro de 2018 em ordem cronológica de publicação. Fonte: claudia.abril.com.br

⁷⁸ Media Kit Revista Cláudia. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/midia_kits> Acesso em abril de 2020.

⁷⁹ Lançamento do novo posicionamento da revista Cláudia. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/claudia-lanca-novo-posicionamento-eutenhodireito/>> Acesso em abril de 2020.



Figura 2 - Revista Marie Claire. Edições de janeiro a dezembro de 2018 em ordem cronológica de publicação. Fonte: revistamarieclaire.globo.com

Para identificarmos as representações de empoderamento construídas por esses veículos, baseamos nossa metodologia na análise de conteúdo de Bardin (1977). O corpus da pesquisa é composto pelas 12 edições das revistas Claudia (Figura 01) e Marie Claire (Figura 02) publicadas de janeiro a dezembro de 2018. Na primeira fase, que constitui a pré-análise, exploramos tanto o material impresso das revistas como recorremos a mais informações sobre elas no meio digital. Foi possível contextualizar as mudanças de posicionamento de ambas as marcas e investigar mais a fundo os interesses ligados à incorporação de pautas políticas e sociais ao seu conteúdo.

Na segunda fase, de caráter mais descritivo, pudemos elencar as características do conteúdo direcionado à temática do empoderamento feminino que

serviam como base para a construção das representações de mulheres empoderadas. Assim, o processo de identificação das categorias se iniciou pelo reconhecimento das temáticas, criando-se tabelas cujos temas encontrados nas revistas foram divididos em primários e secundários.

Com isso, chegamos às seguintes representações: na revista Claudia (Figura 03), a (1) Empreendedora; a (2) Feminista; (3) Mãe; (4) Liderança Feminina; e (5) Satisfeita consigo mesma. Já na revista Marie Claire (Figura 04) encontramos: a (1) Empreendedora; a (2) Liderança Feminina; a (3) Feminista; a (4) Modelo; a (5) Mãe; e a (6) Equilibrada. Como é possível notar, algumas representações são repetidas nos dois títulos, o que não quer dizer que o conteúdo seja homogêneo.



Figura 3. Representações Revista Claudia. Marina Ruy Barbosa (1), Oprah Winfrey (2), Isis Valverde (3), Cármem Lúcia (4), Paolla Carosella (5). Fonte: revistamarieclaire.globo.com



Figura 4 - Representações Revista Marie Claire. Daniela Mignani (1), Marina Silva (2), Bruna Linzmeyer (3), Winnie Harlow (4), Karina Bacchi (5) e Gaby Amarantos (6). Fonte: Revista Marie Claire 2018

Quando veículos de grande circulação nacional pertencentes a corporações da elite econômica aprovam uma linha editorial pró-feminista, é preciso indagar a quem eles buscam representar em seus discursos na medida em que suas pautas são apropriações de lutas sociais. O problema da representação está na estrutura de exploração patriarcal que, como alerta Spivak (2010), coloca essas mulheres mais vulneráveis duplamente no obscurantismo: como mulheres e como mulheres da periferia. E para elas a autora afirma não existir possibilidade efetiva de

aliança. Nesse sentido, a representação passa a ser utilizada pelas elites econômicas, através de suas grandes corporações midiáticas, como forma de perpetuar sua hegemonia nas instâncias de poder.

Emancipação feminina e o problema da representação

Uma das principais características do conteúdo sobre feminismo e empoderamento das revistas analisadas consiste no uso de relatos de vida bem-sucedidas como modelo para suas leitoras. Segundo Casaqui

(2016), a produção de narrativas inspiracionais focadas nos relatos de vida pessoal funciona como ancoragem para a expansão de todo um mercado de produtos e serviços que buscam oferecer respostas aos anseios individuais. O autor explica que essas narrativas são derivadas de um projeto de sociedade empreendedora que estimula o indivíduo a ser empreendedor de si mesmo, excluindo aqueles que não se enquadram em tal modelo.

Em ambas as revistas, são apresentados relatos de empresárias e celebridades como exemplos de estilo de vida para as leitoras que se encontram nas partes mais largas da pirâmide social. Em alguns raros momentos (muitos deles circunstanciais), essas mulheres também ganham espaço nas páginas das revistas. É o caso da edição de março de 2018 da revista Cláudia, cuja capa traz a imagem de algumas mulheres comuns vítimas de violência de gênero⁸⁰. Das 24 edições analisadas, essa foi a única a trazer no texto de destaque mulheres fora do circuito de empresárias e celebridades conhecidas do show business.

Um problema mais recorrente no conteúdo dessas revistas tem a ver com o apagamento das desigualdades de classe em favor de um

discurso meritocrático, novamente evocando a responsabilidade individual como paradigma do progresso social. Ainda há aquelas matérias específicas sobre feminismo, padrões de beleza, maternidade “fora dos padrões” e legalização do aborto. Esses quatro tópicos são fundamentais para analisarmos como as representações do empoderamento feminino construídas pela mídia se apresentam como um problema.

Embora as pautas sobre esses temas sejam de grande relevância e revelem, sem dúvida, um avanço em relação ao obscurantismo que vem assolando nossa sociedade ao longo de séculos, consideramos que a forma, mais que o conteúdo, em que essas pautas se materializam é aquilo que precisamos problematizar.

Empoderamento, consumo e racionalidade neoliberal no feminismo de mercado

Falar em emancipação feminina é necessariamente trazer para o centro da questão os modos como a gestão econômica de um Estado se volta para o problema estrutural da desigualdade econômica inerente a países capitalistas. Logo, colocar em uma mesma discussão feminismo e Economia não é de modo algum contraditório,

⁸⁰ Feminismo não é mimimi: agora é que são elas. Matéria de capa de março de 2018 da Cláudia (n.03, ano 57)

mas necessário. Contudo, é preciso pensar como o feminismo é apropriado como objeto de troca e, nesses termos, posto em discurso para responder a uma demanda de mercado, cuja estrutura é baseada na concorrência e na relação de troca.

Tanto a empresa de mídia como as instituições financeiras que a sustentam respondem a um projeto econômico articulado a uma política de Estado. Eis que nos deparamos com a racionalidade política neoliberal, que, para além de uma ideologia ou política econômica, "tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Sendo o neoliberalismo uma razão do capitalismo contemporâneo, sua finalidade consiste na "generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação" (Idem). Então, se a consciência de classe está ligada ao que Spivak (2010) sugere ser um sentimento de coletividade sustentado por conexões nacionais e organizações políticas, o que a subjetivação capitalista ancorada na razão neoliberal possibilita é uma inversão conceitual dessa pertença.

Nesse sentido, as campanhas prol empoderamento feminino encabeçadas por

empresas e marcas como essas analisadas trazem ao público uma versão estereotipada e higienizada de feminismo, traduzindo suas pautas em um modelo de consumo para aqueles que têm pouca proximidade com as lutas.

É assim que surge o empoderamento "light", "uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais" (CORNWALL, 2018, p. 2). Nessa linha, é possível afirmar que essa versão traz uma estreita relação entre empoderamento e mercado, às vezes sob a forma de um feminismo mais liberal, outras pelo simples apagamento das lutas. Esse último caso diz respeito a uma despolitização extrema que se traduz em máximas como o negacionismo histórico do empoderamento como pauta feminista.

Na versão mercadológica do termo, o empoderamento das mulheres se dá por meio do engajamento ao mercado, conjugando poder ao dinheiro (CORNWALL, 2018). Esse é o caso das revistas analisadas, em que as representações de mulheres empoderadas seguem uma lógica desenvolvimentista de mercado. Como um sistema que estende a lógica do mercado a todas as dimensões da

vida social (DARDOT; LAVAL, 2016), o neoliberalismo tende a capitalizar até mesmo o discurso humanista em termos de valores de mercado, como é o caso do empoderamento *light* e do "capitalismo responsável". Mas certas conciliações são difíceis de serem praticadas.

Assim, embora o empoderamento promovido pelas corporações capitalistas pareçam atender às demandas feministas, como nos lembra Cornwall (2018), é importante lembrar que a voz e os corpos que servem de representação para essas formas de agenciamento feminino empoderado não falam sobre ou a partir dos debates feministas, mas tentam se impor sobre eles. São uma versão caricata que podemos chamar de feminismo de mercado.

Considerações finais

Ao longo desse artigo buscamos problematizar a noção de representação a partir dos modelos de empoderamento feminino promovido por organizações capitalistas, tomando com estudo de caso as revistas brasileiras Cláudia e Marie Claire. Em uma das edições da Cláudia, explica-se qual seu entendimento sobre o conceito:

Empoderamento é a conscientização profunda de nosso status social, que nos permite criar estratégias individuais e coletivas e, assim, reverter o estado atual de coisas. Não podemos empoderar ninguém, como muitos erroneamente acreditam. Podemos, por meio do nosso empoderamento (promovemos o processo em nós mesmas), inspirar pessoas, para que elas, sozinhas, delineiem os próprios caminhos e, assim, empoderem a coletividade pela soma de indivíduos. (CLAUDIA, 2018)

O trecho acima foi publicado na coluna de Joice Berth, autora também do livro "o que é empoderamento?". Na sua compreensão, o conceito evoca uma ação primeiramente individual, cuja inspiração seria o motor para o empoderamento coletivo. Nesse sentido, o indivíduo seria o centro da mudança social, o que nos levaria a entender que não haveria demanda mais ou menos urgente.

O empoderamento *light* liberal que esses veículos, assim como a própria publicidade, promovem vai de encontro com a proposta de uma publicidade "que elimina os estereótipos de gênero, descarta a objetificação e promove a mulher em contextos reais e, portanto, entende a mulher como sujeito social, que desempenha distintos papéis" (BARRETO JANUÁRIO; CHACEL, 2018, p. 164). Embora acreditemos ser muito difícil conciliar os

interesses de empresas com as pautas feministas, a *femversiting* aparece como um horizonte mais humano para essas organizações. Nesse complexo cenário onde se faz necessária a luta das mulheres nas suas mais variadas dimensões sociais, econômicas e políticas, Januário e Chacel (2018) afirmam que a ressignificação de valores que constitui hoje nossa sociedade demonstra o quanto as consumidoras estão mais cientes e críticas a respeito de como são representadas e quais papéis sociais assumem nas campanhas.

Contudo, é inegável o fato de que o tipo de empoderamento promovido hoje pela mídia hegemônica é, nas palavras de Cornwall (2018, p. 8), uma versão liberal da proposta feminista e "procura simplesmente acomodar as mulheres dentro do mercado sem interromper as desigualdades sociais e de poder existentes". Como no exemplo das revistas, o discurso pro empoderamento feminino se alinha às pautas feministas na medida em que levanta a questão da escolha como uma atitude fundamental para a emancipação feminina, mas a custo de deslocar o problema para uma dimensão individual.

BARDIN L. Análise de Conteúdo. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, S. Masculinidades em (Re) construção: gênero, corpo e publicidade. Covilhã: Coleção: Livros LabCom, 2016.

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CASAQUI, V. A Inspiração como Forma Comunicacional do Capitalismo "Cool". In: congresso nacional de ciências da comunicação – INTERCOM, out. 2016. Anais Intercom Nacional.

CHARAUDEAU, P. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2013.

CORNWALL, A. Além do "Empoderamento Light": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. Tradução: Daniela Ferreira Araújo Silva, Cadernos Pagu, n. 52. Campinas, 2018.

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, T.; LOPES, G.; WATANABE, M.; YAMAGUCHI, Cristina.; GODOI, Christiane. Dimensões Do Empoderamento Feminino:

Referências

Autonomia Ou Dependênci?, Revista Alcance – Eletrônica – vol. 23 b– n. 3 – jul./set. 2016.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista. In: I seminário internacional: trilhas do

empoderamento de mulheres – projeto tempo. Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SPIVAK, G. Podo o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

A construção de narrativas jornalísticas sobre violência de gênero a partir de músicas brasileiras: uma análise do Projeto Celina

La construcción de narrativas periodísticas sobre violencia de género a partir de la música brasileña: un análisis del Projeto Celina

The construction of journalistic narratives about gender violence from brazilian music: an analysis of the Projeto Celina

Luíza Buzzacaro Barcellos⁸¹

Maria Clara de Aquino Bittencourt⁸²

Resumo: Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento e busca analisar como o Projeto Celina, do jornal O Globo, constrói narrativas jornalísticas sobre violência de gênero a partir da discussão de letras de músicas brasileiras. O Celina publicou três textos, onde demonstrou o machismo presente em algumas letras e os protestos contra a desigualdade de gênero evidente em outras. Desta forma, o Projeto se mostrou combativo aos fatores estruturantes da violência de gênero, manifestando uma aproximação com os movimentos feministas em seu discurso.

Palavras-Chave: Narrativas jornalísticas, Violência de Gênero, Projeto Celina.

Abstract: This paper presents a master's research in development report and research on how Projeto Celina, from O Globo newspaper, builds journalistic narratives about gender violence from the discussion of brazilian song lyrics. The Celina published three texts, where it demonstrated the

⁸¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pertencente a linha de pesquisa Linguagem e Práticas Jornalísticas, Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, l.buzzacaro@yahoo.com.br.

⁸² Orientadora do trabalho, professora titular e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pertencente a linha de pesquisa Linguagem e Práticas Jornalísticas, Brasil, jaquino@unisinos.br.

machismo present in some letters and the protests against gender inequality evident in others. In this way, the Project was shown to be combative to the structuring factors of gender violence, showing an approach with feminist movements in its speech.

Key words: Journalistic narratives, Gender Violence, Projeto Celina.

Introdução

Ser homem e ser mulher carrega diferentes sentidos. Enquanto aos homens cabe atividades da esfera pública, às mulheres se destinam os cuidados com a casa e os filhos. A eles são atribuídas características como impulsividade, poder e agressividade; enquanto que para elas são colocados aspectos como a delicadeza, sensibilidade e submissão. Todas essas concepções formam identidades calcadas no gênero, o que gera relações assimétricas entre homens e mulheres, onde há o prestígio deles. Esse cenário desigual ocasiona diversos percalços na vida cotidiana das mulheres, dentre eles a violência.

No Brasil, desde a década de 1980 vêm sendo desenvolvidas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. A criação de leis e delegacias especializadas facilitaram o processo de punição dos agressores, no entanto, o fenômeno da

violência de gênero depende não somente de uma mudança na legislação, mas também de uma mudança sociocultural. Nesse sentido, as instituições sociais, dentre elas a mídia, tem papel fundamental no combate às desigualdades de gênero, pois atuam na construção da realidade de diferentes formas.

Tendo dito isso, demonstraremos neste artigo como um projeto jornalístico em específico, o Celina, do jornal O Globo, vai construir narrativas sobre violência de gênero a partir da veiculação de notícias que trataram da temática sob um viés da cultura. Ao publicar três textos sobre a presença do machismo em letras de músicas brasileiras, assim como a necessidade de músicas de protesto a essa realidade, o Projeto Celina se mostrou combativo aos fatores estruturantes da violência de gênero, manifestando uma aproximação com os movimentos feministas em seu discurso.

Gênero e Feminismos

Discutir sobre gênero é complexo e contraditório. Portanto, salientamos que neste trabalho adotamos a percepção de que gênero é uma construção social, histórica e cultural, mas não somente na sua relação com o sexo biológico em si, pois, como afirma Butler (2019), até mesmo a construção da natureza sexual e reprodutiva dos indivíduos é um discurso cultural. Segundo ela, o corpo sexuado “é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*” (BUTLER, 2019, p. 27).

Esse discurso cultural é evidenciado ainda no nascimento de um bebê. Ao definir, de forma binária, se ele é menino ou menina, conforme sua genitália, são impostos pacotes fechados de condutas e normas que devemos seguir, ao longo da vida, devido ao respectivo sexo (CONNELL; PEARSE, 2015). Como lembra Heilborn (1994, ONLINE), “há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura”. Portanto, segundo Connell e Pearse (2015), é possível definir gênero como uma “estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os

corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 48). Já para Scott (2019, p. 67), “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

O que queremos dizer é que ao trabalhar gênero não estamos tratando de mulheres apenas no sentido hegemônico, como se houvesse apenas uma identidade de “mulher”, branca, heterossexual, que possui uma vagina e cumpre seus papéis sociais impostos como se casar com um homem e ter filhos. Precisamos entender que “O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2019, p. 18). Aqui consideramos também outros marcadores de opressão além do gênero, como a raça, a sexualidade e a classe social (TIBURI, 2018), portanto considerando mulheres todas aquelas que se identificam como tal e que sofrem, diariamente, com as consequências de todas essas opressões.

Considerando estes aspectos, é possível afirmar que homens e mulheres são não apenas diferentes, mas desiguais (JOHNSON, 1997). Isso se comprova em diversos aspectos da vida cotidiana, como a discrepância dos salários no mercado de trabalho – pesquisa do IBGE (2019) mostra que as mulheres ainda recebem 20,5% menos do que os homens no Brasil; ou com a responsabilização maior das

mulheres com os afazeres domésticos – 87,6% das mulheres com mais de 16 anos alegam realizar trabalhos domésticos, enquanto 45,8% dos homens fazem a mesma alegação, além disso, as mulheres dedicam mais do que o dobro de horas de trabalho doméstico em relação aos homens (BIROLI, 2018). Isso se dá porque, mesmo mulheres e homens sendo reconhecidos como cidadãos com os mesmos direitos pela Constituição Federal Brasileira, eles são tidos como tendo diferentes papéis e funções na sociedade, o que evidencia o poder e a dominação deles sobre elas, resultado de uma história e uma cultura calcadas pelo patriarcalismo⁸³ (TIBURI, 2018). Este quadro gera diversas consequências, como, por exemplo, a violência.

Um dos principais movimentos que lutam para mudar este cenário é o feminismo, que busca uma democracia plena que elucide direitos iguais e uma cidadania efetiva entre homens e mulheres (TIBURI, 2018). Segundo a autora, é somente através do feminismo que o mundo terá a garantia de uma verdadeira transformação social e política na sociedade, pois, além de nos ajudar a ver o outro com mais empatia, ele também nos permite ter "O

direito de ser quem se é, de expressar livremente a forma de estar e de aparecer e, sobretudo, de se autocompreender" (TIBURI, 2018, p. 23). Desde o século XVIII, mulheres vêm lutando pelo direito ao voto, à educação, ao trabalho no âmbito público (fora da esfera doméstica), à livre sexualidade e a tantos outros pontos que as tornam efetivamente livres e cidadãs. À passos lentos muitos direitos foram conquistados, mas ainda há muito pelo o que lutar. Um dos embates da luta feminista é contra a violência de gênero, que faz vítimas todos os dias devido a uma cultura machista e patriarcal.

Violência de gênero e jornalismo

Segundo dados da Agência Patrícia Galvão (2019), foram 4.254 mulheres mortas no Brasil em 2018. Além disso, hoje, segundo o mesmo levantamento, a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro, a cada um dia três mulheres são vítimas de feminicídio, e a cada dois minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha. Os números tornam-se ainda mais alarmantes quando o país possui políticas públicas voltadas para o combate deste tipo de

⁸³ "O patriarcado é um verdadeiro esquematismo do entendimento, um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo o que sustenta seu poder" (TIBURI, 2018, p. 41).

violência: delegacias especializadas de atendimento às mulheres foram criadas em 1985 (BLAY, 2003); a Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006 para proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e garantir a punição para os seus agressores (LAGE; NADER, 2013); e a Lei do Feminicídio foi criada em 2015 para tipificar e punir os assassinatos de mulheres decorrentes de uma motivação estritamente ligada ao gênero (PRADO; SANEMATSU, 2017). No entanto, como ressalta Viana (2013), no Brasil ainda há uma discrepância entre o que está na lei e a realidade vivida por muitas mulheres vítimas de violência.

Nesse sentido, os veículos de comunicação jornalísticos são uma instituição social que tem suma importância no combate a essa realidade, pois produz diferentes significados culturais, por meio das representações, que influenciam nas práticas sociais e acabam orientando as condutas dos indivíduos (HALL, 1997 apud VEIGA DA SILVA, 2014).

A imprensa, em alguns casos, reforça estereótipos de gênero ao noticiar casos de violência contra a mulher, culpabilizando a vítima pela agressão sofrida ou pela própria morte, colocando, implicitamente, os papéis que aquelas mulheres não haviam cumprido,

o que socialmente justificaria o cometimento de tal crime (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Quando analisa as concepções de gênero que os jornalistas têm e como as mesmas atravessam a produção das notícias, Marcia Veiga da Silva (2010) aponta como os padrões de desigualdade e a heteronormatividade se revelam em um jornalismo constituído de gênero. As relações de poder e as hierarquias que se perfazem no contexto das instituições que abrigam as redações que fazem o jornalismo se traduzem nos conteúdos jornalísticos e, segundo a autora (2010, p. 131): “a categoria de gênero é constitutiva não apenas dos sujeitos, mas também das instituições, e se intersecciona com as relações de poder e formação de hierarquias”. Ao produzir esse tipo de análise, Veiga da Silva (2010, p. 204) entende que é possível compreender “como o jornalismo produz relações de gênero e, deste modo, também está relacionado aos modos como se conhece os parâmetros normativos comportamentais e se aprende a ser e a valorar sujeitos em nossa sociedade”.

Ao mesmo tempo em que a imprensa reforça um discurso sobre gênero já cristalizado como senso comum, cada vez mais os movimentos feministas, entendendo a importância dos veículos de comunicação, se

apropiam desses espaços, pressionando para que pautas sobre gênero e diversidade sejam abordadas nesses veículos ou criando suas próprias plataformas de conteúdo, pois também é papel do feminismo "se preocupar com as palavras por meio das quais as pessoas sempre foram controladas, cerceadas e dominadas" (TIBURI, 2018, p. 75). Segundo a Escosteguy (2019), este movimento de apropriação dos meios de comunicação pelo feminismo acaba produzindo uma diversidade de narrativas, o que fortalece a propagação de múltiplas vozes em um cenário político conservador⁸⁴, além de pressionar por políticas públicas que atenuem as desigualdades de gênero. É, portanto, cada vez mais urgente e necessário que os veículos de comunicação passem a abordar os temas relacionados a gênero de maneira mais afeita ao feminismo.

Nesse contexto conservador, podemos destacar uma iniciativa que vem abordando pautas sobre mulheres, gênero e diversidade no âmbito do jornalismo. O Projeto Celina é um projeto dentro do site do O Globo que trata somente de temas ligados a gênero, mulheres e diversidade. Foi fundado no Dia Internacional

da Mulher, em 2019, como uma iniciativa do jornal, um dos maiores veículos de comunicação brasileira em termos de audiência.

Segundo o próprio jornal, Celina surgiu da necessidade e do compromisso do Globo em aumentar a diversidade e a representatividade na sua equipe e nas reportagens que veicula. A redação integrada dos veículos O Globo, Extra e revista Época, possui 409 profissionais, sendo 58% homens e 42% mulheres. Já em relação a jornalistas com cargos de chefia, o equilíbrio é absoluto: são 65 mulheres e 65 homens. Em relação aos personagens, ou seja, as fontes ouvidas pelos jornalistas para elaboração de suas matérias, há, também, uma discrepância visível: 67,1% são homens, enquanto 32,9% são mulheres⁸⁵. O projeto foi pensado e discutido durante um ano até ser colocado no ar, em 2019.

Este é o momento para ter reportagens, dados e reflexões. Para que pensemos como a mulher é tratada e vista pela sociedade sob o ponto de vista da cultura, da mídia, da educação e da política. Não é mimimi, isso

⁸⁴ Aqui no Brasil este cenário conservador foi evidenciado principalmente após a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, um dos principais representantes da extrema direita no país. Ainda em sua campanha, ele fazia questão de atacar e menosprezar minorias políticas como as mulheres, negros, indígenas e os LGBT+.

⁸⁵ Recuperado de <https://oglobo.globo.com/celina/com-plataforma-celina-um-compromisso-do-globo-em-busca-de-diversidade-23506980>. Acesso em 28 set.2019.

tem efeitos concretos" (UNBEHAUM apud O GLOBO, 2019)⁸⁶.

A partir deste cenário, o objetivo geral do artigo é identificar os elementos narrativos utilizados pelo Projeto Celina nas notícias sobre violência de gênero que discutem o fenômeno a partir da análise de músicas brasileiras.

Análise de narrativas e o processo metodológico

A metodologia do presente artigo parte da proposição da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, conforme elaboração de Luiz Gonzaga Motta (2004, 2005 e 2017). Para o autor, a narrativa, além de ser uma forma de representação, também é uma ação sociocultural pensada a partir de alguns objetivos do narrador (jornalista), que gerarão, consequentemente, efeitos em seus leitores. Conceitos como objetividade, presentes na prática jornalística, tentam invalidar as intenções de quem narra no campo jornalístico, no entanto, é preciso reavaliar o jornalismo, visto a impossibilidade de uma mediação sem interferências (MOSER, 2018). "Apesar de ter semelhanças com a narrativa

literária, a narrativa jornalística diferencia-se pela capacidade de contribuir para a construção social da realidade [...] Nenhuma narrativa é ingênua, ressalva Motta" (MOSER, 2018, p. 175). Motta (2004) diz que é por meios das narrativas jornalísticas que nós, indivíduos, compreendemos a maioria das coisas do mundo.

Em um esboço mais recente sobre a teoria, o autor (2017) ressalta a importância de conceder a narratologia um cunho mais antropológico e menos ligado aos limites da linguística e da teoria literária. O autor defende, portanto, que a teoria da narrativa deve tornar-se uma teoria da ação comunicativa, na qual deve-se identificar, no texto, pistas e traços que revelem as intenções comunicativas. "Isso torna a teoria narrativa uma teoria da argumentação, e sua interpretação, uma análise da retórica que poderá desvelar os ardil e artimanhas. Os jogos de poder, enfim" (MOTTA, 2017, p. 55).

Motta (2017, p. 60) propõe ao analista a utilização de uma teoria ampliada de círculos dêiticos que forneceria "subsídios relevantes para a análise das narrativas como atos de fala dinâmicos e circunstancializados". Os círculos dêiticos propostos por Motta (2017)

⁸⁶ Recuperado de <https://oglobo.globo.com/celina/o-globo-lanca-celina-uma-plataforma-sobre-mulheres-diversidade-23506999>. Acesso em 28 set. 2019.

são os seguintes: 1) Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas; 2) Coações institucionais, normas profissionais, etc.; 3) Graus de hierarquias entre os sujeitos da enunciação e suas condicionantes na interlocução; 5) Espaço físico e sua influência na enunciação; 6) Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores; 7) Circunstâncias históricas de ocorrência do ato; 8) Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartido; 9) Memória coletiva de curto e longo prazos; 10) Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores. Para o autor, "Os níveis dêiticos são apenas indicadores a partir dos quais as pistas e traços argumentativos da linguagem narrativa podem ser interpretados de maneira mais segura" (MOTTA, 2017, p. 59).

Faremos, portanto, uma experimentação de análise, aplicando uma adaptação da Análise de Narrativa, proposta por Motta (2017). Chamamos de adaptação pois, como o próprio autor destaca, os círculos dêiticos são pistas para que consigamos identificar traços

linguísticos pertinentes a análise de uma narrativa, portanto, os círculos dêiticos considerados em cada notícia dependem da sua pertinência para tal.

O corpus de análise deste artigo é formado por três textos. O primeiro deles, "Por que Junior Lima está certo ao criticar letra de 'Maria Chiquinha'" (Notícia 1), foi publicado no dia 22/07/2019, e traz à tona uma crítica feita pelo cantor Junior Lima durante show com a sua irmã, Sandy⁸⁷. Ele afirmou ser inadmissível cantar uma música onde o feminicídio é naturalizado e mudou a letra ao vivo no show. Decorrente deste fato, outras duas matérias foram publicadas: "14 músicas que trazem em seus versos machismo ou violência contra a mulher" (Notícia 2), veiculada também no dia 22/07/2019⁸⁸; e "Seis músicas brasileiras que denunciam em suas letras a violência contra a mulher" (Notícia 3), publicada no dia 23/07/2019⁸⁹. Ambos os textos procuram trazer uma reflexão acerca da música brasileira e sua intersecção com a realidade de violência vivida por inúmeras mulheres.

⁸⁷ Recuperado de <https://oglobo.globo.com/celina/por-que-junior-lima-esta-certo-ao-criticar-letra-de-maria-chiquinha-23824009>. Acesso em 02 mai. 2020.

⁸⁸ Recuperado de <https://oglobo.globo.com/celina/14-musicas-que-trazem-em-seus-versos-machismo-ou-violencia-contra-mulher-23823894>. Acesso em 02 mai. 2020.

⁸⁹ Recuperado de <https://oglobo.globo.com/celina/seis-musicas-brasileiras-que-denunciam-em-suas-letras-violencia-contra-mulher-23824787>. Acesso em 02 mai. 2020.

Para estruturar a análise, elaboramos um modelo de quadro explicativo (Quadro 1), apresentado abaixo, no qual é possível

identificar algumas interpretações baseadas nos trechos das notícias selecionadas, conforme os respectivos níveis dêiticos.

Notícia 1	Notícia 2	Notícia 3
<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>		
<p>Identidade e lugar social: uma dupla de cantores, irmãos, um homem e uma mulher (Sandy e Junior), brancos, heterossexuais e de classe social elevada. Como cantores, têm um local de fala privilegiado.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: durante o show, o cantor modificou a letra da música "Maria Chiquinha", que trazia um feminicídio em tom de brincadeira, naturalizando a violência de gênero. Junior afirmou que "Isso não é mais aceitável".</p>	<p>Essa notícia traz uma série de músicas brasileiras que naturalizam a violência de gênero.</p> <p>Identidade e lugar social: todas as músicas expostas na matéria são cantadas por homens, mas não se traz nenhum dado mais detalhado da identidade deles.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: não há como se afirmar com precisão quais são os interesses dos cantores, apenas que veem a violência de gênero como algo normalizado.</p>	<p>A matéria elenca músicas brasileiras que possuem letras de protesto em relação a violência de gênero.</p> <p>Identidade e lugar social: todas as músicas expostas são cantadas por mulheres, mas não se traz nenhum dado mais detalhado da identidade delas.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: as letras expõe a realidade da violência contra as mulheres e tenta atuar no empoderamento das mulheres e no combate das desigualdades de gênero.</p>
<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>		

<p>Desde 1991, quando a música "Maria Chiquinha" fez sucesso, a consciência sobre relacionamentos abusivos, violência doméstica, sexismo e outros temas afins ganhou novas dimensões.</p>	<p>Depois do cantor Junior ter alterado a letra de "Maria Chiquinha", o debate evisionista acerca de canções brasileiras de teor machista e que naturalizam a violência doméstica se reacendeu.</p>	<p>Mesmo havendo muitas canções que banalizam a violência de gênero, outros cantores têm se preocupado em combater essa naturalização.</p>
<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>		
<p>A notícia traz a importância de duas leis brasileiras. A Lei Maria da Penha, de 2006, que criou mecanismos de prevenção e punição à violência contra a mulher. E a Lei do Feminicídio de 2015, responsável por tipificar o assassinato motivado pela condição de gênero.</p>	<p>Essa notícia não traz nenhuma circunstância histórica de contextualização.</p>	<p>Idem</p>
<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartido</i>		
<p>Há a entrevista com uma pesquisador e professora de história, que ressalta que as músicas refletem a cultura e a moral de uma época, mas que é necessário ter uma visão crítica sobre elas, pois, quando banalizadas, podem favorecer a aceitação da</p>	<p>Essa notícia traz trechos de músicas que banalizam e naturalizam a aceitação da violência contra a mulher: "Se te agarro com outro, te matol! Te mando algumas flores e depois escapo". "Todo homem que sabe o que quer, pega o pau pra</p>	<p>Por outro lado, essa notícia traz trechos de música que incentivam as mulheres a denunciarem a violência: "Cadê meu celular, eu vou ligar pro 180 Vou entregar teu nome e explicar meu endereço Aqui você não entra mais, eu finjo que não</p>

<p>violência de gênero. Também há a apresentação de um estudo que demonstrou que a mulher é retratada de cinco formas: como alguém que deve buscar um ideal de perfeição, um casamento, a maternidade, como alguém que tem o corpo objetificado ou que é objeto de violência.</p>	<p>bater na mulher". "Ajoelha e chora, quando mais eu passo o laço muito mais ela me adora".</p>	<p>te conheço" "Mulher com olho roxo, espancada todo dia Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia Que mulher apanha se não fizer comida Mulher oprimida, sem voz, obediente Quando eu crescer, eu vou ser diferente".</p>
<i>Memória coletiva de curto e longo prazos</i>		
<p>Um dos estudos evocados para a notícia traz que, das canções lançadas entre 1950 e 2010, ainda há uma predominância nas letras da imagem da mulher como subalterna.</p>	<p>Essa notícia não traz nenhuma memória coletiva.</p>	<p>Idem</p>
<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>		
<p>Evidencia-se que a atitude do cantor Junior foi louvável, pois mostrou uma compreensão de que a letra da música hoje tem um peso que não se atribuía a ela 30 anos atrás.</p>	<p>Contata-se que são muitas as músicas que abordam, sem cerimônia, comportamentos sexistas e casos de feminicídio.</p>	<p>Mostra-se um movimento de cantoras que se posicionam, por meio de suas músicas, contra a desigualdade de gênero.</p>

Quadro 1 – Identificação dos círculos dêiticos. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com a exposição das análises a partir dos círculos déiticos identificados, podemos dizer que o objetivo central das jornalistas que escreveram os textos, ou seja, do Projeto Celina de maneira geral, era evidenciar que as músicas brasileiras influenciam no fenômeno da violência de gênero de duas maneiras: legitimando comportamentos machistas, como no caso das músicas que naturalizam a violência contra a mulher em suas letras; ou contribuindo para o combate a essa estrutura de dominação de gênero, como no caso das músicas com letras de protesto.

A narrativa construída pelo Celina sobre violência de gênero a partir de um viés cultural e artístico é categórica ao afirmar que esse tipo de comportamento, no qual os homens sentem-se donos dos corpos das mulheres em diferentes sentidos, é inaceitável e deve ser refletido, debatido e combatido. Há, nas notícias veiculadas sobre o assunto e analisadas no Quadro 1, uma contextualização como pano de fundo, mostrando aspectos históricos e sociais sobre a violência de gênero, principalmente baseado em pesquisas e indicadores que demonstram que o assassinato de mulheres é um fenômeno preocupante aqui no Brasil.

Ao analisar as identidades dos personagens centrais das matérias e as

intenções comunicativas que eles têm, podemos afirmar que possuem um lugar privilegiado na sociedade, sendo cantores que têm seu lugar de fala legitimado pelos cidadãos, portanto, podendo influenciar a opinião pública sobre a questão da violência de gênero, tanto positivamente como negativamente. Além disso, há um posicionamento contra a estrutura machista e patriarcal que estabelece relações assimétricas entre homens e mulheres, o que é benéfico no combate a violência de gênero.

As circunstâncias históricas e culturais expostas nos textos analisados demonstram, com dados e depoimentos, que o Brasil é calcado por uma cultura machista, mas, ao mesmo tempo, vem estabelecendo políticas públicas que, aos poucos, contribuem para a mudança da realidade de muitas vítimas de violência de gênero. O Celina, nesse sentido, deixa claro que o principal responsável por essas conquistas é o movimento feminista e que muitos dos direitos das mulheres foram, na verdade, obtidos recentemente.

Concluindo, as percepções recíprocas apresentadas em todos os textos analisados levam a crer que o Celina se posiciona em favor do feminismo, dos direitos das mulheres e do combate a violência de gênero, sobretudo ao criticar comportamentos machistas e

afirmar que o que era aceito há alguns anos, não é mais admissível.

Considerações finais

Os veículos de comunicação têm suma importância no combate às desigualdades de gênero e a violência, por atuarem na construção da realidade, como demonstramos anteriormente. Ao analisarmos o conteúdo dos textos analisados neste artigo, podemos afirmar que o Projeto Celina, do jornal O Globo, entendeu a sua importância como instituição social no que diz respeito ao combate da violência de gênero. Podemos fazer esta afirmação calcadas no fato de que o projeto se posiciona contra a violência de gênero e contra o discurso machista ainda muito comum no cenário da música brasileira.

As notícias que aqui analisamos trazem a discussão sobre violência de gênero reforçando que o tema está presente no nosso cotidiano de diferentes formas, como na música, e que ao banalizarmos e naturalizarmos algumas atitudes, podemos estar contribuindo com as desigualdades de gênero e, consequentemente, com a violência. Ao cantar uma música com letra machista, sem criticá-la e refletir sobre o que ela trata, estamos tomando como normal aquela

situação. E tomar como normal uma situação de violência de gênero não pode mais ser aceitável, como bem reforçou o cantor Junior Lima em seu show.

Ao evocar dados, pesquisas e outros tipos de depoimentos, o Celina não só contribui com a discussão sobre violência de gênero, mas também adota uma postura combativa ao se posicionar afirmando que homens e mulheres devem ser vistos como indivíduos iguais e que a legitimação da violência de gênero por meio das músicas brasileiras não pode mais ser naturalizada. Por isso, mostra um outro movimento, de mulheres cantoras que reforçam a necessidade do empoderamento feminino e das denúncias contra agressores.

Acreditamos, portanto, que neste caso da construção de narrativas jornalísticas sobre violência de gênero a partir de músicas brasileiras, o Projeto Celina adotou uma postura discursiva mais alinhada a perspectiva feminista, pois, através das palavras que veicula, atuou na desconstrução de padrões comportamentais normativos e, consequentemente, na transformação social. O jornalismo como instituição deve atuar como produtor de conhecimento, e atua neste caso, pela responsabilidade que tem de estimular o debate sobre a violência de gênero, combatendo questões que prejudicam

a diminuição dos índices de violência através de práticas que instrumentalizam as pessoas a discutir sobre o tema. Assim, é cada mais necessário e urgente a adoção de um discurso feminista pelos meios de comunicação, para diminuir a produção de desigualdades de gênero no conhecimento e, consequentemente, nas práticas sociais.

Referências

Agência IBGE Notícias. (2019, 08 de março). Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>.

AGÊNCIA Patrícia Galvão. (2019, 03 de setembro). Violência contra as Mulheres em Dados. Recuperado de <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>.

BIROLI, F. (2018). Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo.

BLAY, E. A. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17(49), p. 87-98. doi: 10.1590/S0103-40142003000300006

BUTLER, J. P. (2019). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

CONNELL, R., & PEARSE, R. (2015). Gênero: uma perspectiva global. São Paulo, SP: nVersos.

ESCOSTEGUY, A. C. D. (2019). Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. In: Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós (s.p.). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

HEILBORN, M. L. (1994). De que gênero estamos falando?. Sexualidade, Gênero e Sociedade CEPESC/IMS/UERJ. Recuperado de <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/de%20que%20genero%20estamos%20falando.pdf>.

JOHNSON, A. G. (1997). Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

LAGE, L., & NADER, M. B. (2013). Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, C. B., & PEDRO, J. M. (Orgs.), Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo, SP: Contexto.

MOSER, M. (2018). O ponto de partida para uma teoria das narrativas jornalísticas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 15(1), p. 174-177. doi: 10.5007/1984-6924.2018v15n1p174.

MOTTA, L. G. (2005). A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: *Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)*. Recuperado de <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>.

MOTTA, L. G. (2017). Análise pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: SOSTER, D. A., & PICCININ, F. Q. *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas* [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul, RS: Catarse. Recuperado de

https://www.academia.edu/35133513/Narrativas_Midi%C3%A1ticas_Contempor%C3%A2neas_perspectivas_epistemol%C3%B3gicas.

MOTTA, L. G., COSTA, G. B., & LIMA, J. A. (2004). Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 27(2), p. 31-51. doi: 10.1590/rbcc.v27i2.1067.

PRADO, D., & SANEMATSU, M. (Orgs.). (2017). *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo, SP: Instituto Patrícia Galvão.

SCOTT, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo.

TIBURI, M. (2018). *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.

VEIGA DA SILVA, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis, SC: Insular.

VEIGA DA SILVA, M. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os*

modos de produção das notícias (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>.

VIANA, R. (2013). Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, G., & GODINHO, T. (Orgs). Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Actitudes hacia la comunidad LGBT. Un espacio de actuación para la comunicación

Atitudes em relação à comunidade LGBT. Um espaço de ação para comunicação

Attitudes towards the LGBT community. An action space for communication

Catalina González-Cabrera

Andrea Vélez Párraga

Belén Navarrete Zuñiga ⁹⁰

Resumen: Debido a que el acoso en recintos estudiantiles es potencialmente elevado para las personas LGBT, se decidió identificar qué tipo de variables influyen en las actitudes, creencias e intención de comportamiento de los jóvenes universitarios hacia ellos. A través de un estudio de alcance correlacional se encuestó a un total de 251 estudiantes, entre hombres y mujeres, tanto de facultades técnicas y de ciencias como facultades de ciencias sociales y humanas. Se obtuvo como resultado que a nivel general, el nivel de actitud homofóbica y el de creencias negativas están bajo el punto medio teórico en todos los participantes. Sin embargo, se encontró que las carreras de índole humana y social muestran resultados distintos a las carreras que son técnicas. Además, se encontró una relación directa entre el género del encuestado y las actitudes y creencias homofóbicas. También se obtuvo un factor que desempeña un rol fundamental en la actitud hacia la comunidad LGBT, este es el nivel de religiosidad de cada individuo. Los resultados obtenidos se entienden como un avance en la comprensión de las relaciones interpersonales entre estudiantes y sirven como base para trabajar en intervenciones y campañas sociales para la inclusión y el respeto a la diversidad de género.

Palabras Clave: LGTB, homofobia, diversidad sexual.

⁹⁰ Belén Navarrete Zuñiga . Asistente de investigación de la Universidad del Azuay, GBeINZ30@es.uazuay.edu.ec

Abstract: Because harassment in student precincts is potentially high for people in the LGBT group, the decision was made to identify what kind of variables influence the attitudes, beliefs and intention of behavior of university students towards the LGBT community. Through a correlational study, a total of 251 students were surveyed, including men and women from science and technical and social and human sciences faculties. As a result, it was obtained that at a general level, the level of homophobic attitude and that of negative beliefs are below the theoretical midpoint in all participants. However, it was found that students from careers with a human and social nature show different results than students from technical careers. In addition, a direct relationship was found between the respondent's gender and negative, homophobic attitudes and beliefs. On the other hand, a factor that plays a fundamental role in the attitude towards the LGBT community was obtained; namely the level of religiosity of each individual. The results obtained during the investigation are understood as an advance in the understanding of interpersonal relationships among university students and serve as a basis for working on interventions and social campaigns for inclusion and respect for gender diversity.

Keywords: LGBT, homophobia, sexual diversity.

Situación de la comunidad LGBT en Ecuador

A lo largo de la historia de la diversidad sexual y los derechos humanos, la lucha de la comunidad LGBT se ha visto postergada frente a otras discriminaciones (Galaz *et al.*, 2018). Sin embargo, Barrientos (2016) señala que actualmente esta temática ya es parte de

la agenda pública de la mayoría de los países alrededor del mundo. Tal es el caso de Ecuador, según su Constitución (2008) en el Art. 11, se estipula que nadie podrá ser discriminado por razones de orientación sexual, asimismo, en el Art. 66, se reconoce el derecho a la libertad de tomar decisiones libres, informadas, voluntarias y responsables

sobre su sexualidad y orientación sexual. Además, desde el 12 de junio de 2019, el matrimonio civil igualitario se encuentra amparado por la Corte Constitucional del Ecuador, lo que permite que las parejas del mismo sexo puedan contraer matrimonio civil en el país (Registro Oficial, 2019). Sin embargo, los casos de maltrato a la población LGBT se mantienen como una constante; de acuerdo con los resultados de un estudio sobre las condiciones de vida de dicha población publicado por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos en 2013, se señala que el 70.9% de la población LGBT asegura haber experimentado discriminación debido a su orientación sexual/identidad de género, estas situaciones de discriminación, exclusión y violencia también se dan en las instituciones educativas (Gómez *et al.*, 2013).

Por consiguiente, se presentan diversas consecuencias en las víctimas de violencia, discriminación y exclusión por su identidad sexual, las más comunes son: el abuso de sustancias psicotrópicas (Demant *et al.*, 2018); depresión y ansiedad (Berry, 2018); dificultad para desenvolverse en el ámbito académico (Goodboy & Martin, 2018), entre otras.

Por esta razón, resulta necesario no solo reconocer los derechos de las personas LGBT,

sino también, promover su inclusión a través de herramientas de comunicación basadas en planes estratégicos, como campañas o intervenciones, con las que se pretendería erradicar la discriminación, exclusión y violencia dentro de los ámbitos laboral, social, económico y personal (Mite e Iperti, 2017).

Factores influyentes en la homofobia

La homofobia es considerada como una respuesta afectiva y un conjunto de actitudes negativas hacia personas homosexuales y transexuales que están fundamentadas en estereotipos y prejuicios (Toro-Alfonso y Varas-Díaz, 2004). También puede ser definida como el miedo persistente e irracional hacia los homosexuales (Soriano, 2014).

Se considera que la homofobia ha sido fomentada y apoyada a través del tiempo por diferentes agencias de la sociedad como la religión, el gobierno, la ley y la ciencia, ya que estas tienden a influir en las personas para que consideren al colectivo LGBT como una amenaza para la seguridad de los roles de la doctrina religiosa, el Estado y la sociedad, o para la seguridad y la salud sexual del individuo (Espejo, 2018). Por otra parte, según Moliner *et al.* (2018), el género está

rigurosamente ligado a la actitud que una persona demuestra ante personas del colectivo LGBT, en su estudio comprobaron que las mujeres fueron más tolerantes a diferencia de los hombres, quienes manifestaron actitudes más negativas frente al colectivo LGBT. Por su parte, Estefan (2013) afirma que la percepción negativa reside en la psiquis, formación y valores de cada individuo, al igual que en la educación que reciben a lo largo de su vida, lo que le lleva a discriminar o no, por lo tanto, esta investigación también se pregunta si dependiendo de la rama que se estudie en la universidad, las actitudes homofóbicas pueden presentarse con mayor frecuencia o no.

Por último, dentro del área de la Comunicación Social es posible considerar como una de sus utilidades el transmitir información que permita a las personas conocer opciones de comportamiento y crear conductas saludables tanto físicas como psicológicas (Cuesta y Menéndez, 2017). Además, es tarea de los comunicadores y publicistas sociales diseñar mensajes efectivos que logren persuadir a la audiencia con el fin de cambiar actitudes y comportamientos negativos (González-Cabrera, 2017; Shen, Sheer, & Li, 2015), tal es

el caso de este estudio que pretende obtener información válida y actualizada para crear campañas e intervenciones que incremente el respeto y la tolerancia hacia la diversidad de género.

Objetivo de estudio

Por las razones anteriores, este estudio se propuso identificar qué variables influyen en las actitudes homofóbicas, en el odio y las creencias negativas, y en la intención de comportamiento de los estudiantes hacia la comunidad LGBT. Las variables influyentes por considerar fueron: género, nivel de religiosidad y tipo de rama universitaria (carreras técnicas y de ciencias vs. carreras sociales y humanas). En otras palabras, se planteó encontrar diferencias por género, nivel de religiosidad y área de estudio.

Metodología

En la investigación de tipo correlacional participaron 251 universitarios de entre 17 y 29 años ($M= 20.26$, $DT=2.51$), de los cuales el 46.6% señaló pertenecer al género femenino, 53% al masculino y solo 1 estudiante indicó pertenecer a otro género, sin embargo no contestó todas las preguntas, se tuvo que descartar su participación. Los estudiantes

pertenecían a facultades de Ciencias Sociales y Humanas, y de Ciencia y Tecnología.

Se elaboró un cuestionario compuesto por escalas para medir los constructos descritos en el siguiente apartado.

4.1 Medidas

Actitud frente a la homosexualidad: Se evaluó la actitud usando la escala *Índice de la homofobia (The Index of Homophobia, IHP)* desarrollada por Hudson y Ricketts (2010) compuesta por 25 ítems tales como "Me sentiría cómodo si un miembro de mi sexo coqueteará conmigo" (siendo 1= totalmente de acuerdo y 5= totalmente en desacuerdo). Se obtuvo una Alpha de Cronbach de = .76. ($M= 2.68$, $DT= .54$).

El odio y las creencias negativas: Para medir estos constructos se consideró la escala elaborada por Worthington *et al.* (2005), *Lesbian, Gay, and Bisexual Knowledge and Attitudes Scale for Heterosexuals (LGB-KASH)*. Esta escala multidimensional está conformada por cinco subdimensiones. Para el presente estudio, se consideraron por una parte los 6 ítems que miden el factor odio, descrito en este caso como las actitudes sobre la evitación, la autoconciencia, el odio y la violencia hacia personas LGBT; por ejemplo "A veces pienso en ser violento con las

personas que pertenecen al grupo LGBT" (1= totalmente en desacuerdo y 6= totalmente de acuerdo) ($M=2.05$, $DT=.97$), y por otra parte, 7 ítems que miden las creencias conflictivas a menudo de naturaleza religiosa "Tengo actitudes o creencias conflictivas hacia la comunidad LGBT" ($M=2.52$, $DT=.94$). Consistencia interna ($\alpha=.74$).

Intención de comportamiento homofóbico de los estudiantes: Se utilizó la escala de Van de Ven *et al.* (1993, 1996) *Homophobic Behavior of Students Scale*, compuesta de 10 ítems que miden las intenciones de comportamiento de los estudiantes hacia los gais y lesbianas con enunciados como "Hablaría individualmente con un gay o lesbiana sobre temas homosexuales en clase" (1= totalmente en desacuerdo y 6= totalmente de acuerdo). Los ítems también evalúan la intención de voluntad para apoyar los derechos del grupo LGBT, por ejemplo "Firmaría mi nombre en una petición al gobierno para detener la violencia contra gais y lesbianas". ($M= 3.83$, $DT= 1.01$). Consistencia interna ($\alpha =.74$). Cabe señalar que se recodificaron los ítems para que los resultados sobre la media indiquen una intención de comportamiento favorable hacia los miembros de la comunidad LGBT.

Religión: Para conocer el nivel de religiosidad se desarrolló un ítem *ad hoc* que plantea la cuestión: "Qué tan religioso eres". La escala disponía de 10 puntos donde 1 correspondía a= nada religioso y 10 a= totalmente religioso. ($M= 5.54$, $DT= 2.98$).

Resultados y conclusiones

Diferencia por género en las actitudes y creencias hacia la comunidad LGBT

Mediante la prueba T de Student para muestras independientes se comprobó que los estudiantes varones tienden, con mucha más frecuencia, a demostrar actitudes negativas asociadas a la homofobia ($M=2.81$, $DT=.51$) que las mujeres ($M=2.54$, $DT=.53$), la prueba resultó estadísticamente significativa [$t (222) = -3.86$, $p=.000$]. Por otra parte, se encontró una diferencia estadísticamente significativa en la variable que mide el odio y las creencias negativas frente a la comunidad LGBT [$t (221,781) = -4.31$, $p=.000$], la media de los estudiantes varones fue mayor ($M= 2.48$, $DT= .83$) que la media obtenida por las estudiantes mujeres ($M= 2.05$, $DT= .64$).

Asociación con el nivel de religiosidad

Se utilizó una Correlación de Pearson para identificar la asociación del nivel de religiosidad en la actitud que demuestran los estudiantes hacia la comunidad LGBT. Se pudo comprobar que existe una correlación

significativa ($p= .046$) entre el índice del odio y las creencias negativas ($r= .113$) con la religiosidad. Es decir, mientras más religioso indicó ser un estudiante mayor fue su reporte de odio y creencias negativas hacia la comunidad LGBT. También se obtuvo una correlación significativa ($p < .001$) entre el índice de actitud homofóbica y el nivel de religiosidad ($r = .258$). En otras palabras, mientras más religioso es un estudiante mayor es el índice homofóbico.

Además, para obtener una diferencia por grupos más clara, se dividió a los estudiantes considerando la media para tener dos grupos, estudiantes más religiosos y menos religiosos. A través de la prueba T de Student [$t(220) = -3.967$, $p= .000$] se confirmó que los estudiantes con un nivel de religiosidad más alto tienen más actitudes homofóbicas ($M= 2.81$, $DT= .51$) que quienes indicaron ser menos religiosos ($M= 2.53$, $DT= .53$), no obstante, aunque la media de los más religiosos fue mayor en el índice de odio y creencias negativas hacia el grupo LGBT ($M= 2.37$, $DT= .78$) que quienes no se consideraron muy religiosos ($M= 2.19$, $DT= .84$), el resultado en la prueba T de Student resultó tendencial [$t (222) = -1.695$, $p = .091$]. Estos resultados hay que tomarlos con prudencia, no se pueden generalizar debido al tamaño pequeño de la

muestra y por ser realizado el estudio en solo una universidad privada.

Diferencias por áreas sociales o técnicas

La prueba T de Student [$t(226) = -2.70, p = .007$] comprobó que las personas que pertenecen a carreras afines a las ciencias sociales tienen menos creencias negativas y menos muestras de odio hacia la comunidad LGBT ($M= 2.16, DT= .84$) que quienes pertenecen a la rama técnica ($M= 2.46, DT= .76$). No se encontraron diferencias estadísticamente significativas en las actitudes homofóbicas [$t(225) = -1.499, p = .135$].

Por otro lado, no se encontraron diferencias estadísticamente significativas por género, por nivel de religiosidad y por tipo de rama de estudio en la intención de comportamiento homofóbico.

Por último, cabe señalar que a nivel general, las medidas obtenidas en la actitud homofóbica, el odio y las creencias negativas hacia la comunidad LGBT resultaron bajo el punto medio teórico, lo que resulta positivo, ya que esto significa que los estudiantes universitarios no son intolerantes. Además, la

media del índice de intención de comportamiento a favor de los miembros de la comunidad LGBT resultó sobre el punto medio teórico. La diferencia resultó estadísticamente significativa. Véase más en la Tabla 1.

En síntesis, es importante considerar que el objetivo central del estudio era identificar qué variables incidían en las variables actitudinales negativas. Se pudo comprobar que el género, el tipo de carrera y el nivel de religiosidad son variables que sí inciden en la forma de actuar del estudiante universitario y deben considerarse en el momento de la construcción de material comunicativo y elaboración de mensajes persuasivos. Por consiguiente, se recomienda realizar campañas e intervenciones enfocados en persuadir a la población en general para reducir las actitudes homofóbicas y los prejuicios hacia la comunidad LGBT considerando las diferencias encontradas en esta investigación, así se puede crear material más efectivo y coherente para cada grupo aquí estudiado.

	M	DT	t	gl	p
Índice de homofobia (*PMT=3)	2.68	.54	-8.965	226	.000
Índice del odio y las creencias negativas hacia la comunidad LGBT (*PMT=3.5)	2.29	.81	-22.276	227	.000

Índice de intención de comportamiento no homofóbico (*PMT=3.5)	3.83	1.02	4.894	227	.000
---	------	------	-------	-----	------

Tabla 2. Diferencia con el punto medio teórico. Nota: *PMT= Punto Medio Teórico.

Referencias

Barrientos, J. (2016). Situación social y legal de gais, lesbianas y personas transgénero y la discriminación contra estas poblaciones en América Latina. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), (22), 331-354. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.15.a>

Berry, K. (2018). LGBT bullying in school: A troubling relational story. *Communication Education*, 31. <https://doi.org/10.1080/03634523.2018.1494846>

Constitución del Ecuador, Art. 66-n9, Derechos Humanos, 47 (2008).

Cuesta, U., y Menéndez, T. (2017). Comunicación social y salud: Un nuevo planteamiento estratégico. En C. Peñafiel, J. L. Terrón, E. Bustamante, S. Gaspar, U. Cuesta, & T. Menéndez (Eds.), *Comunicación y Salud* (p. 682). Madrid: Dextra Editorial S.L.

Demant, D., Hides, L., White, K. M., & Kavanagh, D. J. (2018). LGBT communities and substance use in Queensland, Australia: Perceptions of young people and community

stakeholders. *PloS one*, 13(9), e0204730. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0204730>

Espejo, J. C. (2018). Discriminación y violencia homofóbica en el sistema escolar: Estrategias de prevención, manejo y combate. *Revista Brasileira de Educação*, 23. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230031>

Estefan, S. (2013). State Discrimination Against LGBT People. Cases of Violations of Human Rights in Latin America. *Soc. Econ.*, 25, 183-204.

Galaz, C. J., Sepúlveda, M., Poblete, R., Troncoso, L., y Morrison, R. (2018). Derechos LGTBI en Chile: Tensiones en la constitución de otredades sexualizadas. *Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad*, 17(1). <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol17-Issue1-fulltext-1165>

Goodboy, A., & Martin, M. (2018). LGBT bullying in school: Perspectives on prevention. *Communication Education*, 67(4), 513-520. <https://doi.org/10.1080/03634523.2018.1494846>

Gómez, M., Barmettler, D., Cadena, M. R., Puente, D., Padilla, S., Santamaría, L., ... y García, K. (2013). Estudio de caso sobre condiciones de

vida, inclusión social y cumplimiento de derechos humanos de la población LGBTI en el Ecuador. Quito: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC).

González-Cabrera, C. (2017). El publicista social en la convergencia del Buen Vivir y los ODS. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, 134, 143 - 159. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i134.3065>

Hudson, W. W., & Ricketts, W. A. (2010). A Strategy for the Measurement of Homophobia. Journal of Homosexuality, 5(4), 357-372. https://doi.org/10.1300/J082v05n04_02

Moliner, L., Francisco, A., & Aguirre, A. (2018). Teenage attitudes towards sexual diversity in Spain. Sex Education, 1-16. <https://doi.org/10.1080/14681811.2018.1463213>

Mite, M., & Iperti, M. (2017). Análisis para la aplicación de un Programa de Marketing Social. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, julio-septiembre. <https://www.eumed.net/rev/cccsl/2017/03/der-echos-lgbtqi-guayaquil.html>

Registro Oficial del Ecuador (2019). Año III-Nº 96. Quito, lunes 8 de julio de 2019. Sentencias de matrimonio igualitario. <https://www регистрация официальная gob.ec>

Shen, F., Sheer, V., & Li, R. (2015). Impact of narratives on persuasion in health communication: A meta-analysis. Journal of

Advertising, 44(2), 105-113.

<https://doi.org/10.1080/00913367.2015.1018467>

Soriano, S. (2014). Estado actual de la investigación sobre la homofobia. Estudios de Psicología, 16(54), 59-72. <https://doi.org/10.1174/021093995321235358>

Toro-Alfonso, J., Varas-Díaz, N. (2004). Los otros: prejuicio y distancia social hacia hombres gay y lesbianas en una muestra de estudiantes de nivel universitario. International Journal of Clinical and Health Psychology, 4(3), 537-551. <https://www.redalyc.org/pdf/337/33740306.pdf>

Van de Ven, P., Bornholt, L., & Bailey, M. (1993, November). Homophobic attitudes and behaviours: Telling which teaching strategies make a difference. Paper presented at the Annual Conference of the Australian Association for Research in Education, Freemantle, Western Australia.

Van de Ven, P., Bornholt, L., & Bailey, M. (1996). Measuring cognitive, affective, and behavioral components of homophobic reaction. Archives of Sexual Behavior, 25, 155–179.

Worthington, R. L., Dillon, F. R., & Becker-Schutte, A. M. (2005). Development, reliability, and validity of the LGB Knowledge and Attitudes Scale for Heterosexuals (LGB-KASH). Journal of Counseling Psychology, 52, 104–118.

A banalidade da cobertura sobre os feminicídios ocorridos no DF: análise do Jornal Correio Braziliense

La banalidad de la cobertura del feminicidio em el DF: análisis de Jornal Correio Braziliense

The banality of coverage on femicide in the DF: análisis of Jornal Correio Braziliense

Liliane Machado⁹¹

Tatiana Amorim⁹²

Resumo: O artigo aborda a cobertura do jornal Correio Braziliense acerca dos 18 primeiros casos de feminicídio que ocorreram no Distrito Federal em 2019. O corpus compreende as notícias sobre os casos de feminicídio publicadas pela página online do referido jornal. A partir da análise do discurso de vertente francesa, percebemos que as publicações banalizam o tema, transformando as vítimas em números além de imprimir a burocratização das notícias que parecem seguir um roteiro pré-estabelecido ao incluir subrepeticiamente fontes oficiais e, por outro lado, silenciando especialistas nos tema. Nossa apporte teórico/metodológico é uma intersecção entre os estudos feministas e de gênero, teorias de jornalismo e a análise de discurso francesa.

Palavras Chave: Feminicídio; Correio Braziliense; Estudos feministas e de gênero.

Abstract: The article deals with the coverage of the newspaper Correio Braziliense about the first 20 cases of femicide that occurred in the Federal District in 2019. The corpus comprises the twenty news about femicide cases published by the newspaper's online page. From the analysis of the discourse we realize that the publications dehumanize the victims, turning them into numbers, and the bureaucratization of the news that seem to follow a pre-established script. Our

⁹¹ Liliane Machado. Professora-adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, integrante do PPG/FAC/UnB da Linha de Jornalismo e Sociedade. Brasil. prof.liliane@globo.com

⁹² Tatiana Amorim. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da FAC-UnB. Coordenadora e professora no curso de jornalismo da UNIP-DF. Brasil. profa.amorim@gmail.com

theoretical/methodological approach is an intersection between feminist and gender studies, journalism studies and french discourse analysis.

Key words: Feminicide; Correio Braziliense; feminist and gender studies.

O Brasil segue sendo um dos países com o maior número de feminicídios do mundo. A Lei 13.104/2015, popularmente conhecida como Lei do Feminicídio, aprovada em março de 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, foi fruto de demandas feministas que clamavam por políticas públicas e leis que pudessem enfrentar a questão de forma eficaz. Desde então, houve alguns avanços, mas a situação continua grave, conforme dados contidos no Atlas da Violência⁹³, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): "verificamos crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou crescimento de 6,3% em relação ao anterior". (2019, pg. 35). No Distrito Federal a situação também é preocupante. Os veículos

noticiosos locais têm realizado cobertura constante acerca do registro de feminicídios, caso, por exemplo, do jornal Correio Braziliense. O maior jornal local impresso, de circulação diária, publicou de janeiro a setembro de 2019, várias reportagens que narram o assassinato de mulheres, ocorridos em diferentes regiões de Brasília⁹⁴. Do Plano Piloto ao Paranoá, do Recanto das Emas a Sobradinho, todas tiveram registros sobre esse tipo de assassinato.

Partimos do pressuposto de que o discurso jornalístico contribui para a construção da realidade, visto que os conceitos de enquadramentos, valores-notícia, dentre outros, permitiram a teóricos do jornalismo, como Traquina, por exemplo,⁹⁵ observarem que escolher um fato para ser noticiado, seguido da decisão posterior de como será narrado, em que editoria será publicado e qual

⁹³ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=43. Acesso realizado no dia 8/11/2019.

⁹⁴ Disponível em: <https://blog.dfirmoveis.com.br/2019/01/28/saiba-quantas-e-quais-sao-as-cidades-satelites-do-df/>. Acesso realizado no dia 8/11/2019.

⁹⁵ Vide: TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. II, Florianópolis, Insular, 2005.

espaço lhe caberá, dentre várias outras opções e decisões que cabem ao jornalista em contato direto com o chefe de reportagem e os editores avaliarem, permitem-nos afirmar que a notícia não é um espelho da realidade. Ao contrário, como em qualquer outro campo da linguagem, os sentidos encontrados no discurso jornalístico não são *a priori* sócio-histórico, estão diretamente relacionados com a prática discursiva em que estão inseridos.

Nosso objetivo, portanto, neste artigo, é proceder à análise de discurso de 18 matérias publicadas pelo Correio Braziliense, entre janeiro a setembro de 2019. Tal período foi escolhido para que possamos acompanhar a cobertura feita pelo diário brasiliense, desde o início do ano, até setembro, mês limite para que o artigo fosse produzido em tempo hábil para ser enviado ao Congresso da ALAIC.

A seleção dos artigos foi realizada a partir da ferramenta de busca avançada do próprio jornal. Nessa ferramenta foi possível selecionar o período de tempo (janeiro a setembro de 2019) e a seção do jornal em que a pesquisa foi feita (editoria de cidades). O

termo chave utilizado foi feminicídio. Obtivemos um total de 119 resultados. Após leremos todas elas, selecionamos apenas as matérias que, de fato, relatam crime por feminicídio, perfazendo um corpus de 18 notícias.

É preciso esclarecer que não pretendemos trabalhar com o tema da violência e, sim, com as notícias que abordam crimes de feminicídio, considerado pela legislação brasileira como um qualificador do homicídio, além de ser um crime hediondo (considerado de extrema gravidade), inafiançável e insuscetível de indulto e anistia⁹⁶. Passados 5 anos da aprovação da lei, queremos analisar quais são as fontes utilizadas nas matérias que compõem nosso corpus, quais são os termos recorrentes e se há silenciamentos relevantes a serem observados.

A questão que propomos é muito oportuna, visto que a mídia é um *locus* extremamente importante para que a violência estrutural contra as mulheres, que grassa na sociedade brasileira, seja denunciada e combatida⁹⁷. Assim, propomos a seguinte pergunta, a mídia faz jus ao papel que pode desempenhar no

⁹⁶ Disponível em:

https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2018/06/5514b0debf866190c20610890849e10_1c3f3d621da010274f3d69e6a6d6b7e6.pdf. Acesso realizado no dia 8/11/2019.

⁹⁷ Vide artigo Respeita as Mina: análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica "A Estagiária/ o Primeiro Dia de Trabalho de Melissinha", publicado no Correio Braziliense.inBrazilian Journalism Research. Vol. 14, pag. 220-245, 2018.

enfrentamento da questão do feminicídio? para respondê-la, partimos da hipótese de que o assunto, apesar de estar constantemente em pauta, com coberturas para a maioria dos crimes, independente da região do DF em que ocorreram ou da classe social à qual as vítimas pertençam, seu teor é burocrático, visto que aponta para uma repetição das formas de abordagens, das fontes escolhidas bem como a ausência de fontes especializadas.

Recorreremos às teorias do jornalismo bem como às teorias feministas e de gênero para o nosso aporte teórico. Traquina, na obra Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são, permite-nos observar como as notícias são construídas e de que maneiras impactam a realidade. O autor trabalha numa perspectiva construcionista que recusa a ideia de que a notícia seria um espelho da realidade. O discurso jornalístico se utiliza da linguagem e essa não é neutra; ademais, a notícia é fruto de um recorte da realidade e de inúmeros processos seletivos, que incluem as fontes a serem ouvidas, a utilização ou não de imagens, o espaço que lhe cabe na edição.

Já os estudos feministas e de gênero, incluem, discussões extremamente relevantes, tais como a ideia de que os gêneros são construídos e não um dado a

priori da natureza, desmistificando, dessa forma, naturalizações e biologismos que tentam justificar os diferentes lugares sociais atribuídos às mulheres e homens. De acordo com Louro:

Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O diálogo vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (1997, p. 21).

Houve um considerável esforço para que - além de se compreender as maneiras com que se constroem as diferenças - observar e combater as formas de violência física e psicológica sofridas pelas mulheres. Para se ter um exemplo, no final dos anos 1990, um grupo de pesquisadoras da Universidade de Brasília, publicou a obra Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal, organizada por Mireya Suárez e Lourdes Bandeira, na qual se alertava na introdução: "a violência dirigida às mulheres responde por uma parcela muito elevada da violência interpessoal, parcela que aumenta visivelmente quando estimada a partir da totalidade das violências que ocorrem nos espaços domésticos" (1999, p.15).

Foram necessários ainda alguns anos, desde a publicação daquela obra e de inúmeras outras que abordaram a questão, para que o Brasil, finalmente, aprovasse a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual viria a ser a "primeira previsão legal de proteção específica às mulheres no Brasil com definições explícitas de violência e de políticas públicas" (Monteiro, 2017, p.34). Anos depois, foi criada a Lei do Feminicídio permitindo ainda mais possibilidades concretas de combate às violências contra as mulheres. São conquistas obtidas por meio da luta de mulheres de diferentes origens que, nas ruas ou no espaço da academia, produziram conhecimento para o enfrentamento à questão.

Adotaremos como metodologia a análise de discurso francesa, que privilegia abordar os discursos pela via da linguagem em ação, vendo-a em seu constante movimento, que ocorre por meio da interação com os sentidos sócio-históricos presentes nas sociedades em que são formulados. Dentre as várias possibilidades que a AD francesa oferece-nos, elegemos trabalhar especificamente neste

artigo com o modo de organização enunciativa do corpus. De acordo com Charadeau, trata-se de "uma categoria do discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação".(2010, p.81). Há várias formas de enunciar ou de organizar as categorias da língua. Um texto pode, por exemplo, ser descritivo ou narrativo, mas no geral é heterogêneo. É o caso da escrita jornalística que analisaremos a seguir. Interessa-nos, também, observar os silenciamentos, ou seja, o que está ausente, mas que nem por isso é menos importante do ponto de vista da organização textual e dos sentidos que deles se apreendem.

O crime, a cena, a narração

Para compreendermos a relevância da descrição no discurso jornalístico, é importante lembrar-nos que se privilegia a ideia de pirâmide invertida, a qual preconiza que o primeiro parágrafo deve responder às cinco questões básicas sobre o fato narrado: quem, o quê, como, quando, onde e por quê⁹⁸. Cumprida essa tarefa inicial nos textos jornalísticos de caráter informativo (nota, notícia, reportagem), os jornalistas podem narrar com mais desenvoltura os

⁹⁸ Veja mais sobre as perguntas básicas que regem a escrita jornalística em Técnicas de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. Muniz Sodré, Maria Helena Ferrari - SP: Summus, 1986.

acontecimentos. Cabe-lhes escolherem as fontes que serão ouvidas, e o que será privilegiado no relato.

A análise inicial do corpus permitiu-nos observar várias questões importantes, entre as quais destacamos para a análise: as notícias apresentam uma enorme dependência de fontes oficiais; recorrência à palavra feminicídio, sem que o mesmo, na maior parte das vezes, seja explicado e problematizado e o consequente silenciamento de fontes especializadas sobre o tema.

Fontes oficiais

No intuito de relatar os fatos da maneira mais convincente possível, o jornalista utiliza como estratégia de trabalho o uso de fontes, ou seja, pessoas que, por motivos diversos, têm conhecimento sobre o que ocorreu. As fontes podem ser de caráter oficial, em geral aquelas que representam instituições e associações. As fontes oficiais que constam do nosso corpus são representadas, majoritariamente, por policiais, delegados e investigadores. Estão presentes em todas as notícias do corpus. Como observa Rossi:

toda pessoa, em tese, pode ser uma fonte da informação: o contínuo de uma repartição ou o ministro de Estado, chefe da mesma repartição; o secretário-geral de um partido político ou um simples militante (...) a diferença essencial entre uns e outros é que, no geral, o ministro, o secretário-geral (...) são fontes mais autorizadas do que o contínuo, o militante". (2000, p. 52/53).

A dependência dessas fontes imprime ao corpus uma narrativa repetitiva e burocrática: descreve-se os crimes a partir do que o repórter apura junto aos representantes da lei e, muitas vezes, na sequência, ouve-se as fontes testemunhais (formadas por pessoas que estavam presentes no momento do crime ou que viram a cena). Não há nada de errado nesse procedimento, o que desperta a atenção é o fato de que as falas dos agentes da lei, que poderiam ser problematizadas, pelo jornalista, no intuito de conscientizar o público acerca da importância do tema, não ocorre na maioria das notícias, com exceção de uma: Família se despede de mulher assassinada pelo cunhado ao defender irmã⁹⁹, que inclui uma retranca sobre onde e como buscar ajuda em casos de mulheres que estão sendo vítimas de violência doméstica.

⁹⁹ Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/04/23/interna_cidadesdf,750930/familia-se-despede-de-mulher-assassinada-pelo-cunhado-ao-defender-irma.shtml Acesso em 8/8/2020.

Duas notícias exemplificam nossa observação: Feminicídio: 'Tudo indica que o crime foi premeditado', diz delegada¹⁰⁰ e Feminicídio: Homem mata a mulher e depois se suicida no Paranoá¹⁰¹. A primeira traz a seguinte fala de delegada-chefe da DP, Jane Klebia: em depoimento, familiares e conhecidos da vítima afirmaram que Maria estava tentando acabar o relacionamento com Antônio: "nas últimas semanas, ela queria terminar o namoro. Por isso, o relacionamento estava meio conturbado, mas não há relatos de violência física".

Caberia ao repórter acrescentar à fala da delegada que a violência contra as mulheres não é apenas física, pode ser também psicológica, sexual, moral e patrimonial¹⁰². Ainda persiste o senso comum de que, se se não há violência física, não há com o que se preocupar. O fato é que os danos causados por qualquer tipo de violência de gênero é enorme para as mulheres (e filhos, caso haja) e para a sociedade, em geral, obrigada a conviver com uma violência estruturante, em que predominam as relações patriarcais.

A segunda matéria que, coincidentemente, também tem a delegada Jane Klébia na condução da apuração do crime, traz outra afirmação que deveria ser discutida. Ao ser ouvida pela reportagem, ela diz: "É um tipo de crime difícil de prever. É preciso conscientização e encorajar as mulheres a denunciar diante de qualquer ameaça e problema". Não é um crime difícil de prever, estudos diversos apontam que os indícios de um possível feminicídio começam muito antes do crime ocorrer, cabendo atenção por parte da mulher e de seus familiares para precaverem-se, denunciarem e, se for necessário, pedir proteção.

A mera inclusão das falas das fontes oficiais, que, como dissemos anteriormente, imprime um caráter burocrático às notícias, também poderia ser evitado por meio da utilização de fontes secundárias, termo que no jornalismo indica os especialistas no assunto tratado. Entretanto, optou-se pelo silenciamento dessas fontes ou de suas produções acadêmicas, que abundam no Brasil e, particularmente, na Universidade de Brasília. Silenciar é um modo de enunciar.

¹⁰⁰ Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/20/interna_cidadesdf,744205/feminicidiotudo-indica-que-o-crime-foi-premeditado-diz-delegada.shtml Acesso em 8/8/2020

¹⁰¹ Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/31/interna_cidadesdf,746492/feminicidio-homem-mata-a-mulher-e-comete-suicidio-no-paranoa.shtml Acesso em 8/8/ 2020

¹⁰² Confira mais sobre o assunto em BANDEIRA, Lourdes. "Violência, gênero e poder: múltiplas faces" in Mulheres e Violências: interseccionalidades. Org.: Cristina Stevens, Susane Oliveira e all. Brasília: Technopolitik, 2017.

Como observa Orlandi: "se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante". (2007, p. 23).

Das 18 matérias escolhidas para comporem nosso corpus, observamos uma recorrência importante: a inclusão da palavra feminicídio em 16 delas¹⁰³. A palavra está disposta ora no título, ora no subtítulo, ora no corpo do texto ou em todos esses espaços. A princípio, consideramos que isso denotaria a atenção e o conhecimento, por parte dos e das repórteres que as produziram, com relação à legislação brasileira em vigor. Como dissemos anteriormente, o feminicídio é um qualificador do homicídio, visto que coloca de forma relevante que se trata de um crime de gênero, ou seja, motivado por desrespeito às mulheres. Entretanto, ao ler as notícias com atenção, percebemos que, em sua maioria, não aparecem explicações sobre o que seja o crime, como caracterizá-lo e quais são suas consequências formais do ponto de vista jurídico.

Pode-se observar a ausência a que nos referimos na primeira notícia sobre o tema publicada naquele ano: Assassinato no Gama é o primeiro feminicídio no DF em 2019¹⁰⁴. O termo aparece no título e na última frase da notícia, sem nenhuma explicação sobre o que seja. A terceira notícia, Vítima de feminicídio da 310 Norte é enterrada em Planaltina¹⁰⁵ também inclui a palavra no título e no corpo do texto, quando uma das fontes diz que a vítima: "nos ensinou e, a todo o país, que isso (feminicídio) pode acontecer do nosso lado, na nossa família". A revelação da sobrinha poderia ser uma oportunidade para que o autor explicasse o termo, o que não ocorre.

Considerações finais

O que poderia ser diferente na cobertura sobre o tema? compromisso com a responsabilidade social. Isso existe, está previsto em algum lugar? sim, no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que, no seu capítulo II, que versa sobre a conduta profissional do jornalista, artigo sexto, inciso XI prevê: "defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias

¹⁰³ Feminicídio só não aparece nas notícias intituladas: Homem abre fogo, mata a mulher e fere o filho na Asa Norte e Grávida de 3 meses, mulher é esfaqueada pelo marido e morre em Sobradinho.

¹⁰⁴ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/05/interna_cidadesdf,729159/homem-mata-companheira-a-facadas-no-gama-e-foge-em-seguida.shtml Acesso em 8/8/2020

¹⁰⁵ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/01/interna_cidadesdf,734778/vitima-de-feminicidio-da-310-norte-e-enterrada-em-planaltina.shtml Acesso em 8/8/2020

individuais e coletivas, em especial, as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias".

Conforme os dados apresentados no início desse artigo, o Brasil é um país com um problema estrutural de violência contra as mulheres. Isso não pode ser combatido sem que haja a participação de vários setores da sociedade. A imprensa tem um importante papel a cumprir no enfrentamento a esse desafio. Entretanto, não o fez no exemplo estudado. As notícias seguem um modelo pré-determinado, sem que haja diferenças significativas de abordagem, impedindo que o tema seja tratado com a profundidade que merece. Assim, banaliza-se a questão.

Referências

Atlas da Violência 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (orgs.). Brasília/ Rio de Janeiro/São Paulo, 2019. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 8/11/2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e Discurso: modos de organização. 2a ed., São Paulo: Contexto, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTEIRO, Ana Luiza de Carvalho. A Cobertura Jornalística da Violência Contra As Mulheres: uma análise das mudanças trazidas pelas leis do Feminicídio e Maria da Penha. Trabalho de conclusão de curso defendida na UnB/FAC/Jor, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. 6a. edição,, Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Clóvis. O Que é Jornalismo. SP, Brasiliense, 2000 (coleção Primeiros Passos); 15).

SUÁREZ, Mireya, BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Volume I. Florianópolis: Insular, 2a. edição, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II Florianópolis: Insular, 2a. edição, 2005.

Narrativas de mujeres migrantes: Discusiones conceptuales desde la investigación feminista

Narratives of migrant women: Conceptual discussions from feminist research

Luisa Eugenia Ochoa Chaves ¹⁰⁶

Resumen: Se plantea un modelo conceptual para analizar las narrativas de mujeres migrantes desde una perspectiva feminista, a partir de las categorías de interseccionalidad, agencia narrativa y conocimientos situados. Para conocer los sentidos otorgados al proceso migratorio, la forma en que este proceso marca la formación de la identidad y la agencia femenina, desde los relatos de sus protagonistas.

Palabras Clave: Narrativas, Migración, Mujeres.

Abstract: It presents a conceptual model to analyze the narratives of migrant women from a feminist perspective, based on the categories of intersectionality, narrative agency and situated knowledge. To know the meanings given to the migration process, how this process marks the formation of identity and female agency, from the stories of its protagonists.

Key words: Narratives, Migration, Women.

Introducción

Se propone un modelo conceptual para conocer la migración desde una

perspectiva narrativa y feminista, que busca conocer los sentidos otorgados al proceso migratorio desde los relatos de sus protagonistas.

¹⁰⁶ Luisa Ochoa-Chaves. Investigadora del Centro de Investigación en Comunicación (CICOM) y el Programa de Libertad de Expresión, Derecho a la Información y Opinión Pública (PROLEDI) de la Universidad de Costa Rica (UCR). Docente en la Escuela de Ciencias de la Comunicación y el Programa de Posgrado en Comunicación. Costa Rica, luisa.ochoa@ucr.ac.cr

La construcción de narrativas es un proceso que crea posibilidades para que las mujeres migrantes puedan reflexionar sobre su propia historia, y desde allí aportar miradas críticas sobre la migración que sirvan para promover diálogos interculturales en los países de origen y destino. En este sentido, el modelo aporta a la generación de narrativas que se contraponen a los discursos de odio en tiempos de feminización de las migraciones.

Los fenómenos migratorios afectan de manera distinta a hombres y mujeres, aunque hasta la década de los 80' no se le daba relevancia a la participación de las mujeres. En los últimos años se ha venido hablando de la feminización de las migraciones como parte de un fenómeno más amplio de la globalización de las migraciones, responde al reconocimiento del aumento de la cantidad de mujeres que migran hasta lograr en este momento ser la mayoría. Esto tiene implicaciones en los debates sobre el desarrollo (a partir del vínculo con las remesas), la trata y tráfico de personas, y la economía del cuidado (vínculo con trabajo doméstico) (Palacios-Valencia, 18 de noviembre de 2016).

Por otra parte,

En la última década, el discurso de odio hacia los migrantes, las mujeres, los homosexuales y las minorías étnicas y religiosas emerge en diversas partes del planeta. Es un fenómeno que en algunos países ha sido ya catalogado como delito. El discurso de odio puede ser entendido como aquellas formas de expresión que incitan, promueven o justifican el odio racial, la xenofobia, la misoginia, la homofobia, el antisemitismo y otras las formas de odio hacia colectividades y grupos humanos que interactúan en calidad de minorías (Oehmichen Bazán, 2018, p. 13).

Los discursos de odio hacia las personas migrantes son resultado de convertirles en «chivo expiatorio» sobre el cual desviar el enojo provocado por el desempleo y la precariedad en los países de destino. Estos discursos se traducen en la intención de construcción de muros como lo ha manifestado la Casa Blanca en la era Trump, también en procesos de deportación y detención de migrantes en las fronteras (Oehmichen Bazán, 2018).

En un mundo donde son las mujeres las que más migran, y al mismo tiempo se proponen muros y emergen caravanas de migrantes¹⁰⁷, cada vez es más importante darnos cuenta de la contribución que realiza

¹⁰⁷ Un ejemplo es la "Caravana Migrante" que partió desde San Pedro de Sula (Honduras) el 12 de octubre 2019 y fue creciendo en el camino, hasta llegar a México con unos 7000 migrantes incluidos menores de edad (J. Ramírez, 2018).

la migración de las mujeres para el intercambio de experiencias y conocimiento.

Este reconocimiento aportaría a la generación de procesos interculturales, a promover cambios en el discurso y las prácticas culturales en países de origen y de destino, "para evitar la discriminación, la xenofobia y el irrespeto de los derechos fundamentales de las mujeres inmigrantes/emigrantes y de sus familias" (Patiño, Solís, & Galo, 2008, p. 28).

En este contexto, se plantea un modelo conceptual para la generación y el análisis de narrativas de mujeres migrantes, esto como una estrategia de resistencia y una contribución teórica para poner en valor las experiencias y relatos de las mujeres migrantes ante la proliferación de los discursos de odio, que discriminan y estigmatizan.

Esta propuesta privilegia la comprensión de diferentes dimensiones del fenómeno migratorio desde los relatos de sus protagonistas; y desde una perspectiva feminista, que reconoce y visibiliza las estructuras y relaciones de poder mediante las categorías de interseccionalidad, agencia narrativa y conocimientos situados.

Objetivo

Caracterizar un modelo conceptual para el análisis narrativo de los relatos de migración de las mujeres migrantes, desde la investigación feminista.

Narrativas de mujeres migrantes desde una perspectiva feminista

Desde la perspectiva conceptual se propone un modelo para indagar por la construcción de las narrativas, en tanto proceso comunicativo mediante el cual le damos orden y sentido a las acciones de la vida, que enmarcan las posibilidades de acción futura y dan significado a las acciones del pasado. El enfoque narrativo entiende las historias personales como unidades constructoras de sentido e identidad, entrelazadas con narrativas sociales y relaciones de poder.

Las narrativas de las mujeres migrantes, desde una perspectiva feminista, incluyen una dimensión emancipatoria que reconoce y visibiliza las estructuras y relaciones de poder insertas en las experiencias migratorias; y en algunas casos terapéutica, porque insiste en reivindicar lo personal en los procesos de investigación dando lugar a la resignificación de la propia experiencia.

La propuesta conceptual que se expone a continuación, se realiza a partir de la

articulación de tres categorías: narrativas, interseccionalidad y conocimientos situados.

Narrativas

Para el análisis de las narrativas de las mujeres migrantes se retoma la perspectiva de las narrativas en tanto historias personales en las que la persona se describe a sí misma y lo que sucede, que responden a una construcción que da sentido a las acciones de la vida, insertando las situaciones o eventos en un relato progresivo, secuencial, ordenado, estructurado y coherente. Desde este enfoque se entiende las historias personales como unidades narrativas constructoras de sentido e identidad (Riessman, 2001).

Por otra parte las historias personales están entrelazadas con narrativas sociales y relaciones de poder que no permanecen fijas a través del tiempo, que no solo reflejan el mundo social de la narrativa, también se convierten en matriz cognitiva y cultural desde la cual se proyecta la acción.

Las culturas están formadas por relatos de primer orden, relatos sobre lo que hacemos, así como relatos de segundo orden o relatos valorativos acerca de los relatos del primer orden, en este segundo lugar se conforma la cultura (Sánchez Muñoz, 2009). La narrativa

está inmersa en esta trama relaciones e historias.

En las narrativas es posible identificar naciones, culturas u otros grupos cuyas historias también son parte de otros relatos, que a su vez son fragmentos de otras historias. Las colectividades pueden derivar un sentido coherente de quiénes son a través de esta dinámica de reconocimiento mutuo generativo.

El éxito de la narración de la experiencia es que da a las personas un sentido de continuidad y significado en sus vidas y se apoyan en ellas para ordenar la cotidaneidad e interpretar las experiencias posteriores (Luévano & Orozco, 2015), cuando la persona actúa, muchas veces lo hace a partir de una determinada narrativa dentro de la cual se confiere sentido a las acciones, las narrativas sustentan posibilidades de acción.

Para el análisis de las narrativas se pueden tener en cuenta los siguientes elementos:

Secuencialidad: La secuencia en el tiempo debe incluir un comienzo, un intermedio y una parte final. La cronología es central, la organización de los eventos permite que sean entendidos con sus consecuencias.

Los objetos y actores de la historia: Implica entender la estructura de roles y la red en la cual están insertos los actores de la

narración, identificar protagonistas y antagonistas. La narrativa da importantes indicaciones sobre el carácter, rol y lugar en la estructura social de cada personaje.

Identificar la voz desde la que se hace la narración: Este elemento es usado cuidadosamente para analizar el poder y las construcciones políticas incluidas en las narrativas. En las voces se puede observar los objetivos, valores e intereses de cada uno de los actores y grupos que hacen parte de las narrativas.

Identificar el código cultural implícito en la narrativa: Evaluar el marco de referencia desde el cual se otorga significado y valor cultural a la narrativa.

Otras indicaciones de contexto: Indicaciones físicas de los escenario, características psicológicas y demográficas de las personas participantes, y otro tipo de elementos que describen el contexto de la narración.

Para explicar las narrativas también es necesario identificar: 1) la existencia de patrones de secuencias de eventos, 2) los antecedentes de esos patrones, los que pueden estar por ejemplo en las características demográficas y 3) las consecuencias de esos patrones sobre la generación de nuevas narrativas.

Además de las características propias de las narrativas y las estrategias para explicarlas, desde una perspectiva feminista a continuación se profundiza en la narrativa como identidad y la agencia narrativa. Estas dos categorías nos permiten analizar la migración de las mujeres en tanto proceso que marcan los procesos identitarios y posibilitan nuevos lugares de agencia femenina.

Narrativa como identidad y agencia narrativa

El modelo de la narrativa como identidad, hace referencia al contenido del relato. En este sentido, la identidad está basada en la constancia de una narrativa en curso, es una expresión de nuestras narrativas siempre en cambio, a través del lenguaje y el relato, la identidad "está siempre comprometida en una realización conversacional, construida y reconstruida a través de las continuas interacciones, y a través de las relaciones. Vivimos nuestras narrativas y nuestras narrativas llegan a ser nuestras vidas; nuestras realidades llegan a ser nuestras historias y nuestras historias llegan a ser nuestras realidades" (Herrera-Núñez, 2018, p. 176).

La narrativa de la identidad nunca se refiere a un sujeto estático, quién no es el

mismo todo el tiempo. La identidad no es una entidad estable y perdurable que esté limitada o fija en un tiempo o lugar geográfico, no es una simple acumulación de experiencia y tampoco es una expresión de rasgos neuropsicológicos, en cambio, está abierta a un proceso inacabado lleno de potencial y de un significado aún no realizado que emerge del proceso de la realización de la acción y de la narración de su historia y se inserta en lo cotidiano como en los relatos heroicos.

La identidad es performativa, esto no quiere decir que las identidades no son auténticas, sino que están situadas y se logran en la interacción social. Para identificar esta performatividad es necesario preguntarse por el lugar de la del narrador en la historia: ¿cuál es su posición frente a la audiencia y viceversa?, ¿cómo es su posición con respecto la de los otros personajes? ¿cómo es su relación con los otros personajes?, ¿como es la relación entre personajes?, ¿cuáles son las demandas que se plantean en las narrativas con respecto a los otros? (Riessman, 2001).

Por otra parte la agencia narrativa es la capacidad de construir narrativas significativas, es la capacidad individual de crear sentido, que es el principio primario para la formación de la identidad y la toma de una acción política.

La agencia no puede confundirse con las narrativas, una cosa es el contenido y otra la capacidad para mantenerse contando la historia acerca de quién es una y cómo tiene sentido eso para una y otras (Lucas, 2016). Tres elementos caracterizan a la agencia narrativa (Lucas, 2018) :

1) Su condición primaria, esto quiere decir que precede al contenido de la narrativa, en otras palabras, la agencia narrativa es una precondición para la narración de la identidad. La significación que las personas atribuyen a su experiencia determina sus vidas, el relato o la narración o la historia son el marco primario que permite contar las propias vivencias (Forero, Valderrama, Melo, & González, 2018).

2) Es relacional porque el significado que doy a las acciones habla de mi misma en tanto lo pongo en relación con los significados de -otros-; y porque esa relación con los otros configura el tipo de significados que yo me daré mi misma en una red de narrativas compartidas.

La agencia narrativa tiene que ver con la capacidad para relacionarlos con otros, encontrarnos y cambiar de intención por la interacción. En la conversación, en la escucha y el reconocimiento mutuo se activa el potencial de transformación y emancipación.

3) Es generativa porque la conversación se da en unos parámetros que determinan el tipo de significado que yo voy a generar. Aunque la conversación se da en un marco de parámetros ya establecido -culturalmente-, en la conversación gracias a la interacción es posible la creatividad y la espontaneidad que da lugar a la resignificación y reinterpretación que crea nuevos significados que no puede estar fuera de los parámetros establecidos en la conversación. Por esta misma condición la narratividad puede incluir giros biográficos inesperados, permitiendo a las personas participantes un proceso permanente de resignificación que promueve la recuperación de historias invisibilizadas y periféricas (Salvo Agoglia, 2018).

Desde una perspectiva feminista, tanto la identidad como la agencia narrativa son estructuradas por la intersección de múltiples condiciones que junto con el género determinan la experiencia migratoria. En este sentido, para abordar las narrativas de las mujeres migrantes desde una perspectiva de género se considera crucial integrar al modelo conceptual la categoría de interseccionalidad.

Interseccionalidad

Se podría definir la interseccionalidad como un proceso que contribuye a generar conciencia sobre cómo diferentes fuentes estructurales de desigualdad (u "organizadores sociales") mantienen relaciones recíprocas. Es un enfoque que subraya que el género, la etnia, la clase o la orientación sexual, como otras categorías sociales, lejos de ser "naturales" o "biológicas", son construidas y están interrelacionadas (Platero, 2014, p. 79).

Los abordajes interseccionales son centrales en los estudios feministas actuales, desde esa perspectiva se entiende que estudiar el género implica estudiar otros ejes de diferencia o sistemas de opresión, los cuales se constituyen mutuamente en condiciones históricas y sociales determinadas (Galaz Valderrama, 2016)

Tienen origen en la perspectiva de género, la cual se concentra en la disputa y naturalización del sistema sexo-género que históricamente ha subordinado a las mujeres respecto de los hombres. Los movimientos feministas han luchado por la igualdad, sin embargo, el binarismo hombre/mujer no permite profundizar en las trayectorias y los tránsitos que pueden cruzar los sexos y los géneros; y al mismo tiempo invisibilizan la diversidad existente en la propia categoría de

mujeres (Cea-Merino, Galaz Valderrama, & Montenegro-Martínez, 2015).

Por lo que es necesaria ir más allá de la igualdad legal de la mujer blanca, occidental, heterosexual y de clase media e introducir nuevas variables en el análisis de la desigualdad social. Así, esta investigación incorpora en el análisis de las experiencias de las mujeres migrantes, las diferencias que pueden producir la clase, la raza, el nivel educativo y el género.

La propuesta interseccional se plantea como una perspectiva analítica feminista que guía consideraciones tanto metodológicas como de interpretación de datos en el proceso de investigación, y que intenta examinar la fluidez, variabilidad y la temporalidad de las interacciones sociales que ocurren entre y dentro de múltiples prácticas, grupos e instituciones sociales, se trata de una visión dinámica de la distribución de poder y reconocimiento en las relaciones sociales. Entrega herramientas para identificar y problematizar la construcción de jerarquías de acceso a recursos (económicos, políticos y culturales) promovidas justamente por los procesos de diferenciación (Troncoso-Pérez et al., 2017).

En esta propuesta conceptual la idea de "interseccionalidad" complejiza la mirada,

incorporando a las desigualdades de género, las de clase social y las étnico-raciales en el análisis de las narrativas de las mujeres migrantes.

Conocimientos situados

La última categoría que conforma esta propuesta conceptual, conocimientos situados, tiene que ver con el proceso mismo de producción del conocimiento.

Desde la investigación feminista hay una crítica a las nociones dominantes del conocimiento, resaltando la necesidad de que las investigaciones no queden solo en la academia, que trasciendan y sirvan a la formulación de políticas públicas. La investigación con perspectiva feminista busca el compromiso de la investigadora, de participantes y personas lectoras para ampliar las perspectivas sobre los fenómenos analizados (Salvo Agoglia, 2018).

Los "conocimientos situados" desarrollados por Donna Haraway (1991) superan la visión universal de la mirada homologadora de la ciencia occidental hegemónica, critican esa mirada incompleta, difundida con pretensiones de objetividad y universalidad. En cambio propone un ejercicio de honestidad que explicita el lugar desde donde se despliega la investigación como

explica a continuación Biglia: "Nuestro interés, volviendo con Haraway (2004), es (...) reconocer que cuando conocemos lo hacemos a través de nosotras y producimos, por lo tanto, una interpretación de la realidad" (Biglia, 2015, p. 27).

Haraway (1991) reconoce la parcialidad de la mirada frente a lo analizado, y que se interactúa con otras parcialidades y formas de aproximación, en esta investigación la suma de estas visiones parcializadas da cuenta de la diversidad de formas de contar, de narrativas.

Los conocimientos situados son parte del trabajo de investigadores/as críticos que problematizan la idea de un/a investigador/a incorpóreo/a, neutral, objetivo/ay descontextualizado/a, poniendo el énfasis en el reconocimiento desde dónde se habla, para evitar precisamente la falacia de hablar desde "ningún lugar" (Troncoso-Pérez et al., 2017).

A partir de la perspectiva de conocimientos situados, esta propuesta conceptual reconoce la parcialidad de la mirada de la investigadora frente a lo analizado, en un ejercicio reflexivo y crítico de investigación en el cual el conocimiento se construye con la otra persona, y que trasciende para convertir el conocimiento en insumos de políticas públicas, y ampliar las perspectivas sobre la migración de las mujeres.

En este sentido, quien escribe estas palabras es una mujer migrante colombiana en Costa Rica, docente e investigadora, con estudios universitarios, clase media, que ha tenido la oportunidad de vivir de su profesión.

Este es un lugar de privilegio pero también un lugar para comprender a las otras que como yo, migraron, con sus motivos, relatos e historias que hablan de interseccionalidades, identidades y agencias en funcionamiento, mientras todas les damos sentido a nuestra propia historia de migración, y es estas en una trama más amplia de historias colectivas.

Conclusiones

En esta ponencia se ha expuesto brevemente un modelo conceptual para el análisis de las narrativas de las mujeres migrantes desde una perspectiva feminista.

Aunque el centro de la propuesta esté ocupado por el análisis de las narrativas, puesto que es en ellas en donde se construye el sentido, estas son están atravesadas por una perspectiva feminista, que incluye una reflexión sobre las identidades, la agencia narrativa, la interseccionalidad y la posición epistemológica de la investigadora en la producción de un conocimiento situado.

Esta propuesta aprovecha el reconocimiento de la interseccionalidad que

atraviesa las experiencias de las mujeres migrantes para hablar de los diversos modos y formas de vivir la migración en tiempos de feminización de las migraciones, y de discursos de odio y xenofobia.

Además, valora el rol emancipador de la agencia narrativa, mediante la cual los relatos se convierten en una poderosa herramienta para hacer una reflexión crítica sobre la propia historia, su generación se convierte en un proceso que niega la condición de subalternidad que opera en las relaciones de poder que estructuran los procesos migratorios, y posibilita la autonomía y la capacidad de re significar estos procesos, así como las identidades tanto individuales como colectivas implicadas.

Referencias

- Biglia, B. (2015). Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social. *Otras formas de (re)conocer*, 21–44.
- Cea-Merino, P., Galaz Valderrama, C., & Montenegro-Martínez, M. (2015). La construcción social de las mujeres inmigrantes en los discursos de la academia. *Psicoperspectivas. Individuo Y Sociedad*, 14, 28–39.
- Forero, L. V. V., Valderrama, N. A. L., Melo, M. A. O., & González, J. A. R. (2018). Narrativas biográficas de mujeres que han experimentado violencia de pareja. *Razón Crítica*, 177–209.
- Galaz Valderrama, C. (2016). Producciones narrativas: la agencia y reflexividad en las prácticas de interventoras sociales. En V Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales. Universidad Nacional de La Plata. Recuperado de <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/librарь?a=d&c=eventos&d=Jev8441>
- Herrera-Núñez, Y. (2018). Reconstrucción narrativa de identidades agentivas de mujeres migrantes afrodescendientes en Coquimbo, Chile. *OXÍMORA Revista Internacional de Ética y Política*, 0, 173–188.
- Lucas, S. D. (2016). The primacy of narrative agency: A feminist theory of the self. University of Sydney. Recuperado de <https://ses.library.usyd.edu.au/handle/2123/15896>
- Lucas, S. D. (2018). The primacy of narrative agency: Re-reading Seyla Benhabib on narrativity. *Feminist Theory*, 19, 123–143.
- Luévano, T. E. M., & Orozco, O. R. (2015). Narrativas de mujeres transformadoras sociales: Narrativas de la memoria. EAE. Recuperado de

<https://market.android.com/details?id=book-SAFGjgEACAAJ>

Oehmichen Bazán, C. (2018). Los imaginarios de la alteridad y la construcción del chivo expiatorio: Trump y el racismo antimigrante. *Revista Pueblos y fronteras digital*, 13, 21.

Palacios-Valencia, Y. (18 de noviembre de 2016). Perspectiva de género en los fenómenos migratorios: estudio desde Europa y América Latina. *Revista CES Derecho*, 7, 145–162.

Patiño, M., Solís, A., & Galo, C. (2008). Estudio binacional (Nicaragua-Costa Rica) sobre la incidencia de la migración en las mujeres. Una lectura desde la perspectiva de las mujeres. San José, Costa Rica: Organización Internacional para las Migraciones/Fondo de Población de las Naciones Unidas. Recuperado de http://www.sidocfeminista.org/images/books/12928/12928_00.pdf

Platero, R. (2014). ?` Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer. Otras formas de (re) conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista, 79–95.

Ramírez, J. (2018). De la era de la migración al siglo de la seguridad: el surgimiento de “políticas de control con rostro (in)humano”/ From the age of migration to the century of security: the emergence of “control policy with a (in)human face”. *URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, 10–28.

Riessman, C. K. (2001). Analysis of Personal Narratives. En J. Gubrium & J. Holstein (Eds.), *Handbook of Interview Research* (pp. 695–710). 2455 Teller Road, Thousa

Salvo Agoglia, I. (2018). Narrativas de mujeres que adoptan monoparentalmente en Chile: dispositivos de intervención y prácticas de resistencia. *Revista de Estudios Sociales* No.35, 63, 29–41.

Sánchez Muñoz, C. (2009). Seyla Benhabib: hacia un universalismo interactivo y globalizado. Teorías políticas contemporáneas.

Troncoso-Pérez, L., Galaz-Valderrama, C., & Alvarez, C. (2017). Las producciones narrativas como metodología de investigación feminista en Psicología. *Psicoperspectivas*, 16, 20–32.

Patrones discriminatorios hacia las víctimas de feminicidio en México en medios de comunicación y deficiencias en la procuración de justicia

Padrões discriminatórios em relação às vítimas de feminicídio na mídia no México e deficiências na administração da justiça

Discriminatory patterns towards victims of femicide in Mexico in the media and deficiencies in the administration of justice

María Esther Chamosa Sandoval ¹⁰⁸

Alejandro Herrera González ¹⁰⁹

Resumen: Se ubican patrones discriminatorios por parte de medios de comunicación en 3 casos de feminicidio recientes, donde la procuración de justicia fue nula o insuficiente. Se concluye que urgentes protocolos eficientes para la prevención y seguimiento del delito; y capacitar en derechos humanos y equidad a comunicadores, funcionarios, cuerpos de seguridad y personal que procura la justicia.

Palabras Clave: Feminicidio, discriminación, impunidad.

Abstract: Discriminatory patterns by the media are found in 3 recent cases of femicide, where justice was null or insufficient. It is concluded that efficient protocols for crime prevention and monitoring are urged. It is also urgent to train journalists, civil servants, security forces and personnel who seek justice in human rights and equity.

Key words: Femicide, discrimination, impunity.

Introducción

La violencia de género y el feminicidio han aumentado exponencialmente en México a

¹⁰⁸María Esther Chamosa Sandoval. Universidad Justo Sierra, Doctora en Comunicación y la Cultura, México, cinemarieth@gmail.com

¹⁰⁹Alejandro Herrera González. Instituto Politécnico Nacional, Maestro en Humanidades, México, lextermaster@gmail.com

partir de 2017, al grado de posicionarse durante el primer semestre de 2019 (según Amnistía Internacional) como el país con más feminicidios en América Latina.

De acuerdo con la Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México, la violencia de género deriva "...de la desigualdad estructural entre hombres y mujeres a partir de la cual se aprenden y orientan prácticas que dejan a las mujeres en una situación de vulnerabilidad" (2019, p. 8).

El feminicidio supone el mayor y más grave nivel de violencia hacia la mujer, tan solo por el hecho de serlo, y es que como señalaron Diana Russell y Jill Radford, el feminicidio "...abarca más allá de su definición legal de asesinato, e incluye situaciones en las cuales se acepta que las mujeres mueran como resultado de actitudes misóginas o de prácticas sociales" (Russell & Radford, 2006, p. 41).

Ante el aumento del delito de feminicidio en México, se ha generado variedad de instancias que buscan coadyuvar a su visibilidad, y en un momento dado a su combate. Tal es el caso del Observatorio Ciudadano Nacional del Feminicio, y la la

alerta de violencia de género (AVG) como una derivación de la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, entre otras.

A pesar de las iniciativas del Estado mexicano, los esfuerzos de asociaciones no gubernamentales, el activismo y las movilizaciones sociales que se han pronunciado en contra de la violencia hacia la mujer, las cifras van en aumento. Según la ONU, "En México, al menos 6 de cada 10 mujeres mexicanas ha enfrentado un incidente de violencia; 41.3% de las mujeres ha sido víctima de violencia sexual y, en su forma más extrema, 9 mujeres son asesinadas al día" (ONU, 2018, párr. 3).

Durante el primer semestre de 2020, este crimen se potenció:

De enero a junio de 2020 se registraron 489 feminicidios en el país, que representa un aumento de 9.2% a los feminicidios registrados en los primeros seis meses de 2019, de acuerdo con datos del Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública... (Navarro, 2020, párr. 1).

En los últimos 3 años, los medios de comunicación, especialmente los digitales,

han contribuido a la visibilización de los delitos de feminicido, e incluso a través de la presión colectiva de las propias redes sociales se ha logrado dar seguimiento a algunos casos. Esta misma evidencia mediática de los casos ha destapado y viralizado también una serie de irregularidades que escapan incluso al estado de derecho, dejando en libertad a feminicidas confesos, entorpeciendo los procesos legales en contra de presuntos culpables, o restando importancia a los feminicidios en grado de tentativa.

Aunado al tópico legal y su nula o insuficiente procuración de justicia, los medios masivos de comunicación juegan un importante papel en la configuración de la "imagen pública de la víctima", difundiendo patrones discriminatorios, o recurriendo a manejos amarillistas con la pretención de conseguir mayor impacto. De esto deriva que cierta proporción de la opinión pública digital tienda a juzgar a las víctimas de feminicidio a razón de su oficio, origen étnico, etcétera.

A partir de lo antes descrito, se reportan los resultados de una investigación dirigida bajo el siguiente objetivo: Ubicar en medios de comunicación digitales patrones discriminatorios en algunos casos de

feminicidio, que han sido mediáticos en México entre 2017 y 2020, en los cuales la procuración de justicia fue nula o insuficiente.

El trabajo se apega al método inductivo, con un diseño metodológico mixto. En primera instancia, se analizaron tres casos de feminicidio, y en el 100% de estos se ubicaron al menos dos rasgos de patrones discriminatorios en: a) el manejo informativo de los casos por parte de la prensa, b) las manifestaciones de la opinión pública digital, que en algunos casos tiende a criminalizar a la víctima, c) los procesos de procuración de justicia que frenan o entorpecen la prevención y sanción del feminicidio y la tentativa del mismo.

El feminicio en México

En México, el delito feminicida carece de un claro seguimiento, esto se debe principalmente a las discrepancias entre las fuentes, pues existen marcadas diferencias en las bases de datos de instituciones como el Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI), los nosocomios y las organizaciones civiles; pero en general la incidencia de feminicidios reportada por las distintas instancias, oscila entre entre los 2

(según la Secretaría de Gobernación) y los 10 (de acuerdo con la ONU) por día.

Otra de las razones por las que no existe claridad en el seguimiento es el desconocimiento de los protocolos de feminicidio, y la falta de homologación de criterios a nivel nacional (tanto en la tipificación del delito, como en las metodologías de seguimiento) para determinar cuándo se trata de un feminicidio y cuándo no.

Asimismo, el feminicidio en grado de tentativa es trivializado, tanto por parte de las autoridades, como de los medios masivos de información.

Oficialmente, el artículo 325 del Código Penal Federal establece puntualmente siete causas para catalogar un homicidio como feminicidio, sin embargo actualmente solo 19 Entidades Federativas en México, de un total de 32, poseen protocolos penales definidos para tipificar el delito en sus regiones.

Existe una marcada tendencia a cuestionar el uso del término "feminicidio", ésta se observa incluso en reuniones (tanto formales como informales) de algunos magistrados,

abogados y jueces; máxime entre la población común.

Si bien cada año, la violencia cobra miles de vidas de hombres y mujeres, de acuerdo con el Instituto Nacional de las Mujeres (2011), en un Comunicado de Prensa titulado "La violencia contra las mujeres, una forma de tortura", difundido a través de la Dirección General Adjunta de Comunicación Social y Cambio Cultura destacan las siguientes razones para sustentar la pertinencia de la tipificación del delito en cuestión:

1. Se aprecia mayor brutalidad en homicidios de mujeres.
2. Mientras los homicidios masculinos tienden a perpetrarse con arma de fuego, en el caso de las mujeres es más frecuente el uso de MEDIOS MÁS CRUELES, como ahorcamiento, estrangulamiento, sofocación, ahogamiento e inmersión.
3. Contra las mujeres se usan objetos cortantes 3 VECES MÁS QUE EN LOS ASESINATOS DE HOMBRES, y la proporción en que las mujeres son envenenadas o quemadas con sustancias diversas o con fuego TRIPLICA la de los varones.
4. A la muerte en sí se suman a menudo VIOLACIONES SEXUALES, LESIONES, MUTILACIONES, lo que

a todas luces indica la intención de AGREDIR Y CERCENAR de diversas maneras el cuerpo de la mujer antes o después de privarla de la vida.

5. Ademas de la brutalidad de estos crímenes, deviene la "IMPUNIDAD" que los acompaña.

En resumen, la ausencia de claridad en la tipificación del delito de feminicidio evidentemente se ve reflejada en la consumación de los procesos legales muchas veces insuficientes; pero también se evidencia en el manejo informativo que dan a los casos cada uno de los medios de comunicación. Adicionalmente, desde el tratamiento informativo se aprecia una serie de patrones discriminatorios hacia las víctimas de feminicidio y feminicidio en grado de tentativa en México.

Revisión de tres casos

A fin de ubicar en medios de comunicación digitales patrones discriminatorios en algunos casos de feminicidio, que han sido mediáticos en México entre 2017 y 2020, en los cuales la procuración de justicia fue nula o insuficiente, se eligieron los casos de: Paulina Elizabeth Luján Morales, Génesis Ullannys Gibson Jaimes y Abril Pérez Sagaón.

A continuación se presentan algunas generalidades respecto a cada una de las víctimas de feminicidio, cuyos casos se analizaron.

Paulina Elizabeth Luján Morales

Su feminicidio tuvo lugar en 2008, con 16 años cumplidos.

Fue secuestrada a la salida del Colegio de Bachilleres donde estudiaba, al sur de Chihuahua, México.

Sus agresores fueron identificados como Raymundo Quezada y Carlos Alonso Altamirano García (en ese momento de 23 y 21 años respectivamente).

Paulina escribió en su antebrazo el número de placa vehicular en que fue privada de la libertad.

José Raymundo Quezada confesó el crimen y se le dictó una sentencia de 60 años , por los delitos de violación y homicidio .

En junio de 2018, se redujo su condena a 14 años por buena conducta.

Respecto a la cifra económica señalada como reparación del daño, que se había fijado en 60 mil pesos mexicanos , se le pidió a Quezada que sólo pagara 35 mil.

El juez Rodolfo Romano lo dejó en libertad en enero de 2020, habiendo cumplido solo 11 años en prisión.

Génesis Ulannys Gibson Jaimes

Su feminicidio tuvo lugar en 2017, con 24 años cumplidos.

Nacida en Venezuela, radicaba en Querétaro, México trabajando como modelo y escort.

El 16 de noviembre de 2017 salió rumbo a Puebla para encontrarse con un cliente.

Su cuerpo fue encontrado el 17 de noviembre de 2017 en un hotel de la Ciudad de México (atada de pies y manos, amordazada y con rasgos de estrangulamiento).

Las autoridades recibieron presión social nacional e internaiconal para continuar con las investigaciones.

En marzo de 2018 se anunció que habían encontrado a un presunto culpable.

El miércoles 26 de febrero de 2019 se dictó sentencia de 45 años de prisión.

Abril Pérez Sagaón

Su feminicidio tuvo lugar en 2019, con 49 años cumplidos.

El 4 de enero de 2019, su entonces esposo Juan Carlos García (ex CEO de Amazon en

México) la agredió al grado de provocarle fractura de cráneo.

El 20 de septiembre Gracia fue remitido acusado de feminicidio en grado de tentativa.

Un juez reclasificó el caso, de feminicidio en grado de tentativa a violencia familiar.

Abril se mudó a Monterrey acompañada de sus hijos, donde se encontraba el resto de su familia.

El 25 de noviembre se encontraba en la Ciudad de México para dar seguimiento legal a una disputa por la custodia de sus hijos con su ex esposo Juan Carlos García (quien fuera CEO de Amazon en México).

Camino al Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México, dos personas en motocicleta dispararon directamente al auto en que ésta viajaba. Murió a causa de dos disparos de alto calibre.

El caso se volvió viral, sobre todo porque fue atacada el Día Internacional de la Eliminación de la Violencia contra la Mujer.

El 5 de marzo de 2020 fueron detenidos dos posibles autores materiales del crimen.

En agosto de 2020, la familia de Pérez Sagaón logró que la jueza Rosa Montaño Martínez ordenara la reclasificación del caso, de nuevo a feminicidio en grado de tentativa (por el ataque de enero del 2019, por parte de su ahora prófugo ex esposo).

Como se puede observar, estos tres casos fueron mediáticos y existe gran cantidad de información al respecto en redes sociales y distintos tipos de medios de comunicación. Ahora bien, no es ningún secreto que los medios delinean las tendencias a través de las cuales se va formando la opinión pública. Actualmente las redes sociales han favorecido fuertes procesos de polarización entre los internautas, y esto en gran medida se debe a la tendencia con que se da a conocer la información por parte de los propios sitios de noticias.

Según Aguilar y Terán, durante el proceso de formación de la opinión pública, existe un proceso de influencia y control por parte de los medios hacia la opinión pública, el cual "...se fundamenta en elementos cognitivos, psicológicos, fisiológicos y tecnológicos. Tales elementos están involucrados en la conformación, manipulación y control de la opinión por los medios de comunicación" (2015, en Terán y Aguilar, 2018, s/p).

El primer contacto que tiene la opinión pública con un tema suele ser a través de la noticia, si se ha dicho ya que existe poca fidelidad en la tipificación de los delitos de

feminicidio, más aún la hay en la información que sobre éstos se difunde: "...la prensa ignora el feminicidio, la violación y el maltrato de mujeres o los cubre con sensacionalismo dependiendo del grupo racial, la clase social y el atractivo a los que pertenece la víctima" (según los estándares masculinos) (Caputi & Russell, en Russell & Radford, 2006, p. 57).

Si bien el sensacionalismo o el amarillismo no son fenómenos nuevos ni digitales, con la carrera por los clics y la competencia desenfrenada que enfrentan los medios de comunicación digitales, los comunicadores se "ven" obligados a conseguir el "enfoque" de la noticia que más "interacciones" pueda generar.

Para explorar esto, se incluye en el siguiente cuadro los resultados de un análisis de búsqueda (utilizando Google Chrome el día 29 de septiembre de 2020), donde los criterios de observación fueron:

Búsqueda del sujeto de observación mediante la inserción del nombre completo.

Búsqueda del sujeto de observación mediante la inserción del nombre completo + la palabra ASESINATO.

Búsqueda del sujeto de observación mediante la inserción del nombre completo + la palabra FEMINICIDIO.

CASO	RESULTADO DE BÚSQUEDAS EN MEDIOS DIGITALES
Paulina Elizabeth Luján Morales	<p>La búsqueda de su nombre completo arroja 729, 000 resultados en 0.34 minutos.</p> <p>La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ASESINATO" arroja 480, 000 resultados en 0.43 minutos.</p> <p>La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ASESINATO" arroja 188, 000 resultados en 0.45 minutos / + la palabra "FEMINICIDIO" arroja 22, 500 resultados en 0.44 segundos.</p> <p>La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ESTUDIANTE" arroja 411, 000 resultados en 0.51 minutos / + la palabra "ADOLESCENTE" arroja 175,000 resultados en 0.48 minutos.</p>
Génesis Ulannys Gibson Jaimes	<p>La búsqueda de su nombre completo arroja 276, 000 resultados en 0.38 minutos.</p> <p>La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ASESINATO" arroja 25, 100 resultados en 0.39 minutos / + la palabra "FEMINICIDIO" arroja 48, 900 resultados en 0.48 segundos.</p> <p>La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ESCORT" arroja 208, 000 resultados en 0.38 minutos / + la palabra "MODELO" 179,000 resultados en 0.42 minutos.</p>
Abril Pérez Sagaón	<p>La búsqueda de su nombre completo arroja 92, 000 resultados en 0.32 minutos.</p> <p>La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ASESINATO" arroja 66, 000 resultados en 0.35 minutos.</p>

La búsqueda de su nombre completo + la palabra "ASESINATO" arroja 25, 600 resultados en 0.48 minutos / + la palabra "FEMINICIDIO" arroja 33, 300 resultados en 0.48 segundos.

Tal como se puede apreciar, el caso sobre el que más se ha publicado es el de Paulina Elizabeth, y el que menos resultados arroja es el de Abril Pérez. Esto podría deberse a que los otros dos casos resultan "más taquilleros". En el de Paulina la prensa explotó la idea de "adolescente asesinada", mientras que en con Génesis el "gancho" para

despertar el morbo y por tanto el interés hacia la noticia fue que se trataba de una "escort venezolana".

Estas ideas se evidencia más en los siguientes cuadros donde se incluyen algunos de los titulares de los medios informativos digitales más destacados del país.

Paulina Elizabeth Luján Morales	
TITULAR	MEDIO
Chihuahua: 60 años de presión a feminicida de Paulina Elizabeth	Cimac Noticias
Dan 25 años de cárcel al asesino de Paulina	Noti fama estatal
Liberan a asesino confeso de Paulina	El Universal
Tras pagar 35 mil pesos, liberan a asesino confeso de una joven de 16 años	Telediario
Liberan a feminicida de Paulina Elizabeth por buena conducta	El Imparcial
Juez libera a asesino de Paulina Luján en Chihuahua; solo pasó 10 años en prisión	SDP noticias
La espantosa historia de Paulina, cuyo asesino confeso está libre por un juez	Tribuna

Liberan por "buena conducta" a asesino de adolescente en Chihuahua	Publimetro
Apela FGE liberación del asesino de Paulina	El diario de Chihuahua
CEAV-Chihuahua impugnará liberación de los feminicidas de Paulina Elizabeth Luján	Proceso

En el caso de Paulina, solo se encontraron en la primera búsqueda 2 noticias del 2008, la gran cantidad de publicaciones y

menciones que se puede localizar en la Red son actuales, derivadas de la puesta en libertad de su feminicida.

Génesis Ulannys Gibson Jaimes	
TITULAR	MEDIO
Por asesinato de escort venezolana recibe sentencia de 45 años de prisión	La Razón
Génesis trabajaba y la mataron; la gente la juzga	El Universal
Capturan al probable asesino de Génesis, la escort venezolana	La silla rota
Capturan a hombre ligado en asesinato de escort venezolana	Excélsior TV
El drama de Génesis, escort asesinada en hotel	Zócalo
Joven venezolana murió por asfixia y apuñalamiento; PGJCDMX investiga feminicidio	Proceso

Génesis, la joven que desapareció en Puebla y fue asesinada en hotel de CDMX	El Sol del Centro
Sentencian a 45 años a feminicida de edecán venezolana	El Financiero
Cae probable feminicida de Génesis	El Reforma
Mujer asesinada en hotel de CDMX era venezolana	El siglo de Durango

El caso de Génesis fue polémico entre los usuarios de los sitios, gran parte de la opinión pública la "culpó de su propia muerte" al dedicarse a un "oficio de

riesgo", incluso de encontraron diversas opiniones que aprobaban lo sucedido, como consecuencia natural de su "mal comportamiento".

Abril Pérez Sagaón	
TITULAR	MEDIO
Asesinato de Abril Pérez Sagaón, el feminicidio que indigna a México	Aristegui Noticias
Denuncian a jueces por caso de Abril Pérez Sagaón	Milenio
Detienen a posibles feminicidas de Abril Pérez, asesinada en el Día contra la Violencia de Género	Forbes
Caso de Abril Pérez será juzgado como feminicidio	El Imparcial
El asesinato de Abril Pérez, feminicidio que indignó a México	BBC
Denunciarán a jueces del caso Abril Pérez Sagaón	Excelsior
Reincorporan a jueces vinculados con el caso de Abril Pérez	Sopitas

Familiares de Abril Pérez procederán legalmente contra jueces del caso	Imagen Radio
Jueces relacionados al caso Abril Pérez vuelven a ser suspendidos	Proceso
Abril Pérez Sagaón: Familia logra reclasificar su asesinato como feminicidio	Grupo Fórmula

El caso de Abril Pérez ha sido el menos mencionado, en su momento lo que llamó la atención de las audiencias era el hecho de que se tratara de la “ex esposa de un alto funcionario de Amazon”. Incluso en estos casos, la víctima pasó a segundo término, lo importante para la opinión pública era el hecho de que era una mujer de clase acomodada y que su marido era un “CEO”.

Conclusiones

La primera barrera que se enfrenta es la negativa a aceptar que existen diferencias entre un feminicidio y un homicidio doloso cualquiera; pues se tiende a cuestionar la existencia de un término para designar los asesinatos femeninos, y que no haya un equivalente semántico para los masculinos.

Los patrones discriminatorios localizados en las tres esferas (prensa, opinión pública y

procuración de justicia) derivan de usos y costumbres donde:

a) Se responsabiliza a la mujer de los delitos cometidos en su contra, bajo la consigna de que ésta provoca la ira o las pasiones masculinas; basta recordar cómo “El #MeToo mexicano de 2018 está considerado un fenómeno donde las acusadoras terminaron siendo las <<humilladas>>” (Olabuenaga, 2019, p. 75).

b) Se tiende a considerar que la mujer debe guardar silencio ante ciertas violaciones a sus derechos humanos, “...donde el discurso se convierte en relaciones de poder y de dominación bajo reglas aceptadas por la sociedad” (Olabuenaga, 2019, p. 331) pues como asegura Virginie Despentes, se espera que las mujeres no denuncien: “Hay que ser una víctima digna. Es decir, que sepa callar” (2019, p. 142).

Se concluye que, además de la homologación en la tipificación, urge:

1. Establecer protocolos eficientes para la prevención y el seguimiento del delito,

2. Una normativa congruente que sistematice la procuración de justicia en apego a los derechos humanos,

3. Capacitación en derechos humanos y equidad para la eliminación de la violencia y discriminación de género entre:

- a) Funcionarios encargados de prevenir y atender los casos de violencia contra las mujeres,

- b) Los cuerpos de seguridad,

- c) Personal que procura la justicia (incluyendo juzgadores, magistraturas y defensoría de oficio).

- d) Reporteros y periodistas

- e) Editores de medios informativos

4. Reestructurar los esquemas de seguridad ciudadana.

Referencias

Caballé, Anna. (2019). Breve historia de la misoginia. Antología y crítica. México: Ariel.

Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México. (2019). Informe sobre las violencias de género en la procuración de

justicia en la Ciudad de México. México: CDHDF.

Recuperado de: https://cdhcm.org.mx/wp-content/uploads/2019/09/Informe_violencia_de_genero.pdf

Despentes, V. (2019). Teoría King Kong. México: Grupo Editorial Penguin Random House.

Holguín Pérez, R. (2019). En Chihuahua asesinan a ocho mujeres en menos de 96 horas. Periódico El Sol de México.

Recuperado de:
<https://www.elsoldemexico.com.mx/republica/sociedad/ultimas-noticias-en-chihuahua-asesinan-a-ocho-mujeres-en-menos-de-96-horas-feminicidios-4551084.html>

Navarro, M. (2020). El feminicidio aumenta en 2020 mientras AMLO apunta al neoliberalismo. Forbes Política.

Recuperado de:

<https://www.forbes.com.mx/politica-feminicidio-aumenta-amlo-neoliberalismo/>

Olabuenaga, A. (2019) Linchamientos Digitales. México: Paidós.

Érez, A. (2011). ¿Hasta cuándo el acceso a la justicia para las mujeres? Revista Dfensor. Feminicidio: alerta urgente de justicia y alto a la impunidad. (03) pp. 11-25. Olamendi, P. (2016). Feminicidio en México. México:

Gobierno de la República, Instituto Nacional de las Mujeres.

ONU México. (2018). Comunicado oficial. La violencia contra las mujeres no es normal ni tolerable.

Recuperado de: <http://www.onu.org.mx/la-violencia-contra-las-mujeres-no-es-normal-ni-tolerable/>

Padgett, H. (2011). Un feminicidio peor que el del norte. Las muertes del Edomex son muchas más que las de Juárez. Revista Dfensor. Feminicidio: alerta urgente de justicia y alto a la impunidad. (03) pp. 11-25.

Russell, D. & Radford, J. (2006). Feminicidio. La política del asesinato de las

mujeres. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades,

Russell, D. & Roberta Harmes. (2006). Feminicidio: una perspectiva global. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades.

Terán, O., Aguilar, J. (2018). Modelo del proceso de influencia de los medios de comunicación social en la opinión pública. Revista Educere. 22(71).

Recuperado de:

<https://www.redalyc.org/jatsRepo/356/35656002014/html/index.html>

Mujeres-niñas-adolescentes en los diarios sanjuaninos: la reproducción mediática de la desigualdad

Women-girls-adolescents in san juan newspapers: the media reproduction of inequality

Gabriela N. Lucero ¹¹⁰

Graciela Marcet ¹¹¹

Bianca Piacentini Naranjo ¹¹²

Resumen: Este trabajo fue abordado con el objetivo de aportar al conocimiento sobre los procesos de producción de noticias en medios de comunicación social locales, en el marco del proyecto de investigación “Rutinas periodísticas y noticias sobre niñez y adolescencia en San Juan” (CICITCA 2018-2019).

A partir del estudio de tres (3) meses de producción de tres diarios locales, Diario de Cuyo, El Zonda y Diario Huarpe, se buscó dar respuesta a interrogantes como: ¿Qué temas y tratamientos son los más recurrentes en los medios de comunicación locales por los que aparecen las mujeres-niñas-adolescentes? ¿Estos contenidos fortalecen, sostienen o critican la matriz colonial moderna? ¿La clase social, edades, género, modifican las expectativas sociales sobre el hecho de ser niña-adolescente?

¹¹⁰ Gabriela Nélida Lucero. Universidad Nacional de San Juan, Lic. en Comunicación Social, Argentina, gabyluc@hotmail.com

¹¹¹ Graciela Marcet. Universidad Nacional de San Juan, Lic. en Comunicación Social, Argentina, gracielamarcket@gmail.com

¹¹² Bianca Piacentini Naranjo. Universidad Nacional de San Juan, Estudiante avanzada Lic. en Comunicación Social, Argentina, piacentini.bianca@gmail.com

Tema y discusión general

Este trabajo fue abordado con el objetivo de aportar al conocimiento sobre los procesos de producción de noticias en medios de comunicación social locales, en el marco del proyecto "Rutinas periodísticas y noticias sobre niñez y adolescencia en San Juan", aprobado por CICITCA – Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas y de Creación Artística (convocatoria 2018-2019). El interés estuvo puesto en evidenciar los temas y tratamientos por los que las mujeres-niñas-adolescentes aparecen en los medios de comunicación sanjuaninos.

Concebimos a la comunicación como un proceso de producción de sentidos que se da en un contexto social determinado. Entendemos a los medios de comunicación social como partícipes fundamentales en la construcción social de la realidad. Analizar desde el enfoque en derechos humanos y perspectiva de género los discursos que predominan sobre mujeres-niñas-adolescentes en los medios locales permite identificar sentidos que producen y reproducen la desigualdad estructural y la diferencia colonial moderna. Este "enfoque", desde el punto de vista normativo, está

basado en tratados internacionales de derechos humanos y está orientado a la promoción y protección de estos derechos. El enfoque de género como posicionamiento desde el cual investigar supone evidenciar desigualdades y una posible múltiple vulnerabilidad (multidimensional, interseccional) en la imagen estereotipada de mujeres-niñas-adolescentes.

A partir del estudio de tres meses de producción gráfica de tres diarios sanjuaninos, Diario de Cuyo, El Zonda y Diario Huarpe, se buscó dar respuesta a algunos interrogantes como: ¿Qué temas y tratamientos son los más recurrentes en los medios de comunicación locales por los que aparecen las mujeres-niñas-adolescentes? ¿Estos contenidos fortalecen, sostienen o critican a la matriz colonial moderna? ¿La clase social, edades, género, modifican las expectativas sociales sobre el hecho de ser niña-adolescente?

Objetivo General: Analizar y evidenciar tratamientos y temas recurrentes en medios de comunicación gráficos de San Juan 2018 en los que aparecen niñas y mujeres adolescentes.

Marco teórico

Para sustentar este trabajo, nos pareció fundamental partir de la idea de que la infancia-niñez es una construcción social e histórica, tal como afirma Eduardo Bustelo:

"Infancia, niñez, niños, niñas y adolescentes serán términos utilizados indistintamente para todos los menores de 18 años según lo define la Convención Internacional de los Derechos del Niño. Sin embargo, el uso de estas categorías no implica aceptar una temporalidad determinada sobre la infancia pues ésta es una construcción social e histórica". (Bustelo, 2007, p.15)

Dimensionar la niñez como construcción social evidencia diversas tensiones que atraviesan hoy el ser niño/niña o adolescente, y propone asumir que diversos paradigmas de la niñez se posicionan en ideologías nada ingenuas. Tal como dice Bustelo, la biopolítica del poder se expresa fuertemente en las relaciones de dominación sobre niñxs, y sumamos, se doblega el esfuerzo cuando se trata de niñas o adolescentes mujeres o identidades sexuales no binarias. Las grandes instituciones del sistema (familia, escuela y medios de comunicación) se encargan de proponer y mantener una visión hegemónica de la niñez que incluye vínculos

adultocéntricos y paternalistas. Existen así dos enfoques respecto a la relación social que involucra a niñxs: la compasión y la inversión.

"En la compasión, los niños y niñas son objetivados como sostén de sentimientos y de programas. La compasión, movida sobre todo por la dramaticidad, anula los derechos y el fundamento de la ciudadanía". (Bustelo, 2007, p.38)

Por otro lado, la inversión asume la niñez y adolescencia como rentabilidad futura:

"Esta es la versión utilitarista e individualista más pérvida: es conveniente, en términos económicos, invertir en 'capital humano'". (Bustelo, 2007, p.43)

Estos enfoques adquieren más solidez en el marco de lo que el semiólogo Walter Mignolo reconoce como los ámbitos interrelacionados por los que se sostiene la matriz colonial del poder:

-La gestión y el control de la economía (apropiación de tierras y de recursos naturales, explotación del trabajo, la deuda externa).

-La gestión y el control de la autoridad (formas de gobierno, militarismo, derechos y relaciones internacionales, roles y simetrías de poder).

-La gestión y el control del género y la sexualidad (las representaciones de 'mujer', la

heteronorma, el modelo de familia cristiano/evangélico como célula social).

-La gestión y el control del conocimiento y de la subjetividad (currículas de enseñanzas, los medios que generan y mantienen concepciones del mundo y forman subjetividades, la producción y circulación de conocimiento en instituciones académicas).

Ambos autores nos permitieron analizar contenidos de medios gráficos locales sobre la construcción de la niñez y adolescencia, sobre todo atendiendo a la desigualdad estructural que se da en los sentidos hegemónicos que circulan para hablar de mujeres-niñas-adolescentes.

Además, tomamos al semiólogo argentino Eliseo Verón para estudiar la problemática relativa al funcionamiento de la enunciación, y a partir de allí buscar las huellas de los enunciadores en los medios hegemónicos sanjuaninos como Diario De Cuyo, Diario El Zonda y Diario Huarpe.

Según Verón, el enunciado en un discurso es el contenido de lo que se dice, mientras que la enunciación implica las modalidades del decir, la relación del locutor con lo que se dice. Esto último es lo que nos interesa analizar, en función de que las modalidades de enunciación dan forma al dispositivo de enunciación. Éste incluye: la imagen de quien

habla (enunciador), entendido como el o los lugares que se atribuye a sí mismo quien habla, esto revela la relación del que habla con lo que se dice; la imagen de aquel a quien se dirige este discurso (destinatario), el enunciador construye y define un destinatario del contenido; y por último, la relación entre enunciador y destinatario que se propone en y a través del discurso.

Estas categorías de análisis provenientes de la semiótica nos interesan ya que develan la relación entre los y las periodistas de los medios en análisis, y los públicos a quienes se dirigen, así como también, su relación con los hechos noticiosos, es decir, el contenido del discurso.

En cuanto a la prensa gráfica, Verón denomina al dispositivo de enunciación como contrato de lectura. Es interesante en este trabajo poder visualizar o descubrir cuál es el contrato de lectura aparente a partir de un análisis de los tipos de enunciadores que aparecen en Diario De Cuyo, Diario El Zonda y Diario Huarpe para el corpus elegido.

A los efectos de este trabajo, decidimos analizar tres tipos de enunciador a partir de lo que identifica Verón: el enunciador pedagógico, quien propone un nexo desigual, enseña, recomienda, previene, explica, y por lo tanto traza una relación asimétrica con el

destinatario; el enunciador objetivo, es impersonal, no interroga, informa y es distante; y por último, el enunciador cómplice, quien utiliza estructuras que lo acercan y ponen a la par de su destinatario, promueve identificación y simetría.

Se toma además en este trabajo una serie de caracterizaciones generales sobre tratamientos y operaciones discursivas retomadas desde la comunicación con enfoque de géneros y el enfoque en derechos de niños, niñas, adolescentes. En los diversos tratamientos de contenidos en los que las mujeres, niñas, adolescentes son protagonistas se observa el predominio de las siguientes operaciones:

-Invisibilización: la constante negación del uso de denominación del 'niñas' frente al uso del genérico masculino. Lo notable es que por lo general en las imágenes fotográficas sí predominan niñas o colectivos de adolescentes mujeres pero no se las menciona.

-Dramatización: tratamiento focalizado en el drama o espectacularización de detalles que arman un enfoque amarillista. Utilizado por lo general en la sección policial y en casos de abuso y violencia sexual. También se utiliza el tono dramático asociado con la compasión cuando hay casos relacionados con pedidos

de ayuda, notable vulnerabilidad o campañas solidarias relacionadas con la salud de niñas o adolescentes.

-Inversión: Se pone el foco en la protagonista como 'joven promesa' o merecedora de atención e inversión a futuro. Por lo general relacionada con el deporte o porque se destaca en alguna competencia educativa, cultural o deportiva.

-Compasión: cuando se apela a lo emocional a partir de alguna condición que vulnera a la niña o adolescente (condición de salud, clase social, cultural, etc.). En estos casos se anula su condición de sujeto de derecho para ser depositaria de sensaciones emocionales a las que se apela con el discurso.

De diversos recursos de comunicación con perspectiva de género como las guías de recomendaciones de la Defensoría del Público de Argentina en las que también aparecen como operaciones periodísticas la sobre-exposición (exceso de exposición y visibilidad de una persona, su intimidad o características de lo personal), la estereotipación (usos de estereotipos y lugares comunes que promueven la desigualdad basadas en características diferenciales de género, clase, raza, etc.) y la espectacularización (la exageración y ficcionalización de relatos,

detalles para sumar a un tratamiento melodramático o de provocación emocional como la sorpresa).

Desarrollo. Enfoque y Metodología de abordaje.

Para el desarrollo de la investigación se realiza análisis discursivo y de contenidos del corpus y se suma la entrevista a periodistas vinculados con los diarios analizados. Se analizan los ejemplares de tres meses del 2018 (agosto-septiembre-octubre) de los siguientes medios: Diario El Zonda, Diario de Cuyo y Diario Huarpe, todos en su edición impresa papel. De lo observado se identifica que en Diario de Cuyo, de 248 contenidos cuya temática principal está referida a niños, niñas y adolescentes, hay 41 contenidos en los que mujeres, niñas, adolescentes son protagonistas (en imagen o desarrollo textual).

En Diario El Zonda, del total de 131 contenidos relevados donde aparecen niños, niñas y adolescentes, 39 son protagonizados por mujeres niñas, adolescentes.

En Diario Huarpe, del total de 85 contenidos protagonizados por niños, niñas y adolescentes, 32 son noticias protagonizadas por mujeres-niñas, adolescentes.

Sobre tipos de enunciador, denominaciones, rutinas, caracterización de tratamientos y operaciones discursivas más utilizadas:

La cantidad de noticias que tienen como protagónicas a niñas y adolescentes en las secciones Policial y Deportivo se corresponde con la prevalencia de dos tipos de enunciador según lo planteado por E. Verón, un enunciador objetivo y uno cómplice.

La presencia del enunciador objetivo también puede ser analizada a través de las denominaciones y adjetivaciones que el diario realiza sobre las protagonistas. En la sección Policial, las mujeres, niñas y adolescentes son denominadas con términos propios del lenguaje judicial como "menor", "víctima", "presunta víctima" y "supuesta víctima", como también en función de la relación familiar o de cercanía con los agresores, "hija", "hijastra", "prima", "alumna". También aparecen denominaciones que destacan la situación de desventaja o desigualdad de las víctimas respecto a sus agresores, como es el caso de las noticias que hablan de "menor discapacitada" o "adolescente discapacitada".

El enunciador cómplice puede reconocerse en noticias de la sección Deportes. Estas noticias se caracterizan por la apelación a refranes, dichos populares y descripciones

que destacan los rasgos físicos de las deportistas y el estereotipo de "lo femenino" como a otros lugares comunes, como por ejemplo, la relación "ídrica", entre padre e hija (*El karate y un amor de padre e hija*). Una noticia que ejemplifica este tipo de enunciador es *La pocitana de ojos azules que deslumbra*, un título que no se apoya ni en la foto en blanco y negro en la que ni siquiera se ve la cara de la deportista, ni en el texto, que tampoco hace alusión a esos rasgos físicos, que no tienen nada que ver con el buen desempeño de la protagonista.

Las denominaciones y adjetivaciones que aparecen en la sección Deportivo de Diario El Zonda destacan el papel que juegan las deportistas para la provincia: "representantes", "exponentes", "futura campeona". En esta sección, a diferencia de otras, hay una plena identificación de las niñas y adolescentes, con nombre, apellido y fotografía. Así, se reemplazan denominaciones genéricas como "la niña" por el nombre propio de quien se haya destacado en alguna disciplina, nombre que además aparece en los títulos. Este tipo de denominaciones pueden leerse también como parte de la construcción de un enunciador cómplice, en relación al contrato de lectura, que establece quiénes son merecedoras de

ser reconocidas con nombre propio en virtud de la capacidad que tengan para representar a la provincia.

Sobre rutinas periodísticas y en relación a la entrevista realizada a un periodista de la sección deportes de uno de los medios analizados, se destaca que muchos de los contenidos pertenecen a las lógicas de las disciplinas deportivas de consumo masivo, más populares. Así lo relacionado a deportes como fútbol, básquet, turismo carretera, hockey, ciclismo, rugby, atletismo, entre otros, son los que más contenidos se desarrollan, a esto se suma que seguramente serán los clubes y deportistas de mayor alcance público los que tienen más espacio en esta agenda de deportes en medios.

Cuando se le preguntó sobre si alguna vez recibió formación sobre derechos humanos, niñez y adolescencia y perspectiva de género (en alguna temática o formato similar a su condición de periodista) afirmó que nunca y que consideraba que era una temática más propia y urgente en otras secciones como Locales, San Juan o similar.

En otra entrevista, un periodista de otro de los diarios analizados aseguró que los trabajadores de ese medio tampoco reciben formación o capacitación de ningún tipo sobre perspectiva de género ni relativa a

tratamiento de noticias referidas a niños, niñas y adolescentes. En cuanto al modo de obtener información y el tipo de fuentes elegidas, explicó que una de las fuentes principales es la Policía, que brinda datos tanto en on como en off. Las fuentes judiciales también están entre las más consultadas. Para acceder a primicias, los medios suelen apoyarse en la relación que sus periodistas más experimentados han construido a lo largo del tiempo con las fuentes policiales y judiciales, quienes confían en la reserva que los comunicadores mantendrán sobre el origen de los datos que se publican.

En cuanto al análisis estadístico de 464 noticias sobre NNyA identificadas en tres meses de los diarios mencionados, solo 112 tienen a mujeres-niñas y adolescentes como protagonistas, lo que representa un 24% sobre el total. A partir de esta observación se evidencia que mujeres, niñas, adolescentes aparecen con mayor protagonismo en las secciones 'policiales' y 'deportes'.

En los análisis de los tres periódicos se tuvo en cuenta los contenidos por los que las mujeres-niñas-adolescentes son protagonistas. Luego de una primera selección se realizó un cuadro de análisis que diera cuenta de tópicos, adjetivaciones, denominaciones, tipo de enunciación

planteada, relaciones con secciones, entre otros elementos. Compartimos caracterización de tratamientos que se logra a partir del análisis de estos contenidos:

-*El genérico masculino que invisibiliza*: es el caso más frecuente y reiterado. Mientras el contenido o la fotografía que ilustra la noticia es protagonizada por niñas, en el titular y cuerpo de la noticia se las denomina con el genérico masculino 'niños'. Este tratamiento no sólo anula e invisibiliza a las mujeres niñas-adolescentes sino que las pone en calidad de 'extras' cuando aparecen en la historia ocupando el primer plano de la imagen.

-*La visibilización en casos de abusos sexuales y la relación de parentesco*: es el caso de contenidos publicados en la sección 'Policiales' que, en los casos de abuso sexual contra niñas y adolescentes, ponen el énfasis en la relación de parentesco, en una construcción que aporta dramatismo y tiende a la espectacularización del hecho. Por lo general estos contenidos se quedan en el tratamiento factual y el detalle morboso, dramático, innecesario, frente a la ausencia de una contextualización social que diminue el problema social.

-*La plena identificación justificada desde la compasión*: casos en los que la protagonista es identificada con nombre y apellido y en

muchos casos con la imagen de su rostro, que se justifica mediante la compasión, siendo la niña/adolescente objeto de pedidos de ayuda por salud, discapacidad, o campañas de solidaridad.

-*Visibilización en sección Deportes como inversión a futuro:* un grupo de niñas-adolescentes suele protagonizar contenidos en esta sección como excepción a la frecuente ausencia. Motiva la noticia el haber ganado algún campeonato, medalla y ser acreedora/s de garantía de futuro en alguna rama deportiva. En esta dimensión también aparecen los casos en que las niñas/adolescentes están relacionadas a alguien de su familia que se destaca en el mismo deporte, con frecuencia un adulto varón, y se la reconoce a partir de allí: "la hija de...", "sigue los pasos de su padre..."

Algunos ejemplos

- El genérico masculino que invisibiliza: secciones como 'San Juan' 'Locales' o 'Sociedad', las mujeres-niñas-adolescentes son protagonistas en temas de educación, salud o por campañas solidarias. En estos casos se destaca el uso del genérico masculino en el caso de protagonismos colectivizados y se repite el uso del genérico masculino cuando las fotos muestran la paridad de niños y niñas o aparecen inclusive sólo niñas o grupos de niñas. Esta operación, que implica negar el reconocimiento de 'niñas' en la denominación, claramente evidencia la invisibilización del género y la sobrevaloración del masculino para temas generales.



La visibilización en casos de abusos sexuales y la relación de parentesco: En estos casos, destaca el nivel de detalle de los hechos en cuestión. Detalles que en su mayoría estigmatizan a la niña/adolescente o se detallan citas textuales muchas veces sacado de declaraciones de las víctimas de cámara Gesell (práctica declarada contra derechos fundamentales de niños, niñas, adolescentes y penada) agregando dramatismo y morbo.

Es notable la insistente denominación de las niñas en estos contenidos a partir de su relación filial con el victimario fundamentado en este caso por el enfoque dramático y espectacularizador. Se repite la denominación

en diminutivo como: "hijita", "hermanitas", entre otros como "hija", "hijastra", "sobrina", "la menor", "la víctima", entre detalles que arman la escena de abuso de forma innecesaria. Es notable el acceso a fuentes judiciales o policiales, incluso expedientes, que brindan información sobre los delitos muchas veces descuidando la dignidad de niñas y adolescentes mujeres. Llama la atención el elevado número de casos y tratamientos de abusos sexuales en la sección policial de los diarios impresos locales, seguramente esta condición eleva el protagonismo de la sección 'policial' por sobre otras por ser el de mayor consumo mediático y tratamiento amarillista.



motivador en la investigación, desde el inicio cuando la niña le comentó a la directora de su escuela que no quería volver a su casa porque su hermano la violaba. El caso fue denunciado por una psicóloga del municipio a la que la adolescente consultó por ayuda, porque la madre de la menor no quiso denunciar.

Esa denuncia, que se conoció el 11 de octubre de 2014, y desde entonces se convirtió en una de las pruebas fundamentales del caso junto con el relato de la directora, pues en Cámara Gesell la niña se mostró muy tranquila y detalló lo sucedido y solo insistió en esa versión del mal que le creyó. Es más, durante la investigación presentó un planteo por lo menos inmóvil: los padres de la niña salieron en defensa del joven. Pidieron la extinción de la acción (es decir, el archivo del caso) con la mitad del caso a cambio de \$10.000 que consideraron adecuados como reparación del daño causado a su propia hija. Pero desde Fiscalía se opusieron energicamente por ser un pedido claramente improcedente y un juez lo rechazó.

El fallo de ayer aún no está firme.

La plena identificación justificada desde la compasión: Se da cuando protagonizan contenidos solidarios, de campañas de ayuda por motivos de salud, alguna discapacidad o condiciones de vulnerabilidad social extrema. En estos casos es notable la identificación total de la protagonista (se la menciona con nombre y apellido e imagen completa) y la

operación que se devela es la de promover la compasión a través de discursos sutiles de melodrama. También llama la atención el uso de diminutivos para nombrar a la niña/adolescente en cuestión (el editado en la fotografía es nuestro, para evitar identificación de las niñas).



Uno de los ejemplos más llamativos sobre niñas y adolescentes como objetos de compasión en los medios, que encontramos en el corpus, tiene que ver con las niñas/adolescentes con alguna discapacidad. Este ejemplo de Diario Huarpe se destaca ya que el medio cuenta con una sección propia para este tipo de noticias, llamada *#NosotrosPodemos Historias de Inclusión*, que, al contrario de lo que enuncia, resalta la discapacidad de la adolescente al colocar su historia en una sección aparte.

Se destaca el tipo de tratamiento, con un tipo de enunciador cómplice, que apela a la emocionalidad de los lectores: *"Esta es la historia de Rocío, una joven con Síndrome de Down que demuestra que no hay límites para su fuerza y talento"* / *"...fue una luchadora desde esos primeros momentos de vida"* / *"La joven bailarina está muy entusiasmada y entiende muy bien la importancia de sus logros"* / *"Rocío es un ejemplo más, desde esas primeras horas de vida en las que luchó por sobrevivir, de que Sí se puede"*.



The screenshot shows a news article from diariohuarpe.com. The header features a green banner with the text '#Nosotros Podemos' and 'Historias de inclusión'. Below the banner, the main headline reads 'Rocío, una estrella enorme que no para de brillar'. The article includes a large photo of a young woman with dark hair and makeup, smiling. To the left of the photo, there's a sidebar with a heading 'DISFRUTAR DE BAILAR Alegria en todo el cuerpo' and a quote from her mother. The right side of the article contains two columns of text discussing her life and achievements.

La danza árabe la hace feliz. Cada vez que pisa un escenario disfruta de los aplausos como si fuese la primera vez. Esta es la historia de Rocío, una joven con Síndrome de Down que demuestra que no hay límites para su fuerza y talento.

DISFRUTAR DE BAILAR Alegria en todo el cuerpo

"Cuando Rocío nació, todos me decían que son niños puro amor y que con ella no me sentiría nunca sola. Yo lo siento como si me estuviesen dando el pésame, o como una frase de consuelo. Ella demostró en su vida que puede mucho más que eso", comenta Silvia Chávez, mamá de la bailarina de dan-

pizar las tablas en Buenos Aires y, de pasar esa instancia, llegar a Uruguay para sorprender a todos como lo hace cada vez que baila. La joven bailarina está muy entusiasmada y entiende muy bien la importancia de sus logros, es por eso que su familia está haciendo un esfuerzo inmenso para poder acompañarla al certamen y verla triunfar.

Al hacer un repaso por la vida de su hija, Silvia se siente muy satisfecha. "Ella es nuestro Sol y nosotros su satélite", asegura. Y esta idea, se ve replicada en la forma en que la "estrella enorme" es la reina de la casa y la consentida de la familia. Como en todos los casos, el camino no fue fácil y estuvo repleto de momentos en los que hubo que luchar duro

-Visibilización en sección Deportes como inversión a futuro: Cabe tener en cuenta que la muestra puede estar sesgada por la realización de dos eventos deportivos provinciales de gran repercusión durante el período observado. Sin embargo, es notable la repetición de algunos tratamientos en esta sección cuando las niñas, adolescentes, mujeres son protagonistas en los tres diarios.

En la sección Deportes las mujeres, niñas, adolescentes aparecen en carácter protagónico cuando ganan alguna

competencia (de forma individual o grupal) o sobresalen en algún deporte. En este sentido, se las denomina con nombre y apellido y, por lo general, se las asocia con la idea o denominación de 'jóvenes promesas'. Es decir, las mujeres, niñas, adolescentes protagonizan noticias en este segmento avaladas por la idea de 'inversión de capital a futuro' seguramente asociado con el protagonismo de ciertas disciplinas deportivas que se destacan en los medios más que otras, o merecen más 'inversión a futuro'.



FERNANDA ILLANES

La pocitana de ojos azules que deslumbra

La humildad no se negocia. Ese es el pilar fundamental que sus padres inculcaron en ella. Con esa bandera llegó lejos y sus condiciones deportivas estamos a las puertas de ver a una futura campeona. Ella ya vive los juegos olímpicos de la Juventud. Desde la misma villa, en la cual tiene a otros 4000 atletas que ni siquiera conoce, espera con mucha ansiedad el debut de mañana para las pruebas combinadas de patinaje en 1000 metros. "Es todo una locura, la verdad es que uno puede imaginar pero vivirlo es increíble."

>Acción para Fernanda. La pocitana sale a escena mañana

Me cruce con chicas de países que ni se conocen. Esto es un sueño hecho realidad, son experiencias que no se olvidan mas y que me motivan a salir a la pista y dejar la vida" comentó en un mensaje de audio de whatsapp desde Buenos Aires y con la voz cargada de emoción. La sanjuanina correrá en patín carrera en dos especialidades con doble actividad para mañana, en 1000 y 5000 combinados. En tanto que el lunes estará participando en los 500 metros. Actualmente Fernanda se encuentra entre las 10 mejores del mundo en su edad.

Conclusiones

En esta investigación, que sigue la línea de estudios del Observatorio de Medios del GEICOM-UNSJ, nos dedicamos a conocer cómo es el cruce entre las noticias de los medios hegemónicos de San Juan, la perspectiva de género/decolonial, y los contenidos sobre niñas y adolescentes. Con su desarrollo se evidenció que los tratamientos mediáticos analizados manifiestan sentidos que promueven la objetualidad de la niñez y adolescencia y anulan toda posibilidad de asumir a niños, niñas y adolescentes como sujetos plenos de derechos. Se trata de discursos que legitiman y normativizan un modelo hegemónico y heteronormado de niñez y adolescencia, en donde la gestión y el control del género se devela de distintas maneras.

Las operaciones de invisibilización, dramatización, compasión, inversión y espectacularización, las más frecuentes en las noticias relevadas, demuestran que las mujeres niñas adolescentes aparecen en un segundo plano en los medios sanjuaninos, y en caso de aparecer como protagonistas, lo hacen en las secciones de Policiales y Judiciales, como víctimas en su mayoría de abusos sexuales. Además, en estos casos los

tratamientos son cuestionables ya que violan la intimidad de las protagonistas, indicando nombre, relación de parentesco, domicilio, fotografía, y otros elementos que permiten identificarlas además de la falta de perspectiva de género, enfoque en derechos humanos que permitan contextualizar los casos de abusos a niñas y adolescentes como problema social.

Es interesante notar que las operaciones discursivas que se evidencian en los tratamientos de noticias cuando las mujeres, niñas, adolescentes son protagónicas fortalecen la mirada colonizadora basada en la diferencias de género y autoridad. En este caso es notable la doble vulnerabilidad cuando se es mujer y niña o adolescente. Ser invisibilizadas cuando se las muestra pero no se las nombra, la insistente aparición protagónica cuando son víctimas de violencias sexuales, el detalle indigno de los abusos, la repetición de la relación de filiación y sus condiciones íntimas dramáticas (estilo de vida en relación a su clase social) evidencian el fuerte control de autoridad, género y sexualidad del sistema heteronormado sobre las niñas. Todas las operaciones discursivas (invisibilización, dramatización, inversión, compasión) colaboran a mantener las

subjetividades sociales sobre la niñez y las niñas desde una mirada adultocéntrica de autoridad que pone bajo observación y controla la infancia como el propio proyecto futuro de una matriz colonial de poder.

En este punto los medios de comunicación masivos se constituyen en actores principales del marco conceptual capitalista y patriarcal que enuncia discursos (muchas veces escudados en un enunciador objetivo o cómplice) y regula subjetividades sobre las infancias. Las niñas y adolescentes aparecen como objetos de compasión, de drama o de inversión a futuro si cumplen con las condiciones mínimas de ser referenciadas a varones y ser dignas de asumirse como jóvenes promesas.

Referencias

Arrueta, C. (2010). *¿Qué realidad construyen los diarios? Una mirada desde el periodismo en contextos de periferia*. Buenos Aires, Argentina. La Crujía.

Bach Arús, M., Altes Rufias, E., Gallego, J., Plujá Calderón, M., Puig, M. (2000). *El sexo de*

la noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo. Barcelona, España. Icaria Editorial.

Berger, P., Luckmann, T. (2001). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires, Argentina. Amorrortu editores.

Bustelo, E. (2007). *El Recreo de la Infancia. Argumentos para otro comienzo*. Buenos Aires, Argentina. Siglo XXI.

Chaher, S., Santoro, S. (2010). *Las palabras tienen sexo. Introducción a un periodismo de género*. Buenos Aires, Argentina. Artemisa Comunicación Ediciones.

Mignolo, W. [et.al.]. (2014). *Género y descolonialidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Del Signo.

Verón, E. (2004). *Fragmentos de un tejido*,. Buenos Aires, Argentina. Gedisa.

Verón, E. (1987). *La semiosis social. Fragmentos de una teoría de la discursividad*,. Buenos Aires, Argentina. Gedisa.

El final de la infancia

The End of Childhood

José Antonio Patiño Bunt

Resumen: Este documental es una exploración sobre la paternidad, los archivos personales, la memoria y los recuerdos en una sociedad conservadora como la mexicana en donde los roles sexuales están aún muy arraigados incluso en entornos urbanos.

Palabras Clave: Cine, Documental, Paternidad.

Abstract: This documentary is an exploration about paternity, personal archives and memories in a conservative society such as the Mexican where sexual roles are still very present even within urban environments.

Key words: Film, Documentary, Paternity.

Algo que me caracteriza es mi desparpajo y mi postura anti académica y anti formal y mi manera de tratar maneras alternativas y dinámicas de enseñar. Ello me ha granjeado cierta antipatía por autoridades y colegas de trabajo a lo largo de los años. De hecho, escribo este texto como exigencia pues mucha parte de lo que he expuesto en charlas, conferencia o mesas redondas se ha debido

mucho a la espontaneidad y las necesidades del público al que me he enfrentado. No se asusten, no soy del todo rebelde ni tampoco soy un improvisado. Digamos que mi estilo es algo fenomenológico.

Mi nombre es Antonio Bunt y este proyecto es *El final de la infancia*.

Así como mi manera de exponer es un tanto accidental, que no accidentada, también

el surgimiento de este proyecto empezó un poco de esa manera. Desde 1997 me he dedicado al cine, con algunas pausas donde mi interés ha sido guiado hacia la fotografía, pero hacia un cine más experimental. Como mencioné anteriormente, he sido un rebelde y en pleno siglo XXI sigo realizando cine como procesos fotoquímicos dentro de la era digital y es así como procuro siempre enseñar la materia de cine, en la medida de lo posible.

Comencé a fotografiar, filmar y grabar a mi hijo Diego desde muy pequeño y en los formatos y soportes más diversos con la esperanza de no parecer un padre obsesionado con registrar cada paso que diera el niño y así cada evento especial en verdad adquiriría esa aura de único e irrepetible.

Con el tiempo, ese material aumentó y pronto se creó un pequeño archivo y en mi gran arrogancia no quería capturar las imágenes como cualquier otra persona sino darles un sentido más "cinematográfico" (lo que sea que esto signifique) y pensé que algún día podría usar estas imágenes para algún proyecto. Sin embargo, estuvieron guardadas mucho tiempo hasta que la semilla del proyecto se plantó en 2013 y empezó a brotar la planta en 2015.

Desde inicios de siglo, me ha interesado mucho el cine (y el video en menor medida)

casero. Ese cine que se filma en la intimidad de la familia y que sirve no solo como recuerdo sino también como testimonio de nuestro paso por el mundo. Si Roberto Rossellini decía que todo cine tiene un elemento documental en sí mismo, el cine casero acentúa este espíritu documental de manera mucho más evidente. Podemos ver incluso, que es el ejemplo que siempre les pongo a mis alumnos al analizar el cine como documento. Hay dos versiones de Cleopatra: una de 1916 y la otra de 1966. En ambas podemos no solo ver dos ideales de belleza en distintas épocas históricas sino también una evolución tecnológica. Dos maneras distintas de hacer cine en el ámbito de la ficción.

Entonces, ¿cómo el cine casero podría ser de otra manera? Este cine nos ha permitido estar más de cerca en los cambios sociales y culturales de manera implícita dentro del desarrollo de las sociedades altamente mediatizadas como la nuestra en donde cada vez más, con la irrupción de los teléfonos inteligentes con cámaras de foto y video incluidos en casi todo dispositivo móvil, el ámbito de lo privado del álbum familiar y el video casero permean hacia la esfera pública a través de las redes sociales.

Sin irnos tan lejos, el *Diario* de David Perlov es un recuento familiar del autor entre los

años sesenta y setenta de su entorno inmediato en donde presenciamos cómo crecen sus hijas, la relación con su esposa, todo filmado en Súper 8 desde la comodidad de su apartamento en las afueras de Tel-Aviv, sin embargo, algunas veces, Perlov se asoma por el balcón para registrar los vecinos alterados por algún hecho en su contexto cotidiano o incluso el exterior permea para saber algo sobre lo que sucede en una zona de conflicto durante los años más álgidos del conflicto árabe-israelí. Entonces el cine casero también puede ser reflejo de nuestro contexto histórico y político.

Al pasear por los mercados de pulgas y bazares uno puede encontrar una serie de películas huérfanas que son verdaderos tesoros para la investigación, no solo fotográfica o cinematográfica, sino desde el punto de vista antropológico sirve para analizar justamente el cambio de la humanidad de una manera relativamente más "objetiva", a través de un objetivo de cámara. Baste mencionar el documental de Andrés Pardo, realizador uruguayo afincado en México, *Buscando a Larisa*, en donde encontró en un mercado todo un archivo perteneciente a una familia y se dio a la tarea de devolverlo a sus propietarios originales. Caso similar el de mi propio documental corto *Missing*

Memories sobre la búsqueda de las dueñas de un rollo filmado en la Segunda Guerra Mundial.

¿Qué pasó que la gente perdió sus recuerdos? ¿Por qué dejarlos ir? Una de mis preocupaciones más grandes a nivel personal y profesional es el tema de la memoria y los recuerdos. Un mecanismo importante en la vida del ser humano. Me gusta poner como ejemplo las películas *Blade Runner* (Scott, 1982) y *Vals con Bashir* (Folman (2008) pues en ella son temas centrales de la trama. En la primera, los replicantes (máquinas con aspecto impresionantemente humano) tienen recuerdos insertos en su memoria de cosas que nunca pudieron haber vivido como una madre o la niñez. En la segunda, los recuerdos de la guerra del Líbano son los que persiguen al autor y trata de desenmarañar si en efecto sucedieron las cosas como él las recuerda, llegando a comentar a modo de anécdota lo que un grupo de investigación en psicología hizo para analizar los mecanismos de la memoria a través de una foto trucada de un entrevistado donde aparece de pequeño en una feria. Este hecho nunca pasó pero el entrevistado recuerda el día de manera vívida gracias a la fotografía como testigo "objetivo".

Uno de los temas más recurrentes en lo que hago como creador es justamente la

memoria y los recuerdos y la imprecisión de estos mecanismos en nuestra mente. Uno de los temores más grandes es el de perder la memoria y por ello me ha interesado registrar muchos eventos de mi vida a través de las imágenes fijas y en movimiento. Asimismo, me dediqué una treintena de años a redactar diarios en incontables cuadernos que destruí durante esta pandemia como para escribir una nueva historia. Misma que no ha llegado debido a esta contingencia sanitaria.

Ahora que mucho se ha perdido, no me causa mucho conflicto en ese sentido pues tengo mi acervo de fotografías, películas y videos que puedo recuperar, además según Sharon Sandusky las imágenes hablan, son parte de nuestro bagaje visual y son motivo de análisis más allá de lo que los teóricos basados exclusivamente en la palabra puedan describir.

Por ello, las películas (y videos) familiares tienen un elemento muy interesante para visionar y es el hecho de que, como Odin menciona, la mirada es casi siempre a través de una perspectiva masculina. Pero, ¿qué es esa masculinidad? Desde los años posteriores a la Segunda Guerra Mundial, cuando la economía mundial parecía estar en su mejor momento, las clases medias, continúa Odin, comenzaron a tener una posición más

desahogada y el poder adquisitivo subió, de tal suerte que los aparatos cinematográficos y fotográficos fueron asequibles a estos bolsillos. Ese nuevo orden mundial, imponía una estructura familiar jerárquica y patriarcal donde el *jefe de familia* invariablemente era el hombre como un proveedor distante de toda dinámica familiar, era "intocable".

Entonces, como era él quien adquiría la cámara, su visión siempre se imponía sobre el resto de la familia y había un sesgo de presunción de exponer a la familia "perfecta".

Mi padre me prohibía usar su cámara 110 de Kodak por ejemplo. En esos viajes familiares de mentiras (mi padre tenía otra familia) aparecemos con frecuencia mi madre y yo posando frente a la cámara: posando es la palabra correcta.

Un recuerdo familiar en estas condiciones entonces representa poder.

Mi mundo ha sido esencialmente femenino: criado por mi bisabuela, mi abuela y mi madre y teniendo la figura de un padre ausente de mi evolución como persona, era natural que no me identificara con la figura paterna tradicional y ver los ejemplos de mi tío y mi abuelo, que desafiaban los roles de género tradicionalmente impuestos por la sociedad mexicana al realizar actividades asociadas a

las mujeres como la cocina, formaron mi identidad.

Al volverme padre, fue un cambio radical el tener a mi cargo a mi hijo desde que cumplió los tres años y separarme definitivamente de su madre cuando tenía seis. Tras este hecho, él mismo decidió permanecer conmigo.

Por ende, mi cercanía con él era mayor y por lo tanto mi presencia en (casi) todos sus eventos escolares con cámaras de foto o video estaba a la orden del día. Nunca pensé utilizar este material más allá del visionado particular, pero desde 2015 he pensado que puedo recuperarlo para trasladarlo a la esfera de lo público con el objetivo de reflexionar en torno de mi papel como padre en una familia atípica y preguntarme: ¿qué es una familia típica? ¿Por qué nos siguen vendiendo la idea de que la familia debe tener una cabeza y debe ser el padre? Baste ver la publicidad aún en nuestros días. ¿Qué pasa con mi pequeña familia donde hay más una jerarquía horizontal?

Este documental está en proceso, aún falta encontrar la estructura que le dé un aire más experimental, no hay aún conclusiones y creo que, en el caso de las artes visuales y la sociedad, difícilmente hay una sola conclusión y cada espectador tendrá la libertad de interpretar *El final de la infancia* como mejor

le parezca. Para mí es una exploración, una terapia para dejar ir a mi hijo, ahora con 21 años de edad y seguir cada quién por un camino. Si bien, confieso que no conozco sobre estudios de género, el cine me ha servido para cuestionar los roles de género y construir una identidad masculina del siglo XXI, que es una tarea del día a día. Muchas gracias.

Referencias

- Deeley, M. (productor). Scott, R. (realizador). (1982). *Blade Runner* [film]. Estados Unidos: Warner Bros.
- Bunt, A. (productor y realizador). (2013). *Missing Memories* [film]. México, Estados Unidos, El Salvador. Gato Rojo Cine.
- Folman, A.; Lalou, S.; Meixner, G.; Nahlieli, Y. et Paul, R. (productores). Folman, A. (realizador). (2008). *Vals im Bashir* [film]. Israel, Alemania, Francia: Sony Pictures Classics.
- Hecker, R.; Perlov, D. et M. (productores). Perlov, David (realizador). (1983). *Yoman* [film]. Israel: Channel 4, Keshet Media Group, JCS Productions, Belfilms Ltd., Channel 8, The Israeli Film Service, Telemedia Productions.

Odin, R., 1939-. (1995). *Le Film de famille usage privé, usage public.* Paris: Méridiens Klincksieck.

Pardo, A. (productor y realizador). (2014). *Buscando a Larisa* [film]. México: K3 Films.

Sandusky, S. (1993) «The Archaeology of Redemption: Towards Archival Film », *Millenium Film Journal*, n° 26, p. 3-25.

Queertopia: a heterotopia do corpo queer

Queertopia: the heterotopy of the queer body

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira¹¹³

Suely Henrique de Aquino Gomes¹¹⁴

Deyvisson Pereira da Costa¹¹⁵

Resumo: Esse trabalho é um ensaio do corpo queer como heterotopia. A sexualidade normativa institui uma heterossexualidade compulsória aos sujeitos, porém, aqueles que vivenciarem outras experiências, criam para si espaços outros.

Palavras-chave: Sexualidade; queer; heterotopias

Resumen: Este trabajo es un ensayo sobre el cuerpo extraño como heterotopia. La sexualidad normativa instituye una heterosexualidad obligatoria para los sujetos, sin embargo, aquellos que experimentan otras experiencias, crean otros espacios para ellos mismos.

Palabras Clave: Sexualidad; queer; heterotopias

Abstract: This paper is an essay on the queer body as heterotopia. Normative sexuality institutes a compulsory heterosexuality to subjects, however, those who experience other experiences, create other spaces for themselves.

Key words: Sexuality; queer; heterotopy

¹¹³ Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira. Universidade Federal de Goiás, Mestre em Comunicação, Brasil, email: mayllon.lyggon@gmail.com

¹¹⁴ Suely Henrique de Aquino Gomes. Universidade Federal de Goiás, Doutora em Ciência da Informação, Brasil, e-mail: suelyhenriquegomes@gmail.com.

¹¹⁵ Deyvisson Pereira da Costa. Universidade Federal do Mato Grosso, Doutor em Comunicação, Brasil, e-mail: deyvissoncosta@yahoo.com.br.

Esse trabalho é um ensaio para pensar o corpo queer como uma heterotopia. O objetivo é relacionar expressões de vidas e sexualidades não normativas ao conceito de heterotopia proposto por Michel Foucault (2013).

Pensar o corpo queer implica, primeiro e necessariamente, pensar o corpo, em diversas dimensões e diferentes diagramas que o definem e discorrem sobre ele nas mais diversas áreas do conhecimento, porque ele é tanto “lugar das sensações” (CORBIN, 2009, p. 7) quanto o “ponto-fronteira” que está “no centro de toda a dinâmica cultural” (CORBIN; COUTINE; VIGARELLO, 2012, p. 11).

Esse corpo, para a perspectiva deste trabalho, será visto como um agenciamento das coisas. Um local de sobreposição e sobredeterminação de elementos biológicos e sociais. Um local onde a subjetividade deixa seu rastro, seu efeito, sua “impressão de reflexão” (DELEUZE, 2001). Primeiro como uma utopia, um não lugar nunca alcançado, depois como uma heterotopia, um lugar fora do lugar, onde suas dobras revelam que por mais que aquele corpo esteja inserido em determinado contexto ou local social ele não pertence àquele lugar e transforma esse não lugar em algo novo, um terreno ainda

inabitado, mas que através de atos performativos de si o fazem existir.

A subjetividade é um efeito sobre e no corpo. Esse corpo é, então, uma disposição determinada de organismos cuja função é, em partes, uma possibilidade de potência de transformação ou criação de um novo corpo, ao passo que essa potência seria a força de encontro capaz de constituir o corpo em suas relações com outros corpos, imagens, coisas, ideias e afins (CARDOSO JR, 2005).

A subjetividade, assim, pode ser vista como um modo que nos tornamos sujeitos, ou seja, são práticas de si e, por mais que estejam inseridas nos discursos, logo os saberes. Além disso, nas práticas e relações de poderes essa subjetividade também possui uma relação de descontinuidade em suas formas históricas devido aos fluxos que a habitam (FOUCAULT, 1984).

Complementarmente, a sexualidade funciona, nos diz Foucault (1988) como um dispositivo histórico e social, constituído a partir dos discursos que é responsável por, em alguma medida, dar sentido àquilo que somos. Nesse trabalho, a sexualidade é,

O nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se

apreende com dificuldade, mas à grande estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Assim, há uma não naturalização do sexo e da sexualidade, ambos são construções sociais, pautadas no estabelecimento e proliferação dos discursos em várias áreas do conhecimento e nas relações de poder estabelecidos por meio desses discursos. A sexualidade atua, nesse sentido, como um dispositivo, um conglomerado de discursos construídos por meio de instituições e/ou construções de poder/saber cujo objetivo é criar em torno dos sujeitos formas de controle por meio da sexualidade.

Sendo a sexualidade um dispositivo, ela funciona numa perspectiva normativa, ou seja, institui uma ordem que deve ser seguida. Esse ordenamento é sempre heterossexual. Ou seja, a sexualidade na nossa sociedade vai funcionar a partir de uma dinâmica da heterossexualidade compulsória: a configuração corporal (sexo), indica a performatividade requerida (gênero) e assim, o desejo pelo sexo oposto é determinado (BUTLER, 2003). Os sujeitos queer, por outro

lado, constróem suas vidas em oposição e resistência a essa dinâmica.

Inicialmente utilizado como um xingamento, tal qual “sapatão”, “bicha” e “viado” no Brasil, o *queer* surge nos Estados Unidos, em meados de 1980, como uma forma de afirmação e aceitação das várias expressões de sexualidade que fogem da configuração heterossexual. Sua proposta, política e acadêmica, inicial estava na possibilidade de abranger todas as sexualidades que estava para além do gay e lésbica, os corpos que não importam/pesam, que Judith Butler (2000) vai mencionar.

Esses sujeitos, porém, via sexualidade, enquanto prática subjetivante, irão transpor as linhas do dispositivo, atuando sobre si mesmo. Acreditamos que é por meio dessa subversão que esses sujeitos estão criando novos espaços, espaços pouco habitados, mas que são construídos por um processo constante de performatividade, ou seja, atos reiterativos e situacionais que ora mantém a norma ora a subvertem para a instauração de uma nova (BUTLER, 2000).

O que os sujeitos *queers* fazem é criar um novo lugar na sociedade, já que essa não possui lugar de pertencimento. Esse novo lugar é fluído, os cárceres da performatividade heteronormativa já não são

mais convincentes o suficiente para esses sujeitos. O ser *queer* está para além do gay, ele não tenta criar uma emulação do hétero ou assumir uma identidade supostamente normativa do gay, ele está no trânsito, no constante processo entre ser homem e ser mulher, independente do seu órgão sexual e da sua configuração corporal.

A proposta do *queer*, intencional ou não, é estar no entremedio, no entre-lugar. Sua performatividade e a mistura dos dois sexos estabelecidos são os fatores que os regem. Gamson (2002) aponta que os sujeitos *queers* como instituidores e possuidores de uma postura de resistência contra a generalização constante das sociedades em que vivemos, assim, são indivíduos que produzem uma diferença, diferença essa que não se cristaliza, se finda, pelo contrário.

O *queer*, como movimento e como campo de estudo, já surge com a proposta de subverter o que era socialmente aceito e proclamado (pelas instituições religiosas, estado e campos do saber). Adotá-lo -lo como um termo de luta, já que ele era utilizado como xingamento, já dá indícios da sua subversão e da forma como esses indivíduos

querem se apresentar e serem vistos. Mais do que isso, uma forma de aceitar a sua própria condição à margem.

Esses sujeitos não se propõem apenas a criar outros lugares na sociedade onde possam ser aceitos, mas aceitam esse não lugar, instauram esse não lugar através de atos performativos. Transitar entre as normas binárias, impostas pelo dispositivo da sexualidade, é que os faz subverter as normas que lhes são impostas.

Nessa perspectiva, o gênero/sexo¹¹⁶ não estão mais pautados em algo dado, acabado e pronto, seja em termos biológicos ou sociais, mas em um processo de contingência, eles estão em construção constantemente, sempre em devir. O que eles fazem é performativizar esse corpo, esse *queer*, no trânsito constante entre uma parte e outra dessas normas instauradas, em uma luta agonística constante pela sua própria estética da existência.

É por meio desses processos de performance do seu corpo e sexo (e no exercício da sua própria sexualidade) que esses indivíduos, ao performar sua existência esteticamente e agonisticamente, instauram

¹¹⁶ Butler (2000), via Foucault (2012), percebe que o sexo também não é algo exclusivamente biológico. Com a História da Sexualidade: A vontade de saber pode-se perceber que inclusive o sexo (objeto de estudo na biologia) se valeu de discursos para ser edificado. Ou seja, ele não é somente biológico, mas uma construção histórica e política. Neste sentido, a dicotomia sexo/gênero, encontra-se superada pelo estudo do gênero em Butler. Para ela, precisamos nos desvincilar do primado do natural, do biológico. Não existiria algo somente cultural, mas sempre discursivo, histórico e político.

suas heterotopias e suas formas próprias de serem e estarem no mundo.

Os sujeitos não conseguem viver em espaços brancos, neutros. A vida e o exercício dela com todas as suas particularidades estão para além do espaço da folha de papel. Só se vive, ama e morre em um espaço quadriculado, um espaço recordado, matizado, com suas várias particularidades. Esse espaço pode ser visto como um corpo, já que

Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois é em todo dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – e em relação a ele como em relação ao um soberano – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino (FOUCAULT, 2013, p. 14);

Esse corpo, enquanto um lugar e, em alguns casos como o *queer*, uma heterotopia

é lugar onde as pessoas vivem. É lá onde em uma relação de troca constante que esse espaço/corpo cria performativamente novos espaços sociais. Esses não lugares podem ser vistos como contra espaços, locais onde as utopias se realizam, onde o *queer* pode se tornar quem ele almeja ser. Nesses lugares, que são criados e instaurados por esses indivíduos, o *queer* pode estar em uma relação constante de sobreposição entre o ser homem e ser mulher.

Portanto, o que o sujeito *queer* faz é subverter as convenções de gênero, viver diferente sua experiência sexual, transformar o que é dado e posto socialmente, como a questão do batom para mulher e a barba para o homem, justapondo espaços que socialmente foram construídos como incompatíveis. É aí, sem dúvidas, que encontramos o que há de mais essencial nas heterotopias. Elas são a contestação de todos os outros os outros espaços. Assim, eles instauram novos não lugares, lugares esses em que a sua própria performatividade faz o seu corpo construir suas próprias utopias que podem vir a servir de exemplo para outros indivíduos.

Utopia para outros indivíduos porque a heterotopia tem uma peculiar característica: “ela é um livro aberto, que tem, contudo, a

propriedade de nos manter fora", não haverá nunca as mesmas experiências do ser bicha, a estética da existência e a luta agonística de cada sujeito são vistas e vividas particularmente através de processos subjetivos únicos.

Referências

- BUTLER, J (2000) Corpos que importam e os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.
- BUTLER, J (2003). *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- CARDOSO JR. H R (2005). Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Revista Psicologia: Reflexão e crítica*. 18 (3), 343-349
- CORBIN, A. (2009) Introdução. In: CORBIN, A., COURTINE, J.J., VIGARELLO, G (orgs). *A história do corpo: da Revolução à grande Guerra*. Petrópolis: Vozes.
- COURBAIN, A., COURTINE, J.J., VIGARELLO, G (orgs) (2012). *A história do corpo: da renascença às luzes*. Petrópolis: Vozes.
- DELEUZE, G. (2001). *Empirismo e subjetividade*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- FOUCAULT, M (1984). *A história da sexualidade 2*. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M (1988). *A história da Sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- FOUCAULT, M (2013). *O corpo utópico / As heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições.

A “Dama de ferro”: reflexões sobre gênero e identidade a partir do documentário Mulheres na luta

A “Dama de ferro”: reflexiones sobre género e identidad del documental Mulheres na luta

The “Iron lady”: Reflections on Gender and Identity from the documentary Mulheres na luta

Tarcyanie Cajueiro Santos¹¹⁷

Resumo: Refletimos sobre representações da lutadora de MMA Viviane Sucuri na série documental Mulheres na luta. Concluimos que a atleta encontra no MMA uma possibilidade de ascensão social, mas não questiona sua condição social de mulher e de classe subalterna.

Palavras-chaves: mídia e gênero, Artes Marciais Mistas, série documental Mulheres na luta.

Resumen: Reflexionamos sobre las representaciones de la luchadora de MMA Viviane Sucuri en la serie documental Mujeres en la lucha. Concluimos que ella encuentra en las MMA una posibilidad de ascenso social, pero no cuestiona su condición social como mujer y clase subordinada.

Palabras Clave: medios y género, Artes marciales mixtas, serie documental Mulheres na luta.

Abstract: We reflected on representations of MMA fighter Viviane Sucuri in the documentary series Mulheres na luta. We conclude that she finds in MMA a possibility of social ascension, but does not question her social condition as a woman and subordinate class.

Key words: media and gender, Mixed Martial Arts, Luta documentary series Mulheres na luta.

¹¹⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação, Brasil, tarcyaniecs@gmail.com.

Introdução

Este artigo é o resultado parcial da pesquisa financiada pela Fapesp - "A representação das atletas do UFC: mídias e práticas socioculturais", sobre esporte e gênero e tem como objetivo refletir sobre as representações midiáticas das lutadoras de Artes Marciais Mistas (MMA) na série documental "Mulheres na luta", cuja estreia ocorreu no dia 2 de dezembro de 2018, no GNT, canal da Rede Globo. Coproduzida pelo *Ultimate Fight Championship* (UFC), pela plataforma de *pay-per-view* Combate e a produtora Conspiração, a série conta, em oito episódios, com a participação de lutadoras brasileiras de MMA.

Dirigida por Flávio Barone e uma equipe de mulheres, a série objetiva contar como foi a introdução dessas atletas no MMA, mostrando a partir de suas narrativas, seus desafios, dificuldades e vitórias, antes mesmo de terem entrado neste esporte. O diretor menciona que evitou um olhar diferente do já apresentado, procurando filmar um novo prisma (ROCHA, 2018). Essa afirmação do diretor é emblemática, na medida em que o MMA, assim como o campo esportivo como um todo, se constitui como uma área de reserva masculina, na qual originalmente as mulheres são vistas como intrusas. O esporte

é, dessa forma, uma prática social generificada e generificadora, que produz e reproduz um sistema de relações de poder entre homens e mulheres, no qual os homens ainda são protagonistas (GOELLNER, 2008). Visto a partir do ideal de virilidade e força, o treinamento do MMA é de alta intensidade, árduo, longo e doloroso, impondo diversos desafios aos/as atletas, cujos corpos musculosos acabam transpondo, no caso das lutadoras, os regimes de feminilidades dominantes.

Diante disso, objetivamos refletir sobre as representações das lutadoras e as relações de gênero a partir do segundo episódio da série intitulado "A Dama de Ferro", sobre a atleta Viviane Sucuri. Esta lutadora, saída de um projeto social no Nordeste brasileiro, foi a única cearense a assinar com o *Ultimate Fight Championship* (UFC), que é a empresa promotora do maior campeonato de Artes Marciais Mistas (MMA) do mundo. Tornar-se uma lutadora contratada pelo UFC é a concretização de um sonho das lutadoras de MMA, devido à exposição midiática e as possibilidades de fama e lucro que advém daí.

Por se tratar de um esporte considerado masculino, conforme as concepções convencionais sobre o que é ser homem e mulher, posto que pressupõe para sua prática

corpos fortes e hipertrofiados, além de seu suposto caráter violento, elegemos como proposta de reflexão a seguinte problemática: como as relações de gênero e seus desdobramentos na experiência esportiva são construídos no documentário e quais as relações com o contexto sociocultural sobre as quais se ancoram?

Para discutir e tentar responder essas questões, iniciamos o artigo contextualizando brevemente a origem da categoria de gênero, demonstrando o referencial teórico adotado. No segundo momento do artigo, apresentamos o contexto sociocultural do UFC e de como as atletas se inserem neste campeonato, dando enfase a trajetória de Viviane Sucuri campeã de MMA, com a conquista de quatro cinturões. No terceiro, discutimos os aspectos metodológicos e, no quarto, a interpretação e análise propriamente ditas.

Gênero: algumas considerações

Scott (1990) nos diz que palavras, ideias e coisas têm uma história, com sentidos irredutíveis a quaisquer tentativas de codificação. Gênero não fica fora dessa lógica, como categoria analítica, apenas aparece no final do século XX, estando até então circunscrita a uma definição gramatical na

qual é apresentada como uma forma de classificar fenômenos, que indica formas femininas e masculinas na linguagem. No pensamento social, gênero aparece como um conceito repleto de possibilidades, uma tentativa de inaugurar um novo pantamar de conhecimento, que se refere à construção social do sexo e das suas relações, derivando da noção de cultura. Sua origem proveio dos estudos feministas pós 1960, que buscavam superar “problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre as mulheres” (PISCITELLI, 2001, p.8), tais como, mulher, opressão e patriarcado. Seu ponto de partida foi o de entender e superar a subordinação feminina e as assimetrias percebidas através das diferenças entre homens e mulheres, nas teorias existentes até então, que ainda se embasavam nas analogias de oposição entre masculino e feminino. Nesse sentido, emergiu em um momento de grande efervescência epistemológica, conforme a reflexão feita por Scott (1990), na qual a mudança do “paradigma científico” para o “paradigma literário” entre os cientistas sociais pressupunha a substituição da ênfase dada à explicação causal e universal dos fenômenos à ênfase no significado, na medida em que a realidade passa a ser vista como uma

construção significativa e não um dado a priori, como defendia uma dada corrente positivista.

O termo identidade de gênero foi introduzindo em 1963 pelo psicanalista Robert Stoller, sendo difundido no pensamento feminista por Gayle Rubin, em seu texto: "O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo" (1993), obra precursora dos estudos sobre gênero e sexualidade. Nesse momento, apesar de um avanço teórico em relação à categoria mulher, gênero ainda estava impregnado por um olhar naturalista. Nicholson (2000), ao traçar uma análise histórica acerca dessa categoria, chama atenção sobre as maneiras pelas quais gênero tem sido interpretado: aparece, especialmente pelas feministas da "segunda onda", como algo diferente e antagônico a sexo, na medida em que enquanto gênero é algo socialmente construído, no mundo da cultura; sexo seria algo dado, inserindo-se no mundo da natureza. "Aqui, 'gênero' é pensado como referência à personalidade e comportamento e não ao corpo", enquanto o sexo é visto como algo que fica fora da cultura e da história, estabelecendo a diferença entre masculino e feminino, escreve a autora (NICHOLSON, 2000, p.9). Apesar de um avanço sobre o determinismo biológico, sexo

ainda aparece como a base sobre a qual o gênero se constroi, constituindo-se mais como um "fundamentalismo biológico", do que propriamente como uma categoria usada como referência a construções sociais que digam respeito à distinção entre masculino e feminino.

Crítica dessa perspectiva binária, que se estabelece sobre os termos igualdade/diferença, Scott comprehende gênero a partir de duas proposições ligadas entre si: o de que ele é "um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" e o de que é "uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990, p.5), que implica em quatro elementos interrelacionados sobre os quais os/as pesquisadores/as deveriam se ater a fim de compreender o que fundamenta a ideia da "permanencia intemporal" presente na representação binária do gênero em nossas sociedades: "Em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias)", como, por exemplo, a representação de mitos femininos como os da Virgem Maria, de Eva, além de mitos que invocam luz e escuridão, inocência e corrupção. Importa, conforme esta autora,

perguntar "que representações simbólicas são invocadas, como e em quais contextos? Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas" (SCOTT, 1990, p.86), como as doutrinas religiosas, científicas, jurídicas, entre outras, que se apoiam numa posição binária fixa, afirmindo "de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino" (SCOTT, 1990, p.86). Em terceiro lugar, "este tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social", que vá além do parentesco e abarque também outras esferas, como a econômica. Em quarto lugar, a identidade subjetiva é considerada por Scott como um aspecto importante das relações de gênero e, como tal, deve ser levada em conta.

Essa conceituação, além de partir da concepção de que as relações de gênero são práticas historicamente datadas e socialmente organizadas – e não o simples produto de determinações biológicas –, incorpora, na primeira proposição, a questão do significado e, na segunda, a de que "as relações de gênero são relações de poder" (TONELI, 2007, p. 142), que se estabelecem

como relações desiguais dispersas e discursivamente constituídas em "campos de força" social. O significado aparece como uma alternativa à busca pela causalidade geral e universal, que pressupõe substituir o questionamento de como as coisas se passaram para descobrir porque elas se passaram. De acordo com Scott (1990, p.86), "para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como a organização social, e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender o gênero, como ocorre a mudança". Scott ainda aponta para a importância de levar em conta o conceito de agência humana como uma possibilidade de se construir uma "linguagem conceitual, que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade de negação, de resistência, da reinterpretação que permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação" (1990, p.86) em meio as estruturas e processos imersos em sociedades dotadas de linguagem e, portanto, de normas e limites de atuação.

Nessa perspectiva, gênero apresenta-se, como defende Piscitelli (2001), como um avanço em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria mulher. Esta, pensada como binômio feminino/mulher, tornou-se na literatura feminista símbolo de

enfoque ultrapassado. Em seu lugar, defende-se a multiplicidade de diferenças em uma categoria que trabalhe nas suas interrelações. Desta forma, não existe uma definição unívoca de gênero, mas reflexões que nos possibilitam elucidar como ocorre a construção social do sexo e as relações de poder sobre as quais se ancoram. Neste artigo, seguindo as pistas analíticas deixadas por Scott, pensamos esta categoria como um marcador de diferenças, que em intersecção com outras categorias, como classe, raça e sexualidade, nos auxilia no entendimento das diferenças e desigualdades sobre as quais nossas sociedades se estruturam e de como são legitimadas a partir do que Teresa de Lauretis (1994) denomina "tecnologias de gênero", que são produtos culturais que representam os valores de gênero, recriam e reafirmam e reinventam esses valores. O principal produto cultural hoje é a mídia. Segundo Heilborn (1994, p.1), "essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações". Este se constitue como símbolos, textos e imagens, envolvidos na produção de um produto cultural (no nosso caso – a série), que incide sobre as identidades

que lhes são associadas e têm um efeito de regulação na vida social, promovendo o consumo (PAUL DU GAY ET TAL, 1997). Desta forma, "a representação inclui as práticas de significado e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito" (WOODWARD, 2014, p.17-18). Vejamos então como as lutadoras se inserem na prática esportiva MMA, enquanto um local considerado tipicamente masculino e, posteriormente, como o episódio da série documental as representa através da narrativa, sobretudo da lutadora Viviane Sucuri.

Gênero e as lutadoras do MMA no octogônio

O esporte moderno começou a se desenvolver na Grã-Bretanha a partir do século XVIII, quando "[...] tornou-se um jogo e os elementos violentos começaram a ser mais controlados" (DUNNING, 2014, p. 172). O esporte, desta forma, deriva-se de um processo de esportificação da cultura em movimento, que se intensificou no final do século XIX e início do XX, com a introdução de regras, *fair play*, rendimento técnico-físico, competição, racionalização e cientificação do treinamento, conforme expõe Bracht (2005). Entre as mais diversas modalidades esportivas, as Artes

Marciais Mistas (MMA), surgidas no final do século XX, caracterizam-se “[...] pelo emprego de técnicas oriundas de diversas artes marciais e/ou esportes de combate, como capoeira, jiu-jitsu, muay thai, kickboxing, taekwondo, caratê, judô, wrestling, boxe, luta livre e kung fu” (GREESPAÑ, 2014, p.14).

No Brasil, o MMA se popularizou devido, sobretudo, ao *Ultimate Fight Championship* (UFC), empresa produtora do principal campeonato internacional de MMA do mundo, que transformou essa modalidade esportiva em um produto global, assistido e praticado não apenas por homens, mas também por mulheres. Com a sua popularização, materiais esportivos e diversas organizações de eventos, aparecimento de ligas, foram criados. Tal como o futebol, que é o esporte mais querido do Brasil, o MMA também possui um canal próprio de tevê por assinatura, o Combate, além de ser divulgado pelas redes sociais e pelo canal de tevê aberta, da Rede Globo. O MMA é uma modalidade esportiva de combate, considerada socialmente masculina, sendo uma luta realizada por dois/duas lutadores/as em um ring com oito lados, em um formato octagonal, inspirado no filme Conan o Bárbaro. Há um ritual para a realização do evento que tem características

de uma grande espetáculo, que se inicia com a cobertura midiática, a pesagem dos/das lutadores/as antes da luta (já que as lutas são realizadas por categorias de acordo com o peso do/da atleta) e a luta propriamente dita.

O aumento de lutadoras de MMA vem crescendo significativamente no Brasil, desde os anos 90, mas apenas ganhou visibilidade, conforme salienta Grespan (2014), em 2012, com a contratação da primeira medalhista de judô dos Estados Unidos em Jogos Olímpicos, em 2008, Ronda Rousey pelo UFC. Atualmente aposentada, Rousey foi considerada por Dana White, como o principal motivo do MMA feminino estar no UFC (VICENTIM, 2013). Vale salientar que o UFC apenas passou a contratar lutadoras 20 anos depois de sua criação, em 2013. A americana tornou-se uma celebridade ao conquistar o cinturão peso-galo do Strikeforce¹¹⁸ e foi a primeira a conquistar o Cinturão Peso Galo Feminino do UFC. Detentora da categoria peso galo (até 61,2kg), Ronda conseguiu aliar habilidades técnicas ao padrão convencional de beleza física, interessante em termos mercadológicos, já que o MMA e o mercado esportivo de maneira geral, ainda são fortemente guiados pelo padrão heteronormativo da dominação masculina. As

¹¹⁸ Strikeforce foi fundado em 1985 como uma organização de kickboxing. Foi vendida em 2011 à sua concorrente UFC.

suas características físicas popularizaram ainda mais o MMA feminino, com sua exposição para além da esfera esportiva propriamente dita, com participações de produções audiovisuais hollywoodianas e de campanhas publicitárias de diversos produtos. Ronda não apenas era conhecida por sua força e desempenho técnico, mas também por sua aparência física, cuja beleza proporcionou uma cobertura midiática maior, com anúncios publicitários, sendo capa de várias revistas femininas, angariando consumidores para as lutas. Contratada para fazer parte do evento em 2012, perdeu a sua invencibilidade apenas no final de 2015, para Holly Holm. Invicta no MMA e campeã de boxe, Holm derrubou Ronda no segundo round e foi para cima da adversária, acertando-lhe uma série de golpes, que fez o juiz paralisar a luta e decretar o seu fim.

Muito diferente de Ronda Rousey é a trajetória da brasileira Viviane Pereira, conhecida como Sucuri, por usar uma técnica – clinche –, parecia com a força do réptil durante os treinos com as novatas nos treinos, controlando-as sem machucá-las. Nascida na pequena cidade de Tauá, no interior do Ceará – município com menos de 100 mil habitantes –, Sucuri entrou em contato com o MMA por meio de um projeto social em Fortaleza. Em

2013, Viviane fez sua estreia como lutadora profissional e, no mesmo ano, subiu no cage para uma luta que iria mudar a sua vida, com Duda Yankovich. Nesta luta, Viviane venceu por nocaute, mas também foi duramente castigada pela sérvia, ficando 15 dias sem enxergar após a luta. O ápice de sua carreira foi em 2016 quando assinou com o UFC. Na época, a atleta tinha um repertório de 11 vitórias em 11 lutas. Viviane foi a primeira lutadora do Ceará a estar no UFC e a 1ª campeã mundial de MMA pelo *Xtreme Fighting Championship* (XFC), competição internacional de artes marciais mistas, além de ser dona de quatro cinturões. Após duas derrotas seguidas, seu contrato não foi renovado no UFC, em 2018, e ela passou a lutar pelo *Invicta Fighting Championships* (IFC), organização de artes marciais mistas que promove apenas o MMA feminino. Em maio, a atleta deu a luz a menino. Ao saber de sua gravidez, Viviane perdeu dois patrocinadores, chegando a fazer “vaquinha virtual”, pedindo ajuda pela internet às pessoas para montar o enxoval do seu bebê, que nasceu em maio de 2020 (CARVALHO, 07/03/2020).

Metodología

Em termos de procedimento de pesquisa, a compreensão da representação das lutadoras do UFC no documentário "Mulheres na luta" pressupõe a forma pela qual se atribui sentidos ao gênero feminino por meio dos modos de narrá-lo. Trata-se de pesquisar o discurso como prática social. Acreditamos que a partir daí será possível apontar quais são os sentidos das narrativas produzidas no discurso midiático, de modo geral, sobre as lutadoras e os efeitos de sentidos daí derivados a partir das experiências por elas narradas. A narrativa é uma forma de mediação com o mundo. Com ela os fenômenos são materializados por meio da representação, interpretação, crítica e da transformação da experiência (SILVA; SANTOS, 2015).

Conforme observam Jacques Aumont e Michel Marie (2004), uma vez que não existe um método universal para analisar filmes (incluindo as séries documentais), é preciso escolher aquele que melhor se ajuste ao objeto da pesquisa. Nas suas palavras, "[...] até certo ponto, não existem senão análises singulares, inteiramente adequadas no seu método, extensão e objeto, ao filme particular de que se ocupam" (AUMONT; MARIE, 2004, p.15).

Partindo dessa perspectiva, analisamos o episódio buscando entender sua estrutura da narrativa decompondo-a em "unidades narrativas" (AUMONT; MARIE, 2004), que foram examinadas isoladamente e em conjunto a partir da leitura que realizamos inicialmente. A leitura buscou lançar um olhar atento tanto para as dimensões visual e verbal quanto para as relações entre elas. Para realizar a leitura, primeiro, assistimos repetida e detalhadamente, buscando identificar as principais temáticas envolvidas. Em seguida transcrevemos as falas enunciadas no documentário, a fim de servir de apoio para uma análise mais abrangente. Buscamos entender como os ângulos da câmera, o ambiente das cenas, a caracterização das personagens, as falas, os silêncios, as ausências contribuíam para a tessitura dos fios narrativos e para a construção do ponto de vista da protagonista (SANTOS & LOPES, 2017).

Vejamos então como a análise e interpretação das narrativas do episódio revelam aspectos sobre as relações de gênero presentes neste esporte.

Análise e interpretação do corpus

O episódio se inicia com a imagem de Viviane entrando no *ring* para uma luta

promovida pelo UFC, de costas para a câmera, diante de uma grande plateia, com sua voz ao fundo dizendo, "é minha casa, é o que sei fazer de melhor. Então, ninguém vai me tirar essa vontade, esse desejo de ser algo ainda maior na vida. É onde me sinto bem". A entrada triunfal da lutadora reflete a busca de inúmeras lutadoras pelo estrelato que o mundo do "esporte espetáculo" (BRACHT, 2005) propicia, especialmente para aquelas provenientes de setores desprovidos da sociedade brasileira, como é o caso de Viviane. Em um contexto social de horizontes limitados, a atividade esportiva profissional em uma franquia norte-americana, como é o UFC, aparece como um caminho de ascensão social, prestígio e vantagens materiais.

Logo descobrimos que Viviane vem de uma das regiões mais vulneráveis do país, que registra um alto índice de pobreza, com cerca de 43,5% da população brasileira vivendo nessas condições. Segundo dados de 2017 do IBGE, "cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre" (OLIVEIRA, 2017).

Sentada, diante da câmera, Viviane fala de dificuldades financeiras que a sua familia

passou e da mudança, junto com os seus irmãos e a sua mãe, de uma pequena cidade para Fortaleza, capital do Ceará, uma grande cidade do nordeste, buscando melhores condições de vida: "Pequena, fui para Fortaleza, com quase 8 anos. A gente veio porque a gente estava passando muita necessidade. Então minha mãe conseguiu um emprego aqui em casa de família" (Viviane). Em seguida, aparece a sua mãe, com uma história muito comum à maioria das mulheres nordestinas ao contar que deixou os três filhos em sua cidade natal durante um ano, só conseguindo trazê-los para morar com ela depois que se juntou com seu atual companheiro:

Eu saí de Tauá, separei lá, vim morar aqui com uma cunhada. Daí fui trabalhar com ela. Daí, conheci o Fernando, né? Foi quando a gente começou a se gostar e foi morar junto. Um ano que a gente estava junto, a gente buscou meus três filhos: Viviane, Albertina e Flávio (mãe de Vivane).

A fala de Viviane é, na série documental, alternada com a do seu treinador e com a da sua mãe, que aparece no episódio sempre realizando uma tarefa doméstica, seja varrendo a casa, ou fazendo comida. No documentário, a sua mãe representa um

padrão feminino ligado à casa, estando circunscrita à esfera doméstica e indica o modelo patriarcal que estrutura o imaginário das famílias brasileiras, cuja centralidade é homem. No episódio, o conflito familiar é exposto pela mãe, pelo treinador e por Viviane, e aponta à dificuldade da mãe e, sobretudo, do padastro de aceitá-la como lutadora profissional. A recusa do padastro em aceitar que Viviane se tornasse uma lutadora de MMA, assim como as agressões que a lutadora relata ter sofrido dele devido ao seu forte temperamento, com a condescendência da mãe, que acha que esta profissão não "é coisa de mulher", permeia a série documental. Muito embora seu padastro não apareça no episódio, sua presença é imperativa e associa-se à violência e à dominação por bater na atleta. Nas palavras de Viviane:

A minha mãe achava que aquilo não era para uma mulher e tinha que fazer outra coisa; e meu padastro, pela questão de quando ele vinha me bater, eu já sabia me defender e ele achava que aquilo ia ser um afronta para ele. Ele não ia ter mais autoridade sobre mim, eu me defendia [...].

Para a mãe, os problemas em casa começaram quando Viviane começou a treinar MMA:

Foi quando a Viviane entrou nesse projeto e começou dentro de casa as coisas que ela não gostava porque ele [o padastro] não aceitava; ele não queria e eu também não. Como mãe, eu tinha medo, porque ela era uma menina; entrar num ramo desse, com um trabalho que para mim era violento. Eu disse: - nossa filha, isso é coisa de homem! A gente dá estudo para ti, para você se formar uma médica, uma advogada, uma juíza (mãe de Viviane Sucuri).

Couto e Schraiber (2013, p.43) apontam para importantes transformações em torno das atribuições referentes a homens e mulheres nos últimos 40 anos no Brasil, que (re) configuraram a identidade feminina. Nas palavras das autoras:

Os questionamentos sobre a restrição das mulheres ao espaço privado (casa) e ao cargo de esposa, mãe e cuidadora, foram em boa parte, desencadeados pela atuação dos movimentos feministas, especialmente a partir da década de 60 e impulsionados pelas mudanças socioeconómicas e demográficas que repercutiram no interior das famílias.

Não podemos afirmar que a mãe de Viviane considere que o lugar da mulher seja em casa, circunscrita ao espaço privado, já que ela gostaria que sua filha seguisse uma das

profissões tradicionais e de prestígio, como as de médica, de juíza ou advogada, as quais durante muitos anos estiveram circunscritas à esfera masculina. Essas profissões, hoje comuns entre as mulheres brasileiras de uma classe social mais elitzada, se difundiram como um modelo para as mulheres de todas as classes sociais, inclusive as menos favorecidas, que não têm acesso às escolas de qualidade e recursos materiais que tornem viável a ascensão social por meio dessas profissões de prestígio e status.

No entanto, se isso diz respeito às profissões tradicionais, o mesmo não pode ser dito no que tange à esfera esportiva, ainda considerada como um reduto masculino, especialmente em suas diversas modalidades competitivas, como as de luta, e nisso se enquadraria o MMA. Aldeman (2006) afirma que a disputa das atletas pelo acesso, recursos materiais e simbólicos além da busca de legitimidade nos espaços esportivos, encena a luta por um maior controle sobre seus corpos e também de suas vidas. E isso, em nossa perspectiva, parece premente nas lutadoras de MMA, como é o caso de Viviane, cujas narrativas se assemelham as das amazonas de hipismo clásico, pesquisadas por Aldeman (2006), muito embora as amazonas tenham uma origem socio-econômica alta provindas

de uma elite, o que não é o caso das lutadoras, exemplificadas por Viviane Sucuri, que provém dos setores mais baixos, configurando o que Jessé de Souza (2010) chama de "classe trabalhadora" brasileira. Incorporando à nossa análise a reflexão de Aldeman sobre as relações entre gênero e esporte, a participação esportiva das mulheres no MMA parece fomentar o emponderamento feminino, que ajuda a desconstruir poderosas normas sociais baseadas nas dicotomias e hierarquias de gênero.

Viviane aparece como um modelo alternativo ao padrão hegemônico heteronormativo, expresando uma outra possibilidade à polaridade entre o feminino e o masculino, na qual predomina a visão de que as mulheres seriam cuidadosas, frágeis e passivas, enquanto os homens seriam fortes, viris e violentos.

O MMA aconteceu na sua vida como uma "libertação" (expressão usada pela lutadora), por meio de um projeto social, que poderia possibilitar uma vida diferente da vivida por sua mãe e outras mulheres da mesma origem socio-econômica que a sua. Também era uma oportunidade de se livrar das agressões sofridas pelo padastro, que não admitia ver a sua autoridade contestada. A fala de Viviane

expressa um empoderamento, por meio de alguém que busca seu destino:

É muito difícil, o pessoal quer que todo mundo viva no seu mundinho igual a todos. Então eu quis ser diferente. Não vou trabalhar para construir um sonho dos outros, vou trabalhar para construir meu próprio sonho. É isso que é certo, não ser moldado, mas sim se moldar naquilo que você quer, naquilo que você busca na vida. Se é algo maior, sacrificar tudo para ser alguém grandioso lá na frente.

O sacrifício, a agressividade, a dor física, o treinamento árduo e exaustivo em um esporte de alto rendimento como é o MMA é visto pela atleta como um meio para conquistar seu objetivo, que é ser campeã. A convivência diária com a dor e o sacrifício impostos pelo esporte constituem-se como uma ética própria dos/as lutadores/as.

Por meio das narrativas de Viviane, o documentário mostra que, mesmo com tantas dificuldades financeiras, sem recursos, falta de estrutura para treinar e passando fome algumas vezes, a atleta vence na sua estreia, em 2013, como lutadora profissional e, no mesmo ano, sobe no *cage* para uma luta que iria mudar a sua vida. A luta contra Duda Yankovich é considerada um marco para a carreira de Viviane Sucuri, porque possibilitou assinar o tão sonhado contrato com o UFC.

Entretanto, apesar de vencer por nocaute, ela saiu muito machucada pela sérvia de 1,80 metros, ficando 15 dias sem enxergar. Nas palavras de Viviane, "foi onde na briga eu mostrei que não era mais uma promessa, eu estava chegando para ficar".

Após ser contratada pelo UFC e com o dinheiro da bolsa, Viviane fala para as câmeras que saiu da casa da sua mãe e passou a morar sozinha, contrariando a vontade dela que a queria por perto. O desfecho do episódio retoma o seu início, mas vai além na medida em que apesar de todas as dificuldades vividas pela lutadora, que acabaram criando problemas de cunho psicológico, segundo seu treinador, ainda assim ela demonstra determinação e acredita que todas dificuldades pelas quais passou serviram para fortalecê-la: "Então essa vontade de vencer vem das minhas dificuldades, de todo mundo dizer que não vou conseguir, que eu vou vencer. Ninguém vai dizer que não vou, então vou mostrar para todo mundo que eu posso".

À questão do gênero soma-se à discussão acerca do esporte e do contexto social sobre o qual este está inserido. Alvarez e Marques (2013), ao refletirem sobre o MMA e as sociedades capitalistas contemporâneas, afirmam que esta modalidade esportiva foi

pensada para se adequar à sociedade midiática. Chamamos atenção ao “esporte-espetáculo”, de alto rendimento e ao “culto da performance” (EHRENBERG, 2010), numa cultura de experimentação e autosuperação, na qual o MMA está imerso. A noção do capitalismo como produtor de subjetividades, na qual o desejo vem em primeiro plano, é fundamental na compreensão de como estas subjetividades estão sendo moduladas, de como o gênero aparece midiaticamente. A compreensão do gênero, por meio das representações midiáticas das atletas de UFC faz parte de um modelo de capitalismo no qual “o indivíduo leva em si mesmo a condição de subordinação” (LAZZARATO, 2011), que se constitui ao redor de sua autonomia. Ou seja, o indivíduo se torna não apenas produtor de si mesmo como também responsável por si próprio, cabendo a ele e somente a ele o sucesso e o fracasso. Esse indivíduo que é capaz de tudo e que assume responsabilidade pela sua vida permeia a narrativa da lutadora. Viver como herói (na), bater suas metas e vencer batalhas assumindo total responsabilidade pelo seu sucesso profissional permeia a construção da subjetividade dessa lutadora.

Considerações

O episódio aponta para questões relacionadas ao gênero feminino e a construção de identidades relacionadas ao que Jessé de Souza (2010) chama de “classe trabalhadora” brasileira, fazendo-nos refletir sobre um contexto sociocultural marcado por diversas assimetrias de classe, raça e de gênero. Viviane Sucuri é uma atleta que encontra no MMA, por meio de um projeto social, uma possibilidade de não apenas fugir a delimitação econômica de sua classe social, como também a uma concepção universalista de mulher, que a coloca em um lugar determinado e essencialista.

Apesar do episódio focar na determinação da lutadora, de suas dificuldades, vitórias e lutas, encontramos na fala da lutadora uma narrativa meritocrática, que esbarra uma experiência de falta e precariedade porque revela a invisibilidade da pobreza e das assimétricas divisões de gênero, raça e classe social em um país cuja perversidade deixa sequelas não apenas nos corpos, mas sobretudo na alma, na psique, daqueles cujo dia-a-dia é uma luta pela sobrevivência diante de tantas adversidades.

Referências

ADELMAN, Miriam. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Movimento*, v.

12, n. 1, p. 11-29, jan.-abr. 2006.

ALVAREZ, Fábio; MARQUES, José Carlos. "Da marginalidade ao mainstream: reflexões sobre o MMA (Artes Marciais Mistas) e as sociedades capitalistas contemporâneas". *Revista da Associação dos Programas de Pós-Graduação – E-compós*, Brasília, v.16, n.3, set./dez., 2013. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/965/713> Acesso em: 20 de mar. 2015.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. A análise do filme. 3 ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2004.

BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Ijuí: Unijuí, 2003.

BUTTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, Beatriz. Ex UFC, cearense Viviane Sucuri, faz "vaquinha" na internet para ajudar em gravidez. *Globo.com*, 07/03/2020. <https://globoesporte.globo.com/ce/noticia/ex-ufc-cearense-viviane-sucuri-faz-vaquinha-na-internet-para-ajudar-em-gravidez.ghtml>.

Acesso em 20 de jul 2020.

COUTO, M. T. & SCHRAIBER, L. B.

"Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções de homens e mulheres". In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tadeu (orgs.). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: SESC/Fund. Perseu Abramo. (pp.47-61).

DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia do gênero", in H. B. Hollanda (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

DU GAY, Paul et al. *Doing Cultural Studies: the story of the Sony Walkman*. Londres: Sage, 1997.

DUNNING, E. *Sociologia do esporte e os processos civilizatórios*. São Paulo: Annablume, 2014.

EHRENBERG, Alain. O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

GRESPAN, Carla Lisbôa. *Mulheres no Octógono: performatividades de corpos e de sexualidades*. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, UFRS, Porto Alegre, 2014.

HEILBORN, Maria Luiza. "De que gênero estamos falando? In: *Sexualidade, Gênero e*

Sociedade. Ano 1, n° 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

Disponível:

https://pt.scribd.com/document/152730254/H_EILBORN-De-que-genero-estamos-falando.

Acesso em: 03/03/2019.

LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia do gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAZZARATO, Maurizio. "Atualmente vigora um capitalismo social e do desejo". Entrevista com Maurizio Lazzarato. Instituto Humanista Unisinos. 04 Jan., 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39543-atualmente-vigora-um-capitalismo-social-e-do-desejo-entrevista-com-maurizio-lazzarato>. Acesso em: 22 jun. 2016.

NICHOLSON, L. "Interpretando o gênero". Revista Estudos Feministas, v.8, n.2,

2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em 01 de ago. 2019.

OLIVEIRA, Neymar de. IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. Agência Brasil, 15/12/2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua->

[populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza](#).

Acesso em: 10 de marc. 2020.

SILVA, Míriam Cristina Carlos; SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. Peregrinação, experiência e sentidos: uma leitura de narrativas sobre o Caminho de Santiago de Compostela. E-Compós, Brasília, v. 18, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2015.

Disponível: file:///C:/Users/tarcy/Downloads/1198-Texto%20do%20artigo-5391-1-10-20150919%20(2).pdf. (último acesso em: 03/04/2019).

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2001, p. 7-42. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf> Acesso em 20 jul. 2019.

ROCHA, Pedro. Série documental do GNT mostra as histórias de lutadoras de MMA. O Estado de S. Paulo, 02 de dez. 2018. Disponível:

<https://cultura.estadao.com.br/blogs/radar-cultural/serie-documental-do-gnt-mostra-as-historias-de-lutadoras-de-mma/>. Acesso em: 03 fev. 2019.

SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In. *Educação e realidade*. vol. 16. n. 2. Porto Alegre, 1990, p. 5-22.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (7^a ed.) Petrópolis: Vozes, 2008, p. 343-364.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, T. C., & LOPES, F. T. P. (2017). Esporte, gênero e ideologia: a (des) construção de Ronda Rousey no comercial #PerfectNever. *E-Compós*, 20(3). Disponível: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1323>. (último acesso em: 12/11/2018).

SOUZA, Jessé de. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe

trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TONELI, M. "Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate". In. JACÓ-VILELA, & SATO, M. (orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre. Ed. Evangraf, 2007.

VICENTIM, Joice. Ronda Rousey: conheça a história desse furacão que mudou o destino do MMA feminino. 5 fev. 2013. Disponível em: <http://mmapremium.com.br/16783/ronda-rousey-conheca-a-historia-desse-furacao-que-mudou-o-destino-do-mma-feminino/>. Acesso em: 12 dez. 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tadeu da S. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Mujeres superando la brecha digital de género en Costa Rica. Accesos, apropiaciones y transformación de la vida cotidiana en diálogo con las tecnologías

Women breaking the digital gap based on gender inequality. Experiences of appropriation, access and transformations of everyday life in Costa Rica

Yanet Martínez Toledo¹¹⁹

Amanda Murillo González¹²⁰

Resumen: Esta ponencia tiene como objetivo analizar las diferencias en los usos de las TIC con fines educativos, laborales, de participación política y para el desarrollo de emprendimientos, según sexo en Costa Rica; con el fin de identificar estrategias para la reducción de la BDG (MICITT, 2017).

El enfoque es cualitativo. Se generarán tipologías de usos: "intensivo, moderado, bajo" (Castaño, Fernández, Vázquez, 2008; Navarrete, 2011). Este criterio de usos se sumará al geográfico para generar grupos de mujeres con los que se trabajará en la fase cualitativa. A partir de esta tipología se analizarán las estrategias que siguen los distintos grupos de mujeres para superar la BDG en clave individual y colectiva (MICITT, 2017).

Se realiza una descripción de los perfiles de usuarias de TIC atendiendo a lo que ellas describen como sus usos de internet, tanto a nivel educativo, profesional y de participación política, desde una perspectiva interseccional (Crenshaw, 1991). Y se analizan las estrategias de superación en sus experiencias profesionales y en su vida cotidiana.

¹¹⁹ Yanet Martínez Toledo. CIEM-UCR, Master en Comunicación, Costa Rica, yanet.martinez_t@ucr.ac.c.r .

¹²⁰ Amanda Murillo González. ECCC-UCR, Bachiller en Comunicación Colectiva, Costa Rica, amandamurillo36@gmail.com

Palabras Clave: Brecha digital de género, mujeres, apropiación y acceso a las tecnologías de la información y comunicación.

Abstract: The objective of this presentation is to analyze the differences in the uses of ICTs for educational, labor, political participation and for the development of enterprises, according to sex in Costa Rica; in order to identify strategies for reducing BDG (MICITT, 2017)

The approach is qualitative. Typologies of uses will be generated: "intensive, moderate, low" (Castaño, Fernández, Vázquez, 2008; Navarrete, 2011). This criterion of uses will be added to the geographical one to generate groups of women with whom we will work in the qualitative phase. Based on this typology, the strategies followed by different groups of women to overcome BDG individually and collectively will be analyzed (MICITT, 2017).

A description of the profiles of ICT users is made according to what they describe as their uses of the Internet, both at an educational, professional and political participation level, from an intersectional perspective (Crenshaw, 1991). And the strategies of improvement in their professional experiences and in their daily life are analyzed.

Key words: Gender Digital Gap, women, TIC's uses and appropriation

En las últimas décadas, las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) se han constituido como eje transversal de la sociedad y la economía mundial. Las TIC se encuentran en el centro de las relaciones interpersonales, comerciales, hasta de la generación y difusión de la opinión pública.

Particularmente, Internet es un recurso indispensable en el engranaje científico-

tecnológico, social y económico del mundo. En el caso de Costa Rica, tras la apertura del mercado de las telecomunicaciones en el año 2008, el acceso, uso y aprovechamiento de las TIC se ha intensificado. Esto se refleja en el incremento en los niveles de penetración de los diferentes servicios de telecomunicaciones, destacando la telefonía móvil e Internet, donde en el 2017 se registran

1,8 líneas celulares y una conexión a Internet por habitante (MICITT, 2017).

Costa Rica ha logrado avances importantes en la reducción de la brecha digital, que han llevado a que entre los años 2006 y 2016 esta se redujera en 52% (PROSIC, 2017). Pero aún persiste una brecha que, sobre todo, afecta a poblaciones con realidades socioeconómicas que limitan su acceso.

Abordaje teórico

Para entender la Brecha Digital de Género (BDG) es importante leerla en su conexión con la brecha económica. Como expresa Navarrete (2011) debemos hablar de una economía del conocimiento

(...) basada en la proliferación de servicios y no de industrias, las transformaciones del trabajo han favorecido las posibilidades de empleo para las mujeres hasta cifras muy elevadas, aunque el empleo al que acceden sea subalterno y de claro sesgo salarial –instaladoras, operadoras, mantenadoras de bases de datos, fabricadoras de componentes-. (p.19)

Existe una brecha de género en la participación en esta economía del conocimiento que a la vez se expresa en tres

tipos de BDG: una primera vinculada con el acceso a infraestructura y servicios relacionados con las TIC. Una segunda brecha relacionada con los niveles de alfabetización mediática e informacional necesarias para el uso de las tecnologías y una tercera que tiene que ver con la profesionalización (Vázquez y Castellón, 2011).

El otro elemento importante, relacionado con los tres tipos de BDG es que no todas las mujeres viven la brecha de igual manera (Navarrete, 2011, p. 21). Si nos acercamos desde una perspectiva interseccional a la problemática. El acceso, uso y apropiación de las TIC se realiza en el marco de dinámicas de opresión/privilegio en las que se interseccionan identidades sexuales, clase, etnia, raza, edad o ubicación geográfica (Crenshaw, 1991; May, 2015).

Como se aprecia en los resultados que se comparten en esta investigación, las experiencias de mujeres y la superación de la BDG están marcadas por diferentes intersecciones que marcan a la vez sus relaciones con instituciones, políticas públicas, redes de organizaciones y otros espacios en los que los accesos, usos y apropiaciones de las TIC se dan de manera diferenciada, en dependencia de cómo las mujeres se relacionan con las mismas.

Es importante señalar que la BDG, aunque se materializa de manera individual en la vida de las mujeres, deriva de una relación en la que se articulan las brechas económicas, en alfabetización mediática y digital, pero también brechas en los reconocimientos de derechos de identidad (de género en el caso de mujeres trans), étnica en el caso de la población indígena transfronteriza Ngöbe en Sixaola de Talamanca) que impactan en los accesos, usos y apropiaciones de las TIC.

Siguiendo lo anterior, y en diálogo con Vázquez y Castaño (2011) establecemos perfiles de acceso y uso de internet y de las TIC en general basadas en:

- Características de los accesos a TIC
- Relación con instituciones encargadas de facilitar el acceso a TIC
- Motivación individual y colectiva del uso
- Interacciones generadas a partir del uso
- Postura crítica ante las TIC

Estos criterios se aplican transversalmente de manera que en la construcción de los perfiles se aplica una perspectiva interseccional que contribuye a entender la problemática más allá de las

brechas de edad o económicas, vistas de forma aislada.

Abordaje metodológico

Esta ponencia tiene como objetivo analizar las diferencias en los usos de las TIC con fines educativos, laborales, de participación política y para el desarrollo de emprendimientos, según sexo en Costa Rica; con el fin de identificar estrategias para la reducción de la BDG (MICITT, 2017).

El enfoque es cualitativo. Se generarán tipologías de usos: “intensivo, moderado, bajo” (Castaño, Fernández, Vázquez, 2008; Navarrete, 2011). Este criterio de usos se sumará al geográfico para generar grupos de mujeres con los que se trabajará en la fase cualitativa. A partir de esta tipología se analizarán las estrategias que siguen los distintos grupos de mujeres para superar la BDG en clave individual y colectiva (MICITT, 2017).

Se realiza una descripción de los perfiles de usuarias de TIC atendiendo a lo que ellas describen como sus usos de internet, tanto a nivel educativo, profesional y de participación política, desde una perspectiva interseccional (Crenshaw, 1991). Y se analizan las estrategias de superación en sus experiencias profesionales y en su vida cotidiana.

Se realizaron 6 grupos focales con un total de 40 participantes. Se buscó la diversidad de los grupos tratando de acercarnos a distintas realidades:

- Un grupo de mujeres profesionales en tecnologías de la información y la comunicación
- Dos grupos de mujeres estudiantes en carreras de ingenierías vinculadas con TIC en San Carlos (zona rural) y Limón (zona costera Caribe costarricense)
- Un grupo de mujeres trans organizadas en la ONG Transvida de Liberia, Guanacaste
- Un grupo de mujeres pequeñas empresarias organizadas en cooperativa de artesanas en Monteverde
- Un grupo de mujeres indígenas Ngöbe en Sixaola de Talamanca

Los grupos focales se realizaron entre los meses de agosto y octubre de 2019 en 5 provincias del país: San José (1), Puntarenas (3), Limón (2) con el objetivo de tener diversidad en la representación geográfica de las mujeres.

Además, se realizó una selección por edad y ocupación que permitió entender las distintas dimensiones de la BDG y las dinámicas de privilegio/opresión en las que se

producen los accesos, usos y apropiaciones de las TIC.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones.

La diferencia de acceso, cuando a grupos específicos de mujeres se refiere, no se aprecia tanto entre hombres y mujeres del mismo perfil como entre los diferentes perfiles de mujeres. Las mujeres con uso moderado expresan que ellas acceden más y usan de manera más diversa las TIC que los hombres. Mientras en los dos extremos: de uso bajo e intensivo la brecha entre hombres y mujeres se muestra de manera tangible. En primer lugar, porque el acceso económico a los dispositivos lo ostentan los hombres, adultos, quienes usan telefonía celular con fines laborales o de organización comunitaria. El grupo de uso intensivo está compuesto por mujeres cuyos estudios o profesiones están ligados con la producción de contenidos o software. La brecha entre mujeres y hombres se expresa en el acceso diferenciado a carreras como ingenierías e informática, y su relación con la desigualdad en la toma de decisiones en el espacio laboral.

Las mujeres participantes comparten la experiencia de haber sido socializadas dentro del femenino genérico, pero su relación con

las tecnologías varía dependiendo de su condición socioeconómica, nivel de escolaridad, etnia, edad, ubicación geográfica, etc. No se puede generalizar sobre las maneras en que las mujeres acceden, se apropián y perciben el papel de la tecnología en la sociedad, pues cada uno de los grupos de mujeres viven de manera muy particular su relación con las TIC.

En cuanto a los usos y a la apropiación, hay una diferencia entre los grupos participantes. Las mujeres cuyo uso de internet es bajo o moderado utilizan las TIC principalmente para realizar trámites y usar redes sociales. Las mujeres con un uso intensivo, además de las funciones anteriores, las conciben como herramientas necesarias en el desarrollo de sus carreras profesionales. Para estas mujeres las tecnologías son objeto de desarrollo profesional mediante la programación, el mantenimiento de softwares, el diseño de aplicaciones web. Estas mujeres trascienden el rol de usuarias y se convierten en diseñadoras de TIC, teniendo un nivel de aprehensión distinto respecto del papel de las TICs en una sociedad digitalizada. En estos casos, el uso intensivo de las tecnologías está mediado por el acceso a educación superior y por la edad.

Las mujeres con un uso intensivo de las TIC problematizan lo que representa ser mujer con dominio de las TIC en la actualidad, en contraste con las exclusiones que viven las mujeres cuyo manejo de las TIC es reducido. Perciben el papel que juegan las TIC desde un punto de vista individual, las facilidades que en su cotidianidad representan, pero también señalan la dimensión social de las TIC. Problematican la existencia de una brecha de género en los tomadores de decisión en el desarrollo y diseño de las TIC y su repercusión en el involucramiento de las mujeres en el sector tecnología, así en cómo afecta el tipo de tecnologías que se desarrollan; para quién se dirigen y con qué objetivos.

Las mujeres con un uso bajo y moderado hacen una lectura de las TIC centrada en el ámbito inmediato o individual. Perciben que el conocimiento que puedan adquirir sobre las tecnologías puede ayudarles a ellas y a sus entornos más cercanos a alcanzar una mejor calidad de vida. No obstante, no se evidencia una aprehensión sobre la dimensión macro de las tecnologías. Entonces existe, además, una brecha entre las mismas mujeres en cuanto a la manera de concebir las TIC. Esta brecha se asienta en los entornos en los que se inscriben los grupos de mujeres y en las necesidades

más inmediatas por suplir. Mientras que algunas mujeres en Costa Rica discuten sobre desarrollo de tecnologías, otras mujeres se las deben agenciar para acceder a dispositivos, otras a las destrezas para poder utilizarlos.

Por último, es fundamental precisar que las tecnologías pueden funcionar como plataformas de inclusión: pueden hacer accesibles y más ágiles procesos históricamente excluyentes; pero también pueden convertirse en extensiones de las desigualdades, colocando nuevas barreras a las mujeres en la consecución de derechos.

Así, los esfuerzos institucionales para erradicar la BDG tienen que desarrollarse de la mano de políticas públicas que busquen soluciones integrales a problemáticas estructurales desde un punto de vista interseccional, que ponga como foco las particularidades de cada grupo de mujeres.

Referencias

Castaño, C., Fernández, J. & Vázquez, S. (2008). La e-inclusión y el bienestar social: una perspectiva de género. *Economía Industrial*, 367, 139-152.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and

Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-1299.

MICITT. (2017). Un acercamiento a la brecha digital de género en Costa Rica. San José, Ministerio de Ciencia, Tecnología y Telecomunicaciones. Disponible en: www.micitt.go.cr/bdg

Navarrete, A. (2011) Diferentes, desiguales y desconectadas. ¿Quién es quién en las industrias tecnológicas? Asparkía Investigació Feminista, Universitat Jaume I 22, pp. 17-31

PROSIC (2017) Hacia una sociedad del conocimiento, PROSIC: Universidad de Costa Rica: San José

Tarín, P. (2014). INFOTECARIOS. Obtenido de Brecha digital, también una cuestión de perspectiva de género: <http://www.infotecarios.com/brecha-digital-perspectiva-genero/79>

Torregosa, F. (2011) Brecha digital. Notas desde una perspectiva de género. Asparkía Investigació Feminista, Universitat Jaume I 22, pp. 51-59

Siles, I. (2007) Cibernetica y sociedad de la información: el retorno de un sueño eterno. *Signo y Pensamiento*, 50 , volumen xxvi, enero - junio, pp. 86-120

Siles, I. (2008) A la conquista del mundo en línea: internet como objeto de estudio (1990-

2007). Comunicacion y Sociedad, Nueva época, núm. 10, julio-diciembre, pp. 55-79

Vázquez, S., y Castaño, C. (2011) La brecha digital de género: prácticas de e-inclusión y razones de la exclusión de las mujeres.

Asparkía Investigació Feminista, Universitat Jaume I, 22, pp. 33-49

Zamora, A. y López, D. (2017). Acceso y uso de las TIC en el sector productivo. En Hacia una sociedad del conocimiento. pp. 247-294, PROSIC: Universidad de Costa Rica: San José

La película costarricense “El despertar de las hormigas”: cuando las violencias y esperanzas invisibles se revelan y rebelan en pantalla

The Costa Rican film “El despertar de las hormigas”: When invisible violence and hopes are revealed and they rebel on screen

Rebeca Arguedas Ramírez¹²¹

Resumen: Explora la película El despertar de las hormigas, por medio de crítica fílmica cinematográfica y la interseccionalidad. Destaca lo disruptivo del cine de mujeres, la visibilización de microviolencias y micro re-existencias.

Palabras Clave: micromachismos, cine, feminismo.

Abstract: The paper explores the film El despertar de las hormigas, with film critics and intersectionality. It highlighted micro violence and micro re-existences on this film, and women's cinema as disruptive.

Key words: Key words: micro-violence, films, feminism.

¹²¹ Rebeca Arguedas Ramírez. Comunicadora y Productora Audiovisual en Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica UNED. Ha sido docente en UCR y UNED, grado de maestría. Costa Rica, rebearguedasramirez@gmail.com.

Objetivo

Reflejar la potencia disruptiva de la narrativa audiovisual hecha por mujeres cineastas por medio del caso de la película costarricense "El despertar de las hormigas".

Caracterización del estudio

Esta ponencia es de carácter exploratorio, se aproxima a un análisis del discurso de la película "El despertar de las hormigas", desde una perspectiva de género y con recursos de la crítica cinematográfica.

Enfoque y/o metodología de abordaje

Hace análisis de discurso con perspectiva de género, del lenguaje cinematográfico de la película "El despertar de las hormigas" y la puesta en escena de violencias poco visibles, poniéndolo en diálogo con una entrevista a su directora Antonella Sudasassi, hecha para esta ponencia, así como datos acerca del estado de los derechos de las mujeres en Costa Rica, incluyendo algunos referentes de contexto Latinoamericano y mundial. Se hace uso, pensamiento feminista, con énfasis en el situado en Latinoamérica y teoría fílmica por medio.

La película y el diálogo con su contexto

El contexto político y social en el que surge la película incluye movilizaciones icónicas por los derechos de las mujeres. A escala mundial en términos mediáticos, el movimiento #MeToo, muy vinculado al mundo cinematográfico cuando en 2017 la actriz Alyssa Milano usó la redes sociales para sumarse a las denuncias contra Harvey Weinstein, así como la invitación a denunciar más delitos sexuales en la industria del cine, pero por mucho la consigna superó esa esfera y resonó a escala global en redes sociales .

Por otro lado y muy en contraste, las conquistas alcanzadas en términos de derechos de las mujeres están en particular peligro ante la presencia conservadora fundamentalista religiosa en las esferas de toma de decisión política y en la formas culturales que van desde las iglesias presenciales hasta las mediáticas y diversos medios de comunicación cada vez con más alcance y adeptos.

Barrera-Rivera (2019) señala:

"Lo grave del neopentecostalismo consiste en que porta una creencia y un mensaje frontal contra los derechos

humanos que afecta a vastos sectores sociales: las mujeres, las personas que necesitan de la fertilización in vitro, la parejas no heterosexuales que quieren adoptar niños, las parejas no heterosexuales que desean la unión civil, las mujeres que quieren decidir sobre sus cuerpos en diversas circunstancias pero la ilegalidad del aborto se los impide, etc. Es un mensaje sensible que cala con facilidad en la gente sencilla, las cuales se convierten en seguidores y defensores de lo que los líderes predicen; por ejemplo, defienden el modelo de familia tradicional como modelo único y verdadero, sin exponer razones o argumentos; y desde esa visión agrede a quienes no piensan como ellos o realizan actividades donde emiten discursos de odio, irrespeto e intolerancia hacia las personas que son "diferentes".

En este clima se realizó y estrenó "El despertar de las hormigas", donde lo disruptivo de un cine que cuestione familia y tradición, se vuelve no solo relevante sino urgente.

El despertar de las hormigas es la narración de la historia de una mujer joven que vive con y en función, de su marido y sus dos hijas en una zona rural de Costa Rica. Su nombre es Isabel y es básicamente esposa y madre de dos niñas pequeñas. También es costurera, pero al menos en la primera parte

de la película queda claro que no es muy relevante, su rol es ante todo, ama de casa.

Una aparente buena esposa, buena madre, buena nuera, no hace más que cumplir con el cuidado de la familia nuclear y ampliada. ¿Dónde está el conflicto? En principio, en ninguna parte, aunque está presente en todo. Su familia política empieza a "presionar" con bromas, indirectas y frases de cariño y anhelo para que tenga otro hijo, "el varón", nada fuera de lo común, ¿podríamos decir que el deseo familiar por un nuevo miembro es violencia? La intimidad y libertad de la familia, ante todo de Isabel, se empiezan a convertir en un tema de dominio "público", pero nada de esto es considerado, dentro de la naturalización de las violencias como actos opresivos.

En la película el elenco conformado por Daniela Valenciano, Leynar Gómez, Adriana Álvarez e Isabella Moscoso hacen un trabajo de deconstrucción de la exageración o extremo, en una interpretación que se apoya con una casa completamente lista para grabar y no por set o espacio específico para la filmación, esa casa permite la libertad de la actuación y de la dirección de fotografía de Andrés Campos, libre, sin efectismos pero íntima.

Esa apuesta nos permite a quienes estamos del otro lado de la pantalla estar en una inmersión profunda y no solo de expectantes, en una casa que puede ser la nuestra o la de la vecina, donde lo onírico y simbólico, como ese cabello eterno de la protagonista y sus hijas, parecen ser los hilos del patriarcado que se trenzan y se peinan, los nudos se desenredan cuidadosamente, no se utilizan tijeras y nosotras mismas también reproducimos esas ataduras. Alcides, el esposo de Isa, personaje protagonista de la película, y el padre de las dos niñas, quien quiere un tercer hijo: un varón. Isa, sin embargo, no quiere otro embarazo. Quiere enfocarse en el trabajo, informal y como costurera por encargo, y ya tiene más que suficiente en su vida con dos. Hasta ahora, nunca ha cuestionado su papel dentro de la familia.

Sin embargo, cuando se da cuenta de que Alcides no parece estar escuchando y persiste con su deseo de tener un tercer hijo, se da cuenta de que algo debe cambiar. Él no es un monstruo, no es un hombre maltratador, no es un padre abandónico, pero representa una masculinidad que reproduce opresiones desde un lugar de privilegios, aunque esté

cruzado por opresiones de clase, color de piel, origen entre otras que se pueden inferir. Esta representación probablemente es clave para acercar a los cuerpos masculinos o masculinizados a que se sientan incómodos y se cuestionen.

La autonomía de Isa, la protagonista de "El despertar de las hormigas" parece ser impensable: al inicio de la película no tiene autonomía sexual, tampoco autonomía económica, ni autonomía para elegir si quedar o no embarazada, no tiene autonomía sobre el cuidado de sus hijas. Su amiga, es lo contrapuesto, la mujer que ha decidido no tener hijos, no tener pareja y por eso no es considerada una persona confiable, ni tampoco una buen influencia, pero es el contacto clave y único fuera del entorno familiar, para que Isa se atreve a cuestionar "lo incuestionable" de su rol como mujer.

Esta no es otra que la vida de tantas mujeres en Costa Rica, en pleno siglo XXI, así lo extraordinario de esta narración está en lo ordinario de los personajes, de las conductas, lo sorprendente es que están tan naturalizadas y aceptadas que es la lupa en forma de lente cinematográfico y la conciencia y el propósito de una directora

mujer lo que vuelve visible lo invisible, extraordinario lo ordinario.

Las estadísticas y hallazgos del último Informe Estado de los derechos de las mujeres presentado en 2019, se pueden ver reflejados en otras situaciones de la película:

Las hijas de Isa van a un escuela pública, la posibilidad de seguir su formación en un sistema público es un aliciente a escala mundial, sin embargo y tal y como se refleja en la película en Costa Rica el derecho a la educación es fundamental pero sigue habiendo un currículum oculto en las materias, los signos educativos, los dibujos de los libros, los murales, el lenguaje, las normas, el personal y los contenidos educativos, perpetúan una condición estereotipada de ser hombre y ser mujer. El currículum oculto impacta profundamente desde tempranas edades y se proyecta hasta la edad joven o adulta, a tal punto de influir la decisión de escogencia de carrera universitaria, por ejemplo el informe indica que del estudiantado de las ingenierías un 34,9% son mujeres y un 65,1% son hombres.

En el trabajo, seguimos viviendo división sexual del trabajo, pese a que muchas mujeres hemos logrado insertarnos en el

mercado laboral, el sistema patriarcal hace que nuestro acceso sea menor que el de los hombres, cuando buscamos trabajo, se nos hace más difícil encontrarlo, y cuando lo encontramos suele ser poco calificado, con baja remuneración, con limitado aseguramiento y con altos niveles de informalidad. En Costa Rica, las mujeres sin ingresos propios duplican la cantidad de hombres en esa condición. Las mujeres sin ingresos propios y que cuentan con menos apoyo, son más vulnerables a morir durante el embarazo o después del parto

Las violencias se revelan:
micromachismos en pantalla

La película revela micromachismos o microviolencias en consistencia con un lenguaje de lo mínimo, doméstico y cotidiano.

La táctica de la directora: mostrar cómo las opresiones de los roles de género atraviesan e impregnán los rituales de lo habitual, todo lo que se hace pero no se piensa, la marca de la tradición hecha patrón de conducta. Refleja así el caldo de cultivo y base del iceberg de violencias contra las mujeres, los micromachismos que sostienen el andamiaje para que existan las violencias letales: femicidios y femigenocidios. En el primer trimestre de 2020, en Costa Rica se

registraron 22 homicidios de mujeres, 5 de ellos confirmados como femicidios.

Pero la película no sólo revela lo invisibles y naturalizadas de las violencias que nunca llegarán a ser delito, colocándolas en un primer plano, tanto simbólico como literal en términos de lenguaje cinematográfico, si no que también propone y desarrolla una revolución que también en apariencia es mínima y silenciosa, para dar paso a micro resistencias y micro re existencias, que hacen frente a esas opresiones que lo calan y empapan todo.

Sobre esas violencias, en la entrevista titulada para el medio La Tinta "Rita Segato: "Una falla del pensamiento feminista es creer que la violencia de género es un problema de hombres y mujeres", Segato resume de manera muy sencilla la complejidad y crítica con la que ha desarrollado conceptos como el femigenocidio, pero en particular sobre las violencias invisibles resume

"(...)aquel último gesto que es un crimen, es producto de una cantidad de gestos menores que están en la vida cotidiana y que no son crímenes, pero son agresiones también. Y que hacen un caldo de cultivo para causar este último grado de agresión que sí está tipificado como crimen... pero que jamás se sucedería si la sociedad no fuera como es. (...) La mayor cantidad de

violaciones y de agresiones sexuales a mujeres no son hechas por psicópatas, sino por personas que están en una sociedad que practica la agresión de género de mil formas pero que no podrán nunca ser tipificadas como crímenes."

Las micro re existencias se rebelan: la transformación de la protagonista

El Despertar de la hormigas, también es la ficción que permite una revolución silenciosa, la esperanza también se vuelve visible en el giro emancipatorio de la protagonista, que es el de tantas mujeres anónimas que cuecen cambios en lo cotidiano que permiten los cambios en las esferas políticas de toma de decisión y viceversa, en doble vía. Isa y sus hijas logran destrenzar y cortar las cabelleras, con las tijeras se simboliza el corte que nosotras mismas también podemos hacer, corte que puede ser o no aceptado, pero que representa la esperanza visible en tiempos de desaliento y de alta confrontación, el desenlace permite decir que las familias y los vínculos no están amenazados por la emancipación de las mujeres, lo que se pone en crisis es un sistema de opresiones patriarcal. El amor de familia puede y debe ser autónomo y libre, parece ser la propuesta final, los roles pueden modificarse sin dejar de amarse, el hogar no tiene porqué ser o seguir

siendo uno de los espacios más peligrosos para la salud y la vida de las mujeres.

Las mujeres que hacen cine: se rebelan para revelar opresiones y esperanzas.

En la entrevista hecha para esta ponencia la directora destacó algo así como el eslogan de la película y metáfora del rol de costurera de Isabel: los patrones están para cortarlos. "Son cosas que no vemos y el cine permite ponerlos en pantalla grande y empezarlos a cuestionar y ese es el diálogo que yo quería iniciar con la película.

Antonella no solo hace disrupción por ser mujer y hacer cine, sino porque apostó por cuestionar la maternidad desde el lugar de una mujer que ya es madre. Con este largometraje, buscaba hablar sobre la maternidad voluntaria y deseada. Además para su estreno invitó a otras artistas para que desde su trinchera artística aportaran al diálogo.

Sobre su quehacer como cineasta, señala que vivir en un contexto particular que es machista y discriminatorio en términos sistémicos, implica que sea discriminada, pero por otro lado destaca que vive en un país, como Costa Rica, que tiene un acceso a la

educación muy alto para las mujeres y que eso le permitió no dudar de sus capacidades, además de tener referentes de mujeres ticas haciendo cine, lo sentía cercano y más accesible. Sin embargo, admite que cuando se pensó a sí misma "aunque tenía muy claro que quería contar historias, nunca me planteé un aspecto técnico, por ejemplo asumir la dirección de fotografía, lo asumí como un rol más masculino".

El patriarcado universal, más allá de las particularidades culturales y locales. Sobre las revelaciones, Antonella indica que al inicio creía y había partido del hecho, de que recreaba de manera particular y muy específica a Costa Rica, que la identificación cultural podría incluir "la familia latinoamericana", pero al presentar la película en Berlín y otros contextos que parecen tener grandes avances por la igualdad de género, al menos más que países latinoamericanos, descubre que hay muchas mujeres que logran identificarse con el personaje de Isa, y que viven esos micromachismos, de una u otra forma, o bien lo tienen como referencia inmediata en sus madres o abuelas. Para la cineasta fue revelatorio.

Reflexiones

Lo personal es político, es una máxima feminista que se hace presente en la película El despertar de las hormigas, obra de la cineasta Antonella Sudassasi que apuesta por la sutileza y se aleja de hacer énfasis o llevar al extremo las expresiones de violencia, para mostrar cómo opera desde lo micro y lo íntimo la opresión patriarcal.

Antonella, parece ser parte de una tendencia y necesidad de expresión presente en diferentes apuestas de mujeres cineastas en América Latina. Scholz, Annette & Álvarez, Marta (eds.) (2018) afirman que es el caso de cineastas mujeres mexicanas que, por ejemplo, abordan la maternidad, "noción nodal de los estudios de género" y "redefinida en estos últimos años en manos de esta nueva generación de cineastas".

Su táctica: mostrar cómo las opresiones de los roles de género atraviesan e impregnán los rituales de lo habitual, todo lo que se hace pero no se piensa, la marca de la tradición hecha patrón de conducta.

En forma y fondo, rompe esquemas y también se inscribe en otros, o al menos en sintonía con una tradición y llamado a generar rupturas y transformaciones desde el cine

hecho por mujeres, para la Laura Mulvey, citada por Abileny Soto Arguedas (2013) "la misión del *cine de mujeres* es la destrucción de la narración y el placer visual que expone a las mujeres y al cuerpo de la mujer como objetos *para-ser-mirados*. El *cine de mujeres* está destinado a ser un cine de contracultura".

La apuesta por un personaje como Alcides, no es malintencionado ni cruel, pero que violenta a su pareja desde sus privilegios de "macho", se trae abajo barreras para que el público no diga: ese no soy yo. Sin embargo, no es ni la fórmula ni la única vía, al mismo tiempo que esta táctica de lo sutil surte efecto como táctica de la película, las feministas de Las Tesis en Chile gritan "el violador eres tú" otra performatividad con un gran efecto dominó y global, que de manera muy distinta y también efectiva mueve e incomoda, para poner en evidencia la violencia estructural contra las mujeres y para la transformación social. En la película El Despertar de las Hormigas, el gancho es la identificación y en el performance de Las Tesis, es el choque.

Un contexto de regresión y amenaza en términos de derechos humanos para las mujeres, representar lo cotidiano y cultural como lo hace la película se vuelve aún más

pertinente en este tiempo y en este espacio, porque aunque exista un marco normativo que exige garantizar por parte del Estado prácticas para la equidad de género y la disminución de la violencia contra las mujeres, las leyes son huecas sin un cambio cultural y los cambios culturales están marcados por su representación, reflejo y manifestaciones artísticas y mediáticas.

Presenciar una transformación en pantalla que reivindica los vínculos de pareja y familia al lado de la emancipación de las mujeres recuerda el poder de narrativas de otros cuerpos, pensares, saberes y sentires no hegemónicos que no solo reflejan realidades sino que imaginan otras posibles, un cine hecho por mujeres no hegemónicas que desembocan en procesos de comunicación y producción de conocimiento, que superan el concepto de divulgación de conocimiento para decir que otro mundo es posible, empezando a través de otras miradas y narrativas posibles.

"Que el cine dirigido o escrito por mujeres aún no supere un promedio del veinte por ciento de la producción total nos deja en una situación de desmedro no sólo a las mujeres vinculadas a la realización, sino a todas las audiencias que perdemos la

oportunidad de acercarnos a miradas, historias y experiencias que han sido poco representadas en el cine y que nos permitirían tener más herramientas para comprendernos, empatizar y crear una sociedad más compleja y respetuosa" reflexionan Scholz, Annette & Álvarez, Marta (eds.) (2018).

En tiempos de crisis ¿qué pasará con el cine y las expresiones artísticas de mujeres con recortes al sector cultura y artísticos en Costa Rica y muchos otros países?, ¿cuál es la realidad que enfrentan las mujeres cineastas para lograr plantear y realizar una obra cinematográfica que no responda a los estándares comerciales? ¿se valora y dimensiona la capacidad del cine para la transformación social?.

¿Dónde están las mujeres cineastas en historia del arte y los estudios culturales? ¿tiene el cine la posibilidad de una función pública y de prevención y re creación de realidades menos violentas y más emancipatorias, no solo para las mujeres, sino para la sociedad en general? ¿cuál es el cine - realidad que (re) creamos como sociedad?

Con estas preguntas provoco la posibilidad de seguir, no solo este análisis del proyecto de Antonella Sudasassi, sino seguir explorando desde la academia el cine realizado por

mujeres y usándolo para la transformación social, así como provocar la acción colectiva para que exista.

Referencias

De Lauretis, T. (1992). Alicia ya no. Feminismo, semiótica, cine. Madrid: Cátedra

Fregoso, R-L. (2016). Mujer y cine en América Latina: proyectando una visión alternativa de la nación. Papeles del CEIC, vol. 2016/2, papel 161, CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva), Universidad del País Vasco, <http://dx.doi.org/10.1387/pceic.16330>

Instituto Nacional de las Mujeres Tercer Estado de los Derechos Humanos de las Mujeres en Costa Rica / Instituto Nacional de las Mujeres. – 1 ed. – San José: Instituto Nacional de las Mujeres, 2019. (Colección

Estado de los Derechos de las Mujeres en Costa Rica; n. 11)

Soto Arguedas, A. (1). La Crítica Fílmica Feminista y el Cine de Mujeres. *ESCENA. Revista De Las Artes*, 72(1). Recuperado a partir de <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/escena/article/view/14456>

Scholz, Annette & Álvarez, Marta (eds.) (2018). Cineastas Emergentes: Mujeres en el cine del siglo XXI. Colección: Aproximaciones a las culturas hispánicas. Madrid: Iberoamericana Vervuert Libros.

Vizzi, F y Ojeda Garnero, A. (22 setiembre, 2017). "Una falla del pensamiento feminista es creer que la violencia de género es un problema de hombres y mujeres". El Ciudadano. www.elciudadano.com

Narrativas audiovisuales de resistencia de mujeres del Caribe de Costa Rica

Mónica Quirós Villalobos ¹²²

Resumen: Esta ponencia tiene como propósito presentar un proyecto de Acción Social de la Escuela de Comunicación Colectiva de la Universidad de Costa Rica. El proyecto se titula: Narrativas audiovisuales de resistencia de mujeres del Caribe y su objetivo es desarrollar narrativas comunitarias audiovisuales con mujeres organizadas de comunidades de Talamanca y el cantón central de Limón para la defensa y recuperación del territorio – cuerpo – tierra, esto con el propósito de realizar una escaleta de contenidos para una serie de ficción comunitaria de las principales luchas y resistencias de las mujeres en torno a la problemática de violencia contra las mujeres en sus territorios. Se pretende presentar la propuesta a desarrollar con el propósito no solo de realizar aportes desde la comunicación feminista audiovisual para el trabajo comunitario con mujeres sino además recibir insumos para el mejoramiento del proyecto y su puesta en práctica en el campo durante el período 2020-2021

Palabras Clave: Narrativas comunitarias audiovisuales, Comunicación intercultural, Comunicación feminista

Abstract: This paper aims to present a project of Social Action of the School of Collective Communication of the University of Costa Rica. The project is entitled: Audiovisual narratives of resistance of women of the Caribbean and its objective is to develop community audiovisual narratives with organized women from communities of Talamanca and the central canton of Limón for the defense and recovery of the territory - body - land, this with the purpose to carry out a content

¹²²Mónica Quiros Villalobos, Docente de la Escuela de Comunicación Colectiva, Universidad de Costa Rica, Magíster en Comunicación Colectiva, Costa Rica, monica.quiros@ucr.ac.cr.

scale for a series of community fiction of the main struggles and resistance of women around the problem of violence against women in their territories. It is intended to present the proposal to be developed with the purpose of not only making contributions from the feminist audiovisual communication for community work with women but also receiving inputs for the improvement of the project and its implementation in the field during the period 2020-2021

Key words: Audiovisual Community Narratives, Intercultural communication, Feminist communication

Presentación

"Revisar la perspectiva propia, cómo una mira lo que mira para preguntarse cómo mira lo que mira la otra es un trabajo político, estratégico y esperanzador para poder vincular comunicación, género y feminismo" (Claudia Villamayor, 2019)

Esta ponencia tiene como propósito presentar la propuesta del proyecto: "Narrativas audiovisuales de resistencia de mujeres del Caribe", el cual se ejecuta desde la Escuela de Comunicación Colectiva de la Universidad de Costa Rica. Lo que se presentará a continuación son los objetivos planteados, la estrategia metodológica planteada y un acercamiento inicial al abordaje de la representación de las mujeres indígenas en el audiovisual en América Latina

y Centroamérica; así como sobre el tema de las narrativas.

Debido a la situación del COVID-19 y su impacto en nuestros países, no se pudo realizar el trabajo de campo programado para el 2020, por lo que no se tienen resultados en este sentido. Por otra parte, en este momento (octubre 2020) las mujeres indígenas de Talamanca quienes son las co-partícipes de esta proyecto se encuentran en una situación complicada debido al aumento de casos en la zona, lo cual a dificultado aún más la coordinación de actividades y el acompañamiento de procesos en las comunidades. A continuación se presentarán algunas interrogantes que son las que guían esta propuesta.

¿Por qué trabajar el tema de violencias contra las mujeres indígenas, por qué en Talamanca? Desde el feminismo comunitario surge la noción de que las violencias históricas a las que han sido sometidos los pueblos colonizados de América Latina han golpeado tanto a los territorios ancestrales como al primer territorio, el cuerpo. Se identifica también que el patriarcado es el mismo sistema de opresión que explota a los seres humanos en toda su diversidad sexual pero también a la naturaleza.

Tal como apunta Lorena Cabnal (2010)–feminista comunitaria xinka- se plantea una categoría de análisis que es la defensa del territorio cuerpo - tierra partiendo de que las mujeres en las comunidades han defendido junto con los hombres el “territorio - tierra” frente al desarrollo capitalista, lo que ha implicado luchas en contra de la minería, megaproyectos turísticos, las represas, sin embargo, no se puede defender el territorio - tierra sin defender el territorio – cuerpo de las mujeres y las niñas en las comunidades. Las violencias vividas y sentidas adquieren también una forma multi-escalar, en el sentido de que lo que pasa en el territorio inmediato del cuerpo se conecta con lo que ocurre en el territorio comunitario en el que habitamos y también con territorios más

amplios, como el estado-nación o el planeta entero, y viceversa (Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador, 2018).

Las mujeres de las comunidades indígenas de Talamanca y de Limón han tenido que llevar a cabo luchas por la defensa de sus territorios en contra de megaproyectos turísticos y mineros. Son comunidades con altos índices de pobreza, desempleo y violencia social en general, pero también son comunidades que se han organizado para defender sus territorios y visibilizar las situaciones de violencia que han vivido. En estas comunidades las mujeres tienen un rol central en la organización comunitaria, en el cuidado de los otros y las otras (familia – vecinos/as – compañeras/os de la organización – animales – naturaleza - agua). Sin embargo, es en el cuerpo – territorio de estas mujeres donde se manifiesta y ejercen múltiples tipos de violencias (sexual – acoso – abusos – económica) que se profundizan frente a las otras violencias que se ejercen sobre el territorio – tierra por los proyectos “desarrollistas” en sus comunidades.

Esta propuesta plantea la recuperación y defensa de nuestro primer territorio-cuerpo de las diferentes manifestaciones y expresiones de los patriarcados. Como apunta Cabnal (2010)

en la recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado para generarle vida, alegría, vida, vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia y promueva mi vida a plenitud".

Es a través, de la amplificación de las voces de las mujeres de las comunidades del Caribe que se propone desarrollar narrativas comunitarias audiovisuales sobre las luchas y resistencias para la defensa del territorio – cuerpo – tierra de estas mujeres y sus comunidades.

Este proyecto parte de la premisa de que todos los seres humanos, tenemos el derecho a comunicarnos y expresarnos. Históricamente algunas personas, comunidades, sobretodo las mujeres han sido despojadas de su derecho a la comunicación por diferentes motivos: falta de educación, analfabetización mediática, falta de recursos económicos, y tecnológicos, discriminación entre otros. Esto ocasiona que estas personas no hayan tenido la oportunidad de amplificar sus voces a través de mensajes y/o productos comunicacionales propios y de esta forma se

les han negado los espacios y la representación de si mismos/as en los medios de comunicación masivos que por lo general los representan de una forma negativa e incluso estereotipada. ¿Cómo no dar a conocer estas realidades? ¿Cómo negarle a este grupo de personas y comunidades su derecho a comunicarse y contar sus propias historias? Las herramientas audiovisuales y las prácticas narrativas son estrategias comunitarias donde de forma colectiva y participativa se recuperan historias del pasado para ser reinterpretadas en el presente es una práctica que permite significar y re-significar las experiencias y al mismo tiempo cuestionarse el pasado a partir del presente para un mejor futuro.

Las narrativas permiten impulsar procesos que permitan a estas comunidades y a las mujeres fortalecerse con el objetivo de reivindicar sus modos de vida y defender su territorio – cuerpo – tierra.

¿Cuál ha sido la representación de las mujeres indígenas en el audiovisual?

Carreño (2007), señala que la producción regional se asemeja a la producción global en el sentido de que esta continúa perpetuando el estereotipo del indígena como el "otro exótico" en su representación. Los pueblos

originarios son representados desde una mirada eurocentrista y colonial, siempre asumiendo una única visión de mundo y negando la diversidad cultural. Estas representaciones cinematográficas son centrales en la construcción del imaginario sobre el indígena, en tanto unidad semántica que condiciona la mirada de una sociedad sobre la otra (p.97). Las narrativas que se presentan sobre las personas indígenas son principalmente las de personas apegadas a la naturaleza y seres colonizados, y se retratan generalmente desde la ficción y el documental.

Möller (2019) narra las experiencias de mujeres indígenas como espectadoras de productos audiovisuales con temáticas originarias. Las mujeres indígenas perciben una exotización desmesurada de sus figuras, al mismo tiempo que se invisibilizan los asuntos que para ellas son de mayor importancia como lo son la lucha por el territorio y la amenaza a sus formas tradicionales de vida. Asimismo, existe un exceso de imágenes estereotípicas de las mujeres indígenas ante las cámaras. La autora habla de la impresión que causa en las mujeres indígenas la limitada representación de sus vidas privadas. Para ellas sus cuerpos se presentan únicamente como objeto de

violencia sexual y maternidad, pero no se contempla el placer o el erotismo como parte de ellas.

La autora añade a esto relatando las posibilidades a las que se enfrentan los, pero principalmente las indígenas en la industria del cine. Señala que a la par de experiencias cotidianas de discriminación, la industria de cine mexicana no les ofrecía más que papeles de personajes incultos, dedicados a trabajos sin cualificaciones. Estos roles no hacían justicia a las capacidades y experiencias de las mujeres indígenas, que muchas veces deciden dedicarse a la escritura y realización de sus propias historias.

Propios (2014) atribuye que esta construcción estigmatizada de la imagen de la persona indígena se debe a que ha sido creada en un contexto social, político y económico de colonización a inicios del siglo XX y no fue hasta finales de la década de los sesenta que tales imágenes se empiezan a cuestionar. La percepción indígena va desde una exagerada romantización que le convierte en el "buen salvaje", personas totalmente influenciadas por lo externo, incapaces de resistir y culpables de su propia condición por no adaptarse a la vida moderna, hasta seres exóticos merecedores de ser imagen de las postales que se venden como souvenirs. El

debate en torno a la sobre idealización indígena, la legitimación de estereotipos negativos provocada por la representación del "otro" desde la mirada occidental y las denuncias por parte de organizaciones indígenas obligaron a que se planteara la idea de que debían ser los propios sujetos filmados y fotografiados los que generaran contenido en torno a su realidad social y cultural. Sin embargo, la misma autora nos advierte que puede no darse una representación fiel de la realidad de las personas indígenas, independientemente del punto de vista desde el que se mire. Explica que incluso la propia representación indígena en ocasiones responde a esta perspectiva parcializada y repleta de estereotipos. El estereotipo actúa separando o descontextualizando uno o más rasgos de la cultura de un pueblo para valorarlo según una escala de valores ajena a la cultura representada (Propios, 2014). Al producir este tipo de cine, se adquiere control sobre la propia imagen que significa también construir desde una determinada visión de mundo y desde la propia personalidad.

¿Hacia donde vamos o eso que llaman objetivos?

Desarrollar narrativas comunitarias audiovisuales con mujeres organizadas de

Talamanca y el cantón central de Limón para la defensa y recuperación del territorio – cuerpo - tierra.

Objetivos específicos

- Explorar con las mujeres de las comunidades de Talamanca y el cantón central de Limón las luchas y resistencias en torno a las violencias que experimentan sobre su territorio – cuerpo – tierra en sus comunidades.
- Generar capacidades para la creación colectiva de narrativas comunitarias sobre la defensa del territorio - cuerpo – tierra de las comunidades meta del proyecto
- Producir con las mujeres de las comunidades de Talamanca y el cantón central de Limón una propuesta narrativa para una serie audiovisual comunitaria sobre la defensa del territorio cuerpo tierra

Desde donde miramos o eso que llamamos el marco conceptual

Para efectos de este proyecto hay varios conceptos desde los cuales partimos que son: las violencias contra las mujeres, las narrativas como enfoque y como metodología,

narrativas feministas y la comunicación feminista comunitaria, el cine comunitario.

Este es un proceso en construcción que se irá enriqueciendo con el trabajo de campo y los hallazgos del proceso. Para efectos de esta ponencia vamos a dar cuenta del abordaje de las narrativas partiendo del texto de Sousa Santos (2006) donde se apunta a la necesidad de un nuevo modo de producción del conocimiento que busque transformar la racionalidad del Norte que domina nuestras formas de pensar, nuestras ciencias, las concepciones de la vida y del mundo. Concebir otras narrativas que no sean las dominantes, que no obedezcan a la razón metonímica, la cual Sousa (2006) define como una racionalidad que contrae, disminuye, sustrae el presente, lo cual no permite tener una visión más amplia de nuestro presente, pero que a la vez -como contrae este presente- deja por fuera mucha realidad, mucha experiencia, y al dejarlas afuera, al tornarlas invisibles, desperdicia estas experiencias. Partiendo de lo anterior (y de otras premisas que no se esbozan en este texto) plantea la Sociología de las Ausencias, como una sociología insurgente para mostrar que lo que no existe es producido activamente como no existente, como una alternativa no creíble, como una alternativa descartable, invisible a la realidad

hegemónica del mundo. Y es esto lo que produce la contracción del presente, lo que disminuye la riqueza del presente. (Sousa, 2006).

El autor plantea 5 modos de producción de estas ausencias en la racionalidad de occidente que trasladamos a la narrativa hegemónica:

- Narrativa de la monocultura del saber y del rigor: donde el conocimiento válido y legítimo es el científico dejando fuera los saberes y conocimientos que parten de las prácticas sociales y culturales de las comunidades (indígenas, campesinas, etc). Esto implicaría que las otras narrativas, las locales, las que parten de la experiencia estarían "fuera" y son invisibilizadas.
- Narrativa de la monocultura del tiempo lineal: la idea de que la historia tiene un sentido, una dirección, y de que los países desarrollados van adelante. Este concepto incluye el concepto de progreso, modernización, desarrollo, y, ahora, globalización. Esta afirmación anula las narrativas que se construyen a partir de otra concepción del espacio – tiempo.

- Narrativa de la monocultura de la naturalización de las diferencias, que ocultan jerarquías de las cuales la clasificación racial, étnica, la sexual y la de castas de la India son las más persistentes.
 - Narrativa de la monocultura de la escala dominante: que tiene que ver con lo global y lo universal lo cual es hegemónico, y donde las narrativas locales, particulares no cuentan, son invisibles, descartables.
 - Narrativa de la monocultura del productivismo capitalista: la cual se aplica al trabajo y a la naturaleza y donde otros saberes y modos de producción (p.e los de los pueblos originarios) son considerados "improductivos". Partiendo de estas premisas, las historias locales, las narrativas comunitarias están fuera de las grandes narrativas audiovisuales de masas y tampoco están en la agenda de los medios de comunicación. Frente a estas ausencias Sousa propone la ecología de los saberes que permitan que las experiencias ausentes se vuelvan presentes, las retomamos para llamarlas narrativas emergentes:
1. Narrativa de los saberes: diálogo de saberes entre el conocimiento científico/técnico/universitario frente a los saberes y narrativas comunitarias.
 2. Narrativa de las temporalidades: lo importante es saber que aunque el tiempo lineal es uno, también existen otros tiempos, lo cual también implica otras formas de contar/narrar las realidades y los ritmos comunitarios en lo audiovisual.
 3. Narrativa de los reconocimientos: reconocer el valor de las diferencias sin reproducir las jerarquías.
 4. Narrativa de las trans-escalas: que permita articular lo local, lo nacional y lo global. Tiene que ver con la lente que coloco para mirar las realidades donde lo global no sea lo hegemónico en la mirada y la narrativa, sino donde se busque articular entre escalas.
 5. Narrativa de las productividades: consiste en la recuperación y valorización de los sistemas alternativos de producción, de las organizaciones económicas populares, de las cooperativas obreras, de las empresas autogestionadas, de la economía solidaria, etc., que la

ortodoxia productivista capitalista ocultó o desacreditó.

Este abordaje se retoma a partir de los insumos del Taller en praxis comunitaria de las narrativas audiovisuales: narrar las investigaciones sociales, investigar las narraciones de lo que no se sabe que se sabe, a las historias como motor de creatividad social. A cargo del Doctor Angel Luis Lara de la Universidad de New York. Escuela de Ciencias de la Comunicación Colectiva, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Costa Rica, 23 al 26 de mayo 2015. La docente a cargo del proyecto participó en el taller y sistematizó los aspectos más relevantes del mismo que se retomarán en la metodología de este proyecto.

¿Cuáles pueden ser caminos para hacerlo?

O eso que llaman la metodología

Este proyecto parte de las premisas de abordaje metodológico de la antropología (Guerrero, 2010) donde se toman herramientas de la etnografía como el trabajo de campo entendido este no como un simple acto de ir, observar y participar, preguntar, tomar notas, sino que implica la necesidad de disponer de ciertos recursos teórico-metodológicos, pero también principios éticos y políticos, que nos permitan realizar un

trabajo de campo en el que se refleje la riqueza propia de la vida (Guerrero, 2010). Lo anterior permite acercarse a la realidad de las personas – en este caso de las mujeres del Caribe- que tejen cotidianamente la vida, observar lo que hacen, hablar con ellas y aprender a escuchar su voz y la de si misma, pues el trabajo antropológico es un acto de alteridad. Las técnicas que se utilizarán son: la observación participante, la entrevista en profundidad, el uso del diario de campo tanto escrito como visual.

Se utilizará una metodología participativa en donde se enfoca a las personas participantes no sólo como receptoras de información o nuevos conocimientos, sino como sujetos y sujetas que se involucran en la construcción de un proceso de enseñanza y aprendizaje. Además los y las participantes construyen colectivamente los conocimientos y reflexiones en torno a un tema. Es un encuentro de saberes donde cada quien comparte y aporta al grupo desde sus propias experiencias. Las técnicas que se utilizarán son: mapeo colectivo comunitario, técnicas de ludo pedagogía, talleres de fotografía, teatro social, escritura creativa, fotografía, video, entre otros.

Referencias

Cabnal, L. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. En Feminismos diversos: el feminismo comunitario (11- 25). ACSUR – Las Segovias, España.

Carreño, G. (2007). Miradas y alteridad la imagen del indígena latinoamericano en la producción audiovisual. Universidad de Chile. Chile. Recuperado de http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/108993/carreno_g.pdf

Grimson, A. (2001). Comunicación e Interculturalidad. Argentina: Grupo Editorial Norma.

Guerrero, P. (2010). Corazonar: Una Antropología comprometida con la vida. Ecuador: Ediciones Abya Yala.

Moller, N. (2019). Cine y video indígena en América Latina, 5: Directoras indígenas. Revista Icónica. Recuperado de <http://revistaiconica.com/cine-y-video-indigenas/>

[indigena-en-america-latina-5-directoras-indigenas-cineastas-indigenas/](#)

Propios, C. (2014). Cine y video indígena: hacia una comunicación alternativa. En Representación y cultura audiovisual en la sociedad contemporánea. Editorial UOC, Barcelona, España.

Quirós, M. (2016) Con las botas puestas por una vida sin violencia: Video educativo para el abordaje y la prevención de la violencia contra las mujeres bribris. Tesis para optar por el grado de Maestría Profesional en Comunicación. Universidad de Costa Rica, Costa Rica.

Rodrigo, M. (1999) La comunicación intercultural. Barcelona, España: Editorial Anthropos.

Sousa, S. (2006) La Sociología de las ausencias y la sociología de las emergencias: para una ecología de saberes. En: Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/santos/Capitulo%20I.pdf>

Experiencia pedagógica desde la mediación cultural para prevenir el acoso sexual callejero hacia las mujeres en la ciudad de Barranquilla, Colombia

Experiência pedagógica da mediação cultural para impedir o assédio sexual callejero em relação a mulheres na cidade de Barranquilla, Colômbia

Pedagogical experience from cultural mediation to prevent callejero sexual harassment towards women in the city of Barranquilla, Colombia

Luis Altamar Muñoz ¹²³

Resumen: El presente trabajo analiza la importancia que tiene la creación de una experiencia pedagógica, basada en la mediación cultural, para la prevención del acoso sexual callejero hacia las mujeres en la ciudad de Barranquilla. . Esta investigación se orienta a partir de las siguientes preguntas: ¿Cómo desde la mediación cultural se puede diseñar una experiencia artística (performance) para la prevención del acoso sexual callejero?, ¿Cómo es la implementación de la experiencia pedagógica, basada en la mediación cultural, para la prevención del acoso sexual callejero en la ciudad de Barranquilla?, ¿Cómo es la participación de los mediadores en la creación de la experiencia para la prevención del acoso sexual callejero en la ciudad de Barranquilla?.

El desarrollo de este estudio está sustentado en el abordaje social de la mediación cultural.

Palabras Clave: Comunicación, acoso sexual callejero, mediación cultural.

Abstract: This paper analyzes the importance of creating a pedagogical experience, based on cultural mediation, for the prevention of street sexual harassment of women in the city of

¹²³ Luis Altamar Muñoz, Magíster en Comunicación, Colombia, luisalfonsoaltamarmuoz@yahoo.com.co, luisalfonsoaltamar4muoz@gmail.com.

Barranquilla. . This research is based on the following questions: How from the cultural mediation can an artistic experience (performance) be designed for the prevention of street sexual harassment?, How is the implementation of the pedagogical experience, based on cultural mediation, for the prevention of street sexual harassment in the city of Barranquilla?, How is the participation of mediators in the creation of experience for the prevention of street sexual harassment in the city of Barranquilla ?

The development of this study is based on the social approach of cultural mediation.

Key words: communication, gender, cultural mediation.

Objetivo general

Analizar la importancia de la creación de una experiencia pedagógica, basada en la mediación cultural, para la prevención del acoso sexual callejero a las mujeres en la ciudad de Barranquilla.

Objetivos específicos

Diseñar una experiencia pedagógica a partir de la mediación cultural desde lo artístico, para la prevención del acoso sexual callejero en la ciudad de Barranquilla.

Implementar la experiencia pedagógica, basada en la mediación cultural, para la

prevención del acoso sexual callejero en la ciudad de Barranquilla

Examinar la participación de los mediadores durante la creación e implementación de la experiencia para la prevención del acoso sexual callejero en la ciudad de Barranquilla.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta.

Mujer y espacio público se constituye en un binomio de asociación problemática, contradictoria y dialéctica. De esta manera, Zúñiga (2014), afirma que:

En el imaginario colectivo pervive la percepción de que la violencia que viven las

mujeres fuera de sus casas, por el hecho de ser mujeres, es de su responsabilidad exclusiva [...] (p.79).

Al respecto, Mc Dowell (2000), sostiene que las calles deben pasar de ser lugares que inspiran miedo e incertidumbre para las mujeres, a espacios para la reorganización de las relaciones sociales entre los géneros.

Acoso sexual callejero: Brooks Gardner, citada en Kearn (2010), describe los distintos hechos que suceden en el espacio público y define esta manifestación de la violencia sexual.

Es un grupo de abusos, atropellos y molestias características de los lugares públicos y únicamente facilitadoras de la comunicación en público. El hp incluye pellizcos, bofetadas, golpes, gritos, vulgaridades, insultos, insinuaciones astutas y asechos [...] (p. 6).

Mediación cultural: según Jean Caune (2017) tiene el siguiente significado: "Soporte expresivo o simbólico: es decir, un canal físico que no solo es un medio de transmisión, sino también el soporte material del formato de la expresión [...]" (P.95).

La mediación cultural es fuente de transformación social y pedagogía ciudadana

que en la mirada de Caune (2012) se define en el guion del vivir juntos.

Enfoque y/o metodología de abordaje

Esta investigación es de tipo cualitativa y su enfoque está basado en la Investigación Acción Participativa – IAP-. Los instrumentos empleados fueron talleres con los estudiantes, grabaciones de audio, el performance, entrevistas semi estructuradas y la observación no participante, directa, exploratoria y descriptiva.

Para el análisis de los datos se utilizó el enfoque interpretativo.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Diseño e implementación de los talleres, producción participativa del performance, participación activa de los estudiantes en el proceso, el rol de mediador cultural en el contexto artístico.

Reflexiones

En este proyecto la mediación cultural, fue una forma artística destinada a la emancipación al derecho por la ciudad de las mujeres, y al mismo tiempo, ayudó a

revitalizar una concepción distinta de lo hegemónico y punitivo, fue una nueva soberanía simbólica enfocada a la prevención del acoso sexual callejero.

En esta práctica, se descubrió que el cuerpo es un texto simbólico que permitió a la performatividad en sí misma, así como también, una posición política porque logró "una mirada crítica del mundo, pues el trabajo de la performance teatral, junto con la educación, deben dirigirse a capacitar a los sujetos para que se organicen con objetivos comunitarios" (Calvo, Haya & Ceballos, 2015, p 92).

El rol fue analizado como una oportunidad de comunicar a partir de lo novedoso, es un rol distinto que puede desarrollar el comunicador social en las comunidades. El mediador artístico, coadyuva para que las personas de una comunidad puedan tener mayor conciencia sobre las problemáticas que le atañen en sus entornos más cercanos.

Conclusiones

Promover este enfoque de prácticas pedagógicas es una forma emergente de la estética que vincula, involucra y compromete a hombres y mujeres en la participación de procesos orientados al diseño e implementación de propuestas mediadas por

el arte que tienen la finalidad de prevenir el acoso sexual callejero. Es importante que comencemos a concebir que la mediación cultural en espacios urbanos y, el arte en este tipo de experiencias, se traduce en una batalla de signos frente a los actos de violencia que ocurren en el espacio público.

Referencias

Zúñiga, M. (2014). Las mujeres en los espacios públicos: entre la violencia y la búsqueda de libertad. *Región y Sociedad*, 4. Recuperado de: <http://www.scielo.org.mx/pdf/regsoc/v26nespecial4/v26nespecial4a4.pdf>.

McDowell, L. (2000). Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas. Madrid: Editorial Cátedra.

Caune, J. (2017). La Médiation culturelle. Expérience esthétique et construction du Vivre-ensemble. Grenoble (Francia): Presses universitaires de Grenoble.

Calvo, A., Haya, I. & Ceballos, N. (2015). El Teatro Foro como estrategia pedagógica promotora de la justicia social. Una experiencia de formación inicial del profesorado en la Universidad de Cantabria. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 29 (1). Recuperado de: [http:](http://)

//www.redalyc.org/pdf/274/27439665007.pdf

f

Representando la violencia de género, telenovela contemporánea en el Perú¹²⁴

Representando a violência de gênero, novela contemporânea no Peru

Representing gender violence, contemporary telenovela in Peru

Giuliana Cassano Iturri ¹²⁵

Resumen: Sabemos que el género, como construcción cultural, condensa los significados que cada sociedad elabora -desde la diferencia sexual-, planteando qué significa lo femenino, lo masculino, lo trans; qué valores, roles, tareas se asignan a mujeres y hombres de acuerdo a su identidad genérica. Estos significados estructuran la percepción y establecen un conjunto de mandatos y expectativas sociales, configurando sistemas de género que establecen a su vez diversos tipos de relaciones. Y los relatos de la telenovela dialogan directamente con las representaciones de una sociedad, en especial con las de género. La telenovela constituye un umbral entre la vida cotidiana y el espacio social, por ello, es un espacio privilegiado para observar la reproducción y el cambio de estos mandatos. Hall (1997) nos plantea que en el escenario contemporáneo, donde la cultura está dominada por la imagen, el concepto de representación es central porque las representaciones expresan cadenas de significados, asociaciones discursivas, y conjuntos semánticos que se ubican al centro de la dinámica cultural.

Palabras Clave: Violencia de género, Telenovela, Mujer.

¹²⁴ Esta investigación es parte de una investigación mayor que analiza la representación de la violencia de género en telenovelas peruanas durante el período 2015- 2020.

¹²⁵ Profesora Asociada del Departamento Académico de Comunicaciones. Pontificia Universidad Católica del Perú. Doctora en Sociología. Perú. gcassano@pucp.edu.pe.

Abstract: We know that gender, as a cultural construction, condenses the meanings that each society elaborates -from sexual difference-, posing what the feminine, the masculine, and the trans mean; what values, roles, tasks are assigned to women and men according to their gender identity. These meanings structure perception and establish a set of social mandates and expectations, configuring gender systems that establish various types of relationships. And the stories of the telenovela dialogue directly with the representations of a society, especially with those of gender. The telenovela constitutes a threshold between daily life and social space, therefore, it is a privileged space to observe the reproduction and change of these mandates. Hall (1997) suggests that in the contemporary setting, where culture is dominated by the image, the concept of representation is central because representations express chains of meanings, discursive associations, and semantic sets that are located at the center of cultural dynamics

Key words: Gender violence, Telenovela, Women.

Introducción

Esta investigación busca observar y analizar las representaciones de violencia de género contra la mujer que nos ha entregado la telenovela peruana *Mujercitas*. Apuesto por este tema por su importancia y vigencia, pero también porque creo firmemente que los relatos de la telenovela son una posibilidad para visibilizar el núcleo oculto de la violencia de género.

Me interesa analizar la telenovela en el Perú, desde una perspectiva de género,

porque en este producto cultural se reproducen, se recrean y se van consolidando simbólicamente las normas, mandatos, expectativas y sanciones que la sociedad peruana construye acerca de las femineidades y las masculinidades en tiempos y contextos específicos. Así mismo, muchos de los temas que la telenovela propone transforman la manera en que vivimos y experimentamos nuestra propia subjetividad, han servido de espejo en el cual miramos nuestras relaciones y nos constituimos como sujetos sociales.

El Perú es un país patriarcal y machista, y eso se evidencia en su fragilidad política, cultural y social en términos de violencia de género contra la mujer, a pesar de contar con un marco normativo bastante completo. La violencia de género contra la mujer en los espacios públicos y privados es un problema social de grandes dimensiones, que atenta contra la libertad y los derechos humanos de mujeres de distintas culturas, condiciones sociales, niveles de educación, religión, raza, etnia y edad, impregnando toda nuestra realidad social. Según los datos ofrecidos por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2017), el Perú ocupa el octavo puesto entre 23 países de América Latina y el Caribe con mayor número de feminicidios. Y eso es grave.

A esa realidad el Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (MIMP) añade además que la pobreza, la miseria, el hambre y la enfermedad, la fuerte desigualdad en la distribución del ingreso y la discriminación en sus múltiples formas (racial, de clase, de edad, por la orientación sexual, por la nacionalidad y por la pertenencia étnica) son expresiones de la violencia estructural presente en nuestra sociedad actual (MIMP, 2016, 11).

Debemos entender que la violencia contra la mujer es una realidad desalentadora. En el Perú entre enero y agosto de 2020 se han cometido 85 feminicidios, cifra que concretiza la presencia de una "cultura de la violación" (Segato, 2007) que resulta de la construcción de la masculinidad como "mandato". Este mandato es el que se encuentra en la base de toda violencia ejercida sobre las mujeres y otros grupos de población (LGTBIQ+ y niños especialmente), pero que evidencia también la importancia de observar y analizar el poder desde sus representaciones simbólicas.

En relación a la telenovela, Vasallo de Lopes nos propone que "es una narrativa que impregna la rutina cotidiana (...), una experiencia cultural, estética y social" (Vasallo de Lopes, 2004, p. 71). Es una experiencia cultural porque trabaja sobre los imaginarios propios de cada uno de los países que las producen. Cada industria impregna de características particulares a sus relatos -no serán iguales una producción brasiliense de una venezolana, pues cada una pondrá en escena temáticas, personajes y preocupaciones diferentes. Es una experiencia estética porque cada industria dota de una dimensión expresiva, artística y de realización a cada uno

de sus productos. Es finalmente una experiencia social porque la telenovela no solo entrega un conjunto de imágenes compartidas a una comunidad, sino que estas imágenes son apropiadas y resignificadas en la propia comunidad generando distintos sentidos sociales.

Esta triple experiencia de la telenovela dialoga directamente con el tema de representaciones sociales ya que, a partir del compartir imágenes, de las prácticas de apropiación y resignificación social se reproducen y generan viejas y nuevas representaciones sociales. En el caso peruano la industria televisiva de ficción recupera problemáticas, temáticas y personajes propios; escenarios y paisajes locales, regionales y nacionales; representaciones e imágenes de mujeres y hombres locales con sueños y deseos, pero también inmersos en el tema de violencia de género contra las mujeres.

Desde el ámbito de la cultura, Hall (1997) nos recuerda que en el escenario contemporáneo, donde la cultura está dominada por la imagen, el concepto de representación es central porque ellas expresan cadenas de significados,

asociaciones discursivas, y conjuntos semánticos que se ubican al centro de la dinámica cultural. Es un concepto que nos permite configurar una dimensión compartida con otros porque "la cultura es definida (...) en términos de sentidos compartidos o mapas conceptuales compartidos" (Hall, 1997, p. 5). Por ello es interés de esta investigación identificar y analizar las representaciones de la violencia de género contra las mujeres que la telenovela *Mujercitas* está construyendo.

Objetivo de la investigación

Identificar y analizar la representación de la violencia de género contra la mujer en la telenovela peruana *Mujercitas*, observando al poder como constructor de la diferencia de género.

Hipótesis

La hipótesis de la que parte esta investigación supone que la telenovela peruana *Mujercitas* es un producto cultural femenino que pone en escena los afectos, las emociones, los sentimientos, los retos, las desigualdades, la sujeción, la violencia y los sacrificios que las mujeres enfrentan en su cotidianidad; ofreciendo diferentes representaciones de violencia de género contra la mujer visibilizando el núcleo duro de

la violencia: la física, la psicológica, la simbólica. En estas representaciones, los personajes femeninos de la ficción son inicialmente sumisas y violentadas pero logran hacer un recorrido identitario hacia la libertad y la autonomía, convirtiéndose en personajes resilientes, con capacidad para luchar, y emprender nuevos caminos.

Metodología

Este trabajo propone la utilización de una metodología mixta, que combine diferentes herramientas metodológicas adaptadas a los relatos audiovisuales de ficción y sus representaciones, que sean complementarias en el proceso de generación de conocimiento.

En primer lugar necesitamos identificar las situaciones del relato que incorporan la temática de la violencia de género contra la mujer y las formas de violencia que visibilizan. Para ello recuperaremos el contenido total del relato, los arcos narrativos, las temáticas y los personajes que se desarrollan en la historia. A partir de esa data se han seleccionado escenas que incorporan directamente la temática de violencia de género contra las mujeres y las distintas formas de violencia que son representadas.

Para ello, se han elaborado matrices de contenido.

En segundo lugar debemos identificar y analizar a los personajes –víctimas y victimarios- y sus objetivos dramáticos porque a partir de ellos, podremos observar las narrativas en las que se encarna la problemática de violencia de género contra la mujer. Para alcanzar este objetivo hemos trabajado con una propuesta metodológica propia –desarrollada a partir de la combinación del iceberg de la violencia de género (Ver anexo 1), y de la propuesta teórica de Elena Galán Fajardo (2006). La propuesta metodológica de esta investigación parte de la idea de que los personajes del relato audiovisual se manifiestan en por lo menos tres dimensiones: física, psicológica y social; a las cuales se incorporan las dimensiones: de género, división del trabajo y de relaciones de género (Cassano, 2019). Se han elaborado matrices de cada uno de los personajes seleccionados.

Las fases que se han desarrollado para esta investigación han sido:

- Recuperación bibliográfica sobre telenovela y violencia de género contra la mujer.

- Recuperación videográfica del producto audiovisual seleccionado.
- Síntesis del relato seleccionado. Esta etapa de trabajo supone un resumen completo de todo el relato.
- Elaboración de matrices de análisis de temáticas y personajes
- Fichado de temáticas y personajes
- Elaboración de nubes de palabras con las temáticas
- Selección de escenas a analizar. La selección se hará en función a la presencia de temáticas vinculadas a la violencia de género contra la mujer y los personajes –víctimas y victimarios– que se ponen en escena.
- Análisis de las matrices

Sobre la telenovela¹²⁶

José Ignacio Cabrujas señala que la telenovela es un hecho actual, que ocurre ante nuestros ojos, vinculada a la vida misma; así la telenovela le permite al espectador “ver su vida, con sus miserias y virtudes, pero magnifica y elevada ante sus ojos” (Cabrujas, 2002, p. 40). El autor venezolano define la telenovela como “el espectáculo del

sentimiento” (Cabrujas, 2002, p. 42), espectáculo que observa los mitos actuales, que se están produciendo en cada sociedad latinoamericana porque la telenovela es –ante todo– un relato latinoamericano. Es, en palabras de este guionista:

El único relato que los latinoamericanos oyen de sí mismos (...), el único relato que comunica a México con la Argentina es la telenovela. La telenovela es el más fabuloso instrumento de comunicación que hemos inventado –y que nos pertenece. Es nuestra creación y por eso estamos hablando con todos los latinoamericanos cuando escribimos una telenovela (Cabrujas, 2002, p. 135).

En el mismo sentido, la investigadora Nora Mazziotti (2006) define la telenovela como un vocabulario colectivo que compartimos los latinoamericanos, un glosario que podemos activar, compartir, discutir y que aporta a nuestra identidad cultural. Por su parte, Omar Rincón señala que los latinoamericanos somos la telenovela porque:

La telenovela ha estado a cargo de nuestra educación sentimental, cómo

¹²⁶ Esta sección del texto forma parte de mi tesis doctoral: Representaciones de género y melodrama televisivo en el Perú: una mirada al siglo XXI. Giuliana Cassano. Puede revisarse en: <http://hdl.handle.net/20.500.12404/15742>

amamos y cómo vivimos la pasión, la tragedia y la comedia. La telenovela se ha hecho cargo de nuestras identidades y nuestros traumas; para saber quiénes somos, debemos mirarnos en sus historias. El resultado es un continente cuya memoria común es un melodrama, una lucha por ser reconocidos, una búsqueda por descubrir de dónde venimos y quiénes somos (En: Erlick, 2018, p. 34).

Por su parte Durin y Vásquez (2013) plantean que "las telenovelas constituyen una forma de narrativa con características provenientes de la tradición oral y un contenido fuertemente moralizador, donde se ilustra lo permitido y lo prohibido en la sociedad. Su fuerza narrativa descansa en una matriz cultural desde donde se interpela emocional y cognitivamente a las audiencias" (Durin & Vásquez, 2013, p. 24).

Y la investigadora argentina Cecilia Absatz (1995) nos invita a pensar en las telenovelas desde los relatos de las aventuras épicas de caballeros, solo que en este caso, la heroína es una mujer que recibe o se decide por un mandato que va a desencadenar todo un recorrido en busca de su propia identidad, esencialmente porque la telenovela es un formato que se sostiene en un aceptar,

negociar o enfrentar las relaciones y los mandatos sociales.

En el Perú el relato fundacional de la telenovela es *Simplemente María* (1969) y su heroína María Ramos se ha convertido en el modelo recurrente a ser representado en las últimas décadas. La telenovela peruana ha estado históricamente relacionada a la mujer porque es un relato tipo que se vincula con los sentimientos y emociones, pero también porque en su complejo desarrollo, se fue configurando como producto propio del espacio doméstico en diálogo con lo público; con aquello "que queremos imaginar" (Absatz, 1995, p. 44), soporte inevitable de las distintas representaciones que se van construyendo en la sociedad peruana.

En esta complejidad, la telenovela se convierte en un espacio importante para observar y analizar las representaciones de género –femeninas- ya que en estos relatos también nos encontramos con órdenes patriarcales; con grietas y fracturas que van permeando esos órdenes; con mandatos morales y religiosos; con sanciones sociales y también con la gratificación pública de la moral.

Sobre la violencia de género

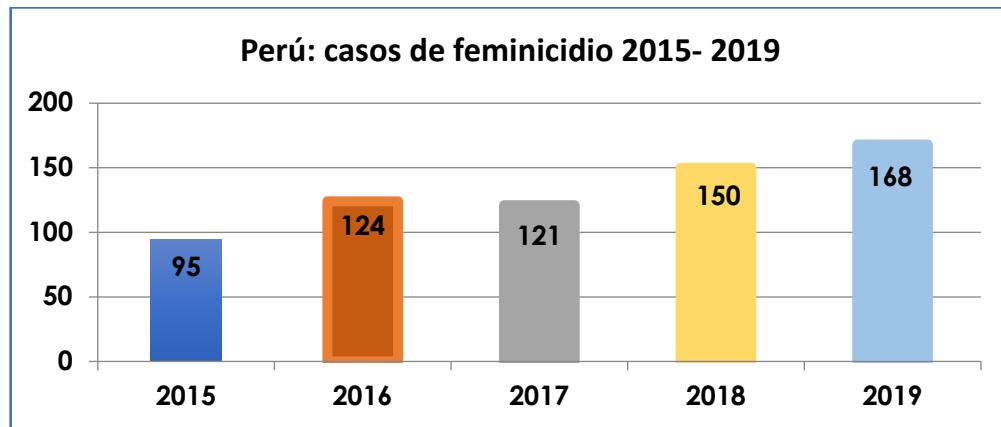
La violencia contra la mujer no es un problema nuevo; supone conductas que hasta hace muy poco tiempo eran socialmente aceptadas y que, por estar circunscritas en general al ámbito de la vida privada, eran muy poco conocidas, muchas veces normalizadas. La violencia de género, así manifiesta, es una forma de normar sobre los cuerpos femeninos, un acto disciplinador y vengador contra una mujer genéricamente abordada. Un acto que se ampara en el mandato de punir y retirarle su vitalidad a una mujer percibida como desacatando y abandonando la posición a ella destinada en el sistema de status de la moral tradicional (Cavieres y Salinas, 1991).

La violencia de género se expresa en violencia física, psicológica y sexual, además de la violencia estructural reproducida por las vías de la discriminación en los campos económico, político y social. Estas formas de

violencia se revelan precisamente como síntoma, síntoma de nuevos tiempos de dueñidad, expansión de una esfera de control de los cuerpos y la vida (Segato, 2016).

Lo que sí es reciente es la preocupación social por las mujeres que sufren agresiones físicas, sexuales y psicológicas en el medio familiar, laboral y educacional. Hoy la evaluación de la violencia de género como algo negativo, en cualquiera de sus expresiones en la vida social está cada vez más generalizada. Ello en el contexto del #MeToo norteamericano y el #NiUnaMenos Latinoamericano con expresiones locales y nacionales sumamente cuestionadores del poder patriarcal en cada una de nuestras sociedades.

En el caso peruano, la violencia de género supone cifras muy duras, los feminicidios de los últimos 5 años suman más de 600 casos y van en ascenso.



Fuente MIMP



Fuente: DEMUS. Elaboración propia para esta investigación.

En este año 2020, durante el aislamiento social que entró en vigencia en el Perú por la pandemia mundial del Covid-19, las cifras son desalentadoras.

Como podemos observar, durante el confinamiento de la pandemia, en el Perú las mujeres han desaparecido, han sufrido violaciones y se han cometido feminicidios. La data oficial (MIMP) señala que la gran mayoría de estos hechos de violencia han ocurrido al

interior de los hogares. Podemos reconocer en estos hechos aquello que Rita Segato denomina la *violencia expresiva*, aquella donde las mujeres funcionan como lienzo, como bastidor y como territorio para establecer los términos de una contienda particular (Segato, 2014).

Son estas formas de violencia de género y sus diversas formas de resistencia las que han sido recogidas y reelaboradas en la televisión

de ficción peruana, especialmente en la telenovela. En el relato de *Mujercitas* hemos observado arcos narrativos, temáticas y personajes que abordan estas realidades con sus tensiones y argumentos, con su gravedad y desolación. De ahí nuestro interés en identificarlas y analizarlas.

Mujercitas

No les tenemos miedo a las tormentas,
las mujeres navegamos nuestro barco
Louise May Alcott

Esta telenovela es una producción de Del Barrio Producciones del 2017, y es una de las primeras telenovelas peruanas en abordar la violencia de género como uno de sus arcos narrativos centrales. Como temática principal la violencia de género contra las mujeres está desarrollada a lo largo de la historia, con especial presencia en la línea argumental de Yolanda y Pepe (José Armando), personajes coprotagónicos de la novela.

En esta historia las formas visibles de la violencia están representadas con mucho realismo, como espectadores asistimos a la agresión física, la violencia sexual, el insulto o las amenazas. Esto en el contexto de una pareja que convive hace más de 15 años y con

hijo hombre heterosexual y adolescente - Thiago. Yolanda es ama de casa y desde que nació Thiago su función ha sido la de "reproducir su rol de madre y pareja". No cuenta con independencia económica y debe respetar la estructura jerárquica impuesta por Pepé (José Armando).

Por su parte Pepe tiene una pequeña presencia pública al cumplir con obligaciones laborales y de representación del municipio. Es un sujeto que justifica su actuar amparado por su rol de proveedor y en la reproducción de los mandatos de la masculinidad que él anhela encarnar. Esa masculinidad hegemónica que, como bien señala Segato, se inscribe en la crueldad, el distanciamiento y la baja empatía. Una línea que desarrolla esta historia es que Pepé busca que su hijo hombre reproduzca sus mismos patrones y se haga respetar como "verdadero hombre". Pepe chantajea emocionalmente a Yolanda constantemente, el motor de ese chantaje es siempre su hijo Thiago. Cuando Yolanda empieza a trabajar con Viviana –amiga de siempre Yoli y protagonista del relato-, Pepe cuestiona a Yolanda preguntándole si a ella acaso le ha faltado alguna vez. Al ver que por primera vez Yolanda está decidida a trabajar y tiene de verdad una oportunidad, Pepe no

duda en poner en riesgo a Thiago para culpar a Yolanda de su descuido en el hogar. Thiago es quien, además de Yolanda, sufre las consecuencias de la violencia de género. Él será herido en un enfrentamiento final con la masculinidad nociva del padre.

En relación a las temáticas principales encontramos que las más desarrolladas en la historia en su conjunto, se concentran en el machismo, la violencia de género, la familia, la sororidad y el amor. Esto es importante porque instala en el imaginario de las

audiencias el carácter estructural de la violencia de género.

Mujercitas nos habla directamente a las mujeres sobre una problemática compleja que nos convoca como sujetos sociales, visibilizando las formas invisibles de la violencia de género, esas que ocurren en el mundo más doméstico y privado. Al interior de la casa de Yoli y Pepe asistimos a la humillación, la desvalorización, el desprecio, el chantaje emocional, los celos, el control o la anulación de la persona. Y el relato apuesta por el rechazo de estas conductas.



Fuente: Observatorio Audiovisual Peruano. Elaboración propia.

Ahora bien, este relato de ficción utiliza también la cercanía de los actores para motivar la reflexión de sus audiencias. Al cierre de varios capítulos las actrices y los actores aparecen para dar las cifras de la violencia de género en el Perú, para dar a conocer los espacios de ayuda (ONG's y CEM) y los canales oficiales del Estado (Linea100, Comisarias especializadas). Y en el capítulo final, las actrices que dieron vida a los personajes protagónicos del relato ofrecieron cifras acerca de la violencia de género en el país, haciendo un llamado a la reflexión y al cuidado sororo y social¹²⁷

Conclusiones preliminares

Mujercitas apuesta por visibilizar y poner en *prime time* una problemática dura buscando con ello abrir un espacio de reflexión entre su audiencia; la productora y el canal suman a un diálogo nacional en el contexto del *#NiUnaMenos Perú* haciendo que la ficción se comprometa con el urgente cambio cultural que necesitamos como sociedad. En este sentido se apuesta por la capacidad dialogante y relacional de la

telenovela como producto cultural cotidiano central de nuestra vida social, que nos interpela directamente desde la dimensión simbólica del poder. Lo importante de este caso es que es el primer relato que se compromete con el tema de violencia de género abriendo la ruta para siguientes producciones, las mismas que se desarrollaron en 2018 y 2019¹²⁸

La telenovela apuesta por la emotividad y los sentimientos para acercarnos a los retos que supone denunciar/ visibilizar las distintas violencias de género. Una característica central del relato es la demanda por otras formas de masculinidad como compañeros de ruta de los personajes femeninos del relato. Masculinidades más equitativas, en transito hacia nuevas sensibilidades, buscando desmontar viejas estructuras. De hecho, las parejas finales del relato se plantean en esos términos: compañeros.

Referencias

¹²⁷ Se puede revisar en <https://www.youtube.com/watch?v=q3PnxAeleQU>, a partir del minuto 5:56. Y para observar su significado pueden visitar: <http://utero.pe/2017/09/27/por-primera-vez-en-la-television-una-novela-en-horario-estelar-habla-de-violencia-contra-las-mujeres-video/>

¹²⁸ Para mayor información revisar: <http://www.concortv.gob.pe/noticias/telenovelas-peruanas-difunden-mensajes-para-promover-la-igualdad-y-prevencion-de-la-violencia-hacia-la-mujer/>

Absatz, C. (1995). Mujeres peligrosas, la pasión según el teleteatro. Buenos Aires: Planeta.

Cabrujas, J. (2002). Y Latinoamérica inventó la telenovela. Caracas, Venezuela: Alfadil. Instituto de Creatividad y Comunicación.

Cassano, G. (2019). Representaciones de género y melodrama televisivo en el Perú: Una mirada al siglo XXI. Lima, Perú: PUCP.

Cavieres, Eduardo y René Salinas (1991). Amor, sexo y matrimonio en Chile tradicional. Serie Monografías, No 5, Valparaíso, Instituto de Historia, Universidad Católica de Valparaíso.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2017). Comunicado de prensa del Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. En:

<https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-al-menos-2795-mujeres-fueron-victimas-feminicidio-23-paises-america-latina-caribe>

Durin, S., & Vásquez, N. (2013). Heroínas-sirvientas. Análisis de las representaciones de las trabajadoras domésticas en las telenovelas mexicanas. *Trayectorias* (36), 20-44.

Erlick, J. C. (2018). Telenovelas en el mundo latino. Lima, Perú: Fondo editorial Universidad del Pacífico.

Füller, N. (1997). Identidades masculinas. Lima, Lima, Perú: PUCP Fondo editorial.

Galán Fajardo, E. (2007). La imagen social de la mujer en las series de ficción. Extremadura, España: Universidad de Extremadura- Cáceres.

Galán Fajardo, E. (2006). Personajes, estereotipo y representaciones sociales. *ECO-POS*, 9 (1), 58- 81.

Giddens, A. (2012). La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas. (Segunda ed.). Madrid, España: Cátedra.

Gomes, M. (2002). Televisión, Telenovelas y la Construcción del Conocimiento en las Sociedades Contemporáneas. *Novos Olhares: Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos* (10).

Hall, S. (1997). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London, Great Britain: Sage publications.

Illouz, E. (2009). El consumo de la utopía romántica. El amor y las contradicciones del capitalismo. Buenos Aires, Argentina: Katz.

Martín- Barbero, J. (1993). De los medios a las mediaciones. *Comunicación, cultura y hegemonía*. México DF, México: Gustavo Gili.

Martínez i Surinyac, G. (1998). *El guión del guionista. El desarrollo del guión desde la idea*

hasta el guión literario. Barcelona, España: CIMS 97.

Mazziotti, N. (2006). Telenovela: industria y prácticas sociales. Bogotá, Colombia: Norma.

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (2016). Violencia de género. Marco conceptual para las políticas públicas y la acción del Estado. Lima- Perú. MIMP.

Segato, R. L. (2016). La guerra contra las mujeres. Madrid, España: Traficantes de Sueños.

Segato, R. L. (2014) Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. Primera edición. Puebla: Pez en el árbol.

Segato, R. L. (2003) Las estructuras elementales de la violencia. Buenos Aires, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes Editorial.

Scott, J. (2011). Género e historia (Primera reimpresión ed.). México DF, México: Fondo de cultura económica y UNAM.

Vasallo de Lopes, I. (2004). Narrativas televisivas y comunidades nacionales: el caso de la telenovela brasileña. *Comunicación y Sociedad* (2), 71- 97.

A Caixa do Homem: a violência masculina como um dever?

The man's box: male violence as a duty?

Katia Bizan ¹²⁹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a “Caixa do Homem” e suas consequências com o desnívelamento feminino que pode ter colaborado na masculinidade tóxica oprimindo mulheres, homens e colaborando no aumento do feminicídio.

Palavras Chave: Caixa do Homem, Masculinidade Tóxica, Feminicídio.

Abstract: This article aims to analyze the “man’s box” and its consequences with the female unevenness that may have contributed to the toxic masculinity oppressing women, men and collaborating in increasing femicide.

Key words: Man’s box, toxic masculinity, Femicide.

¹²⁹ Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e Mestra em Comunicação Social pela UMESP. Brasil. Email: k.bizan@gmail.com – Bolsa Capes.

Introdução

"Uma das formas mais perversas de impedir que a igualdade realmente aconteça é dizer que ela já existe."

Daniela Lima (2020)

Este artigo tem como tema central a "Caixa do Homem", ou "The Man Box", identificada como sendo uma receita cultural em que são pré-dispostos aos homens suas maneiras de agir, sentir e falar, os quais tem como base o patriarcado e o machismo.

Buscaremos refletir aqui a extensão social de tal hábitos que corroboram em medidas extremas como o feminicídio com a análise dos números divulgados, na referida pesquisa, sobre os itens pertencentes à "Caixa do Homem" versus patriarcado / machismo e suas implicações quanto a posição do homem perante a sociedade e a situação da mulher no crescimento dos números de feminicídios na América Latina. Com isso procuraremos demonstrar a necessidade de novas relações de gênero com liberdade e sem androcentrismo.

"Caixa do Homem"

Em 2018 a ONU Mulheres do Brasil em conjunto com o site Papo de Homem

empreenderam uma iniciativa que foi produzida por #ElesPorElas (#HeForShe) com desenvolvimento de um infográfico em que se buscou envolver os homens no debate em defesa dos direitos das mulheres denominado "Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero" tendo por objetivo demonstrar que a igualdade de gênero é benéfica a todos e por quais caminhos é possível desfazer os estereótipos de gêneros nocivos encontrados até hoje na cultura social.

A "Caixa do Homem" se resume em um simbolismo do medo que agrupa representações masculinas que, caso não sejam externadas, o identificam como "menos homem" ao não se encaixar nessa representação formatada patriarcalmente.

Os itens listados nessa caixa mental indicam as expectativas que são esperadas dos homens¹³⁰:

- Heterossexual;
- Fisicamente apto;
- Corajoso;
- Forte;
- No controle;
- Ativo;
- Sexualmente experiente;

¹³⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gw09QlQE7J4> – Acesso em 04 mai. 2020

- Prontidão sexual;
- Fala firme;
- Não demonstra emoções;
- Sabe se defender;
- Não chora;
- Sexualmente impositivo;
- Trabalhador;
- Provedor;
- Não comete erros;
- Não desiste;
- Aguenta o tranco;
- Competitivo;
- Bem-sucedido;
- Bully (tirano / brigão / valentão);
- Dominante em relação a mulher.

Fora dessa caixa está tudo que não é esperado por um homem no modelo patriarcal, como, por exemplo, ser covarde, fraco, chorão etc. porque são características mais próximas do feminino o que torna, assim, obrigatório culturalmente ao homem a necessidade em demonstrar superioridade social que só é possível com ações intermediadas pela masculinidade tóxica, pois potencializa os quesitos sobre as pessoas que não as demonstram / possuem.

A masculinidade tóxica recebeu esse nome devido ao bloqueio social imposto que pode ser definida como

uma descrição estreita e repressiva da masculinidade que a designa como definida por violência, sexo, status e agressão, é o ideal cultural da masculinidade, onde a força é tudo, enquanto as emoções são uma fraqueza; sexo e brutalidade são padrões pelos quais os homens são avaliados, enquanto traços supostamente 'femininos' – que podem variar de vulnerabilidade emocional a simplesmente não serem hipersexuais – são os meios pelos quais seu status como 'homem' pode ser removido. Alguns dos efeitos da masculinidade tóxica estão a supressão de sentimentos, encorajamento da violência, falta de incentivo em procurar ajuda, até coisas ainda mais graves, como perpetuação encorajamento de estupro, homofobia, misoginia e racismo. (Geledes, 2017)

Como é dito na citação, a masculinidade tóxica se torna perigosa até para o próprio homem, pois o incentiva a um comportamento de risco e/ou exige uma postura que ele mesmo não concorda, mas o impede de pedir ajuda criando um círculo de violência interna e externa.

Essa masculinidade na cultura social acaba por se reproduzir continuamente com base nos modelos e práticas machistas, homofóbicas, sexistas e por classe social que acaba se tornando uma prisão que o próprio

homem acaba sustentando e não consegue se desvincilar.

Segundo a pesquisa acima citada, tais movimentos são conhecidos, atualmente, como itens da masculinidade tóxica e o objetivo do levantamento foi a análise dos itens da "Caixa do Homem" como narrativa de mídia sobre violência contra a mulher em um relatório emitido pela ONU. A proposta se põe a partir da cultura enraizada e a opressão tanto das mulheres quanto dos homens como resultado das exigências sociais para com as condutas que devem ser comprovadas em público.

Os homens revelam, na referida pesquisa, que se reprimem em suas vontades e em suas opiniões diante de tais cobranças. As principais reflexões que são trazidas à tona é que tanto o homem quanto a mulher são formatados conforme prescrito pela sociedade em sua cultura, crença e diferenças biológicas, onde a narrativa cultural vigente se baseia em suas diferenças biológicas para justificar as cobranças sociais sobre os comportamentos e valores esperados. Portanto, ao homem é dado a autoridade moral e a obrigação de demonstrar comando / poder / domínio, movimentos que vem como herança do patriarcado (que literalmente significa "a regra do pai"), em que se procura

comprovar o seu poder sobre os outros homens como uma competição e sobre as mulheres para demonstração de superioridade. Deste modo, o machismo vem como um meio para impor o sistema hierárquico como uma pirâmide, em que o homem branco é superior a mulher branca, ao homem negro e a mulher negra gerando desigualdades e atraso no desenvolvimento social.

Por ser uma cultura muito antiga e aceita na sociedade como uma atitude natural culturalmente, atitudes machistas ou violentas podem ser vistas, muitas vezes, como um "costume" ou uma "brincadeira" ou uma "piada".

Essa cultura patriarcal ocidental heteronormativa branca é (foi) um ritual atribuído à sociedade como uma regra a ser cumprida e obedecida por todos, principalmente aos que não fazem parte deste grupo denominado a "nata cor" social.

Desde muito cedo o menino aprende que o herói que ele tanto admira é homem e que, se for necessário, ele precisa usar da violência para conseguir salvar "o seu mundo" dos "vilões" que não o deixam "ganhar" à sua maneira. É o herói que comanda os "coadjuvantes" da história e não leva desafogo para casa. É ele que é aclamado pelos

próximos. É ele que é forte e salva a frágil mocinha das garras de quem quer que seja para ficar com ele. A mídia acabou por reproduzir o patriarcado nas histórias infantis, trazendo a mensagem em que é preciso ser valentão para se mostrar homem e conquistar o que deseja.

Desta forma, conforme divulgado pela ONU, vemos que são, normalmente, os maridos / parceiros que matam e temos 12 mulheres assassinadas por dia na América Latina (2018), região considerada como a mais perigosa do mundo para uma mulher viver. O Brasil é o primeiro da lista com 1.047 mulheres assassinadas em 2017 e 1.225 casos em 2018 e, ainda, a política do país pode acabar por aumentar as mortes das mulheres brasileiras com a minimização política da violência doméstica, com a disseminação de que "a mulher, no casamento, é submissa ao homem" e, ainda, se houver a liberação de porte de armas de fogo.

Segundo o site da Agência Patrícia Galvão (2019), 97% das mulheres brasileiras já foram vítimas de assédio em meios de transporte; uma mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio por dia; uma pessoa *trans* ou gênero-diversas é assassinada a cada dois

dias e uma mulher registra agressão sob a lei Maria da Penha a cada dois minutos.

Infelizmente todos os países da América Latina carregam o aumento em seus gráficos sobre mulheres vítimas de feminicídios. Os dados publicados pelo site El País (2018) demonstram que a Argentina tem, em média, uma mulher assassinada a cada 31 horas. A Colômbia chegou a 96% de impunidade devido à justiça desculpar os assassinos nos casos de violência de gênero. Já no México quem mata é o marido ou namorado em 64% dos casos registrados, mas o registro de feminicídio depende do foro de cada estado e muitos deles não reconhecem oficialmente esse tipo de crime em sua área, ação essa que não contribui no levantamento de dados e colabora no crescimento da impunidade. Em El Salvador se registra a maior taxa de feminicídios para cada 100.000 mulheres.

Violência contra a mulher / Feminicídio no Brasil

Os números de violência contra a mulher / feminicídio crescem a cada ano no Brasil, mesmo sendo um país com leis em defesa da mulher como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2004), a qual foi considerada pela Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) (2010) como

uma das três leis mais avançadas no confronto à violência contra a mulher no mundo.

Na pesquisa realizada no Brasil pelo Instituto Avon (2014), podemos verificar a

presença da masculinidade tóxica em todos os itens levantados na violência contra a mulher:



Figura 1: Violência contra a mulher - Instituto Avon

Já o Mapa da Violência, pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS),

mostra que o Brasil ficou em 7º lugar no ranking global em 2010 em números de

violência contra a mulher, sendo que o país concluiu o ano de 2019 com mais de um milhão de processos de violência doméstica registrados oficialmente, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça - (2020)).

Já nos casos de homicídios femininos, o Brasil começou a ver seus números caindo nos últimos anos, mas o número de feminicídios continua crescendo, sendo um aumento de 7,3% de 2018 para 2019.

Como se já não bastasse a violência sofrida nas ruas e o preconceito ao procurar um

emprego ou o assédio quando se está trabalhando, a mulher passou a ter maiores problemas com violência dentro de casa ao buscar recursos para ajudar financeiramente a família e trabalhar fora. Segundo pesquisa do Ipea (2019), o motivo do crescimento da violência / assassinato foi verificado quando a mulher elevou seu poder de barganha no controle financeiro familiar contrariando o papel dentro dos valores patriarcais.

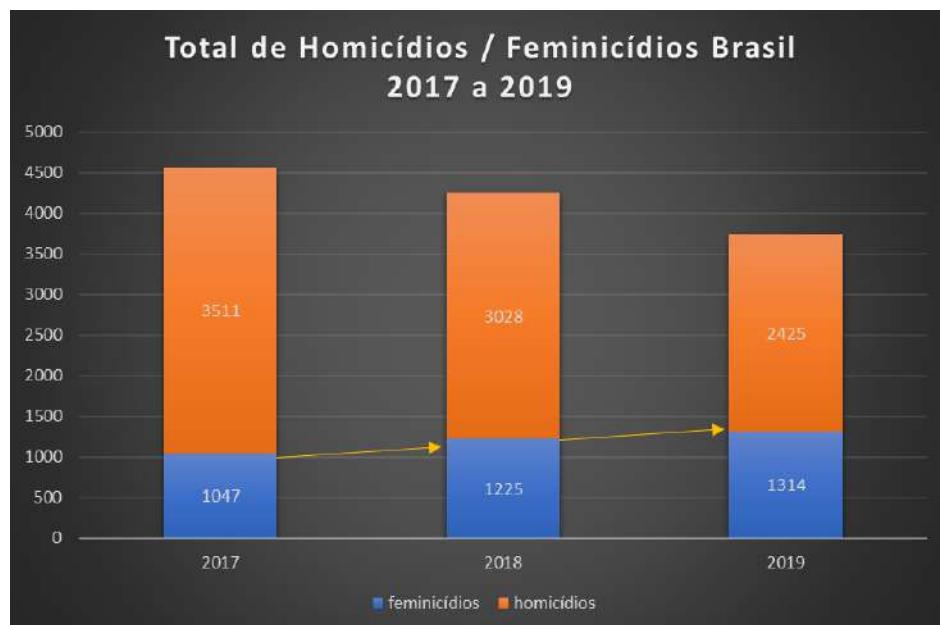


Figura 2: Total de Homicídios e Feminicídios Brasil - 2017 a 2019 - montagem da autora¹³¹

¹³¹ Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml> - Acesso em 06 mai. 2020

TABELA 2
**Violência doméstica por sexo e participação no mercado de trabalho
(Em %)**

Sexo	Sofreu violência doméstica (por parente/conhecido/cônjuge)		Total
	PEA	PNEA ¹	
Masculino	17,2	5,7	22,9
Feminino	52,2	24,9	77,1
Total	69,4	30,6	100,0

Fonte: PNAD 2009/IBGE.

Elaboração dos autores.

 Nota: ¹ População não economicamente ativa.

 Figura 3: Violência doméstica por sexo e participação no mercado de trabalho – IBGE ¹³²

O Ipea confirmou que a violência contra a mulher é três vezes maior que a violência sofrida por homens e que a mulher sofre a violência:

43,1% das vezes dentro de casa;

36,7% em via pública;

32,2% por pessoas conhecidas da vítima ((ex)namorado, (ex)companheiro etc.);

25,9% pelo marido ou ex-marido;

E somente em 22,1% dos casos as mulheres fazem boletim de ocorrência.

“Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero”

A pesquisa realizada pela ONU Mulheres e o site Papo de Homem (2016) teve o objetivo de entender como os homens podem se envolver no diálogo pela igualdade de gênero. O estudo foi realizado com entrevistas a estudiosos, profissionais da área e mais 150 pessoas abordadas nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

O estudo revelou que:

¹³² Disponível em <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/1869-ipea-pesquisa-violencia-mulher> - Acesso em 06 mai. 2020

-81% dos homens e 95% das mulheres concordam que "existe muito machismo no Brasil";

-87% dos homens e 86% das mulheres acreditam que "o machismo é ruim para os homens e para as mulheres";

-Somente 23% dos homens se consideram "nada machista" e 3% deles se consideram "bastante machistas";

-34% das mulheres já fizeram sexo com o parceiro mesmo não querendo, enquanto somente 10,7% dos homens já passaram por isso;

-87,38% dos entrevistados discordam totalmente que "mulher que anda com camisinha é safada";

-72,55% deles concordam totalmente que homens e mulheres deveriam dividir por igual o trabalho doméstico";

-71,61% discordam totalmente que "a responsabilidade de evitar a gravidez é principalmente da mulher";

-55,44% discordam totalmente que as "mulheres deveriam decidir se a prioridade na vida delas é a carreira ou os filhos";

-58,26% discordam totalmente que as "mulheres devem tomar cuidado com a

roupa que vestem para não serem muito provocativas";

-27,28% discordam em parte se "a política seria melhor se NÃO existissem mais mulheres em postos importantes;

-45,5% dos homens gostariam de se expressar de modo menos rígido ou agressivo, mas não sabem como;

-43,5% dos homens gostariam de ter mais cuidado com a aparência sem se sentirem julgados por isso;

-77% dos homens se preocupam com a aparência, mas não falam sobre isso;

-56,5% dos homens gostariam de ter uma relação mais próxima com amigos expressando mais afeto e podendo falar sobre sentimentos e dúvidas;

-66,5% dos homens não falam com amigos sobre medos e sentimentos;

-54% dos homens gostariam de ter mais liberdade para explorar hobbies, talentos ou opções de carreira pouco usuais, sem serem julgados como frouxos ou pouco ambiciosos;

-45% dos homens gostariam de não se sentir obrigatoriamente responsáveis pelo sustento financeiro da casa;

-44% dos homens sentem pressão por serem responsáveis pelo sustento da casa, mas não falam sobre isso;

-71,6% das mulheres entendem que o feminismo é “necessário para defesa por direitos e oportunidades iguais” enquanto 40,4% dos homens entendem o feminismo como “justa por direitos iguais, mas às vezes agressiva e radical demais”;

No item “quão favorável ao feminismo você se considera”

-44,1% das mulheres são extremamente favoráveis / 27,8% são bastante favoráveis / 12,2% razoavelmente favorável / 10,2% um pouco favorável e 5,7% nada favorável;

-28,1% dos homens são bastante favoráveis / 23,5% são extremamente favoráveis / 16,3% um pouco favorável / 16,1% razoavelmente favorável e 16% nada favorável.

A pesquisa demonstra, também, os micromachismos, os quais são divididos em:

*Coercitivo – envolve intimidação, insistência abusiva, tomada subida de comando, *gaslighting*¹³³ e *bropriating*¹³⁴;

*Dissimulado – envolve maternalização, paternalismo, *mansplaining*¹³⁵, *manterrupting*¹³⁶ e justificativas para o próprio comportamento prejudicial;

*De crise – envolve pseudoapoio nas tarefas e promessas superficiais;

*Utilitário – é quando o homem não divide tarefas e deixa implícito que é ela quem deve cuidar da casa.

Com esse levantamento foi possível verificar as tensões que os homens sofrem devido ao machismo, o qual interfere negativamente em sua a vida e em suas decisões ao se impor um autolímite imaginário cultural que bloqueia a realização plena de suas vontades e, por fim, acabam lesando terceiros em suas tensões patriarcais.

Uma tensão apurada na pesquisa foi a necessidade do homem em provar que é heterossexual na relação aos carinhos com os amigos e com a própria vaidade; outras tensões são a de demonstrar que é forte, poderoso, responsável e provedor.

Essas tensões trazem consigo a ansiedade, estresse e a depressão por medo de não ser

¹³³ Distorcer fatos e omitir situações para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade mental.

¹³⁴ Apropriar-se da ideia de uma mulher e levar o crédito por ela.

¹³⁵ Explicar algo óbvio para uma mulher como se ela não tivesse capacidade intelectual para entender.

¹³⁶ Interrromper a fala de uma mulher e impedi-la de concluir sua frase.

aceito e, por consequência, o corpo exige uma válvula de escape nesta panela de pressão interna que pode ocorrer por meio da violência, homofobia, incapacidade emocional, obsessão por poder, dinheiro e/ou sexo.

Com essa pesquisa os organizadores verificaram que não será fácil uma mudança de comportamento e mentalidade, mas é possível demonstrar que os gatilhos aprendidos durante a vida não são os únicos e que existem outros mais eficazes para a convivência pacífica, entretanto é preciso realizar abordagens de acordo com o contexto encontrado.

As abordagens sugeridas são por meio de afeto para com o homem; exposição ao sofrimento das mulheres; paternidade; espiritualidade; acesso a espaços seguros e de acolhimento para homens; exaustão e infelicidade profissional (ressignificação de escolhas e valores) e, também, o choque com o sofrimento profundo, rupturas e crises ao não ter sua atitude (agressão) aceita pela sociedade / família e amigos, reação que pode estimular o homem para mudanças significativas, principalmente quando ele busca orientação psicológica e/ou grupos reflexivos.

Considerações finais

A toxicidade é a presença de veneno no organismo e quando identificamos uma masculinidade tóxica é necessário o reconhecimento de que isso é nocivo tanto ao "corpo hospedeiro" quanto aos que com ele convivem.

As atribuições pertencentes à "Caixa do Homem" são adjetivos nocivos que oprimem muitos homens e bloqueiam o crescimento / respeito da mulher na sociedade, colaborando no crescimento dos números de feminicídio em todo o mundo.

O feminicídio vem em nossa sociedade como uma solução mental extrema dessa masculinidade tóxica criada pelo patriarcado, o qual sempre prejudicou mais as mulheres aparentemente, mas com o passar dos anos e os avanços nos direitos da mulher os problemas ficam cada vez mais evidentes para ambos.

O levantamento da ONU e do site Papo de Homem demonstra que a violência do machismo contra a mulher, e contra o homem, é uma guerra que só traz prejuízos na manutenção da aparência cultivada socialmente, mas já se percebe pequeninas vitórias neste ciclo de violência e desigualdade.

E, como diz a pesquisa acima citada, as atitudes machistas não são exclusivas dos

homens, mas também das mulheres, porque foi assim que a cultura patriarcal ensinou / foi acolhido e é preciso reconhecer urgentemente e mundialmente a nocividade desses atos para alterar mais rapidamente os discursos e as ações sociais que nos mantém nesse status quo.

Referências

BIGLIARDI, A. M.; ANTUNES, M. C. (2018). Violência contra mulheres - A vulnerabilidade feminina e o perfil dos agressores. São Paulo: Juruá.

BOURDIEU, P. A. (2007). Dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRITO, G. F. D.; PAULA, J. V. D. (2013). A masculinidade e a ideologia: socialização masculina. Revista Opsi, UFG.

FAMÍLIA, I. B. (09 de 03 de 2010). Jusbrasil. Fonte: Jusbrasil: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2110644/para-onu-lei-maria-da-penha-e-uma-das-mais-avancadas-do-mundo>

FOUCAULT, M. (1988) História da Sexualidade – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

GALVÃO, A. P. (30 de 09 de 2019). 97% das mulheres disseram já ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. Fonte: Agência Patrícia Galvão:

<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/97-das-mulheres-disseram-ja-ter-sido-vitimas-de-assedio-em-meios-de-transporte/>

GELEDES. (26 de 06 de 2017). Portal Geledes. Fonte: Portal Geledes: <https://www.geledes.org.br/voce-sabe-o-que-e-masculinidade-toxica/>

JUSTIÇA, C. N. (09 de 03 de 2020). Processos de violência doméstica e feminicídio crescem em 2019. Fonte: Conselho Nacional de Justiça: <https://www.cnj.jus.br/processos-de-violencia-domestica-e-feminicidio-crescem-em-2019/>

LERNER, G. (2019) Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. São Paulo – Cultrix.

LIMA, D. (07 de 05 de 2020). Portal Raízes. Fonte: Portal Raízes: <https://www.portalraizes.com/a-mulher-e-um-devir-historico-rastros-de-beauvoir-no-brasil/>

MONICK, E. (1993) Falo - a sagrada imagem do masculino. São Paulo: Paulinas.

PAÍS, E. (27 de 11 de 2018). América Latina é a região mais letal para as mulheres. Fonte: El País. Fonte: País: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html

PITTA, D. P. R. (2017) Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Duran. Curitiba: CRV.

PLATONOW, V. (19 de 08 de 2019). Ipea.

Fonte: Ipea:
<https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/1869-ipea-pesquisa-violencia-mulher>

RUSSE, D.; CAPUTTI, J. (1992) The politics of women killing. New York: Twayne Publisher.

VALADARES, G. N. (03 de 11 de 2016). Precisamos falar com os homens? Fonte: Papo de Homem:
<https://papodehomem.com.br/documentario-precisamos-falar-com-os-homens/>

Identidade cultural da mulher negra: representações visuais de cabelos em embalagens da marca “Seda”

Black women's cultural identity: visual representations of hairstyles in the packaging of the "Seda" brand

Maria Ogécia Drigo¹³⁷

Graziella Malago¹³⁸

Resumo: Objetiva-se verificar que, em meio aos significados gerados por representações visuais do cabelo de mulheres, podem vir à tona os conflitos inerentes ao processo de construção da identidade cultural do Negro – de modo específico, da mulher negra - que, no Brasil, envolve tanto a estrutura de submissão vinculada à escravidão e à (re)atualização da tradição, ou a experiência originária, como a situação real dele em seu território. Mbembe (2017), Lipovetsky e Serroy (2011), Semprimi (2006) e Sodré (1999) compõem a fundamentação teórica e estratégias advindas da semiótica peirceana serão aplicadas na análise de embalagens de produtos para cabelos da marca “Seda”. O artigo é relevante por trazer à tona nuances da identidade cultural da mulher negra, no Brasil.

Palavras Clave: Identidade cultural, Mulher negra, Representação visual.

Abstract: The objective is to verify that, among the meanings generated by the visual representations of women's hairstyles, the conflicts inherent to the process of building the cultural identity of the Negro - specifically, of the black woman - can emerge. In Brazil, such process involve both the structure of submission stemmed from slavery and the (re)updating of the tradition, or the

¹³⁷ Maria Ogécia Drigo: docente do Programa de Pós-Graduação da Uniso, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, Brasil, maria.ogecia@gmail.com.

¹³⁸ Graziella Malago: docente da Uniso, aluna do PPG em Comunicação e Cultura da Uniso, Brasil, graziella.malago@prof.uniso.br.

original experience and the real situation of the Negro in their territory. Mbembe (2017), Lipovetsky and Surrey (2011), Semprimi (2006) and Sodré (1999) compose the theoretical foundation, and the strategies coming from Peirce's semiotics will be applied in the analysis of hair products packagings from the "Seda" brand. The paper is relevant because it brings to light the nuances of the black women's cultural identity, in Brazil.

Keywords: Cultural identity, Black woman, Visual representation.

1 Introdução

Apresentamos resultados de pesquisa cujo tema é o processo de construção social da negrura, que tenta abarcar as possibilidades de atualização e significação da cor negra, em produtos midiáticos, com foco nos que envolvem representações visuais, tais como desenhos, pinturas, imagens televisivas e cinematográficas, da publicidade e outras modalidades. Tal processo, no contexto cultural do Brasil, abrange também as representações visuais de afrodescendentes. A metodologia envolve análise semiótica, na perspectiva peirciana, de uma amostra composta por representações visuais, que apresentam a cor preta na sua composição e

coletadas em diversas mídias, no Brasil, em períodos diferentes, para avaliar que significados e valores elas agregam à negrura.

É notória a visibilidade dada aos cabelos em representações visuais de afrodescendentes e há pesquisas realizadas na área de comunicação, no Brasil, que estabelecem vínculos entre o movimento envolvendo os cabelos e o processo de construção de identidade cultural do Negro. Em busca realizada no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, no ano de 2019, no mês de abril, usando o termo negrura, para a área de Comunicação, encontramos 782 pesquisas. Selecionamos 16 que apresentavam – no título – o termo negro (a) ou preto(a)- e 3 delas, que envolvem

cabelos e a identidade cultural do Negro são agora apresentadas, de modo breve.

Belmiro (2019) trata do processo de construção da identidade negra de uma celebridade da TV, do Brasil, por meio de análise de conteúdo das postagens da atriz na rede social *twitter*. Entre os resultados, a autora enfatiza que a atriz enquanto negra é um referencial de beleza, sucesso e força e sustenta valores da identidade legitimadora, branca, sendo que a negra é tida como uma identidade de resistência, que ainda sofre com exclusões e preconceitos. Esta dissertação compõe este breve estado da arte, pois com ela constatamos que os cabelos tiveram um papel de destaque no processo de construção de identidade dessa celebridade.

Arantes (2019), em pesquisa intitulada *Celebrando Nossos Corpos, Encrespando Nossos Fios: a transição capilar como política de visibilidade em narrativas autobiográficas de mulheres negras*, teve a seguinte pergunta norteadora: o quanto ostentar os cabelos crespos e cacheados vai além de uma questão de gosto pessoal, ao pressupor os enfrentamentos a que se está suscetível pela não adequação às normatizações impostas? O corpus da pesquisa se constituiu com as narrativas autobiográficas de mulheres negras em destaque nas mídias e que

passaram pela transição capilar devidamente midiatisada. Dos resultados, a autora ressalta que o cabelo crespo vinculado à negritude identifica aspectos culturais e sociais desses grupos enquanto étnicos. E ainda ressaltou que a presença de mulheres negras continua sendo exceção nos espaços midiáticos, mesmo considerando distintos contextos da mídia.

Esse Boom é nosso? discursos sobre a transição capilar na publicidade de cosméticos, de Carvalho (2019), é uma pesquisa guiada pela busca de como as grandes marcas de cosméticos capilares, a princípio alinhadas a um discurso hegemonicó patriarcal e racista sobre beleza e feminilidade, têm conseguido se aproximar de pautas ligadas aos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, como a valorização positiva e consequente politização dos cabelos naturalmente crespos e cacheados. Sendo assim, o propósito era compreender como se dá a aproximação entre o discurso publicitário da Seda, marca de cosméticos capilares pertencente ao grupo Unilever, e o discurso de autoaceitação defendido por *You Tubers* crespas e cacheadas nas suas ações de divulgação dos produtos Seda Boom, em 2017, observando especificamente quais valores e

representações do feminino e da negritude emergem da interação entre as duas instâncias. Entre os resultados, a autora destaca que a análise dos vídeos sobre Texturização e a exploração da história dos produtos lançados pela Seda, nos últimos anos, mostram que os cabelos sem forma indesejáveis e essa mesma recusa fica aparente no conteúdo da campanha Seda Boom. Assim, os cabelos desejáveis - com cachos bem definidos – dão lugar

aos alisados e eliminam os cabelos soltos, sem tratamentos específicos, com cachos irregulares e *frizz*, “desorganizado”, bem como valores e padrões estéticos regulatórios ainda rígidos para os corpos e cabelos dessas mulheres vão na contramão do discurso emancipatório defendido pelas *You Tubers* escolhidas como embaixadoras da marca. Neste artigo também tratamos da marca Seda, como nesta pesquisa ora mencionada, mas vamos dar atenção às embalagens e não à publicidade.

O objetivo da pesquisa, de modo amplo, é contribuir para a compreensão do processo de construção da identidade cultural da mulher negra e, de modo restrito, apresentar

questões da construção de identidade do Negro, conforme Mbembe e inventariar significados postos em movimento pelas embalagens de produtos da marca “Seda”¹³⁹. Três embalagens de produtos para cabelos da marca Seda, lançadas em 1998, 2003 e em 2017, serão analisadas com estratégias propostas por Santaella (2018), que são fundamentadas na gramática especulativa, um dos ramos da semiótica ou lógica de Charles Sanders Peirce. Tais estratégias demandam do analista três tipos de capacidade: a primeira, a contemplativa, isto é, a de abrir as janelas da mente e ver o que está diante dos olhos; a segunda, a de saber distinguir, discriminar resolutamente diferenças nessas observações e, por fim, a terceira, a de ser capaz de generalizar as observações em classes ou categorias abrangentes. As análises serão permeadas por reflexões sobre marcas como objetos semióticos e sobre o pensamento de Mbembe (2017) e de Sodré (1999) sobre o Negro.

Iniciamos com ideias de Mbembe (2017).

¹³⁹ Em 1954, a empresa inglesa D & W Gibbs, do grupo Unilever, lança o xampu- Sunsilk, que prometia a lavagem dos cabelos com apenas uma aplicação do produto, sem ressecamento dos fios, como faziam seus antecessores. Tal produto chegou no Brasil, em 1968, como a marca Seda, do grupo Unilever. Mas, somente em 1998 é que foi lançado o primeiro produto, com distinção na embalagem, para cabelos cacheados.

2 O processo de construção de identidade cultural do Negro

O termo Negro, segundo Mbembe (2017, p. 76), aparece no início do século XVI e torna-se de uso corrente apenas no século XVIII, no auge do tráfico de escravos. Desde então, muito antes de adentrar o capitalismo emergente dos séculos XV e XVI, o Negro era visto como "ser humano vivo e com formas bizarras, queimado pela irradiação do fogo celeste, dotado de uma petulância excessiva, dominado pela alegria e abandonado pela inteligência". Em relação ao acoplamento África/Negro, Mbembe (2017, p 75, grifo do autor) esclarece que os valores atribuídos a um ou ao outro os confundem – até os dias atuais -, tanto que "se a África tem um corpo e se ela é um corpo, um *isto*, é o Negro que o concede – pouca importa onde ele se encontra no mundo. E se Negro é uma alcunha, se ele é *aquilo*, é por causa da África". E quanto à força, se ele a possui, as suas ações não poderiam ser conduzidas senão pela "força bruta do corpo, excessivo, convulsivo e espasmódico, refratário ao espírito, com um misto de acessos, raiva e nervosismo, sendo normal despertar desgosto, medo e terror" (MBEMBE, 2017, p. 76).

A razão negra constitui-se com múltiplas vozes, "enunciados e discursos, saberes,

comentários e disparates, cujo objeto é a coisa ou as pessoas de 'origem africana' e aquilo que afirmamos ser o seu nome e a sua verdade (os seus atributos e qualidades, o seu destino e significações enquanto segmento empírico do mundo)" (MBEMBE, 2017, p. 57). Explica o mesmo autor que tal razão data da Antiguidade, mas na Idade Moderna ela se consolida com as narrativas dos viajantes, dos exploradores e, em última instância, com uma ciência colonial, que visava o africanismo. As sociedades eruditas, exposições universais, coleções de amadores de 'arte primitiva' também contribuíram para transformar a razão negra numa espécie de senso comum.

Tal sistema de narrativas e discursos codificou "as condições de surgimento e de manifestação da *questão da raça*, à qual chamaremos de Negro ou, mais tarde e já no tempo colonial, o Indígena" (MBEMBE, 2017, p. 58, grifo do autor). Em tal contexto, tratava-se de esclarecer quem é o Negro, como identificá-lo, em que ele era diferente, como torná-lo semelhante e, por fim, como governá-lo para que ele alcançasse tal patamar. Tratava-se, portanto, de responder a questão "Quem é?", o que formaria a consciência ocidental do Negro:

[...] tanto um conjunto de discursos como de práticas - um trabalho cotidiano

que consistiu em inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais com o objetivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática. (MBEMBE, 2017, p. 58).

Esta seria a primeira etapa do processo de construção da identidade cultural do Negro. Com o tempo, a razão negra suscita outros questionamentos, colocados agora, como explica Mbembe (2017, p. 58-9), na primeira pessoa do singular: “‘Quem sou eu?’ . ‘Serei eu, em boa verdade, quem dizem que eu sou?’ . ‘Será verdade que não sou nada a não ser isto – a minha aparência, aquilo que se diz e se quer de mim?’ . ‘Qual é o meu verdadeiro estado civil e histórico?’ ”. As respostas a tais questões constituem uma declaração de identidade que, conforme ressalta Mbembe (2017, p. 59), nela “o Negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido; aquele que não está onde se diz estar, e muito menos onde o procuramos, mas antes no lugar onde não é pensado”. Outra fase do processo de construção da identidade cultural do Negro.

Esta fase requer arquivos, que são indispensáveis para restituir a História. No entanto, os vestígios, no mais das vezes, não foram preservados. Resta, portanto,

fragmentos de uma experiência também fragmentada, “a de um povo em pontilhado, lutando para se definir [...] como uma comunidade cujas manchas de sangue são visíveis em toda a modernidade” (MBEMBE, 2017, p. 60). O mesmo autor enfatiza que a declaração de identidade produz textos que se revelam ambíguos, pois ela precisa conjugar a estrutura de submissão presente na primeira fase e também a escrita de luta que ressignifica a experiência originária, com a verdade dele próprio em seu território.

Não devemos considerar que a raça é efeito interno do olhar do outro, ou efeito da percepção, mas que é uma maneira de afirmar força, que demanda que ela seja transformada “em imagem, forma, superfície, figura e, sobretudo, imaginário” (MBEMBE, 2017, p. 65). A raça ou o racismo, conforme o mesmo autor, engendram substitutos, equivalentes, máscaras para o rosto humano, que o encobrem e o colocam em segundo plano. No lugar do rosto humano, a raça ou o racismo, fazem renascer um rosto de fantasia e uma silhueta, que substitui o rosto e o corpo do homem e, ainda, além de ser uma força de desvio do real impregnada de afetos é também um distúrbio psíquico, que faz com que o conteúdo reprimido aflore brutalmente. Assim, para Mbembe (2017, p. 66), a raça é

"um aquém e um além do ser. É uma operação do imaginário, o lugar onde se encontram as regiões obscuras e sombrias do inconsciente".

"Aquele a quem é atribuída uma raça não é passivo" (MBEMBE, 2017, p. 67), uma vez que ele está preso a uma silhueta, que o separa da sua essência. Tal separação o leva a odiar aquilo que é e o faz tentar ser aquilo que não é. O oprimido, por sua vez, é acometido de um desejo, obscuro e tenebroso, o de comunidade. Mbembe (2017, p. 69) explica que o sentimento de perda promove a inovação da raça assim como a "ideia segundo a qual a comunidade foi cindida, que está ameaçada de extermínio, e que é imperioso voltar a fundá-la restituindo-lhe uma linha de continuidade para além do tempo, do espaço e da deslocação".

O processo de construção da identidade cultural do Negro pode ser observada também, no Brasil, com propõe Sodré (1999), numa base social clara/escura, do que tratamos a seguir.

3 Claros e Escuros

Sodré (1999) enfatiza que as etnias – devido a diferenças de cor e outros aspectos do corpo – são artefatos conceituais usados para desenvolver mecanismos de controle social quando da construção do Estado e,

gradativamente, a percepção imediata classifica, por meio dessas noções, grande parte das diferenças fenotípicas. De modo geral, "há apenas os brancos e outros. O mestiço é o cruzamento de duas raças (SODRÉ, 1999, p. 196) e, impregnada na mestiçagem, está a ideia de uma raça "capaz de resolver o problema da distância entre o paradigma branco-europeu e a diversidade das pigmentações de pele humana no mundo" (SODRÉ, 1999, p. 192).

No Brasil, enfatiza o mesmo autor, as palavras mestiço, mulato e moreno mesclam conhecimentos da biologia e da cultura para tornar evidente que mestiçagem é uma singularidade do processo civilizatório, que envolve aspectos culturais e sexuais.

Mas há uma superioridade do claro permeando a relação claro/escuro. No processo de construção da identidade cultural do Negro, portanto, não se trata de que ele queira "passar por branco, mas de passar por mestiço (*mixed*). Mesmo quando o indivíduo já se sabe resultante de um cruzamento do mais claro com o mais escuro, torna-se imperativo parecer, ou seja, investir se de recursos estéticos da cor hegemônica, que é a clara" (SODRÉ, 1999, p. 212). Esta afirmação de Sodré (1999) vai ao encontro do que Mbembe (2017) explica sobre aquele que está preso a

uma raça, quando tenta ser o que não é. Daí o clareamento da pele, o alisamento dos cabelos.

A partir do início dos anos noventa forma-se [...] uma espécie de base social (clara e escura)" (SODRÉ, 1999, p. 248). A mídia assim como a indústria de cosméticos contribuem para reforçar o clareamento tanto por lançar raios dourados sobre a pele negra como pela criação de produtos com potencial para alisar os cabelos, respectivamente, tentando assim aplacar o problema negro. "É um equívoco colocar a cor como traço principal da raça. A cor da pele não importa tanto quanto o tipo do cabelo, pois o cabelo-liso-ondulado e comprido sempre codifica mulher 'escura' como 'mulata'" (SODRÉ, 1999, p.254). Ainda sobre o cabelo, Sodré (1999, p. 254) esclarece:

Na verdade, a observação empírica das relações sociais demonstra que importam a cor e o cabelo. Mas o senso comum, a canção popular, a ansiedade visível no que diz respeito a cabelos- tudo isso parece corroborar a ideia de que o pelo é de algum modo estratégico na revalorização identitária. [...] A obsessão contemporânea com o cabelo explica-se igualmente pelo fato de que o atual discurso mediático sobre o negro é mais estético do que político, doutrinário ou ético.

Tal estética, conforme Sodré (1999) não está vinculada à teoria clássica do belo e também não se reporta ao esteticismo difuso da sociedade de massa contemporânea, mas à estesia enquanto sinônimo de compartilhamento de sensações e de emoções de um grupo de pessoas por meio da contemplação do objeto.

Vale acrescentar o fato de que o processo de construção da identidade cultural do Negro envolve um saber comum sustentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Testemunhos deste movimento são os estereótipos e as folclorizações em torno de todo indivíduo de pele escura que ainda reinam em diversas modalidades de produtos midiáticos, bem como compõem o cotidiano das pessoas, em geral, como enfatiza Sodré (1999).

Na contramão deste movimento, Sodré (1999) destaca a emergência do paradigma africano, que consiste em levar o Negro a exibir a força da sua aparência. Neste momento torna-se profícuo olhar para os cabelos cacheados ou crespos. O mercado, por sua vez, prontamente identifica tais novos consumidores, os afrodescendentes – termo considerado 'politicamente correto' –, ou seja, milhões e milhões de cidadãos com cabelos crespos.

Talvez a possível ressignificação da aparência seja um caminho para iniciar a desestabilização dos alicerces de:

uma sociedade esteticamente regida por um paradigma branco – por mais difícil que seja hoje manejar a ideia de uma identidade cultural fundada em critérios de raça -, a clareza ou a branura da pele, mesmo sem as barreiras guetificantes do multiculturalismo primeiro-mundista, persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginaria atuante em estratégias de distinção social ou de defesa contra as perspectivas 'colonizadoras' da miscigenação, da coexistência com imigrantes cada vez mais numerosos nos fluxos da globalização (SODRÉ, 1999, p. 234).

Antes de avaliar a contribuição da emergência desses cabelos crespos no nosso meio – permitindo a construção de um novo olhar para o Negro –, apresentamos produtos para cabelos da linha Seda e com eles – ou mais especificamente, com análises das embalagens – buscamos explicitar o movimento das etapas do processo de construção da identidade cultural do Negro, no Brasil.

4 A marca Seda e os cabelos crespos

Consideramos, de um lado, na perspectiva de Semprini (2006), que a marca é um símbolo, é algo geral e, portanto, se atualiza. A embalagem é uma atualização da marca, uma vez que, em certa medida, ela traduz a marca, representa a marca, assim como os produtos propriamente ditos. De outro, no contexto em que a lógica das marcas envolve contextos sociais e culturais, conforme Lipovestky e Serroy (2011), elas – via publicidade ou outras manifestações, entre elas as embalagens - propõem significados e valores bem-vindos a diversos contextos culturais. Elas almejam a construção de ambiências em que eles possam propagar. Sendo assim, no caso de produtos específicos para cabelos, é possível identificar os significados neles engendrados e que se reportam ao Negro.

As embalagens dos produtos Seda são vistas, portanto, como signos, na perspectiva da semiótica peirciana. Analisá-las implica em utilizar estratégias advindas dessa semiótica para inventariar os efeitos podem gerar num intérprete qualquer, que pode ser eventualmente o consumidor. Tais efeitos são provocados pelos aspectos qualitativos da embalagem – forma, cores, texturas, palavras e imagens –; pelos aspectos referenciais – pistas engendradas na embalagem e que a

remetem o intérprete a outros existentes, a objetos ou situações reais e, por fim, pelos aspectos gerais compartilhados culturalmente que a impregnam. Para tanto o analista deve munir-se de três tipos de olhar: contemplativo, observacional e generalizante, conforme preconiza Santaella (2018). O primeiro olhar é o que capta os aspectos qualitativos; o segundo, elenca as pistas; o terceiro permite generalizar a partir dos aspectos qualitativos e referenciais elencados.

Vejamos o que esses tipos de olhar captam nas três embalagens dos produtos da marca Seda. Iniciamos pelas embalagens de xampu e de creme hidratante (Figura 1), lançadas em 1998¹⁴⁰.

Iniciamos com os aspectos qualitativos. As cores branca, verde e azul que predominam na embalagem geram sensações de leveza e assepsia. A cor verde aliada à branca constrói uma ambiência de segurança, de tranquilidade. O formato e os sulcos na parte verde convidam o consumidor ao tato. Isso é gerado por um olhar que se mantém um pouco distante da embalagem, pois ao aproximar o olhar, o consumidor se vê diante



Figura 1 – Cabelos cacheados limpos. Fonte: Unilver (2012).

de uma profusão de informações. A imagem e a mistura de cores nas palavras levam o consumidor – ou alguém que esteja diante desse objeto – a desviar o olhar. Neste aspecto, é pouco provável que a embalagem – enquanto signo – gere efeitos emocionais, ou seja, ela é pouco convidativa ou sedutora para o consumidor.

Há sim a possibilidade de que o intérprete permaneça nas pistas exibidas, como a reprodução da fotografia de uma mulher de cabelos cacheados, bem como o tipo de produto e a marca anunciados, em letras azuis e maiúsculas, as quais contribuem para a

¹⁴⁰ Até os anos de 1998, a empresa Unilever, com a linha de cosméticos Seda, não contemplava cabelos crespos. Os produtos eram para cabelos secos, oleosos e normais e as embalagens exibiam mulheres claras com cabelos lisos e castanhos, pretos ou loiros.

identificação do produto, de modo abrupto. Vale enfatizar que a imagem na embalagem – reprodução de uma fotografia – é uma forma figurativa como registro físico, com conexão direta com o real, o que, conforme Santaella (2001), contribui para firmar o efeito de constatação, de identificação, no caso, do produto e da marca, bem como o da sua utilidade. Trata-se de um xampu para cabelos cacheados da marca Seda.

Para algum consumidor cujo repertório envolve conhecimentos sobre design de embalagens ou sobre o percurso da marca Seda no mercado, é possível que os efeitos gerados pela embalagem envolvam aspectos da sua criação, da qualidade do produto, ou sobre a sua aceitação no mercado. No contexto do artigo, é importante salientar que este produto mostra que o mercado de cosméticos volta-se para diferentes tipos de cabelos, ou seja, que considera a possibilidade da existência de cabelos cacheados.

Aqui podemos inferir que, como menciona Sodré (1999), o africanismo não estava em alta. O mercado ainda mantinha-se preocupado com os cremes alisantes. Era o cabelo liso aliado ao claro que ia ao encontro do ideal, era o domínio do claro. Em relação ao processo de construção da identidade cultural do Negro, essas embalagens são pistas que

nos remetem ao primeiro passo do processo, em que o Negro ainda não diz de si, mas busca a aparência do claro.

Há também os aspectos generalizantes da cor que reverberam. A cor branca remete o consumidor à pureza e a cor verde, à tranquilidade, à segurança. Assim, o produto pode ser visto como aquele capaz de promover uma assepsia, de trazer a pureza à tona. Embora os cabelos sejam crespos – o que pode remeter o usuário à mulher mulata – ele seguramente promove uma limpeza, torna a mulata mais clara.

Em 2000, a Seda lança a linha Keraforce. Novas pistas aparecem com a embalagem de 2003 (Figura 2). A embalagem de xampu, da mesma linha Keraforce, da marca Seda, dá destaque ao escuro, pois os cabelos cacheados e a pele negra tornam-se visíveis.

Os tons bege, avermelhado e terroso constroem uma ambiência calorosa, sensual e impregnada de força. Os sulcos e as formas arredondadas da embalagem contribuem para agregar movimento e sensualidade. Os efeitos gerados são provenientes dessa ambiência calorosa e sensual, gerada pelas cores e formas mencionadas, que se associada ao escuro, à mulata, ao Negro, pelo consumidor, reverbera estereótipos da



Figura 2 – A vez do escuro. Fonte: Unilever (2012).

mulher negra. Martins (2009) relata que em pesquisas envolvendo anúncios publicitários, o afrodescendente é representado em releituras de estereótipos do século XIX, explícitas em cinco categorias: atleta, artista, trabalhador braçal, pessoa carente, mulata e africano, sendo que a mulata continua no imaginário social como objeto sexual, como uma figura exótica. Vejamos os aspectos referenciais. A reprodução fotográfica exibe uma mulher de cabelos cacheados e com pele escura, o que contribui para a identificação imediata do produto pelo consumidor.

Considerando-se os modos de sugerir, apresentar ou representar um objeto, por semelhança, Santalella (2001) tenta abranger todos os modos possíveis propondo três

formas: não-representativas, figurativas e representativas. As formas figurativas, conforme Santaella (2001), transpõem objetos tridimensionais para planos bidimensionais e prevalecem como formas referenciais, pois em alguma medida e com diversos graus de ambiguidade, apontam para objetos ou situações reconhecíveis. Tais formas reproduzem o aspecto exterior das coisas por meio de elementos visuais que funcionam mimeticamente. Para cada uma delas, seguindo a lógica peirciana, há três submodalidades, correspondendo ao fato de ser uma possibilidade, ou um existente, ou uma lei ou regra geral. Assim, as formas figurativas se subdividem em figura como qualidade, registro e convenção. Novamente, cada uma delas, se subdivide, sendo que as formas figurativas como registro, que importam para a análise de embalagens, se subdividem agora em registro imitativo, físico e por convenção. Aqui a reprodução tem uma conexão real com o objeto, é um registro físico. Isto faz com que os efeitos que predominem sejam os vinculados à constatação por parte do consumidor.

Retomamos o que foi mencionado para a embalagem anteriormente analisada (Figura 1) - em relação aos nomes da marca e da linha de xampu que são registrados em letras

maiúsculas e grandes, em preto e vermelho-, que a força da grafia intensifica os interpretantes vinculados à constatação, que levam o consumidor a identificar o produto, um xampu da marca Seda para cabelos de mulheres negras. Há de se enfatizar ainda que o termo Keraforce – uma espécie de junção de Keratin com force (queratina com força, em português) atestam a eficácia do produto. De um lado, por trazer a ciência (as propriedades da queratina); de outro, por impregnar o produto – com força – com a força da proteína¹⁴¹. A parte superior do produto – o tom terroso – por permitir associação à cor da pele (escura) – também reforça os efeitos de constatação no intérprete.

Em relação às regras compartilhadas culturalmente e que um olhar generalizante tende a captar, destacamos os vinculados às cores, inicialmente. O contraste preto/vermelho, presente no nome da marca e na linha de produtos, bem como as palavras na parte de trás da embalagem, reaviva ambiguidades – noite/dia, escuroclaro, passivoativo, pois como esclarece Chevalier e Gheerbrant (2008), enquanto o preto exprime a passividade, o vermelho incita à

ação e lança seu brilho sobre todas as coisas como um sol. Com isso, a embalagem cria uma ambigüidade ambígua que faz o intérprete atentar para a força do produto, para o binômio Seda/força. Reforçam a força e mesclam sensualidade os tons terrosos, que podem ser associados à terra fértil, ou à fertilidade feminina e os avermelhados, que podem ser associados à força impulsiva, a Eros – pulsão de vida -, ao sensual, como explica Gheerbrant (2008).

Novamente, para algum consumidor com conhecimento sobre *design* de embalagens ou sobre o percurso da marca Seda no mercado, é possível que os efeitos sejam deles decorrentes. A embalagem exibe um *design* mais arrojado que a anterior, ao moldar-se ao toque – às mãos – com suas formas arredondadas.

No âmbito deste artigo, ressaltamos que a marca volta-se para diferentes tipos de cabelos, ou seja, ela considera a possibilidade da existência de cabelos cacheados e mostra que eles estão juntos com o escuro também. Embora a embalagem (Figura 2) construa uma ambigüidade de maior sensualidade e seja mais convidativa ao consumidor que a anterior

¹⁴¹ A queratina é uma proteína produzida pelo corpo humano e é encontrada nos cabelos, na pele e nas unhas. Esta proteína é responsável por 90% da composição dos fios, é ela que dá força, resistência e elasticidade à fibra. Além disso, quando o nosso cabelo sofre danos externos – como a ação da água quente ou do mar, cloro, exposição ao sol e vento – é a queratina que o impermeabiliza e protege.

(Figura 1), ambas, predominantemente, geram efeitos de constatação, de identificação do produto e do possível consumidor. Na segunda, a pele escura se destaca.

A visibilidade do escuro contribui para preencher a linha pontilhada – mencionada por Mbembe (2017) – que envolve o processo de construção da identidade cultural do negro. Em relação à primeira fase desse processo, a visibilidade – do escuro e dos cachos a ele associados – traz a relação claro/escuro para a superfície, exibe a aparência do Negro aqui e agora e pode contribuir para a formação de comunidades, tal como preconiza Mbembe

(2017), quando esclarece que a volta da comunidade permite atar o passado ao presente. Aqui no caso, trata-se de retomar aspectos da aparência do Negro.

Na perspectiva de Sodré (1999) este movimento vai ao encontro do paradigma que ele denominou de africanismo e, em relação às ideias de Mbembe (2017), consideramos que se trata da busca por respostas para identificar o Negro no contexto em que vive, aqui e agora, no entanto, isso não se faz sem o resgate das etapas da primeira fase do processo de construção da identidade cultural que identifica o Negro à África.



Figura 3 – Crespos e crespíssimos: o reino do escuro. Fonte: Seda (2020).

As embalagens que seguem (Figura 3) são de cremes para pentear cabelos, da linha *Boom*, lançada em 2017¹⁴². Vamos analisar, de modo geral, as embalagens e depois colocar em destaque a embalagem do creme de pentear para cabelos crespos e crespíssimos.

De modo geral, as embalagens que exibem uma profusão de cores e a forma cilíndrica, resultado de um *design* convencional para produtos de limpeza, grafias diversas e nas cores branca e preta, fazem com que os interpretantes ou efeitos gerados, predominantemente, permaneçam na seara da constatação, mas envolto em sensações de alegria, espontaneidade, liberdade. Vejamos a análise de duas embalagens (Figura 4 e Figura 5).

Iniciamos com os aspectos qualitativos. As cores amarela e vermelha contribuem para construção de uma ambiência que geram efeitos vinculados à alegria, à sensualidade, efeitos em que os sentidos se afloram. A forma cilíndrica e as imagens – em formas figurativas – registros imitativos – podem contribuir para geração de interpretantes vinculados à espontaneidade, à alegria. Há uma ambiência convidativa para o

consumidor, portanto. A forma figurativa, conforme Santaella (2001), é um registro imitativo mimético em relação àquilo que registra, ou seja, o seu traçado imita ou assemelha-se à forma visível do objeto. Isto tira o impacto da conexão com o objeto real, o que contribuir na geração de interpretantes com vínculos feitos de modo mais ameno com o real. Ou seja, não há choque bruto e, se houver, ele é amenizado.

Passando do olhar contemplativo, damos lugar ao olhar observacional, o que capta pistas, marcas que remetem o consumidor a outros existentes. A forma cilíndrica da embalagem, usual para produtos de limpeza, remete o consumidor a tais produtos. A assepsia dá o tom, portanto. As imagens – registro imitativo – por valer-se de traços que lembram os feitos à mão, desenhos, podem remeter o consumidor ao universo da infância. As grafias diversas e nas cores preta e branca também sugerem movimento agregando maior descontração à ambiência mencionada. Desde modo, os aspectos referenciais permitem a identificação do produto, mas não os desvincula de sensações de alegria, movimento e descontração.

¹⁴² A linha *Boom* é composta por diversos cremes para pentear os cabelos. Lançada em 2017, os produtos desta linha têm como foco os cabelos crespos e os crespíssimos. As embalagens apresentam os crespos e crespíssimos também em mulheres de pele escura.

O olhar generalizante retoma os simbolismos das cores, da forma e das imagens. Conforme esclarece Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 40), "intenso, violento, agudo até a estridência, ou amplo e cegante como um fluxo de metal em fusão, o amarelo é a mais quente e expansiva, a mais ardente das cores", o que permite ao consumidor ou intérprete associar – pela presença do escuro, da mulata com cabelos crespos – tal expansividade a estereótipos do Negro, como o que menciona Mbembe (2013), sobre o Negro ser "dotado de uma petulância excessiva, dominado pela alegria". A cor avermelhada no fundo do 'rótulo' da embalagem, por sua vez, pode levar o consumidor a associar a embalagem a algo proibido, ou seja, compreender o vermelho como um sinal de transgressão em relação à proibição da libido, das pulsões sexuais, um estereótipo da mulher Negra, da mulata, enquanto figura sensual, exótica.

Amenizando o impacto do registro de algo por pura conexão com o real, as figuras são registros imitativos, desenhos de mulheres negras, que agregam maior calor à ambiença construída pela imagem, por resgatar o gesto, uma vez que lembram desenhos, imagens feitas à mão. Tal forma de registro, como mencionamos na esteira de Santaella (2001),

contribui para gerar interpretantes na seara do emocional, pois tem o efeito do choque amenizado, pela distância que impõe do real sem deixar de a ele se referir. Ele resgata o escuro, que aparece em diversos graus, com os cabelos crespos e crespíssimos. A figura não perde o poder de referência, no entanto, é amenizado.

Aqui, embora o *design* não seja inovador, a forma cilíndrica usual para produtos de limpeza, faz com que a embalagem seja vista como familiar, o que a aproxima do consumidor. Aliada à familiaridade vem o efeito de assepsia o que é bem-vinda na contramão do movimento de emancipação do escuro. Em geral, a embalagem permanece diante do consumidor com certa ambiguidade. Ela exibe o escuro – a pele escura e os cabelos crespos é cespíssimos –, sem deixar de reavivar – suavemente – estereótipos do Negro. No entanto, em relação à embalagem anterior esta agrupa maior envolvimento com o escuro.

As embalagens analisadas mostram o movimento de exposição do escuro – no confronto com o claro – o que pode contribuir para o resgate da aparência – como um movimento e uma ação preparatória – para a vinda de ações para ele falar de si próprio e no lugar em que vive, a segunda etapa do

processo de construção da identidade cultural do Negro, conforme ressalta Mbembe (2017).

Embora não possamos conjecturar sobre o real interesse da marca, que pode ser o de alargar a quantidade de consumidores ao abarcar as mulheres de cabelos crespos e crespíssimos, a marca – por meio das embalagens – torna visível o escuro e põe os cabelos crespos e crespíssimos diante dos olhos de claros e escuros e como uma possibilidade real. Reforça esse movimento – dos cabelos que explodem – o termo *boom* – que pode ser traduzido como um som ressonante e profundo, ou por fazer prosperar vigorosamente e rapidamente. Assim, metaforicamente pode ser traduzido por “deixa ser o crespo e o crespíssimo”, já que eles são vigorosos e estonteantes...aparecem – ao olhar do outro – como num *boom*, uma explosão de cabelo.

Ainda pelas palavras, as consumidoras, no caso, se identificam como “apaixonadas pelo crespo” ou “apaixonadas pelo crespíssimo”. A marca, ou o produto, reafirma a identificação das consumidoras com seus cabelos, com aspectos da sua aparência. O termo ‘apaixonada’ concretiza, simbolicamente, a existência de um ego afetivo - por parte da consumidora – que conduz as suas escolhas, o que pode incitar a busca apaixonada

também pela identidade cultural...na busca pela sua verdade em seu próprio território.

Considerações finais

Cientes de que olhar para um detalhe de produtos para cabelos não dá conta de explicar o entrecruzamento das etapas do processo de construção de identidade do Negro, concluímos este artigo com o desejo de que ele tenha trazido à tona a questão de que tais etapas do processo de construção da identidade, ou ainda, que as relações claro/escuro, estão latentes no nosso cotidiano.

Devemos estar atentos, os pesquisadores em comunicação, a todas essas nuances para assim mostrar como a comunicação via interpretação de mensagens, de toda ordem, pode contribuir para lançar luz sobre tal processo e, talvez, no futuro, corroborar para que os conflitos inerentes à convivência com o outro - aqui visto como o Negro – se amenizem.

No caso das manifestações de uma marca – para os consumidores, em geral, independentemente de ser claro ou escuro – deve-se primar pelo conhecimento relativo aos processos de construção de identidade do Negro e não só buscar ampliação da quantidade de consumidores. Talvez o

cuidado maior na produção propicie sim um aumento no consumo.

Referências

ARANTES, Dariane Lima. Celebrando nossos corpos, encrespando nossos fios: a transição capilar como política de visibilidade em narrativas autobiográficas de mulheres negras. 2019. 133f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Programa De Pós-Graduação em Comunicação e Práticas De Consumo – PPGCOM. ESPM/SP. São Paulo, 2019.

BELMIRO, D. M. M. E não sou eu uma mulher?: o feminismo e a identidade negra na construção da celebridade Taís Araújo. 2019. 128f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social – Interações Midiatizadas) - Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Comunicação Social – Interações Midiatizadas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.

CARVALHO, Mayra Bernardes Medeiros de. Esse Boom é nosso? Discursos sobre a transição capilar na publicidade de cosméticos. 2019. 141f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.

- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (2008). Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- DRIGO, M. O.; SOUZA, L. C. P. de. (2013). Aulas de semiótica peirceana. São Paulo: Annablume.
- FARINA, M. [et al.]. 2006. Psicodinâmica das cores em comunicação. São Paulo: Edgard Blücher.
- LIPOVETSKY, G; SERROY, J. (2011). A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras.
- MBEMBE, A. (2017). Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona.
- PEIRCE, C. S. (1958). Collected Papers. Burks, Arthur W. (ed.), v. 8, Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- PEIRCE, C. S. (1998). Antologia Filosófica. Portugal/Imprensa Nacional: Casa da Moeda.
- SANTAELLA, L. (2018). Semiótica Aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- SEDA (2019). Nova Linha Seda BOOM. Disponível em:
<https://www.seda.com.br/linha-de-produtos/boom-curvaturas.html>. Acesso em: 01/05/2020.

SEMPRINI, A. (2006). A Marca Pós-Moderna: Poder e Fragilidade da Marca na Sociedade Contemporânea. São Paulo: Estação das Letras.

SODRÉ, M. (1999). Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes.

UNILEVER (2012). História completa da Seda. Disponível em: https://www.unilever.com.br/Images/seda_tc_m1284-461186_pt.pdf. Acesso em 30/04/2020

**ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN – ALAIC
UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA – UPB
2020**